ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

KALUNGA®

[Ticker Novo Mercado]

KALUNGA S.A.
CNPJ/ME nº 43.283.811/0001-50 | NIRE 35.300.558.120
Companhia em fase de registro perante a CVM na categoria "A"
Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca
CEP 03104-010, São Paulo, SP
[•] Ações
Valor Total da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "[•]"

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto).

A **KALUNGA S.A.** ("**Companhia**"), e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 44 deste Prospecto ("**Acionistas Vendedores**") estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de, inicialmente, [•] novas Ações ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de, inicialmente, [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas quantidades indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 44 deste Prospecto ("**Oferta Secundária**"), em ambos os casos, a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, atualmente vigente ("**Código ANBIMA**" e "**ANBIMA**", respectivamente), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**").

A Oferta será realizada no Brasil sob coordenação do Banco BTG Pactual S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Agente Estabilizador**" ou "**Bradesco BBI**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**") e do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI e a XP, "**Coordenadores da Oferta**"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo BTG Pactual US Capital, LLC, pelo Bradesco Securities, Inc., pela XP Investments US, LLC, e pelo UBS Securities, LLC (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**") (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("***Securities Act***") editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("**SEC**"); e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("**Regulamento S**"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**"), em ambos os casos (i) e (ii), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("**CMN**"), pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, nos termos da Resolução do CMN n° 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("**Resolução CMN 4.373**"), e pela Instrução da CVM n° 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("**Instrução CVM 560**"), ou pela Lei n° 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional (conforme definido neste Prospecto).

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério [da Companhia] [e] [dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] Ações, sendo [(i) até [•] novas Ações; e (ii) até [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas quantidades indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 44 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas] ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] Ações[, sendo (i) até [•] novas Ações; e (ii) até [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 44 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia] [e] [pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de eventual Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto). O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)[1]	Comissões (R$)[1][2][4]	Recursos Líquidos (R$)[1][2][3][4][5]
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária[5]	[•]	[•]	[•]
Total Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
(3) Sem dedução das despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 49 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a ser alienada pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante da página 44 deste Prospecto.

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, bem como a realização da Oferta, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do São Paulo ("**JUCESP**") em 23 de outubro de 2020, sob o nº 447.124/20-1 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("**DOESP**") e no jornal "Folha de São Paulo" em 13 de novembro de 2020.

Considerando que os Acionistas Vendedores são pessoas físicas, não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Folha de São Paulo" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Exceto pelos registros da Oferta na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta Primária e a Oferta Secundária foram registradas pela CVM em [•] de [•] de 2020, sob o nº CVM/SRE/REM/2020/[•] e CVM/SRE/SEC/2020/[•], respectivamente.

"OS REGISTROS DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em [•] de [•] de 2020.

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" DESCRITOS NAS PÁGINAS 19 E 80, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO AS SEÇÕES "4.1 – FATORES DE RISCO" E "4.2 – RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

btg pactual
Coordenador Líder

bradesco bbi
Agente Estabilizador

xp investment banking

UBS BB Investment Bank

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2020.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **4**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **5**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **8**
SUMÁRIO DA OFERTA **23**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **42**
Composição do Capital Social da Companhia 42
Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos 44
Descrição da Oferta 46
Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3 47
Contratação de Formador de Mercado 47
Aprovações Societárias 48
Instituições Participantes da Oferta 48
Preço por Ação 48
Ações em Circulação (Free Float) após a Oferta 49
Custos de Distribuição 49
Estabilização do Preço das Ações 53
Características das Ações 54
Público Alvo da Oferta 55
Procedimento da Oferta 55
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 66
Suspensão ou Cancelamento da Oferta 68
Prazo de Distribuição 68
Liquidação 69
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 69
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional 70
Violações de Normas de Conduta 71
Restrições à Negociação das Ações (Lock-up) 72
Instituição Financeira Escrituradora das Ações 73
Cronograma Tentativo da Oferta 74
Inadequação da Oferta 75
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta 75
Companhia 75
Coordenadores da Oferta 76
Instituições Consorciadas 76
Informações Adicionais 76
Companhia 77
Coordenadores da Oferta 77
Instituições Consorciadas 78
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES **80**
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **91**
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA **97**
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA **103**
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES **107**
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS **109**
CAPITALIZAÇÃO **111**
DILUIÇÃO **112**
Plano de Outorga de Ações Restritas 113

ANEXOS **115**
ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA **119**
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400. **149**
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ..... **153**
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ..... **157**
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA **161**
MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, QUE APROVARÁ A FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO **167**
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR DA COMPANHIA REFERENTES AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019 ..... **173**
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017 ..... **235**
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 ..... **341**

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “Kalunga” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Kalunga S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 23 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionistas Controladores	Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia, considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores	Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia, considerados em conjunto.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
Companhia ou Kalunga	Kalunga S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia, que até a data deste Prospecto não foi instalado.
Contrato de Mútuo	Contrato de Mútuo celebrado entre a Companhia e os Acionistas Vendedores em 2 de outubro de 2006, cujo saldo total, nesta data, é equivalente a [R$480.913.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e treze mil reais)].

Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
CPF/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
Instrução CVM 560	Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários incidentes sobre o câmbio.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Offering Memoranda	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.
Ofício Circular	Ofício Circular SRE nº 01/2020 da CVM.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A., incluindo o Formulário de Referência a ele anexo e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act*.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado editado pela B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
Spiral	Spiral do Brasil Ltda.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Kalunga S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 43.283.811/0001-50, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.558.120.
Registro na CVM	Em fase de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca, CEP 03104-010.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca, CEP 03104-010. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 3346-9966 e o seu endereço eletrônico é ri@kalunga.com.br.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão negociadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOESP e no jornal "Folha de São Paulo".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Website	[https://ri.kalunga.com.br/] As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto à Companhia, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 76 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", descritos nas páginas 19 e 80, respectivamente, deste Prospecto, e nos itens "4.1 – Fatores de Risco", "4.2 – Riscos de Mercado", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- o impacto contínuo da COVID-19 sobre os negócios da Companhia, bem como sobre os seus resultados operacionais, situação financeira e fluxos de caixa;
- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da pandemia de COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos da pandemia de COVID-19 em seus negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;
- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia da COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares), particularmente no Brasil e na medida em que tais fatores continuem a causar severos, frequentes e negativos efeitos macroeconômicos, aumentando assim muitos dos outros riscos descritos na seção "4.1. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Definitivo, a partir da página 366;
- alteração substancial no comportamento dos consumidores da Companhia em razão da amenização, controle e/ou término da pandemia da COVID-19;
- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e prestação de serviços pela Companhia;

- condições que afetam o setor de atuação da Companhia e a condição financeira de seus principais clientes;
- a mudança no cenário competitivo no setor de atuação da Companhia;
- o relacionamento da Companhia com seus atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;
- fatores negativos ou tendências que podem afetar os negócios da Companhia, sua participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações;
- o nível de capitalização e endividamento da Companhia e sua capacidade de contratar novos financiamentos e executar o seu plano de expansão;
- efeitos de eventual reforma tributária;
- instabilidade política no país e mudanças na situação política e macroeconómica do país;
- eventos de força maior; e
- outros fatores de riscos apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, nas páginas 80 e 19, respectivamente, deste Prospecto, e nas seções “4.1 – Fatores de Risco” e “4.2 – Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não podem assegurar que atualizarão ou revisarão quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Essas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Companhia podem diferir substancialmente daqueles previstos em suas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA E NÃO CONTÉM TODAS AS INFORMAÇÕES QUE UM POTENCIAL INVESTIDOR DEVE CONSIDERAR ANTES DE TOMAR SUA DECISÃO DE INVESTIMENTO NAS AÇÕES. LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA.

Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar sua decisão de investir nas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas nas seções "Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro", "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 5, 19 e 80, respectivamente, deste Prospecto, bem como os itens "3 – Informações Financeiras Selecionadas", "4.1 – Fatores de Risco", "4.2 – Riscos de Mercado" e "10 – Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, além das demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais - ITR e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto. Salvo indicação em contrário, os termos "nós", "nos", "nossos/nossas", "Companhia" e "Kalunga" referem-se à Kalunga S.A.

Visão Geral

A Companhia é a líder absoluta em vendas com 13,1%[1] de *market share* nacional no segmento de suprimentos para escritório e material escolar, mercado altamente fragmentado de, aproximadamente, R$17,6 bilhões[1] em 2019, em que esta participação de mercado confere à Companhia liderança isolada no segmento, segundo dados do Euromonitor International. A Companhia é uma plataforma de soluções de suprimentos para escritório e material escolar com grande abrangência no Brasil, seja em canais de venda, cobertura geográfica, sortimento ou oferta de produtos e serviços, operando em um ecossistema que conta com 222 lojas em 20 Estados e no Distrito Federal, e canais digitais operando em completa omnicanalidade *(omnichannel)*[2].

A Companhia acredita que a marca Kalunga é uma das mais reconhecidas do setor, sendo referência no setor e um sinônimo da categoria de suprimentos para escritório e material escolar, estando posicionada de forma única para aproveitar as oportunidades apresentadas pelo mercado brasileiro de suprimentos para escritório e material escolar, o 2º maior mercado do mundo em 2019, de acordo com dados da Euromonitor International[3], caracterizado por alto crescimento, resiliência em cenários de crise ou desaceleração econômica e alta fragmentação no ambiente competitivo.

Por meio de seu portfólio diversificado e complementar de produtos, a Companhia consegue cobrir uma ampla gama de necessidades dos mais variados consumidores individuais e empresas. Com mais de 10 marcas próprias, a Companhia foca no fornecimento de produtos e soluções para ambientes corporativos, escolares ou domésticos. Além disso, a Companhia conta com uma numerosa rede de parceiros, incluindo mais de 440 fornecedores e mais de 40 marcas licenciadas, dos mais variados ramos. A Companhia comercializa mais de 11 mil itens de marcas reconhecidas e de diversas categorias como escolar, escritório, organização, informática, escrita, *Coffee Break*, móveis, entre outras, disponibilizadas por meio dos canais de lojas físicas e digitais (incluindo o e-commerce Kalunga.com ou televendas).

Entre os exercícios sociais de 2017 e 2019, a receita líquida cresceu a uma taxa composta anual média (CAGR) de 14,4%. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia obteve receita líquida de R$2.098,9 milhões, EBITDA Ajustado de R$156,1 milhões e lucro líquido de R$240,7 milhões. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a Companhia obteve receita líquida de R$1.321,8 milhões, EBITDA Ajustado de R$77,2 milhões e lucro líquido de R$24,1 milhões.

A Companhia, em 30 de setembro de 2020, possuía um portfólio com 222 lojas próprias, crescimento de 28% frente ao portfólio de lojas da Companhia em 2017 (de 174 lojas), instaladas em *shopping centers* e pontos estratégicos de rua, distribuídas em 101 cidades de 20 Estados brasileiros, além do Distrito Federal, totalizando uma área total de vendas de mais de 160 mil metros quadrados e lojas com uma média de 726 m².

Linha do Tempo

O nome Kalunga, que em dialeto banto africano significa "Tudo de Bom", foi ouvido pela primeira vez em maio de 1972, quando por iniciativa de Damião Garcia - pai dos acionistas controladores, Paulo Garcia e Roberto Garcia - começava a história da Companhia por meio de uma pequena papelaria na Rua Vergueiro, no bairro da Vila Mariana, na cidade de São Paulo. No início da década de 80, a Companhia passou por um movimento de crescimento e ganhou repercussão nacional com o patrocínio do Sport Clube Corinthians Paulista, cujo uniforme estampou a marca "Kalunga" por mais de 10 anos, tornando-se um *case* de sucesso. Ainda na mesma década, no ano de 1988, os acionistas controladores da Kalunga adquiriram ativos da gráfica pertencente ao Centro Salesiano de Desenvolvimento Social e Profissional, criando assim a Spiral do Brasil Ltda. ("Spiral") com o objetivo de dar início à linha própria de produção de cadernos e suprimentos de escritório.

Nos anos 90, que foram um marco da evolução tecnológica no país, a Companhia passou a atuar com foco na categoria informática e começou a migrar das atividades de atacado para o varejo. Nessa década, a Companhia realizou investimentos em tecnologia e modernização, acompanhando a evolução do autosserviço, e passando a ter lojas com aplicação interligadas em tempo real. No final dos anos 90 foi inaugurado o website "Kalunga.com" e, a partir de 2001, a Companhia passou a atuar como loja virtual (e-commerce), iniciando o processo de omnicanalidade.

Em 2004, a rede da Companhia contava com 29 lojas na região sudeste do Brasil. Para apoiar seu crescimento foi inaugurado um moderno Centro de Distribuição em Barueri, no Estado de São Paulo, em 2009, com alto investimento em equipamentos e softwares de gestão (WMS), tornando a operação altamente digitalizada.

Em 2010, iniciou-se o processo de mudança de comunicação, reposicionamento da marca e identidade visual das lojas com renovação total das fachadas, layout interno, mobiliário, visual *merchandising* e outras inovações que transformaram a apresentação das lojas com um modelo replicável para implantação nas grandes redes de *shopping centers*. No ano de 2011, a Companhia lançou seu aplicativo de forma a oferecer mais um canal de vendas para seus clientes.

Em 2013, a Companhia comemorou um novo marco ao atingir o número de 100 lojas físicas e em 2015, deu início às atividades de Copy & Print, uma gráfica rápida, com foco no encadernamento e impressão.

---

1 Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, em termos correntes, moeda local.
2 Capacidade de integralizar todos os canais de venda, oferecendo experiência similar aos clientes em todos eles.
3 Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, taxas de câmbio fixas em USD de 2019, termos correntes de 2019.

Como parte da estratégia da Companhia, foi celebrado em 29 de outubro de 2020 um contrato de compra e venda da totalidade das quotas da Spiral, por meio do qual o controle da Spiral será transferido à Companhia. A conclusão de referida transferência está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. Sendo assim, a transferência estará concluída e em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, ocasião em que a Companhia passará à condição de acionista controladora exclusiva da Spiral, fazendo com que todo e qualquer investidor que subscreva/adquira ações no âmbito da Oferta tenha participação na Companhia já com a Spiral como sua subsidiária. Para mais informações a respeito da transferência do controle da Spiral para a Companhia, vide item 3.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto e "Eventos Recentes" abaixo.

Operação

O varejo especializado de suprimentos para escritório e material escolar no Brasil tem como principal característica a alta fragmentação e pouca integração entre canais físicos e digitais, o que a Companhia acredita garantir lhe uma vantagem competitiva considerando sua ampla oferta de produtos e serviços, omnicanalidade e larga escala. Seu modelo de negócio foi adaptado para melhor atender o cliente, contando com lojas que oferecem uma experiência completa e integrada com seus canais digitais. Atualmente, a Companhia opera por meio dos seguintes canais:

Lojas Físicas. Todas as 222 lojas físicas da Companhia estão localizadas em áreas com alto fluxo de clientes, em cidades com mais de 150 mil habitantes[4], com um total de mais de 10 mil unidades de manutenção de estoque ("**SKUs**"), variando de 350 m² até 1.828 m². Do total de lojas, 71% estão localizadas em *shopping centers & mini malls,* com um tamanho médio de 675 m² e 29% lojas de ruas, com um tamanho médio de 825 m². As lojas Kalunga possuem perfil e infraestrutura semelhantes. A loja padrão opera com, em média, 7 aparelhos de self-checkout, 17 funcionários e estacionamento para clientes. Em 30 de setembro de 2020, do portfólio de 222 lojas da Companhia, 214 lojas possuíam estacionamento para os clientes. A média de investimento da Companhia por loja foi de, aproximadamente, R$1,6 mil por metro quadrado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e, segundo a Administração, o prazo médio de *payback* das lojas abertas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi inferior a 2 anos[5]. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a Companhia investiu, aproximadamente, R$15,1 milhões na abertura de lojas, concentradas sobretudo no 1º trimestre de 2020, antes da pandemia do COVID-19.

A Companhia desenvolveu, ainda, um modelo de loja menor, com tamanho de 300 m² a 400 m², adequada para cidades com 100 mil a 150 mil habitantes, a serem operadas com 4 aparelhos de *self-checkout* e 8 a 10 funcionários. Embora ainda não tenha aberto nenhuma loja com esse padrão, em seu plano de negócio, a Companhia buscará também expandir geograficamente com esse formato de loja, de maneira complementar às lojas do padrão atual nas cidades acima de 150 mil habitantes.

Buscando proporcionar um atendimento diferenciado, desde 2015, a Companhia passou a oferecer os serviços gráficos *Copy & Print* no modelo *shop-in-shop*, prestando serviços de alta qualidade e eficiência no processo de customização de produtos impressos. Atualmente, a Companhia opera com esse modelo em 6 de suas 222 lojas. Oferecendo inúmeras possibilidades na produção de materiais gráficos, o *Copy & Print* atende públicos de diferentes perfis e segmentos: desde pessoas físicas, passando por empreendedores, pequenos e médios empresários até grandes corporações e multinacionais. A operação da *Copy & Print* ocupa uma área média de 70 m², incluindo a área de produção e a área de atendimento. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida da *Copy & Print* totalizou R$3,4 milhões. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e 2019, a receita líquida do canal de vendas *Copy & Print* totalizou R$1,3 milhão e R$2,5 milhões, respectivamente.

Um fator chave do sucesso altamente replicável do modelo de negócios de lojas físicas da Companhia reside na curva de maturação acelerada de suas lojas, sendo as mesmas capazes de alcançar, aproximadamente, 70% de maturidade de receita no primeiro ano, mais de 80% de maturidade no segundo ano e mais de 90% de maturidade após o terceiro ano, conforme observado abaixo:

Fonte: Companhia

Canais Digitais. Além da presença nacional por meio das lojas físicas, a Companhia também conta com um canal de vendas digital composto pelo seu *e-commerce* Kalunga.com, aplicativo para smartphones, televendas, *Online Partner Store* e os quiosques da Kalunga.com presentes em todas as lojas físicas. Desde o lançamento do site da Kalunga.com na década de 90, o canal já estava estruturado como uma plataforma *omnichannel*, integrando, portanto, a experiência de compra *online* e *offline* dos clientes e ampliando o atendimento diferenciado proporcionado em suas lojas físicas, aliando o sortimento completo de produtos com a conveniência e agilidade dos canais digitais. Por meio de seu site, a Companhia explora as possíveis interações entre seus diferentes canais de atendimento ao cliente, possibilitando a consulta de produtos e endereços das lojas, histórico de compras, acompanhamento de pedidos, emissão de segunda via de nota fiscal e outros serviços, além de oferecer uma experiência de compra segura e de qualidade aos seus clientes.

[4] Com exceção da loja de Balneário Camboriú/SC, cidade com 131 mil habitantes segundo dados do IBGE, que, no entanto, possui uma região de influência que supera 150 mil habitantes.

[5] Levando em consideração que o *payback* médio das lojas abertas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de 19 meses.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, o canal digital obteve um total de 1,1 milhão de clientes ativos e mais de 58 milhões de visitas (ante 44 milhões de visitas no mesmo período em 2019). Este canal de vendas segue em crescimento contínuo, atingindo R$323,7 milhões de receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 (crescimento de 83,4% em relação ao mesmo período em 2019). Durante referido período, o número de pedidos foi de 1,5 milhão, aumento de 200% quando comparado ao ano anterior, impulsionado pelo aumento na frequência de compra e novos clientes, sobretudo por conta das restrições à circulação impostas por medidas governamentais no combate à pandemia da COVID-19. O canal de vendas digital da Companhia representou 11,2% da receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 e 24,5% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

Para suportar as operações das lojas físicas e canais digitais, a Companhia conta, ainda, com 3 centros de distribuição, com área total superior a 62 mil metros quadrados. Os centros de distribuição estão localizados em terrenos contíguos e no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Barueri, e incluem: (i) um centro de logística destinado a atender as lojas físicas de todo o Brasil, com mais de 12 mil unidades de manutenção de estoque ("SKUs") e área total de mais de 43 mil metros quadrados; (ii) um centro de logística direta de clientes, atendendo pedidos feitos pela internet, compras via telefone e compras B2B, com mais de 16 mil metros quadrados de área total e com um total de 11,5 mil SKUs; e (iii) um centro de logística reversa, responsável pelo manuseio de retornos, com aproximadamente 2 mil metros quadrados de área, atendendo as lojas físicas e todos os canais digitais.

A imagem abaixo apresenta a distribuição geográfica das lojas físicas e centros de distribuição da Companhia em 30 de setembro de 2020.

Os centros de distribuição operam um sistema de gestão integrado denominado *warehouse management system* ("WMS"), que possibilita o monitoramento de todo o recebimento de mercadorias dos fornecedores da Companhia, controle do estoque, endereçamento dos volumes, expedição das mercadorias, reposição parametrizada e emissão de documentos. O sistema WMS proporciona uma maior agilidade e gestão da operação logística, visando a uma maior eficiência operacional e financeira e excelência no atendimento aos clientes. A Companhia opera com renomadas transportadoras do ramo logístico e uma equipe treinada para gestão desses terceirizados, rastreamentos dos pedidos e demais controles necessários.

Atualmente, além da Companhia, o grupo Kalunga conta com os serviços e produtos da Spiral, indústria gráfica focada na produção e importação de cadernos e de toda a linha de papelaria para abastecimento exclusivo das lojas Kalunga. A Spiral conta com uma moderna planta localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde é realizada a produção de seus produtos. A fábrica possui 14.516 metros quadrados e tecnologia de ponta, sendo capaz de produzir 18 mil toneladas por ano e abastecer, de forma exclusiva, a Companhia.

A Companhia atua em todos os elos da cadeia produtiva, desde a definição do *mix* de produtos, passando pela aprovação das novas lojas, gerenciamento de toda a cadeia de suprimentos, incluindo homologação de fornecedores, programação de produção (por meio da Spiral), operações logísticas de abastecimento de lojas e satisfação dos clientes.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, 94% das entregas foram realizadas sem atraso. A estrutura de logística com centros de distribuição especializados permite uma capacidade maior de entrega e maior eficiência quando comparada com competidores do setor. Esse esquema de logística avançado está apresentado na dinâmica abaixo:

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

Os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia são apresentados na tabela a seguir, com seus respectivos períodos indicados:

	Em e/ou período de nove meses findo em 30 de setembro de			Em e/ou exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ milhões)	**2020**	**2019**	**A.H.**	**2019**	**A.H.**	**2018**	**A.H.**	**2017**
Receita Líquida	1.321,8	1.579,0	-16,3%	2.098,9	12,3%	1.868,7	16,6%	1.602,6
Lojas Físicas	996,9	1.400,0	-28,8%	1.853,4	12,7%	1.644,1	17,6%	1.397,7
Canal Digital	323,7	176,5	83,4%	242,0	8,8%	222,4	9,3%	203,5
Copy & Print	1,3	2,5	-49,2%	3,4	59,3%	2,2	64,4%	1,3
Lucro Bruto	461,3	538,6	-14,3%	710,6	8,3%	656,1	12,8%	581,8
Margem Bruta	34,9%	34,1%	0,8p.p.	33,9%	-1,3p.p.	35,1%	-1,2p.p.	36,3%
Lucro Líquido	4,1	242,2	-98,3%	240,7	264,8%	66,0	58,3%	41,7
Margem Líquida	0,3%	15,3%	-15,0p.p.	11,5%	7,9p.p.	3,5%	0,9p.p.	2,6%
EBITDA[1]	160,2	340,0	-52,9%	386,6	117,4%	177,8	11,8%	159,1
Margem EBITDA[2]	12,1%	21,5%	-9,4p.p.	18,4%	8,9p.p.	9,5%	-0,4p.p.	9,9%
EBITDA Ajustado[3]	99,9	140,1	-28,7%	157,5	-11,4%	177,8	11,8%	159,1
Margem EBITDA Ajustado[4]	7,6%	8,9%	-1,3p.p.	7,5%	-2,0p.p.	9,5%	-0,4p.p.	9,9%
Dívida Líquida[5]	738,6	-	20,8%	611,3	8,5%	563,6	14,9%	490,7
Patrimônio Líquido	161,3	-	-10,6%	180,4	632,4%	24,6	-3,9%	25,6
Indicadores Operacionais								
Vendas das mesmas lojas	-29,6%	7,8%	-37,4p.p.	8,8%	-4,8p.p.	13,6%	6,1p.p.	7,5%
Número de lojas	222	219		222		196		174
Estado onde está presente	20 + DF	20 + DF		20 + DF		18 + DF		13 + DF

(1) O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil dos arrendamentos (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção dessa norma e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Para mais informações, ver item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto.

(2) A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida. Para mais informações, ver item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto.

(3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado (i) para excluir o ganho de créditos extemporâneos de Pis e Cofins; (ii) por despesas não recorrentes (ie. honorários de sucesso); e (iii) pelos pagamentos de passivo de arrendamento. O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o EBITDA Ajustado, ver item 3.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

(4) A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida. Para mais informações, ver item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto.

(5) Calculamos a Dívida Líquida da Companhia como a soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia. Para mais informações, ver item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia anexo a este Prospecto.

Vantagens Competitivas

O que diferencia a Companhia de seus demais concorrentes é o conjunto de vantagens competitivas que possui, que, somada às novas iniciativas que tem buscado, contribuem para que ela assuma uma posição de destaque dentro da indústria varejista:

Resiliência do modelo de negócios, combinando qualidade na execução com rentabilidade. A Companhia acredita que possui um modelo de negócios resiliente, pautado na qualidade de sua execução e capaz de aumentar a rentabilidade da Companhia mesmo em períodos de crises macroeconômicas. Nos anos de 2015 e 2016, a Companhia comprovou a resiliência do seu modelo de negócios frente a uma conjuntura macroeconômica desafiadora. Enquanto o PIB e o setor de varejo no Brasil apresentaram variações anuais negativas, a Companhia apresentou crescimento significativo. Se analisado o período entre 2010 e 2019, nota-se que o crescimento da receita bruta acumulado da Companhia foi de 233%, muito superior à variação real do PIB e à média do setor varejista no Brasil no mesmo período, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

Fonte: Companhia para dados da Kalunga e SBVC (O Papel do Varejo na Economia Brasileira – 2020) para dados do mercado

A resiliência da Companhia também pode ser destacada ao se avaliar a relação entre o indicador de vendas nas mesmas lojas ("Same Store Sales" ou "SSS") e o crescimento nominal do PIB. No período analisado entre 2014 e 2019, o SSS da Kalunga se manteve acima do PIB nominal do período, apesar da recessão entre 2015 e 2016, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Fonte: Companhia para dados da Kalunga e IPEA para dados do mercado

Cultura digital e Omnichannel. Desde o lançamento do site da Companhia, na década de 90, marcando o início da migração do consumo *offline* para o *online*, forte tendência observada nos últimos anos, a Companhia buscou sempre maximizar as sinergias entre os dois canais, principalmente por meio da criação de políticas com ideais inovadores, atentando-se sempre à integração entre o varejo físico e digital. Esse cenário permitiu que o *e-commerce* passasse a ser visto como uma grande alavanca de crescimento da Companhia, fazendo com que a Companhia trabalhasse na construção de uma plataforma *Omnichannel* (i.e., visando a total integração entre a experiência *online* e *offline* do cliente). De 2001 a 2019, a receita bruta do canal digital cresceu a um CAGR de 36% a.a., como pode-se observar no gráfico a seguir.

Nota (1): Considera receita advinda dos OPS (*Online Partner Stores*)

A Companhia implementa estratégias *Omnichannel* há mais de 20 anos, tendo inclusive, implementado, em 2013, o *Omnichannel Full*, permitindo que o cliente possa receber produtos remetidos dos centros de distribuição ou de uma loja próxima (*shipping from store*), possa retirar os produtos diretamente na loja de sua preferência (*store pickup)* e possa adquirir por meio do quiosque localizado em qualquer de uma das lojas e retirar na própria loja (*kiosk to store*) ou receber o produto na comodidade da sua casa. A Companhia está focada em proporcionar aos seus clientes uma experiência de compra fácil, eficiente, segura e completa, integrando os estoques de centros de distribuição e lojas físicas, promovendo uma facilidade para o cliente transitar entre os canais *online* e *offline*.

E-commerce. O *e-commerce* atingiu um sólido crescimento nos últimos anos e tem, cada vez mais, contribuído para o resultado operacional da Companhia, oferecendo aos seus clientes uma experiência de compra com entrega expressa, sendo que mais de 93% de suas entregas foram realizadas sem atrasos no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, fator que a Companhia entende ser levado em consideração pelos consumidores na dinâmica do mercado atual. Além disso, o *website* da Companhia (Kalunga.com) contou com uma média mensal de, aproximadamente, 20 milhões de visualizações em 2019, e de, aproximadamente, 36 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020. No período de volta às aulas em janeiro de 2020, esse número ultrapassou 60 milhões de visualizações. A Companhia possui alto nível de satisfação de seus clientes, com mais de 91% dos clientes online se caracterizando como "prováveis" no que diz respeito a recorrência de compras online, com base em pesquisa realizada em 30 de setembro de 2020 pela e-Bit/Nielsen. De seus 3,1 milhões de visitantes mensais, 1,8 milhão acessam o site via celular e 1,3 milhão via computador, garantindo as posições 285 e 7.188 no ranking elaborado pela AlexaRank de acessos online nacional e internacional, respectivamente em maio de 2020.

Store pickup: Criado em agosto de 2019 e presente em 100% das lojas da Companhia, o *store pickup* garante que o cliente que realizar a compra por meio do *e-commerce* possa retirar o produto diretamente na loja física de sua escolha no período de até 1 hora.

Quiosque Kalunga (Prateleira infinita): O Quiosque Kalunga, presente em 100% das lojas Kalunga, permite que a indisponibilidade de estoque de determinado produto em uma loja física seja suprida pelo estoque total da Companhia (seja do centro de distribuição ou de outra loja física). O produto é entregue diretamente no endereço do cliente, sem custo adicional de frete. Esta estratégia eleva a conversão de vendas, uma vez que possibilita o cliente acessar o estoque completo da Companhia, não se limitando apenas ao estoque físico de determinada loja.

Modelo de Assinaturas: a Companhia conta com uma ferramenta de assinatura, garantindo aos assinantes compras automáticas de itens recorrentes. Por meio de site da Companhia, os clientes, tanto pessoa jurídica como pessoa física, conseguem selecionar quais são os itens que desejam comprar e em que periodicidade desejam recebê-los. A seleção dos itens e a periodicidade é administrada pelo próprio cliente através do site da Companhia. O site informa automaticamente o Centro de Distribuição via sistema, que faz a separação e a entrega dos itens no endereço selecionado pelo cliente. Em 30 de setembro de 2020, esse serviço contava com 265 assinantes e mais de R$27,5 mil por mês já contratados.

Televendas: a Companhia atua por meio de uma equipe de 42 funcionários (data base de 30 de setembro de 2020), com dedicação exclusiva a esse canal e com treinamento específico voltado para o atendimento de empresas, podendo disponibilizar aos clientes da Companhia um sistema personalizado para controle e administração de compra.

Online Partner Store: operação do site de seus parceiros (tais como HP e Brother), incluindo a administração de banners, promoções, otimização para motores de busca – SEO, mídia digital e pós-vendas, aproveitando a força das marcas de tais parceiros e integrando-as com a tecnologia da Companhia e sua expertise no e-commerce, a Companhia foi capaz de criar um modelo de parcerias com alta rentabilidade. Desta forma, a Companhia captura uma receita adicional pois se alavanca no tráfego de internet das marcas de seus parceiros, fortalece a relação com os principais fornecedores, além de agregar novos SKUs a serem ofertados tanto no e-commerce da Kalunga quanto no do parceiro. A Companhia acredita que essa operação também é extremamente vantajosa para os fornecedores, visto que vendem mais produtos para a Companhia ao mesmo tempo em que terceirizam a operação logística e de administração do site para a Companhia, que é responsável pela entrega dos produtos (feita, em média, em até 2 dias úteis). O início das atividades com a HP em outubro de 2019 e com a Brother em junho de 2020, gerou R$32,0 milhões de receita bruta para a Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Em 30 de setembro de 2020, a parceria com a HP adicionou 127 SKUs aos 404 SKUs que a Companhia operava antes da parceria, enquanto com a Brother, foram adicionados 154 SKUs aos 135 SKUs que eram oferecidos antes da parceria. Além desses dois parceiros, a Companhia possui negociações avançadas com quatro de seus fornecedores para replicar o modelo de operação de site de parceiros.

Spiral como forma de geração de valor para toda a cadeia. A Spiral é responsável pela fabricação e importação de itens de papelaria, tais como cadernos, mochilas e material de escritório. Todos os produtos são comercializados exclusivamente pela Companhia, e estão presentes no seu portfolio desde 1988, ano de fundação da marca. A capacidade de produção anual da Spiral é de 18 mil toneladas e cerca de 700 SKUs, considerando apenas os itens nacionais produzidos pela Spiral, vendidos nas lojas Kalunga por meio de 24 diferentes categorias de produtos. Além disso, a Companhia se esforça para assegurar um alto padrão de qualidade por meio do controle completo do processo de produção da Spiral.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram vendidos mais de 15,5 milhões de itens da marca Spiral pela Companhia, gerando receita líquida de R$147,9 milhões e um EBITDA Ajustado de R$19,6 milhões para a Companhia no referido período, representando uma margem EBITDA Ajustado de 13,3%. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, foram vendidos mais de 7,2 milhões de itens da marca Spiral, o que gerou receita líquida de R$69,0 milhões e EBITDA Ajustado de R$1,0 milhão, queda de performance decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19.

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de			**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**		
(em R$ milhões)	**2020**	**2019**	**A.H.**	**2019**	**A.H.**	**2018**
Receita Líquida	69,0	89,0	-22,5%	147,9	30,5%	113,3
EBITDA Ajustado	1,0	13,8	-93,1%	19,6	33,6%	14,7
Margem EBITDA Ajustado	*1,4%*	*15,5%*	*-14,1p.p.*	*13,3%*	*0,3p.p.*	*13,0%*

A Companhia acredita que a sua experiência na operação de varejo lhe permite gerir com eficiência o risco operacional da Spiral, ajustando a produção aos níveis de demanda apresentados e acompanhando novas tendências do setor, o que permite que a Companhia se beneficie, via integração vertical, tanto da margem da indústria, quanto da do varejo. A aquisição do controle da Spiral pela Companhia nos termos descritos acima está em linha com os benefícios auferidos das operações da Spiral. Para mais informações a respeito dos riscos relacionados à Spiral, vide "*A oferta pela Companhia de produtos e serviços de marca própria de entidades do grupo econômico da Companhia expõe a Companhia a riscos que podem resultar em aumento de seu custo e prejudicar a reputação da Companhia*", no item 4.1 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Fidelização de clientes devido à marca de forte reconhecimento e à qualidade premiada de seus produtos e serviços. A marca Kalunga tem tradição e amplo reconhecimento pelos consumidores brasileiros, sendo referência para materiais escolares e de escritório. A Companhia entende que a identificação imediata de sua marca e sua correlação com produtos de qualidade reforça a lealdade de seus clientes, contribuindo para seu crescimento e resiliência. De acordo com a pesquisa de Top of Mind do EBIT divulgada no terceiro trimestre de 2020, a Companhia passou a ser a quinta colocada no ranking nacional de loja mais lembrada para as compras online, crescendo 9 posições em relação ao trimestre anterior e 15 posições em relação ao terceiro trimestre de 2019.

Além disso, a Companhia acredita que uma das suas forças é o engajamento que tem com seus clientes nas suas principais redes sociais. A Companhia alcançou mais de 563,8 mil curtidas desde a criação de seu perfil no Facebook até 30 de setembro de 2020 e ultrapassou mais de 70 mil interações nos nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020. No Instagram, ultrapassou 471,5 mil seguidores até 30 de setembro de 2020 e se aproximou dos 8 milhões de interações, nos nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020. No Youtube, por sua vez, o impacto é de mais de 12,6 milhões visualizações acumuladas desde a criação do canal até 30 de setembro de 2020. A Companhia acredita que tal engajamento proporciona resultados positivos para a fidelização de clientes e reconhecimento da marca.

A Companhia acredita que os consumidores associam os seus produtos e sua marca à alta qualidade, praticidade, experiência de compra, exclusividade e eficiência. A experiência de consumo se traduz não só no momento da compra, mas também na conexão do cliente com a Companhia. Diferentes gerações compartilham a experiência de visitar as lojas da Companhia no período do início do ano escolar.

Dentre as iniciativas praticadas pela Companhia a fim de gerar maior fidelização de seus clientes podemos destacar a campanha "Volta às Aulas", em janeiro. Essa campanha consiste em atrair clientes às lojas e aos canais digitais para ofertar produtos de material escolar para o início de um novo ano letivo, com mais de 40 categorias de produtos em desconto. As vendas da Companhia em janeiro representam 13% da receita bruta e tem em média um faturamento 74% maior do que os demais meses no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. O departamento de *marketing* da Companhia tem uma função importante nessa campanha, sendo responsável por criar e desenvolver todo o material de publicidade para as lojas, procurar parceiros para divulgar a campanha nos principais meios de comunicação, realizar a divulgação por meio das mídias digitais e sociais, desenvolver as ações promocionais, tangibilizar os impactos/resultados da ação, entre outras responsabilidades. A área comercial/vendas também tem um papel importante nessa campanha sendo responsável por mudar o *layout* da loja para dar mais ênfase aos produtos de material escolar, determinar quais produtos devem ficar nas pontas de gôndolas, estruturar e organizar a loja para atender a demanda, entre outras finalidades. Desta forma, a Companhia consolida a marca Kalunga pelo país, fortalecendo a expansão social e institucional de sua imagem. Como reconhecimento da alta qualidade de seus produtos e serviços, a Companhia conta com diversas premiações nos últimos anos, entre as quais se destacam:

- A eleição em 2020 (pelo 5° ano consecutivo), pela Folha de São Paulo, como a melhor loja de papelaria em São Paulo;
- Prêmio Ebit, por qualidade em B2C e comércio, recebido em 2009, 2011 e 2013;
- Nota máxima nos Ranking de 2019 e 2020 da IBEVAR-FIA, na categoria eficiência dentro do ranking de varejo especializado;
- Prêmio Ebit como 5ª marca "Top of Mind Brand" no quesito vendas on-line, recebido em 2020;
- Prêmio Ebit como 4ª marca "Top of Mind Brand" no quesito Computadores, recebido em 2020;
- Prêmio por destaque no varejo pela revista Eletrolar, recebido em 2018;
- Prêmio Lojista Alshop, nas categorias de livrarias e conveniência, recebido em 2019;
- Prêmio do Microsoft Club Award pela excelência em sua administração, recebido em 2008; e
- XII Prêmio de Automação, premiando sua cadeia de abastecimento, recebido em 2009.

Plataforma de distribuição com ampla capilaridade. A plataforma de distribuição da Companhia consiste em 3 centros de distribuição localizados na cidade de Barueri e 222 lojas localizadas em 20 Estados e Distrito Federal, já que a Companhia utiliza o estoque de suas lojas como mini-centros de distribuição por todo o país. Por meio dessa plataforma, os produtos comercializados pela Companhia atingem 101 cidades, conferindo ampla capilaridade e cobertura quase nacional, permitindo que a distribuição dos produtos seja realizada de maneira eficiente, com economia de escala, agilidade, flexibilidade e, consequentemente, proximidade e acesso a um maior número de clientes dos mais variados perfis e portes.

A Companhia entende que pode se beneficiar desta plataforma de distribuição já consolidada tanto para incluir novos produtos, quanto para expandir suas áreas geográficas de atuação, o que a posiciona de maneira diferenciada para aproveitar o potencial de crescimento orgânico, incluindo a identificação de novos focos de potencial expansão e crescimento no território nacional. Além disso, a Companhia possui uma estratégia clara de melhorias e desenvolvimentos na área de logística de forma a (i) melhorar a satisfação dos clientes com maior eficiência e agilidade nas entregas; (ii) reduzir custos trazendo melhorias de rentabilidade; e (iii) expandir o *footprint* nacional da Companhia, atendendo a regiões estratégicas e em expansão em termos de relevância para as vendas da Companhia. Faz parte da estratégia da Companhia a implementação de um modelo de mini centros de distribuição e a construção, nos próximos anos, de um centro de distribuição na região Nordeste, conforme imagem abaixo.

Responsabilidade social e práticas sustentáveis. A Companhia acredita no seu poder de transformação e geração de impacto socioambiental positivo. Nesse sentido, assume forte compromisso com a agenda de sustentabilidade, sendo esta uma das prioridades do grupo. A fim de promover a sustentabilidade, a Companhia criou a campanha "Seu caderno usado vale desconto", onde encoraja seus consumidores a promoverem um destino sustentável para os seus materiais usados, oferecendo descontos àqueles clientes que doarem seus cadernos. Implementada desde 2007, essa iniciativa foi capaz de coletar mais de 1,3 mil toneladas de folhas de caderno nesse período de 13 anos.

Além disso, a Companhia promove diversas outras iniciativas sustentáveis que reduzem externalidades negativas, reforçando o seu compromisso socioambiental, como, por exemplo:

(i) Logística reversa para eletrônicos: depósitos instalados dentro das lojas para descarte de eletrônicos que serão enviados posteriormente para reciclagem e reaproveitamento;

(ii) Logística reversa para cartuchos de impressoras: depósitos instalados dentro das lojas, em parceria com a HP e o Projeto HP Plante Partners, para descarte de cartuchos de impressoras que serão enviados posteriormente para reciclagem e reaproveitamento;

(iii) Depósitos para baterias usadas nas lojas: depósitos instalados dentro das lojas para descarte de baterias usadas que serão enviados posteriormente para reciclagem; e

(iv) Programa de troca de impressoras usadas: programa em parceria com a HP que gera descontos aos clientes que doarem equipamentos usados (impressora, scanner, fax ou copiadora) que serão enviados posteriormente para reciclagem e reaproveitamento.

Além disso, a Companhia atua em diversas frentes sociais, participando e patrocinando diversos eventos de cunho social e direcionando seus esforços para criar e fomentar um ambiente de trabalho que valorize a diversidade de gênero, etnia, orientação sexual, crença religiosa, e que respeite as diferenças entre seus colaboradores.

Amplo portfólio de produtos de marcas próprias e por meio de parcerias com terceiros. A Companhia e a Spiral possuem um portfólio extenso de produtos comercializados sob as suas marcas próprias, destacando-se as seguintes: (i) **Spiral**, com capacidade de produção de mais de 700 itens diferentes; (ii) **AppTech**, oferecendo produtos e serviços tecnológicos especializados; (iii) **Oval**, especializada em canetas, lápis e lapiseiras; (iv) **Easy Office**, que foi criada pela Spiral em 2011 e produz materiais de escritório; (v) **EasySpace**, focada em estruturas facilitadoras de organizações de escritórios; (vi) **LoopWay**, focada na comercialização de fones de ouvido e headsets; (vii) **Spiral Digital**, responsável por calculadoras e baterias; (viii) **MGE**, atuando no segmento de malas e pastas; (ix) **Baohua**, produzindo mochilas e malas; (x) **Happytime**, especializada em canetas esferográficas coloridas, específicas para o público jovem; e (xi) **StickNote** e **StickFix**, marcas da Spiral responsáveis por stickers e fitas adesivas.

Além de produtos próprios, a Companhia oferece produtos de terceiros por meio de diversas parcerias, tanto com seus fornecedores, quanto com marcas licenciadas. Contudo, por possuir uma base de fornecedores grande e pouco concentrada (em 30 de setembro de 2020, seu maior fornecedor representava 10,4% da receita bruta da Companhia), é capaz de operar com maior autonomia e com pouca dependência de seus fornecedores. Além disso, a Companhia tem 30% de seus estoques adquiridos por meio de um contrato de consignação, diminuindo a sua necessidade de capital de giro. Abaixo, podemos observar a independência da Companhia frente a seus fornecedores:

O reconhecimento por parte dos fornecedores da excelência na gestão e capacidade tecnológica da Companhia pode ser comprovada pelo *Online Partner Store (OPS)*, operação em que fornecedores (i.e. HP e Brother) conferiram à Companhia toda a gestão das suas operações de *e-commerce*. O fato de a Companhia operar um modelo de OPS (*Online Partner Stores*) com alguns de seus principais fornecedores também fornece uma camada adicional de segurança à manutenção dos contratos de fornecimentos com os parceiros.

A Companhia tem, ainda, parceria com mais de 40 marcas, dentre as quais incluem-se times de futebol, como Barcelona, Real Madrid e Paris Saint Germain, e produtoras de filmes, como Disney e Marvel, garantindo produtos únicos e exclusivos aos canais de vendas proprietários da Companhia. Essa estrutura possibilita à Companhia ter uma gama variada de produtos, oferecendo uma experiência de compra abrangente aos clientes.

Outro ponto de destaque é o fato de o portfólio da Companhia ser composto, majoritariamente, por categorias em que a Companhia é líder nacional, segundo dados do Euromonitor Internacional, sendo 53% de suas vendas brutas advindas das categorias de suprimentos de "escritório" e "papelaria", nas quais há alta recorrência de compra. Categorias onde há maior competição com outros players na visão da Companhia, como "smartphones", "notebooks, tablets e PCs", respondem por apenas 7,3% das vendas da Companhia, sendo que a categoria de "Hardware" corresponde a 19,2% das vendas brutas da Kalunga.

Eficiência operacional por meio de plataforma de gestão robusta e presença da família fundadora no dia a dia da Companhia. O modelo de negócio da Companhia é pautado no compartilhamento de processos, sistemas e melhores práticas de gestão, gerando, dessa forma, maior eficiência operacional, garantia de uma governança sólida e forte integração entre as diversas áreas de negócios. Assim, a Companhia desenvolveu um sistema de gestão integrado (ERP) próprio capaz de conectar o ecossistema *online* e *offline*, promovendo eficiência e ganhos de escala. Com o controle em tempo real das vendas efetuadas nos canais de lojas físicas e digitais, a Companhia busca atuar de forma precisa caso identifique quaisquer desvios.

O ERP da Companhia opera em tempo real com as principais informações quantitativas relevantes para tomada de decisões no seu dia a dia. Este sistema armazena históricos que permitem aos gestores acessar informações de vendas de toda a rede, realizar comparativos entre lojas, realizar comparativos de vendas com períodos anteriores, relatórios de *ranking* por linha e categorias de produtos e por fornecedor, fluxos de caixa, entre outras finalidades. Para os gerentes de lojas este sistema possibilita realizar todo o controle de recebimento de mercadoria, controle de estoque, controle de devoluções de mercadorias para o Centro de Distribuição Reverso, controle de vendas, produtividade dos funcionários, dentre outras funcionalidades. A imagem abaixo apresenta uma visão detalhada da estrutura corporativa da Companhia:

Aliado a um sistema eficiente, uma das forças da Companhia é a presença diária da segunda geração da família fundadora no dia a dia da operação, participando ativamente na gestão da Companhia, preservando a cultura Kalunga e contribuindo para a formação de seus futuros gestores.

Com atuação há mais de 48 anos no setor, a administração da Companhia conta com profissionais de grande renome no setor varejista brasileiro, possuindo uma cultura de excelência operacional e disciplina financeira. A Companhia busca sempre desenvolver e fomentar o crescimento interno de seus mais de 4.705 funcionários, garantindo um ambiente favorável para que os mesmo consigam contribuir diretamente nos negócios, participando dos processos de decisão e melhorias de estratégias para soluções de problemas, o que é feito por meio dos programas de treinamento e desenvolvimento, ciclos de *feedback* semestrais e promovendo uma cultura que valoriza jovens talentos.

Estratégia de Atuação

O objetivo da Companhia é fortalecer sua posição no mercado, por meio do aumento de seu *top-line* (faturamento) e melhorias em suas margens, ampliando seu modelo de negócios no longo prazo:

Aproximar-se ainda mais de seus clientes e focar sempre na criação de experiências diferenciadas de compra. Com uma operação focada em seus clientes, a Companhia pretende investir cada vez mais para se aproximar deles, tendo como estratégia não somente o investimento em *marketing* como também em relações públicas, por meio de investimentos em mídia digital que fortaleçam e potencializem a proximidade da Companhia com seus clientes. A Companhia busca fornecer uma experiência de compra segura e confortável aos seus clientes, nos diversos canais de venda. Nas lojas físicas, o foco é em oferecer uma grande variedade de produtos e serviços para todas as faixas etárias, e nas plataformas digitais o foco é na qualidade dos produtos e na eficiência nas entregas, cumprindo com os prazos e buscando oferecer comodidade aos clientes.

A Companhia sempre viu o esporte como um possível agente de transformação social, potencializando uma melhoria na saúde e na qualidade de vida das pessoas, aspectos que a Companhia sempre entendeu serem positivos para atrelar à sua marca, como estratégia de aproximação e fidelização de clientes. Desta forma, patrocinou e patrocina várias equipes esportivas, incluindo o time de futebol paulista Corinthians, patrocínio que durou cerca de 10 anos e trouxe projeção nacional à marca Kalunga. Atualmente, a Companhia patrocina a seleção brasileira masculina de basquete e a seleção brasileira masculina de futebol de areia. Desde 2018, patrocina a equipe de E-Sports Red Canids possibilitando uma maior proximidade da Companhia com a indústria de vídeo game, que segundo a Euromonitor International faturou US$138,3 bilhões no mundo e R$8,1 bilhões no Brasil, em termos correntes, no ano de 2019[6].

A Companhia atua em diversas frentes, buscando atingir e, eventualmente, fidelizar, o maior número de clientes por meio de suas promoções e eventos. Analogamente, a Companhia participa de diversos eventos focados em responsabilidade social, transmitindo seus valores não apenas dentro do seu dia a dia, mas como também nos ambientes em que está inserida. A Companhia pretende manter seus atuais patrocínios e continuar desenvolvendo iniciativas e parcerias no futuro com o objetivo de atrair e fidelizar um número cada vez maior de clientes.

[6] Euromonitor International Limited, Toys and Games in Brazil 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, taxas de câmbio fixas em USD e moeda local de 2019, termos correntes de 2019.

Promover a expansão dos negócios, monitorando e analisando as potenciais oportunidades de mercado. A Companhia monitora constantemente o segmento de suprimentos para escritório e material escolar no Brasil, e analisa oportunidades estratégicas de expansão que possam vir a complementar seu portfólio de produtos e lojas e gerar valor aos acionistas. Nesse contexto, a Companhia mantém mapeados os segmentos que possam gerar sinergias com aqueles que já oferece, tais como o de jogos, impressões, laptops e smartphones, buscando estar sempre à frente das tendências do mercado, sendo capaz de agir para acompanhá-las e se beneficiar de tais movimentos.

A Companhia busca consolidar sua posição no mercado nacional de impressão (um mercado de R$48,2 bilhões em 2019 segundo a Abigraf) por meio da expansão da marca *Copy & Print*, que oferece impressões de cartões de visita, fotos, adesivos, *banners*, menus, plantas, credenciais, *tags*, entre outros. Aproveitando-se das estruturas das lojas físicas, a Companhia adaptou o espaço físico para fornecer serviços que possibilitam aumentar o tráfego/recorrência nas suas lojas físicas e estreitar ainda mais suas parcerias com seus principais fornecedores (como HP, Ricoh, Fujifilm, Roland, Lenovo, Alphaprint, Lassane, Heidelberg, Miruna, Efi, Konica Minolta e Spiral), uma vez que possui os mesmos fornecedores tanto para o *Copy & Print* quanto para suas lojas físicas, trazendo assim possibilidades de incremento na rentabilidade da Companhia por metro quadrado.

A Companhia mantém o segmento de *vídeo game* em constante monitoramento, tendo em vista o potencial que a indústria de *vídeo game* possui no Brasil (sendo o segundo maior mercado de *vídeo game* na América Latina em 2020, de acordo com dados da Revista Exame). Segundo dados da Revista Exame, 75% dos brasileiros se dizem usuários de jogos eletrônicos. Além disso, o mercado brasileiro ainda representa uma porção pequena (US$2,4 bilhões) dos mais de US$154,7 bilhões que devem representar o mercado de *vídeo game* global em 2020, segundo dados da Euromonitor Internacional.

Todos estes fatores conferem um grande potencial de receita para a Companhia, que atualmente conta com mais de 420 SKUs para categoria de produtos de *vídeo game*. Com um CAGR de 78% de 2016 a 2019, a receita bruta de produtos de *vídeo game* da Companhia aumentou de R$7,6 milhões no exercício de 2016 para R$42,9 milhões no exercício de 2019.

Continuidade da sua estratégia de crescimento orgânico e consequente expansão do seu portfólio de lojas. No que diz respeito ao seu plano de expansão de lojas físicas, a Companhia pretende continuar expandindo sua presença nacional, sem, contudo, aumentar o risco operacional. Nesse contexto, a estratégia de crescimento orgânico da Companhia possui um histórico de sucesso, tendo aberto um total de 72 novas lojas e fechado apenas 8 no período de 1° de janeiro de 2017 até 30 de setembro de 2020, além de possuir um portfólio com mais de 60 lojas em processo de maturação.

A Companhia acredita ser capaz de manter baixo risco operacional, uma vez que por meio de seu modelo de crescimento orgânico evita os tipos dos riscos de execução frequentemente inerentes a operações de fusões e aquisições e possui uma vasta experiência no processo de escolha de pontos comerciais, com relacionamentos de longa data com as principais operadoras de *shopping centers* e corretoras de imóveis no Brasil, por meio de um processo de planejamento da planta das lojas, seguido pela construção e *design* do interior da loja, a fim de garantir a padronização do seu portfólio de lojas.

A expansão das lojas físicas em cidades menores com população entre 100 mil e 150 mil habitantes, por sua vez, conta um potencial de 170 cidades Brasil adentro. Nesse modelo, há a necessidade de 8 a 10 funcionários por loja, com um total de 6 a 8 mil SKUs dispostos em uma área de 300 a 400 m².

A Companhia pretende, ainda, manter o seu modelo de operação atual, baseado em uma estrutura simples e padronizada, com um projeto arquitetônico padrão e facilmente replicável, e processos administrativos centralizados, em linha com sua vasta experiência nas mais de 222 lojas espalhadas pelo Brasil. A Companhia acredita que tal modelo garante uma maior escalabilidade da operação de lojas físicas, minimizando os impactos de eventos adversos, sendo flexível para ajustes de tamanho e velocidade quando necessário. Dito isso, a Companhia possui um pipeline de 39 lojas já em negociação, sendo 7 em construção, conforme gráfico abaixo:

Desenvolvimento contínuo de seus canais digitais. No que diz respeito à experiência dos consumidores, a Companhia busca implementar iniciativas que visam sempre a melhorar o atendimento ao cliente, almejando aumentar a variedade de produtos e a conversão de vendas. Para atingir esses objetivos, a Companhia busca sempre melhorar sua plataforma de *e-commerce*, desenvolvendo novas tecnologias e utilizar *Big Data* e *Data Science* como pilares de relacionamento com os seus clientes. Complementarmente, a Companhia mantém e busca reter profissionais de vendas e atendimento ao cliente qualificados que estão focados no desenvolvimento de relacionamentos eficazes.

A Companhia pretende dar continuidade à sua estratégia de *Omnichannel e de Online Partner Store*, utilizando-se de sua expertise em varejo, *e-commerce* e tecnologia para aproveitar a força das marcas desses parceiros, fazendo uso de banners, promoções e mídias sociais, inclusive no pós-venda. Nesse contexto, a Companhia já realiza a operação do e-commerce da HP desde outubro de 2019 e da Brother desde junho de 2020 e possui negociações ativas com outros quatro fornecedores, além de estar sempre atenta a oportunidades de parcerias com outras marcas, principalmente nos segmentos de entretenimento, *vídeo game*, materiais para escritório e papelaria.

A Companhia foca em melhorar as suas operações de negócios por meio de novos sistemas, processos mais eficazes e restrição de custos para impulsionar o seu crescimento. Isso inclui obter maiores eficiências em sua cadeia de suprimentos de produtos e outras operações.

Estrutura Societária

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é composto de 500.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais. O organograma abaixo apresenta sua atual estrutura societária:

Principais Desafios Enfrentados pela Companhia.

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças referentes a Companhia, seus negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados nos fatores de risco da Companhia, ocorrendo de maneira combinada. Vide seção "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" abaixo e os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Eventos Recentes

Transformação da Companhia de sociedade limitada em sociedade por ações

Conforme deliberação dos sócios quotistas da Companhia em reunião, datada de 14 de outubro de 2020, e Assembleia Geral da Companhia realizada na mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Companhia em ações ordinárias à razão de 1 quota por 0,602409639 ação ordinária, transformando-se a Companhia de sociedade limitada em sociedade por ações.

Celebração pela Companhia de Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças para aquisição da Spiral

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Spiral celebraram o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual a Companhia adquiriu a Spiral dos Acionistas Vendedores, pelo valor total de R$106.250.000,00 (cento e seis milhões, duzentos e cinquenta mil reais) ("Preço de Aquisição"), sendo R$53.125.000,00 (cinquenta e três milhões, cento e vinte e cinco mil reais) devidos a Paulo Sérgio Menezes Garcia e R$53.125.000,00 (cinquenta e três milhões, cento e vinte e cinco mil reais) devidos a José Roberto Menezes Garcia. O Preço de Aquisição foi baseado em laudo de avaliação independente elaborado pela Padrão Consultoria, datado de 22 de setembro de 2020, que apurou valor de R$106.250.000,00 (cento e seis milhões e duzentos e cinquenta mil reais) para a Spiral, utilizando como critério de avaliação o método do fluxo de caixa descontado. O pagamento do Preço de Aquisição se dará, na forma dos artigos 368 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, mediante compensação do Preço de Aquisição com parcela do crédito detido pela Companhia contra os Acionistas Vendedores, equivalente ao valor do Preço de Aquisição, nos termos do Contrato de Mútuo. A conclusão de referida transferência está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do Preço por Ação no âmbito da Oferta. Sendo assim, a Companhia espera que a transferência esteja concluída e em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, ocasião em que a Companhia passará à condição de acionista controladora exclusiva da Spiral. Os Acionistas Vendedores pretendem utilizar [parte / a totalidade] dos recursos oriundos da Oferta Secundária para a liquidação do saldo remanescente do Contrato de Mútuo após o pagamento do Preço de Aquisição.

No âmbito de operações com partes relacionadas, há o risco de que os interesses da Companhia possam vir a entrar em conflito com os interesses dos Acionistas Controladores e das sociedades por eles controladas. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Imediatamente após a conclusão da Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelos seus atuais Acionistas Controladores. Os interesses dos Acionistas Controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses dos seus demais acionistas", deste Prospecto.

Medidas Adotadas pela Companhia em Decorrência da COVID-19

No final de 2019, a COVID-19 foi detectada em Wuhan, na China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") decretou pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Assim, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que resultou na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira. Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde a Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores, culminaram no fechamento temporário das lojas físicas a partir de 20 de março de 2020. Durante o período em que as lojas permaneceram fechadas as vendas ocorreram apenas nos canais digitais, isto é, *e-commerce*, aplicativo, OPS e televendas.

Considerando a pandemia global desencadeada pelo COVID-19, a Companhia adotou uma série de medidas visando a mitigar os impactos gerados em suas operações, incluindo:

(i) instituição de comitês extraordinários visando a maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia de COVID-19;

(ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia;

(iii) otimização do estoque do Centro de Distribuição Clientes, que efetua todo o atendimento das vendas dos canais virtuais em quantidade julgada suficiente para fazer frente ao crescimento desse segmento, e eventual desaceleração da indústria ou redução de fornecimento;

(iv) renegociação com os fornecedores, visando o alongando dos prazos de pagamento;

(v) alinhamento com prestadores de serviços de logística, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;

(vi) negociações com os locadores para obter isenção e/ou redução nos valores de aluguéis durante o período em que as lojas físicas permaneceram fechadas e/ou com restrição no horário de funcionamento;

(vii) reforço do número de colaboradores tanto do Centro de Distribuição Clientes, quanto do serviço de atendimento ao cliente - SAC e do atendimento virtual, por meio de realocação de colaboradores de outras áreas;

(viii) emprego de teletrabalho (*home office)* para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes; e

(ix) negociações individuais com seus colaboradores, para aplicação de reduções de jornada, conforme a Medida Provisória 936 de 1º de abril de 2020.

Impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia

A pandemia declarada pela OMS, em razão da disseminação da COVID-19, impactou e pode continuar impactando as operações da Companhia, canais de venda e fluxos de caixa. Nesse sentido, a Companhia vem acompanhando diariamente as notícias sobre a pandemia da COVID-19 e seus efeitos sobre a comunidade, empresas e mercados, principalmente em segmentos que possam afetar direta ou indiretamente os seus negócios, bem como seus colaboradores e parceiros.

Com as restrições impostas no país desde o início da pandemia, a Companhia chegou a fechar a totalidade de suas lojas. Com a flexibilização gradual das normas e a retomada paulatina do comércio, a Kalunga também iniciou o processo de reabertura de suas lojas. Na data deste [Prospecto], todas estão abertas, mas com restrições de horário de funcionamento. Uma das métricas operacionais acompanhadas continuamente pela Companhia – as vendas mensais – ilustram parte da extensão do impacto da pandemia nas operações. Houve uma queda significativa de vendas no período de março até maio de 2020, estando estas consideravelmente abaixo do realizado em 2019 e do planejado para 2020. Mesmo assim, houve uma recuperação considerável deste mesmo indicador, indicando possível convergência deste para o inicialmente planejado para o ano.

A retração acentuada na economia mundial e demais reflexos poderão impactar os negócios da Companhia devido ao cenário de incertezas, restrições de créditos, aumento no desemprego, falta de matérias-primas e paralização de mão-de-obra e serviços. Todos esses e outros fatores, em conjunto, podem afetar os fluxos de caixa previstos e o plano estratégico da Companhia. A extensão e gravidade de tais efeitos nos negócios da Companhia dependem de eventos futuros altamente imprevisíveis. Para mais informações sobre os impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia e sobre as medidas tomadas pela Companhia em decorrência da pandemia, vide itens 10.1, 10.2 e 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia

Abaixo estão listados apenas os cinco principais fatores de risco que afetam a Companhia. Para mais informações sobre os fatores de risco a que a Companhia está exposta, veja a seção "Fatores de Riscos Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto e o item 4.1 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

A amplitude e maneira em que a pandemia da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde, impactará as atividades da Companhia, bem como a percepção de tal eventual impacto, depende de acontecimentos futuros que são incertos e imprevisíveis e que podem ter um efeito adverso relevante nas atividades, na situação financeira, nos resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia.

No final de 2019, a COVID-19 foi detectada pela primeira vez em Wuhan, China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como uma pandemia em decorrência de sua disseminação global. A pandemia da COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e alterações significativas no mercado, incluindo no setor da Companhia. Em resposta à pandemia, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social, que podem continuar por um período significativo. Além disso, vários países que inicialmente conseguiram controlar a transmissão da doença estão passando por uma segunda onda de contágio, o que pode resultar em restrições adicionais às atividades econômicas e em incerteza por períodos prolongados.

A pandemia da COVID-19 também resultou em volatilidade substancial nos maiores mercados financeiros e indicadores econômicos no mundo e no Brasil, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e *spreads* de crédito. Por exemplo, em decorrência do aumento da volatilidade, as negociações na B3 foram interrompidas por *circuit breakers* oito vezes em março de 2020 e o valor dos ativos na bolsa foi afetado adversamente. As preocupações do mercado podem resultar em diminuição da liquidez e do acesso a financiamentos nos mercados local e internacional, o que pode afetar a Companhia de maneira significativamente adversa.

As medidas adotadas por autoridades governamentais em todo o mundo, incluindo o Brasil, para estabilizar os mercados e apoiar o crescimento econômico podem não ser suficientes para controlar o aumento da volatilidade ou evitar reduções severas nas atividades econômicas. Além disso, as medidas de distanciamento social impostas por autoridades governamentais para controlar a pandemia da COVID-19 causaram redução acentuada e, em certos casos, suspensão das atividades de empresas em diversos setores com os quais a Companhia faz negócios, incluindo seus fornecedores. No Brasil, tais medidas foram aplicadas de modo geral nas esferas estadual ou municipal, e espera-se que determinado grau de restrições permaneça em vigor, com a possibilidade de retomada de restrições adicionais no futuro próximo. Essas políticas e medidas impactaram a confiança e o comportamento do consumidor e o comportamento da população em geral, bem como a demanda por produtos e serviços. Essas medidas também resultaram em diminuição e, em certos casos, em suspensão das atividades de empresas em diversos setores, incluindo o setor de varejo.

Tendo em vista a possibilidade de divergências políticas acerca das estratégias de combate à pandemia, medidas tomadas pela Companhia relacionadas à reabertura de lojas estão sujeitas a interpretações diversas por parte das autoridades públicas, estando sujeitos, inclusive, a Companhia e/ou seus administradores a figurar como investigados em procedimentos de natureza cíveis ou criminais por eventual descumprimento de medidas sanitárias preventivas devido à reabertura e/ou ao funcionamento das lojas da Companhia, os quais podem afetar adversamente a sua reputação. Além disso, não há garantias de que a Companhia não será obrigada a adotar medidas adicionais ou a voltar a fechar temporariamente suas lojas físicas no futuro, podendo resultar em um impacto adverso relevante em seus resultados futuros.

A pandemia causada pela COVID-19 acarretou impactos de longo alcance, incluindo fechamentos de fábricas e interrupções nas cadeias de fornecimento locais, regionais e globais, ameaçando a produção de vários bens e a interrupção da cadeia de peças e/ou fornecimento para empresas do setor de varejo. Paralelamente e também em razão das restrições de circulação decorrentes da pandemia de COVID-19, houve grande aumento de demanda de determinados produtos, como notebooks, monitores, mouses, teclados, webcams, cadeiras de escritório e de gamers, smartphones, roteadores, adaptadores, tablets, etc., muitos dos quais tiveram fornecimento reduzido em razão das restrições ou paralisações de produção de fornecedores, em particular o fechamento temporário de fábricas na China. As paralizações de fábricas ao redor do mundo resultaram em escassez de certas matérias-primas, fazendo com que estejam em falta no mercado interno ou a preços superiores aos praticados antes da pandemia, como plástico, PP, PE, papelão, papel Kraft, Madeira MDF, cobre, entre outras, afetando outros setores como os de embalagens em geral.

Atualmente, a cadeia de fornecimento global continua ameaçada e alguns produtores não retomaram o patamar de fornecimento de peças e/ou matérias-primas. Como consequência dessas interrupções, as empresas cuja cadeia de fornecimento depende de produtores externos, incluindo a Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, poderão enfrentar redução em sua receita.

Desde o início da pandemia da COVID-19, as atividades da Companhia foram adversamente afetadas pelo novo ambiente econômico. As lojas da Companhia sofreram redução na circulação de consumidores em decorrência da redução do tráfego nas ruas, além de mudanças nos hábitos de compra dos consumidores. No mês de abril, todas as lojas físicas da Companhia foram fechadas a fim de cumprir os decretos municipais e estaduais que buscaram reduzir a taxa de contágio por COVID-19 entre a população. Desde então, gradativamente as lojas físicas da Companhia foram sendo reabertas, com restrições em seu horário de funcionamento e capacidade. Na data deste Prospecto, todas as lojas físicas estão abertas, porém operando com restrições em seu horário de funcionamento e capacidade.

Os resultados da Companhia para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 refletem um impacto significativo da perda de receita de operações de atividades físicas de varejo quando comparado com o mesmo período para o ano de 2019, sendo que as despesas não caíram na mesma proporção, o que resultou em um aumento das necessidades de caixa da Companhia. Para mais informações, ver Seção 10.2 e 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

A Companhia não pode prever a amplitude, a duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia da COVID-19, nem das medidas auxiliares anunciadas pelo governo brasileiro até o momento. Além disso, não há eventos comparáveis recentes que possam orientar a Companhia quanto aos efeitos da disseminação da COVID-19 e/ou de uma pandemia global. Assim, a amplitude e duração do impacto da pandemia da COVID-19 ou de surto de doença semelhante permanecem altamente incertos.

A Companhia não pode estimar os impactos que a pandemia da COVID-19 terá sobre a demanda, o desemprego, as atividades econômicas e/ou a duração do ambiente econômico atual. Uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que a pandemia diminuir, (ii) receio dos consumidores de adoecerem e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes. Todos esses fatores podem impactar adversamente o setor de varejo, diminuir a demanda pelos produtos da Companhia e consequentemente afetar seus resultados. As medidas de restrições à circulação impostas a lojas, bancos, lotéricas, como a restrição de horário de funcionamento, por exemplo, também podem dificultar ou atrasar a realização dos pagamentos devidos por clientes.

Especificamente, a Companhia não pode prever os efeitos diretos e indiretos que a pandemia da COVID-19 e a resposta do governo brasileiro à pandemia terão nas suas atividades, em seus resultados operacionais e nas sua situação financeira, incluindo, dentre outros impactos e consequências imprevistas, o impacto adverso (i) na situação financeira e resultados operacionais da Companhia, assim como sobre as tendências e perspectivas econômicas gerais ou seu impacto no capital, investimentos, recursos financeiros e liquidez da Companhia, (ii) nas atividades futuras da Companhia, (iii) nas despesas da Companhia ou no acesso da Companhia a capital e financiamentos; (iv) nas contingências ou prejuízos relevantes da Companhia relacionados à pandemia da COVID-19; (v) nas alterações de decisões relacionadas a aspectos contábeis em decorrência de informações novas ou revisadas; (vi) no montante total da redução da demanda por bens e serviços e nas interrupções dos canais de vendas, especificamente aqueles afetados por medidas de distanciamento social; (vii) na cadeia de fornecedores da Companhia; (viii) na proporção dos custos em relação à receita da Companhia; (ix) nas incertezas econômicas e sociais gerais, incluindo aumentos nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, na inflação e no desemprego, e (x) na capacidade da Companhia de cumprir obrigações no âmbito de seu endividamento.

A pandemia também pode causar interrupções relevantes nos negócios e atividades da Companhia no futuro como consequência de, por exemplo, quarentenas, ataques cibernéticos, licença de funcionários em razão de doenças ou outros fatores, como medidas de distanciamento social, restrições de viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa dos empregados da Companhia não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou devido a restrições de viagens ou restrições impostas pelo governo relacionadas à pandemia, as atividades da Companhia poderão ser adversamente afetadas. Adicionalmente, a Companhia também adotou uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos, os quais em sua grande maioria, na data deste Prospecto, ainda operam de forma remota. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos enfrentados pela Companhia, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, que podem prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar e operacionalizar suas atividades.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 afeta negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção "4.1. Fatores de Risco", como aqueles relacionados ao nível de endividamento da Companhia, à necessidade da Companhia de gerar fluxos de caixa suficientes para atender seu endividamento e à capacidade da Companhia de cumprir as obrigações assumidas no âmbito dos contratos que regem seu endividamento.

A Companhia acredita, ainda, que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica dos casos, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas.

Além disso, no futuro, podem ocorrer outros surtos regionais e/ou globais de doenças transmissíveis. Caso ocorram, os efeitos que a Companhia sofrerá podem ser semelhantes ou até maiores que os efeitos que está sofrendo em decorrência da pandemia da COVID-19. Para mais informações sobre os impactos da COVID-19 nas operações, resultados operacionais e condição financeira da Companhia, vide itens 3.3, 10.1, 10.2 e 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

A Companhia poderá não conseguir implementar sua estratégia de crescimento, o que poderá afetar de maneira adversa e relevante seus negócios e resultados operacionais.

A implementação da estratégia de crescimento da Companhia depende de fatores críticos, dentre os quais a capacidade da Companhia de: (i) fortalecer sua plataforma de logística e distribuição para apoiar a expansão de seus negócios, o fornecimento de estoque para suas lojas e uma melhor experiência de compra para seus clientes, (ii) adaptar as ofertas de seus produtos e serviços às mudanças nas demandas dos consumidores e nos hábitos de compra, especificamente em meio a circunstâncias adversas, como as criadas pela pandemia da COVID-19, (iii) oferecer um variado e amplo leque de produtos que atendam às necessidades de seus clientes, especificamente à luz das circunstâncias adversas criadas pela pandemia da COVID-19, (iv) aprimorar a experiência do cliente por meio de plataformas de vendas e comércio eletrônico, (v) abrir novas lojas e expandir sua cobertura geográfica, (vi) identificar locais adequados para alugar em condições favoráveis, (vii) obter as licenças e autorizações governamentais necessárias em tempo hábil para a construção e operação de suas lojas físicas, (viii) gerenciar custos de construção e desenvolvimento de novas lojas, (ix) expandir sua carteira de clientes, (x) aumentar as vendas e a rentabilidade de suas operações, (xi) manter o valor de sua marca em relação aos seus concorrentes do setor de varejo de materiais de escritório, e (xii) gerenciar suas atividades de financiamento e o investimento de seus recursos financeiros.

Em decorrência da pandemia da COVID-19 e do atual ambiente econômico, a Companhia não pode garantir que alcançará os objetivos mencionados acima e, portanto, poderá não conseguir implementar sua estratégia de crescimento. Qualquer falha na implementação de sua estratégia de crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante a Companhia, seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia poderá não conseguir manter as sinergias esperadas entre seus canais de vendas, os quais poderão entrar em competição, se tornar economicamente inviáveis e/ou ser objeto de autuações, o que poderá resultar em impacto adverso relevante nos seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional.

As atividades da Companhia no setor de varejo são realizadas por meio de lojas físicas e plataformas digitais, incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas. Com o aumento no uso de computadores, *tablets*, aparelhos de telefone celular e outros dispositivos para fazer compras nas lojas e plataformas online da Companhia, a Companhia tem oferecido versões de seu site para referidos dispositivos (incluindo aplicativos para *smartphones*), além de utilizar as mídias sociais. Caso a Companhia não consiga atrair e reter membros da equipe ou contratar terceiros com as habilidades especializadas necessárias para manter suas plataformas de vendas ou não conseguir implementar em tempo hábil melhorias na tecnologia voltada para o cliente, sua capacidade de competir e seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados. Além disso, se o site da Companhia ou outros sistemas de tecnologia voltados para o cliente não funcionarem conforme projetados, a experiência do cliente poderá ser negativamente afetada, resultando em perda de confiança e satisfação do cliente e, por conseguinte, em perda de vendas, o que poderá afetar adversamente a reputação da Companhia e seus resultados operacionais.

Além disso, a Companhia poderá não conseguir operar em vários canais de forma integrada e complementar em termos comerciais, logísticos, de comunicação, *marketing* e de atendimento, caso em que sua estrutura multicanal (*omnichannel*) poderá ser negativamente afetada, o que pode afetar adversamente os resultados das operações da Companhia. Adicionalmente, seus canais de vendas podem entrar em competição entre si. Caso isso aconteça, a Companhia não será bem-sucedida em sua estratégia de crescimento de seu faturamento e poderá não alcançar os benefícios esperados para seus negócios e atividades. A Companhia poderá incorrer em custos maiores do que os esperados para a integração de seus canais de vendas e as iniciativas *omnichannel* poderão se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à *plataforma omnichannel* no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para suas operações. Qualquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante a estratégia de crescimento e o resultado operacional da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de informação para operacionalizar suas atividades. Problemas nos sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia, a incapacidade da Companhia de acompanhar o desenvolvimento da tecnologia de tais sistemas ou o comprometimento de dados de clientes poderão afetar adversamente suas operações e sua reputação.

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de sistemas e centros de dados, incluindo sistemas de ponto de venda em lojas, sistemas de crédito, sistemas de logística e de comunicação e softwares utilizados para controle de estoque e para gerar relatórios comerciais e de desempenho financeiro. Os sistemas de processamento operacional em tempo real são necessários para garantir níveis adequados de estoque e atendimento ao cliente. Além disso, os sistemas que processam os meios de pagamento empregados pela Companhia são indispensáveis para suas operações, vendas realizadas em lojas físicas e por meio de seus canais digitais.

Os sistemas de informação da Companhia poderão sofrer interrupções devido a fatores que estão além de seu controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus e *softwares* maliciosos, entre outros fatores. Falhas, interrupções ou ineficiências nos sistemas integrados da Companhia poderão resultar na perda de dados pela Companhia ou em sua incapacidade de realizar transações comerciais e, portanto, a Companhia poderá deixar de auferir receitas de vendas, o que a afetaria de forma significativamente negativa. Além disso, quaisquer interrupções significativas que afetem a plataforma digital da Companhia (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas) poderão causar danos à sua reputação, demandar recursos para os reparos necessários e expor a Companhia a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades.

Quaisquer falhas de tais sistemas ou software ou problemas decorrentes de vírus ou *malwares*, também poderão afetar negativamente e de forma inesperada a disponibilidade e precisão do processamento de transações e relatórios de contabilidade financeira da Companhia, bem como sua capacidade de gerenciar suas atividades, resultados operacionais ou necessidades de caixa.

Ainda, a Companhia precisa atualizar e aprimorar continuamente suas tecnologias e, ao fazê-lo, poderá incorrer em despesas adicionais substanciais ou enfrentar problemas de integração, o que poderá afetar negativamente seus resultados operacionais e sua situação financeira. A estratégia da Companhia de longo prazo se baseia em uma integração completa entre os canais de sua plataforma digital (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas) e, para tanto, a Companhia depende de recursos tecnológicos de terceiros. A não disponibilidade ou queda na qualidade desses recursos poderá afetar negativamente o planejamento da Companhia e, por conseguinte, seu resultado operacional e sua situação financeira.

Adicionalmente, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia os sistemas de informação por ela utilizados preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária pode provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, as operações e os resultados financeiros da Companhia.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades na abertura e operação de novas lojas, o que poderá prejudicar seus planos de expansão e afetar adversamente suas vendas, seus resultados operacionais e suas perspectivas.

O crescimento da Companhia está ligado à sua capacidade de abrir e operar novas lojas, bem como de identificar e tirar proveito de novas oportunidades de negócios, que dependem de vários fatores, muitos dos quais estão além do controle da Companhia. Esses fatores incluem, entre outros, a capacidade de identificar locais adequados para novas lojas, a capacidade da Companhia de negociar locações em condições aceitáveis, a disponibilidade de recursos financeiros ou de financiamentos em condições aceitáveis para abrir e operar novas lojas, o aumento de vendas da Companhia em suas atuais lojas, o desenvolvimento e a eficiência contínuos da plataforma da Companhia de logística e distribuição, levando em consideração a capilaridade da Companhia, a custos aceitáveis para atender às demandas dos clientes e para contratar, treinar e manter pessoal qualificado para as lojas da Companhia, especificamente para cargos de gerência.

Uma vez tomada a decisão de abrir uma nova loja, reformas e preparações poderão sofrer atrasos, interrupções ou envolver aumento de custos ou custos imprevistos, inclusive em decorrência da pandemia da COVID-19, e a Companhia poderá não conseguir financiamentos em termos aceitáveis para abrir novas lojas na medida do necessário. A Companhia também poderá enfrentar dificuldades em oferecer a mercadoria certa que atenda às necessidades e preferências dos clientes em novas regiões. Além disso, as novas aberturas de lojas também exigirão ajustes nos níveis de estoque, o que poderá envolver custos acrescidos, além da contratação, treinamento e manutenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente no nível gerencial. Ainda, quando as inaugurações de novas lojas ocorrerem em mercados em que já existem lojas da Companhia, poderá ocorrer uma redução nas vendas líquidas das lojas já existentes nesses mercados em razão do deslocamento de vendas. Adicionalmente, a capacidade da Companhia de abrir e operar novas lojas poderá ser afetada pelos efeitos contínuos da pandemia da COVID-19. A Companhia poderá não conseguir integrar satisfatoriamente novas lojas em suas atuais operações ou não conseguir obter as licenças e autorizações governamentais necessárias para a abertura de lojas. A não abertura de novas lojas em tempo hábil e de forma econômica, de acordo com planos estratégicos da Companhia, poderá afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 19 e 80, respectivamente, deste Prospecto, nas seções "4.1 – Fatores de Risco" e "4.2 – Riscos de Mercado" do Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR e respectivas notas explicativas, anexos a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia, considerados em conjunto.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério [da Companhia] [e] [dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] Ações[, sendo (i) até [•] novas Ações; e (ii) até [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 44 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas].
Ações do Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] Ações[, sendo (i) até [•] novas Ações; e (ii) até [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 44 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta	Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 42 deste Prospecto.
Agentes de Colocação Internacional	BTG Pactual US Capital, LLC, Bradesco Securities, Inc., XP Investments US, LLC, e UBS Securities, LLC, considerados em conjunto.
Agente Estabilizador ou Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 75 deste Prospecto.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 75 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 75 deste Prospecto.
Aprovações Societárias	A abertura de capital da Companhia, a sua adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, bem como a realização da Oferta, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 23 de outubro de 2020, sob o nº 447.124/20-1 e publicada no DOESP e no jornal "Folha de São Paulo" em 13 de novembro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Folha de São Paulo" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Considerando que os Acionistas Vendedores são pessoas físicas, não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Aviso ao Mercado

Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2020 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 75 deste Prospecto.

Características das Ações

Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item "Informações Sobre a Oferta – Características das Ações", na página 54 deste Prospecto.

Contrato de Distribuição

Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente anuente, a B3.

Contrato de Distribuição Internacional

Placement Facilitation Agreement, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.

Contrato de Empréstimo

Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A., a ser celebrado entre o [•], na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.

Contrato de Estabilização

Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A., a ser celebrado entre a Companhia, [os Acionistas Vendedores] o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Coordenador Líder ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, Bradesco BBI, XP e UBS BB, considerados em conjunto.
Corretora	Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Cronograma Tentativo da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma Tentativo da Oferta", na página 74 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Destinação dos Recursos	A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta da seguinte forma: (i) investimentos em novas lojas e na expansão das operações de Copy & Print dentro das lojas da Companhia; (ii) abertura de um novo centro de distribuição na região nordeste para atendimento às lojas e de mini centros de distribuição focados no atendimento de canais digitais; e (iii) reforço e adequação na estrutura de capital da Companhia. [A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, já que os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores, nas respectivas proporções, inclusive os resultantes da eventual distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar. Não obstante, do total de recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária, R$[•] serão destinados, pelos Acionistas Vendedores, à quitação [integral] dos valores devidos à Companhia no âmbito do Contrato de Mútuo.] Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 109 deste Prospecto.

Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta	O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia e das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 75 deste Prospecto.
Estabilização do Preço das Ações	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476. Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação em valor inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.",* na página 84 deste Prospecto.
Faixa Indicativa	Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.

Fatores de Risco

Os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", descritos nas páginas 19 e 80, respectivamente, deste Prospecto, e nas seções "4.1 – Fatores de Risco" e "4.2 – Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

Consiste na obrigação individual e não solidária de subscrição/ aquisição e integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, multiplicado pelo Preço por Ação e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação. Tal Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, concedido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, concedidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 53 deste Prospecto.

Inadequação da Oferta	A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e dos riscos inerentes ao investimento em ações, bem como dos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto e do Formulário de Referência que tratam sobre "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações".*
Informações Adicionais	Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 76 deste Prospecto. A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em [•] de [•] de 2020. Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 76 deste Prospecto.
Instituição Financeira Escrituradora das Ações	Banco Bradesco S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, nos termos da Instrução CVM 539.

Investidores de Varejo Com *Lock-Up*	Investidores de Varejo que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*	Investidores de Varejo que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* Oferta de Varejo.
Investidores do Segmento Private	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private, nos termos da Instrução CVM 539.
Investidores do Segmento Private Com *Lock-Up*	Investidores do Segmento Private que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* Oferta do Segmento Private.
Investidores do Segmento Private Sem *Lock-Up*	Investidores do Segmento Private que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* Oferta do Segmento Private.
Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act* editada pela SEC; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii),desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Instrução CVM 560, ou pela Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, de solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.
Investidor Institucional	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.

Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, que não sejam consideradas Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos de investimento, nos termos da Instrução CVM 539.
Investidores Não Institucionais	Os Investidores do Segmento Private e os Investidores de Varejo, considerados em conjunto.
***Lock-up* Oferta de Varejo**	Os Investidores de Varejo Com *Lock-Up* que adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* não poderão, pelo prazo de 40 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, onerar, dar em garantia, permutar ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, cada Investidor de Varejo Com *Lock-Up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

***Lock-up* Oferta do Segmento Private**	Os Investidores do Segmento Private Com *Lock-Up* que adquirirem Ações no âmbito da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up* não poderão, pelo prazo de 50 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, onerar, dar em garantia, permutar ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*, cada Investidor do Segmento Private Com *Lock-Up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* Oferta do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* Oferta do Segmento Private, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]". A adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.
Oferta	Em conjunto, (i) a Oferta Primária e (ii) a Oferta Secundária.
Oferta de Varejo	Oferta destinada aos Investidores de Varejo, no montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a qual compreende a Oferta de Varejo Sem *Lock-Up* e a Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo Com *Lock-Up*	Oferta cujo montante será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Com *Lock-Up*, sendo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Com *Lock-Up* (i) de até 8% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a 8% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-Up* tenha sido atendido, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, haverá a incidência de Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up*.

Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*	Oferta cujo montante será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*, sendo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-Up* (i) de até 2% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a 2% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*.
Oferta do Segmento Private	Oferta destinada aos Investidores do Segmento Private, no montante de, no mínimo, 0,5% e, no máximo, 10% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a qual compreende a Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up* e a Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up*, consideradas em conjunto.
Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*	No âmbito da Oferta do Segmento Private, a distribuição pública de Açõesdirecionada aos Investidores do Segmento Private Com *Lock-Up*, sendo que, caso haja demanda de Investidores do Segmento Private Com *Lock-Up* (i) de até 0,4% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a 0,4% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up* tenha sido atendido, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, haverá a incidência de Rateio da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*.
Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up*	No âmbito da Oferta do Segmento Private, a distribuição pública de Ações direcionada aos Investidores do Segmento Private Sem *Lock-Up*, sendo que, caso haja demanda de Investidores do Segmento Private Sem *Lock-Up* (i) de até 0,1% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a 0,1% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up*.

Oferta Institucional	Distribuição pública, direcionada a Investidores Institucionais, das Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta Não Institucional, após o atendimento aos Pedidos de Reserva, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.
Oferta Não Institucional	Distribuição pública de Ações junto aos Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do respectivo Período de Reserva, no montante de, no mínimo, 10,5% e, no máximo, 30% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, a qual compreende a Oferta de Varejo e a Oferta do Segmento Private.
Oferta Primária	A distribuição primária de, incialmente, [•] novas Ações, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Oferta Secundária	A distribuição secundária de, inicialmente, [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada [pela Companhia] [e] [pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Período de *Lock-up*	Período de 180 dias contados da data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding.*
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, firmado com uma única Instituição Consorciada por Investidores Não Institucionais durante o Período de Reserva ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Para fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional que desempenhem atividade de intermediação ou de suporte operacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Prazo de Distribuição

O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição/aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado na Faixa Indicativa, ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto.**

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das Ações no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", na página 84 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20]% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das Ações no mercado secundário. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", na página 84 deste Prospecto.** Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros (i) não sejam Pessoas Vinculadas e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400. Para mais informações, leia a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.*", neste Prospecto Preliminar.
Público Alvo da Oferta	Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.

Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up*	Rateio a ser realizado entre os Investidores de Varejo Com *Lock-Up*, proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações, caso o total de Ações objeto dos respectivos Pedidos de Reserva exceda o total de Ações destinado à Oferta de Varejo Com *Lock-Up*.
Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*	Rateio a ser realizado entre os Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*, proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações, caso o total de Ações objeto de tais Pedidos de Reserva exceda o total de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*.
Rateio da Oferta do Segmento Private	Rateio da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up* e Rateio da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up*, considerados em conjunto.
Rateio da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*	Rateio a ser realizado entre os Investidores do Segmento Private Com *Lock-Up*, proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações, caso o total de Ações objeto de tais Pedidos de Reserva exceda o total de Ações destinado à Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*.
Rateio da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up*	Rateio a ser realizado entre os Investidores do Segmento Private Sem *Lock-Up*, proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações, caso o total de Ações objeto de tais Pedidos de Reserva exceda o total de Ações destinado à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up*.
Rateio Varejo	Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* e Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*, considerados em conjunto.

Restrições à Negociação das Ações (“*Lock-Up*”)

[A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções previstas no Contrato de Distribuição, no Contrato de Distribuição Internacional e/ou nos respectivos instrumentos de *lock-up*: (i) com relação à Companhia: (a) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (b) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, contratar a compra, subscrever ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (c) celebrar qualquer contrato de *hedge*, ou qualquer outra transação ou acordo que resulte em ou razoavelmente seja esperado que conduza ou resulte em uma venda, empréstimo, garantia ou outro tipo de disposição (seja pela Companhia ou outra pessoa que não a Companhia) ou a transferência total ou parcial de quaisquer dos resultados econômicos direta ou indiretamente decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (d) arquivar ou enviar, ou causar o arquivamento ou o envio, incluindo qualquer envio confidencial, de pedido de registro de oferta pública (incluindo prospectos e seus eventuais aditamentos, complementações, erratas ou atualizações) nos termos do Securities Act e da legislação brasileira em vigor; ou (e) anunciar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação ou ação especificada nos itens (a) a (d) acima, sem o consentimento por escrito do(s) Coordenador(es) da Oferta; e (ii) com relação às demais pessoas sujeitas ao Período de *Lock-up*, por meio da celebração de instrumento de *lock-up*: (a) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, outorgar qualquer opção, direito ou garantia de compra ou de venda, realizar uma venda a descoberto ou de outro modo emprestar, dispor ou conceder quaisquer direitos em relação aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, ou qualquer opção ou garantia de comprar quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up,* que sejam detidos direta ou indiretamente por, ou em benefício de, tal pessoa, e que tenham sido subscritos ou adquiridos por tal pessoa até a data de celebração do instrumento de *lock-up* ou após tal data; (b) celebrar qualquer contrato de *hedge*, ou qualquer outra transação ou acordo que resulte em, ou do qual seja razoavelmente esperado que ocorra ou resulte em uma venda, empréstimo, garantia ou outro tipo de disposição (seja por tal pessoa ou por terceiros) ou a transferência de quaisquer dos resultados econômicos decorrentes, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, se tais transações ou acordos (ou instrumento previstos em transações ou acordos) forem liquidados com a entrega dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, em dinheiro ou de outra forma; (c) arquivar ou enviar, ou causar o arquivamento ou o envio, incluindo qualquer envio confidencial, de pedido de registro de oferta pública (incluindo prospectos e seus eventuais aditamentos, complementações, erratas ou atualizações) nos termos do Securities Act e da legislação brasileira em vigor; ou (d) anunciar publicamente a intenção de efetuar qualquer transação ou ação especificada nos itens (a), (b) ou (c) acima (nos termos e condições dos instrumentos de *lock-up*).

As vedações listadas acima não se aplicarão (i) à Companhia, em relação (a) às Ações a serem ofertadas nos termos do Contrato de Distribuição, conforme disposto nos Prospectos; (b) a emissões pela Companhia de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* em decorrência da conversão ou da permuta de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis ou do exercício de garantias ou opções, em cada caso, desde que estejam em circulação na data da celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional e descritos no Formulário de Referência anexo aos Prospectos; (c) a outorga pela Companhia de opções de compra de ações aos seus empregados, nos termos de um plano de opção de compra de ações vigente na data da celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional e descrito no Formulário de Referência anexo aos Prospectos, incluindo a emissão de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* em decorrência do exercício de tais opções; e (d) um empréstimo a um Coordenador da Oferta, ou a uma pessoa jurídica indicada por um Coordenador da Oferta, para fins de realização das atividades de estabilização das Ações nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização; (ii) às demais pessoas sujeitas ao Período de *Lock-up*, em relação (a) às ações ordinárias de emissão da Companhia adquiridas no mercado secundário após a data de celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional; (b) a doações de boa-fé; (c) a transferências a um trust em benefício direto ou indireto de tal pessoa e/ou de familiares imediatos da mesma; (d) a quaisquer afiliadas (*Affiliates*, conforme definição da Regra 501(b) da *Regulation D* do *Securities Act*, conforme alterada) de tal pessoa; (e) a transferências por sucessão legal, incluindo em razão de herança e partilha, legislação regendo fusão e incorporação, separação judicial ou extrajudicial ou divórcio; e (f) com o consentimento prévio por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, respectivamente, observado que, com relação aos itens (c) a (e) acima, o respectivo donatário, trust, destinatário ou beneficiário comprometa-se por escrito perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a estar vinculado aos termos do respectivo instrumento de *lock-up* e confirme que esteve em conformidade com os termos do instrumento de *lock-up* desde a data da celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, conforme aplicável, observado, ainda, que as hipóteses previstas nos itens (c) a (e) acima não devem envolver uma disposição de valor e que nenhum arquivamento por qualquer parte será exigido ou será voluntariamente realizado, nos termos da legislação brasileira, dos Estados Unidos ou outra legislação aplicável, em conexão com qualquer transferência, disposição ou distribuição contempladas nos itens (c) a (e) acima (exceto com relação a um arquivamento realizado após o término do Período de *Lock-up*). Para os fins deste item, considera-se “familiar imediato” qualquer relacionamento de sangue, matrimonial, parceria doméstica ou adoção, até primo em primeiro grau.]

	A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão, a venda, ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo(s) Acionista(s) Controlador(es), após a conclusão da Oferta e/ou após o Período de *Lock-up*, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia", na página 83 deste Prospecto.
UBS BB	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Valor Total da Oferta	[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor de Varejo.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private	O valor mínimo de pedido de investimento superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) por Investidor do Segmento Private.
Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*	[Ações ordinárias de emissão da Companhia e/ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por, ou que representem o direito de receber, ações ordinárias de emissão da Companhia, sujeitas às Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) descritas acima.]
Veracidade das Informações	A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 149.
XP	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$[•], totalmente subscrito e integralizado, representado por [•] ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de [•] ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		**Composição após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		**Composição após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Composição Atual		**Composição após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e considerando as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor[1][2]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Acionistas da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de Ações e pelos membros da Administração na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta Base	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
José Roberto Menezes Garcia	[250.000.000]	[50,00]	[•]	[•]
Paulo Sérgio Menezes Garcia	[250.000.000]	[50,00]	[•]	[•]
Tesouraria	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[500.000.000]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**
Ações de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas e dos administradores do emissor e ações mantidas em tesouraria	**[500.000.000]**	**[100,00]**	**[•]**	**[•]**
Ações em Circulação	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta Base e as Ações Adicionais	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
José Roberto Menezes Garcia	[250.000.000]	[50,00]	[•]	[•]
Paulo Sérgio Menezes Garcia	[250.000.000]	[50,00]	[•]	[•]
Tesouraria	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[500.000.000]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**
Ações de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas e dos administradores do emissor e ações mantidas em tesouraria	**[500.000.000]**	**[100,00]**	**[•]**	**[•]**
Ações em Circulação	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta Base e as Ações do Lote Suplementar	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
José Roberto Menezes Garcia	[250.000.000]	[50,00]	[•]	[•]
Paulo Sérgio Menezes Garcia	[250.000.000]	[50,00]	[•]	[•]
Tesouraria	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[500.000.000]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**
Ações de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas e dos administradores do emissor e ações mantidas em tesouraria	**[500.000.000]**	**[100,00]**	**[•]**	**[•]**
Ações em Circulação	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta Base, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar	
Acionista	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
José Roberto Menezes Garcia	[250.000.000]	[50,00]	[•]	[•]
Paulo Sérgio Menezes Garcia	[250.000.000]	[50,00]	[•]	[•]
Tesouraria	[•]	[•]	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[500.000.000]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**
Ações de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas e dos administradores do emissor e ações mantidas em tesouraria	**[500.000.000]**	**[100,00]**	**[•]**	**[•]**
Ações em Circulação	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção “15. Controle e Grupo Econômico” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 632.

Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

Paulo Sérgio Menezes Garcia, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.348.36, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 658.984.198-53, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca, CEP 03104-010**.**

José Roberto Menezes Garcia, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.530.922, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 029.322.438-29, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca, CEP 03104-010.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
José Roberto Menezes Garcia	[•]	[•]	[•]
Paulo Sérgio Menezes Garcia	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
José Roberto Menezes Garcia	[•]	[•]	[•]
Paulo Sérgio Menezes Garcia	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, considerando as Ações do Lote Suplementar, sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
José Roberto Menezes Garcia	[•]	[•]	[•]
Paulo Sérgio Menezes Garcia	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	
Companhia	[•]	[•]	[•]
José Roberto Menezes Garcia	[•]	[•]	[•]
Paulo Sérgio Menezes Garcia	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil, em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Instrução CVM 560, ou pela Lei 4.131, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério [da Companhia] [e] [dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] Ações[, sendo (i) até [•] novas Ações; e (ii) até [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 44 deste Prospecto, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] Ações[, sendo (i) até [•] novas Ações; e (ii) até [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 44 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto da Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

No âmbito da Oferta, a emissão das Ações pela Companhia será realizada com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de Garantia Firme de Liquidação, de forma individual e não solidária, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, na proporção e de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição e observadas as disposições descritas abaixo. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4°, da Lei do Mercado de Capitais.

As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulamento S,* sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da Regra 144A do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3

A Companhia voluntariamente solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações ("**Novo Mercado**" e "**Adesão ao Novo Mercado**", respectivamente), condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "[•]". A Adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

A Companhia celebrará, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia aderirá às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item "12.12 – Outras informações relevantes" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma das Instituições Consorciadas.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial as seções "4.1 – Fatores de Risco" e "4.2 – Riscos de Mercado" do Formulário de Referência da Companhia, e o item "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", na página 80 deste Prospecto.

Contratação de Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, não houve e não haverá contratação de formador de mercado para esta Oferta.

Aprovações Societárias

A abertura de capital da Companhia, a sua adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, bem como a realização da Oferta, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e seus termos e condições, foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 14 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 23 de outubro de 2020, sob o nº 447.124/20-1 e publicada no DOESP e no jornal "Folha de São Paulo" em 13 de novembro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Folha de São Paulo" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

Considerando que os Acionistas Vendedores são pessoas físicas, não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações, exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("**Faixa Indicativa**"), ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 42 deste Prospecto.

De acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado é de 25% do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*).

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro da CVM, ANBIMA e B3 e outras despesas descritas abaixo serão pagas exclusivamente pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará, juntamente com os Acionistas Vendedores, com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma*", na página 89 deste Prospecto.**

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM[6]	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3[6]	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[6]	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[6][7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes[6]	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[6][8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM[6]	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3[6]	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[6]	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[6][7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes[6]	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[6][8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	[•]	[•]%	[•]
Despesas da Oferta			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM[6]	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3[6]	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[6]	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[6][7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes[6]	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[6][8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[1]	% em relação ao Valor Total da Oferta	Custo unitário por Ação
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta			
Comissão de Coordenação[2]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[3]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	[•]	[•]%	[•]
Despesas da Oferta			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM[6]	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3[6]	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[6]	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[6][7]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes[6]	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[6][8]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissão de Coordenação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(3) Comissão de Colocação composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Comissão de Garantia Firme composta de [•]% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações inicialmente ofertada, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Comissão a ser paga exclusivamente aos Coordenadores da Oferta (que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta) pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ofertada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de [•]% ([•]), que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) [e consultores].

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, e após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3 por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 76 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, na proporção de sua participação no capital social da Companhia, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável;

(c) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia alienante(s), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado (*tag along*);

(d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado) por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores;

(e) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, na proporção de sua participação no capital social da Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

(g) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início na proporção de sua participação no capital social da Companhia; e

(h) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores Não Institucionais, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta Não Institucional, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo e os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private, conforme o caso; e (ii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta destinada aos Investidores Não Institucionais ("**Oferta Não Institucional**"); e (ii) uma oferta destinada aos Investidores Institucionais ("**Oferta Institucional**"), conforme descritas a seguir.

(I) A Oferta Não Institucional compreenderá:

(i) uma oferta ("**Oferta de Varejo Com *Lock-Up***") destinada a investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos da regulamentação vigente, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observado para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por investidor ("**Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo**"), nos termos da Instrução da CVM 539 ("**Investidores de Varejo**") na qual terão prioridade de alocação os investidores que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* Oferta de Varejo ("**Investidores de Varejo Com *Lock-Up***");

(ii) uma oferta ("**Oferta de Varejo Sem *Lock-Up***" e, em conjunto com a Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, "**Oferta de Varejo**") destinada a Investidores de Varejo que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* Oferta de Varejo ("**Investidores de Varejo Sem *Lock-Up***");

(iii) uma oferta ("**Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up***") destinada a investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ("**Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private**") ("**Investidores do Segmento Private**") na qual terão prioridade de alocação os Investidores do Segmento Private que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* Oferta do Segmento Private ("**Investidores do Segmento Private Com *Lock-Up***");

(iv) uma oferta ("**Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up***" e, em conjunto com a Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*, "**Oferta do Segmento Private**") destinada a Investidores do Segmento Private que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* Oferta do Segmento Private ("**Investidores do Segmento Private Sem *Lock-Up***"). Os Investidores do Segmento Private, em conjunto com os Investidores de Varejo, serão considerados os "**Investidores Não Institucionais**".

(II) **Oferta Institucional**. A Oferta Institucional compreenderá:

(i) uma oferta destinada a investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos de investimento, nos termos da Instrução CVM 539 ("**Investidores Institucionais Locais**"), assim como os Investidores Estrangeiros (em conjunto com os Investidores Institucionais Locais, "**Investidores Institucionais**").

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* em [até] [20%] da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou intenções de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo transações de *total return swap*) são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros (i) não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia", deste Prospecto.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das Ações no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", deste Prospecto.

Os Coordenadores da Oferta, a Companhia e os Acionistas Vendedores elaborarão um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Instrução CVM 539, (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400, e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido de registro da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da comunicação do cancelamento, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta", deste Prospecto.**

Oferta Não Institucional:

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo ou os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private, conforme o caso, de acordo com as condições e procedimentos descritos abaixo.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados, mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

No contexto da Oferta Não Institucional e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária, o montante de, no mínimo, 10,5% e, no máximo, 30% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, por meio (i) da Oferta de Varejo, destinada aos Investidores de Varejo; e (ii) da Oferta do Segmento Private, destinada aos Investidores do Segmento Private.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto Preliminar, bem como as seções "4.1 – Fatores de Risco" e "4.2 – Riscos de Mercado" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada.

Oferta de Varejo

O montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública para Investidores de Varejo, distribuído da seguinte forma:

(i) no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, caso haja demanda de Investidores de Varejo Com *Lock-Up* (a) de até 8% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 8% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo Sem *Lock-Up* tenha sido atendido, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, haverá a incidência de Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up*; e

(ii) no âmbito da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-Up* (a) de até 2% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 2% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá Rateio Varejo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 66, 68 e 71, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo, sendo que tais Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Oferta de Varejo, sob pena de serem considerados Investidores de Varejo Sem *Lock-Up* e não participarem da Oferta de Varejo Com *Lock-Up*;

(c) **os Investidores de Varejo deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e os valores depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo serão informados a cada Investidor de Varejo até as 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio Varejo;

(e) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor de Varejo o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 66, 68 e 71, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio Varejo prevista na alínea (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-Up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, não haverá Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Com *Lock-Up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Com *Lock-Up* remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*; ou (ii) exceda o total de Ações destinado à Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Com *Lock-Up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up***”);

(h) caso o total de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-Up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-Up*) objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-Up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-Up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-Up*), não haverá Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-Up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Varejo Sem *Lock-Up* remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (ii) exceda o total de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-Up* (após a Oferta de Varejo Com *Lock-Up*), será realizado rateio entre os respectivos Investidores de Varejo Sem *Lock-Up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta de Varejo Sem *Lock-Up***" e, em conjunto com o Rateio da Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, "**Rateio Varejo**");

(i) caso haja Rateio Varejo, os valores depositados em excesso serão devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); e

(j) a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores de Varejo poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores de Varejo possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o Rateio Varejo descrito acima.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, vide seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 66¸ 68 e 71, respectivamente, deste Prospecto.

Os Investidores de Varejo que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

***Lock-up* Oferta de Varejo**

Os Investidores de Varejo Com *Lock-Up* que adquirirem Ações no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* não poderão, pelo prazo de 40 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, onerar, dar em garantia, permutar ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("***Lock-up* Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, cada Investidor de Varejo Com *Lock-Up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo Com *Lock-Up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo Com Lock-Up por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Oferta de Varejo e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, onerar, dar em garantia, permutar ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores do Segmento Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o *Lock-up* Oferta do Segmento Private e o *Lock-up* Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações" na página 85 deste Prospecto.

Oferta do Segmento Private

O montante de, no mínimo, 0,5% e, no máximo, 10% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, será destinado à colocação pública para Investidores do Segmento Private que realizarem seus investimentos de forma direta, sendo certo que:

(i) no âmbito da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*, caso haja demanda de Investidores do Segmento Private Com *Lock-Up* (a) de até 0,4% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 0,4% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up* tenha sido atendido, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, nesse caso, haverá a incidência de Rateio da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*.; e

(ii) no âmbito da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up*, caso haja demanda de Investidores do Segmento Private Sem *Lock-Up* (a) de até 0,1% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tais pedidos serão integralmente atendidos e terão alocação garantida; e (b) superior a 0,1% do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a alocação será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver Rateio da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up*.

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private, haverá Rateio da Oferta do Segmento Private.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores do Segmento Private de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 66, 68 e 71, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores do Segmento Private interessados em participar da Oferta do Segmento Private deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento Private, sendo que tais Investidores do Segmento Private poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor do Segmento Private estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(b) os Investidores do Segmento Private que tenham interesse em participar diretamente da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Oferta do Segmento Private, sob pena de serem considerados Investidores do Segmento Private Sem *Lock-Up* e não participarem da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*;

(c) **os Investidores do Segmento Private deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e os valores depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores do Segmento Private serão informados a cada Investidor do Segmento Private até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio da Oferta do Segmento Private;

(e) cada Investidor do Segmento Private deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor do Segmento Private e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor do Segmento Private o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 66, 68 e 71, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio da Oferta do Segmento Private. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private Com *Lock-Up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*, não haverá Rateio da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private Com *Lock-Up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta de Segmento Private Com *Lock-Up* remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up* ou à Oferta de Varejo Com *Lock-Up*, observados os limites previstos neste Prospecto; ou (ii) exceda o total de Ações destinado à Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores do Segmento Private Com *Lock-Up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up***");

(h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private Sem *Lock-Up* (após a Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*) (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinado à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up* (após a Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*), não haverá Rateio da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up*, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento Private Sem *Lock-Up*, de modo que as Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up* remanescentes, se houver, serão destinadas à Oferta Institucional; ou (ii) exceda o total de Ações destinadas à Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores do Segmento Private Sem *Lock-Up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio da Oferta do Segmento Private Sem *Lock-Up***" e, em conjunto com o Rateio da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*, "**Rateio da Oferta do Segmento Private**");

(i) Caso haja Rateio da Oferta do Segmento Private, os valores depositados em excesso serão devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); e

(j) a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores do Segmento Private poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores do Segmento Private possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o Rateio da Oferta do Segmento Private descrito acima.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, vide seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta", nas páginas 66, 68 e 71, respectivamente, deste Prospecto.

Os Investidores do Segmento Private que aderirem à Oferta do Segmento Private não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

***Lock-up* Oferta do Segmento Private.**

Os Investidores do Segmento Private Com *Lock-Up* que adquirirem Ações no âmbito da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up* não poderão, pelo prazo de 50 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, onerar, dar em garantia, permutar ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("***Lock-up* Oferta do Segmento Private**"). Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up*, cada Investidor do Segmento Private Com *Lock-Up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* Oferta do Segmento Private. Não obstante o *Lock-up* Oferta do Segmento Private, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento Private Com *Lock-Up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores do Segmento Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Oferta do Segmento Private aplicável e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, onerar, dar em garantia, permutar ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores do Segmento Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o *Lock-up* Oferta do Segmento Private e o *Lock-up* Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 85 deste Prospecto.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta Não Institucional, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta Não Institucional serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações objeto das respectivas intenções de investimento, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

Foi requerida e concedida dispensa de apresentação de boletim de subscrição/contrato de compra e venda, a exclusivo critério dos Coordenadores da Oferta, nos termos da Deliberação CVM nº 860, de 22 de julho de 2020, com respaldo no parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamente, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa, e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4°, do Anexo II, do Código ANBIMA e do Ofício Circular ("**Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa**"), os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até as 12:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até as 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o Investidor Não Institucional for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até as 14:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão, modificação da Oferta ou do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento tornam ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Participante da Oferta deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta a respeito da modificação efetuada.

Para mais informações, ver seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva", na página 84 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles Investidores Não Institucionais que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os Investidores Não Institucionais que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os Investidores Não Institucionais pretendem manter a declaração de aceitação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até as 14:00 horas do 5° dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, sujeito ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada por meio do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, nos termos do artigo 52 e anexo IV da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em [•] de [•] de 2020, em conformidade com o artigo 29 e anexo V da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início ("**Data de Liquidação**"), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contado do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição e na tabela abaixo ("**Garantia Firme de Liquidação**"). Tal Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, concedido o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM, concedidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, multiplicado pelo Preço por Ação e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 53 deste Prospecto.

A tabela abaixo apresenta a relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	Quantidade de Ações	Percentual
		(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]%
Bradesco BBI	[•]	[•]%
XP	[•]	[•]%
UBS BB	[•]	[•]%
Total	**[•]**	**[•]**

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e por determinados Administradores. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia obriga-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são obrigados, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes relativas às informações de sua respectiva responsabilidade nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Distribuição Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Distribuição Internacional, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.*", na página 86 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 76 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva e termos de aceitação que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores de quem tenha recebido os Pedidos de Reserva e/ou termos de aceitação sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva e/ou termos de aceitação, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva e/ ou termos de aceitação. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva e/ou termos de aceitação cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo Período de *Lock-up*, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções previstas no Contrato de Distribuição, no Contrato de Distribuição Internacional e/ou nos respectivos instrumentos de *lock-up*: (i) com relação à Companhia: (a) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (b) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, contratar a compra, subscrever ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (c) celebrar qualquer contrato de hedge, ou qualquer outra transação ou acordo que resulte em ou razoavelmente seja esperado que conduza ou resulte em uma venda, empréstimo, garantia ou outro tipo de disposição (seja pela Companhia ou outra pessoa que não a Companhia) ou a transferência total ou parcial de quaisquer dos resultados econômicos direta ou indiretamente decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (d) arquivar ou enviar, ou causar o arquivamento ou o envio, incluindo qualquer envio confidencial, de pedido de registro de oferta pública (incluindo prospectos e seus eventuais aditamentos, complementações, erratas ou atualizações) nos termos do Securities Act e da legislação brasileira em vigor; ou (e) anunciar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação ou ação especificada nos itens (a) a (d) acima, sem o consentimento por escrito do(s) Coordenador(es) da Oferta; e (ii) com relação às demais pessoas sujeitas ao Período de *Lock-up*, por meio da celebração de instrumento de lock-up: (a) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, outorgar qualquer opção, direito ou garantia de compra ou de venda, realizar uma venda a descoberto ou de outro modo emprestar, dispor ou conceder quaisquer direitos em relação aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, ou qualquer opção ou garantia de comprar quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up,* que sejam detidos direta ou indiretamente por, ou em benefício de, tal pessoa, e que tenham sido subscritos ou adquiridos por tal pessoa até a data de celebração do instrumento de *lock-up* ou após tal data; (b) celebrar qualquer contrato de hedge, ou qualquer outra transação ou acordo que resulte em, ou do qual seja razoavelmente esperado que ocorra ou resulte em uma venda, empréstimo, garantia ou outro tipo de disposição (seja por tal pessoa ou por terceiros) ou a transferência de quaisquer dos resultados econômicos decorrentes, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, se tais transações ou acordos (ou instrumento previstos em transações ou acordos) forem liquidados com a entrega dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, em dinheiro ou de outra forma; (c) arquivar ou enviar, ou causar o arquivamento ou o envio, incluindo qualquer envio confidencial, de pedido de registro de oferta pública (incluindo prospectos e seus eventuais aditamentos, complementações, erratas ou atualizações) nos termos do Securities Act e da legislação brasileira em vigor; ou (d) anunciar publicamente a intenção de efetuar qualquer transação ou ação especificada nos itens (a), (b) ou (c) acima (nos termos e condições dos instrumentos de *lock-up*).

As vedações listadas acima não se aplicarão (i) à Companhia, em relação (a) às Ações a serem ofertadas nos termos do Contrato de Distribuição, conforme disposto nos Prospectos; (b) a emissões pela Companhia de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* em decorrência da conversão ou da permuta de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis ou do exercício de garantias ou opções, em cada caso, desde que estejam em circulação na data da celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional e descritos no Formulário de Referência anexo aos Prospectos; (c) a outorga pela Companhia de opções de compra de ações aos seus empregados, nos termos de um plano de opção de compra de ações vigente na data da celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional e descrito no Formulário de Referência anexo aos Prospectos, incluindo a emissão de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* em decorrência do exercício de tais opções; e (d) um empréstimo a um Coordenador da Oferta, ou a uma pessoa jurídica indicada por um Coordenador da Oferta, para fins de realização das atividades de estabilização das Ações nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização; (ii) às demais pessoas sujeitas ao Período de *Lock-up*, em relação (a) às ações ordinárias de emissão da Companhia adquiridas no mercado secundário após a data de celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional; (b) a doações de boa-fé; (c) a transferências a um trust em benefício direto ou indireto de tal pessoa e/ou de familiares imediatos da mesma; (d) a quaisquer afiliadas (*Affiliates*, conforme definição da Regra 501(b) da *Regulation D* do *Securities Act*, conforme alterada) de tal pessoa; (e) a transferências por sucessão legal, incluindo em razão de herança e partilha, legislação regendo fusão e incorporação, separação judicial ou extrajudicial ou divórcio; e (f) com o consentimento prévio por escrito dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, respectivamente, observado que, com relação aos itens (c) a (e) acima, o respectivo donatário, trust, destinatário ou beneficiário comprometa-se por escrito perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a estar vinculado aos termos do respectivo instrumento de *lock-up* e confirme que esteve em conformidade com os termos do instrumento de *lock-up* desde a data da celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, conforme aplicável, observado, ainda, que as hipóteses previstas nos itens (c) a (e) acima não devem envolver uma disposição de valor e que nenhum arquivamento por qualquer parte será exigido ou será voluntariamente realizado, nos termos da legislação brasileira, dos Estados Unidos ou outra legislação aplicável, em conexão com qualquer transferência, disposição ou distribuição contempladas nos itens (c) a (e) acima (exceto com relação a um arquivamento realizado após o término do Período de *Lock-up*). Para os fins deste item, considera-se "familiar imediato" qualquer relacionamento de sangue, matrimonial, parceria doméstica ou adoção, até primo em primeiro grau.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda, ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas de ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo(s) Acionista(s) Controlador(es), após a conclusão da Oferta* e/ou após *o Período de Lock-up, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 83 deste Prospecto.**

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Banco Bradesco S.A.

Cronograma Tentativo da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo do pedido de registro da Oferta junto à CVM:

#	Eventos	Data[1]
1	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	[•] de [•] de 2020
2	Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•] de [•] de 2020
3	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2020
4	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2020
5	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2020
6	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2020
7	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•] de [•] de 2020
8	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3	[•] de [•] de 2020
9	Data de Liquidação	[•] de [•] de 2020
10	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2020
11	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2020
12	Término do *Lock-up* Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2020
13	Término do *Lock-up* Oferta do Segmento Private	[•] de [•] de 2020
14	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 75 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 69 deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

Inadequação da Oferta

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e dos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e aos setores em que a Companhia atua. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3, indicados a seguir.

[Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.]

Companhia

[https://ri.kalunga.com.br/] (neste *website*, acessar [•]).

Coordenadores da Oferta

Banco BTG Pactual S.A.

https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais - Download", depois clicar em "2020" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Kalunga S.A.", escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco Bradesco BBI S.A.

https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste *website*, identificar "IPO Kalunga" e, posteriormente, escolher o link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

www.xpi.com.br (neste *website*, clicar em "Investimentos", depois clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A." e, então, clicar no título específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste *website*, clicar no título do documento correspondente no subitem "Kalunga S.A.").

Instituições Consorciadas

Comissão de Valores Mobiliários

www.cvm.gov.br (neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Kalunga S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Kalunga S.A.", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 19 e 80, respectivamente, deste Prospecto, bem como as seções "4.1 – Fatores de Risco" e "4.2 – Riscos de Mercado" constantes do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

[Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar este Prospecto, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.]

Companhia

Kalunga S.A.
Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca
CEP 03104-010, São Paulo, SP
At.: Sr. Felipe de Albuquerque Campos
Tel.: +55 (11) 3346-9966
https://ri.kalunga.com.br/ (neste *website*, acessar [•]).

Coordenadores da Oferta

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais - Download", depois clicar em "2020" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Kalunga S.A." escolher o link "Prospecto Preliminar").

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
Fax: +55 (11) 3847-9856
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste *website*, identificar "IPO Kalunga" e, posteriormente, clicar em "Prospecto Preliminar").

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4871-4277
www.xpi.com.br (neste *website*, clicar em "Investimentos", depois clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A." e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.400, 7º andar / parte
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Billy McArthur
Tel.: +1 (212) 713-8758
https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank/public-offers.html (neste *website*, clicar em "Prospecto Preliminar" no subitem "Kalunga S.A.").

Instituições Consorciadas

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em [•] de [•] de 2020, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br/).

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites:* (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar "Central de Sistemas", na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente a "Kalunga S.A." e posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ – neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Kalunga S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja registro sob o *Securities Act,* ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. Qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada nos Estados Unidos.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta", deste Prospecto.

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 19 E 80, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO AS SEÇÕES "4.1 – FATORES DE RISCO" E "4.2 – RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

"OS REGISTROS DA OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 19 deste Prospecto, os riscos constantes das seções "4.1 – Fatores de Risco" e "4.2 – Riscos de Mercado" do Formulário de Referência na página 366 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais - ITR e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, a partir da página 173.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 19 deste Prospecto e as seções "4.1 – Fatores de Risco" e "4.2 – Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, na página 366 deste Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis, como a COVID-19, poderá levar a uma maior volatilidade nos mercados de capitais globais e afetar negativamente a economia mundial e a brasileira, incluindo o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como a causada pelo novo coronavírus Sars-CoV-2 ("**COVID-19**"), poderão ter um efeito negativo nos mercados de capitais globais (incluindo o mercado de capitais no qual as ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Historicamente, epidemias e surtos regionais ou globais de doenças, como os causados pelo vírus Zika, pelo vírus Ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecido como influenza aviária), pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecido como a gripe suína), como a febre aftosa, como a síndrome respiratória do Oriente Médio (conhecida como MERS) e como a síndrome respiratória aguda grave (conhecida como SARS) afetaram determinados setores da economia dos países nos quais essas doenças se disseminaram.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde, ou OMS, decretou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os países membros da OMS são responsáveis por estabelecer as melhores práticas para a prevenção e o tratamento da COVID-19. Diante da epidemia da COVID-19, medidas de distanciamento social foram impostas pelos governos de vários países para restringir a disseminação generalizada e contínua do vírus, incluindo quarentenas e confinamentos em todo o mundo. Em decorrência de tais medidas, os países impuseram restrições a viagens e transportes públicos, fechamentos prolongados de locais de trabalho e espaços públicos, como shoppings e restaurantes, e interrupções nas cadeias de abastecimento, o que levou à redução do consumo geral da população. Essa redução poderá resultar em volatilidade no preço das matérias-primas e outros insumos, o que poderá ter um efeito negativo relevante na economia global e na economia brasileira.

Além disso, qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como o surto da COVID-19, pode ter um efeito adverso relevante nos mercados, especialmente no mercado de ações. A adoção das medidas acima descritas, aliada às incertezas ocasionadas pelo surto da COVID-19, impactou negativamente a economia global e os mercados de capitais globais, inclusive no Brasil, causando também volatilidade que resultou na interrupção das negociações da B3 por oito vezes durante março de 2020. Consequentemente, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá sofrer volatilidade, o que poderá impactar negativamente os acionistas da Companhia. Qualquer mudança relevante na condição dos mercados financeiros ou na economia brasileira em decorrência desses eventos mundiais poderá reduzir a demanda de investidores brasileiros e estrangeiros por ações de emissores brasileiros, incluindo ações ordinárias de emissão da Companhia, o que poderá afetar negativamente o preço de mercado dessas ações e também poderá prejudicar a capacidade da Companhia de acessar o mercado de capitais e financiar suas operações em termos aceitáveis no futuro. Para mais informações acerca de tais impactos, ver seções [3.9, 4.1, 10.2 e 10.9] do Formulário de Referência.

A Companhia acredita que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração da pandemia, as ações para contê-la e a retomada da atividade econômica. A extensão dos efeitos da COVID-19 na economia global, e em especial na economia brasileira, não pode ainda ser dimensionada, o que pode acarretar uma crise de graves proporções e impactar de forma adversa e relevante os negócios e resultados da Companhia, bem como o preço das ações de sua emissão.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender ações pelo preço e na ocasião que desejarem, podendo ter impacto adverso no preço das ações de emissão da Companhia.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las na quantidade, ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações da Companhia. Adicionalmente, o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, por motivos relacionados ao desempenho operacional e financeiro da Companhia e por questões macroeconômicas, nacionais e internacionais, que podem não ser controlados pela Companhia inclusive pelos impactos da pandemia da COVID-19, o que pode vir a afetar adversamente o preço das ações de sua emissão.

A instabilidade política poderá afetar negativamente a economia brasileira, bem como as atividades, resultados operacionais e o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

O ambiente político brasileiro historicamente influenciou e continua a influenciar a economia do Brasil, bem como a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e volatilidade dos preços dos títulos (incluindo valores mobiliários) emitidos por empresas brasileiras.

Em especial, o mercado de capitais brasileiro tem observado um aumento na volatilidade devido à incerteza das investigações em andamento pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, incluindo a Operação Lava Jato. Essas investigações afetaram o ambiente econômico e político do Brasil. Alguns integrantes do governo e do poder legislativo, bem como executivos de grandes empresas públicas e privadas, estão sob acusações de corrupção por supostamente aceitarem subornos em troca de contratos de concessão do governo com empresas dos setores de infraestrutura, petróleo, gás e construção, entre outros. Esses subornos supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizados ou divulgados publicamente, resultando no enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como consequência, vários políticos, incluindo integrantes do Congresso Nacional e executivos de grandes empresas públicas e privadas renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, enquanto outros ainda estão sob investigação por conduta antiética e ilegal identificada durante essas investigações.

O eventual desfecho dessas e de outras investigações permanece incerto, mas essas investigações já afetaram negativamente a reputação das empresas envolvidas, bem como a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. Não há garantia de que essas investigações em andamento não levarão a mais instabilidade política e econômica, ou se novas alegações contra membros e executivos do governo e/ou empresas privadas surgirão no futuro. O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações e/ou greves. Incertezas em relação à implementação, pelo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Na data deste Prospecto, o Presidente do Brasil está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal por conduta inadequada, após alegações apresentadas pelo ex-Ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro, segundo o qual o Presidente do Brasil teria tentado influenciar a nomeação de membros da Polícia Federal em benefício próprio e de sua família. Se a investigação determinar que o Presidente do Brasil interferiu indevidamente nas nomeações, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial processo de impeachment ou julgamento pelo Supremo Tribunal Federal poderão ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil e nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia. À medida que o apoio ao impeachment do Presidente do Brasil ganha força e que aumentam as especulações sobre uma intervenção militar no Brasil, a instabilidade política no Brasil se tem se intensificado e poderá continuar a desestabilizar o ambiente político e econômico brasileiro.

Não há garantia de que o Presidente do Brasil conseguirá aprovar as reformas prometidas em sua campanha, nem sobre quais políticas ele adotará ou se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais terão um efeito adverso sobre a economia brasileira ou sobre a Companhia.

A emissão, a venda, ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo(s) Acionista(s) Controlador(es), após a conclusão da Oferta e/ou após o Período de Lock-up, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, durante o período de 180 dias contados da data de encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia ou a percepção dos investidores sobre a Companhia. Para informações adicionais, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 72 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes, e se a alíquota for superior a zero. Para mais informações, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta" na página 71 deste Prospecto.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão e afetar o preço das Ações.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, de acordo com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20]% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, somente não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados, sendo que os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” na página 68 deste Prospecto.

Como resultado do Procedimento de Bookbuilding, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos”, na página 109 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 112 deste Prospecto.

Os Investidores do Segmento Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up Oferta do Segmento Private e o Lock-up Oferta de Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores do Segmento Private e os Investidores de Varejo devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de 50 (cinquenta) e 40 (quarenta) dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo e/ou os Investidores do Segmento Private por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Oferta de Varejo e/ou período de *Lock-up* Oferta do Segmento Private aplicáveis e tendo em vista a impossibilidade das ações da Oferta de Varejo e das ações da Oferta do Segmento Private serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* e em outros documentos relacionados à colocação das Ações no exterior.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também fazem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia e seus negócios.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado de valores mobiliários da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

Além disso, a B3, ou qualquer entidade que venha a sucedê-la, pode ser regulamentada de forma diferente daquela a que os investidores estão acostumados, e isso também pode limitar a capacidade de vender as Ações de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das Ações.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelos seus atuais Acionistas Controladores. Os interesses dos Acionistas Controladores da Companhia podem entrar em conflito com os interesses dos seus demais acionistas.

A Companhia é controlada pelos Acionistas Controladores, e continuará sendo controlada pelos Acionistas Controladores imediatamente após a conclusão da Oferta. Os interesses dos atuais Acionistas Controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. Os Acionistas Controladores detêm a maioria do capital votante e têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por ele detidas e, portanto, determinar o resultado final das deliberações sobre os negócios da Companhia cuja deliberação seja de competência do conselho de administração ou dos acionistas (incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, bem como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia).

A Companhia realiza, de tempos em tempos, operações com partes relacionadas. Por exemplo, a Companhia contrata a Ka Solution, sociedade controlada pelos Acionistas Controladores, para prestação de serviços de informática. A Companhia também figura como avalista em operações de crédito contratadas pela Spiral. Adicionalmente, a Companhia é credora dos Acionistas Controladores no âmbito do Contrato de Mútuo, cujo saldo nesta data é equivalente a [R$480.913.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e treze mil reais)]. Parte desse saldo será quitado por meio da aquisição da Spiral pela Companhia, e os Acionistas Controladores pretendem quitar o saldo remanescente com os recursos provenientes da Oferta Secundária. Para mais informações, veja a seção “Operações Vinculadas à Oferta” deste Prospecto, bem como as seções “16.2 – Informações sobre as transações com partes relacionadas” e “16.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Os Acionistas Controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares, além de definir estratégias de negócios e aprovar orçamento anual, contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia e/ou contrárias à vontade da própria Companhia, podendo ser afetada adversamente. A Companhia não pode garantir que os Acionistas Controladores atuarão de maneira consistente com os melhores interesses dos demais acionistas da Companhia. Além disso, os Acionistas Controladores da Companhia poderão celebrar financiamentos ou outras transações garantidas por parte ou a totalidade do capital acionário da Companhia por eles detido. Para mais informações sobre o controle da Companhia, vide seção “15. Controle e Grupo Econômico” do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará, juntamente com os Acionistas Vendedores, com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia (i) arcará, juntamente com os Acionistas Vendedores, com as comissões da Oferta, de acordo com suas respectivas participações na Oferta; e (ii) assumirá a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta, incluindo da Oferta Secundária. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" na página 49 deste Prospecto.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional contêm condições suspensivas em relação à colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional poderão ser rescindidos e, consequentemente, o registro da Oferta pela CVM será cancelado.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional condicionam a colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional", na página 70 deste Prospecto. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais", na página 76 deste Prospecto.

O cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, por meio de anúncio a ser divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção "Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 75 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para mais informações, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta", na página 68 deste Prospecto.

A Companhia poderá não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio para os titulares das ações ordinárias.

O lucro líquido para o exercício social corrente da Companhia poderá ser capitalizado, utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido, conforme disposto na Lei de Sociedades por Ações, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, a Lei de Sociedades por Ações faculta às companhias a possibilidade de suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, caso o Conselho de Administração informe aos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista as condições econômico-financeiras. Caso isto ocorra, os titulares de ações ordinárias da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, impactando negativamente o valor e a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia. Adicionalmente, os dividendos podem, ainda, ser significativamente reduzidos a depender do comportamento de variáveis de mercado, como por exemplo, taxas de juros no mercado doméstico.

Ainda, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, wealth management, asset management e sales and trading (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição. Na área de wealth management, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde asset management a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de investment banking, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de equity research, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de follow-on do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de follow-on das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: follow-on de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead settlement agent na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do follow-on de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do follow-on de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no follow-on da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do follow-on de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos follow-ons da CCR, das Lojas Americanas, da Alupar, da BR Malls, do Magazine Luiza e da Rumo e dos re-IPOs da Eneva e da Vulcabras. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e follow-on das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burguer King.

Em 2020, o BTG Pactual participou dos follow-ons da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Rumo, JSL Logística, Banco PAN, Banco Inter, Santos Brasil, assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero Quero, Petz, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil e Melnick Even.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2018 os prêmios *"Best Investment Bank in Brazil*" pela Euromoney, "*The Best M&A Bank From America* Latina" e "*The Best Investment Bank in Brazil*" pela Global Finance e "*Most Innovative Investment Bank from Latin America*" pela The Banker. Já em 2019, o Bradescco BBI conquistou em 2019 o prêmio "*The Best Investment Bank in Brazil*" pela Global Finance e "*The Most Innovative Bank in Latam*" pela The Banker.

Em 2019, o Bradesco BBI assessorou seus clientes no total de 191 operações em todos os segmentos de *Investment Banking* em um montante total de aproximadamente R$236,571 bilhões.

Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos *IPOs* (*Initial Public Offerings*) e *Follow-ons* [de companhias brasileiras] que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

O Bradesco BBI apresentou em 2019 presença significativa no mercado de capitais brasileiro, tendo participado como *joint bookrunner* no *Follow-on* do IRB Brasil RE, no montante de R$2.516 milhões, coordenador líder do *IPO* da Centauro, no montante de R$705 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do Banco BTG Pactual, no montante de R$2.539 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de CPFL Energia, no montante de R$3.212 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da intermédica, no montante de R$2.370 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da Light, no montante de R$2.500 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do IRB Brasil RE, no montante de R$7.390 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da Movida, no montante de R$832 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do Banco Inter, no montante de R$1.248 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da Trisul, no montante de R$405 milhões, coordenador líder do *Follow-on* da Helbor, no montante de R$560 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Log CP, no montante de R$638 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Arco Educação, no montante de US$332 milhões, *joint bookrunner* do *IPO* da C&A, no montante de R$1.831 milhões, *joint bookrunner* do Re-*IPO* da CCP, no montante de R$870 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Lopes, no montante de R$147 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Magazine Luiza, no montante de R$4.730 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da JHSF, no montante de R$513 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Marisa, no montante de R$570 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Aliansce Sonae, no montante de R$1.191 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Intermédica, no montante de R$5.002 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Unidas, no montante de R$1.829 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Marfrig, no montante de R$2.997 milhões e *joint bookrunner* do *Follow-on* da Restoque, no montante de R$259 milhões.

Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu 2019 com grande destaque em renda fixa. Participou de 118 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$101,540 bilhões originados.

No ano de 2019, o Bradesco BBI assessorou 28 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R$40 bilhões, tendo como destaque: (i) assessoria ao Casino na compra da participação detida pelo Éxito na Segisor por R$5,4 bilhões (ii) assessoria à Odebrecht TransPort na venda da rodovia Rota das Bandeiras para o Farallon e o Mubadala por R$4,0 bilhões, (iii) assessoria ao Banco Bradesco na aquisição do BAC Florida Bank por R$2,0 bilhões, (iv) assessoria à Kroton na realização de oferta pública de ações no contexto da aquisição da Somos Educação por R$1,7 bilhões, (v) assessoria à EDP Renováveis na venda da Babilônia Holding para a Actis por R$1,2 bilhões, e (vi) assessoria ao Grupo CB na venda de portfólio de galpões logísticos para a HSI por valor confidencial.

O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Clientes e usuários têm à disposição 80.222 pontos de atendimento, destacando-se 4.478 agências.

XP

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios.

Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) asset management, com mais de R$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca "XP" (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas "Rico" (www.rico.com.vc) e "Clear" (www.clear.com.br).

Em 30 de junho de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.360.000 (dois milhões, trezentos e sessenta mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R$436 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

Atividade de Mercado de Capitais da XP

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (Bonds), Securitização, Equity Capital Markets, M&A, Crédito Estruturado, Project Finance e Development Finance.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no Ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R$1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de equity sales presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de equity research que cobre mais de 45 empresas de diversos setores.

Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de Equity Capital Markets atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; follow-on da Petrobras no valor de R$7,30 bilhões; follow-on da Light no valor de R$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US$250 milhões; follow-on da Movida no valor de R$832 milhões; follow-on da Omega Geração no valor de R$830 milhões; IPO da Vivara no valor de R$2.041 milhões; follow-on de Banco do Brasil no valor de R$5.837 milhões; follow-on de LOG Commercial Properties no valor de R$637 milhões; IPO da C&A no valor de R$1.627 milhões de reais e no IPO do Banco BMG no valor de R$1.391 milhões, follow-on de Cyrela Commercial Properties no valor de R$760 milhões; IPO da XP Inc. no valor de R$9.276 milhões e no follow-on de Unidas no valor de R$1.837 milhões.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de Equity Capital Markets atuando no follow-on da Ânima no valor de R$1.100 milhões; follow-on da Petrobras no valor de R$22 bilhões; follow-on da Positivo Tecnologia no valor de R$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R$173 milhões; follow-on da Via Varejo no valor de R$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$785 milhões; follow-on da IMC no valor de R$384 milhões; follow-on de Irani no valor de R$405 milhões; follow-on da JHSF no valor de R$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R$1,8 bilhões; IPO da D1000 no valor de R$400 milhões; IPO da Pague Menos no valor de R$747 milhões; IPO da Lavvi no valor de R$1.027 milhões; Re-IPO da JSL no valor de R$694 milhões; IPO da Melnick Even no valor de R$621 milhões, follow-on da Suzano no valor de R$6.910 milhões; IPO do Grupo Mateus no valor de R$4.080 milhões; IPO da Enjoei no valor de R$987 milhões; IPO da Méliuz no valor de R$584 milhões, IPO da Aura Minerals no valor de R$87 milhões; IPO da Aeris no valor de R$982 milhões; e IPO da 3R Petroleum no valor de R$600 milhões.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

UBS BB

O UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS e do Banco do Brasil, incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como em outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos cliente o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, *research* de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em Corporate Banking. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, *project finance* e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurique, na Suíça, e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: *Wealth Management*, *Investment Bank*, *Personal & Corporate Banking* e *Asset Management*, e detém mais de US$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, "*Best Global Investment Bank*" e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, "*Best M&A Bank*" pela Global Finance. O UBS também foi nomeado "*Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings*" nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, "*Most Innovative Bank for M&A*" pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como "*Best Bank for Swiss Francs*", "*Best Equity Bank for Western Europe*" e "*Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore*". Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria "*Bank of the Year*" como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de *Private Banking* que foi reconhecida como "*Best Global Private Bank*" pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria "Bancos" do Prêmio *Top of Mind* 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, a incorporação do Grupo Reserva pela Arezzo &Co, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Também desempenhou um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, JSL, Pague Menos, Grupo Mateus, Enjoei, entre outras.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R$25,1 bilhões e 10,9% de *market share*, encerrando o período em 4º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R$6,4 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2019.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico possuem o seguinte relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico:

- Banco BTG Pactual S.A. celebrou com a Companhia Cédula de Crédito Bancário em 10 de novembro de 2020, no valor principal de R$52.500.000,00, com taxa de juros CDI + 3,75% a.a., garantida por aval, cessão fiduciária de direitos creditórios e cessão fiduciária de aplicações financeiras, com vencimento em 12 de agosto de 2021.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 88 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 49 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 49 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

Crédito

- Contratação, pela Companhia, em setembro de 2019 e abril de 2020, de 2 operações de capital de giro no valor total de R$197 milhões, com pagamentos mensais (PMTs) e vencimentos, respectivamente em setembro de 2024 e março de 2021, e crédito aprovado para rolar 4 parcelas a partir de novembro de 2020. As operações são garantidas por aval dos Acionistas Controladores e 30% de cessão de ordens de pagamento. O saldo devedor [na data deste Prospecto] é de R$149,6 milhões.

- Contratação, pela Companhia, em julho de 2017, de Limite de Antecipação a Fornecedores no valor de R$150 milhões. O saldo [na data deste Prospecto] é de R$146,6 milhões.

- Contratação, pela Companhia, em maio de 2018, de Limite de Conta Garantida no valor de R$4 milhões, pelo prazo 90 dias, renovável a critério da Companhia.

- Contratação, pela Spiral, entre junho e setembro de 2020, de 15 operações de Carta de Crédito para Importação no valor total de R$ 10 milhões, com vencimentos bullet entre outubro de 2020 e março de 2021. As operações são garantidas por aval da Companhia e nota promissória emitida por Spiral. O saldo devedor [na data deste Prospecto] é de R$6,9 milhões.

- Contratação, pela Spiral, em julho de 2020, de 2 operações de linha de crédito de financiamento à importação (Finimp), com vencimentos bullet em janeiro de 2021 e julho de 2021. As operações são garantidas por aval da Companhia e nota promissória emitida por Spiral. O saldo devedor [na data deste Prospecto] é de R$12,6 milhões.

Serviços

- Contratação, pela Companhia, de serviço de domicílio bancário da rede Cielo, sendo 70% para a bandeira Master, 100% para a bandeira Amex e 100% para as bandeiras Diners e Hiper, com volume de R$46,6 milhões em outubro de 2016.

- Contratação, pela Companhia, de serviço de cobrança (emissão de boletos), com volume R$14,9 milhões e 51.963 títulos em outubro de 2016.

- Contratação, pela Companhia, de serviço de pagamentos de tributos, com volume de R$41 milhões em pagamentos em outubro de 2016.

- Contratação, pela Companhia, de serviço de pagamentos via Net Empresa, incluindo boletos, TED/DOC/transferências entre contas e tributos, com volume de R$67 milhões e 311 pagamentos em outubro de 2016.

- Contratação, pela Companhia, serviço de depósito identificado, com volume de R$10 milhões e 22 transações em outubro de 2016.

- Contratação, pela Companhia, de serviços de plataforma de investimentos Invést Fácil, com volume de R$11,5 milhões em outubro de 2016.

- Contratação, pela Companhia, de serviços relacionados a emissões de cartões corporativos e virtuais de forma a atender as compras físicas e online, com volume de R$235 mil, em 724 cartões de bandeira Visa e 2 de bandeira Amex, em outubro de 2016.

- Contratação, pela Spiral, de serviço de folha de pagamento dos funcionários, com volume de R$893mil e 304 funcionários em outubro de 2016.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 88 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 49 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 49 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e a XP

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pela XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, a XP e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 88 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 49 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia à XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 49 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 88 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 49 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 49 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 49 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado na seção "Relacionamento entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta – Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI" deste Prospecto, bem como conforme detalhado a seguir:

- O Acionista Vendedor Paulo Sérgio Menezes Garcia possui contas correntes e serviços contratados (incluindo cartão, CHESP e seguro de vida) nas seguintes agências do conglomerado econômico do Bradesco BBI: 1217, 1233 e 7863.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 49 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e a XP

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com a XP e demais sociedades do seu grupo econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, a XP e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

A XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 49 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores à XP e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e a XP ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Ademais, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão de sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 49 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos com a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

Companhia e Acionistas Vendedores

Kalunga S.A.
Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca
CEP 03104-010, São Paulo, SP
At.: Sr. Felipe de Albuquerque Campos
Tel.: +55 (11) 3346-9966
Website: [https://ri.kalunga.com.br/]

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
https://www.btgpactual.com

Agente Estabilizador

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847-5488
Fax: +55 (11) 3847-9856
www.bradescobbi.com.br

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: +55 (11) 4871-4277
www.xpi.com.br

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.400, 7º andar / parte
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Billy McArthur
Tel.: +1 (212) 713-8758
https://www.ubs.com/br/pt/ubsbb-investment-bank.html

Consultores Legais Locais da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados
Rua Funchal, nº 418, 11º andar
CEP 04551-060, São Paulo, SP
At.: Srs. Joaquim Oliveira/Daniel Laudisio
Tel.: +55 (11) 3089-6500
www.cesconbarrieu.com.br

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Lefosse Advogados
Rua Tabapuã, 1.277, 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo, SP
At.: Sr. Rodrigo Junqueira
Tel.: +55 (11) 3024-6100
www.lefosse.com

Consultores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.311, 7º andar CEP 04538-133, São Paulo, SP At.: Sr. Mathias von Bernuth Tel.: +55 (11) 3708-1820 Fax: +55 (11) 3708-1845 www.skadden.com	**Clifford Chance LLP** Rua Funchal, 418, 15º andar CEP 04511-060, São Paulo, SP At.:Sr. Jonathan Zonis e Patrick Jackson Tel.: +1 (212) 878-3250 ou +55 (11) 3019-6017 www.cliffordchance.com

Auditores Independentes

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, 8º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Drayton Teixeira de Melo
Tel.: +55 (11) 2573-3000
www.ey.com/pt_br

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 149.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta pela Companhia, serão da ordem de R$[•] com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa na capa deste Prospecto, sem considerar o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas estimadas da Oferta, *vide* a seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 49 deste Prospecto.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e será informado no Prospecto Definitivo. A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para (i) investimentos em novas lojas e na expansão das operações de Copy & Print dentro das lojas da Companhia; (ii) abertura de um novo centro de distribuição na região nordeste para atendimento às lojas e de mini centros de distribuição focados no atendimento de canais digitais; e (iii) reforço e adequação na estrutura de capital da Companhia.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados da Destinação dos Recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação dos Recursos	**Percentual de alocação**	**Valor Estimado Líquido[(1)(2)]**
	(em Reais)	
Investimentos em novas lojas e expansão de Copy & Print	[36]%	[•]
Novos Centros de Distribuição	[19]%	[•]
Reforço e adequação da estrutura de capital	[45]%	[•]
Total	**100,00%**	**[•]**

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa na capa deste Prospecto. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta e sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras.

Um aumento ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa indicada na capa deste Prospecto, aumentaria ou reduziria, conforme o caso, o montante dos recursos líquidos que a Companhia receberia com a Oferta Primária em R$[•], após a dedução das comissões e despesas, devidas pela Companhia no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A Destinação de Recursos líquidos que a Companhia vier a receber com a Oferta Primária baseia-se em suas análises, perspectivas atuais, expectativas sobre eventos futuros e tendências, além de outros fatores que não se pode antecipar (*e.g.* como resultado da pandemia de COVID-19). Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a Destinação de Recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos negócios da Companhia, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que a Companhia acredita estar dentro de sua política de investimento, visando à preservação do seu capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta Primária em sua situação patrimonial, vide a seção "Capitalização", na página 111 deste Prospecto.

Oferta Secundária

[A Companhia não receberá quaisquer recursos provenientes da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes da alienação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no âmbito da Oferta Secundária, conforme aplicável), por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária (incluindo os recursos decorrentes da alienação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar no âmbito da Oferta Secundária, conforme aplicável) serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores. Não obstante, do total de recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária, R$[•] serão destinados, pelos Acionistas Vendedores, à Companhia para quitar os valores devidos no âmbito do Contrato de Mútuo].

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta pelo patrimônio líquido total da Companhia, e indica: **(i)** a posição efetiva em 30 de setembro de 2020; **(ii)** o valor ajustado para considerar a conclusão da compra de 100% da Spiral; **(iii)** o valor ajustado para considerar os recursos líquidos estimados em R$[•] (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável), após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, a serem recebidos pela Companhia em função da Oferta Primária.

As informações abaixo, referentes à coluna "Efetivo", foram extraídas das Informações Trimestrais – ITR consolidadas da Companhia, relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com os itens "3 – Informações Financeiras Selecionadas", "4.1 – Fatores de Risco", "4.2 – Riscos de Mercado" e "10 – Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, bem como as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, anexas a este Prospecto, e Informações Trimestrais - ITR referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto.

	Em 30 de setembro de 2020		
	Efetivo	**Ajustado pela aquisição da Spiral[1]**	**Ajustado pela Oferta[2]**
		(em R$ mil)	
[Empréstimos e Financiamentos Circulante]	[•]	[•]	[•]
[Empréstimos e Financiamentos Não Circulante]	[•]	[•]	[•]
[•]	[•]	[•]	[•]
Total do Patrimônio Líquido	[•]	[•]	[•]
Capitalização Total[3]	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o [abatimento de R$[•] do valor devido pelos Acionistas Vendedores à Companhia, em função do [Contrato de Mútuo], decorrente da conclusão da aquisição da Spiral]

(2) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos provenientes da Oferta Primária (sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais), estimados em R$[•], considerando o Preço por Ação de R$[•], ponto médio da Faixa Indicativa do Preço por Ação indicada na capa deste Prospecto, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

(3) Capitalização total corresponde à soma total de [Empréstimos e Financiamentos e o Patrimônio Líquido] nas datas indicadas.

Um aumento ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa na capa deste Prospecto, aumentaria ou reduziria o valor do patrimônio líquido da Companhia ajustado após a conclusão da Oferta em R$[•] sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Não houve mudanças relevantes na capitalização da Companhia desde 30 de setembro de 2020.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o valor patrimonial contábil por ação da Companhia imediatamente após a Oferta.

Em 30 de setembro de 2020, o valor consolidado do patrimônio líquido da Companhia era de R$[•] e o valor patrimonial por Ação da Companhia, na mesma data, era de R$[•]. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia dividido pelo número total de ações de sua emissão naquela data.

Considerando-se (i) a subscrição de [•] Ações objeto da Oferta Primária [(sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), pelo Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa de preços indicada na capa deste Prospecto, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, [(ii) a aquisição da Spiral mediante quitação parcial do Contrato de Mútuo com os Acionistas Vendedores, no valor de R$[106.250.000,00]; e (iii) a quitação do saldo remanescente do Contrato de Mútuo, no valor de R$[•]], seu patrimônio líquido ajustado em 30 de setembro de 2020, seria de R$[•], representando um valor de R$[•] por Ação. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por Ação de R$[•] para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por Ação de R$[•] para os novos investidores que adquirirem Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja seção “Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição”, na página 49 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020, após a conclusão da Oferta.

	Após a Oferta
	(em Reais, exceto porcentagens)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ajustado para refletir a Oferta Primária e as operações vinculadas à Oferta[2]	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação para os atuais acionistas	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para novos investidores[3][4]	[•]
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[2][3]	**[•]%**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) [Considera (i) a subscrição de [•] ações objeto da Oferta Primária, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, (ii) a aquisição da Spiral e (iii) a quitação do Contrato de Mútuo.]

(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial líquido por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não possui relação com o valor patrimonial das Ações e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, vide seção “Informações sobre a Oferta” na página 42 deste Prospecto Preliminar.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação, que é o preço médio da Faixa Indicativa, acarretaria um acréscimo ou diminuição, após a conclusão da Oferta: **(i)** de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; **(ii)** de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil por ação ordinária de emissão da Companhia; **(iii)** na diluição do valor patrimonial contábil por ação aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação, presumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto Preliminar não sofrerá alterações, e após deduzidas as comissões e as despesas relativas à Oferta a serem arcadas pela Companhia. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

[A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações ordinárias de emissão da Companhia, nem na alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores. Não obstante, do total de recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária, R$[•] serão destinados, pelos Acionistas Vendedores, à Companhia para quitar os valores devidos no âmbito do Contrato de Mútuo.]

Plano de Outorga de Ações Restritas

Em 3 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("**Plano de Ações Restritas**"). Segundo o Plano, são elegíveis a receber outorga de ações restritas os administradores, funcionários e terceiros da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração a gestão e escolha das pessoas elegíveis.

Com o propósito de satisfazer a outorga de ações restritas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, poderá emitir novas ações ou alienar ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os participantes, nos termos da Instrução da CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, conforme alterada.

O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano de Ações Restritas não poderá exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia (as quais serão consideradas no cálculo do limite total aqui estabelecido), o limite total de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação deste Plano de Ações Restritas.

Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de ações restritas no lançamento de cada programa, elegendo dentre as pessoas elegíveis, os participantes em favor dos quais a Companhia outorgará as ações restritas nos termos do Plano de Ações Restritas e do respectivo programa, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

A outorga de ações restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga de Ações Restritas ("**Contrato de Outorga**") entre a Companhia e os participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de ações restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

Após o período de carência estipulado e cumprido os requisitos para a aquisição do direito às ações restritas, o beneficiário receberá as ações restritas que ficarão, por um período de 90 (noventa) dias a 180 (cento e oitenta) dias, bloqueadas para negociação.

Não há preço de aquisição ou de exercício, podendo o exercício estar vinculado a períodos de carência em lotes anuais, em percentuais estabelecidos pelo Conselho de Administração na aprovação do respectivo programa.

O Conselho de Administração aprovou em [20] de novembro de 2020 o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas ("**Programa**"). Para mais informações sobre o novo Plano de Ações Restritas vide item 13.8 do Formulário de Referência.

Histórico do preço pago por Administradores e Acionistas Controladores em subscrições/aquisições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

A Companhia era uma sociedade limitada até 14 outubro de 2020 e, portanto, não ocorreram subscrições/aquisições de ações da Companhia nos últimos cinco anos. Não obstante, nessa mesma data, ocorreu a conversão da totalidade das 830.000.000 (oitocentos e trinta milhões) de quotas, de valor nominal de R$0,01 (um centavo de real) cada, dividida no capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, no valor de R$8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais), em 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, atribuindo-se uma ação para cada quota anteriormente detida no capital da Companhia, pelos atuais acionistas da Companhia indicados item "15.1 / 15.2 – Posição acionária" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, QUE APROVARÁ A FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR DA COMPANHIA REFERENTES AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 e 2017

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL

KALUNGA S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 43.283.811/0001-50
NIRE nº 35300558120

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A **Kalunga S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo. A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos nos Mercados Organizados administrados pela B3.

Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Rua da Mooca, 766, 4º e 5º andares, Mooca, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03104-010, e poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar filiais, depósitos, agências ou representação em qualquer localidade do país ou do exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social: **(i)** exploração do ramo de atividade de comércio atacadista de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais para escritório em geral, microcomputadores, *software*, equipamentos e materiais para informática em geral, desenho, pintura, artigos de engenharia, artigos de limpeza e miudezas em geral, giz, mapas, globos, materiais de artesanato, eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, equipamentos audiovisuais, equipamentos de som, instrumentos musicais, utensílios para copa e cozinha móveis em geral, equipamentos para *camping*, equipamentos para parques e jardins, brinquedos didáticos, brinquedos em geral, jogos e componentes, medalhas e materiais esportivos, bandeiras e estandartes, bicicletas, motocicletas e barcos, equipamentos para indústrias, hospitais, laboratórios, equipamentos de segurança, equipamentos para transportes e cargas, equipamentos para câmaras frigoríficas, equipamentos para lavanderias e para cozinha industrial, serviço de alimentação máquinas, motores, equipamentos hidráulicos, ferramentas, ferragens, cutelaria, materiais de acrílico, borrachas, chapas plásticas em geral, telhas de amianto e plástico, metais e ferro em geral, materiais elétricos,

extintores de incêndio, materiais de construção madeiras vestuário e confecções, tecidos, uniformes, roupas de cama, mesa e banho, armarinhos, calçados, artigos de tapeçaria e decorações, artigos de couro, lonas, cortiças, colchões, material de higiene e limpeza, perfumaria e cosméticos, embalagens em geral, embalagens descartáveis, vasilhames, ampolas, materiais odontológicos, artigos de farmácia e drogaria, produtos químicos, adubos, rações, gêneros alimentícios e bebidas; **(ii)** a guarda e estacionamento de veículos; e **(iii)** a prestação de serviços de pré-impressão, impressão, encadernação, plastificação, fotocópias e digitalização.

Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais), dividido em 500.000.000 (quinhentas milhões) ações, todas ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. É vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Segundo. O capital social da Companhia será exclusivamente representado por ações ordinárias e cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo Terceiro. As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Quarto. Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. Os custos do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderão ser cobrados diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites eventualmente fixados na legislação vigente.

Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 750.000.000 (setecentas e cinquenta milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

Parágrafo Primeiro. O aumento do capital social dentro do limite autorizado será realizado

mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive se por subscrição pública ou privada, preço, prazo e forma de sua integralização.

Parágrafo Segundo. Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, emitir ações ordinárias, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações.

Artigo 7º. A Companhia poderá emitir ações, observado o limite do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante: **(i)** venda em bolsa ou subscrição pública; ou **(ii)** permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, conforme faculta o Artigo 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Artigo 8º. A Companhia poderá, observado o limite do capital autorizado, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar ações ou opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços, assim como dos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

CAPÍTULO III
ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 9º. As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade, observados os dispositivos legais referentes à convocação, instalação, deliberações e demais prescrições legais pertinentes.

Parágrafo Primeiro. A Assembleia Geral será convocada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, contado o prazo da primeira publicação do anúncio de convocação. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, será publicado novo anúncio de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 (oito) dias. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. As Assembleias Gerais somente serão instaladas em primeira convocação com a presença de acionistas representando, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social votante, salvo quando a Lei das Sociedades por Ações, ou a regulamentação aplicável, exigir quórum mais elevado, e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

Parágrafo Terceiro. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice Presidente do Conselho ou por qualquer Diretor da Companhia presente. Caberá ao presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o secretário da mesa, o qual poderá ser acionista ou não da Companhia.

Parágrafo Quarto. Compete ao presidente e ao secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento de quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, negando cômputo a votos proferidos com violação a tais acordos.

Parágrafo Quinto. Para tomar parte e votar na Assembleia Geral, o acionista deve provar, mediante documentação original ou cópia enviada por e-mail à Companhia, a sua qualidade como acionista, apresentando, preferencialmente, com 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral **(i)** documento de identidade, caso o acionista seja pessoa física, ou atos societários que comprovem a representação legal e documento de identidade do representante, caso o acionista seja pessoa jurídica; e **(ii)** comprovante expedido pela instituição depositária referente às suas ações. Os procuradores de acionistas deverão exibir as respectivas procurações e documento de identidade até o mesmo momento e pelo mesmo meio referido neste Parágrafo.

Parágrafo Sexto. Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer presencialmente à Assembleia Geral, munido dos documentos referidos no Parágrafo Quinto acima, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente, observado o disposto no Artigo 5º, Parágrafo 3º, da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada.

Parágrafo Sétimo. As deliberações da Assembleia Geral de acionistas, ressalvadas as exceções previstas em lei e no Regulamento do Novo Mercado, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo Oitavo. As atas da Assembleia Geral de acionistas serão lavradas, salvo decisão em contrário do presidente da Assembleia Geral, na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas e serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas, observado o disposto nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Nono. A Assembleia Geral de acionistas somente poderá deliberar sobre assuntos previstos na ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 10. Compete à Assembleia Geral de acionistas, além das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

(i) reformar o Estatuto Social;

(ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;

(iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;

(v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;

(vi) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

(vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

(viii) aprovar ou alterar planos de outorga de ações ou de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;

(ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

(x) observadas as condições estabelecidas na regulamentação aplicável, deliberar sobre resgates, amortizações, aumento ou redução do capital social, excetuada a disposição prevista no Parágrafo Primeiro do Artigo 5º deste Estatuto Social;

(xi) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, sem prejuízo das competências conferidas ao Conselho de Administração neste Estatuto Social; e

(xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 11. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à

Diretoria.

Parágrafo Primeiro. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser cumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória arbitral referida no Artigo 6º deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Terceiro. Os administradores da Companhia deverão aderir às Políticas da Companhia que estejam em vigor, mediante assinatura dos respectivos termos de adesão.

Parágrafo Quarto. Os administradores, que poderão ser destituídos a qualquer tempo, permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. Caso o substituto venha a ser investido, este completará o mandato do administrador substituído.

Artigo 12. A Companhia poderá celebrar contratos de indenidade visando a indenizar e manter indenes **(i)** os membros **(a)** do Conselho de Administração, **(b)** dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e **(c)** da Diretoria da Companhia e de suas controladas, e **(ii)** os empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia ou em suas controladas ("Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia ou em suas controladas, sem prejuízo da eventual contratação de seguro específico em favor de tais Beneficiários.

Parágrafo Primeiro. Caso algum dos Beneficiários seja condenado, por decisão judicial transitada em julgado, em virtude de atos praticados **(i)** fora do exercício regular de suas atribuições, **(ii)** com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude, ou **(iii)** em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, este deverá ressarcir a Companhia de todos os custos, despesas, reembolsos e indenizações arcados pela Companhia, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. As condições e as limitações da indenização objeto deste Artigo serão determinadas em documento escrito, cuja implantação é de competência do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro. Caberá ao Conselho de Administração autorizar os eventuais

desembolsos ou ressarcimentos a serem realizados nos termos dos contratos de indenidade, observado que **(i)** o enquadramento de cada situação e a interpretação dos eventuais casos omissos serão de sua competência e **(ii)** não poderão participar da respectiva deliberação quaisquer conselheiros que sejam parte interessada na decisão ou que sejam partes relacionadas aos Beneficiários em questão.

CAPÍTULO V
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 07 (sete) membros, podendo ocorrer ou não a eleição de igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro. O Conselho de Administração terá um Presidente e poderá ter um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

Parágrafo Segundo. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Segundo deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Quarto. Caso não seja solicitada a adoção do processo de voto múltiplo, na forma da Lei das Sociedades por Ações, a eleição dos membros do Conselho de Administração pela Assembleia Geral de Acionistas deverá ser realizada por meio do sistema de chapas, vedada a votação individual em candidatos.

Parágrafo Quinto. Para concorrer à eleição dos membros do Conselho de Administração, deverá ser formada uma ou mais chapas, e a administração da Companhia deverá divulgar as informações sobre os candidatos que compõem a(s) chapa(s), nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

Parágrafo Sexto. É facultado a qualquer acionista ou conjunto de acionistas propor chapa concorrente para a eleição dos membros do Conselho de Administração, sendo vedada, no entanto, a apresentação de mais de uma chapa pelo mesmo acionista ou grupo de acionistas, observadas ainda a legislação e a regulamentação aplicáveis.

Parágrafo Sétimo. As chapas deverão ser compostas pelo número de candidatos correspondente ao número de vagas disponíveis, devendo 1 (um) candidato ser indicado como provisório, o qual deixará de integrar a chapa caso seja adotado o procedimento de eleição em separado, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Oitavo. Cada acionista somente poderá votar em uma chapa, e será declarada eleita a chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral de acionistas.

Parágrafo Nono. Na hipótese de ser adotado o procedimento de eleição em separado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, tal procedimento deverá preceder a eleição por chapa de que trata o Parágrafo Quarto deste Artigo.

Artigo 14. Os membros do Conselho de Administração serão substituídos em suas ausências, impedimentos ou vacância pelo respectivo suplente, caso existente.

Parágrafo Primeiro. Na hipótese de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, e não assumindo ou existindo o suplente, observar-se-á o disposto no Artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Terceiro. No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho de Administração, assumirá o Vice-Presidente, quando aplicável, ou outro conselheiro indicado pela maioria dos membros do Conselho de Administração, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Artigo 15. O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias trimestrais e extraordinárias sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro. As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente, quando aplicável, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com antecedência mínima de 2 (dois) dias.

Parágrafo Segundo. Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração sem a observância do prazo previsto no Parágrafo Primeiro acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os demais membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro. A convocação deverá indicar a data, a hora, o lugar e ordem do dia detalhada da reunião, bem como ser acompanhada de todos os documentos necessários para

permitir que os membros do Conselho de Administração possam deliberar sobre as matérias a serem discutidas.

Parágrafo Quarto. Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Quinto. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos membros presentes.

Parágrafo Sexto. Nas deliberações do Conselho de Administração, cada conselheiro terá direito a um voto, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo Sétimo. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente ou Vice-Presidente, quando aplicável, e na sua ausência por qualquer dos conselheiros, escolhido por maioria dos votos dos demais membros presentes. O presidente da mesa escolherá o seu secretário dentre qualquer dos presentes.

Parágrafo Oitavo. Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que:

(i) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes da sua instalação;

(ii) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião, via fac-símile, correio eletrônico (*e-mail*), carta registrada ou carta entregue em mãos; ou

(iii) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência ou teleconferência, desde que envie seu voto por escrito via fac-símile, correio eletrônico (*e-mail*), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente do Conselho de Administração ou ao presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o presidente da reunião.

Parágrafo Nono. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou

que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Oitavo, Inciso (iii), deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do conselheiro ser juntada ao referido Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Décimo. Deverão ser publicadas e arquivadas na Junta Comercial competente as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo Décimo primeiro. O Presidente do Conselho de Administração, por iniciativa própria ou solicitação de qualquer Conselheiro ou do Diretor Presidente da Companhia, poderá convocar consultores externos, membros dos comitês da Companhia, Diretores e/ou funcionários da Companhia para assistir às reuniões e prestar esclarecimentos ou informações de qualquer natureza, observado que em nenhuma hipótese as pessoas convocadas terão direito de voto.

Parágrafo Décimo segundo. Os membros do Conselho de Administração deverão abster-se de votar nas deliberações relativas a matérias com relação às quais seus interesses sejam conflitantes com os da Companhia.

Artigo 16. Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

(i) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;

(ii) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria;

(iii) atribuição aos Diretores das respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificadas neste Estatuto Social;

(iv) atribuição à área de auditoria interna da Companhia das respectivas funções e atribuições;

(v) determinação do orçamento do comitê de auditoria, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos pela Companhia;

(vi) individualização da remuneração dos membros da administração da Companhia, incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social, observado o limite da remuneração global anual fixada pela Assembleia Geral;

(vii) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;

(viii) manifestação a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abranger opinião favorável ou contrária à sua aceitação abordando, no mínimo, **(a)** a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações, **(b)** os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia, **(c)** as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado, e **(d)** outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

(ix) contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

(x) autorização de recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura mantidas em tesouraria;

(xi) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimentos, orçamentos e suas alterações subsequentes;

(xii) aquisição ou alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade;

(xiii) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior ao limite previsto na Política de Alçadas da Diretoria;

(xiv) emissão de **(a)** debêntures não conversíveis em ações, *comercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e **(b)** debêntures conversíveis em ações, observado o limite do capital autorizado;

(xv) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior ao limite previsto na Política de Alçadas da Diretoria;

(xvi) prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades controladas ou coligadas da Companhia ("Investidas"), quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12

(doze) meses for igual ou superior ao limite previsto na Política de Alçadas da Diretoria;

(xvii) prestação de quaisquer garantias a terceiros, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior ao limite previsto na Política de Alçadas da Diretoria;

(xviii) transação entre a Companhia e partes relacionadas à Companhia, exceto para os contratos entre a Companhia e sociedades que sejam subsidiárias integrais, no curso normal de seus negócios;

(xix) Aprovar a Política de Alçadas da Diretoria, bem como quaisquer alterações a elas, as quais incluirão os limites para as operações nela previstas, incluindo regras para (a) a aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível e a assunção de compromissos financeiros, (b) a oneração de bens do ativo imobilizado e intangível, (c) a contratação de quaisquer captações de recursos e a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "bonds", "notes", "commercial papers", notas promissórias e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate, entre outras regras de alçada, bem como a fiscalização do cumprimento de tal política pelos membros da diretoria;

(xx) Outorgar ações, ações restritas, opção de compra ou subscrição de ações, de acordo com os Planos de Ações, Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovados em Assembleia Geral, aos administradores e empregados da Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções, observado o limite do limite do capital e o saldo de outorgas e opções de subscrição de ações, caso existentes;

(xxi) listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Companhia;

(xxii) nomeação ou destituição de auditores independentes;

(xxiii) deliberar previamente à Assembleia Geral de acionistas da Companhia sobre operações de cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;

(xxiv) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, incluindo, sem limitação, a eleição ou destituição de seus administradores;

(xxv) resolução dos casos omissos neste Estatuto Social; e

(xxvi) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Todos os valores estabelecidos neste artigo deverão ser anualmente atualizados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou na sua ausência pelo IGP-M apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, no primeiro dia do exercício social seguinte.

Artigo 17. O Conselho de Administração poderá constituir comitês técnicos ou consultivos, como órgãos de assessoramento, para realizar tarefas específicas ou para atividades genéricas de interesse da Companhia, nos termos e condições definidas pelo Conselho de Administração, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento. Os comitês exercerão funções consultivas, em conformidade com os seus regimentos internos, a serem deliberados e aprovados pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VI
DIRETORIA

Artigo 18. A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 07 (sete) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, sendo permitida a cumulação de cargos.

Parágrafo Único. O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 19. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. Será considerada regular a reunião de Diretoria em que todos os Diretores compareçam, independentemente de convocação prévia.

Parágrafo Primeiro. Em caráter de urgência, as reuniões da Diretoria poderão ser convocadas pelo Diretor Presidente sem a observância do prazo previsto no *caput* acima, desde que sejam inequivocamente cientificados todos os demais membros da Diretoria.

Parágrafo Segundo. As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria

de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do Parágrafo Sétimo deste Artigo, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo Terceiro. O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro, em suas ausências ou impedimentos temporários.

Parágrafo Quarto. No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico (*e-mail*).

Parágrafo Quinto. Em caso de vacância definitiva de cargo de Diretor, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido na primeira reunião do Conselho de Administração subsequente, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Sexto. Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo Sétimo. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de videoconferência, teleconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico (*e-mail*).

Parágrafo Oitavo. Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo Sétimo deste Artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao referido Livro logo após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Diretoria da Companhia a serem registradas na Junta Comercial poderão ser submetidas na forma de extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, assinado pelo secretário da mesa da reunião da Diretoria.

Artigo 20. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao

Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo os itens elencados no Parágrafo Primeiro abaixo, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Compete à Diretoria, além das demais atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social:

(i) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;

(ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;

(iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

(iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;

(v) proceder à aquisição, alienação e oneração de bens do ativo dentro dos limites da Política de Alçadas da Diretoria, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, fazer acordos, firmar compromissos, contratar, contrair obrigações, celebrar contratos, confessar dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários ou de crédito, renunciar, ceder direitos, transigir, dar e receber quitação, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, conceder ônus reais e prestar garantias com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;

(vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país ou no exterior; e

(vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto neste Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

Parágrafo Segundo. Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas ao planejamento geral da Companhia, observadas a política e a orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

(iii) implementar as diretrizes e executar as decisões aprovadas em Assembleia Geral e nas reuniões do Conselho de Administração; e

(iv) propor ao Conselho de Administração, sem exclusividade de iniciativa, a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Parágrafo Terceiro. Competem ao Diretor Financeiro, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira, contábil, fiscal e tributária da Companhia;

(ii) gerir as finanças da Companhia;

(iii) elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como o relatório anual da administração da Companhia;

(iv) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;

(v) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;

(vi) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;

(vii) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;

(viii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;

(ix) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia e acompanhar seus resultados; e

(x) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimento e operações, incluindo financiamentos, sempre no interesse da Companhia.

Parágrafo Quarto. Competem ao Diretor de Relações com Investidores, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Centra do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações a tais órgãos e instituições, bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação e regulação aplicáveis, no país e no exterior;

(ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

(iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

(iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

Parágrafo Quinto. Adicionalmente às competências fixadas por lei, pela regulamentação específica e por este Estatuto Social, as atribuições de cada Diretor poderão ser expandidas ou fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 21. Observadas as disposições contidas neste Estatuto Social, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada por:

(i) quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto; ou

(ii) 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou

(iii) 2 (dois) procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que lhes forem conferidos em tal instrumento.

Parágrafo Primeiro. As procurações serão assinadas, em nome da Companhia, por 2 (dois) Diretores em conjunto, com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão ser assinadas por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador com poderes específicos e permitir o substabelecimento. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e,

com exceção daquelas para fins judiciais, arbitrais ou administrativos, que poderão ser concedidas por prazo indeterminado, terão período de validade limitado a, no máximo, 2 (dois) anos.

Parágrafo Segundo. A Companhia poderá ser representada por qualquer Diretor ou 1 (um) procurador, desde que devidamente mandatados na forma deste Artigo, na prática dos seguintes atos:

(i) assinatura de correspondência que não crie obrigações para a Companhia;

(ii) representação da Companhia em Assembleias Gerais e reuniões de sócios de sociedades nas quais a Companhia detenha participação;

(iii) representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas;

(iv) quando o ato a ser praticado impuser representação singular e desde que a Companhia esteja representada por Diretor ou procurador com poderes específicos;

(v) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive praticados perante repartições públicas, sociedades de economia mista, Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores e outros de natureza idêntica; e

(vi) nos casos de licitação pública, mediante outorga de poderes específicos para participar de processos licitatórios.

Parágrafo Terceiro. Todo e qualquer ato praticado pelos membros da Diretoria, por procuradores ou por empregados da Companhia que forem estranhos ao objeto social e/ou aos negócios da Companhia, tais como cauções, endossos e prestação de outras garantias em favor de terceiros, sem que tenham sido prévia e expressamente aprovados nos termos deste Estatuto Social, serão expressamente proibidos e serão nulos e inoperantes.

CAPÍTULO VII
COMITÉ DE AUDITORIA

Artigo 22. O Comitê de Auditoria ("Comitê de Auditoria"), órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, deverá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros dos quais: (i) pelo menos 1 (um) membro deverá ser Conselheiro Independente (conforme termo definido no Regulamento do Novo Mercado); e (ii) pelo menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em conformidade com as normas aplicáveis expedidas

pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, sendo facultado a um mesmo membro atender à qualificação dos itens “i” e “ii” deste Artigo 23.

Parágrafo Primeiro. O mesmo membro do Comitê de Auditoria Estatutário pode acumular ambas as características referidas no *caput*.

Parágrafo Segundo. O Comitê de Auditoria será coordenado por um Coordenador designado no ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria, cujas atividades estarão definidas no seu regimento interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro. O Conselho de Administração aprovará o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, o qual estipulará regras de convocação, instalação, votação e periodicidade das reuniões, prazo dos mandatos, requisitos de qualificação de seus membros e atividades do Presidente do Comitê de Auditoria, entre outras matérias.

Parágrafo Quarto. O Comitê de Auditoria será dotado de orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com o seu funcionamento e com a contração de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo ou independente.

Artigo 23. Compete ao Comitê de Auditoria:

(i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas;

(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e

(vii) outras competências estabelecidas no Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

CAPÍTULO VII
CONSELHO FISCAL

Artigo 24. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros

efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 01 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro. O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória arbitral referida no Artigo 6º deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro. Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir às Políticas da Companhia que estejam em vigor, mediante assinatura dos respectivos termos de adesão.

Parágrafo Quarto. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 25. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, nos termos da lei, e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo Primeiro. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos conselheiros presentes.

CAPÍTULO VIII
EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DE LUCROS

Artigo 26. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único. As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Artigo 27. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os

prejuízos acumulados, se houver, e qualquer provisão de imposto de renda ou contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo Único. Nos termos do Artigo 190 da Lei de Sociedade por Ações, as participações estatutárias de empregados e administradores serão determinadas, sucessivamente e nessa ordem, com base nos lucros que remanescerem depois de deduzidos os montantes indicados no *caput*.

Artigo 28. Do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas no Artigo 27 acima, 5% (cinco por cento), no mínimo, para a constituição da reserva legal, até que esta atinja valor equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

Parágrafo Primeiro. Após a destinação à reserva legal, uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do Artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo. Do lucro que remanescer, ajustado pela destinação à reserva legal e pela eventual destinação à reserva para contingências e a respectiva reversão, se for o caso, uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro. Após a constituição das reservas mencionadas nos parágrafos Primeiro e Segundo deste artigo, e observada a distribuição mínima obrigatória de dividendos, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar até a totalidade do lucro líquido ajustado remanescente à Reserva para Investimento, que terá como finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro. O saldo desta reserva não poderá ultrapassar, junto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, o valor do Capital Social.

Parágrafo Quarto. O saldo do lucro líquido, após as deduções previstas acima, terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral, na forma da legislação e regulação aplicáveis.

Artigo 29. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá **(i)** levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou **(ii)** declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo Primeiro. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Parágrafo Segundo do Artigo 28 acima.

CAPÍTULO IX
ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 30. Para fins dos Capítulo IX e X, os seguintes termos com iniciais maiúsculas terão os significados a eles atribuídos abaixo:

(i) "Controle" (bem como seus termos correlatos "Controlador" e "Controlada") significa o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida;

(ii) "Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladores ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) que atuem representando um interesse comum. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que duas ou mais entre tais entidades forem: (a) administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (b) tenham em comum a maioria de seus administradores, sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador, em caráter discricionário.

(iii) "OPA" significa a oferta pública de aquisição de ações de companhia aberta, sujeita ou não a registro perante a CVM.

Artigo 31. A alienação direta ou indireta de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do Controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 32. É facultada a formulação de uma única OPA, visando a mais de uma das

finalidades previstas na legislação e na regulamentação aplicáveis, desde que **(i)** seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de OPA, **(ii)** não haja prejuízo para os destinatários da oferta e **(iii)** seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação e regulação aplicáveis.

CAPÍTULO X
OFERTA PÚBLICA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

Artigo 33. Qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento, investidor de outra natureza ou Grupo de Acionistas que adquira ou torne-se titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do capital social deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de, conforme o caso, uma oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ("Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante"), observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado, outros regulamentos da B3 e os termos deste Artigo 33.

Parágrafo Primeiro. A Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante deverá ser: (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no Parágrafo Segundo deste Artigo 33; e (iv) paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição das ações na Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante.

Parágrafo Segundo. O preço de aquisição na Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 125% (vinte por cento) do valor econômico por ação de emissão da Companhia que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologias reconhecidas, tais quais os critérios de patrimônio líquido avaliado a preços de mercado, fluxo de caixa descontado, comparação por múltiplos ou cotação das ações no mercado de valores mobiliários, múltiplos de transações comparáveis, ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM ("Valor Econômico"); (ii) 125% (vinte por cento) do preço de emissão das ações no mais recente aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 24 (vinte e quatro) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante nos termos deste Artigo 33, devidamente atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE até o momento do pagamento; e (iii) 125% (cento e vinte e cinco por cento) da média ponderada da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias de negociação anterior à data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento), nos termos previstos no *caput* deste Artigo 33, devendo ser considerada, para tal, a data que ocorrer

primeiro entre, incluindo, mas não se limitando: (1) a celebração de contrato de aquisição, ou (2) a formalização de instrumento que resultou na titularidade (ou que garantiu (a) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (b) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (c) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia ("Outros Direitos de Natureza Societária") ou direito de subscrição ou aquisição), ou (3) a liquidação da aquisição, quando esta tiver sido realizada em bolsa de valores sem a celebração de instrumento contratual, ou (4) a divulgação, por parte da Companhia, de fato relevante ou comunicado a mercado a respeito da referida aquisição ou do evento acima referido.

Parágrafo Terceiro. A realização da Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma oferta pública de aquisição de ações concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto. A realização da Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada mediante voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, observadas as seguintes regras: (i) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas; (ii) a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações será considerada aprovada com o voto da maioria simples dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e (iii) não serão computadas as ações detidas pelo adquirente para fins dos quóruns de instalação e deliberação exigidos por este Parágrafo Quarto.

Parágrafo Quinto. O adquirente estará obrigado a atender às eventuais solicitações ou às exigências da CVM relativas à Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante, dentro dos prazos máximos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Sexto. Na hipótese de o adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este Artigo 33, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este Artigo 33, conforme disposto no Artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo da responsabilidade da pessoa que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia nos termos deste Artigo 33 por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo 33.

Parágrafo Sétimo. Qualquer pessoa física ou jurídica, fundo de investimento, Grupo de Acionistas, ou investidor de outra natureza que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive (i) Outros Direitos de Natureza Societária sobre quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia, ou (ii) títulos e valores mobiliários negociados em mercados de liquidação futura ou outros ativos tendo como lastro ou objeto valores mobiliários de emissão da Companhia que deem direito a ações da Companhia representando 20% (vinte por cento) ou mais das ações da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante, nos termos descritos neste Artigo 33.

Parágrafo Oitavo. Em caso de alienação do controle da Companhia, a realização de Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante, nos termos deste Artigo 33, estará dispensada, ressalvada a obrigação do adquirente de realizar, conforme aplicável, a(s) oferta(s) públicas previstas no Artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Novo Mercado e neste Estatuto Social.

Parágrafo Nono. O disposto neste Artigo 33 não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) da incorporação de outra sociedade pela Companhia; (ii) da incorporação de ações de outra sociedade pela Companhia; (iii) do cancelamento de ações em tesouraria; (iv) da recompra ou do resgate de ações; (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em Valor Econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas ou mediante procedimento de *bookbuilding* no contexto de oferta pública de distribuição de ações; ou (vi) de sucessão por força de reorganização societária ou disposição legal – incluindo a sucessão por força de herança.

Parágrafo Décimo. Para fins do cálculo do percentual de 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito neste Artigo 33, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de recompra de ações, cancelamento de ações em tesouraria, de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações, ou de eventual resgate ou reembolso de ações.

Parágrafo Décimo primeiro. O disposto neste Artigo 33 não se aplica aos acionistas ou Grupo de Acionistas (considerados individualmente ou em conjunto) que já eram titulares de quantidade igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total de ações de emissão da Companhia anteriormente à data de registro na CVM da primeira distribuição pública de ações de emissão da Companhia.

CAPÍTULO XI
ACORDOS DE ACIONISTAS

Artigo 34. A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, sendo expressamente vedado **(i)** ao presidente das Assembleias Gerais e ao presidente das reuniões do Conselho de Administração acatar declaração de voto que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado em acordos de acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia, e **(ii)** à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social da Companhia.

CAPÍTULO XII
LIQUIDAÇÃO

Artigo 35. A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante o período de liquidação.

CAPÍTULO XIII
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 36. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO XIX
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37. Observado o disposto no Artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial das ações, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral de acionistas.

As disposições contidas no(s) **(i)** Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo do Artigo 1º; **(ii)** Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo do Artigo 11; **(iii)** Parágrafo Segundo e Parágrafo

Terceiro do Artigo 13; **(iv)** Parágrafo Segundo do Artigo 24; **(v)** Artigo 30; **(vi)** Artigo 31; **(vii)** Artigo 32; e **(viii)** Artigo 36, assim como a natureza de companhia aberta, somente terão eficácia a partir da data de disponibilização pública do Anúncio de Início de Distribuição da primeira oferta pública de distribuição de ações da Companhia.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

KALUNGA S.A., sociedade por ações com sede na Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca, CEP 03104-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 43.283.811/0001-50, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que.

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A." ("Prospecto Preliminar") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A." ("Prospecto Definitivo"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

São Paulo, [●] de [●] de 2020.

KALUNGA S.A.

_____	_____
Nome: [●]	Nome: [●]
Cargo: [●]	Cargo: [●]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

Paulo Sérgio Menezes Garcia, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.348.36, expedida pelo SSP/SP, e inscrito no CPF/ME nº 658.984.198-53, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca, CEP 03104-010, na qualidade de acionista vendedor, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **KALUNGA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca, CEP 03104-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 43.283.811/0001-50 ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que.

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A." ("Prospecto Preliminar") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A." ("Prospecto Definitivo"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

São Paulo, [●] de [●] de 2020.

_____

Paulo Sérgio Menezes Garcia

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

José Roberto Menezes Garcia, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.530.922, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME nº 029.322.438-29, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca, CEP 03104-010, na qualidade de acionista vendedor, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **KALUNGA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca, CEP 03104-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 43.283.811/0001-50 ("Companhia"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, declarar que.

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado no âmbito da Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, da divulgação do "Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A." ("Prospecto Preliminar") e do "Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A." ("Prospecto Definitivo"), bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia que integrem o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta e da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

Os termos utilizados nesta declaração para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400 que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Prospecto Preliminar.

São Paulo, [●] de [●] de 2020.

_____

José Roberto Menezes Garcia

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO BTG PACTUAL S.A., instituição financeira com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, CEP 04538-133, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 30.306.294/0002-26, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da **KALUNGA S.A.** ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de novas Ações de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**") e (ii) a distribuição secundária de Ações de titularidade dos acionistas vendedores pessoas físicas identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**", respectivamente), a ser realizada no Brasil, sob a coordenação do Coordenador Líder, do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**XP**") e do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI e a XP, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta;

(D) foram disponibilizados, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos e prestadas todas as informações que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia e aos Acionistas Vendedores, pelos Coordenadores da Oferta, documentos e informações adicionais relativos à Companhia e suas subsidiárias e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre a Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP
23 10
JUCESP PROTOCOLO
0.781.004/20-2

KALUNGA S.A.

CNPJ/ME nº 43.283.811/0001-

NIRE (em transformação)

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020

1. **DATA, HORA E LOCAL**: Aos dias 14 do mês de outubro de 2020, às 11h00, na sede social da Kalunga S.A. ("Companhia"), localizada na cidade e Estado de São Paulo, na Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca, CEP 03104-010.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei 6.404/76, conforme alterada, ("Lei das Sociedades por Ações"), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social votante, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. **MESA**: Presidida pelo Sr. Paulo Sérgio Menezes Garcia, o qual escolheu ao Sr. Plínio José Lopes Shiguematsu para secretariar os trabalhos.

4. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM nº 480/09, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); (ii) autorização para realização, e a consequente submissão do pedido de registro na CVM, de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações") na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da CVM nº 400/03, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), incluindo esforços de colocação no exterior com base na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC" e "Oferta", respectivamente); (iii) a submissão do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e a adesão da Companhia ao segmento de listagem especial da B3 designado Novo Mercado ("Novo Mercado"); e (iv) a autorização aos membros da administração da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados.

5. **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

5.1. a abertura de capital da Companhia e a consequente submissão de pedido de registro de companhia aberta, na categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480;

5.2. a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e que será coordenada pelas instituições financeiras contratadas para atuar na Oferta ("Coordenadores da Oferta"). Simultaneamente, serão

JUCESP
23 10 20

também realizados esforços de colocação das Ações no exterior por determinadas instituições financeiras (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o disposto na *Rule 144A* do *Securites Act of 1933* e no *Regulation* S, ambos editados pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC;

5.2.1. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), poderá ser acrescida em até 20% do total de Ações inicialmente ofertadas (excluídas as Ações Suplementares), nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Ações Adicionais"). Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, sem considerar as Ações Adicionais, poderá ser acrescida em até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, as quais serão destinadas exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("Ações Suplementares");

5.2.2. A quantidade de Ações a serem emitidas/alienadas na Oferta será definida posteriormente e o preço por ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding;*

5.2.3. Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta;

5.2.4. As demais características da Oferta constarão dos prospectos a serem arquivados na CVM, bem como no Contrato de Distribuição e demais documentos e anúncios da Oferta aplicáveis.

5.3. A submissão do pedido de registro da Companhia junto à B3 e adesão ao Novo Mercado, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, autorizando a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias junto a B3 para a formalização da adesão e listagem da Companhia no Novo Mercado e a admissão de valores mobiliários de sua emissão à negociação;

JUCESP
23 10 20

KALUNGA S.A.

CNPJ/ME n° 43.283.811/0001-50

NIRE (em transformação)

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2020

5.4. Será oportunamente aprovado pelos acionistas da Companhia, mas antes do primeiro protocolo na CVM, (i) a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), de forma a, dentre outros, adequá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado; e (ii) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, incluindo os membros independentes.

5.5. a autorização aos membros da administração da Companhia para tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários implementação das deliberações acima e a ratificação dos atos já realizados e, para tanto, os Diretores da Companhia ficam investidos de plenos poderes para tomar e praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à consecução da Oferta, em especial, de poderes de representação da Companhia junto à CVM, ao Banco Central do Brasil, à B3 e à ANBIMA, podendo praticar todos e quaisquer atos perante essas e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta e reputados necessários ou convenientes para a realização da mesma.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. **Mesa**: Paulo Sérgio Menezes Garcia – Presidente e Plínio José Lopes Shiguematsu – Secretário. **Acionistas Presentes**: Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 14 de outubro de 2020.

Mesa:

Paulo Sérgio Menezes Garcia
Presidente

Plínio José Lopes Shiguematsu
Secretário

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
447.124/20-1
JUCESP
JUCESP
2 9 OUT 2020
SEDE

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, QUE APROVARÁ A FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

KALUNGA S.A.
CNPJ/ME Nº 43.283.811/0001-50
NIRE 35300558120

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2020

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos dias [●] do mês de [●] de 2020, às [●] horas, na sede social da Kalunga S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua da Mooca, nº 766, 4º e 5º andares, Mooca, CEP 03104-010.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 15, §4º do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos [a/o] Sr[a]. [●], Presidente, e Sr[a]. [●], Secretári[a/o].

4. ORDEM DO DIA: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para deliberar a respeito da: **(i)** fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), no valor nominal unitário de R$ [●] ([●] reais), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações, a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), incluindo esforços de colocação no exterior com base na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("Oferta"); **(ii)** a aprovação do aumento de capital da Companhia dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de [●] ([●]) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, correspondentes ao total de Ações a serem distribuídas no âmbito da oferta primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); **(iii)** a aprovação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinária de Emissão da Kalunga S.A., ("Prospecto Definitivo") e seus anexos, conforme registro concedido pela CVM e

dos *Offering Memoranda* da Companhia; **(iv)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e à consecução do aumento do capital social da Companhia, dentro do seu limite de capital autorizado, bem como, observada a forma de representação da Companhia, praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização da Oferta; e **(v)** a verificação da subscrição das Ações e a homologação do novo capital social da Companhia.

5. DELIBERAÇÕES: Instalada a reunião e após a discussão das matérias da ordem do dia, os conselheiros presentes aprovaram, nos termos do artigo 15, §5º do Estatuto Social, [por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições], o que segue:

5.1. Aprovar o preço de R$[●] ([●] reais) por ação objeto da Oferta ("Preço por Ação") fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a investidores institucionais, no Brasil e no exterior, pelas instituições intermediárias contratadas para atuar na Oferta ("Coordenadores da Oferta"), nos termos do *"Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A."* ("Contrato de Colocação"), em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que o Preço por Ação não promoverá diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que o preço de mercado das Ações foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta.

5.2. Aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$[●] ([●] reais), o qual passará de R$[●] ([●] reais) para R$[●] ([●] reais), mediante a emissão de [●] ([●]) de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, objeto da oferta primária, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das novas ações emitidas pela Companhia dentro no âmbito da Oferta, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do artigo 7 do Estatuto Social da Companhia.

5.3. Aprovar o Prospecto Definitivo e seus anexos, conforme registro concedido pela CVM, bem como os *Offering Memoranda* da Companhia.

5.4. Em razão da deliberação tomada acima, a Diretoria da Companhia fica autorizada a, desde já, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à realização do aumento do capital social da Companhia, podendo praticar quaisquer atos perante B3, CVM, ANBIMA e outras entidades e/ou negociar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que sejam relacionados à Oferta e reputados necessários ou convenientes para a realização das mesmas.

5.5. Ato contínuo, verificar a subscrição de [●] ([●]) de Ações no âmbito da Oferta e, consequentemente, homologar o novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$[●] ([●] reais), dividido em [●] ([●]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Conselho de Administração deverá submeter, oportunamente, à Assembleia Geral da Companhia a proposta de alteração do Estatuto Social, de forma a refletir o novo capital social e o saldo do capital autorizado. As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições inerentes às ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive o direito de participar das assembleias gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações ordinárias, conforme o caso. As Ações darão, ainda, a seus titulares o direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados a partir da divulgação do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Kalunga S.A.*".

6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, [a/o] Sr[a]. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Mesa**: [●] – Presidente; e [●] – Secretári[a/o]. **Conselheiros presentes**: Paulo Sérgio Menezes Garcia, Tarek Mohamed Noshy Nasr Mohamed Farahat, José Roberto Menezes Garcia e Antônio Maurício Maurano.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, [●] de [●] de 2020.

[●]	[●]
Presidente	Secretári[a/o]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR DA COMPANHIA REFERENTES AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020 7

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 21

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 53

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 54

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 55

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	500.000.000
Preferenciais	0
Total	500.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	2.263.908	2.486.310
1.01	Ativo Circulante	818.028	1.067.463
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.084	32.048
1.01.03	Contas a Receber	150.280	169.322
1.01.04	Estoques	307.775	520.046
1.01.06	Tributos a Recuperar	314.216	342.805
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.673	3.242
1.01.08.03	Outros	7.673	3.242
1.01.08.03.01	Outros ativos	7.673	3.242
1.02	Ativo Não Circulante	1.445.880	1.418.847
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	805.143	730.340
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	805.143	730.340
1.02.01.10.03	Partes relacionadas	543.889	427.232
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	8.923	8.877
1.02.01.10.05	Impostos a recuperar	252.331	294.231
1.02.03	Imobilizado	139.044	171.795
1.02.04	Intangível	501.693	516.712
1.02.04.01	Intangíveis	501.693	516.712
1.02.04.01.02	Intangível	3.084	2.319
1.02.04.01.03	Direito de uso	498.609	514.393

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	2.263.908	2.486.310
2.01	Passivo Circulante	949.526	1.268.550
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	40.434	27.465
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	40.434	27.465
2.01.02	Fornecedores	578.519	849.129
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.014	19.289
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	151.846	148.701
2.01.05	Outras Obrigações	150.713	223.966
2.01.05.02	Outros	150.713	223.966
2.01.05.02.04	Empréstimos com partes relacionadas	66.595	134.355
2.01.05.02.05	Passivo de arrendamento	60.349	54.167
2.01.05.02.06	Receita diferida	1.569	3.573
2.01.05.02.07	Outros passivos	22.200	31.871
2.02	Passivo Não Circulante	1.153.130	1.037.399
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	624.858	494.659
2.02.02	Outras Obrigações	490.974	501.835
2.02.02.02	Outros	490.974	501.835
2.02.02.02.03	Passivo de arrendamento	474.548	478.981
2.02.02.02.04	Empréstimos com partes relacionadas	0	15.631
2.02.02.02.05	Obrigações fiscais	16.426	7.223
2.02.03	Tributos Diferidos	20.622	26.314
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.622	26.314
2.02.04	Provisões	16.676	14.591
2.02.04.02	Outras Provisões	16.676	14.591
2.02.04.02.04	Provisão para desmantelamento	5.151	4.858
2.02.04.02.05	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11.525	9.733
2.03	Patrimônio Líquido	161.252	180.361
2.03.01	Capital Social Realizado	8.300	8.300
2.03.02	Reservas de Capital	6	6
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	152.946	172.055

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	432.683	1.321.816	495.333	1.578.993
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-281.695	-860.486	-326.489	-1.040.415
3.03	Resultado Bruto	150.988	461.330	168.844	538.578
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-132.214	-382.169	-137.296	-274.832
3.04.01	Despesas com Vendas	-114.230	-340.144	-124.435	-370.876
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.027	-42.699	-13.844	-35.504
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	43	674	983	131.548
3.04.04.01	Outras receitas líquidas	43	674	983	131.548
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.774	79.161	31.548	263.746
3.06	Resultado Financeiro	-23.581	-74.305	-27.587	41.607
3.06.01	Receitas Financeiras	11.598	37.461	21.988	173.233
3.06.02	Despesas Financeiras	-35.179	-111.766	-49.575	-131.626
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-4.807	4.856	3.961	305.353
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.758	-794	-595	-63.147
3.08.01	Corrente	329	-6.486	-1.986	-28.110
3.08.02	Diferido	1.429	5.692	1.391	-35.037
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.049	4.062	3.366	242.206
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.049	4.062	3.366	242.206
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00610	0,00810	0,00670	0,48440
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00610	0,00810	0,00670	0,48440

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.049	4.062	3.366	242.206
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.049	4.062	3.366	242.206

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	114.139	4.702
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	124.197	187.374
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.856	305.353
6.01.01.03	Depreciação e amortização	76.526	72.333
6.01.01.04	Valor residual baixado de ativo imobilizado e direito de uso	1.759	334
6.01.01.05	Provisão para perdas esperadas de contas a receber	4.364	1.220
6.01.01.06	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.251	2.442
6.01.01.07	Provisão (reversão) para obsoescência dos estoques	-164	104
6.01.01.08	Juros sobre empréstimos para partes relacionadas	-22.008	-31.767
6.01.01.09	Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	460	688
6.01.01.10	Juros de empréstimos e financiamentos	29.032	38.918
6.01.01.11	Juros de passivos de arrendamentos	45.895	41.778
6.01.01.12	Descontos de arrendamentos	-24.152	0
6.01.01.13	Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores	8.017	646
6.01.01.14	Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	0	-242.762
6.01.01.15	Juros sobre parcelamentos de tributos e outros	-2.639	-1.913
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.058	-182.672
6.01.02.01	Contas a receber	15.542	-61.517
6.01.02.02	Estoques	215.709	6.355
6.01.02.03	Impostos a recuperar	78.038	-9.474
6.01.02.04	Outros ativos	-4.431	-1.205
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-46	-86
6.01.02.06	Adiantamentos a partes relacionadas	-44.148	-1.601
6.01.02.07	Fornecedores	-282.765	-82.687
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	12.969	10.904
6.01.02.09	Obrigações fiscais	17.694	-1.002
6.01.02.10	Receita diferida	-2.004	-4.865
6.01.02.11	Pagamento de processos cíveis e trabalhistas	-459	-1.888
6.01.02.12	Outros passivos	-9.671	-4.731
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-6.486	-30.875
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-65.788	-146.193
6.02.01	Empréstimos concedidos de partes relacionadas - líquido de recebimentos	-50.501	-98.303
6.02.02	Aquisição de ativo imobilizado	-13.794	-46.830
6.02.03	Aquisição de ativos intangíveis	-1.493	-1.060
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-42.315	152.193
6.03.01	Empréstimos captados de partes relacionadas, líquido de pagamentos	-83.851	175.443
6.03.02	Pagamento de passivo de arrendamento	-62.776	-78.021
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	264.275	734.576
6.03.04	Juros pagos sobre empréstimos e financimentos	-53.133	-42.566
6.03.05	Amortização de empréstimos e financimentos	-106.830	-637.239
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.036	10.702
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	32.048	15.603
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.084	26.305

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.300	6	0	172.055	0	180.361
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.300	6	0	172.055	0	180.361
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-23.171	0	-23.171
5.04.01	Aumentos de Capital	23.171	0	0	-23.171	0	0
5.04.08	Cisão parcial (Nota 17d)	-23.171	0	0	0	0	-23.171
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.062	0	4.062
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.062	0	4.062
5.07	Saldos Finais	8.300	6	0	152.946	0	161.252

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.300	6	0	16.320	0	24.626
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.300	6	0	16.320	0	24.626
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	242.206	0	242.206
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	242.206	0	242.206
5.07	Saldos Finais	8.300	6	0	258.526	0	266.832

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	1.736.731	2.097.466
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.737.945	2.094.993
7.01.02	Outras Receitas	-1.214	2.473
7.01.02.01	Outras receitas	1.265	3.693
7.01.02.02	Provisão/reversão de perdas de crédito esperada	-2.479	-1.220
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.244.070	-1.470.649
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.104.868	-1.339.569
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-136.883	-130.191
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-2.319	-889
7.03	Valor Adicionado Bruto	492.661	626.817
7.04	Retenções	-76.526	-72.333
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-76.526	-72.333
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	416.135	554.484
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	38.842	174.963
7.06.02	Receitas Financeiras	38.842	174.963
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	454.977	729.447
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	454.977	729.447
7.08.01	Pessoal	124.119	136.649
7.08.01.01	Remuneração Direta	103.397	113.517
7.08.01.02	Benefícios	11.781	12.477
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.941	10.655
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	218.113	196.872
7.08.02.01	Federais	54.353	531
7.08.02.02	Estaduais	152.317	186.191
7.08.02.03	Municipais	11.443	10.150
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	108.683	153.720
7.08.03.02	Aluguéis	18.358	23.861
7.08.03.03	Outras	90.325	129.859
7.08.03.03.01	Despesas financeiras	78.152	118.187
7.08.03.03.02	Outros	12.173	11.672
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.062	242.206
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.062	242.206

Comentário do Desempenho

A Kalunga é a maior varejista brasileira de suprimentos para escritório e material escolar por meio de suas 222 lojas físicas distribuídas em 20 Estados brasileiros e no Distrito Federal e dos canais digitais, operando de forma totalmente integrada entre o ambiente *online* e *offline* (*omnichannel*). Para suportar sua operação, a Kalunga possui três centros de distribuição no estado de São Paulo e trabalha com 12 marcas exclusivas, distribuindo mais de 12 mil SKUs e oferecendo adicionalmente os serviços de gráfica rápida, acabamento e digitalização por meio do Copy & Print.

Estabelecida com lojas físicas nos principais shoppings centers e pontos estratégicos localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Brasília, Bahia, Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí.

Desde 2003, quando os acionistas controladores assumiram a Empresa, a Kalunga vem acelerando sua expansão geográfica, especialmente em regiões metropolitanas, onde concentra o maior consumo e a maior demanda por produtos da Empresa.

Impactos do COVID-19 nos resultados

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia devido ao coronavírus chamado COVID-19. Esta situação desmembrou em paralização e/ou desaceleração de diversos setores, com efeitos na economia global, incluindo a economia brasileira. Desta foram, a Empresa tomou diversas medidas protetivas com o intuito de evitar a disseminação do vírus, garantir a preservação da saúde dos colaboradores, clientes, e demais envolvidos, bem como medidas para amenizar os efeitos da pandemia nos resultados da Empresa. Entretanto, em consequência das medidas de distanciamento social e queda da confiança do consumidor, a partir do final de março de 2020, as vendas de unidades físicas tiveram forte retração, devido a quarentena decretada pelos governos dos principais estados brasileiros, com a proibição de abertura dos estabelecimentos comerciais durante mais de cem dias.

Diante do exposto, iniciamos o ano de 2020 em um ambiente favorável, com bom desempenho de vendas especialmente pela sazonalidade do primeiro trimestre que agrega o retorno do período escolar, no entanto, o fluxo de clientes nas lojas caiu à medida que cresciam as incertezas geradas com a proliferação do COVID-19 e com a decretação da quarentena estabelecida pelos governos das principais regiões metropolitanas. Com o agravamento da situação, focamos nossos esforços nos nas vendas do canal digital. Por outro lado, tomamos várias medidas para assegurar a saúde e a preservação das vidas de nossas partes relacionadas; preservação dos empregos; foco na gestão da crise para assegurar as condições econômicas/financeiras.
Abaixo é apresentada a evolução mensal das lojas físicas durante a pandemia:

Março	▪ Cerca de 90% das lojas foram fechadas a partir de 20 março e as que permaneceram abertas operaram com horário restrito e alguns dias do mês
Abril	▪ 93% das lojas permaneceram fechadas e o saldo remanescente operou com horário restrito e alguns dias do mês
Maio	▪ 82% das lojas permaneceram fechadas e 18% operaram com horário restrito e alguns dias do mês
Junho	▪ 14% das lojas permaneceram fechadas e 86% operaram com horário restrito e alguns dias do mês

Comentário do Desempenho

Julho	▪ 12% das lojas permaneceram fechadas e 88% operaram com horário restrito e alguns dias do mês
Agosto e Setembro	▪ 100% das lojas operaram, porém a maioria com restrição de horário

A Empresa espera recuperar gradualmente seu posicionamento de mercado com o avanço da flexibilização da pandemia.

No período de nove meses findo em setembro de 2020, a Empresa atingiu receita líquida de R$1.321,8 milhões ante R$1.578,9 milhões, no mesmo período do ano anterior com lucro líquido de R$4,0 milhões comparado com um lucro líquido de R$242,2 milhões no mesmo período do ano anterior. O declínio de performance está relacionado diretamente com a quarentena decretada no mercado brasileiro por conta da pandemia global gerada pelo COVID-19, que resultou no fechamento das lojas físicas a partir de 20 de março até meados de julho.

Considerando o exposto, o desempenho econômico e financeiro da Companhia, obteve os seguintes resultados:

Comentário do Desempenho

Destaques operacionais e financeiros

CANAL DIGITAL

- A estratégia *omnichannel* da Empresa vem trazendo frutos com o crescimento do canal digital que apresentou, na comparação do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado com o mesmo período de 2019, um crescimento de 83,4%.
- Em outubro de 2019, foi iniciada a operação de OPS (*Online Partner Store*) da HP, em que a Kalunga ficou com exclusividade na administração e *fulfillment* de toda operação e e-commerce da HP.
- Em junho de 2020, foi lançada a operação de OPS da Brother.
- Além da HP e da Brother, outros fornecedores já demonstraram interesse nesta parceria, algo extremamente favorável à Kalunga, visto que poderá se alancar na força das marcas de suas parceiras, integrando-as na tecnologia e expertise em e-commerce da Kalunga.
- Receita Líquida atingiu R$323,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 (representando um crescimento de 83,4% versus o mesmo período de 2019) e R$176,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.
- Nos primeiros 9 meses de 2020 o canal digital representou 24,5% da receita líquida da Empresa, comparado à 11,2% no mesmo período de 2019.

LOJAS FÍSICAS

- Manutenção do ritmo acelerado de abertura de lojas com:
  - 19 lojas nos primeiros 9 meses de 2019.
  - 8 lojas nos primeiros 9 meses de 2020. No entanto, com o fechamento de 8 lojas, a Empresa, em 30 de setembro de 2020, continuou com as mesmas 222 lojas de 31 de dezembro de 2019.
- Receita Líquida das Lojas atingiu R$996,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, que comparado com o mesmo período de 2019, representou uma queda de 28,8%, ou seja, os primeiros 9 meses de 2019 atingiu um resultado de R$1.400,0 milhões.
- O *Same Store Sales* (SSS)[1] nos primeiro 9 meses de 2020 foi de -29,6% e no mesmo período de 2019 foi de 7,8%.

COPY & PRINT

- Receita Líquida do Copy & Print atingiu R$1,3 milhão no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 (representando uma queda de 49,2% versus o mesmo período de 2019) e R$2,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.
- Não foram inauguradas operações do Copy & Print dentro das lojas da Kalunga, sendo que a última foi inaugurada no início de 2019.

[1] SSS – *Same Store Sales*, considera-se o crescimento das vendas brutas de mesmo período para todas as lojas que já estavam abertas no período anterior

Comentário do Desempenho

- Pós pandemia, a Empresa prevê um maior crescimento para a abertura de lojas do Copy & Print nos próximos anos.

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- $ Receita líquida de R$1.321,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 ante R$1.579,0 milhões período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.
- $ Lucro líquido de R$4,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 ante R$242,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.
- $ Ademais, os investimentos da Empresa para viabilizar os projetos definidos totalizaram R$15,1 milhões, ante R$48,3 milhões investidos no mesmo período do ano anterior, e foram especialmente relacionados as aberturas de lojas físicas feitas no 1º trimestre de 2020 ou relacionadas a obras em andamento quando foram decretados os fechamentos dos estabelecimentos comerciais.
- $ Em 30 de setembro de 2020 a Empresa contava com 4.674 colaboradores ativos e com um índice de rotatividade (turnover) de 24,0% e 4.957 funcionários e turnover de 33,8% em 30 de setembro de 2019.

Comentário do Desempenho

Receita líquida de vendas

O terceiro trimestre de 2020 atingiu uma receita líquida de R$432,7 milhões comparado a R$495,3 milhões no mesmo período de 2019. Essa queda de 12,6% da receita líquida se deve aos impactos da pandemia, com algumas lojas permanecendo fechadas no início de julho e operando ao longo do trimestre inteiro com restrição de horário, queda está parcialmente compensada com as vendas do canal digital. A Empresa aumentou a receita líquida no canal digital em 76,7% no terceiro trimestre 2020, representando 24% da receita liquida no período enquanto o canal digital representa apenas 11,8% da receita líquida no mesmo período de 2019.

A receita líquida de vendas, conforme o quadro abaixo, totalizou R$1.321,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando uma redução de R$257,2 milhões, ou 16,3%, quando comparado ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, quando totalizou R$1.579,0 milhões, em razão, principalmente, do decréscimo na receita líquida das lojas (e por consequência a operação de Copy & Print) por conta da pandemia que resultaram no fechamento das lojas a partir do dia 20 de março.

	Trimestre findo em 30 de setembro			Período de nove meses findo em 30 de setembro		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**A.H.**	**2020**	**2019**	**A.H.**
Lojas Físicas	328.571	435.710	-24,6%	996.882	1.400.033	-28,8%
Canal Digital	103.698	58.673	76,7%	323.665	176.462	83,4%
Copy & Print	414	949	-56,3%	1.269	2.498	-49,2%
Receita líquida	**432.683**	**495.333**	**-12,6%**	**1.321.816**	**1.578.993**	**-16,3%**

Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e serviços prestados foi de R$281,7 milhões no terceiro trimestre de 2020 comparado com R$326,5 milhões no mesmo período de 2019, ou seja, uma redução nominal de R$44,8 milhões ou 13,7%. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 o custo das mercadorias vendidas e serviços prestados teve uma redução de R$179,9 milhões, ou 17,3%, quando totalizou R$860,5 milhões comparado a R$1.040,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Isso se deve em razão da redução de vendas gerada pela quarentena restritiva ao comércio brasileiro nas regiões metropolitanas em função da pandemia global do coronavírus.

	Trimestre findo em 30 de setembro			Período de nove meses findo em 30 de setembro		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**A.H.**	**2020**	**2019**	**A.H.**
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	**(281.695)**	**(326.489)**	**-13,7%**	**(860.486)**	**(1.040.415)**	**-17,3%**
% da Receita Líquida	65,1%	65,9%	-0,8p.p	65,1%	65,9%	-0,8p.p

Lucro bruto

O lucro bruto da Empresa atingiu R$151,0 milhões no terceiro trimestre de 2020, comparado a R$169,0 em relação ao mesmo período de 2019. Esse decréscimo de 10,7% do lucro bruto se deve a queda de 12,6% da receita líquida no mesmo período. Diante desse cenário, o lucro bruto acumulado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$461,3 milhões

Comentário do Desempenho

comparado a R$538,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, uma redução de 14,%, com queda nominal de R$77,3 milhões. No entanto, a margem bruta do período ficou 0,8 pontos percentuais maior, atingindo 34,9% e 34,1% no mesmo período do ano anterior, fruto da mudança da estratégia da Empresa, que tanto em 2018 e 2019 buscou ter maior competitividade em relação a preços, mas devido esta estratégia não ter trazido o incremento no volume de vendas esperado, a partir de 2020, a Empresa iniciou uma readequação, de forma criteriosa, de recomposição de margens pois percebeu que a força da marca Kalunga não exigiria a estratégia anterior.

	Trimestre findo em setembro			Período de nove meses findo em setembro		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**A.H.**	**2020**	**2019**	**A.H.**
Lucro bruto	**150.988**	**168.844**	**-10,6%**	**461.330**	**538.578**	**-14,3%**
% da Receita Líquida	34,9%	34,1%	0,8p.p	34,9%	34,1%	0,8p.p

Comentário do Desempenho

Despesas operacionais

As despesas operacionais no terceiro trimestre de 2020 atingiram R$132,2 milhões comparado com R$137,3 milhões no terceiro trimestre de 2019, representando 30,6% e 27,7% da receita líquida respectivamente, ou seja, um acréscimo de 2,9 pontos percentuais. No terceiro trimestre de 2020 as despesas com vendas tiveram uma redução de 8,2% e as despesas administrativas e gerais aumentaram 30,2% em relação ao mesmo período de 2019. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as despesas operacionais foram de R$382,2 milhões, registrando um aumento de 39,1% em comparação ao mesmo período de 2019 que totalizou R$274,8 milhões.

	Trimestre findo em 30 de setembro			Período de nove meses findos em 30 de setembro		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**A.H.**	**2020**	**2019**	**A.H.**
Com vendas	(114.230)	(124.435)	-8,2%	(340.144)	(370.876)	-8,3%
Gerais e administrativas	(18.027)	(13.844)	30,2%	(42.699)	(35.504)	20,3%
Outras receitas, líquidas	43	983	-95,6%	674	131.548	-99,5%
(Despesas) receitas operacionais	**(132.214)**	**(137.296)**	**-3,7%**	**(382.169)**	**(274.832)**	**39,1%**
% da Receita Líquida	30,6%	27,7%	2,9p.p	28,9%	17,4%	11,5p.p

Lucro operacional

O lucro operacional teve uma queda de 40,5% no terceiro trimestre de 2020, quando atingiu R$18,8 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, que atingiu R$31,5 milhões. A margem operacional, teve um decréscimo de 2,0 pontos percentuais, representando uma margem de 4,3% no terceiro trimestre de 2020 e 6,4% no mesmo período de 2019. Desta forma, o lucro operacional acumulado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 totalizou R$79,2 milhões, representando 6,0% da receita líquida ante 16,7% de margem operacional registrado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, que totalizou R$263,8 milhões. Essa redução no Lucro Operacional decorre, principalmente, do decréscimo de receitas mensurado no segundo e terceiro trimestres de 2020, apesar da queda dos custos, os custos e as despesas fixas geradas no período contribuíram para a redução das margens frente a redução das receitas pelo fechamento temporário do comércio devido a pandemia. Desta forma, o lucro operacional foi reduzido nominalmente em R$184,6 milhões no acumulado de nove meses, ou 70,0%.

	Período do terceiro trimestre			Período dos nove meses de		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**A.H.**	**2020**	**2019**	**A.H.**
Lucro operacional	**18.774**	**31.548**	**-40,5%**	**79.161**	**263.746**	**-70,0%**
Margem operacional	4,3%	6,4%	-2,0p.p	6,0%	16,7%	-10,7p.p

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido do terceiro trimestre de 2020 obteve uma despesa financeira líquida de R$23,6 milhões comparado a R$27,6 milhões no mesmo período de 2019, obtendo um impacto de 5,4% e 5,6% na receita líquida respectivamente, ou seja, um decréscimo de 0,1 pontos percentuais. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi registrado despesas financeiras de R$111,7 milhões e receitas financeiras de R$37,5 milhões, obtendo uma despesa financeira líquida de R$74,3 milhões. No mesmo período de 2019, as despesas financeiras totalizaram R$131,6 milhões enquanto as receitas financeiras foram de R$173,2 milhões, obtendo uma receita financeira líquida de R$41,6 milhões, no entanto vale ressaltar que

Comentário do Desempenho

havia sido reconhecida uma receita financeira decorrente do crédito de PIS e COFINS no valor de R$120,0 milhões.

	Período do terceiro trimestre			Período dos nove meses de		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**A.H.**	**2020**	**2019**	**A.H.**
Despesas financeiras	(35.179)	(49.575)	-29,0%	(111.766)	(131.626)	-15,1%
Receitas financeiras	11.598	21.988	-47,3%	37.461	173.233	-78,4%
Resultado financeiro	**(23.581)**	**(27.587)**	**-14,5%**	**(74.305)**	**41.607**	**-278,6%**
% da Receita Líquida	-5,4%	-5,6%	0,1p.p	-5,6%	2,6%	-8,3p.p

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi um prejuízo de R$4,8 milhões no terceiro trimestre de 2020. No mesmo período de 2019 o saldo foi um lucro de R$3,9 milhões, ou seja, uma redução de 221,4%. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$4,8 milhões, representando 0,4% da receita líquida, comparado a R$305,4 milhões no mesmo período do ano anterior, ou 19,34% da receita líquida. Essa redução de 98,4% no período, se deve a contabilização do crédito PIS e COFINS mencionada acima e também reflete o resultado dos impactos causados pela pandemia do COVID-19.

	Trimestre findo em 30 de setembro			Período de nove meses findo em 30 de setembro		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**A.H.**	**2020**	**2019**	**A.H.**
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CSLL	**(4.807)**	**3.961**	**-221,4%**	**4.856**	**305.353**	**-98,4%**
Margem de lucro antes do IR/CSLL	-1,1%	0,8%	-1,9p.p	0,3%	19,3%	-18,9p.p

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no terceiro trimestre de 2020 foi um crédito de R$1,8 milhão e uma despesa de R$0,5 milhão no mesmo período de 2019. Esse aumento se deve ao prejuízo sofrido no terceiro trimestre de 2020 versus um lucro no mesmo período de 2019. No período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 o imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) foi de despesa de R$0,8 milhão comparativamente a despesa de R$63,1 milhões de imposto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Esse imposto representou 16,4% do resultado antes do imposto de renda e contribuição social gerado no acumulado do ano comparado com 20,7% atingidos no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019 e foi devido à queda da rentabilidade pelas razões já mencionadas anteriormente.

	Trimestre findo em 30 de setembro			Período de nove meses findo em 30 de setembro		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**A.H.**	**2020**	**2019**	**A.H.**
Corrente	329	(1.986)	-116,6%	(6.486)	(28.110)	-76,9%
Diferido	1.429	1.391	2,7%	5.692	(35.037)	-116,2%
IR e CSLL	**1.758**	**(595)**	**-395,5%**	**(794)**	**(63.147)**	**-98,7%**
%/ Lucro antes do IR e da CSLL	-36,6%	-15,0%	-21,6p.p	-16,4%	-20,7%	4,3p.p

Comentário do Desempenho

Lucro líquido (prejuízo) do período

No terceiro trimestre de 2020 a Empresa teve um prejuízo de R$3,0 milhões e um lucro líquido de R$3,4 milhões no mesmo período de 2019. Essa queda de 190,6% se deve ao desempenho operacional comprometido pela queda nas vendas do varejo em função da determinação dos órgãos reguladores de fechamento e/ou redução no horário de funcionamento das lojas, o que foi compensado parcialmente pelas vendas on-line obtidas no período. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o lucro líquido da Empresa foi de R$4,1 milhões comparado a um lucro líquido de R$242,2 milhões no mesmo período de 2019. Desta maneira, o lucro líquido teve um decréscimo de 98,3%, equivalente a uma redução nominal de R$238,1 milhões, resultado não somente da pandemia do COVID-19, mas também da contabilização do crédito PIS/Cofins ocorrida em 2019.

	Trimestre findo em 30 de setembro			Período de nove meses findo em 30 de setembro		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**A.H.**	**2020**	**2019**	**A.H.**
Lucro líquido (prejuízo) do período	**(3.049)**	**3.366**	**-190,6%**	**4.062**	**242.206**	**-98,3%**
Margem líquida	-0,7%	0,7%	-1,4p.p	0,3%	15,3%	-15,0p.p

Situação patrimonial

Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$161,3 milhões e R$180,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 7,1% em 30 de setembro de 2020 e 7,3% em 31 de dezembro de 2019.

Em 1º de setembro de 2020, foi efetuado um aumento de capital pelos quotistas no montante de R$23,2 milhões, para tanto foram consumida parte reserva de lucros acumulados. Foi mantida a participação de 50% detido por cada um dos quotistas. Além disso, conforme alteração e consolidação do contrato social datada de 1º de setembro de 2020, foi efetuada a cisão parcial de acervo líquido contábil, que foi transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. O acervo líquido contábil transferido foi no montante de R$23,2 milhões, e está representado em sua integralidade por ativo imobilizado.

Desta forma, a redução de R$19,1 milhões do patrimônio líquido é decorrente da cisão descrita acima bem como pelo lucro líquido da Empresa no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

(em R$ mil, exceto %)	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**A.H.**
Patrimônio Líquido	161.252	180.361	-10,6%
Total do Passivo e PL	2.263.908	2.486.310	-8,9%
% Passivo/ PL	7,1%	7,3%	-0,1p.p

Comentário do Desempenho

Dívida Líquida

A dívida líquida (excluído passivo de arrendamento) totalizou R$738,6 milhões em 30 de setembro de 2020, 20,8% acima da dívida líquida (excluído passivo de arrendamento) contabilizada em 31 de dezembro de 2019, sendo que o endividamento bruto totalizava R$776,7 milhões e as disponibilidades de caixa R$38,1 milhões.

(em R$ mil, exceto %)	30/09/2020	31/12/2019	A.H.
Dívida bruta	776.704	643.360	20,7%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(38.084)	(32.048)	18,8%
Dívida Líquida	**738.620**	**611.312**	**20,8%**

Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, e ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 002/2006, de 28.12.2006, a Kalunga informa que no período de janeiro a setembro de 2020 não contratou outros serviços, que não sejam relacionados aos de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Aumento de capital e cisão parcial de ativos

Em 1º de setembro de 2020, foi efetuado um aumento de capital pelos quotistas no montante de R$23,2 milhões, para tanto foram consumida parte reserva de lucros acumulados. Foi mantida a participação de 50% detido por cada um dos proprietários. Além disso, conforme alteração e consolidação do contrato social datada de 1º de setembro de 2020, foi efetuada a cisão parcial de acervo líquido contábil, que foi transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. O acervo líquido contábil transferido foi no montante de R$23,2 milhões, e está representado em sua integralidade por ativo imobilizado.

Eventos subsequentes

Deferimento de pedido de habilitação de crédito

Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório Nº 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100

Conversão em Sociedade Anônima

Comentário do Desempenho

Conforme deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 14 de outubro de 2020, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações, neste ato as 830.000.000 quotas foram convertidas em ações ordinárias em uma razão e 1 quota para 0,602409639 ações, portanto convertidas em 500.000.000 ações ordinárias, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada numa Sociedade por Ações, e alteração da razão social para Kalunga S.A.

Aquisição da Spiral do Brasil Ltda.

Em 29 de outubro de 2020, a Empresa firmou contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia, por meio do qual adquiriu 100% das quotas da Spiral do Brasil Ltda("Spiral"), no valor total de R$106,3 milhões. O referido contrato define que o preço de aquisição poderá ser ajustado até a data de fechamento em decorrência da variação no valor do mútuo no qual a Empresa figura como credora da Spiral, de forma que eventual variação positiva na dívida da Spiral até a data de fechamento será descontada do preço de aquisição. O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito detido pela Kalunga com os vendedores.

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. ("Empresa" ou “Kalunga”), atualmente denominada Kalunga S.A., possui sede na cidade de São Paulo, tem por atividade preponderante o comércio de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais de escritório em geral, microcomputadores, softwares, equipamentos e materiais de informática em geral, entre outros, que operam sob a denominação comercial da Kalunga. Em 30 de setembro de 2020, a Empresa possuía três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo, e 222 lojas distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Sergipe (222 lojas em 31 de dezembro de 2019).

COVID-19

A Empresa continua monitorando o andamento do COVID 19 e seus impactos nas operações. A Empresa adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19, incluindo:

(i) instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Empresa a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia de COVID-19;
(ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Empresa tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia;
(iii) otimização do estoque do CD Clientes, que efetua todo o atendimento das vendas dos canais virtuais em quantidade julgada suficiente para fazer frente ao crescimento desse segmento, e eventual desaceleração da indústria ou redução de fornecimento;
(iv) alinhamento com prestadores de serviços de logística, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;
(v) reforço do número de colaboradores tanto do CD Clientes, quanto do SAC e do atendimento virtual, através de realocação de colaboradores de outras áreas;
(vi) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes;
(vii) negociações individuais com seus colaboradores, para aplicação de reduções de jornada, conforme a MP 936/20;
(viii) Em função da pandemia do COVID 19, vários Estados proporcionaram programas de parcelamento de ICMS. A Empresa aderiu a esse programa em quase todos os Estados (menos em São Paulo), solicitando o parcelamento dos pagamentos de ICMS de competência de março, abril e maio de 2020.

O fechamento parcial das lojas durante o exercício de 2020, quando comparado ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, resultou numa redução da receita de vendas da Empresa em torno de 16%, sendo justamente o canal de vendas de lojas o mais afetado, com redução de 29%. Por outro lado, a pandemia proporcionou um incremento nas receitas do canal digital, que apresentou um incremento de 83%. A Empresa conseguiu manter a margem bruta em torno de 35% sobre as vendas. Mas a manutenção dos custos fixos, associado à redução das vendas e ao ganho não recorrente de causa tributária envolvendo a exclusão do ICMS da base

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de cálculo do PIS e COFINS em 2019, resultaram na redução do lucro líquido de R$242.206 em 2019 para um lucro líquido de R$4.062 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/20, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do Covid-19, a Empresa revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

(i) Perdas estimadas do contas a receber:

A partir de 20 de março de 2020 por determinações governamentais, a Empresa teve suas operações negativamente afetadas pela COVID-19, dado que foi obrigada a cumprir com o fechamento das lojas físicas. Por conta disso, ainda que a Administração da Empresa não tenha feito alterações nas práticas comerciais, acabou ocorrendo uma migração das vendas das lojas físicas para os canais digitais, sobretudo o e-commerce. Em decorrência desta migração, a Empresa acabou sendo alvo de fraudes em compras efetuadas com cartões de crédito em que os detentores não reconheciam a transação, apesar de tomar todas as medidas aplicáveis, incluindo a utilização de diferentes serviços de verificação de dados e de proteção contra fraudes. Dada a natureza e histórico de recuperação destas disputas, a Administração da Empresa decidiu por baixar R$ 1.885 para resultado.

Com a reabertura gradual das lojas físicas, a Administração da Empresa notou uma gradativa queda no faturamento dos canais digitais. No entanto, conseguiu manter o faturamento em patamares superiores ao verificado no ano de 2019. Dado que a Administração da Kalunga pretende continuar com esta prática, espera-se que no 2º semestre de 2020 a Kalunga possa ser alvo de novas fraudes de cartão de crédito. Sendo assim, a Administração da Kalunga calculou em 0,95% o percentual do faturamento dos canais digitais via cartões de crédito que poderiam se tornar uma provisão para perda esperada de créditos.

Adicionalmente, a Administração da Empresa percebendo que os efeitos do COVID-19 trariam choques adversos sobre a economia brasileira e as empresas em geral com uma potencial deterioração do crédito, passou a adotar medidas nas vendas faturadas para atenuar estes efeitos, entre elas:

- em abril, no pico do isolamento, o índice de atraso de 01 a 30 dias foi de 6,81%, um dos maiores da série histórica desde o “movimento dos caminhoneiros” em 2018. No entanto, após 90 dias remanescia o saldo de apenas 1,12%, resultando na recuperação de 83% desta carteira;
- iniciou em abril um processo de concessão de prorrogação, processo este terminado em junho. Esta ação envolveu 253 empresas (500 títulos), totalizando R$542 mil, com prazo médio de 39 dias de prorrogação;
- o índice de cumprimento das prorrogações foi de 92% e para os casos de descumprimento foi utilizada uma estratégia e abordagem de cobrança mais incisiva que a habitual;
- o fato positivo e inusitado desta ação foi que 100% das empresas, com compromisso de prorrogação firmados para os meses de abril e maio, liquidaram seus débitos; e

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- no mês de julho, foi registrado o índice de atraso de 01 a 30 de 2,09%: o melhor índice para este período até a presente data.

Desta forma, percebe-se que ainda que fosse esperada uma piora no índice de atraso, a ação efetiva da Administração da Empresa durante a pandemia mitigou esse risco. Os percentuais de recuperação históricos da Kalunga para as diferentes faixas de Vencidos e A Vencer – Faturado continuaram servindo de base para o cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos.

No 2º trimestre de 2020, a Empresa verificou um aumento no saldo de Vencidos Total. Por conta desta deterioração, a Administração viu a necessidade de complementar a provisão para perdas esperadas de crédito deste período. Para calcular o novo percentual, tomou como base a expectativa de faturamento no 2º semestre de 2020 nas modalidades de Vendas Faturadas e Vendas pela Internet com Cartões de Crédito e histórico de recuperação de créditos vencidos.

Face a esse fato, a Empresa optou por reconhecer um aumento na perspectiva de perdas, cujo impacto na provisão para perdas de créditos esperadas foi de R$4.364 (R$1.220 em 30 de setembro de 2019), apresentando um crescimento de 76%.

Em relação ao total das contas a receber de clientes, a provisão em 30/09/20 equivale 3,67%, enquanto em 31/12/19 equivalia a 1,88%.

(ii) Valor de recuperação dos estoques

Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Empresa não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. De fato, como pode ser constatado na DRE, a margem bruta aumentou em 0,8 pontos percentuais de 34,1% para 34,9%.

(iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente

Dado o cenário atual de taxa básica de juros (Selic acumulada 12 meses, 6,03% em 31 de dezembro de 2019 e 3,65% em 30 de setembro de 2020), todas as taxas de juros utilizadas em setembro/20 tiveram uma redução de praticamente 50%, quando comparadas com dezembro de 2019, como seguem:

	30/09/20	31/12/19
Taxa de juros – AVP Clientes	0,37%am	0,60%am
Taxa de juros – AVP Fornecedores	0,36%am	0,69%am
Taxa de juros – AVP Arrendamentos	0,41%am	0,80%am

(iv) Realização de imposto de renda diferido ativo:

Refere-se basicamente ao imposto incidente sobre adições temporárias, normais a atividade da

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa. Não foi observada nenhuma evidência que possa afetar a sua realização.

(v) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso.

Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos.

(vi) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19.

Como resultado dessa revisão, a Empresa identificou ajustes relacionados aos benefícios recebidos de arrendadores no valor de R$24.152 (Nota 10).

2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias da Empresa foram elaboradas e apresentadas conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") que é correlata à norma internacional de relatório financeiro (IFRS) IAS 34 – Interim Financial Reporting Standards emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e orientações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Administração da Empresa aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões.

As informações contábeis intermediárias incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34.

As informações contábeis intermediárias adotam o Real ("R$") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhares de R$ e foram elaboradas com base no custo histórico.

Em 30 de setembro de 2020, a Empresa apresentou passivo circulante líquido de R$131.498 (R$201.087 em 31 de dezembro de 2019) derivado principalmente de sua estratégia de operar com ênfase em capital de terceiros. A Administração da Empresa ressalta que o prazo médio de recebimento de clientes é de 33 dias em 30 de setembro de 2020 (30 dias em 31 de dezembro de 2019) enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 257 dias em 30 de setembro de 2020 (259 dias em 31 de dezembro de 2019).

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Empresa.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Administração em 2 de dezembro de 2020.

3. Políticas contábeis

As informações contábeis intermediárias, nesse caso, têm como objetivo prover as informações trimestrais com base nas últimas demonstrações financeiras anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação. As informações contábeis intermediárias aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Exceto quanto à contabilização dos benefícios concedidos à Empresa na condição de arrendatária devido à COVID 19, não houve mudanças de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas. Conforme permitido pela Deliberação CVM nº 673/11, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Empresa. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações contábeis intermediárias em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

Em 7 de julho de 2020, a CVM emitiu a Deliberação CVM Nº 859, que trata da contabilização de benefícios concedidos pelos arrendadores a arrendatários devido ao COVID 19. A Deliberação proporciona um expediente prático, dando a opção ao arrendatário de não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido para o arrendatário em contrato de arrendamento seja considerada uma modificação do referido contrato. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando esta Norma se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Isso implica no tratamento contábil dos abatimentos de aluguéis recebidos pela Empresa na condição de arrendatária como um ganho a ser abatido da despesa financeira de arrendamentos reconhecida no resultado do período.

Esse expediente prático pode ser aplicado somente se as seguintes condições forem satisfeitas:

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
(b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
(c) não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A Empresa optou pela utilização desse expediente prático. Os impactos no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 estão demonstrados na Nota 10.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	17.582	26.172
Aplicações financeiras	20.502	5.876
	38.084	**32.048**

As aplicações financeiras estão concentradas em fundos de investimentos e CDBs, em bancos brasileiros. Os fundos são remunerados a uma taxa equivalente a 40% da taxa média do CDI, os CDBs rendem 98% do CDI em ambos os períodos apresentados, e possuem liquidez imediata.

5. Contas a receber

	30/09/2020	31/12/2019
Cartões de crédito e débito de terceiros (i)	134.250	149.383
Duplicatas a receber (ii)	19.118	17.864
Outros créditos - representados por notas de débitos e outros	2.200	5.327
Vendas à vista de lojas (a ser depositado)	1.901	2.322
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.463)	(2.327)
Total	**156.006**	**172.569**
Provisão para perdas esperadas de crédito	(5.726)	(3.247)
	150.280	**169.322**

(i) As operações com cartões de crédito de terceiros podem ser pagas em até 10 parcelas sem juros e sem encargos financeiros.

(ii) As vendas a prazo para pessoa jurídica são realizadas por meio de emissão de duplicatas podendo ser pagas em até três parcelas, sem incidência de encargos financeiros.

Qualidade de créditos

Parte substancial das vendas é realizada por meio de cartões de crédito de diversas bandeiras. A Empresa considera baixo o risco de crédito e adota como política, baixar diretamente para o resultado os créditos vencidos, considerados de improvável realização. No período de nove

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

meses findo em 30 de setembro de 2020 foram baixados recebíveis e respectivas provisões para perda no montante de R$1.885 ("zero" no período comparativo anterior).

Foi constituída perda esperada de crédito, baseada na média histórica de perdas, sendo apurada com base em estudos conjuntos do setor financeiro e do setor contábil da Empresa, nos últimos cinco exercícios sociais, que se estima suficiente para cobrir as perdas esperadas. Assim a Empresa concluiu que o risco de perdas é equivalente a 3,67% (1,88% em 31 de dezembro de 2019) do total das contas a receber, a qual a Administração da Empresa julga suficiente para cobrir eventuais perdas.

A distribuição por idade de vencimento dos recebíveis foi como segue:

	30/09/2020	31/12/2019
A vencer	149.953	167.395
Vencidos até 30 dias	1.020	1.604
Vencidos de 31 até 60 dias	357	847
Vencidos de 61 até 90 dias	185	87
Vencidos de 91 até 360 dias	2.283	1.681
Vencidos acima de 360 dias	2.208	955
	156.006	**172.569**

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito nos períodos foi como segue:

	30/09/2020	30/09/2019
Saldo inicial	(3.247)	(3.025)
Constituição de provisão	(4.364)	(1.220)
Baixa por perda efetiva do contas a receber	1.885	-
Saldo final	**(5.726)**	**(4.245)**

Ajuste a valor presente
O valor presente é calculado com base na taxa de desconto de 0,37% ao mês (0,60% em 2019), que seria aplicada pela tesouraria da Empresa, caso ocorressem antecipações dos recebíveis com as instituições financeiras.

6. Estoques

	30/09/2020	31/12/2019
Mercadorias para revenda		
nos centros de distribuição	190.473	186.105
nas lojas	125.694	360.081

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acordos comerciais	(6.776)	(21.086)
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.299)	(4.573)
Provisão para obsolescência	(317)	(481)
	307.775	**520.046**

O valor presente dos estoques para o período de nove meses findo em setembro de 2020 foi calculado considerando a taxa de 0,36% ao mês (0,69% ao mês para o exercício de 2019) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização.

7. Impostos a recuperar

	30/09/2020	31/12/2019
Créditos de ICMS-ST a recuperar (i)	276.987	350.289
ICMS-ST a recuperar - operações correntes (saldo credor)	7.024	2.804
Créditos de PIS/COFINS a recuperar (ii)	252.331	257.332
PIS/COFINS a recuperar	6.005	13.253
Antecipação IRPJ/CSLL	20.602	8.894
PIS/COFINS a recuperar – aquisição de imobilizado	3.598	4.464
Total	**566.547**	**637.036**
Circulante	314.216	342.805
Não circulante	252.331	294.231

(i) ICMS substituição tributária
A partir de 10 de abril de 2008, conforme Decretos Estaduais nos 52.847 e 52.942, vários produtos comercializados passaram a ser tributados observando o regime de substituição tributária. O valor do ICMS pago antecipadamente (incluso nas notas fiscais dos fornecedores) é contabilizado em rubrica específica do ativo, sendo levado a resultado na conta "Impostos incidentes sobre vendas" quando do faturamento pela venda dos respectivos produtos. Para as saídas interestaduais o imposto começou a ser recuperado em julho de 2011. Em 2020, o montante recuperado foi de R$60.649 (R$83.091 em 2019), conforme legislação específica. Os valores relativos à ICMS-ST são utilizados apenas após a obtenção do código “hash”, informado pela SEFAZ, e preferencialmente para pagamento a fornecedores.

(ii) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS
A Empresa possui duas ações ajuizadas discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente pagos a tal título, conforme segue:

Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100: discute-se o direito da Empresa referente aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, já foi obtida decisão judicial favorável definitiva, transitada em julgado em 28/02/2019, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos de PIS e de COFINS, no período de 28/11/2002 até 31/12/2014; neste caso vale ressaltar que apesar do Mandado haver sido ajuizado em 2010, a sentença judicial considerou que os valores foram recolhidos indevidamente desde 2002, porque já havia sido o período apresentado em juízo um Protesto Interruptivo de Prescrição em 2007.

Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100: discute-se o direito da Empresa referente aos fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, foi concedida a medida liminar (em 15/12/2017) para autorizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS a COFINS, tendo este provimento sido confirmado em sentença proferida em 14/02/2019. Com esteio nessas decisões, foi efetuada a referida exclusão do ICMS, da seguinte forma: (i) por meio de reconhecimento de créditos extemporâneos, em relação ao ano de 2018, e (ii) diretamente na apuração, a partir de 2019.

Como o Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100 teve trânsito em julgado de forma definitiva em 28 de fevereiro de 2019, quando a Empresa identificou créditos totais de PIS/COFINS no montante total de R$257.607 sendo R$142.391 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R$115.216 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras. Após o registro inicial, estes créditos tributários continuam sendo atualizados com base à SELIC, sendo que no

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

período de nove meses findo em setembro de 2020 foram registrados R$3.305 como resultados financeiros (R$2.069 em setembro de 2019). Os efeitos tributários incidentes sobre os créditos (principal) foram registrados em mesma data como imposto diferido passivo. Em 30 de setembro de 2019, a Empresa protocolou o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil.

A Administração identificou riscos de recuperabilidade sobre os créditos que foram reduzidos em R$14.845, estes créditos potenciais foram avaliados como ativo contingente e, portanto, não registrados. Para este crédito potencial complementar, a Administração está preparando documentação suporte para o pedido de habilitação junto às autoridades fiscais.

Portanto o saldo apresentado na rubrica PIS/COFINS a recuperar, está assim composto:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	25.722
Reconhecimento de créditos de transações de 2019	43.581
Reconhecimento do crédito em 2019 - Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	257.607
Redução de créditos potenciais não registrados no Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	(14.845)
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial) referentes ao Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	6.557
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(61.290)
Saldo em 31/12/2019	257.332
Reconhecimento de créditos de transações de 2020	26.066
Reconhecimento do crédito em 2020 - Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	3.305
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(34.372)
Saldo em 30 de setembro de 2020	**252.331**

O efeito dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100 descritos na movimentação da conta acima foram registrados através da redução do valor da própria despesa na rubrica “PIS e COFINS sobre vendas”, redutora das vendas brutas.

Consequentemente foram contabilizados e pagos o IRPJ e a CSLL sobre tal efeito.

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

	30/09/2020	31/12/2019
Ativo não circulante		
Adiantamentos e conta corrente		
Spiral do Brasil Ltda. (i)	57.678	-
Contratos de mútuo		
Sócios-quotistas (ii)	480.913	422.608
Blantys Participações Ltda.	5.298	4.624
	543.889	**427.232**
Passivo circulante		
Fornecedores		
KA Solution – Tecnologia	937	839
Spiral do Brasil Ltda – fornecedores	-	2.024
Spiral do Brasil Ltda – risco sacado	89.916	130.104
Empréstimos com partes relacionadas		
Spiral do Brasil Ltda. (iv)	66.595	134.355
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	690	646
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	950	869
	159.088	**268.837**
Passivo não circulante		
Contratos de mútuo		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. (iii)	-	15.631
Arrendamentos e outras contas a pagar		
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	4.885	5.063
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	6.492	6.593
	11.377	**27.287**

(i) Refere-se a adiantamentos e conta corrente com parte relacionada permitindo a importação e produção de materiais comercializados pela Empresa. A conta corrente é sujeita à encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Empresa, que em 2020 ficou entre 0,41% e 0,67% ao mês (entre 0,67% e 1,16% 2019), sem vencimento predeterminado.

(ii) Refere-se a contratos de mútuo classificados no ativo não circulante sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Empresa, que em 2020 ficou entre 0,41% e 0,55% ao mês (entre 0,67% e 1,16% em 2019), sem vencimento predeterminado.

(iii) Refere-se a contrato de mútuo com taxa de juros em 2019 de 0,90% a.m, liquidadas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

(iv) Em 2020 e 2019 foram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Kalunga concluídas nos respectivos exercícios/períodos subsequentes. Os recursos obtidos pela Spiral decorrentes de adiantamentos junto às instituições financeiras foi transferido para a Kalunga, que registrou a obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas. Sendo essa transação um passivo assumido pela Empresa com características de financiamento e consequentemente apresentados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa. A Spiral não cobra juros ou encargos sobre essas transações com a Kalunga.

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Transações com partes relacionadas (períodos de nove meses findos em 30 de setembro)

Em 30 de setembro de 2020

	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Sócios-quotistas	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	**110.377**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	503	665	-	-
Despesas com tecnologia	-	8.359	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	**-**	**8.359**	**503**	**665**	**-**	**-**
Receitas financeiras – mútuo	1.154	-	-	-	20.625	229
Despesas financeiras	-	-	(460)	-	-	-
Total resultado financeiro	**1.154**	**-**	**(460)**	**-**	**20.625**	**229**

Em 30 de setembro de 2019

	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Sócios-quotistas	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	**138.171**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	468	622	-	-
Despesas com tecnologia	-	7.266	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	**-**	**7.266**	**468**	**622**	**-**	**-**
Receitas financeiras – mútuo	791	-	-	-	30.669	307
Despesas financeiras	-	-	(693)	-	-	-
Total resultado financeiro	**791**	**-**	**(693)**	**-**	**30.669**	**307**

c) Relacionamentos com partes relacionadas:

As partes relacionadas listadas nos quadros anteriores correspondem a entidades de controle comum, investidas ou sob influência dos sócios quotistas da Kalunga. A Empresa não possui vínculos societários com estas entidades, seja como investida ou investidora.

- Spiral do Brasil Ltda. – fornecedor de produtos fabricados e importados para revenda. A Kalunga proporciona suporte financeiro através de adiantamentos e mútuos de curto prazo (“conta corrente”) para esta empresa;
- Blantys Participações Ltda. – a Empresa não realiza transações operacionais com essa parte relacionada, proporcionando apenas suporte financeiro através de mútuos;
- Ka Solution Tecnologia - parte relacionada que realiza a atividade de desenvolvimento de TI da Empresa;
- DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. - locadora do imóvel da sede administrativa da Empresa. Além da locação, a empresa proporciona suporte financeiro através de contratos de mútuos;
- Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. - locadora do imóvel da loja situada no

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

bairro de Sacomã (São Paulo);

As condições e preços das transações entre as partes relacionadas são estabelecidas em acordos entre as entidades. Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração (diretoria) em 30 de setembro de 2020, a título de pró-labore foi de R$135 (mesmo montante para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019).

d) Avais com partes relacionadas:

Em 30 de setembro de 2020, a Empresa era avalista: (i) na transação entre a Spiral e a Heildeberg Druckmaschinen AG, firmada em 16 de março de 2016, com o saldo devedor de R$0,8 milhões (R$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2019), com vencimentos até março de 2021; (ii) em 15 cartas de crédito da Spiral com o Banco Bradesco S.A. no valor de R$ 6,9 milhões, com vencimentos entre outubro de 2020 a março de 2021; (iii) em 2 contratos de FINIMP da Spiral, para aquisição de equipamentos, com o Banco Bradesco S.A., no valor de R$ 12,6 milhões, com vencimentos entre janeiro e julho de 2021; e (iv) em 1 carta de crédito para importação com o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de R$0,6 milhões, com vencimento em janeiro de 2021.

9. Depósitos judiciais

	30/09/2020	31/12/2019
Processos tributários - PIS/COFINS (*)	7.928	7.928
Processos trabalhistas	627	586
Processos cíveis	368	363
	8.923	**8.877**

(*) Para mitigar possíveis efeitos do auto de infração descrito na Nota 16, a Administração decidiu depositar em juízo os valores de créditos de PIS e COFINS tomados sobre as despesas consideradas insumos (taxa de cartões, material de embalagens, despesas com telefones e depreciação de maquinas e equipamentos) referentes ao período de jan/2016 a jul/2017, e a partir de então parou de tomar os créditos.

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Arrendamentos

	Direito de uso	Passivo de arrendamento
Saldos em 31 de dezembro de 2019	514.393	(533.148)
Novos contratos	10.940	(10.940)
Provisão de desmantelamento de lojas - componente do Direito de uso	154	-
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	31.842	(31.842)
Baixa de contratos	(88)	-
Amortização de direito de uso	(58.632)	-
Juros apropriados no período	-	(45.895)
Descontos obtidos COVID-19	-	24.152
Pagamentos de arrendamentos	-	62.776
Saldos em 30 de setembro de 2020	**498.609**	**(534.897)**
Circulante	-	(60.349)
Não circulante	498.609	(474.548)
Direito de uso, líquidos de amortização	494.896	
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	3.713	
Total	**498.609**	

	Direito de uso	Passivo de arrendamento
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	473.949	(469.121)
Novos contratos	75.664	(75.664)
Provisão de desmantelamento de lojas - componente do Direito de uso	334	-
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	23.715	(23.715)
Baixa de contratos	(163)	-
Amortização de direito de uso (i)	(55.350)	-
Juros apropriados no período	-	(41.778)
Pagamentos de arrendamentos	-	78.021
Saldos em 30 de setembro de 2019	**518.149**	**(532.257)**
Circulante	-	(52.333)
Não circulante	518.149	(479.924)

Na rubrica direito de uso, estão registrados os contratos de locação da Empresa que se referem a imóveis onde estão instaladas as lojas, centros de distribuição e prédio administrativo. A amortização é calculada em bases lineares pelo prazo vigente do contrato, mais uma renovação, quando aplicável, sendo contabilizada em resultado, conforme sua natureza, isto é, Despesa de Vendas ou Administrativa. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 a amortização representou 8% do total de direitos de uso (8% em 2019).

Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 5 a 24 anos e normalmente são

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

renovados, como prevê a Lei do Inquilinato. Além disso esses contratos são indexados a índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador.

A Empresa não possui compromissos relevantes relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 as despesas relativas a estes arrendamentos foram irrelevantes.

A taxa média ponderada dos juros de empréstimos incremental aplicado no cálculo do desconto a valor presente dos arrendamentos foi de 0,4083% a.m. (0,7974% a.m. em 2019), apurada sobre as transações históricas de captação de recursos obtida pela Empresa junto a instituições financeiras e ajustes de risco e garantias.

Parte dos contratos de arrendamento da Empresa são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas). Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R$1.132 (R$2.418 em 30 de setembro de 2019).

A Empresa não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante o período de noves meses findo em 30 de setembro de 2020.

O valor de arrendamentos a pagar vincendo a longo prazo está assim distribuído:

	Pagamentos	Crédito potencial de PIS e COFINS
De 2021 a 2025	466.398	43.142
De 2026 a 2030	190.600	17.631
De 2031 a 2035	10.897	1.008
De 2036 a 2040	586	54
Total dos pagamentos mínimos	**668.481**	**61.834**
Ajuste a valor presente dos pagamentos mínimos	(193.933)	
Valor presente dos pagamentos mínimos	**474.548**	

Informações adicionais – Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N°02/2019, a Empresa adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).
Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	30/09/2020	2021	2022	2023	2024
Passivo de arrendamento					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	534.897	474.548	407.078	332.302	257.187
Projeção nominal e taxa nominal	813.508	778.604	722.182	640.010	539.131
Ativo de direito de uso (i)					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	494.896	417.921	340.947	264.508	194.465
Projeção nominal e taxa nominal	672.814	571.551	470.289	369.592	276.095
Encargos financeiros					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	45.895	41.489	36.202	30.295	24.041
Projeção nominal e taxa nominal	61.090	57.874	53.334	47.233	39.766
Despesa de depreciação de direito de uso					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	58.632	56.201	56.201	55.666	50.159
Projeção nominal e taxa nominal	70.397	67.998	67.998	67.434	61.438
Total de despesa					
Projeção real e taxa nominal (contabilizado)	104.527	97.690	92.403	85.961	74.200
Projeção nominal e taxa nominal	131.487	125.872	121.332	114.667	101.204

(i) projeção considera apenas o componente de direito de uso referente ao fluxo descontado dos pagamentos mínimos de arrendamento.

A Empresa adotou o expediente prático, previsto na Revisão do Pronunciamento Técnico CPC06 (R2) equivalente à emenda no IFRS16 e deliberação CVM 859 referente a “Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento” e optou por contabilizar as reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R$24.152 diretamente no resultado como redutora de despesas de locação.

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

	Imobilizado terrenos	Benfeitorias	Instalações	Equipamentos de informática	Empilhadeiras	Móveis e utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Saldos líquidos em 31/12/2018	20.781	50.477	39.580	4.758	2.137	4.671	6.416	134	6.091	1.651	136.696
Aquisição	-	18.988	20.553	2.264	1.934	1.535	-	-	746	810	46.830
Baixas	-	(431)	-	-	-	-	-	-	-	-	(431)
Depreciação	-	(10.767)	(5.705)	(1.796)	(268)	(625)	(265)	(6)	(850)	-	(20.282)
Transferências	-	10	243	-	-	86	-	-	105	(444)	-
Saldos em 30/09/2019	**20.781**	**58.277**	**54.671**	**5.226**	**3.803**	**5.667**	**6.151**	**128**	**6.092**	**2.017**	**162.813**
Custo total	20.781	135.564	94.892	23.463	6.195	10.840	9.152	159	8.492	2.017	311.555
Depreciação acumulada	-	(77.287)	(40.221)	(18.237)	(2.392)	(5.173)	(3.001)	(31)	(2.400)	-	(148.742)
Valor contábil, líquido	**20.781**	**58.277**	**54.671**	**5.226**	**3.803**	**5.667**	**6.151**	**128**	**6.092**	**2.017**	**162.813**

	Imobilizado Terrenos	Benfeitorias	Instalações	Equipamentos de informática	Empilhadeiras	Móveis e utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Saldos líquidos em 31/12/2019	**20.781**	**65.785**	**57.602**	**4.934**	**3.995**	**6.072**	**6.063**	**126**	**5.024**	**1.413**	**171.795**
Custo total	20.781	147.105	99.978	23.785	6.511	11.472	9.152	159	7.715	1.413	328.071
Depreciação acumulada	-	(81.320)	(42.376)	(18.851)	(2.516)	(5.400)	(3.089)	(33)	(2.691)	-	(156.276)
Valor contábil, líquido	**20.781**	**65.785**	**57.602**	**4.934**	**3.995**	**6.072**	**6.063**	**126**	**5.024**	**1.413**	**171.795**
Aquisição	-	7.062	4.061	1.057	80	1.460	-	-	12	62	13.794
Baixas		(1.593)							(78)		(1.671)
Cisão parcial – Nota 17	(20.781)	-	-	-	-	-	-	-	(1.918)	(472)	(23.171)
Depreciação	-	(11.938)	(6.116)	(1.617)	(362)	(707)	(265)	(6)	(692)	-	(21.703)
Transferências	-	-	260	-	-	1	-	-	-	(261)	-
Saldos em 30/09/2020	**-**	**59.316**	**55.807**	**4.374**	**3.713**	**6.826**	**5.798**	**120**	**2.348**	**742**	**139.044**
Custo total	-	148.257	104.299	24.842	6.591	12.933	9.152	159	3.682	742	310.657
Depreciação acumulada	-	(88.941)	(48.492)	(20.468)	(2.878)	(6.107)	(3.354)	(39)	(1.334)	-	(171.613)
Valor contábil, líquido	**-**	**59.316**	**55.807**	**4.374**	**3.713**	**6.826**	**5.798**	**120**	**2.348**	**742**	**139.044**

A Empresa não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante período de noves meses findo em 30 de setembro de 2020. Em 30 de setembro de 2020 os valores de R$3.941 (R$4.515 em 31 de dezembro de 2019) relativos aos bens do ativo imobilizado foram dados em garantias dos empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	30/09/2020	31/12/2019
Fornecedores nacionais – terceiros	491.044	728.848
Fornecedores nacionais – partes relacionadas	937	2.863
Fornecedores nacionais – risco sacado	-	2.847
Fornecedores nacionais – risco sacado – partes relacionadas	89.916	130.104
Ajuste a valor presente (AVP)	(3.378)	(15.533)
	578.519	**849.129**

O ajuste a valor presente foi calculado com base na taxa de desconto que seria aplicada pelos fornecedores, caso ocorressem antecipações de pagamento por parte da Empresa. Essa taxa em 30 de setembro de 2020 corresponde a 0,36% ao mês (0,69% em 2019).

A Empresa disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada “risco sacado”. Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Empresa, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram antecipados R$11.050 pelos fornecedores terceiros que geraram uma receita de comissão à Empresa de R$1.297 (R$46.000 antecipados e R$2.177 de receitas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019), registrada como receita financeira, líquida do custo de captação e impostos incidentes.

13. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	Juros incidentes	Vencimento	30/09/2020	31/12/2019
Capital de giro	Capital de giro- nacional- variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1,19% a 2,80% a.a.	Ago/2025	773.481	638.714
Compror	Compror (financiamento de compras) - variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1.19% ao ano.	Jun/2021	512	977
Finame-BNDES	FINAME-BNDES - variação de metade da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) + 5% a.a., e variação de metade da taxa SELIC + 5,08% a.a.	Fev/2021	40	249
Outros financiamentos	Aquisição de bens do imobilizado - incidem juros de 13,5385% a.a.	Nov/2024	2.671	3.420
			776.704	**643.360**
Circulante			151.846	148.701
Não circulante			624.858	494.659

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	30/09/2020	31/12/2019
2021	48.438	147.410
2022	146.256	135.187
2023	171.914	133.051
2024	258.250	79.011
	624.858	**494.659**

Em garantia dos contratos de capital de giro e Compror, foram concedidas cédulas de crédito bancário avalizadas pelos sócios-quotistas e mais recebíveis de cartões de crédito em 20% a 25% do saldo devedor do empréstimo (dependendo da instituição financeira) e, a critério do credor, caso o saldo de garantia de recebíveis não atenda aos limites contratados, a instituição financeira tem o direito a retenção de recebíveis até os limites de garantias estipuladas, nos períodos apresentados os limites de garantias foram atendidas.

Já nos contratos de FINAME e outros financiamentos as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos sócios quotistas.

14. Obrigações fiscais

	30/09/2020	31/12/2019
IRRF a recolher	840	1.393
ISS de terceiros a recolher	86	121
CSLL / PIS / COFINS e IOF a recolher	235	221
Impostos sobre vendas e serviços a recolher	13.156	16.751
IPTU a recolher	4.071	-
Total de impostos a recolher	**18.388**	**18.486**
Parcelamento PIS/COFINS -PERT	7.720	8.026
Parcelamento PIS/COFINS	6.493	-
Parcelamento ICMS	11.839	-
Total de parcelamentos a pagar	**26.052**	**8.026**
Total de obrigações fiscais	**44.440**	**26.512**
Circulante	28.014	19.289
Não circulante	16.426	7.223

Em setembro de 2017, a Empresa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, para pagamento de auto de infração, relativo a créditos de PIS/COFINS, relativos ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Com a adesão, a multa aplicada foi reduzida em 40% e os juros em 80%, sendo parcelado em 150 parcelas mensais e consecutivas, vencida a primeira em 30/09/2017 e a última em 31 de janeiro de 2030.

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A partir de então, a Empresa deixou de tomar determinados créditos, porém ajuizou ação contra a Receita Federal do Brasil - RFB com o objetivo de recuperá-los. Com objetivo de minimizar os efeitos de possíveis novos autos de infração em relação as operações do ano de 2016 e parte do ano de 2017 foram efetuados depósitos judiciais.

A seguir demonstramos a movimentação do parcelamento de tributos:

Em 31 de dezembro de 2018	8.436
Atualização monetária	343
Pagamentos realizados	(648)
Em 30 de setembro de 2019	**8.131**
Em 31 de dezembro de 2019	8.026
Novos parcelamentos	22.041
Atualização monetária	235
Pagamentos realizados	(4.250)
Em 30 de setembro de 2020	**26.052**
Circulante	9.626
Não circulante	16.426

Em 12 de agosto de 2020, a Empresa entrou com o pedido de parcelamento das contribuições de PIS e COFINS de competência do mês de fevereiro de 2020. O montante total parcelado foi de R$6.806 (R$5.586 de principal e R$1.220 de juros e multa), sendo dividido em 36 parcelas mensais com vencimento final em julho de 2023. Os valores serão atualizados pela taxa Selic.

Em função da pandemia do COVID 19, vários estados da Federação proporcionaram programas de parcelamento de ICMS. A Empresa aderiu a esse programa em quase todos os estados (menos São Paulo), solicitando o parcelamento dos pagamentos de ICMS de competência de março, abril e maio de 2020. Os prazos médios concedidos são em torno de três anos, sendo atualizados pela taxa Selic. O montante total do parcelamento foi de R$15.235 (R$13.268 de principal e R$1.967 de juros e multa).

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	30/09/2020	**31/12/2019**
2021	1.520	803
2022	6.002	803
2023	3.738	803
2024	861	803
2025	861	803
2026	861	802
2027	861	802
2028	861	802
2029	861	802
	16.426	**7.223**

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita diferida

	30/09/2020	31/12/2019
Garantia estendida (i)	1.170	3.093
Adiantamentos recebidos (ii)	399	480
	1.569	**3.573**

(i) O seguro de garantia estendida tem como objeto garantir ao segurado (cliente da Kalunga) a reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de evento amparado pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas do seguro de garantia, a Kalunga é remunerada entre 50% a 70% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro de garantia estendida, registrando tal recebimento na rubrica “Receita diferida ". Findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela seguradora (até o quinto dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços".
A Empresa iniciou em 2019 também a comercialização de seguro para roubo, furto e quebra acidental, o qual garante ao segurado (cliente da Kalunga) a indenização, reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de sinistros amparados pelas condições gerais da apólice de seguros.

Pelas vendas desta modalidade, a Kalunga é remunerada em 49% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro contra roubo, furto e quebra acidental, registrando tal recebimento na rubrica “Receita diferida". As apurações têm frequência em regime mensal, e findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela Seguradora (até o décimo dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços"

(ii) Trata-se de adiantamentos recebidos para publicações de propagandas na Revista Kalunga.

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

a) Provisão para perdas prováveis

Foram constituídas provisões sobre as causas que os assessores jurídicos consideram como perda provável, demonstradas a seguir:

	30/09/2020	31/12/2019
Trabalhistas	2.416	1.999
Cíveis	567	863
Tributárias	8.542	6.871
	11.525	**9.733**

Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-colaboradores, requerendo indenizações e verbas previdenciárias incorporadas.

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contingências cíveis

As causas cíveis se referem a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor.

Contingências tributárias

As causas tributárias se referem a autos de infração e indeferimento de compensações de créditos de PIS e COFINS.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.373	669	4.118	7.160
Provisão (reversão)	588	(319)	2.173	2.442
Pagamentos	(1.705)	(183)	-	(1.888)
Saldos em 30 de setembro de 2019	**1.256**	**167**	**6.291**	**7.714**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.999	863	6.871	9.733
Provisão (reversão)	589	(9)	1.671	2.251
Pagamentos	(172)	(287)	-	(459)
Saldos em 30 de setembro de 2020	**2.416**	**567**	**8.542**	**11.525**

b) Contingências avaliadas como perda possível, não provisionadas

Os processos judiciais com estimativas de perdas possíveis, por natureza, representam os seguintes montantes:

Natureza	30/09/2020	31/12/2019
Cível	273	6
Trabalhista	2.214	2.188
Tributário	101.054	100.128
	103.541	102.322

Os valores relacionados a causas tributárias em 30 de setembro de 2020 se referem substancialmente a:

i) Auto de infração lavrados durante o exercício de 2017 sobre créditos de PIS e COFINS tomados pela Empresa no montante de R$7.250; e

ii) A Empresa, amparada na posição de seus assessores jurídicos, não adicionou a atualização monetária dos créditos extemporâneos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 7), na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nem na base de tributação de PIS e

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

COFINS. Os assessores jurídicos avaliaram que, em caso de autuação, o risco de perda é possível. O montante relativo a esse risco tributário é de R$93.804 (R$92.878 em 31 de dezembro de 2019).

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, era representado por 830.000.000 quotas, com valor nominal de R$0,01 cada, sendo 50% detido por cada um dos quotistas. Em 14 de outubro de 2020, a Empresa foi convertida em Sociedade Anônima, neste ato as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Empresa não possuía capital social autorizado.

b) Aumento de capital

Em 1º de setembro de 2020, foi efetuado um aumento de capital pelos quotistas no montante de R$23.171, através de parte reserva de lucros acumulados. Foi mantida a participação de 50% detido por cada um dos quotistas.

c) Cisão parcial

Conforme alteração e consolidação do contrato social datada de 1º de setembro de 2020, foi efetuada a cisão parcial de acervo líquido contábil, que foi transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. O acervo líquido contábil transferido foi no montante de R$23.171, e está representado em sua integralidade por bens do ativo imobilizado (Nota 11).

18. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital da Empresa, a administração pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice do grau de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, os quais podem ser assim sumariados:

	30/09/2020	31/12/2019
Empréstimos e financiamentos	776.704	643.360
Menos – caixa e equivalentes de caixa	(38.084)	(32.048)
Dívida líquida	**738.620**	**611.312**
Total do patrimônio líquido	161.252	180.361
Total do capital	**899.872**	**791.673**
Índice de alavancagem financeira - %	82,08	77,22

19. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	30/09/2020	30/09/2019
Vendas brutas de produtos	1.771.602	2.135.018
Venda de serviços	7.734	7.835
Ajuste a valor presente (AVP)	(10.144)	(13.779)
Devoluções	(32.517)	(34.882)
ICMS sobre vendas	(278.538)	(352.376)
PIS e COFINS sobre vendas	(135.945)	(162.446)
ISSQN sobre vendas de serviços	(376)	(377)
Receita líquida	**1.321.816**	**1.578.993**

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	30/09/2020	30/09/2019
Lojas	996.882	1.400.033
Digital	323.665	176.462
Copy & Print	1.269	2.498
	1.321.816	**1.578.993**

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas com vendas

	30/09/2020	30/09/2019
Salários e encargos sociais	133.992	151.640
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	53.795	51.123
Depreciação e amortização	20.497	18.910
Fretes com vendas	27.600	12.571
Propaganda e publicidade	22.802	23.094
Taxa de cartão de crédito	19.939	25.104
Despesas com ICMS/ICMS Difal	13.627	5.334
Energia elétrica, água, telefone e dados	11.819	14.243
Imposto predial e taxas de funcionamento	10.822	9.695
Despesas com manutenção	5.967	7.381
Serviços de terceiros	476	3.033
Provisão para perdas esperadas de contas a receber	4.364	1.220
Materiais de embalagem	3.554	3.796
Royalties	2.734	2.685
Impressos e material de escritório	1.961	2.239
Indenizações - outros processos	1.942	2.378
Quebra de caixa	117	178
Pró-labore	68	68
Aluguéis (ii)	(2.614)	28.755
Outras despesas	6.682	7.429
	340.144	**370.876**

(i) Esse montante compreende R$58.331 de depreciação de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (R$55.071 em 2019), líquido de R$4.536 de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos (R$3.948 em 2019).

(ii) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, esse montante contempla o desconto de R$24.152 obtido dos arrendadores devido ao COVID-19 (vide Nota 1).

21. Despesas gerais e administrativas

	30/09/2020	30/09/2019
Serviços de terceiros	18.760	16.202
Salários e encargos sociais	15.523	14.724
Legais e tributárias	2.674	128
Depreciação e amortização	1.934	2.022
Amortização de direito de uso de arrendamentos	301	279
Manutenção	1.098	1.321
Energia elétrica, água e telefone	386	343
Provisão (reversão) de contingências e despesas de indenizações	121	(1.620)
Aluguéis	115	158
Pró-labore	68	68
Outras despesas	1.719	1.879
	42.699	**35.504**

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	30/09/2020	30/09/2019
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(29.032)	(38.918)
Encargos bancários s/saldo devedor	(743)	(1.352)
Juros s/ antecipação de cartão de crédito	(395)	(523)
Juros s/ empréstimos c/ partes relacionadas	(460)	(693)
Juros de mora sobre impostos	(971)	(679)
Perdas com aplicações financeiras	(541)	(68)
IOC/IOF	(712)	(7.386)
Descontos concedidos	(960)	(809)
Despesas bancárias	(4.866)	(5.117)
Multas contratuais	(445)	(461)
Juros encargos fornecedores	(668)	(314)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(26.545)	(36.275)
Atualização da provisão para desmantelamento	(222)	(187)
Juros sobre passivo de arrendamentos (i)	(45.206)	(38.844)
	(111.766)	**(131.626)**
Receitas financeiras		
Juros contratos de mútuo (partes relacionadas)	22.008	31.767
Juros ativos	188	5.746
Descontos obtidos	406	26
Rendimento de aplicações financeiras	1.925	3.053
Ajustes a valor presente de contas a receber	11.009	13.531
Variação monetária	2	840
Atualização monetária PIS/COFINS (ii)	3.305	120.000
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(1.382)	(1.730)
	37.461	**173.233**
Resultado financeiro	**(74.305)**	**41.607**

(i) Esse montante compreende R$45.895 de juros de arrendamento (R$41.778 em 2019), líquido de R$689 de PIS e COFINS (R$2.934 em 2019).

(ii) Atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS do ganho de causa transitada e julgada de ação ajuizada discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, líquido de impostos incidentes. Vide Nota 7.

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) Conciliação da taxa efetiva

	30/09/2020	30/09/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.856	305.353
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	(1.651)	(103.820)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Créditos de PIS e COFINS	1.124	40.800
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	91	327
Imposto calculado sobe a parcela isenta do adicional de 10%	18	18
Outras adições e exclusões permanentes	(376)	(472)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(794)**	**(63.147)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(6.486)	(28.110)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	5.692	(35.037)
	(794)	**(63.147)**
	16,35%	20,68%

b) Diferido

A composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos está abaixo demonstrada:

	30/09/2020	31/12/2019
Provisão para perdas esperadas de créditos	1.947	1.104
Provisão para perdas de estoques	108	164
Provisões para contingências trabalhistas e cível	3.919	3.309
Ajuste a valor presente	(209)	(2.935)
Arrendamentos	10.696	6.377
Diferença de taxa de depreciação	(555)	(245)
Ganho de causa exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 8)	(43.577)	(43.577)
Bonificação de estoques não realizados	2.304	7.169
Outros	4.745	2.320
Imposto de renda diferido passivo líquido	**(20.622)**	**(26.314)**

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos está abaixo demonstrada:

	30/09/2020	30/09/2019
Saldo inicial imposto de renda diferido (passivo) ativo	(26.314)	5.829
Constituição (reversão) no resultado do período	5.692	(35.037)
Imposto de renda diferido passivo líquido	**(20.622)**	**(29.208)**

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado por quota

O cálculo do lucro líquido básico e diluído por quota é feito por meio da a divisão do lucro líquido da Empresa pela quantidade média ponderada de quotas existentes no exercício.

Conforme mencionado na Nota 28, os sócios quotistas aprovaram em 14 de outubro de 2020 a conversão da Empresa de sociedade limitada para sociedade por ações. As 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

Conforme requerido pelo CPC 41 / IAS 33 - Resultado por ação, os cálculos do resultado básico e diluído por quotas foram ajustados retrospectivamente para refletir o novo número de ações resultante da conversão de quotas para ações mencionada no parágrafo anterior.

A Empresa não possuía instrumentos diluidores do lucro nos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

	Trimestre atual	Acumulado no exercício atual	Trimestre do exercício anterior	Acumulado no exercício anterior
	01/07/2020 a 30/09/2020	**01/01/2020 a 30/09/2020**	**01/07/2019 a 30/09/2019**	**01/01/2019 a 30/09/2019**
(Prejuízo) lucro líquido do período	(3.049)	4.062	3.366	242.206
Quantidade média ponderada de quotas nos períodos	500.000.000	500.000.000	500.000.000	500.000.000
(Prejuízo) lucro por quota – básico e diluído (expressos em Reais)	**(0,0061)**	**0,0081**	**0,0067**	**0,4844**

25. Instrumentos financeiros

25.1. Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço.

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros

A Empresa está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos que têm suas taxas atreladas substancialmente à variação do CDI. Os parcelamentos de impostos estão atrelados substancialmente à Selic.

No caso dos empréstimos e financiamentos, o risco associado decorre da possibilidade de aumento nas taxas de juros que resultem em acréscimo das despesas financeiras. Já para as aplicações financeiras, o risco decorre da possibilidade de redução nas taxas de CDI que diminuam as receitas financeiras. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A análise de sensibilidade demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2020:

				Resultado financeiro		
	Risco	**30/09/2020**	**Taxa**	**Cenário provável**	**Cenário 25%**	**Cenário 50%**
Ativos				(i)		
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Alta do CDI	20.502	CDI	560	700	840
Partes relacionadas	Alta do CDI	543.889	CDI	18.030	20.814	23.598
Empréstimos e financiamentos capital de giro e Comproor	Alta do CDI	(773.993)	CDI	(21.130)	(26.413)	(31.695)
Empréstimos e financiamentos - Finame-BNDES	Alta da TJLP e Selic	(40)	Selic	(1)	(1)	(2)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	(26.052)	Selic	(651)	(814)	(977)
Total		**(235.694)**		**(3.192)**	**(5.714)**	**(8.236)**

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de setembro de 2020 (2,73% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável da SELIC, foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 5 de outubro de 2020 (2,50% a.a.).

b) Risco de crédito

A política de vendas da Empresa está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, o qual atualmente não é significativo, pois parte substancial das vendas é realizada à vista, ou, por meio de cartão de crédito,

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

onde o risco de crédito é substancialmente das administradoras de cartões.

Para caixa e equivalentes de caixa, a Empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. Em 30 de setembro de 2020, a Empresa apresentava passivo circulante líquido no montante de R$125.124 (R$201.087 em 31 de dezembro de 2019).

O endividamento está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos com terceiros e com partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2020	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	578.519	-	-	-	578.519
Passivo de arrendamento	60.349	307.912	166.636	-	534.897
Empréstimos com partes relacionadas	66.595	-	-	-	66.595
Empréstimos e financiamentos	151.846	624.858	-	-	776.704
Total	**857.309**	**932.770**	**166.636**	**-**	**1.956.715**

Em 31 de dezembro de 2019	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	849.129	-	-	-	849.129
Passivo de arrendamento	54.167	327.617	151.364	-	533.148
Empréstimos com partes relacionadas	134.355			15.631	149.986
Empréstimos e financiamentos	148.701	494.659	-	-	643.360
Total	**1.186.352**	**822.276**	**151.364**	**15.631**	**2.175.623**

d) Operações com instrumentos derivativos

A Empresa não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos de risco. Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25.2. Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Hierarquia Valor Justo	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 2	38.084	32.048
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 2	150.280	169.322
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	543.889	427.232
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	8.923	8.877
			741.176	**637.479**
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	578.519	849.129
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	776.704	643.360
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	534.897	533.148
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	66.595	149.986
			1.956.715	**2.175.623**

Os saldos contabilizados em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante o período findo em 30 de setembro de 2020.

25.3. Mudanças nas atividades de financiamento

	30 de setembro de 2020						
	Em 31 de dezembro de 2019	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos	Em 30 de setembro de 2020
Passivo de arrendamento	533.148	(16.881)	(45.895)	42.782	45.895	(24.152)	534.897
Empréstimos e financiamentos	643.360	(106.830)	(53.133)	264.275	29.032	-	776.704
Empréstimos com partes relacionadas	149.986	(244.122)	(460)	160.731	460	-	66.595
Total	**1.326.494**	**(367.833)**	**(99.488)**	**467.788**	**75.387**	**(24.152)**	**1.378.196**

	30 de setembro de 2019						
	Em 1º de janeiro de 2019	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Descontos obtidos	Em 30 de setembro de 2019
Passivo de arrendamento	469.121	(36.243)	(41.778)	99.379	41.778	-	532.257
Empréstimos e financiamentos	579.241	(637.239)	(42.566)	734.576	38.918	-	672.930
Empréstimos com partes relacionadas	25.411	(90.591)	(688)	266.722	688	-	201.542
Total	**1.073.773**	**(764.073)**	**(85.032)**	**1.100.677**	**81.384**	**-**	**1.406.729**

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações que não afetam caixa

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis intermediárias de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	30/09/2020	30/09/2019
Aumento de capital	23.171	-
Cisão parcial de ativo imobilizado	(23.171)	-
Adoção inicial de arrendamentos (CPC 06 R2) e provisão de desmantelamento	-	473.949
Arrendamentos contratados durante o período e provisão de desmantelamento	11.094	75.998
Remensuração de arrendamentos	31.842	23.715
Descontos obtidos no pagamento de arrendamento	24.152	-

27. Seguros contratados

Em 30 de setembro de 2020, a Empresa mantém cobertura de seguros para imobilizado, estoques e despesas fixas de um ano, como a seguir indicados, para cobrir os riscos de eventuais sinistros:

(a) Estabelecimentos comerciais (lojas) - incêndio, raio, explosão e outros eventos da natureza, no montante total de R$779.466 (idem em 2019), com um limite máximo garantido de R$95.000 (idem em 2019); Centros de Distribuição no montante total de R$412.462 (idem em 2019), com um limite máximo garantido de R$160.000 (idem em 2019).

(b) Demais riscos, incluindo responsabilidade civil, nos montantes máximos de R$3.167 (idem em 2019).

(c) Seguro aeronáutico no montante limite de US$13 milhões de dólares americanos (idem em 2019), equivalentes a R$73.329 (R$52.399 em 2019).

28. Eventos subsequentes

a) Deferimento de pedido de habilitação de crédito

Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório Nº 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100).

Notas Explicativas

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
30 de setembro de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Alteração da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações

Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Empresa de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

c) Aquisição da Spiral.

Em 29 de outubro de 2020, a Empresa firmou contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia (em conjunto com os “Vendedores”) para a aquisição de 100% das quotas da Spiral, no valor total de R$106.250.

O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito detido pela Kalunga contra os Vendedores, na forma dos artigos 368 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

A conclusão de referida transação está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Empresa, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Kalunga. Sendo assim, a Empresa espera que a transação esteja concluída e em vigor na data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações, ocasião em que a Kalunga passará à condição de acionista controlador da Spiral.

O preço da aquisição das quotas da Spiral foi definido com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente, datado de 22 de setembro de 2020, que apurou valor de R$106.250 para a Spiral, utilizando como critério de avaliação o método do fluxo de caixa descontado.

***

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais.

Quotistas e Administradores da

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

(atualmente denominada Kalunga S.A.)

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. ("Empresa"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de dezembro de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Drayton Teixeira de Melo

Contador CRC-1SP236947/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declarações dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Empresa referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020.

São Paulo, 2 de dezembro de 2020.

Paulo Sérgio Menezes Garcia

Diretor Presidente

Jose Roberto Menezes Garcia

Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declarações dos Diretores sobre o relatório de revisão do auditor independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020.

São Paulo, 2 de dezembro de 2020.

Paulo Sérgio Menezes Garcia

Diretor Presidente

Jose Roberto Menezes Garcia

Diretor Vice-Presidente

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais.

Quotistas e Administradores da
Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.
(atualmente denominada Kalunga S.A.)
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. ("Empresa"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting,* emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado
As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de dezembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Drayton Teixeira de Melo
Contador CRC-1SP236947/O-3

Declarações dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Empresa referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020.

São Paulo, 2 de dezembro de 2020.

Paulo Sérgio Menezes Garcia

Diretor Presidente

Jose Roberto Menezes Garcia

Diretor Vice-Presidente

Declarações dos Diretores sobre o relatório de revisão do auditor independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no relatório do auditor independente sobre a revisão das informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020.

São Paulo, 2 de dezembro de 2020.

Paulo Sérgio Menezes Garcia

Diretor Presidente

Jose Roberto Menezes Garcia

Diretor Vice-Presidente

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.
(atualmente denominada Kalunga S.A.)

31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
com Relatório do Auditor Independente

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Índice

Relatório da Administração 1
Declarações dos Diretores sobre o relatório do auditor independente 15
Declarações dos Diretores sobre as demonstrações financeiras 16
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 17

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais 23
Demonstrações dos resultados 25
Demonstrações dos resultados abrangentes 26
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 27
Demonstrações dos fluxos de caixa 28
Demonstrações do valor adicionado 30
Notas explicativas às demonstrações financeiras 31

Relatório da Administração

Relatório da administração

A Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. (atualmente denominada Kalunga S.A., "Kalunga") é a maior varejista brasileira de suprimentos para escritório e material escolar por meio de suas 222 lojas físicas distribuídas em 20 Estados brasileiros e no Distrito Federal e dos canais digitais, operando de forma totalmente integrada entre o ambiente *online* e *offline* (*omnichannel*). Para suportar sua operação, a Kalunga possui três centros de distribuição no estado de São Paulo e trabalha com 12 marcas exclusivas, distribuindo mais de 12 mil SKUs e oferecendo adicionalmente os serviços de gráfica rápida, acabamento e digitalização por meio do Copy & Print.

Estabelecida com lojas físicas nos principais shoppings centers e pontos estratégicos localizados nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Brasília, Bahia, Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rondônia, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí.

Desde 2003, quando os acionistas controladores assumiram a Empresa, a Kalunga vem acelerando sua expansão geográfica, especialmente em regiões metropolitanas, onde concentra o maior consumo e a maior demanda por produtos da Empresa.

Neste relatório é analisada a performance da Empresa nos anos de 2017, 2018 e 2019. Vale destacar que, após dois anos de retração na economia verificadas em 2015 e 2016, a economia brasileira começou a se recuperar em 2017 com um crescimento do PIB real de 1,1% no ano. Em 2018 e 2019 o PIB teve um crescimento de 1,1% e 1,1% respectivamente, gerando um impacto grande no comércio varejista no Brasil, o qual apresentou um crescimento de receita de 2,2%, 4,8% e 5,0%[1] nos anos de 2017, 2018 e 2019, respectivamente.

Considerando o exposto, o desempenho econômico e financeiro da Empresa, obteve os seguintes resultados:

[1] Fonte: Indicadores de Receita Nominal de Vendas do Comércio Varejista, da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE

Relatório da Administração

Destaques operacionais e financeiros

CANAL DIGITAL

- A estratégia *omnichannel* da Empresa vem trazendo frutos com o crescente crescimento do canal digital que apresentou, no período de 2017 a 2019, uma CAGR[2] de 12,6.
- Em outubro de 2019, foi iniciada a operação de OPS (*Online Partner Store*) da HP, em que a Kalunga ficou com exclusividade na administração e *fulfillment* de toda operação e e-commerce da HP. Além da HP, outros fornecedores já demonstraram interesse nesta parceria, alancando-se na força de suas marcas e integrando-as com a tecnologia e expertise em e-commerce da Kalunga.
- Receita Líquida atingiu R$242,0 milhões em 2019 (representando um crescimento de 8,8% versus 2018), R$222,4 milhões em 2018 (+ 9,3% versus 2017) e R$203,5 milhões em 2017.
- Em 2019, o canal digital representou 11,5% da Receita Líquida do ano, contra 11,9% e 12,7% nos anos de 2018 e 2017, respectivamente.

LOJAS FÍSICAS

- Manutenção do ritmo acelerado de abertura de lojas com[3]:
  - 26 lojas em 2019;
  - 22 lojas em 2018; e
  - 16 lojas em 2017.
- Receita Líquida das Lojas atingiu R$1.853,4 milhões em 2019 (representando um crescimento de 12,7% versus 2018), R$1.644,1 milhões em 2018 (+17,6% versus 2017) e R$1.397,7 milhões em 2017.
- As lojas físicas também apresentaram um robusto *Same Store Sales* (SSS)[4] em 2019 de 8,8%. Para 2018 e 2017, o crescimento foi de 13,6% e 7,5%, respectivamente.

---

[2] *CAGR – Compound Annual Growth Rate* (taxa de crescimento anual composta)

[3] Considera o saldo líquido de aberturas e fechamentos.

[4] SSS – Same Store Sales, considera-se o crescimento das vendas brutas de mesmo período para todas as lojas que já estavam abertas no período anterior

COPY & PRINT

- Continuação da expansão da operação de Copy & Print presente nas lojas Kalunga, visando elevar os níveis de serviço ofertados aos clientes e buscando aumentar o tráfego nas lojas:
  - 1 loja em 2019;
  - 2 lojas em 2018; e
  - 1 loja em 2017.
- Receita Líquida do Copy & Print atingiu R$3,4 milhões em 2019 (representando um crescimento de 59,3% versus 2018), R$2,2 milhões em 2018 (+64,5% versus 2017) e R$1,3 milhão em 2017.

DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

- $ Receita líquida de R$2.098,9 milhões em 2019 ante R$1.868,7 milhões em 2018 e R$1.602,6 milhões no mesmo período de 2017, representando um CAGR de 14,4%, enquanto, no mesmo período, o PIB nominal apresentou um CAGR de 5,0% e o comércio varejista um crescimento da receita de 4,0%[5].
- $ Lucro líquido de R$240,7 milhões, R$66,0 milhões e R$41,7 milhões, respectivamente em 2019, 2018 e 2017, representando crescimentos de 264,8% e 58,3% nos períodos comparados.
- $ Ademais, os investimentos, em imobilizados e intangíveis, da Empresa para viabilizar os projetos delineados totalizaram R$64,1 milhões em 2019, R$38,1 milhões em 2018 e R$31,4 milhões em 2017.
- $ A Empresa encerrou 2019 com um quadro de 5.430 funcionários ativos e com um índice de rotatividade (*turnover*) de 40,8%, 4.678 funcionários e *turnover* de 39,4% em 2018 e 4.246 funcionários e *turnover* de 39,7% em 2017.

Considerando o exposto, o desempenho econômico e financeiro da Empresa, obteve os seguintes resultados:

[5] Fonte: Indicadores de Receita Nominal de Vendas do Comércio Varejista, da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas totalizou R$2.098,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$230,2 milhões, ou 12,3%, quando comparado ao mesmo exercício social de 2018, quando totalizou R$1.868,7 milhões, em razão, principalmente, dos seguintes fatores: (i) As vendas das lojas físicas cresceram 12,7% no exercício comparado ao mesmo período do ano anterior, fruto da maturação das lojas, bem como da abertura de 26 novas lojas; (ii) As vendas dos canais digitais aumentaram 8,8% no período; e (iii) as vendas do Copy & Print tiveram incremento de 59,3%.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, teve um aumento nominal de R$266,1 milhões, ou 16,6%, versus a receita do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 que totalizou R$1.602,6 milhões, em razão, principalmente, dos seguintes fatores: (i) as vendas das lojas físicas cresceram 17,6% no exercício comparado ao mesmo período do ano anterior; (ii) as vendas dos canais digitais aumentaram 9,3% no período; e (iii) as vendas do Copy & Print atingiram 64,4% de aumento.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ mil)	**2019**	**2018**	**A.H.**	**2017**	**A.H.**
Lojas Físicas	1.853.367	1.644.077	12,7%	1.397.731	17,6%
Canal Digital	242.049	222.449	8,8%	203.513	9,3%
Copy & Print	3.436	2.157	59,3%	1.312	64,4%
Receita líquida	**2.098.852**	**1.868.683**	**12,3%**	**1.602.556**	**16,6%**

Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

O custo das mercadorias vendidas e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$1.388,2 milhões, representando 66,1% da receita líquida do período comparativamente a R$1.212,6 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 que equivalia a 64,9% da receita líquida. Considerando o aumento do custo das mercadorias vendidas em 14,5%, equivalentes a R$175,7 milhões de aumento nominal. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o custo das mercadorias vendidas atingiu R$1.020,8 milhões que equivalia a 63,7% da receita líquida. O aumento de 18,8% dos custos das mercadorias vendidas e serviços prestados, equivalentes a R$191,8 milhões de incremento nominal, foi superior ao crescimento da receita líquida.

A principal razão do incremento percentual do custo das mercadorias vendidas e serviços prestados sobre a receita líquida tanto em 2019, quanto em 2018, é decorrente de uma estratégia de maior agressividade em relação a preços, visando assim ter maior competitividade e potencial ganho de *market share*, o que acaba se refletindo em uma menor margem bruta neste período.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ mil)	**2019**	**2018**	**A.H.**	**2017**	**A.H.**
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	**(1.388.232)**	**(1.212.566)**	**14,5%**	**(1.020.756)**	**18,8%**
% da Receita Líquida	66,1%	64,9%	1,3p.p	63,7%	1,2p.p

Lucro bruto

Como consequência, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$710,6 milhões contra R$656,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, um ganho de 8,3%, com um crescimento nominal de R$54,5 milhões, com a margem bruta atingindo 33,9% contra 35,1% no exercício de 2018. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro bruto foi de R$581,8 milhões, um aumento para 2018 em 12,8%, com um crescimento nominal de R$74,3 milhões. Desta forma, a margem bruta do período atingiu 35,1% ante 36,3% no acumulado de 2017. Apesar destes crescimentos, as margens brutas reduziram basicamente por conta da estratégia de preço mencionada anteriormente.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ mil, exceto %)	**2019**	**2018**	**A.H.**	**2017**	**A.H.**
Lucro bruto	**710.620**	**656.117**	**8,3%**	**581.800**	**12,8%**
Margem Bruta	33,9%	35,1%	-1,3p.p	36,3%	-1,2p.p

Despesas operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas operacionais foram de R$425,3 milhões, registrando uma queda de 15,4% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R$502,9 milhões. Essa redução das despesas operacionais teve participação relativa na receita líquida inferior, gerando, desta forma, uma melhoria de 6,6 pontos percentuais em relação ao exercício anterior, registrando 20,3% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra 26,9% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Basicamente, essa redução nas despesas foi devida pelos seguintes efeitos: (i) as despesas com vendas do período tiveram um incremento de 9,3% inferior ao crescimento das receitas – devido principalmente pela adesão ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 (R2) – Arrendamentos, em que as despesas de locação passaram a ser contabilizadas como amortização do direito de uso e despesas financeiras de juros sobre os passivos de arrendamentos; (ii) as outras receitas líquidas aumentaram em R$131,4 milhões, principalmente, referente ao reconhecimento do crédito fiscal de PIS/COFINS no valor de R$128,2 milhões; e (iii) aos esforços da Empresa no controle das despesas sobretudo de manutenção.

Em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando as despesas totalizaram R$444,4 milhões, o aumento em 2018 foi de 13,2%. Esse aumento das despesas operacionais teve participação relativa na receita líquida inferior ao aumento das receitas, gerando, desta forma, uma redução de 0,8 ponto percentual em relação ao exercício anterior, registrando 26,9% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 contra 27,7% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse resultado nas despesas foi devido aos seguintes fatores (i) as despesas com vendas do período tiveram um incremento de 16,7% devido especialmente ao aumento de salários e encargos, aluguéis e propaganda e marketing; (ii) as despesas gerais e administrativas registraram uma redução de 22,1% sobretudo devido a uma redução nas despesas com contingencias tributárias em 2017 que não foram recorrentes em 2018 (iii) as outras receitas operacionais líquidas diminuíram R$3,4 milhões, passando de R$4,0 milhões para R$0,6 milhão, devido a uma recuperação de tributos a maior em 2017.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ mil, exceto %)	**2019**	**2018**	**A.H.**	**2017**	**A.H.**
Com vendas	(506.531)	(463.635)	9,3%	(397.222)	16,7%
Gerais e administrativas	(50.846)	(39.907)	27,4%	(51.196)	-22,1%
Outras receitas, líquidas	132.067	613	21444%	4.025	-84,8%
(Despesas) receitas operacionais	**(425.310)**	**(502.929)**	**-15,4%**	**(444.393)**	**13,2%**
% da Receita Líquida	20,3%	26,9%	-6,6p.p	27,7%	-0,8p.p

Lucro operacional

Desta forma, o lucro operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$285,3 milhões, representando 13,6% da receita líquida ante 8,2% de margem operacional registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R$153,2 milhões. Esse aumento no lucro operacional decorre, principalmente, dos seguintes efeitos: (i) adesão ao CPC 06 (R2) / IFRS16 em que as despesas de locação passaram a ser contabilizadas como amortização de direito de uso e despesas financeiras; (ii) reconhecimento do crédito fiscal de PIS/COFINS decorrente da exclusão do ICMS da sua base de cálculo no valor de R$128,2 milhões na rubrica outras receitas líquidas; e (iii) aos esforços da Empresa no controle das despesas sobretudo de manutenção.

O lucro operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$153,2 milhões, representando 8,2% da receita líquida ante 8,6% registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que totalizou R$137,4 milhões. Esse aumento de 11,5% no período é atribuído a melhoria das receitas de vendas e redução das despesas operacionais, apesar do aumento de custos, resultando no aumento nominal de R$15,8 milhões no lucro operacional do exercício.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ mil, exceto %)	**2019**	**2018**	**A.H.**	**2017**	**A.H.**
Lucro operacional	**285.310**	**153.188**	**86,2%**	**137.407**	**11,5%**
Margem operacional	13,6%	8,2%	5,4p.p	8,6%	-0,4p.p

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 registrou receitas financeiras líquidas de R$17,0 milhões ante despesas financeiras líquidas de R$53,6 milhões registradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 0,8% positivo da receita líquida ante 2,9% negativo registrado no ano anterior, basicamente gerado pelo aumento de 275% nos ganhos das receitas financeiras com aumento de 68% nas despesas financeiras geradas no período, o que foi possível devido: (i) R$121,8 milhões de ganhos relativos ao PIS/COFINS (atualização monetária e juros líquidos de impostos); (ii) aumento das aplicações financeiras e redução do endividamento mais oneroso; e (iii) receitas financeiras de juros de contratos de mútuo, aplicações financeiras e ajustes a valor presente do contas a receber. Nas despesas financeiras, os principais efeitos foram: (i) juros e encargos sobre os empréstimos; (ii) despesas bancárias e ajuste a valor presente de fornecedores; e (iii) despesas de juros sobre o passivo arrendamento decorrentes da adoção ao CPC 06(R2) / IFRS 16 de R$53,0 milhões.

O resultado financeiro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 registrou despesas financeiras líquidas de R$53,6 milhões ante R$73,6 milhões registradas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, equivalentes a 2,9% negativo contra 4,6% negativo da receita líquida, somando uma diminuição de 27,1% nas despesas financeiras, com nominal de R$19,9 milhões reduzidos no período, basicamente gerado pela redução de 23,4% nas despesas financeiras e redução de 19,1% nos ganhos das receitas financeiras geradas no período devido ao nível de endividamento, cujos recursos captados foram utilizados nos investimentos realizados no período e para fazer frente ao fluxo de caixa das operações.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ mil, exceto %)	**2019**	**2018**	**A.H.**	**2017**	**A.H.**
Despesas financeiras	(176.370)	(105.225)	67,6%	(137.382)	-23,4%
Receitas financeiras	193.346	51.626	274,5%	63.827	-19,1%
Resultado financeiro	**16.976**	**(53.599)**	**-131,7%**	**(73.555)**	**-27,1%**
% da Receita Líquida	0,8%	-2,9%	3,7p.p	-4,6%	1,7p.p

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Portanto, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$302,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 14,4% da receita líquida, contra R$99,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou 5,3% da receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse ganho de 9,1 pontos percentuais na margem do resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi possível devido ao incremento de receitas e dos ganhos obtidos nas receitas financeiras e redução das despesas operacionais do período, o que equivaleu a um lucro nominal adicional de R$202,7 milhões, ou 203,5% de incremento.

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$99,6 milhões de lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 5,3% da receita líquida, contra R$63,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ou 4% da receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o que equivaleu a um lucro nominal adicional de R$35,7 milhões. Esse aumento de 56% no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, decorre primordialmente da boa performance das operações no exercício, com crescimento de receitas, redução das despesas operacionais e das despesas financeiras, apesar do aumento superior aos ganhos de receitas registrado no custo das mercadorias vendidas.

(em R$ mil, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	**2018**	**A.H.**	**2017**	**A.H.**
Lucro antes do IR e da CSLL	**302.286**	**99.589**	**203,5%**	**63.852**	**56,0%**
Margem de lucro antes do IR/CSLL	14,4%	5,3%	9,1p.p	4,0%	1,3p.p

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$61,6 milhões comparativamente a R$33,6 milhões de imposto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. E representou 20,4% do lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra 33,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e foi devido principalmente pela contabilização do IR/CSLL diferido decorrente da contabilização do reconhecimento do crédito fiscal de PIS/COFINS.

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$33,6 milhões comparativamente a R$22,2 milhões de imposto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. E representou 20,4% do lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 contra 34,7% atingidos no exercício social anterior e foi devido ao aumento de R$6,6 milhões no imposto de renda e contribuição social corrente, e de R$0,4 milhão no imposto de renda e contribuição social diferido do período ante R$5,3 milhões positivo registrados no ano anterior.

(em R$ mil, exceto %)	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	**2018**	**A.H.**	**2017**	**A.H.**
Corrente	(29.408)	(34.041)	-13,6%	(27.436)	24,1%
Diferido	(32.143)	443	-7355,8%	5.281	-91,6%
IR e CSLL	**(61.551)**	**(33.598)**	**83,2%**	**(22.155)**	**51,6%**

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$240,7 milhões comparativamente ao lucro líquido de R$66 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Desta maneira, o lucro líquido aumentou em 264,8%, equivalente a um aumento nominal de R$174,7 milhões, o que representou 11,5% de margem líquida ante 3,5% de margem líquida conforme especificado nas análises das demonstrações financeiras acima mencionadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido de R$41,7 milhões contabilizando um aumento de R$24,3 milhões de resultado nominal em 31 de dezembro de 2018, equivalente a um aumento de 58,3% no lucro líquido do período. Como consequência, a margem líquida ficou em 3,5% da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 ante 2,6% de margem líquida registrada no mesmo período do ano anterior. Apesar do bom crescimento das receitas líquidas, a Empresa teve um pequeno decréscimo em sua margem bruta, o que foi compensado pela redução registrada nas despesas operacionais e nas despesas financeiras, proporcionando um aumento na margem líquida de 0,9 pontos percentuais.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ mil, exceto %)	**2019**	**2018**	**A.H.**	**2017**	**A.H.**
Lucro líquido do exercício	**240.735**	**65.991**	**264,8%**	**41.697**	**58,3%**
Margem líquida	11,5%	3,5%	7,9p.p	2,6%	0,9p.p

Situação patrimonial

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$180,4 milhões em comparação com R$24,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 7,3% em 31 de dezembro de 2019 e 1,7% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento é devido ao lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 no montante de R$240,7 milhões, que foi compensado pela distribuição de lucros aos quotistas de R$85,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R$24,6 milhões em comparação com R$25,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido era de 1,7% em 31 de dezembro de 2018 e 2,2% em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R$1,0 milhão ou 0,5%, foi devido, ao lucro acumulados do período de R$ 65,9 milhões que foi compensado pela distribuição de lucros aos quotistas de R$ 67 milhões.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ mil, exceto %)	**2019**	**2018**	**A.H.**	**2017**	**A.H.**
Patrimônio Líquido	180.361	24.626	632,4%	25.635	-3,9%

Total do Passivo e PL	2.486.310	1.412.477	76,0%	1.141.428	23,7%
%/ Passivo e PL	7,3%	1,7%	5,5p.p	2,2%	-0,5p.p

Dividendos

Em 2019 foi aprovada a distribuição de lucros no montante de R$85,0 milhões (R$67,0 milhões e R$55,0 milhões em 2018 e 2017, respectivamente), liquidados através de compensação com o saldo devedor de mútuo mantido com os sócios quotistas.

Dívida líquida

A dívida líquida (excluído passivo de arrendamento) totalizou R$611,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 8,5% em relação a 31 de dezembro de 2018 que totalizou R$563,6 milhões, 14,9% acima da dívida líquida em 31 de dezembro de 2017, sendo que a dívida bruta em 2019 totalizou R$643,4 milhões e caixa e equivalentes de caixa R$32,0 milhões.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ mil, exceto %)	**2019**	**2018**	**A.H.**	**2017**	**A.H.**
Dívida Bruta	643.360	579.241	11,1%	494.782	17,1%
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(32.048)	(15.603)	105,4%	(4.118)	278,9%
Dívida Líquida	**611.312**	**563.638**	**8,5%**	**490.664**	**14,9%**

Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de Empresa aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para apresentar as demonstrações do valor adicionado e resultado por quota e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas, bem como adaptação das políticas contábeis às instruções da CVM.

Adicionalmente, após a emissão das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Administração identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados, demonstração do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Empresa está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esses exercícios.

Os balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados, fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido foram reapresentadas em decorrência dos ajustes nos lucros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, e ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 002/2006, de 28.12.2006, a Kalunga informa que no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2019 não contrataram outros serviços, que não sejam relacionados aos de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., responsáveis pela auditoria externa da Empresa.

Eventos subsequentes

COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia devido ao coronavírus (COVID-19). Esta situação desmembrou em paralização e/ou desaceleração de diversos setores, com efeitos na economia global, incluindo a economia brasileira. Desta forma, a empresa tomou diversas medidas protetivas com o intuito de evitar a disseminação do vírus, garantir a preservação da saúde dos funcionários, clientes, e demais envolvidos, bem como medidas para amenizar os efeitos da pandemia nos resultados da Empresa. Entretanto, em consequência das medidas de distanciamento social e queda da confiança do consumidor, a partir do final de março de 2020, as vendas de unidades físicas tiveram forte retração, devido a quarentena decretada pelos governos dos principais estados brasileiros, com a proibição de abertura dos estabelecimentos comerciais durante mais de cem dias.

Diante do exposto, iniciamos o ano de 2020 em um ambiente favorável, com bom desempenho de vendas especialmente pela sazonalidade do primeiro trimestre que agrega o retorno do período escolar, no entanto, o fluxo de clientes nas lojas caiu à medida que cresciam as incertezas geradas com a proliferação do Covid-19 e com a decretação da quarentena estabelecida pelos governos das principais regiões metropolitanas. Com o agravamento da situação, focamos nossos esforços nas vendas online.

Por outro lado, tomamos várias medidas para assegurar a saúde e a preservação das vidas de nossas partes relacionadas; preservação dos empregos; foco na gestão da crise para assegurar as condições econômicas/financeiras. Passada a fase mais crítica da pandemia, os governos foram promovendo a flexibilização a partir de agosto/20 para retorno gradual das atividades nas lojas físicas com controle de acesso reduzindo período de atendimento e limitando a capacidade de atendimento a 40% do espaço físico de cada loja e, mais recentemente, para 60% do espaço físico de cada loja. A Empresa espera recuperar gradualmente seu posicionamento de mercado com o avanço da flexibilização da pandemia.

Conversão em Sociedade Anônima

Além disso, conforme deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 14 de outubro de 2020, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações, neste ato as 830.000.000 quotas foram convertidas em ações ordinárias em uma razão e 1 quota para 0,602409639 ações, portanto convertidas em 500.000.000 ações ordinárias, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada numa Sociedade por Ações, e alteração da razão social para Kalunga S.A.

Aumento de capital e cisão parcial de ativos

Em 1º de setembro de 2020, foi efetuado um aumento de capital pelos quotistas no montante de R$23,2 milhões, para tanto foram consumida parte reserva de lucros acumulados. Foi mantida a participação de 50% detido por cada um dos proprietários. Além disso, conforme alteração e consolidação do contrato social datada de 1º de setembro de 2020, foi efetuada a cisão parcial de acervo líquido contábil, que foi transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. O acervo líquido contábil transferido foi no montante de R$23,2 milhões, e está representado em sua integralidade por ativo imobilizado.

Aquisição da Spiral do Brasil Ltda.

Em 29 de outubro de 2020, a Empresa firmou contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia, por meio do qual adquiriu 100% das quotas da Spiral do Brasil Ltda.("Spiral"), no valor total de R$106,3 milhões. O referido contrato define que o preço de aquisição poderá ser ajustado até a data de fechamento em decorrência da variação no valor do mútuo no qual a Empresa figura como credora da Spiral, de forma que eventual variação positiva na dívida da Spiral até a data de fechamento será descontada do preço de aquisição. O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito detido pela Kalunga contra os vendedores.

Declarações dos Diretores sobre o relatório do auditor independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Empresa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

São Paulo, 2 de dezembro de 2020.

Paulo Sérgio Menezes Garcia

Diretor Presidente

Jose Roberto Menezes Garcia

Diretor Vice-Presidente

Declarações dos Diretores sobre as demonstrações financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Empresa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

São Paulo, 2 de dezembro de 2020.

Paulo Sérgio Menezes Garcia

Diretor Presidente

Jose Roberto Menezes Garcia

Diretor Vice-Presidente

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Quotistas e Administradores da
Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.
(atualmente denominada Kalunga S.A.)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à nota explicativa 2 às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para apresentar as demonstrações do valor adicionado, aprimorar certas divulgações em notas explicativas e para refletir a correção de erros, conforme descrito na referida nota explicativa. Em 9 de abril de 2020, 19 de julho de 2019 e 24 de agosto de 2018, emitimos relatórios de auditoria com ressalvas sobre as demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas. Consequentemente, as ressalvas contidas em nossos relatórios anteriormente emitidos não são mais necessárias e, portanto, nosso novo relatório, que substitui os anteriores, não contém qualquer modificação.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

Adoção inicial do CPC 06(R2) e IFRS 16 – Arrendamentos

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.24, a Empresa adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 emitido pelo IASB, em 1º de janeiro de 2019, utilizando o método retrospectivo modificado que resultou no reconhecimento inicial de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no montante de R$469.121 mil.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos cálculos do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, bem como devido ao fato desse tema ter envolvido interpretação de nova normativa complexa, novos processos para coleta de dados e julgamentos importantes relacionados aos termos dos contratos de arrendamento e às taxas de desconto aplicáveis.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a avaliação das políticas contábeis e expedientes práticos adotados pela Empresa; avaliação da integridade da base de contratos identificados e sujeitos à aplicação da norma; avaliação da interpretação da administração dos termos e condições dos contratos de locação; e da razoabilidade dos julgamentos significativos aplicados pela administração nas definições de prazo dos contratos e de taxa de desconto do passivo de arrendamento, bem como o envolvimento de especialistas EY para apoio à equipe de auditoria na validação das taxas de desconto, além dos testes nos cálculos efetuados pela administração que determinaram o saldo das contas de direito de uso e passivo de arrendamento. Como resultado destes procedimentos, não foram identificadas inconsistências.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados na mensuração do ativo e passivo iniciais e outros ajustes, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.24, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Créditos extemporâneos de PIS e COFINS pela exclusão de ICMS da base de cálculo

Conforme divulgado na nota explicativa 8, a Empresa obteve decisão judicial de trânsito em julgado garantindo-lhe o direito de excluir o ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, referentes ao período de 28 de novembro de 2002 a 31 de julho de 2014, incluindo a correção devida. Tal trânsito em julgado ocorreu em 29 de fevereiro de 2019, e está em linha com o apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, de 15 de março de 2017. Consequentemente, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS no montante de R$242.762 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram mensurados considerando julgamentos, interpretações e premissas da administração, o valor líquido ou bruto do imposto destacado na nota fiscal e outras informações conforme a documentação que suportam os créditos. Além disso, o processo de cálculo de tais créditos envolveu um número relevante de operações, bem como julgamentos relevantes da administração sobre as modalidades de ICMS que deram origem os créditos tributários reconhecidos.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos cálculos, ao julgamento significativo na determinação das premissas base da mensuração dos referidos créditos tributários e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar a avaliar os impactos fiscais envolvidos; a avaliação das políticas contábeis adotados pela Empresa; a avaliação da integridade das bases utilizadas para apuração dos créditos; a interpretação da administração dos termos e condições da sentença prolatada; e da razoabilidade dos julgamentos significativos aplicados pela administração nos cálculos, além dos testes nos cálculos efetuados pela administração que determinaram o saldo dos créditos tributários. Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste nos cálculos aritméticos e matemáticos decorrentes de certas inconsistências, sendo este ajuste registrado pela administração nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados na mensuração dos créditos tributários, documentação suporte e expectativa de realização dos créditos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento

Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do

exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de dezembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Drayton Teixeira de Melo
Contador CRC-1SP236947/O-3

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017 e 1º de janeiro de 2017
(Em milhares de reais - R$)

	Notas	2019	2018	2017	1º de janeiro de 2017
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.048	15.603	4.118	4.565
Contas a receber	6	169.322	160.745	163.160	151.682
Estoques	7	520.046	407.415	331.120	294.405
Impostos a recuperar	8	342.805	315.218	236.054	189.221
Outros ativos		3.242	2.623	1.418	1.321
Total do ativo circulante		**1.067.463**	**901.604**	**735.870**	**641.194**
Não circulante					
Partes relacionadas	9	427.232	357.774	273.439	232.685
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	5.829	5.386	106
Depósitos judiciais	10	8.877	8.789	1.077	1.068
Impostos a recuperar	8	294.231	-	-	-
Intangível		2.319	1.785	2.649	2.937
Direito de uso	11	514.393	-	-	-
Imobilizado	12	171.795	136.696	123.007	114.683
Total do ativo não circulante		**1.418.847**	**510.873**	**405.558**	**351.479**
Total do ativo		**2.486.310**	**1.412.477**	**1.141.428**	**992.673**

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2019, 2018, 2017 e 1º de janeiro de 2017
(Em milhares de reais - R$)

	Notas	2019	2018	2017	1º de janeiro de 2017
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	13	849.129	689.694	532.827	410.778
Empréstimos e financiamentos	14	148.701	213.230	153.677	210.468
Empréstimos com partes relacionadas	9	134.355	24.686	-	-
Obrigações trabalhistas		27.465	23.579	20.159	18.215
Obrigações fiscais	15	19.289	12.616	16.371	5.664
Passivo de arrendamento	11	54.167	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social		-	2.765	1.032	182
Receita diferida	16	3.573	9.772	7.022	5.425
Outros passivos		31.871	29.938	22.674	22.830
Total do passivo circulante		**1.268.550**	**1.006.280**	**753.762**	**673.562**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	494.659	366.011	341.105	273.994
Passivo de arrendamento	11	478.981	-	-	-
Provisão para desmantelamento		4.858	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	9	15.631	725	8.217	6.179
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	9.733	7.160	4.774	-
Obrigações fiscais	15	7.223	7.675	7.935	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	26.314	-	-	-
Total do passivo não circulante		**1.037.399**	**381.571**	**362.031**	**280.173**
Patrimônio líquido	18				
Capital social		8.300	8.300	8.300	8.300
Reserva de capital		6	6	6	6
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	183	437
Lucros acumulados		172.055	16.320	17.146	30.195
Total do patrimônio líquido		**180.361**	**24.626**	**25.635**	**38.938**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.486.310**	**1.412.477**	**1.141.428**	**992.673**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018	2017
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita líquida de vendas	20	2.098.852	1.868.683	1.602.556
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados		(1.388.232)	(1.212.566)	(1.020.756)
Lucro bruto		**710.620**	**656.117**	**581.800**
(Despesas) receitas operacionais				
Com vendas	21	(506.531)	(463.635)	(397.222)
Gerais e administrativas	22	(50.846)	(39.907)	(51.196)
Outras receitas, líquidas	23	132.067	613	4.025
		(425.310)	**(502.929)**	**(444.393)**
Lucro operacional		**285.310**	**153.188**	**137.407**
Despesas financeiras		(176.370)	(105.225)	(137.382)
Receitas financeiras		193.346	51.626	63.827
Resultado financeiro	24	**16.976**	**(53.599)**	**(73.555)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**302.286**	**99.589**	**63.852**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	25	(29.408)	(34.041)	(27.436)
Diferido	25	(32.143)	443	5.281
	25	**(61.551)**	**(33.598)**	**(22.155)**
Lucro líquido do exercício		**240.735**	**65.991**	**41.697**
Quantidade de quotas do capital social		500.000.000	500.000.000	500.000.000
Lucro por quota - básico e diluído (expresso em Reais)	26	0,4815	0,1320	0,0834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R$)

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	240.735	65.991	41.697
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente	**240.735**	**65.991**	**41.697**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2017 (reapresentado)	8.300	6	437	30.195	38.938
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(254)	254	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	41.697	41.697
Distribuição de lucros aos quotistas	-	-	-	(55.000)	(55.000)
Em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	**8.300**	**6**	**183**	**17.146**	**25.635**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(183)	183	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	65.991	65.991
Distribuição de lucros aos quotistas	-	-	-	(67.000)	(67.000)
Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**8.300**	**6**	**-**	**16.320**	**24.626**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	240.735	240.735
Distribuição de lucros aos quotistas	-	-	-	(85.000)	(85.000)
Em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	**8.300**	**6**	**-**	**172.055**	**180.361**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	302.286	99.589	63.852
Ajuste para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa			
Depreciação e amortização	95.898	24.640	21.663
Valor residual baixado de ativo imobilizado e arrendamento	1.399	618	1.947
Provisão para perdas esperadas de contas a receber	2.312	2.797	8.770
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.151	5.549	4.774
Provisão (reversão) para obsolescência dos estoques	232	(233)	482
Juros sobre empréstimos para partes relacionadas	(43.297)	(30.933)	(35.706)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	1.103	399	531
Juros de empréstimos e financiamentos	50.322	43.484	60.796
Juros de passivo arrendamento	53.037	-	-
Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores	(1.226)	2.500	1.061
Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	(249.319)	-	-
Juros sobre parcelamentos de tributos, créditos fiscais e outros	(7.430)	411	160
	211.468	**148.821**	**128.330**
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	(11.012)	(98)	(16.884)
Estoques	(113.762)	(73.139)	(34.891)
Impostos a recuperar	(55.207)	(79.164)	(46.833)
Outros ativos	(619)	(1.092)	(69)
Depósitos judiciais	(88)	(7.712)	(9)
Adiantamentos a partes relacionadas	6.668	(5.033)	736
Fornecedores	161.683	151.160	115.318
Obrigações trabalhistas	3.886	3.420	1.945
Obrigações fiscais	5.783	(4.540)	18.455
Receita diferida	(6.199)	2.749	1.596
Pagamento de processos cíveis e trabalhistas	(3.578)	(3.163)	-
Outros passivos	1.933	7.264	(155)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(32.173)	(32.307)	(26.584)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**168.783**	**107.166**	**140.955**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Atividades de investimentos			
Empréstimos concedidos de partes relacionadas, líquido de recebimentos	(117.829)	(115.369)	(60.785)
Aquisição de ativo imobilizado	(62.773)	(37.537)	(30.369)
Aquisição de ativos intangíveis	(1.373)	(546)	(1.116)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(181.975)**	**(153.452)**	**(92.270)**
Atividades de financiamentos			
Empréstimos captados de partes relacionadas, líquido de pagamentos	123.472	16.796	1.506
Pagamentos de passivo de arrendamento	(107.632)	-	-
Captação de empréstimos e financiamentos	742.587	241.184	405.694
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(48.698)	(43.357)	(59.121)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(680.092)	(156.852)	(397.211)
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamentos	**29.637**	**57.771**	**(49.132)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**16.445**	**11.485**	**(447)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.603	4.118	4.565
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.048	15.603	4.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2019	2018	2017
Receitas	**2.787.883**	**2.483.182**	**2.152.984**
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.783.422	2.475.884	2.156.028
Outras receitas	4.683	1.322	4.380
Provisão/reversão de perdas esperadas de crédito	(222)	5.976	(7.424)
Insumos adquiridos de terceiros	**(1.969.076)**	**(1.723.312)**	**(1.468.725)**
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos	(1.787.801)	(1.562.804)	(1.329.571)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(177.681)	(151.123)	(135.006)
Perda/recuperação de ativos	(3.594)	(9.385)	(4.148)
Valor adicionado bruto	**818.807**	**759.870**	**684.259**
Retenções	**(101.353)**	**(24.640)**	**(21.663)**
Depreciação e amortização	(101.353)	(24.640)	(21.663)
Valor adicionado líquido produzido	**717.454**	**735.230**	**662.596**
Valor adicionado recebido em transferência	**195.681**	**53.300**	**65.836**
Receitas financeiras	195.681	53.300	65.836
Valor adicionado total a distribuir	**913.135**	**788.530**	**728.432**
Distribuição do valor adicionado	**(913.135)**	**(788.530)**	**(728.432)**
Pessoal	**(190.919)**	**(161.201)**	**(140.205)**
Remuneração direta	(156.978)	(133.140)	(117.323)
Benefícios	(19.479)	(15.850)	(12.127)
F.G.T.S.	(14.462)	(12.211)	(10.755)
Impostos, taxas e contribuições	**(274.751)**	**(336.253)**	**(300.012)**
Federais	(15.839)	(105.373)	(118.879)
Estaduais	(245.463)	(219.433)	(171.199)
Municipais	(13.449)	(11.447)	(9.934)
Remuneração de capitais de terceiros	**(206.730)**	**(225.085)**	**(246.518)**
Aluguéis	(31.342)	(120.536)	(110.043)
Despesas financeiras	(159.384)	(95.220)	(130.292)
Outros	(16.004)	(9.329)	(6.183)
Remuneração de capitais próprios	**(240.735)**	**(65.991)**	**(41.697)**
(Lucros) prejuízos retidos	(155.735)	-	-
Lucros distribuídos	(85.000)	(65.991)	(41.697)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. ("Empresa" ou “Kalunga”), atualmente denominada Kalunga S.A., possui sede na cidade de São Paulo, tem por atividade preponderante o comércio de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais de escritório em geral, microcomputadores, softwares, equipamentos e materiais de informática em geral, entre outros, que operam sob a denominação comercial da Kalunga. Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa possuía três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo, e 222 lojas distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Sergipe (196 e 174 lojas em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente).

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Empresa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Empresa considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa apresentou capital circulante líquido negativo de R$201.087 (R$104.676 e R$17.892, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente) derivado principalmente de sua estratégia de operar com ênfase em capital de terceiros. A Administração da Empresa ressalta que o prazo médio de recebimento de clientes é de 30 dias em 31 de dezembro de 2019 (31 dias e 37 dias, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente) enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 259 dias em 31 de dezembro de 2019 (215 dias e 191 dias, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente).

A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, principalmente por considerar que: i) a Empresa está em plena expansão com a inauguração de 26 lojas em 2019, 13 em 2018 e 11 em 2017 e planeja continuar seu processo de crescimento orgânico com a abertura de novas lojas ainda em 2020; ii) a Empresa apresenta patrimônio líquido positivo nos três exercícios sendo R$180.361 em 31 de dezembro de 2019 (R$24.626 e R$25.635 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente); iii) a Empresa vem apresentando crescimento sustentável de lucratividade; e iv) a Empresa vem apresentando geração de caixa operacional sendo R$168.783 em 2019 (R$107.166 e R$140.955 em 2018 e 2017, respectivamente), bem como o crescimento de geração de fluxo de caixa total sendo R$16.445 em 2019 e R$11.485 em 2018, respectivamente. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Empresa.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Devido a arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação aos exercícios anteriores. Adicionalmente, a Empresa apresenta um balanço patrimonial adicional no início do período mais antigo divulgado, quando se realiza aplicação retrospectiva de uma política contábil, reapresentação retrospectiva ou reclassificação de itens nas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial adicional na data-base de 1º de janeiro de 2017 é apresentado nestas demonstrações financeiras devido à reapresentação das demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo.

A emissão das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram autorizadas pela Diretoria em 2 de dezembro de 2020.

Reapresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para apresentar as demonstrações do valor adicionado e resultado por quota e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas, bem como adaptação das políticas contábeis às instruções da CVM.

Adicionalmente, após a emissão das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Administração identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados, demonstração do patrimônio líquido e demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Empresa está reapresentando as demonstrações financeiras desses exercícios. Cabe ressaltar que, com o registros das provisões para contingencias em 2017 e o reconhecimento dos créditos tributários de PIS/COFINS pela exclusão de ICMS em 2019, assim como evidenciação dos créditos tributários de ICMS-ST registrados em exercícios anteriores a 2017 e compensados em 2017 e em 2018, foram eliminadas as divergências e limitações de informação que fundamentaram as ressalvas nos relatórios de auditoria anteriormente emitidos sobre as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 2018 e 2017, respectivamente.

Os ajustes efetuados no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2017 foram como seguem:

Ativo	
Baixa de ICMS a recuperar pelo regime de substituição tributária (ST)	(12.574)
Classificação de bonificação de fornecedores como conta redutora de estoques	(10.146)
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre ajuste de bonificação	3.450
Impacto no patrimônio líquido	**(19.270)**

As demonstrações dos resultados abrangentes e das mutações do patrimônio líquido foram reapresentadas em decorrência dos ajustes no lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Os balanços patrimoniais descritos abaixo como “Originalmente apresentado” contemplam agrupamentos de contas similares para refletir a apresentação atual do balanço patrimonial da Empresa.

a) Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019

	Referência	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	(16)	32.287	(239)	32.048
Contas a receber	(2) (3) (13) (22)	170.390	(1.068)	169.322
Estoques	(2) (3) (4) (5) (18)	563.107	(43.061)	520.046
Impostos a recuperar	(6) (32)	348.594	(5.789)	342.805
Outros ativos	(16) (17)	2.800	442	3.242
		1.117.178	**(49.715)**	**1.067.463**
Não circulante				
Partes relacionadas		427.232	-	427.232
Depósito judicial		8.877	-	8.877
Impostos a recuperar	(7)	44.912	249.319	294.231
Intangível		2.319	-	2.319
Direito de uso	(8) (20) (21) (23) (25)	602.726	(88.333)	514.393
Imobilizado	(9) (23) (28) (30)	146.029	25.766	171.795
		1.232.095	**186.752**	**1.418.847**
Total do ativo		**2.349.273**	**137.037**	**2.486.310**

	Referência	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	(3) (33)	953.180	(104.051)	849.129
Empréstimos e financiamentos		148.701	-	148.701
Empréstimos com partes relacionadas	(33)	-	134.355	134.355
Obrigações trabalhistas		27.465	-	27.465
Obrigações fiscais	(2)	20.140	(851)	19.289
Passivo de arrendamento	(8) (26)	101.624	(47.457)	54.167
Receita diferida	(22)	12.452	(8.879)	3.573
Outros passivos	(26)	21.113	10.758	31.871
		1.284.675	**(16.125)**	**1.268.550**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos		494.659	-	494.659
Passivo de arrendamento	(8)	461.109	17.872	478.981
Provisão para desmantelamento	(20) (24) (25)	-	4.858	4.858
Empréstimos com partes relacionadas		15.631	-	15.631
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(12)	2.860	6.873	9.733
Obrigações fiscais		7.223	-	7.223
Imposto renda e contribuição social diferidos	(32)	16.563	9.751	26.314
		998.045	**39.354**	**1.037.399**
Patrimônio líquido				
Capital social		8.300	-	8.300
Reserva de capital		6	-	6
Lucros acumulados		58.247	113.808	172.055
Total do patrimônio líquido		**66.553**	**113.808**	**180.361**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.349.273**	**137.037**	**2.486.310**

Demonstração do resultado - exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Referência	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Receita líquida de vendas	(2) (3) (27)	2.080.841	18.011	2.098.852
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(2) (3) (4) (5) (18) (19)	(1.337.152)	(51.080)	(1.388.232)
Lucro bruto		**743.689**	**(33.069)**	**710.620**
(Despesas) receitas operacionais				
Com vendas	(1) (8) (12) (19) (21) (25) (28) (29) (30) (31)	(440.937)	(65.594)	(506.531)
Gerais e administrativas	(9) (12) (31)	(49.909)	(937)	(50.846)
Outras receitas operacionais, líquidas	(7) (13) (25)	3.852	128.215	132.067
		(486.994)	**61.684**	**(425.310)**
Lucro operacional		**256.695**	**28.615**	**285.310**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(3) (8) (17) (24) (29)	(211.158)	34.788	(176.370)
Receitas financeiras	(3) (7) (17) (22) (27)	84.180	109.166	193.346
		(126.978)	**143.954**	**16.976**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**129.717**	**172.569**	**302.286**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(32)	(31.970)	2.562	(29.408)
Diferido	(32)	(11.766)	(20.377)	(32.143)
		(43.736)	(17.815)	(61.551)
Lucro líquido do exercício		**85.981**	**154.754**	**240.735**

Demonstração dos fluxos de caixa - exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	214.249	(45.466)	168.783
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(59.325)	(122.650)	(181.975)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(143.511)	173.148	29.637
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	11.413	5.032	16.445
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.874	(5.271)	15.603
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.287	(239)	32.048

b) Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018

	Referência	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	(14) (16)	20.875	(5.272)	15.603
Contas a receber	(2) (3) (13) (14)	153.141	7.604	160.745
Estoques	(2) (3) (4) (5) (18)	425.194	(17.779)	407.415
Impostos a recuperar	(6)	327.792	(12.574)	315.218
Outros ativos	(16) (17)	2.242	381	2.623
		929.244	**(27.640)**	**901.604**
Não circulante				
Partes relacionadas		357.774	-	357.774
Imposto renda e contribuição social diferidos	(32)	-	5.829	5.829
Depósito judicial		8.789	-	8.789
Intangível		1.785	-	1.785
Imobilizado	(9)	137.480	(784)	136.696
		505.828	**5.045**	**510.873**
Total do ativo		**1.435.072**	**(22.595)**	**1.412.477**

	Referência	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores Reapresentados
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	(3) (33)	691.158	(1.464)	689.694
Empréstimos e financiamentos	(10) (11)	213.390	(160)	213.230
Empréstimos com partes relacionadas	(33)	-	24.686	24.686
Obrigações trabalhistas	-	23.579	-	23.579
Obrigações fiscais	(2)	13.197	(581)	12.616
Imposto de renda e contribuição social	(32)	6.989	(4.224)	2.765
Receita diferida		9.772	-	9.772
Outros passivos		29.938	-	29.938
		988.023	**18.257**	**1.006.280**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	(11)	365.239	772	366.011
Empréstimos com partes relacionadas		725	-	725
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(12)	3.042	4.118	7.160
Obrigações fiscais		7.675	-	7.675
Imposto renda e contribuição social diferidos	(32)	4.797	(4.797)	-
		381.478	**93**	**381.571**
Patrimônio líquido				
Capital social		8.300	-	8.300
Reserva de capital		6	-	6
Lucros acumulados		57.265	(40.945)	16.320
Total do patrimônio líquido		**65.571**	**(40.945)**	**24.626**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.435.072**	**(22.595)**	**1.412.477**

Demonstração do resultado - exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Referência	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Receita líquida de vendas	(2) (3) (27)	1.852.324	16.359	1.868.683
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(2) (3) (4) (5) (18) (19)	(1.164.147)	(48.419)	(1.212.566)
Lucro bruto		**688.177**	**(32.060)**	**656.117**
(Despesas) receitas operacionais				
Com vendas	(1) (12) (19)	(423.224)	(40.411)	(463.635)
Gerais e administrativas	(9) (12)	(44.196)	4.289	(39.907)
Outras receitas, líquidas	(13)	289	324	613
		(467.131)	(35.798)	(502.929)
Lucro operacional		**221.046**	**(67.858)**	**153.188**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(3)	(178.359)	73.134	(105.225)
Receitas financeiras	(3) (17) (27)	67.871	(16.245)	51.626
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**110.558**	**(10.969)**	**99.589**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(32)	(38.409)	4.368	(34.041)
Diferido	(32)	952	(509)	443
		(37.457)	3.859	(33.598)
Lucro líquido do exercício		**73.101**	**(7.110)**	**65.991**

Demonstração dos fluxos de caixa - exercício findo em 31 de dezembro de 2018

	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	94.750	12.416	107.166
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(38.245)	(115.207)	(153.452)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(44.538)	102.309	57.771
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**11.967**	**(482)**	**11.485**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.907	(4.789)	4.118
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.874	(5.271)	15.603

c) Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017

	Referência	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	(14) (16)	8.907	(4.789)	4.118
Contas a receber	(1) (2) (3) (13) (14)	163.896	(736)	163.160
Estoques	(2) (3) (4) (18)	336.260	(5.140)	331.120
Impostos a recuperar	(6)	248.628	(12.574)	236.054
Outros ativos	(16) (17)	1.150	268	1.418
		758.841	**(22.971)**	**735.870**
Não circulante				
Partes relacionadas		273.439	-	273.439
Imposto renda e contribuição social diferidos	(32)	-	5.386	5.386
Depósito judicial		1.077	-	1.077
Intangível		2.649	-	2.649
Imobilizado	(9) (15)	123.145	(138)	123.007
		400.310	**5.248**	**405.558**
Total do ativo		**1.159.151**	**(17.723)**	**1.141.428**

	Referência	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	(3)	515.979	16.848	532.827
Empréstimos e financiamentos	(10)(11)(15)	150.330	3.347	153.677
Obrigações trabalhistas		20.159	-	20.159
Obrigações fiscais	(2)	17.052	(681)	16.371
Imposto de renda e contribuição social	(32)	886	146	1.032
Receita diferida		7.022	-	7.022
Outros passivos		22.674	-	22.674
		734.102	**19.660**	**753.762**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	(11)	343.678	(2.573)	341.105
Empréstimos com partes relacionadas		8.217	-	8.217
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(12)	-	4.774	4.774
Obrigações tributárias		7.935	-	7.935
Imposto renda e contribuição social diferidos	(32)	5.748	(5.748)	-
		365.578	**(3.547)**	**362.031**
Patrimônio líquido				
Capital social		8.300	-	8.300
Reserva de capital		6	-	6
Ajustes de avaliação patrimonial		183	-	183
Lucros acumulados		50.982	(33.836)	17.146
Total do patrimônio líquido		**59.471**	**(33.836)**	**25.635**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.159.151**	**(17.723)**	**1.141.428**

Demonstração do resultado - exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Referência	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Receita líquida de vendas	(2) (3) (27)	1.587.086	15.470	1.602.556
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(2) (3) (4) (18) (19)	(1.013.309)	(7.447)	(1.020.756)
Lucro bruto		**573.777**	**8.023**	**581.800**
(Despesas) receitas operacionais				
Com vendas	(1) (19)	(355.193)	(42.029)	(397.222)
Gerais e administrativas	(9) (12)	(46.123)	(5.073)	(51.196)
Outras receitas, líquidas	(13)	3.014	1.011	4.025
		(398.302)	(46.091)	(444.393)
Lucro operacional		**175.475**	**(38.068)**	**137.407**
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(3) (10)	(166.968)	29.586	(137.382)
Receitas financeiras	(3) (17) (27)	77.450	(13.623)	63.827
		(89.518)	15.963	(73.555)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**85.957**	**(22.105)**	**63.852**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(32)	(27.292)	(144)	(27.436)
Diferido	(32)	(2.405)	7.686	5.281
		(29.697)	7.542	(22.155)
Lucro líquido do exercício		**56.260**	**(14.563)**	**41.697**

Demonstração dos fluxos de caixa - exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	76.589	64.366	140.955
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(30.653)	(61.617)	(92.270)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(41.594)	(7.538)	(49.132)
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.342	(4.789)	(447)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.565	-	4.565
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.907	(4.789)	4.118

Descrição dos ajustes

Os ajustes identificados após a emissão das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão abaixo demonstrados:

		Valores dos ajustes		
Descrição do ajuste	**Contas ajustadas**	**2019**	**2018**	**2017**
(1) Complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa	Contas a receber	-	-	(7.433)
	Despesas com vendas	(222)	7.433	(7.433)
(2) Estorno receita, custo e impostos incidentes de transações de vendas de mercadorias via e-commerce faturadas, porém não entregues aos clientes até a data de encerramento das demonstrações financeiras	Contas a receber	(3.493)	(2.417)	(2.719)
	Receita de vendas	(809)	203	(2.038)
	Estoques	1.799	1.240	1.372
	CMV	559	(132)	1.372
	Obrigações fiscais	(851)	(581)	(681)
(3) Ajustes nos descontos a valor presente de de contas a receber, estoques e fornecedores, decorrentes da utilização das taxas de juros revisadas pela Empresa	Contas a receber	4.100	3.653	3.855
	Receita de vendas	16.424	14.079	14.960
	Receita financeira	(15.976)	(14.282)	(11.104)
	Estoques	9.643	9.288	4.654
	Fornecedores	30.304	23.222	16.848
	CMV	(88.813)	(74.872)	(42.395)
	Despesas financeiras	83.411	73.134	30.199
(4) Provisão para obsolescência de estoques	Estoques	(667)	(249)	(482)
	CMV	(418)	233	(482)
(5) Ajuste de diferença de inventário de Estoques	Estoques	(32.749)	(13.285)	-
	CMV	(19.464)	(13.285)	-
(6) Ajustes efetuados nos cálculos de apuração do ICMS sob o regime de substituição tributária (ST)	Impostos a recuperar	(12.574)	(12.574)	(12.574)

		Valores dos ajustes		
Descrição do ajuste	**Contas ajustadas**	**2019**	**2018**	**2017**
(7) Reconhecimento do ganho de causa transitado e julgado da não incidência de PIS e COFINS na base de cálculo do ICMS	Impostos a recuperar	249.319	-	-
	Outras receitas operacionais	128.167		
	Receitas financeiras	121.173	-	-
			-	-
(8) Ajustes nos descontos a valor presente das parcelas fixas a pagar de arrendamentos, decorrentes da utilização das taxas de juros revisadas pela Empresa. A Administração também ajustou o valor das parcelas para deixa-las brutas em relação à incidência de PIS e COFINS	Direito de uso	(69.166)	-	-
	Passivo de arrendamento (CP)	(36.699)	-	-
	Passivo de arrendamento (LP)	17.872	-	-
	Despesas com vendas	705	-	-
	Despesas financeiras	(52.316)	-	-
(9) Ajuste dos montantes de depreciação de veículos utilizados pela diretoria	Imobilizado	(1.571)	(784)	(299)
	Despesas gerais e administrativas	(922)	(485)	(299)
(10) Complemento de juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	Empréstimos e financiamentos	-	612	613
	Despesas financeiras	-	-	(613)
(11) Reclassificação de empréstimos entre passivo circulante e não circulante	Empréstimos e financiamentos circulante	-	(772)	2.573
	Empréstimos e financiamentos não circulante	-	772	(2.573)
(12) Complemento de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.873	4.118	4.774
	Despesas gerais e administrativas	72	4.774	(4.774)
	Despesas de vendas	(2.753)	(4.118)	-
(13) Reconhecimento de receita devido a cumprimento de obrigação de desempenho de entrega de produtos decorrentes de direito de crédito de clientes por devolução	Contas a receber	1.568	1.335	1.011
	Outras receitas operacionais	236	324	1.011
(14) Reclassificação de caixa e equivalentes para contas a receber devido a recursos a receber de operadoras não estarem disponíveis para utilização na data de encerramento das demonstrações financeiras	Contas a receber	-	5.033	4.550
	Caixa e equivalentes de caixa	-	(5.033)	(4.550)

Descrição do ajuste	Contas ajustadas	Valores dos ajustes 2019	2018	2017
(15) Contabilização de contrato de financiamento relativo a arrendamento de veículos	Imobilizado	-	-	161
	Empréstimos e financiamentos	-	-	161
(16) Reclassificação de investimentos em ações de caixa e equivalentes de caixa para outros ativos	Outros ativos	239	239	239
	Caixa e equivalentes de caixa	(239)	(239)	(239)
(17) Contabilização do valor justo de investimentos em ações	Outros ativos	203	142	29
	Receitas financeiras	129	114	29
	Despesas financeiras	(68)	-	-
(18) Capitalização de bonificações de fornecedores como redutora do custo de estoques	Estoques	(21.087)	(14.773)	(10.684)
	CMV	(7.639)	(4.089)	(538)
(19) Reclassificação de bonificação de fornecedores de despesas com vendas para custo das mercadorias vendidas	CMV	64.695	43.726	34.596
	Despesas com vendas	(64.695)	(43.726)	(34.596)
(20) Provisão para desmantelamento de ativo de direito de uso	Direito de uso	5.314	-	-
	Provisão desmantelamento	5.314	-	-
(21) Complemento de amortização do direito de uso	Despesas com vendas	(1.083)	-	-
	Direito de uso	(1.083)	-	-
(22) Complemento contas a receber, receita diferida e receitas financeiras	Contas a receber	(3.243)	-	
	Receita diferida	(8.879)	-	-
	Receitas financeiras	6.236	-	
(23) Reclassificação de benfeitorias em imóveis de terceiros realizadas em 2019 da conta de direito de uso para ativo imobilizado	Imobilizado	23.210	-	-
	Direito de uso	(23. 210)	-	-

		Valores dos ajustes		
Descrição do ajuste	**Contas ajustadas**	**2019**	**2018**	**2017**
(24) Atualização monetária da provisão para desmantelamento de ativos de direito de uso	Despesas financeiras	(209)	-	-
	Provisão desmantelamento	209	-	-
(25) Baixa de ativo de direito de uso e provisão para desmantelamento por devolução do imóvel	Direito de uso			
	Outras receitas operacionais	(188)	-	-
	Provisão para	(188)	-	-
	desmantelamento	(665)	-	-
	Despesas com vendas	665	-	-
(26) Reclassificação de aluguéis variáveis a pagar de passivo de arrendamento para outros passivos	Passivo de arrendamento	(10.758)	-	-
	Outros passivos	10.758	-	-
(27) Reclassificação de ajuste a valor presente de receitas financeiras para receitas líquidas de vendas	Receitas financeiras	(2.396)	(2.077)	(2.548)
	Receitas de vendas	2.396	2.077	2.548
(28) Capitalização de gastos com ativo imobilizado	Imobilizado	4.277	-	-
	Despesas com vendas	5.822	-	-
(29) Reclassificação de parcela de crédito de PIS e COFINS sobre pagamento de aluguel para despesas financeiras, para apresentação de juros de arrendamento líquido dos efeitos tributários	Despesas com vendas	(3.970)	-	-
	Despesas financeiras	3.970	-	-
(30) Complemento da depreciação de benfeitorias	Despesas com vendas	(150)	-	-
	Imobilizado	(150)	-	-
(31) Reclassificação de despesas com vendas para administrativas	Despesas com vendas			
	Despesas gerais	87	-	-
	administrativas	(87)	-	-
(32) Ajustes efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	Impostos a recuperar	6.785	-	-
	Obrigações fiscais	-	(4.224)	146
	IR corrente resultado	2.562	4.368	(144)
	IR e CS diferido ativo	-	5.829	5.386
	IR e CS diferido passivo	9.751	(4.797)	(5.748)
	IR diferido receita (despesa)	(20.377)	(509)	7.686
(33) Reclassificação de fornecedores para empréstimos com partes relacionadas	Fornecedores	(134.355)	(24.686)	-
	Empréstimos com partes relacionadas	134.355	24.686	-

Mudança de prática contábil – classificação de pagamentos de juros de empréstimos e pagamento e recebimento de juros de partes relacionadas

Nas demonstrações financeiras originalmente emitidas, a Empresa apresentava os pagamentos de juros de empréstimos e partes relacionadas, bem como o recebimento de juros de partes relacionadas, nos fluxos de caixa como atividades operacionais. Quando da reapresentação das demonstrações financeiras, a Administração da Empresa revisou a classificação adotada e conforme opção permitida pelo CPC 03 (R2) / IAS 7 decidiu alterar esses fluxos de pagamentos e recebimentos para a atividades de financiamento e investimento, respectivamente.

3. Políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação, são valorizados pelo custo amortizado e acrescidos de rendimentos auferidos até a data de reporte e sujeitos a risco insignificante de desvalorização. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e serviços no decurso normal das atividades da Empresa, classificados no ativo circulante, uma vez que são recebíveis de curto prazo.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor líquido de realização, ajustado a valor presente, e compreende basicamente as operações com cartões de crédito e vendas a prazo.

Para as vendas com cartão de crédito, o risco de inadimplência é das administradoras de cartão de crédito. Sobre as vendas com cartão de crédito a Empresa reconhece apenas as perdas com vendas não reconhecidas pelo cliente (*chargeback*), para os demais recebíveis a Empresa registra a provisão de perda para créditos esperadas conforme a normativa aplicável, sendo aplicado o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 2018 como descrito em Nota 3.23.

3.3 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ajustado a valor presente, e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda, bem como determinados

tributos sobre as vendas, deduzidos de acordos comerciais recebidas de fornecedores.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem negativa, quando aplicável, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

3.4 Acordos comerciais

Acordos comerciais e descontos obtidos de fornecedores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares, são apresentados como redutores do custo das compras e, portanto, a parcela de produtos não comercializados é apresentada como redutora do custo dos estoques. A liquidação destes acordos ocorre por meio de depósitos em espécie ou abatimento de faturas a pagar aos fornecedores. Saldos de acordos comerciais cuja obrigação da Empresa foi cumprida porem não recebidos, são apresentados como recebíveis quando não há saldos a pagar ao respectivo fornecedor.

3.5 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Empresa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. São inicialmente registrados pelo valor de desembolso do depósito e subsequentemente atualizados pelos indexadores aplicáveis

3.6 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.
Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos que são classificados sempre no ativo/passivo não circulante, independentemente do seu prazo de realização/liquidação.

3.7 Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita, dos respectivos ativos e passivos.

A Empresa efetua o desconto a valor presente do contas a receber de clientes, estoques e fornecedores. As taxas utilizadas e montantes dos ajustes a valor presente estão descritas nas notas explicativas 6, 7 e 13. O desconto a valor presente dos passivos de arrendamentos está descrito na nota explicativa 3.9.

3.8 Intangível

São classificados nesta conta os gastos com aquisições de licenças de uso de *softwares* utilizados na operação do banco de dados e dos sistemas operacionais, estando avaliados pelo custo de aquisição.

Conforme análises técnicas da área de tecnologia a vida útil estimada é de cinco anos, amortizado durante esse período de forma linear.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.9 Arrendamentos

Política contábil vigente até 31 de dezembro de 2018

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver(em) explícito(s) no contrato.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Empresa basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter

taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados e ativados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Empresa obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os pagamentos de arrendamentos, qualificados para registro no balanço patrimonial, são reconhecidos como redução do passivo de arrendamento de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Os pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais, não qualificados para registro no balanço patrimonial, são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do contrato.

Política contábil vigente a partir de 1º de janeiro de 2019

A partir de 1º de janeiro de 2019, a política contábil de arrendamento foi alterada, conforme segue.

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa como arrendatária

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados

linearmente, pelo menor prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento brutos de PIS e COFINS pelo prazo do contrato e renovação quando está seja permitida pelo contrato e intenção da Empresa. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável.

Provisão para desmantelamento de lojas

Para os contratos de aluguéis de lojas que possuem cláusulas de restauração do imóvel, a Empresa efetua uma estimativa dos custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do contrato de arrendamento.

A provisão para desmantelamento é demonstrada em conta separado do passivo não circulante, tendo como contrapartida o ativo por direito de uso.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Empresa não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora.

3.10 Imobilizado

Os terrenos, as benfeitorias e as instalações, compreendem os gastos com as estruturas e a preparação para operacionalizar as lojas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados, as benfeitorias são depreciadas pelo menor prazo entre a vida útil estimada da benfeitoria ou do prazo de arrendamento. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Administração da Empresa avaliou as taxas atuais de depreciação e concluiu que são adequadas, considerando que não houve nenhuma mudança operacional relevante em seu negócio. Dessa forma, decidiu manter inalteradas as taxas de depreciação, calculadas usando o método linear para alocar os custos dos ativos durante a sua vida útil estimada, como segue:

	Taxa média de depreciação em % a.a		
	2019	**2018**	**2017**
Benfeitorias em imóveis de terceiros (conforme prazo contratual da locação)	12,5	12,5	9,8
Instalações	9,6	9,7	10,6
Empilhadeiras	8,3	8	9,2
Móveis, utensílios	9,4	9,6	9,2
Aeronaves	3,9	3,9	3,9
Veículos	5	5	5
Outros	10,9	14,2	14,9

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Caso haja necessidade de estimar o valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital da Empresa, limitado ao prazo de utilização previsto para o ativo, que pode ser contratual ou com base em sua vida útil. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Empresa baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes para as unidades geradoras de caixa (definidas como lojas e centro de distribuição de vendas e-commerce), os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados.

A perda por desvalorização do ativo, quando identificada, é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para os ativos intangíveis, direito de uso e ativo imobilizado, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou

diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação ou amortização), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

3.12 Fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por mercadorias e serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estão apresentadas descontadas a valor presente.

3.13 Convênios entre fornecedores, Empresa e bancos

A Empresa disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral do Brasil Ltda. (“Spiral”) a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada “risco sacado”. Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Empresa, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes.

Sendo que os prazos de pagamento e os preços praticados na compra de produtos desses fornecedores se mantem os mesmos antes e depois da inclusão no risco sacado, há somente a alteração do destinatário do pagamento (instituição financeira ao invés do fornecedor), bem como os prazos de pagamentos estão compreendidos dentro do ciclo normal de operação da Empresa. Portanto a Empresa apresenta o saldo destas transações operacionais em “Fornecedores nacionais – risco sacado” em seu passivo circulante. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente.

3.14 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

3.15 Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.16 Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias. A provisão para o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, não havendo prazo de prescrição para sua compensação.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As antecipações ou os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a expectativa de sua realização.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto, quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal).

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados, quando aplicáveis, são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

A Empresa contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a Empresa possui o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Empresa se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Tributos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e

- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais.

3.17 Benefícios a funcionários e administradores

A Empresa não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios pós emprego para os funcionários e administradores e não mantém plano de benefícios a funcionários e administradores na forma de planos de bônus ou participação nos lucros.

3.18 Reconhecimento de receitas e custos

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios descritos a seguir:

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Empresa cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

b) Prestação de serviços

Pela atuação da Empresa nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida e seguro contra roubo, furto e quebra acidental, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Empresa e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

c) Direito de devolução

As operações de venda seguidas de eventuais devoluções ocorrem substancialmente nas operações de *e-commerce*. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são normalmente em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. Os créditos de devolução não utilizados são realizados como receitas após 12 meses quando, conforme política da Empresa, expira a validade para troca destes créditos.

d) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

Os custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita. Os gastos com frete incorridos para transporte de suas mercadorias dos centros de distribuição para as lojas da rede de atendimento ao público estão classificados como custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas é apresentado líquido dos valores relativos a acordos comerciais recebidos de fornecedores.

3.19 Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas.

3.20 Lucro por quota

O lucro básico por quota é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de quotas da Empresa pelo número médio ponderado de quotas durante o exercício.

O lucro por quota diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de quotas da Empresa pela quantidade média ponderada de quotas disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de quotas que seriam emitidas na conversão de todas as quotas potenciais diluídas em quotas efetivas.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com quotas da Empresa somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por quota. Na data da apresentação das demonstrações financeiras a Empresa não possuía instrumentos de patrimônio portanto o lucro básico e diluído são idênticos.

3.21 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. A Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

A Empresa possui instrumentos financeiros ativos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes e partes relacionadas.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Empresa.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Empresa pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

As perdas esperadas de crédito são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas de crédito são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda esperada de crédito de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas esperadas de crédito durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda esperada de crédito).

Para contas a receber de clientes, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas esperadas de crédito. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas esperadas de crédito em cada data-base. A Empresa estabeleceu uma matriz de

provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Até 31 de dezembro de 2017, a provisão para perda de créditos esperada era constituída considerando o histórico de perdas efetivas dos últimos 5 anos sobre os saldos de recebíveis vencidos há mais de 30 dias. Após a adoção do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018, a provisão para perdas de créditos esperadas passou a ser calculada também com base no histórico de perdas dos últimos 5 anos, porem considerando também as perdas esperadas sobre os recebíveis a vencer.

A Empresa considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias. No entanto, em certos casos, a Empresa também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Empresa receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Empresa. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.
Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou deduzidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem principalmente fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, e contas a pagar a partes relacionadas.

Mensuração subsequente

A Empresa possui instrumentos financeiros passivos somente da categoria custo amortizado. Dessa forma, descrevemos abaixo a prática contábil de mensuração subsequente somente para essa categoria.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da

taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

iv) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Empresa utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- .Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Empresa possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos divulgados nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Empresa determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

3.22 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.23 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Empresa aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviço para um cliente.

Esta norma substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Empresa adotou o CPC 47/IFRS 15, usando o método retrospectivo simplificado, ou seja, com adoção inicial da norma em 1º de janeiro de 2018, sem alteração de valores monetários na data da transição.

Vendas de mercadorias

As receitas da Empresa advêm principalmente da venda de mercadorias e de diversos produtos de autoatendimento para o consumidor final. Considerando a natureza de suas transações de vendas no varejo, bem como a respectiva transferência do controle (riscos e benefícios) das mercadorias, na qual acontece quando da entrega diretamente ao consumidor final nos pontos de vendas ou na modalidade “entrega em domicílio” nos canais de vendas virtuais (e-commerce e televendas).

As receitas são reconhecidas líquidas dos descontos comerciais e das devoluções. As mudanças nas práticas contábeis introduzidas pelo CPC 47/IFRS 15 não resultaram em modificações dos critérios de reconhecimento das receitas sobre vendas de mercadorias e serviços em relação ao reconhecimento que vinha sendo adotado até 31 de dezembro de 2017.

Devoluções e cancelamento

Para vendas que permitem ao cliente devolver um item, de acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida na extensão em que seja provável que uma reversão significativa não ocorrerá. O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados.

O CPC 47/IFRS 15 não teve impacto contábil para as devoluções e cancelamentos em relação ao que vinha sendo apresentado até 31 de dezembro de 2017.

CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/ IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38/IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48/IFRS 9 foram aplicadas retrospectivamente, porém, sem alteração de valores monetários na data da transição.

A adoção do CPC 48/IFRS 9 não teve um efeito nas políticas contábeis da Empresa relacionadas aos ativos financeiros, uma vez que a Empresa não opera com instrumentos derivativos.

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em três categorias: a custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

A Empresa concluiu em suas análises que a adoção do CPC 48/IFRS 9 não resultou em modificações significativas que não sejam as nomenclaturas das novas categorias de ativos e passivos financeiros e seus correspondentes reflexos nas políticas contábeis da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos financeiros do Empresa estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, contas a receber de clientes, representadas em quase sua totalidade em recebíveis de cartões de crédito e débito. Esses ativos financeiros, anteriormente classificados na categoria de empréstimos e recebíveis, passaram a ser classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a partir de 1º de janeiro de 2018.

Perdas por redução ao valor recuperável

O CPC 48/IFRS 9 estabelece basicamente a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas. Perdas esperadas de crédito são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas esperadas de crédito são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

A Empresa avalia periodicamente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas, a Empresa concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas e, portanto, a adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, não apresentou impactos significativos na mensuração da provisão para perdas em contas a receber de clientes uma vez que parte relevante do saldo de contas a receber está representado por valores a receber de administradoras de cartões de crédito.

Contabilidade de hedge

O CPC 48/IFRS 9 estabelece que a Empresa assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Empresa aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. O CPC 48/IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge.

A Empresa tem como prática não operar com instrumentos financeiros derivativos especulativos.

3.24 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Empresa aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma são descritos a seguir.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma e, portanto, o CPC 06 (R2) não apresenta impacto em arrendamentos nos quais uma entidade seja arrendadora.

A Empresa aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, as informações comparativas apresentadas para 2018 e 2017 não contemplam os efeitos de adoção da nova norma, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes brutos de PIS e COFINS, descontados pela taxa de empréstimo incremental nominal da Empresa em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados ou deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

A Empresa optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconheceu os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses. A Empresa reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método

linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Empresa não considerou custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

O registro inicial em 1º de janeiro de 2019, do passivo de arrendamentos e direito de uso dos arrendamentos foi como segue:

Contrato de arrendamentos descontados ao valor presente em 1º de janeiro de 2019	**469.121**
Provisão para desmantelamento e devolução de ativos arrendados (i)	4.828
Saldo de direito de uso em 1º de janeiro de 2019	**473.949**
Saldo de passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019	**(469.121)**

(i) Ao direito de uso dos arrendamentos registrados em 1 de janeiro de 2019, foram acrescidos pela contrapartida da provisão de desmantelamento e devolução destes ativos, qual foi estimada pelo valor histórico das devoluções de ativos similares e apresentada na rubrica de outros passivos não circulante.

ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito desse CPC nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a Empresa considera tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As suposições que a Empresa faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a Empresa determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a Empresa considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Empresa determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo

financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017

CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a Empresa deve reconhecer as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a Empresa originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

A Empresa deve aplicar essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a Empresa aplicar essas alterações pela primeira vez, deve aplica-las às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável no Brasil não prevê a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos

As alterações esclarecem que a Empresa deve tratar como parte dos empréstimos em geral qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A Empresa deve aplicar estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade aplica essas alterações pela primeira vez. A Empresa deve aplicar estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve impacto sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

3.25. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies,Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade."

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

3.26. Segmento operacional

A Empresa possui um único segmento operacional que é utilizado pela administração para fins de análise e tomada de decisão.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Recuperação de créditos tributários

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Empresa constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos

regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Empresa.

Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Empresa como arrendatária)

A Empresa determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Empresa possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Empresa aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Empresa reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Empresa não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Empresa teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Empresa estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e bancos	26.172	6.522	2.510
Aplicações financeiras	5.876	9.081	1.608
	32.048	**15.603**	**4.118**

As aplicações financeiras estão concentradas em fundos de investimentos e CDBs, em bancos de primeira linha. Os fundos de investimentos são remunerados a uma taxa equivalente a 40% da taxa média do CDI (idem em 2018 e 2017), os CDBs renderam 98% do CDI em 2019 (idem em 2018 e 2017, respectivamente), e possuem liquidez imediata.

6. Contas a receber

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Cartões de crédito e débito de terceiros (i)	149.383	137.752	143.997
Duplicatas a receber (ii)	17.864	16.897	22.004
Outros créditos - representados por notas de débitos e outros	5.327	3.999	4.352
Vendas à vista de lojas (a ser depositado)	2.322	7.326	4.296
Ajuste a valor presente (AVP)	(2.327)	(2.204)	(2.488)
	172.569	163.770	172.161
Provisão para perdas esperadas de crédito	(3.247)	(3.025)	(9.001)
	169.322	**160.745**	**163.160**

(i) As operações com cartões de crédito de terceiros podem ser pagas em até 10 parcelas sem juros e sem encargos financeiros.
(ii) As vendas a prazo para pessoa jurídica são realizadas por meio de emissão de duplicatas podendo ser pagas em até três parcelas, sem incidência de encargos financeiros.

Qualidade de créditos

Parte substancial das vendas é realizada por meio de cartões de crédito de diversas bandeiras. A Empresa considera baixo o risco de crédito e adota como política, baixar diretamente para o resultado os créditos vencidos, considerados de improvável realização. Em 2019, foram baixados recebíveis e respectivas provisões para perda no montante de R$2.090 (R$8.773 e R$1.347 em 2018 e 2017, respectivamente).
Foi constituída provisão para perda esperada de crédito, baseada na média histórica de perdas, sendo apurada com base em estudos conjuntos do setor financeiro e do setor contábil da Empresa, nos últimos cinco exercícios. Assim a Empresa concluiu que o risco de perdas é equivalente a 1,80% em 2019 (1,87% e 0,91% em 2018 e 2017, respectivamente) do total das contas a receber, sendo então constituída a provisão de R$2.312 (R$2.797 e R$8.770 em 2018 e 2017, respectivamente), a qual a Administração da Empresa julga suficiente para cobrir perdas esperadas.
A distribuição por vencimento dos recebíveis está apresentada abaixo:

	2019	2018	2017
A vencer	167.395	158.513	158.011
Vencidos até 30 dias	1.604	3.564	5.639
Vencidos de 31 até 60 dias	847	44	635
Vencidos de 61 até 90 dias	87	48	205
Vencidos de 91 até 360 dias	1.681	134	388
Vencidos acima de 360 dias	955	1.467	7.283
	172.569	**163.770**	**172.161**

A movimentação da provisão para perdas esperadas de crédito foi como segue:

	2019	2018	2017
Saldo inicial	3.025	9.001	1.578
Constituição de provisão	2.312	2.797	8.770
Baixa por perda efetiva do contas a receber	(2.090)	(8.773)	(1.347)
Saldo final	**3.247**	**3.025**	**9.001**

Ajuste a valor presente

O valor presente é calculado com base na taxa de desconto de 0,60% ao mês em 2019 (0,62% e 0,78% em 2018 e 2017, respectivamente), que seria aplicada pela tesouraria da Empresa, caso ocorressem antecipações dos recebíveis com as instituições financeiras.

7. Estoques

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Mercadorias para revenda			
nos centros de distribuição	186.105	155.372	122.644
nas lojas	360.081	269.413	226.239
Acordos comerciais	(21.086)	(13.447)	(10.684)
Ajuste a valor presente (AVP)	(4.573)	(3.674)	(6.597)
Provisão para obsolescência	(481)	(249)	(482)
	520.046	**407.415**	**331.120**

A movimentação da provisão de obsolescência não foi relevante entre os exercícios.

O valor presente das compras de produtos, não vendidos em 2019 foi calculado considerando a taxa de 0,69% ao mês, (0,70% a.m. e 1,14% a.m. em 2018 e 2017, respectivamente) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização.

8. Impostos a recuperar

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Créditos de ICMS-ST a recuperar (i)	350.289	274.550	225.726
ICMS-ST a recuperar - operações correntes (saldo credor)	2.804	1.114	479
Créditos extemporâneos de PIS/COFINS a recuperar (ii)	257.332	25.722	-
PIS/COFINS a recuperar	13.253	10.257	6.664
Antecipação IRPJ/CSLL	8.894	-	-
PIS/COFINS a recuperar – aquisição de imobilizado	4.464	3.575	3.185
Total	**637.036**	**315.218**	**236.054**
Circulante	342.805	315.218	236.054
Não circulante	294.231	-	-

(i) ICMS substituição tributária
A partir de 10 de abril de 2008, conforme Decretos Estaduais nos 52.847 e 52.942, vários produtos comercializados passaram a ser tributados observando o regime de substituição tributária.

O valor do ICMS pago antecipadamente (incluso nas notas fiscais dos fornecedores) é contabilizado em rubrica específica do ativo, sendo levado a resultado na conta "Impostos incidentes sobre vendas" quando do faturamento pela venda dos respectivos produtos. Para as saídas interestaduais o imposto começou a ser recuperado em julho de 2011. Em 2019, o montante recuperado foi de
R$83.091 (R$75.681 e R$67.687 em 2018 e 2017, respectivamente), conforme legislação específica. Os valores relativos ao ICMS-ST são utilizados apenas após a obtenção do código “hash”, informado pela SEFAZ, e preferencialmente para pagamento a fornecedores.

(ii) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS
A Empresa possui duas ações ajuizadas discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente pagos a tal título, conforme segue:

Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100: discute-se o direito da Empresa referente aos fatos geradores ocorridos antes da vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, já foi obtida decisão judicial favorável definitiva, transitada em julgado em 28/02/2019, autorizando a compensação dos valores indevidamente recolhidos de PIS e de COFINS, no período de 28/11/2002 até 31/12/2014; neste caso vale ressaltar que apesar do Mandado haver sido ajuizado em 2010, a sentença judicial considerou que os valores foram recolhidos indevidamente desde 2002, porque já havia sido o período apresentado em juízo um Protesto Interruptivo de Prescrição em 2007.

Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100: discute-se o direito da Empresa referente aos fatos geradores ocorridos após a vigência da Lei n. 12.973/2014. Nesta ação, foi concedida a medida liminar (em 15/12/2017) para autorizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS a COFINS, tendo este provimento sido confirmado em sentença proferida em 14/02/2019. Com esteio nessas decisões, foi efetuada a referida exclusão do ICMS, da seguinte forma: (a) por meio de reconhecimento de créditos extemporâneos, em relação ao ano de 2018, e (b) diretamente na apuração, a partir de 2019.

Como o Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100 teve trânsito em julgado de forma definitiva em 28 de fevereiro de 2019, quando a Empresa identificou créditos totais de PIS/COFINS no montante total de R$257.607 sendo R$142.391 relativos aos valores originais como outras receitas operacionais e R$115.216 relativos à atualização monetária e juros como receitas financeiras.
Após o registro inicial, estes créditos tributários continuam sendo atualizados com base à SELIC, sendo que no exercício foram registrados R$6.557 como resultados financeiros. Os efeitos tributários incidentes sobre os créditos (principal) foram registrados em mesma data como imposto diferido passivo. Em 30 de setembro de 2019, a Empresa protocolou o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil.

A Administração identificou riscos de recuperabilidade sobre os créditos que foram reduzidos em R$14.845, estes créditos potenciais foram avaliados como ativo contingente e, portanto, não registrados. Para este crédito potencial complementar, a Administração está preparando documentação suporte para o pedido de habilitação junto às autoridades fiscais.

Portanto o saldo apresentado na rubrica PIS/COFINS a recuperar, está assim composto:

Reconhecimento do crédito em 2018 - Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100	38.578
Crédito utilizado em pagamentos de PIS/COFINS	(12.856)
Saldo em 31/12/2018	25.722
Reconhecimento de créditos de transações de 2019	43.581
Reconhecimento do crédito em 2019 - Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	257.607
Redução de créditos potenciais não registrados no Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	(14.845)
Atualização monetária dos créditos (após o registro inicial) referentes ao Mandado de Segurança n. 0011786-06.2010.4.03.6100	6.557
Crédito compensado em obrigações de PIS/COFINS	(61.290)
Saldo em 31/12/2019	257.332

O efeito dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança n. 5027247-83.2017.4.03.6100 descritos na movimentação da conta acima foram registrados através da redução do valor da própria despesa na rubrica “PIS e COFINS sobre vendas”, redutora das vendas brutas.

9. Partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo não circulante			
Adiantamentos e conta corrente			
Spiral do Brasil Ltda. (i)	-	5.836	-
Contratos de mútuo			
Sócios-quotistas (ii)	422.608	348.143	270.153
Blantys Participações Ltda. (ii)	4.624	3.795	3.286
	427.232	**357.774**	**273.439**
Passivo circulante			
Fornecedores			
KA Solution – Tecnologia	839	650	541
Spiral do Brasil Ltda - fornecedores	2.024	-	1.801
Spiral do Brasil Ltda – risco sacado	130.104	99.384	56.270
Empréstimos com partes relacionadas			
Spiral do Brasil Ltda. (iv)	134.355	24.686	-
Arrendamentos e outras contas a pagar			
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	646	-	-
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	869	-	-
	268.837	**124.720**	**58.613**
Passivo não circulante			
Empréstimos com partes relacionadas			
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. (iii)	15.631	725	8.217
Arrendamentos e outras contas a pagar			
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	5.063	-	-
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	6.593	-	-
	27.287	**725**	**8.217**

(i) Refere-se a adiantamentos e conta corrente com parte relacionada permitindo a importação e produção de materiais comercializados pela Empresa. A conta corrente é sujeita à encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Empresa, que em 2019 ficou entre 0,67% e 1,16% ao mês (entre 0,58% e 1,02% e entre 0,81% e 1,28% ao mês em 2018 e 2017, respectivamente), sem vencimento predeterminado.

(ii) Refere-se a contratos de mútuo classificados no ativo não circulante sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Empresa, que em 2019 ficou entre 0,67% e 1,16% ao mês (entre 0,58% e 1,02% e entre 0,81% e 1,28% ao mês em 2018 e 2017, respectivamente), sem vencimento predeterminado.

(iii) Refere-se a contrato de mútuo com taxa de juros de 0,90% a.m. (0,95% a.m. e 1,50% a.m. em 2018 e 2017, respectivamente), com liquidação em 12 parcelas mensais e consecutivas, sendo 2 parcelas no valor de R$1.400 cada uma, 10 parcelas de R$1.300 cada, e uma parcela final de R$1.131, vencendo a primeira parcela em janeiro de 2020 e a última em dezembro do mesmo ano.

(iv) Em 2019 e 2018 foram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Kalunga concluídas nos respectivos exercícios subsequentes. Os recursos obtidos pela Spiral decorrentes de adiantamentos junto às instituições financeiras foi transferido para a Kalunga, que registrou a obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas. Sendo essa transação um passivo assumido pela Empresa com características de financiamento e consequentemente apresentados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa. A Spiral não cobra juros ou encargos sobre essas transações com a Kalunga.

b) Transações com partes relacionadas

	2019					
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Sócios-quotistas	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	**232.336**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	629	839	-	-
Despesas com tecnologia	-	10.506	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	**-**	**10.506**	**629**	**839**	**-**	**-**
Receitas financeiras – mútuo	831	-	-	-	42.054	412
Despesas financeiras	-	-	(1.103)	-	-	-
Total resultado financeiro	**831**	**-**	**(1.103)**	**-**	**42.054**	**412**

	2018					
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Sócios-quotistas	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	**177.585**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	591	781	-	-
Despesas com tecnologia	-	8.849	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	**-**	**8.849**	**591**	**781**	**-**	**-**
Receitas financeiras – mútuo	817	-	-	-	29.801	315
Despesas financeiras	-	-	(398)	-	-	-
Total resultado financeiro	**817**	**-**	**(398)**	**-**	**29.801**	**315**

	2017					
	Spiral do Brasil Ltda.	KA Solution	DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	Sócios-quotistas	Blantys Participações Ltda.
Compras de produtos para revenda	**156.552**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aluguéis pagos e apropriados	-	-	577	755	-	-
Despesas com tecnologia	-	6.307	-	-	-	-
Total despesas com vendas e administrativas	**-**	**6.307**	**577**	**755**	**-**	**-**
Receitas financeiras – mútuo	707	-	-	-	34.654	345
Despesas financeiras	-	-	(532)	-	-	-
Total resultado financeiro	**707**	**-**	**(532)**	**-**	**34.654**	**345**

c) Relacionamentos com partes relacionadas:

As partes relacionadas listadas nos quadros anteriores correspondem a entidades de controle comum, investidas ou sob influência dos sócios quotistas da Kalunga. A Empresa não possui vínculos societários com estas entidades, seja como investida ou investidora.

- Spiral do Brasil Ltda. – fornecedor de produtos fabricados e importados para revenda. A Kalunga proporciona suporte financeiro através de adiantamentos e mútuos de curto prazo ("conta corrente") para esta empresa;
- Blantys Participações Ltda. – a Empresa não realiza transações operacionais com essa parte relacionada, proporcionando apenas suporte financeiro através de mútuos;
- Ka Solution Tecnologia – parte relacionada que realiza a atividade de desenvolvimento de TI da Empresa;
- DMMG Participações e Empreendimentos Ltda. – Locadora do imóvel da sede administrativa da Empresa. Além da locação, a empresa eventualmente proporciona suporte financeiro através de contratos de mútuos;
- Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. - locadora do imóvel da loja situada no bairro de Sacomã (São Paulo);

As condições e preços das transações entre as partes relacionadas são estabelecidas em acordos entre as entidades. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não houve necessidade de reconhecimento de provisão para perdas esperadas de créditos nas contas a receber de partes relacionadas.

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2019, a título de pró-labore foi de R$180 (mesmos montantes para 2018 e 2017).

d) Avais com partes relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa era avalista: (i) na transação entre a Spiral e a Heildeberg Druckmaschinen AG, firmada em 16 de março de 2016, com vencimentos até março de 2021, com o saldo devedor de R$ 1,4 milhão (R$2,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$3,1 milhões em 31 de dezembro de 2017); (ii) em contratos de FINIMP da Spiral, para aquisição de mercadoria, com o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de R$ 24,5 milhões, com vencimentos entre janeiro e setembro de 2020 (R$ 0,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, com vencimento em junho de 2019); e (iii) em cartas de crédito para importação com o Banco Santander (Brasil) S.A., com vencimentos entre janeiro e setembro de 2020, no valor de R$ 10,8 milhões (R$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, com vencimentos entre abril e julho de 2019).

10. Depósitos judiciais

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Processos tributários - PIS/COFINS (i)	7.928	7.928	-
Processos trabalhistas	586	498	550
Processos cíveis	363	363	527
	8.877	**8.789**	**1.077**

(i) Para mitigar possíveis efeitos do auto de infração descrito na Nota 16, a Administração decidiu depositar em juízo os valores de créditos de PIS e COFINS tomados sobre as despesas consideradas insumos (taxa de cartões, material de embalagens, despesas com telefones e depreciação de maquinas e equipamentos) referentes ao período de jan/2016 a jul/2017, e a partir de então parou de tomar os créditos.

11. Arrendamentos

	Direito de uso	Passivo de arrendamento
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	469.121	(469.121)
Provisão para desmantelamento e devolução de ativos arrendados	4.828	-
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**473.949**	**(469.121)**
Novos contratos	86.908	(86.908)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos.	28.230	(28.230)
Baixa de contratos	(187)	486
Amortização (i)	(74.507)	-
Juros apropriados no exercício (ii)	-	(57.007)
Pagamento de arrendamentos	-	107.632
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**514.393**	**(533.148)**
Circulante	**-**	**(54.167)**
Não circulante	**514.393**	**(478.981)**
Direito de uso, líquidos de amortização	510.348	**-**
Gastos com desmantelamento, líquidos de amortização	4.045	**-**
Total	**514.393**	**-**

(i) Na rubrica direito de uso, estão registrados os contratos de locação da Empresa que se referem a imóveis onde estão instaladas as lojas, centros de distribuição e prédio administrativo. A amortização é calculada em bases lineares pelo prazo vigente do contrato, mais uma renovação, quando aplicável, sendo contabilizada em resultado, conforme sua natureza, em despesa de vendas ou gerais e administrativas, reduzida pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos.

Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 5 a 24 anos e, quando praticamente certa sua renovação, é considerada a renovação por mais 5 anos, sem alterações nos demais termos e condições. Além disso esses contratos determinam que os pagamentos mínimos são reajustados anualmente pelos índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador.

(ii) As despesas de escalonamento de juros sobre os arrendamentos em resultado apresentam-se, reduzida pelo rateio dos créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos de arrendamentos.

A Empresa não possui compromissos relevantes relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor, no exercício de 2019 as despesas relativas a estes arrendamentos foram irrelevantes.

A taxa média ponderada dos juros de empréstimos incremental aplicado no cálculo do desconto a valor presente dos arrendamentos foi de 0,80% a.m. (10% a.a.), apurada sobre as transações históricas de captação de recursos obtida pela Empresa junto a instituições financeiras e ajustes de risco e garantias.

Parte dos contratos de arrendamento da Empresa são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R$2.474.

A Empresa não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O valor de arrendamentos a pagar vincendo a longo prazo está assim distribuído:

	Pagamentos	**Crédito potencial de PIS e COFINS**
De 2021 a 2025	512.437	47.400
De 2026 a 2030	172.513	15.957
De 2031 a 2035	10.212	945
De 2036 a 2040	549	51
Total dos pagamentos mínimos	695.711	64.353
Ajuste a valor presente dos pagamentos mínimos	(216.730)	
Valor presente dos pagamentos mínimos	**478.981**	

Informações adicionais – Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N°02/2019, a Empresa adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

A comparação dos saldos dos fluxos de arrendamentos, com e sem a projeção de inflação, está demonstrada abaixo:

	2019	2020	2021	2022	2023
Passivo de arrendamento					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	533.148	478.981	421.270	356.748	286.365
Projeção Nominal e Taxa nominal	773.287	743.231	700.228	637.064	552.032
Ativo de direito de uso (i)					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	510.348	436.781	365.667	294.553	224.738
Projeção Nominal e Taxa nominal	700.690	603.144	508.060	412.977	319.369
Encargos financeiros					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	57.007	57.836	51.678	44.867	37.279
Projeção Nominal e Taxa nominal	82.743	86.658	82.856	77.117	68.938
Despesa de depreciação e direito de uso (i)					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	74.507	73.568	71.114	71.114	69.815
Projeção Nominal e Taxa nominal	97.448	97.546	95.083	95.083	93.609
Total de despesa					
Projeção Real e Taxa nominal (contabilizado)	130.392	131.404	122.792	115.981	107.094
Projeção Nominal e Taxa nominal	180.191	184.204	177.939	172.200	162.547

(i) projeção considera apenas o componente de direito de uso referente ao fluxo descontado dos pagamentos mínimos de arrendamento.

12. Imobilizado (Reapresentado)

	Imobilizado terrenos	Benfeitorias	Instalações	Equipamentos de informática	Empilhadeiras	Móveis e utensílios	Aeronaves	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total imobilizado
Saldos em 31/12/2016	20.781	42.540	30.036	3.561	2.076	3.202	7.122	149	3.983	1.233	114.683
Custo total	20.781	92.144	53.362	15.493	3.607	6.459	9.152	157	4.340	1.233	206.728
Depreciação acumulada	-	(49.604)	(23.326)	(11.932)	(1.531)	(3.257)	(2.030)	(8)	(357)	-	(92.045)
Valor contábil, líquido	**20.781**	**42.540**	**30.036**	**3.561**	**2.076**	**3.202**	**7.122**	**149**	**3.983**	**1.233**	**114.683**
Aquisição	-	14.896	9.614	3.434	80	690	-	2	1.549	265	30.530
Baixas	-	(954)	-	-	-	-	-	-	(993)	-	(1.947)
Depreciação	-	(11.209)	(5.103)	(2.207)	(299)	(607)	(353)	(9)	(472)	-	(20.259)
Transferências	-	-	43	-	-	7	-	-	190	(240)	-
Saldos em 31/12/2017	**20.781**	**45.273**	**34.590**	**4.788**	**1.857**	**3.292**	**6.769**	**142**	**4.257**	**1.258**	**123.007**
Custo total	20.781	102.194	63.019	18.927	3.687	7.156	9.152	159	5.086	1.258	231.419
Depreciação acumulada	-	(56.921)	(28.429)	(14.139)	(1.830)	(3.864)	(2.383)	(17)	(829)	-	(108.412)
Valor contábil, líquido	**20.781**	**45.273**	**34.590**	**4.788**	**1.857**	**3.292**	**6.769**	**142**	**4.257**	**1.258**	**123.007**
Aquisição	-	18.603	11.077	2.272	530	2.063	-	-	2.091	901	37.537
Baixas	-	(618)	-	-	-	-	-	-	-	-	(618)
Depreciação	-	(12.781)	(6.087)	(2.302)	(294)	(684)	(353)	(8)	(721)	-	(23.230)
Transferências	-	-	-	-	44	-	-	-	464	(508)	-
Saldos em 31/12/2018	**20.781**	**50.477**	**39.580**	**4.758**	**2.137**	**4.671**	**6.416**	**134**	**6.091**	**1.651**	**136.696**
Custo total	20.781	119.774	74.096	21.199	4.261	9.219	9.152	159	7.641	1.651	267.933
Depreciação acumulada	-	(69.297)	(34.516)	(16.441)	(2.124)	(4.548)	(2.736)	(25)	(1.550)	-	(131.237)
Valor contábil, líquido	20.781	50.477	39.580	4.758	2.137	4.671	6.416	134	6.091	1.651	136.696
Aquisição	-	29.138	24.353	2.586	2.250	2.167	-	-	749	1.530	62.773
Baixas	-	(918)	-	-	-	-	-	-	(780)	-	(1.698)
Depreciação	-	(12.960)	(7.860)	(2.410)	(392)	(852)	(353)	(8)	(1.141)	-	(25.976)
Transferências	-	48	1.529	-	-	86	-	-	105	(1.768)	-
Saldos em 31/12/2019	**20.781**	**65.785**	**57.602**	**4.934**	**3.995**	**6.072**	**6.063**	**126**	**5.024**	**1.413**	**171.795**
Custo total	20.781	147.105	99.978	23.785	6.511	11.472	9.152	159	7.715	1.413	328.071
Depreciação acumulada	-	(81.320)	(42.376)	(18.851)	(2.516)	(5.400)	(3.089)	(33)	(2.691)	-	(156.276)
Valor contábil, líquido	**20.781**	**65.785**	**57.602**	**4.934**	**3.995**	**6.072**	**6.063**	**126**	**5.024**	**1.413**	**171.795**

A Empresa não identificou indícios que indicassem potencial não recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 os valores de R$4.515, R$2.595 e R$2.086, respectivamente, relativos aos bens do ativo imobilizado foram dados em garantias dos empréstimos e financiamentos

13. Fornecedores

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fornecedores nacionais – terceiros	728.848	602.317	489.467
Fornecedores nacionais - parte relacionadas	2.863	650	2.342
Fornecedores nacionais – risco sacado com terceiros	2.847	628	3.740
Fornecedores nacionais – risco sacado com partes relacionadas	130.104	99.384	56.270
Ajuste a valor presente (AVP)	(15.533)	(13.285)	(18.992)
	849.129	**689.694**	**532.827**

O ajuste a valor presente para 2019 foi calculado considerando a taxa de 0,69% ao mês, (0,70% a.m. e 1,14% a.m. em 2018 e 2017, respectivamente) apurada como a taxa média do custo incremental dos empréstimos históricos, sem garantias, e são classificadas nessa rubrica até o momento de sua realização.

A Empresa disponibiliza a seus fornecedores e para a parte relacionada Spiral a possibilidade de realização de uma operação triangular com instituições financeiras denominada “risco sacado”. Essa operação possibilita que os fornecedores, desde que previamente aprovados pela Empresa, antecipem o recebimento de suas faturas junto a instituições financeiras, mediante desconto por uma taxa de juros pactuada entre as partes. Cabe salientar que estes títulos são mantidos na avaliação do ajuste a valor presente.

Durante exercício de 2019 foram antecipados R$49.888 pelos fornecedores terceiros que geraram uma receita de comissão à Empresa de R$2.797 (no exercício de 2018 foram antecipados R$66.699 e a receita foi de R$3.170 e no exercício de 2017 foram antecipados R$55.275 e a receita foi de R$2.827, registrada como receita financeira, líquida do custo de impostos incidentes.

14. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional:	Juros Incidentes	Vencimento	2019	2018	2017
			(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Capital de giro	Capital de giro- nacional- variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1,19% a 2,80% a.a.	Set/2024	638.714	575.108	489.617
Compror	Compror (financiamento de compras) - variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1.19% ao ano.	Jun/2021	977	1.500	2.121
Finame-BNDES	FINAME-BNDES - variação de metade da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) + 5% a.a., e variação de metade da taxa SELIC + 5,08% a.a.	Fev/2021	249	639	1.132
Outros financiamentos	Aquisição de bens do imobilizado - incidem juros de 13,5385% a.a.	Nov/2024	3.420	1.994	1.912
			643.360	**579.241**	**494.782**
Circulante			148.701	213.230	153.677
Não circulante			494.659	366.011	341.105

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	2019	2018	2017
2019	-	-	108.483
2020	-	127.765	81.227
2021	147.410	111.559	65.912
2022	135.187	85.267	85.483
2023	133.051	41.420	-
2024	79.011	-	-
	494.659	**366.011**	**341.105**

Em garantia dos contratos de capital de giro e Compror, foram concedidas cédulas de crédito bancário avalizadas pelos sócios-quotistas e mais recebíveis de cartões de crédito em 20% a 25% do saldo devedor do empréstimo (dependendo da instituição financeira) e, a critério do credor, caso o saldo de garantia de recebíveis não atenda aos limites contratados, a instituição financeira tem o direito a retenção de recebíveis até os limites de garantias estipuladas, nos períodos apresentados os limites de garantias foram atendidas.

Já nos contratos de FINAME e outros financiamentos as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos sócios quotistas.

Os contratos não possuem cláusulas restritivas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada na Nota 27.3.

15. Obrigações fiscais

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
IRRF a recolher	1.393	1.144	961
ISS de terceiros a recolher	121	139	85
CSLL / PIS / COFINS e IOF a recolher	221	200	174
Impostos sobre vendas e serviços a recolher	16.751	10.372	14.434
Total de impostos a pagar	**18.486**	**11.855**	**15.654**
Parcelamento PIS/COFINS -PERT	**8.026**	**8.436**	**8.652**
Total de obrigações fiscais	**26.512**	**20.291**	**24.306**
Circulante	19.289	12.616	16.371
Não circulante	7.223	7.675	7.935

Em setembro de 2017, a Empresa aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/17, para pagamento de auto de infração, relativo a créditos de PIS/COFINS, relativos ao período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Com a adesão, a multa aplicada foi reduzida em 40% e os juros em 80%, sendo parcelado em 150 parcelas mensais e consecutivas, vencida a primeira em 30/09/2017 e a última em 31 de janeiro de 2030.

A partir de então, a Empresa deixou de tomar determinados créditos, porém ajuizou ação contra a Receita Federal do Brasil - RFB com o objetivo de recuperá-los. Com objetivo de minimizar os efeitos de possíveis novos autos de infração em relação as operações do ano de 2016 e parte do ano de 2017 foram efetuados depósitos judiciais.

Valor total do parcelamento – PERT	9.117
Atualização monetária	186
Pagamentos realizados	(651)
Em 31 de dezembro de 2017	**8.652**
Atualização monetária	525
Pagamentos realizados	(741)
Em 31 de dezembro de 2018	**8.436**
Atualização monetária	438
Pagamentos realizados	(848)
Em 31 de dezembro de 2019	**8.026**
Circulante	803
Não circulante	7.223

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2019	2018	2017
2019	-	-	716
2020	-	761	716
2021	803	761	716
2022	803	761	716
2023	803	761	716
2024	803	761	716
2025	803	761	716
2026	802	761	716
2027	802	761	716
2028	802	761	716
2029	802	761	716
2030 (i)	-	65	59
	7.223	**7.675**	**7.935**

(i) As parcelas vincendas em 2030, foram pagas antecipadamente em 2019.

16. Receita diferida

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)		
Garantia estendida e seguros para roubo, furto e quebra acidental (i)	3.093	9.325	6.945
Adiantamentos recebidos (ii)	480	447	77
	3.573	**9.772**	**7.022**

(i) O seguro de garantia estendida tem como objeto garantir ao segurado (cliente da Kalunga) a reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de evento amparado pelas condições gerais da apólice de seguros. Pelas vendas do seguro de garantia, a Kalunga é remunerada entre 50% a 70% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro de garantia estendida, registrando tal recebimento na rubrica “Receita diferida ". Findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela seguradora (até o quinto dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços".

A Empresa iniciou em 2019 também a comercialização de seguro para roubo, furto e quebra acidental, o qual garante ao segurado (cliente da Kalunga) a indenização, reparação ou a substituição do bem segurado, em caso de sinistros amparados pelas condições gerais da apólice de seguros.

Pelas vendas desta modalidade, a Kalunga é remunerada em 49% sobre o valor do prêmio líquido (deduzidos IOF, PIS e COFINS). A Kalunga recebe dos clientes o valor total do contrato de seguro contra roubo, furto e quebra acidental, registrando tal recebimento na rubrica “Receita diferida". As apurações têm frequência em regime mensal, e findo o prazo de aceitação e aprovação da transação pela Seguradora (até o décimo dia útil do mês subsequente ao da cobrança, conforme estipulado em contrato), é efetuada a emissão da nota fiscal de serviços e o seu valor levado à rubrica "Venda de serviços"

(ii) Trata-se de adiantamentos recebidos para publicações de propagandas na Revista Kalunga.

17. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

a) Provisão para perdas prováveis

Foram constituídas provisões sobre as causas que os assessores jurídicos consideram como perda provável, demonstradas a seguir:

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Trabalhistas	1.999	2.373	1.550
Cíveis	863	669	3.224
Tributários	6.871	4.118	-
	9.733	**7.160**	**4.774**

Contingências trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex--colaboradores, requerendo indenizações e verbas previdenciárias incorporadas.

Contingências cíveis

As causas cíveis se referem a reclamações efetuadas por consumidores dentro do âmbito do Código de Defesa do Consumidor.

Contingências tributárias

As causas tributárias se referem a autos de infração e indeferimento de compensações de créditos de PIS e COFINS.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	Trabalhistas	**Cíveis**	Tributários	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-
Provisão	1.550	3.224	-	4.774
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**1.550**	**3.224**	**-**	**4.774**
Provisão (reversão)	1.433	(2)	4.118	5.549
Pagamentos	(610)	(2.553)	-	(3.163)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**2.373**	**669**	**4.118**	**7.160**
Provisão	2.380	1.018	2.753	6.151
Pagamentos	(2.754)	(824)	-	(3.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.999**	**863**	**6.871**	**9.733**

b) Contingências avaliadas como perda possível, não provisionadas

Os processos judiciais com estimativas de perdas possíveis, por natureza, representam os seguintes montantes:

Natureza	2019	2018	2017
Cível	6	197	5.237
Trabalhista	2.188	2.860	3.191
Tributário	100.128	7.039	-
	102.322	**10.096**	**8.428**

Os valores relacionados a causas tributárias em 31 de dezembro de 2019 se referem substancialmente a:

i) Auto de infração lavrados durante o exercício de 2017 sobre créditos de PIS e COFINS tomados pela Empresa no montante de R$7.250; e

ii) A Empresa, amparada na posição de seus assessores jurídicos, não adicionou a atualização monetária dos créditos extemporâneos da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS (Nota 8), na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nem na base de tributação de PIS e COFINS. Os assessores jurídicos avaliaram que, em caso de autuação, o risco de perda é possível. O montante relativo a esse risco tributário é de R$92.878.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 830.000.000 quotas, com valor nominal de R$0,01 cada, sendo 50% detido por cada um dos quotistas. Não houve alteração na composição de capital nos exercícios de 2019, 2018 e 2017.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Empresa não possuía capital social autorizado.

Conforme divulgado na Nota 32, em 14 de outubro de 2020, a Empresa foi convertida em Sociedade Anônima, neste ato as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

b) Distribuição de lucros

Em 2019 foi aprovada a distribuição de lucros no montante de R$85.000 (R$67.000 e R$55.000 em 2018 e 2017, respectivamente), liquidados através de compensação com o saldo devedor de mútuo mantido com os sócios quotistas (Nota 9).

19. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital da Empresa, a Administração pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice do grau de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, os quais podem ser assim sumariados:

	2019	**2018**	**2017**
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	643.360	579.241	494.782
Menos - caixa e equivalentes de caixa	(32.048)	(15.603)	(4.118)
Dívida líquida	**611.312**	**563.638**	**490.664**
Total do patrimônio líquido	180.361	24.626	25.635
Total do capital	**791.673**	**588.264**	**516.299**
Índice de alavancagem financeira - %	77,22	95,81	95,03

20. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2019	**2018**	**2017**
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Vendas brutas de produtos	2.838.230	2.527.323	2.206.065
Venda de serviços	9.550	8.310	7.677
Ajuste a valor presente (AVP)	(18.057)	(16.868)	(19.244)
Devoluções	(46.572)	(42.781)	(39.151)
ICMS sobre vendas	(468.217)	(414.911)	(351.011)
PIS e COFINS sobre vendas	(215.626)	(191.978)	(201.398)
ISSQN sobre vendas de serviços	(456)	(412)	(382)
Receita líquida	**2.098.852**	**1.868.683**	**1.602.556**

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	2019	2018	2017
Lojas	1.853.367	1.644.077	1.397.731
Digital	242.049	222.449	203.513
Copy & Print	3.436	2.157	1.312
	2.098.852	**1.868.683**	**1.602.556**

21. Despesas com vendas

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Salários e encargos sociais	209.653	175.567	151.998
Amortização de direito de uso de arrendamentos (i)	68.708	-	-
Depreciação e amortização	24.140	21.682	18.980
Taxa de cartão de crédito	33.205	30.067	25.165
Propaganda e publicidade	32.208	28.585	16.960
Aluguéis	39.801	116.710	105.673
Energia elétrica, água e telefone	19.527	15.872	13.463
Fretes com vendas	16.494	14.942	14.344
Imposto predial e taxas de funcionamento	12.892	10.948	9.453
Despesas com manutenção	10.433	10.566	9.189
Despesas com ICMS/ICMS Difal	7.652	6.498	222
Serviços de terceiros	4.301	6.265	7.263
Materiais de embalagem	5.375	4.891	3.943
Impressos e material de escritório	3.265	2.680	2.453
Royalties	3.183	2.848	1.828
Provisão para perdas esperadas do contas a receber	2.312	2.796	8.771
Quebra de caixa	226	228	328
Indenizações - outros processos	3.002	4.308	319
Pró-labore	90	90	90
Outras despesas	10.064	8.092	6.780
	506.531	**463.635**	**397.222**

(i) Esse montante compreende R$74.133 de amortização de direito de uso dos arrendamentos e gastos com desmantelamento (Nota 11), líquido de R$5.424 de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos

22. Despesas gerais e administrativas

.	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Serviços de terceiros	22.073	15.418	14.741
Salários e encargos sociais	20.827	18.181	16.221
Provisão (reversão) de contingências e despesas de indenizações	(181)	(1.732)	4.774
Manutenção	1.701	2.108	1.253
Depreciação e amortização	2.675	2.959	2.682
Amortização de direito de uso de arrendamentos	375	-	-
Energia elétrica, água e telefone	485	368	327
Aluguéis	219	721	706
Pró-labore	90	90	90
Legais e tributárias	181	68	8.698
Outras despesas	2.401	1.726	1.704
	50.846	**39.907**	**51.196**

23. Outras receitas operacionais, líquidas

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Crédito extemporâneo – PIS e COFINS (i)	128.167		
Outras receitas	3.900	613	4.025
	132.067	**613**	**4.025**

(i) Reconhecimento do ganho de causa transitada e julgada de ação ajuizada discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Vide Nota 8.

24. Resultado financeiro

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Despesas financeiras			
Juros sobre passivo de arrendamento (ii)	(53.036)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(50.322)	(43.484)	(60.796)
Encargos bancários s/saldo devedor	(3.878)	(1.677)	-
Juros s/ antecipação de cartão de crédito	(1.484)	(1.296)	(1.327)
Juros s/ empréstimos c/ partes relacionadas	(1.103)	(398)	(532)
Juros de mora sobre impostos	(832)	(1.178)	(866)
IOC/IOF	(8.136)	(3.523)	(2.733)
Descontos concedidos	(955)	(773)	(541)
Despesas bancárias	(5.792)	(2.611)	(2.681)
Atualização provisão perdas PIS e COFINS	(621)	-	-
Ajuste a valor presente de fornecedores	(49.466)	(50.041)	(67.639)
Outros	(745)	(244)	(267)
	(176.370)	**(105.225)**	**(137.382)**
Receitas financeiras			
Juros de contratos de mútuo (partes relacionadas)	43.297	30.933	35.706
Juros ativos	7.323	1.628	3.523
Descontos obtidos	34	40	143
Rendimento de aplicações financeiras e operações de liquidez imediata e comissões sobre operações de risco sacado	4.480	3.501	3.788
Ajustes a valor presente de contas a receber	17.934	17.152	22.608
Variação monetária	839	47	68
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(2.334)	(1.675)	(2.009)
Atualização monetária PIS / COFINS (i)	121.773	-	-
	193.346	**51.626**	**63.827**
Resultado financeiro	**16.976**	**(53.599)**	**(73.555)**

(i) Atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS do ganho de causa transitada e julgada de ação ajuizada discutindo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, líquido de impostos incidentes. Vide Nota 8.

(ii) Esse montante compreende R$57.007 de juros de arrendamento (Nota 11), líquido de R$3.971 de PIS e COFINS.

25. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) Conciliação da taxa efetiva

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	302.286	99.589	63.852
Despesa de imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	(102.777)	(33.860)	(21.710)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva			
Créditos de PIS e COFINS	41.192	-	-
PAT - Programa de alimentação do trabalhador	435	348	287
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(95)	(131)
Imposto calculado sobe a parcela isenta do adicional de 10%	25	24	24
Outras adições e exclusões permanentes	(426)	(15)	(625)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	**(61.551)**	**(33.598)**	**(22.155)**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(29.408)	(34.041)	(27.436)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(32.143)	443	5.281
	(61.551)	**(33.598)**	**(22.155)**
	20,36%	33,74%	34,70%

b) Diferido

A composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos está abaixo demonstrada:

	2019	2018	2017
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Provisão para perdas esperadas de créditos	1.104	1.029	3.060
Provisão para perdas de estoques	164	85	164
Provisões para contingências trabalhistas e cível	3.309	2.434	1.623
Ajuste a valor presente	(2.935)	(2.518)	(3.368)
Arrendamentos	6.337	-	-
Diferença de taxa de depreciação	(245)	(408)	(155)
Ganho de causa exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 8)	(43.577)	-	-
Bonificação de estoques não realizados	7.169	4.572	3.633
Outros	2.320	635	429
Imposto de renda diferido (passivo) ativo líquido	**(26.314)**	**5.829**	**5.386**

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos está abaixo demonstrada:

	2019	2018	2017
Saldo inicial imposto de renda diferido ativo	5.829	5.386	105
Constituição (reversão) no resultado do exercício	(32.143)	443	5.281
Saldo final imposto de renda diferido ativo (passivo)	**(26.314)**	**5.829**	**5.386**

26. Resultado por quota

O cálculo do lucro líquido básico e diluído por quota é feito por meio da a divisão do lucro líquido da Empresa pela quantidade média ponderada de quotas existentes no exercício.

Conforme mencionado na Nota 30, os sócios quotistas aprovaram em 14 de outubro de 2020 a conversão da Empresa de sociedade limitada para sociedade por ações. As 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

Conforme requerido pelo CPC 41 / IAS 33 - Resultado por ação, os cálculos do lucro básico e diluído por quotas foram ajustados retrospectivamente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 para refletir o novo número de ações.

A Empresa não possuía instrumentos diluidores do lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

	2019	2018	2017
Lucro líquido do exercício	240.735	65.991	41.697
Quantidade média ponderada de quotas no exercício	500.000.000	500.000.000	500.000.000
Lucro por quota – básico e diluído (expressos em Reais)	0,4815	0,1320	0,0834

27. Instrumentos financeiros

27.1 Gestão de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de

mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço.

Risco de taxa de juros

A Empresa está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre equivalentes de caixa e sobre os empréstimos e financiamentos que têm suas taxas atreladas substancialmente à variação do CDI. Os parcelamentos de impostos estão atrelados substancialmente à Selic.

No caso dos empréstimos e financiamentos, o risco associado decorre da possibilidade de aumento nas taxas de juros que resultem em acréscimo das despesas financeiras. Já para as aplicações financeiras, o risco decorre da possibilidade de redução nas taxas de CDI que diminuam as receitas financeiras. A Empresa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A análise de sensibilidade demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019:

				Resultado financeiro		
	Risco	**2019**	**Taxa**	**Cenário provável** (i)	**Cenário 25%**	**Cenário 50%**
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Alta do CDI	5.876	CDI	261	327	392
Partes relacionadas	Alta do CDI	427.232	CDI	26.446	31.252	36.058
Empréstimos e financiamentos de partes relacionadas - DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	Alta do CDI	(15.631)	CDI	(696)	(869)	(1.043)
Empréstimos e financiamentos capital de giro e Comproor	Alta do CDI	(639.691)	CDI	(28.466)	(35.583)	(42.699)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP e Selic	(249)	TJLP e Selic	(11)	(14)	(17)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	(8.026)	Selic	(361)	(451)	(542)
Total		**(230.489)**		**(2.827)**	**(5.338)**	**(7.851)**

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 31 de dezembro de 2019 (4,45% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável da SELIC, foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 27 de dezembro de 2019 (4,50% a.a.). Para o cenário provável da TJLP, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site do Itaú BBA para 2020 (4,55% a.a.).

b) Risco de crédito

A política de vendas da Empresa está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de créditos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber, o qual atualmente não é significativo, pois parte substancial das vendas é realizada à vista, ou, por meio de cartão de crédito, onde o risco de crédito é substancialmente com as administradoras de cartões.

Para caixa e equivalentes de caixa, a Empresa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa apresentava passivo circulante líquido de R$201.087 (R$104.676 em 31 de dezembro de 2018 e R$17.892 em 31 de dezembro de 2017).

O endividamento está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos com terceiros e com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2019	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	849.129	-	-	-	849.129
Passivo de arrendamento	54.167	327.617	151.364	-	533.148
Empréstimos com partes relacionadas	134.355	-		15.631	149.986
Empréstimos e financiamentos	148.701	494.659	-	-	643.360
Total	**1.186.352**	**822.276**	**151.364**	**15.631**	**2.175.623**

Em 31 de dezembro de 2018	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	689.694	-	-	-	689.694
Empréstimos com partes relacionadas	24.686	-	-	725	25.411
Empréstimos e financiamentos	213.230	366.011	-	-	579.241
Total	**927.610**	**366.011**	**-**	**725**	**1.294.346**

Em 31 de dezembro de 2017	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Prazo indefinido	Total
Fornecedores	532.827	-	-	-	532.827
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	8.217	8.217
Empréstimos e financiamentos	153.677	341.105	-	-	494.782
Total	**686.504**	**341.105**	**-**	**8.217**	**1.035.826**

d) Instrumentos derivativos

A Empresa não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos de risco. Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

27.2 Classificação dos instrumentos financeiros

	Classificação	Hierarquia Valor Justo	2019	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 2	32.048	15.603	4.118
Contas a receber	Custo amortizado	Nível 2	169.322	160.745	163.160
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	427.232	357.774	273.439
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	8.877	8.789	1.077
			637.479	**542.911**	**441.794**
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	849.129	689.694	532.827
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	643.360	579.241	494.782
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	533.148	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	149.986	25.411	8.217
			2.175.623	**1.294.346**	**1.035.826**

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

27.3 Mudanças nas atividades de financiamento

	2019					
	Em 1º de janeiro de 2019	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações, cancelamentos de contratos e remensurações	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2019
Passivo de arrendamento	469.121	(50.625)	(57.007)	114.652	57.007	533.148
Empréstimos e financiamentos	579.241	(680.092)	(48.698)	742.587	50.322	643.360
Empréstimos com partes relacionadas	25.411	(197.101)	(1.103)	321.676	1.103	149.986
	1.073.773	**(927.818)**	**(106.808)**	**1.178.915**	**108.432**	**1.326.494**

	2018					
	Em 1º de janeiro de 2018	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2018
Empréstimos e financiamentos	494.782	(156.852)	(43.357)	241.184	43.484	579.241
Empréstimos com partes relacionadas	8.217	(77.551)	(399)	94.746	398	25.411
	502.999	**(234.403)**	**(43.756)**	**335.930**	**43.882**	**604.652**

	2017					
	Em 1º de janeiro de 2017	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Em 31 de dezembro de 2017
Empréstimos e financiamentos	484.463	(397.211)	(59.121)	405.855	60.796	494.782
Empréstimos com partes relacionadas	6.179	(5.676)	(531)	7.713	532	8.217
	490.642	**(402.887)**	**(59.652)**	**413.568**	**61.328**	**502.999**

28. Transações que não afetam caixa

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	2019	2018	2017
Arrendamento financeiro (CPC 06 R1)	-	-	161
Distribuição de lucros aos quotistas abatido do mútuo a receber de partes relacionadas	85.000	67.000	55.000
Adoção inicial arrendamentos (CPC 06 R2) e provisão de desmantelamento	473.949	-	-
Arrendamentos contratados durante o exercício e provisão de desmantelamento	86.908	-	-
Remensuração de arrendamentos	28.230	-	-
Baixa de contratos de arrendamento	299	-	-

29. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa mantém cobertura de seguros para o ativo imobilizado, estoques e despesas fixas de um ano, como a seguir indicados, para cobrir os riscos de eventuais sinistros:

(a) Estabelecimentos comerciais (lojas) - incêndio, raio, explosão e outros eventos da natureza, no montante total de R$779.466 (R$681.407 em 2018), com um limite máximo garantido de R$95.000 (o mesmo em 2018); Centros de Distribuição no montante total de R$412.462 (R$214.214 em 2018), com um limite máximo garantido de R$160.000 (o mesmo em 2018).

(b) Demais riscos, incluindo responsabilidade civil, nos montantes máximos de R$3.167 (o mesmo em 2018).

(c) Seguro aeronáutico no montante limite de US$13 milhões de dólares americanos (o mesmo em 2018), equivalentes a R$52.399 (R$50.364 em 2018) em 31 de dezembro de 2018.

30. Eventos subsequentes

a) COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do Coronavírus (COVID-19) configura uma pandemia em escala global. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Empresa.

Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde a Empresa opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores, culminaram no fechamento temporário das lojas físicas a partir de 20 de março de 2020. Durante o período em que as lojas permaneceram fechadas as vendas ocorreram apenas nos canais de vendas virtuais, isto é, e-commerce e televendas.

A Empresa adotou uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19 em suas operações, incluindo:

(i) instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Empresa a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia de COVID-19;

(ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Empresa tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia;

(iii) otimização do estoque do CD Clientes, que efetua todo o atendimento das vendas dos

canais virtuais em quantidade julgada suficiente para fazer frente ao crescimento desse canal de vendas, e eventual desaceleração da indústria ou redução de fornecimento;

(iv) alinhamento com prestadores de serviços de logística, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;

(v) reforço do número de colaboradores tanto do CD Clientes, quanto do SAC e do atendimento virtual, através de realocação de colaboradores de outras áreas;

(vi) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes.

(vii) negociações individuais com seus colaboradores, para aplicação de reduções de jornada, conforme a MP 936/20.

Nenhum ajuste foi efetuado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, visto que informações sobre a letalidade da doença e impactos financeiros provocados pela pandemia não eram indicadores presentes naquela data. Entretanto, para fins de divulgação, seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/200, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, a Empresa revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

(i) Perdas estimadas do contas a receber

A partir de 20 de março 2020, por determinações governamentais, a Empresa teve suas operações negativamente afetadas pela COVID-19, dado que foi obrigada a cumprir com o fechamento das lojas físicas. Por conta disso, ainda que a Administração da Empresa não tenha feito alterações nas práticas comerciais, acabou ocorrendo uma migração das vendas das lojas físicas para os canais digitais, sobretudo o e-commerce. Em decorrência desta migração, a Empresa acabou sendo alvo de fraudes em compras efetuadas com cartões de crédito em que os detentores não reconheciam a transação, apesar de tomar todas as medidas aplicáveis, incluindo a utilização de diferentes serviços de verificação de dados e de proteção contra fraudes. Dada a natureza e histórico de recuperação destas disputas, a Administração da Empresa decidiu por baixar para o resultado R$831 relativos ao 1º trimestre de 2020 e R$880 ao 2º trimestre de 2020.

Com a reabertura gradual das lojas físicas, a Administração da Empresa notou uma gradativa queda no faturamento dos canais digitais. No entanto, conseguiu manter o faturamento em patamares superiores ao verificado no ano de 2019. Dado que a Administração da Kalunga pretende continuar com esta prática, espera-se que no 2º semestre de 2020 a Kalunga possa ser alvo de novas fraudes de cartão de crédito. Sendo assim, a Administração da Kalunga calculou em 0,95% o percentual do faturamento dos canais digitais via cartões de crédito que poderiam se tornar uma provisão para perda esperada de créditos.

Adicionalmente, a Administração da Empresa percebendo que os efeitos do COVID-19 trariam choques adversos sobre a economia brasileira e as empresas em geral com uma potencial

deterioração do crédito, passou a adotar medidas nas vendas faturadas para atenuar estes efeitos, entre elas:

- em abril de 2020, no pico do isolamento, o índice de atraso de 01 a 30 dias foi de 6,81%, um dos maiores da série histórica desde o "movimento dos caminhoneiros" em 2018. No entanto, após 90 dias remanescia o saldo de apenas 1,12%, resultando na recuperação de 83% desta carteira;
- iniciou em abril de 2020 um processo de concessão de prorrogação, processo este terminado em junho. Esta ação envolveu 253 empresas (500 títulos), totalizando R$ 542 mil, com prazo médio de 39 dias de prorrogação;
- o índice de cumprimento das prorrogações foi de 92% e para os casos de descumprimento foi utilizada uma estratégia e abordagem de cobrança mais incisiva que a habitual;
- o fato positivo e inusitado desta ação foi que praticamente 100% das empresas, com compromisso de prorrogação firmados para os meses abril e maio, liquidaram seus débitos; e
- no mês de julho, foi registrado o índice de atraso de 01 a 30 de 2,09%: o melhor índice para este período até a presente data.

Desta forma, percebe-se que ainda que fosse esperada uma piora no índice de atraso, a ação efetiva da Administração da Empresa durante a pandemia mitigou esse risco. Os percentuais de recuperação históricos da Kalunga para as diferentes faixas de Vencidos e A Vencer – Faturado continuaram servindo de base para o cálculo da PECLD.

No 2º trimestre de 2020, a Empresa verificou um aumento no saldo de Vencidos Total. Por conta desta deterioração, a Administração viu a necessidade de complementar a PECLD deste período. Para calcular o novo percentual, tomou como base a expectativa de faturamento no 2º semestre de 2020 nas modalidades de Vendas Faturadas e Vendas pela Internet com Cartões de Crédito e histórico de recuperação de créditos vencidos.

Face a esse fato, a Empresa optou por reconhecer um aumento na perspectiva de perdas, cujo impacto na provisão para créditos de liquidação duvidosa foi de R$2.479 (R$5.726 em 30/09/20 e R$3.247 em 31/12/19), apresentando um crescimento de 76%.

Em relação ao total das contas a receber de clientes, a provisão em 30/09/20 equivale a 3,67%, enquanto em 31/12/19 equivalia a 1,88%.

(ii) Valor de recuperação dos estoques

Em relação ao valor de recuperação dos estoques, a Empresa não apurou nenhuma oscilação relevante em relação aos custos de aquisição. Até setembro de 2020, as margens brutas se apresentaram com um aumento de 0,8 pontos percentuais de 34,1% para 34,9%.

(iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente

Dado o cenário atual de taxa básica de juros (Selic em 2,0%), todas as taxas de juros utilizadas em 2020 tiveram uma redução de praticamente 50%, quando comparadas com dezembro de 2019, como seguem:

(Taxa mensal em %)	30/09/2020	30/06/2020	31/03/2020	31/12/2019
Taxa de juros – AVP Clientes	0,37%	0,50%	0,50%	0,78%
Taxa de juros – AVP Fornecedores	0,36%	0,49%	0,58%	0,62%

(iv) Realização de imposto de renda diferido ativo;

Refere-se basicamente ao imposto incidente sobre adições temporárias, normais a atividade da Empresa. Não foi observada nenhuma evidência que possa afetar a sua realização.

(v) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso de arrendamentos.

Não foi observada nenhuma evidência que afete a recuperação desses ativos.

Como resultado dessa revisão, a Empresa não identificou ajustes que deveriam ser divulgados nessa nota explicativa, para serem reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020.

b) Aumento de capital

Em 1º de setembro de 2020, foi efetuado um aumento de capital pelos quotistas no montante de R$23.171, através de parte reserva de lucros acumulados. Foi mantida a participação de 50% detido por cada um dos sócios quotistas.

c) Cisão parcial

Conforme alteração e consolidação do contrato social datada de 1º de setembro de 2020, foi efetuada a cisão parcial de acervo líquido contábil, que foi transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.

O acervo líquido contábil transferido foi no montante de R$23.171, e está representado em sua integralidade por ativo imobilizado (representado por imóveis, veículos e imobilizado em andamento).

d) Deferimento de pedido de habilitação de crédito

Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório Nº 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100).

e) Alteração da Empresa de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações

Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Empresa de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

f) Aquisição da Spiral

Em 29 de outubro de 2020, a Empresa firmou contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia (em conjunto com os "Vendedores") para a aquisição de 100% das quotas da Spiral, no valor total de R$106.250.

O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito detido pela Kalunga contra os Vendedores, na forma dos artigos 368 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

A conclusão de referida transação está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Empresa, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Kalunga. Sendo assim, a Empresa espera que a transação esteja concluída e em vigor na data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações, ocasião em que a Kalunga passará à condição de acionista controlador da Spiral.

O preço da aquisição das quotas da Spiral foi definido com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente, datado de 22 de setembro de 2020, que apurou valor de R$106.250 para a Spiral, utilizando como critério de avaliação o método do fluxo de caixa descontado.

***

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5
2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7
3.2 - Medições Não Contábeis 8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 12
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 13
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 15
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 16
3.7 - Nível de Endividamento 17
3.8 - Obrigações 18
3.9 - Outras Informações Relevantes 19

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 20
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 60
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 62
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 66
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 67
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 68
4.7 - Outras Contingências Relevantes 69

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 70

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 71

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 75

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 78

5.4 - Programa de Integridade 85

5.5 - Alterações significativas 91

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 92

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 93

6.3 - Breve Histórico 94

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 96

6.6 - Outras Informações Relevantes 97

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 98

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 105

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 106

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 107

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 119

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 120

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 128

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 129

7.8 - Políticas Socioambientais 130

7.9 - Outras Informações Relevantes 131

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 132

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 133

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 134

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 135

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 136

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 137

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 138

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 150

9.2 - Outras Informações Relevantes 151

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 152

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 190

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 196

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 197

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 201

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 203

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 204

10.8 - Plano de Negócios 205

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 207

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 209

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 210

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 211

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 222

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 227

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 230

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 231

12.7/8 - Composição Dos Comitês 234

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 236

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 238

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 241

12.12 - Outras informações relevantes 243

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 245

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 252

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 256

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 257

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 260

13.6 - Opções em Aberto 261

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 262

13.8 - Precificação Das Ações/opções 263

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 264

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 265

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 266

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 267

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 269

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 270

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 271

13.16 - Outras Informações Relevantes 272

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 275

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 279

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 280

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 282

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 285

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 286

15.3 - Distribuição de Capital 287

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 288

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 289

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 290

15.7 - Principais Operações Societárias 291

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 293

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 294

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 296

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 301

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 303

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 305

17.2 - Aumentos do Capital Social 306

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 307

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 308

17.5 - Outras Informações Relevantes 309

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 310

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 311

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 313

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 314

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 315

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 316

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 317

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 318

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 319

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 320

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 321

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 322

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 323

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 324

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 325

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 326

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 327

20.2 - Outras Informações Relevantes 328

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 329

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 332

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 334

21.4 - Outras Informações Relevantes 335

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**José Roberto Menezes Garcia**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Felipe de Albuquerque Campos**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

José Roberto Menezes Garcia, brasileiro, casado, empresário, na qualidade de Diretor Presidente da Kalunga S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o n. 43.283.811/0001-50, com sede e foro na Rua da Mooca, 766, 4º e 5º andares, Mooca, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03104-010 ("Companhia"), declara que:

a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.

b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.

c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

JOSÉ ROBERTO MENEZES GARCIA
Diretor Presidente

1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Felipe de Albuquerque Campos, brasileiro, casado, administrador de empresas, na qualidade de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Kalunga S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o n. 43.283.811/0001-50, com sede e foro na Rua da Mooca, 766, 4º e 5º andares, Mooca, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03104-010 ("Companhia") declara que:

a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.

b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.

c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

FELIPE DE ALBUQUERQUE CAMPOS
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	15/10/2019
Descrição do serviço contratado	Serviços profissionais relativos à: i) auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e revisões limitadas das informações financeiras trimestrais (ITRs) relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2020, três e seis meses encerrados em 30 de junho de 2020 e três e nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020. Todas anteriores preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”) e serviços executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e revisão; e ii) procedimentos previamente acordados no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao item (i) acima foi de R$1.265 mil; e ao item (ii) acima foi de R$1.300 mil.
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Drayton Teixeira de Melo	15/10/2019	515.710.054-04	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733000, Fax (11) 25733000, e-mail: drayton.melo@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2 que não tenham sido evidenciadas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	161.252.000,00	180.361.000,00	24.626.000,00	25.635.000,00
Ativo Total	2.263.908.000,00	2.486.310.000,00	1.412.477.000,00	1.141.428.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	1.321.816.000,00	2.098.852.000,00	1.868.683.000,00	1.602.556.000,00
Resultado Bruto	461.330.000,00	710.620.000,00	656.117.000,00	581.800.000,00
Resultado Líquido	4.062.000,00	240.735.000,00	65.991.000,00	41.697.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	500.000.000	500.000.000	500.000.000	500.000.000
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,322504	0,360722	0,049252	0,051270
Resultado Básico por Ação	0,008100	0,481500	0,132000	0,083400
Resultado Diluído por Ação	0,01	0,48	0,13	0,08

3.2 - Medições Não Contábeis

a. Informar o valor das medições não contábeis

(a.1) EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization)*, sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada, e consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pela depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medidas de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais, como medidas de liquidez ou como base para distribuição de dividendos. O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um período ou exercício ajustado para (i) excluir o ganho relativo ao reconhecimento do crédito fiscal decorrente do trânsito julgado de ação ajuizada que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS; (ii) excluir despesas não recorrentes, incluindo honorários de sucesso dos assessores jurídicos da Companhia relacionadas ao crédito de PIS e da COFINS, despesas de assessoria financeira e provisões diversas; e (iii) refletir os pagamentos do passivo de arrendamento relativo à locação de imóveis onde estão instalados as lojas, centro de distribuição e prédio administrativo, decorrentes da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2).

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, tampouco devem ser consideradas isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medidas de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

(Em milhares de Reais, exceto %)	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
EBITDA [1]	**160.224**	**340.028**	**386.633**	**177.828**	**159.070**
Margem EBITDA [1] [2]	12,1%	21,5%	18,4%	9,5%	9,9%
EBITDA Ajustado	**99.857**	**140.146**	157.545	**177.828**	**159.070**
Margem EBITDA Ajustado[3]	7,6%	8,9%	7,5%	9,5%	9,9%

(1) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

(2) A Margem EBITDA foi calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

(3) A Margem EBITDA Ajustado foi calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

3.2 - Medições Não Contábeis

(a.2) Dívida Bruta, Dívida Líquida e Índice de alavancagem financeira

A Dívida Bruta da Companhia refere-se ao total de empréstimos e financiamento.

A Dívida Líquida da Companhia refere-se ao total de empréstimos e financiamentos, deduzido do caixa e equivalentes de caixa.

O Índice de Alavancagem Financeira é calculado pela dívida líquida dividida pelo somatório da dívida líquida e patrimônio líquido.

A Dívida Bruta, Dívida Líquida e o Índice de Alavancagem Financeira não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, Dívida Líquida e o Índice de Alavancagem Financeira de maneira diferente da Companhia.

A Companhia apresenta as seguintes medidas não contábeis referentes à dívida bruta, à dívida líquida e ao grau de alavancagem.

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**
Dívida Bruta	776.704	643.360	579.241	494.782
Dívida Líquida	738.620	611.312	563.638	490.664
Patrimônio líquido	161.252	180.361	24.626	25.635
Índice de alavancagem financeira[1]	82,1%	77,2%	95,8%	95,0%

(1) Refere-se a dívida líquida dividida pelo somatório da dívida líquida e patrimônio líquido.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(b.1) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em milhares de Reais, exceto %)	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Lucro líquido	**4.062**	**242.206**	**240.735**	**65.991**	**41.697**
(+) Resultado financeiro	74.305	-41.607	-16.976	53.599	73.555
(+) Imposto de renda e contribuição social	794	63.147	61.551	33.598	22.155
(+) Depreciação e amortização	81.063	76.282	101.323	24.640	21.663

3.2 - Medições Não Contábeis

EBITDA [1]	**160.224**	**340.028**	**386.633**	**177.828**	**159.070**
(-) Créditos extemporâneos de PIS e COFINS [2]	-	(128.167)	(128.167)	-	-
Despesas não recorrentes[3]	2.409	6.306	6.711	-	-
(-) Pagamento de passivo de arrendamento [4]	(62.776)	(78.021)	(107.632)	-	-
EBITDA Ajustado	**99.857**	**140.146**	**157.545**	**177.828**	**159.070**
Receita líquida	1.321.816	1.578.993	2.098.852	1.868.683	1.602.556
Margem EBITDA [1][5]	12,1%	21,5%	18,4%	9,5%	9,9%
Margem EBITDA Ajustado [6]	7,6%	8,9%	7,5%	9,5%	9,9%

(1) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.
(2) Refere-se a exclusão do ganho relativo ao reconhecimento do crédito fiscal decorrente do trânsito julgado de ação ajuizada que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Para maiores informações vide nota explicativa 7 e 8 às Informações Trimestrais – ITR e demonstrações financeiras da Companhia, respectivamente.
(3) Refere-se a despesas não recorrentes, incluindo: (i) honorários de sucesso dos assessores jurídicos da Companhia relacionadas ao crédito de PIS e da COFINS; (ii) despesas de assessoria financeira; e (iii) provisões diversas.
(4) Refere-se aos pagamentos do passivo de arrendamento relativo à locação de imóveis onde estão instaladas as lojas, centro de distribuição e prédio administrativo, decorrentes da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2).
(5) Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.
(6) Margem EBITDA Ajustado calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

(b.2) Dívida Bruta, Dívida Líquida e Índice de alavancagem financeira

	Em 30 de setembro de	**Em 31 de dezembro de**		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**
Dívida Bruta	**776.704**	**643.360**	**579.241**	**494.782**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(38.084)	(32.048)	(15.603)	(4.118)
Dívida Líquida	**738.620**	**611.312**	**563.638**	**490.664**
Patrimônio líquido	**161.252**	**180.361**	**24.626**	**25.635**
Índice de alavancagem financeira [1]	82,1%	77,2%	95,8%	95,0%

(1) Refere-se a dívida líquida dividida pelo somatório da dívida líquida e patrimônio líquido.

c. Explicar o motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA e a Margem EBITDA são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

3.2 - Medições Não Contábeis

Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social, a depreciação e amortização, a Companhia entende que o EBITDA é o indicador mais apropriado para fins de análises de performance, uma vez que funciona como uma medida geral de desempenho por se aproximar da geração de caixa de sua atividade econômica. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. A Companhia acredita que a utilização do EBITDA como medida de desempenho financeiro pode contribuir para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade da Companhia de cumprir com as obrigações e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA e a Margem EBITDA, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Dessa forma, tais indicadores devem ser utilizados em conjunto com outras medições contábeis para a melhor avaliação do desempenho financeiro da Companhia.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado é a medida não contábil que mais se aproxima da geração de caixa operacional, utilizando-a para medir e avaliar sua performance operacional.

Conforme mencionado anteriormente, a partir do EBITDA foram efetuados ajustes buscando:

(i) eliminar todos os efeitos não recorrentes do resultado, ou seja, efeitos de natureza pontual que não fazem parte da rotina do negócio, como contratação assessorias e remunerações de sucesso (*success fees*) e exclusão de crédito extemporâneo do ICMS na base de PIS/COFINS; e

(ii) excluir os pagamentos de arrendamento decorrentes da adoção a partir de 1º de janeiro de 2019 do IFRS16/CPC06 (R2), visando assim a comparabilidade entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Os passivos de arrendamento, a partir da adoção do IFRS16/CPC06 (R2) (Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos), deixaram de ser contabilizados na forma de despesa de aluguel, aumentando de forma significativa a medição de EBITDA. A norma IFRS16/CPC06(R2) aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, alterou o modelo de contabilização de arrendamentos ao exigir dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. A administração da Companhia decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada como método de transição em 1º de janeiro de 2019. Deste modo, a Companhia optou por não realizar a reapresentação dos exercícios anteriores. Para fins de comparabilidade com períodos anteriores excluímos os pagamentos de arrendamento no exercício de 2019 e nos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e de 2019.

Dívidas Bruta, Dívida Líquida e Índice de alavancagem financeira

A Companhia entende que a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e o Índice de Alavancagem Financeira são medições que contribuem para a compreensão da condição financeira da Companhia, uma vez que medem o nível de alavancagem financeira, um dos indicadores que a Companhia compreende ter papel fundamental para medida do seu desempenho e para execução da estratégia de crescimento dos negócios da Companhia.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

As Informações Trimestrais – ITR individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foram aprovadas pela Administração em 2 de dezembro de 2020.

Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às referidas Informações Trimestrais - ITR, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente, aprovado pela Deliberação CVM nº 593/09.

a) Deferimento de pedido de habilitação de crédito

Em 2 de outubro de 2020, foi emitido pela Receita Federal o Despacho Decisório Nº 1244/2020, que deferiu o pedido da Companhia de habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS (processo 0011786-06.2010.4.03.6100).

b) Alteração da Companhia de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações

Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações, e a alteração da razão social para Kalunga S.A. e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

c) Aquisição da Spiral.

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia (em conjunto com os "Vendedores") para a aquisição de 100% das quotas da Spiral, no valor total de R$106.250 mil.

O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito detido pela Companhia contra os Vendedores, na forma dos artigos 368 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

A conclusão de referida transação está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. Sendo assim, a Companhia espera que a transação esteja concluída e em vigor na data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações, ocasião em que a Companhia passará à condição de acionista controlador da Spiral.

O preço da aquisição das quotas da Spiral foi definido com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente, datado de 22 de setembro de 2020, que apurou valor de R$106.250 mil para a Spiral, utilizando como critério de avaliação o método do fluxo de caixa descontado.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Por se tratar de sociedade limitada nos últimos três exercícios sociais, a Companhia seguia as regras estabelecidas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada de tempos em tempos ("Código Civil") e em seu contrato social. Assim, as informações prestadas pela Companhia sobre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 abaixo são limitadas.

	2019	2018	2017
a. Regras sobre retenção de lucros	Conforme artigo 1.007 do Código Civil, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.	Conforme artigo 1.007 do Código Civil, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.	Conforme artigo 1.007 do Código Civil, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.
a.i. Valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido da Companhia foi de R$240,7 milhões, sendo R$172,0 milhões retidos e R$68,7 milhões distribuídos aos quotistas da conta de Lucro do Exercício.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido da Companhia foi de R$65,9 milhões, sendo R$16,1 milhões retidos e R$49,8 milhões distribuídos aos quotistas da conta de Lucro do Exercício.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o lucro líquido da Companhia foi de R$41,6 milhões, sendo R$36,1 milhões retidos e R$5,5 milhões distribuídos aos quotistas da conta de Lucro do Exercício.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	O percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 71,4%, sendo destinado para a conta de reserva de lucros acumulados.	O percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 24,4%, sendo destinado para a conta de reserva de lucros acumulados.	O percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 86,7%, sendo destinado para a conta de reserva de lucros acumulados.
b. Regras sobre a distribuição de dividendos	Conforme artigo 1.007 do Código Civil, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste	Conforme artigo 1.007 do Código Civil, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste	Conforme artigo 1.007 do Código Civil, o sócio participa dos lucros e das perdas, na proporção das respectivas quotas, mas aquele, cuja contribuição consiste

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.	em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.	em serviços, somente participa dos lucros na proporção da média do valor das quotas.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Conforme artigo 1.078 do Código Civil, a assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social para tratar, entre outras matérias, das contas dos administradores, deliberar sobre o balanço patrimonial e sobre o resultado econômico.	Conforme artigo 1.078 do Código Civil, a assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social para tratar, entre outras matérias, das contas dos administradores, deliberar sobre o balanço patrimonial e sobre o resultado econômico.	Conforme artigo 1.078 do Código Civil, a assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social para tratar, entre outras matérias, das contas dos administradores, deliberar sobre o balanço patrimonial e sobre o resultado econômico.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não aplicável, haja vista que a Companhia era sociedade de responsabilidade limitada no encerramento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.	Não aplicável, haja vista que a Companhia era sociedade de responsabilidade limitada no encerramento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.	Não aplicável, haja vista que a Companhia era sociedade de responsabilidade limitada no encerramento do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.
e. Política de destinação de resultados	A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.	A Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	0,00	240.735.000,00	65.991.000,00	41.697.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	28,500000	75,500000	13,200000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	133,500000	268,000000	162,700000
Dividendo distribuído total	0,00	68.679.824,43	49.853.753,68	5.533.166,37
Lucro líquido retido	0,00	172.054.690,06	16.137.458,89	36.164.028,76
Data da aprovação da retenção	30/09/2020	29/01/2020	28/01/2019	29/01/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00		0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Em 2019, os sócios quotistas da Companhia (na época, sociedade limitada) deliberaram pela distribuição de lucros no valor de R$16.320.175,57 (dezesseis milhões, trezentos e vinte mil, cento e setenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos) à conta de lucros acumulados.

Em 2018, os sócios quotistas da Companhia (na época, sociedade limitada) deliberaram pela distribuição de lucros no valor de R$17.146.246,32 (dezessete milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e quarenta e seis reais e trinta e dois centavos), à conta de lucros acumulados.

Em 2017, os sócios quotistas da Companhia (na época, sociedade limitada) deliberaram pela distribuição de lucros no valor de R$49.466.833,63 (quarenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos), à conta de lucros acumulados.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2020	2.102.656.000,00	Índice de Endividamento	13,03956540	
31/12/2019	2.305.949.000,00	Índice de Endividamento	12,78518638	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		1.185.000,00	1.181.000,00	345.000,00	0,00	2.711.000,00
Empréstimo	Garantia Real		150.661.000,00	324.357.000,00	298.975.000,00	0,00	773.993.000,00
Total			151.846.000,00	325.538.000,00	299.320.000,00	0,00	776.704.000,00

Observação

Em linha com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, item 10.2.3.(g), as dívidas sem garantia real ou flutuante, independente do fato de possuírem garantia fidejussória, foram classificadas como dívidas quirografárias.

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		1.482.000,00	1.492.000,00	695.000,00	0,00	3.669.000,00
Empréstimo	Garantia Real		147.218.000,00	281.105.000,00	211.367.000,00	0,00	639.690.000,00
Total			148.700.000,00	282.597.000,00	212.062.000,00	0,00	643.359.000,00

Observação

Em linha com o Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, item 10.2.3.(g), as dívidas sem garantia real ou flutuante, independente do fato de possuírem garantia fidejussória, foram classificadas como dívidas quirografárias.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Alteração da Companhia de Sociedade Limitada para Sociedade por Ações e conversão das quotas

Em 14 de outubro de 2020, os sócios quotistas aprovaram a conversão da Companhia de uma Sociedade Limitada para uma Sociedade por Ações e a alteração da razão social para Kalunga S.A., e as 830.000.000 quotas foram convertidas em 500.000.000 ações ordinárias.

O número de ações, valor patrimonial por ação e o resultado básico e diluído por ação, informações apresentadas no item 3.1 deste Formulário de Referência, consideram a conversão realizada em 14 de outubro de 2020, conforme requerido pelo CPC 41– Resultado por Ação.

Aquisição de controle da Spiral

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia firmou contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, com Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia (em conjunto, os "Vendedores") para a aquisição de 100% das quotas da Spiral do Brasil Ltda. ("Spiral"), no valor total de R$106.250 mil.

O pagamento da transação de compra das quotas se dará mediante compensação com parcela do crédito detido pela Companhia em face os Vendedores, na forma dos artigos 368 e seguintes da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.

A conclusão de referida transação está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. Sendo assim, a Companhia espera que a transação esteja concluída e em vigor na data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações, ocasião em que a Companhia passará à condição de acionista controladora exclusiva da Spiral.

O preço da aquisição das quotas da Spiral foi definido com base em laudo de avaliação elaborado pela Padrão Consultoria, datado de 22 de setembro de 2020, que apurou valor de R$106.250 mil para a Spiral, utilizando como critério de avaliação o método do fluxo de caixa descontado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento em ações da Companhia envolve um alto grau de risco. Os potenciais investidores devem ler cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos abaixo, bem como as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia e respectivas notas explicativas, antes de tomar uma decisão de investimento com relação às ações de emissão da Companhia. Os negócios, a reputação, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir, entre outros. O preço de mercado das ações de emissão da Companhia pode sofrer uma queda devido à ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nas ações de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Apesar disso, riscos e incertezas adicionais atualmente desconhecidos, ou aqueles que a Companhia considera, na data deste Formulário de Referência, irrelevantes, também podem afetar de maneira significativamente adversa os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e/ou o preço das ações de sua emissão.

Para os fins desta seção "4.1. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a declaração pela Companhia de que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um "efeito adverso" ou um "efeito negativo" para a Companhia, "afetará adversamente" a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um efeito negativo sobre os negócios, a situação financeira, a reputação, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e das suas controladas, direta ou indiretamente, coligadas e controlada em comum, e/ou sobre o preço, liquidez e volume de negociação das ações de emissão da Companhia. O potencial investidor deve interpretar com significado similar e nesse contexto as expressões semelhantes nesta seção "4.1. Fatores de Risco".

Não obstante a subdivisão desta seção "4.1. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.

a) Riscos relacionados à Companhia

A amplitude e maneira em que a pandemia da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde, impactará as atividades da Companhia, bem como a percepção de tal eventual impacto, depende de acontecimentos futuros que são incertos e imprevisíveis e que podem ter um efeito adverso relevante nas atividades, na situação financeira, nos resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia.

No final de 2019, a COVID-19 foi detectada pela primeira vez em Wuhan, China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como uma pandemia em decorrência de sua disseminação global. A pandemia da COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e alterações significativas no mercado, incluindo no setor da Companhia. Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social, que podem continuar por um período significativo. Além disso, vários países que inicialmente conseguiram controlar a transmissão da doença estão passando por uma segunda onda de contágio, o que pode resultar em restrições adicionais às atividades econômicas e em incerteza por períodos prolongados.

A pandemia da COVID-19 também resultou em volatilidade substancial nos maiores mercados financeiros e indicadores econômicos no mundo e no Brasil, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e *spreads* de crédito. Por exemplo, em decorrência do aumento da volatilidade, as

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

negociações na B3 foram interrompidas por *circuit breakers*[1] oito vezes em março de 2020 e o valor dos ativos na bolsa foi afetado adversamente. As preocupações do mercado podem resultar em diminuição da liquidez e do acesso a financiamentos nos mercados local e internacional, o que pode afetar a Companhia de maneira significativamente adversa.

As medidas adotadas por autoridades governamentais em todo o mundo, incluindo o Brasil, para estabilizar os mercados e apoiar o crescimento econômico podem não ser suficientes para controlar o aumento da volatilidade ou evitar reduções severas nas atividades econômicas. Além disso, as medidas de distanciamento social impostas por autoridades governamentais para controlar a pandemia da COVID-19 causaram redução acentuada e, em certos casos, suspensão das atividades de empresas em diversos setores com os quais a Companhia faz negócios, incluindo seus fornecedores. No Brasil, tais medidas foram aplicadas de modo geral nas esferas estadual ou municipal, e espera-se que determinado grau de restrições permaneça em vigor, com a possibilidade de retomada de restrições adicionais no futuro próximo. Essas políticas e medidas impactaram a confiança e o comportamento do consumidor e o comportamento da população em geral, bem como a demanda por produtos e serviços. Essas medidas também resultaram em diminuição e, em certos casos, em suspensão das atividades de empresas em diversos setores, incluindo o setor de varejo.

A Companhia não pode prever a amplitude, a duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia da COVID-19, nem das medidas auxiliares anunciadas pelo governo brasileiro até o momento. Além disso, não há eventos comparáveis recentes que possam orientar a Companhia quanto aos efeitos da disseminação da COVID-19 e/ou de uma pandemia global. Assim, a amplitude e duração do impacto da pandemia da COVID-19 ou de surto de doença semelhante permanecem altamente incertos.

Especificamente, a Companhia não pode prever os efeitos diretos e indiretos que a pandemia da COVID-19 e a resposta do governo brasileiro à pandemia terão nas suas atividades, em seus resultados operacionais e nas sua situação financeira, incluindo, dentre outros impactos e consequências imprevistas, o impacto adverso (i) na situação financeira e resultados operacionais da Companhia, assim como sobre as tendências e perspectivas econômicas gerais ou seu impacto no capital, investimentos, recursos financeiros e liquidez da Companhia, (ii) nas atividades futuras da Companhia, (iii) nas despesas da Companhia ou no acesso da Companhia a capital e financiamentos; (iv) nas contingências ou prejuízos relevantes da Companhia relacionados à pandemia da COVID-19; (v) nas alterações de decisões relacionadas a aspectos contábeis em decorrência de informações novas ou revisadas; (vi) no montante total da redução da demanda por bens e serviços e nas interrupções dos canais de vendas, especificamente aqueles afetados por medidas de distanciamento social; (vii) na cadeia de fornecedores da Companhia; (viii) na proporção dos custos em relação à receita da Companhia; (ix) nas incertezas econômicas e sociais gerais, incluindo aumentos nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, na inflação e no desemprego, e (x) na capacidade da Companhia de cumprir obrigações no âmbito de seu endividamento.

Os resultados da Companhia para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 refletem um impacto significativo da perda de receita de operações de atividades físicas de varejo quando comparado com o mesmo período para o ano de 2019. Para mais informações, ver Seção 10.2 e 10.9 deste Formulário de Referência.

Desde o início da pandemia da COVID-19, as atividades da Companhia foram adversamente afetadas pelo novo ambiente econômico. As lojas da Companhia sofreram redução na circulação de consumidores em decorrência da redução do tráfego nas ruas, além de mudanças nos hábitos de compra dos consumidores. No mês de abril, todas as lojas físicas da Companhia foram fechadas

[1] O **Circuit Breaker** é um mecanismo que trava toda e qualquer operação na bolsa de valores quando há um momento crítico no mercado, seja ele de crise ou de temor, tendo como principal objetivo proteger e acalmar a volatilidade excessiva do Mercado Financeiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a fim de cumprir os decretos municipais e estaduais que buscaram reduzir a taxa de contágio por COVID-19 entre a população. Desde então, gradativamente as lojas físicas da Companhia foram sendo reabertas, com restrições em seu horário de funcionamento e capacidade. Na data deste Formulário de Referência, todas as lojas físicas estão abertas, porém operando com restrições em seu horário de funcionamento e capacidade

Tendo em vista a possibilidade de divergências políticas acerca das estratégias de combate à pandemia, medidas tomadas pela Companhia relacionadas à reabertura de lojas estão sujeitas a interpretações diversas por parte das autoridades públicas, estando sujeitos, inclusive, a Companhia e/ou seus administradores a figurar como investigados em procedimentos de natureza cíveis ou criminais por eventual descumprimento de medidas sanitárias preventivas devido à reabertura e/ou ao funcionamento das lojas da Companhia, os quais podem afetar adversamente a sua reputação. Além disso, não há garantias de que a Companhia não será obrigada a adotar medidas adicionais ou a voltar a fechar temporariamente suas lojas físicas no futuro, podendo resultar em um impacto adverso relevante em seus resultados futuros.

A Companhia não pode estimar os impactos que a pandemia da COVID-19 terá sobre a demanda, o desemprego, as atividades econômicas e/ou a duração do ambiente econômico atual. Uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, tanto durante a pandemia da COVID-19 quanto depois que a pandemia diminuir, (ii) receio dos consumidores de adoecerem e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes. Todos esses fatores podem impactar adversamente o setor de varejo, diminuir a demanda pelos produtos da Companhia e consequentemente afetar seus resultados. As medidas de restrições à circulação impostas a lojas, bancos, lotéricas, como a restrição de horário de funcionamento, por exemplo, também podem dificultar ou atrasar a realização dos pagamentos devidos por clientes.

A pandemia causada pela COVID-19 acarretou impactos de longo alcance, incluindo fechamentos de fábricas e interrupções nas cadeias de fornecimento locais, regionais e globais, ameaçando a produção de vários bens e a interrupção da cadeia de peças e/ou fornecimento para empresas do setor de varejo. Paralelamente e também em razão das restrições de circulação decorrentes da pandemia de COVID-19, houve grande aumento de demanda de determinados produtos, como notebooks, monitores, mouses, teclados, webcams, cadeiras de escritório e de gamers, smartphones, roteadores, adaptadores, tablets, etc., muitos dos quais tiveram fornecimento reduzido em razão das restrições ou paralisações de produção de fornecedores, em particular o fechamento temporário de fábricas na China. As paralizações de fábricas ao redor do mundo resultaram em escassez de certas matérias-primas, fazendo com que estejam em falta no mercado interno ou a preços superiores aos praticados antes da pandemia, como plástico, PP, PE, papelão, papel Kraft, Madeira MDF, cobre, entre outras, afetando outros setores como os de embalagens em geral.

Atualmente, a cadeia de fornecimento global continua ameaçada e alguns produtores não retomaram o patamar de fornecimento de peças e/ou matérias-primas. Como consequência dessas interrupções, as empresas cuja cadeia de fornecimento depende de produtores externos, incluindo a Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, poderão enfrentar redução em sua receita.

A pandemia também pode causar interrupções relevantes nos negócios e atividades da Companhia no futuro como consequência de, por exemplo, quarentenas, ataques cibernéticos, licença de funcionários em razão de doenças ou outros fatores, como medidas de distanciamento social, restrições de viagens ou outras restrições. Se uma porcentagem significativa dos empregados da Companhia não puder trabalhar, inclusive por motivo de doença ou devido a restrições de viagens ou restrições impostas pelo governo relacionadas à pandemia, as atividades da Companhia poderão ser adversamente afetadas. Adicionalmente, a Companhia também adotou uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos, os quais em sua grande maioria, na data

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

deste Formulário de Referência, ainda operam de forma remota. Um período prolongado de trabalho remoto também pode aumentar os riscos enfrentados pela Companhia, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, que podem prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar e operacionalizar suas atividades.

Haja vista que a pandemia da COVID-19 afeta negativamente as atividades e resultados financeiros da Companhia, tal pandemia também pode ter o efeito de aumentar muitos dos outros riscos descritos nesta seção "4.1. Fatores de Risco", como aqueles relacionados ao nível de endividamento da Companhia, à necessidade da Companhia de gerar fluxos de caixa suficientes para atender seu endividamento e à capacidade da Companhia de cumprir as obrigações assumidas no âmbito dos contratos que regem seu endividamento.

A Companhia acredita, ainda, que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica dos casos, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas.

Além disso, no futuro, podem ocorrer outros surtos regionais e/ou globais de doenças transmissíveis. Caso ocorram, os efeitos que a Companhia sofrerá podem ser semelhantes ou até maiores que os efeitos que está sofrendo em decorrência da pandemia da COVID-19. Para mais informações sobre os impactos da COVID-19 nas operações, resultados operacionais e condição financeira da Companhia, vide itens 3.3, 10.1, 10.2 e 10.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia poderá não conseguir implementar sua estratégia de crescimento, o que poderá afetar de maneira adversa e relevante seus negócios e resultados operacionais.

A implementação da estratégia de crescimento da Companhia depende de fatores críticos, dentre os quais a capacidade da Companhia de: (i) fortalecer sua plataforma de logística e distribuição para apoiar a expansão de seus negócios, o fornecimento de estoque para suas lojas e uma melhor experiência de compra para seus clientes, (ii) adaptar as ofertas de seus produtos e serviços às mudanças nas demandas dos consumidores e nos hábitos de compra, especificamente em meio a circunstâncias adversas, como as criadas pela pandemia da COVID-19, (iii) oferecer um variado e amplo leque de produtos que atendam às necessidades de seus clientes, especificamente à luz das circunstâncias adversas criadas pela pandemia da COVID-19, (iv) aprimorar a experiência do cliente por meio de plataformas de vendas e comércio eletrônico, (v) abrir novas lojas e expandir sua cobertura geográfica, (vi) identificar locais adequados para alugar em condições favoráveis, (vii) obter as licenças e autorizações governamentais necessárias em tempo hábil para a construção e operação de suas lojas físicas, (viii) gerenciar custos de construção e desenvolvimento de novas lojas, (ix) expandir sua carteira de clientes, (x) aumentar as vendas e a rentabilidade de suas operações, (xi) manter o valor de sua marca em relação aos seus concorrentes do setor de varejo de materiais de escritório, e (xii) gerenciar suas atividades de financiamento e o investimento de seus recursos financeiros.

Em decorrência da pandemia da COVID-19 e do atual ambiente econômico, a Companhia não pode garantir que alcançará os objetivos mencionados acima e, portanto, poderá não conseguir implementar sua estratégia de crescimento. Qualquer falha na implementação de sua estratégia de crescimento poderá afetar negativamente e de forma relevante a Companhia, seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia poderá não conseguir manter as sinergias esperadas entre seus canais de vendas, os quais poderão entrar em competição, se tornar economicamente inviáveis e/ou ser objeto de autuações, o que poderá resultar em impacto adverso relevante nos seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As atividades da Companhia no setor de varejo são realizadas por meio de lojas físicas e plataformas digitais, incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas. Com o aumento no uso de computadores, *tablets*, aparelhos de telefone celular e outros dispositivos para fazer compras nas lojas e plataformas online da Companhia, a Companhia tem oferecido versões de seu site para referidos dispositivos (incluindo aplicativos para *smartphones*), além de utilizar as mídias sociais. Caso a Companhia não consiga atrair e reter membros da equipe ou contratar terceiros com as habilidades especializadas necessárias para manter suas plataformas de vendas ou não conseguir implementar em tempo hábil melhorias na tecnologia voltada para o cliente, sua capacidade de competir e seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados. Além disso, se o site da Companhia ou outros sistemas de tecnologia voltados para o cliente não funcionarem conforme projetados, a experiência do cliente poderá ser negativamente afetada, resultando em perda de confiança e satisfação do cliente e, por conseguinte, em perda de vendas, o que poderá afetar adversamente a reputação da Companhia e seus resultados operacionais.

Além disso, a Companhia poderá não conseguir operar em vários canais de forma integrada e complementar em termos comerciais, logísticos, de comunicação, *marketing* e de atendimento, caso em que sua estrutura multicanal (*omnichannel*) poderá ser negativamente afetada, o que pode afetar adversamente os resultados das operações da Companhia. Adicionalmente, seus canais de vendas podem entrar em competição entre si. Caso isso aconteça, a Companhia não será bem-sucedida em sua estratégia de crescimento de seu faturamento e poderá não alcançar os benefícios esperados para seus negócios e atividades. A Companhia poderá incorrer em custos maiores do que os esperados para a integração de seus canais de vendas e as iniciativas *omnichannel* poderão se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à *plataforma omnichannel* no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para suas operações. Qualquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante a estratégia de crescimento e o resultado operacional da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de informação para operacionalizar suas atividades. Problemas nos sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia, a incapacidade da Companhia de acompanhar o desenvolvimento da tecnologia de tais sistemas ou o comprometimento de dados de clientes poderão afetar adversamente suas operações e sua reputação.

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de sistemas e centros de dados, incluindo sistemas de ponto de venda em lojas, sistemas de crédito, sistemas de logística e de comunicação e softwares utilizados para controle de estoque e para gerar relatórios comerciais e de desempenho financeiro. Os sistemas de processamento operacional em tempo real são necessários para garantir níveis adequados de estoque e atendimento ao cliente. Além disso, os sistemas que processam os meios de pagamento empregados pela Companhia são indispensáveis para suas operações, vendas realizadas em lojas físicas e por meio de seus canais digitais.

Os sistemas de informação da Companhia poderão sofrer interrupções devido a fatores que estão além de seu controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus e *softwares* maliciosos, entre outros fatores. Falhas, interrupções ou ineficiências nos sistemas integrados da Companhia poderão resultar na perda de dados pela Companhia ou em sua incapacidade de realizar transações comerciais e, portanto, a Companhia poderá deixar de auferir receitas de vendas, o que a afetaria de forma significativamente negativa. Além disso, quaisquer interrupções significativas que afetem a plataforma digital da Companhia (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas) poderão causar danos à sua reputação, demandar recursos para os reparos necessários e expor a Companhia a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Quaisquer falhas de tais sistemas ou software ou problemas decorrentes de vírus ou *malwares*, também poderão afetar negativamente e de forma inesperada a disponibilidade e precisão do processamento de transações e relatórios de contabilidade financeira da Companhia, bem como sua capacidade de gerenciar suas atividades, resultados operacionais ou necessidades de caixa.

Ainda, a Companhia precisa atualizar e aprimorar continuamente suas tecnologias e, ao fazê-lo, poderá incorrer em despesas adicionais substanciais ou enfrentar problemas de integração, o que poderá afetar negativamente seus resultados operacionais e sua situação financeira. A estratégia da Companhia de longo prazo se baseia em uma integração completa entre os canais de sua plataforma digital (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas) e, para tanto, a Companhia depende de recursos tecnológicos de terceiros. A não disponibilidade ou queda na qualidade desses recursos poderá afetar negativamente o planejamento da Companhia e, por conseguinte, seu resultado operacional e sua situação financeira.

Adicionalmente, os contratos com os prestadores de serviços que fornecem à Companhia os sistemas de informação por ela utilizados preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária pode provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou a sujeitar a multas pecuniárias e outras penalidades. Assim, se a Companhia não adimplir com suas obrigações financeiras sob os referidos contratos, tais serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, as operações e os resultados financeiros da Companhia.

A Companhia poderá enfrentar dificuldades na abertura e operação de novas lojas, o que poderá prejudicar seus planos de expansão e afetar adversamente suas vendas, seus resultados operacionais e suas perspectivas.

O crescimento da Companhia está ligado à sua capacidade de abrir e operar novas lojas, bem como de identificar e tirar proveito de novas oportunidades de negócios, que dependem de vários fatores, muitos dos quais estão além do controle da Companhia. Esses fatores incluem, entre outros, a capacidade de identificar locais adequados para novas lojas, a capacidade da Companhia de negociar locações em condições aceitáveis, a disponibilidade de recursos financeiros ou de financiamentos em condições aceitáveis para abrir e operar novas lojas, o aumento de vendas da Companhia em suas atuais lojas, o desenvolvimento e a eficiência contínuos da plataforma da Companhia de logística e distribuição, levando em consideração a capilaridade da Companhia, a custos aceitáveis para atender às demandas dos clientes e para contratar, treinar e manter pessoal qualificado para as lojas da Companhia, especificamente para cargos de gerência.

Uma vez tomada a decisão de abrir uma nova loja, reformas e preparações poderão sofrer atrasos, interrupções ou envolver aumento de custos ou custos imprevistos, inclusive em decorrência da pandemia da COVID-19, e a Companhia poderá não conseguir financiamentos em termos aceitáveis para abrir novas lojas na medida do necessário. A Companhia também poderá enfrentar dificuldades em oferecer a mercadoria certa que atenda às necessidades e preferências dos clientes em novas regiões. Além disso, as novas aberturas de lojas também exigirão ajustes nos níveis de estoque, o que poderá envolver custos acrescidos, além da contratação, treinamento e manutenção de pessoal qualificado para as lojas, especialmente no nível gerencial. Ainda, quando as inaugurações de novas lojas ocorrerem em mercados em que já existem lojas da Companhia, poderá ocorrer uma redução nas vendas líquidas das lojas já existentes nesses mercados em razão do deslocamento de vendas. Adicionalmente, a capacidade da Companhia de abrir e operar novas lojas poderá ser afetada pelos efeitos contínuos da pandemia da COVID-19. A Companhia poderá não conseguir integrar satisfatoriamente novas lojas em suas atuais operações ou não conseguir obter as licenças e autorizações governamentais necessárias para a abertura de lojas. A não abertura de novas lojas em tempo hábil e de forma econômica, de acordo com planos estratégicos da Companhia, poderá afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A abertura de novas lojas poderá demandar tempo, recursos e atenção adicionais da Companhia, o que poderá resultar em uma queda no desempenho das suas atuais lojas.

O processo de abertura de novas lojas exige tempo, recursos e atenção adicionais por parte da administração da Companhia e fixará demandas crescentes nas estruturas operacionais, gerenciais e administrativas da Companhia. Esses desafios podem resultar em uma queda na eficiência operacional, especialmente na medida em que o foco for desviado para o gerenciamento da expansão da Companhia, o que, por sua vez, poderá causar uma redução no desempenho das atuais lojas da Companhia, de forma individual ou agregada. Além disso, adaptar o modelo de negócios da Companhia a outras regiões do Brasil poderá demandar mais tempo do que o previsto, o que poderá adversamente afetar os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não conseguir manter o ritmo atual do crescimento de vendas, o que poderá impactar adversamente sua situação e resultados financeiros.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas nas atuais lojas da Companhia são: (i) a capacidade da Companhia de prever e endereçar as novas tendências de consumo em tempo hábil, inclusive em relação à manutenção dos níveis de estoque e logística adequados em cada uma de suas lojas; (ii) a capacidade da Companhia de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a capacidade da Companhia de manter e aumentar a confiança e a lealdade do cliente para que os clientes não prefiram as lojas dos concorrentes em relação às lojas da Companhia; (iv) o impacto que as aberturas de novas lojas pode ter nas atuais lojas localizadas nos mesmos mercados geográficos; (v) as condições comerciais e econômicas em geral e nas regiões onde as lojas da Companhia estão localizadas, incluindo fatores que impactam significativamente nos gastos do consumidor; (vi) as mudanças nas políticas de crédito, publicidade e marketing da Companhia; (vii) as táticas de vendas utilizadas pelos concorrentes da Companhia, como preços abaixo do padrão de mercado; (viii) a capacidade e eficiência de distribuição da Companhia e (ix) a concorrência. Além disso, o crescimento futuro de vendas da Companhia depende da ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce*, *online partner store* e *marketplace*, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependem de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo dos clientes da Companhia, podendo impactar o ritmo de crescimento de vendas. Adicionalmente, conforme discutido em outras partes dessa seção "4.1. Fatores de Risco", os volumes de vendas da Companhia podem diminuir em decorrência de pandemias, incluindo as respostas do governo a pandemias, que podem afetar o comportamento do consumidor.

A Companhia não tem controle sobre os fatores listados acima e seus esforços para gerenciá-los poderão ser insuficientes para evitar a queda no desempenho de vendas nas suas atuais lojas, o que poderá afetar adversamente a Companhia de forma relevante. Caso a Companhia não seja capaz de crescer e manter um crescimento anual satisfatório em relação às suas vendas, sua situação e resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

Os resultados operacionais e financeiros da Companhia poderão ser negativamente afetados por flutuações sazonais nas vendas de seus produtos e na oferta de seus serviços.

Os negócios da Companhia estão sujeitos a sazonalidade, com tendência de redução nas vendas em geral no segundo trimestre, após o ciclo de vendas "de volta às aulas" no primeiro trimestre e antes do ciclo de vendas de "volta às aulas" do terceiro trimestre e no ciclo de vendas de férias no quarto trimestre. Portanto, os resultados operacionais da Companhia historicamente flutuam entre trimestres, com vendas e rentabilidade geralmente mais fortes na primeira metade do exercício fiscal do que segunda metade do exercício fiscal. Outros fatores que também podem causar essas flutuações trimestrais incluem: a desaceleração da economia brasileira; a suspensão de qualquer uma das atividades da Companhia ou das atividades dos fornecedores da Companhia; as práticas de preços dos concorrentes da Companhia; os tipos e o conjunto de produtos vendidos; o nível de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

despesas com publicidade e promoção; fatores macroeconômicos que afetem a confiança e os gastos do consumidor; e demais fatores de risco descritos nessa seção, que poderão vir a ser intensificados em decorrência de medidas governamentais restritivas impostas no combate à pandemia da COVID-19. A maioria das despesas operacionais da Companhia, como custos de ocupação e mão-de-obra, não são variáveis. Sendo assim, se as vendas em certos trimestres estiverem abaixo das expectativas, a Companhia poderá não conseguir reduzir proporcionalmente as despesas operacionais de tal trimestre e, portanto, esse déficit de vendas poderá ter um efeito negativo relevante no lucro líquido da Companhia para tal trimestre e para o exercício.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o primeiro trimestre do ano, a Companhia incorre em investimentos e despesas adicionais, tais como o aumento do volume de produtos estocados, das obrigações com fornecedores e da contratação temporária de equipes para as lojas físicas. Qualquer falha nas projeções de demanda da Companhia, ou redução não prevista de demanda, em relação aos produtos que venderá durante o primeiro trimestre de cada ano, pode forçar a Companhia a se desfazer do estoque excedente a preços consideravelmente inferiores ao valor de mercado, além de não recuperar o alto investimento em produtos, serviços e suas despesas com pessoal e publicidade para o período. Por conseguinte, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais e financeiros no período em questão.

Para mais informações sobre a sazonalidade e suas consequências, vide seção 7.3.d deste Formulário de Referência.

A oferta pela Companhia de produtos e serviços de marca própria de entidades do grupo econômico da Companhia expõe a Companhia a riscos que podem resultar em aumento de seu custo e prejudicar a reputação da Companhia.

Os produtos ofertados pela Companhia incluem produtos Kalunga, Spiral e outros produtos de marca própria ou exclusiva de entidades do grupo econômico da Companhia, que representaram aproximadamente 12,8% e 11,2% das vendas da Companhia no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, respectivamente, e que competem com os itens de marcas de outros fabricantes que a Companhia oferece. A venda dos produtos e serviços de marca própria ou exclusiva da Companhia e de seu grupo econômico a expõe a riscos que podem resultar no aumento de seu custo, incluindo riscos de violação de propriedade intelectual de terceiros, propaganda enganosa e reclamações de responsabilidade pelo produto contra a Companhia; aumento de tarifas sobre produtos que a Companhia importa, inclusive à luz da atual incerteza com relação à política comercial da República Popular da China; e questões de cumprimento das normas aplicáveis de importação e exportação. Além disso, a Companhia não pode garantir que agentes, fornecedores, fabricantes ou outros terceiros com quem a Companhia realiza negócios não violem as leis e regulamentos relativos à importação e exportação de mercadorias ou as políticas da Companhia, o que poderia submeter a Companhia a responsabilidades e adversamente afetar suas operações ou seus resultados operacionais. Ao oferecer produtos de marca própria ou exclusiva, a Companhia também possui maior exposição e responsabilidade perante o consumidor por substituições em razão de vícios de produto. Se algum dos clientes da Companhia for prejudicado por produtos ou serviços de marca própria ou exclusiva da Companhia e de seu grupo econômico, estes podem ajuizar ações buscando responsabilizar a Companhia pelo produto ou a Companhia poderá ter que fazer recolhimentos (*recalls*) voluntários ou obrigatórios de tais produtos.

Quanto mais produtos de marca própria ou exclusiva forem oferecidos pela Companhia, mais os riscos acima mencionados aumentam, o que poderá prejudicar a reputação da Companhia e ter um efeito negativo sobre as suas atividades e seu desempenho financeiro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Falhas em avaliar e monitorar os riscos associados à fraude de cartão de crédito poderão prejudicar a reputação e as marcas da Companhia, resultar na aplicação de multas e sanções administrativas e/ou em ações judiciais, afetando-a, portanto, de forma adversa e relevante.

Em 30 de setembro de 2020, aproximadamente 52% das vendas da Companhia eram pagas por clientes por meio de cartões de crédito. De acordo com as políticas de cartão de crédito atuais, a Companhia poderá ser responsabilizada por operações fraudulentas de cartão de crédito na modalidade "cartão não-presente" em suas lojas virtuais. Atualmente, a Companhia assume o risco por operações fraudulentas via cartão de crédito, haja vista que realiza operações na modalidade "cartão não-presente" em suas lojas virtuais e não possui seguro contra esse risco. Além disso, a Companhia está sujeita ao aumento das perdas decorrentes desse tipo de fraude na medida em que aumenta o volume de suas vendas. A falha da Companhia em monitorar operações fraudulentas realizadas por meio de cartão de crédito poderá prejudicar a reputação da Companhia e de suas marcas, podendo resultar em questionamentos de órgãos regulatórios, aplicação de multas e/ou sanções administrativas, bem como ajuizamento de ações judiciais, sendo certo que a ocorrência de qualquer destes riscos poderá afetar a Companhia de maneira adversa e relevante, tanto em sua reputação como em seus negócios, operações e resultados.

As atividades da Companhia dependem de sua reputação e da reputação de suas marcas, conforme percebidas por clientes, fornecedores e distribuidores. A falta de esforços efetivos de publicidade e para manutenção da reputação (incluindo a reputação das marcas) da Companhia poderá afetar negativamente seu desempenho financeiro.

Os esforços de propaganda e marketing da Companhia desempenham um papel crucial na manutenção do trânsito de clientes em suas lojas e plataformas digitais. A falta de esforços efetivos de publicidade para atrair novos clientes ou reter os atuais, a falha das campanhas de propaganda e marketing em alcançar as metas e objetivos esperados ou a interpretação incorreta das respostas dos consumidores às atividades promocionais da Companhia, existentes ou futuras, poderá ter impactos negativos nas suas vendas e rentabilidade, não gerar a desejada valorização da marca da Companhia e, portanto, afetar negativamente seu desempenho financeiro.

A reputação das principais marcas do grupo econômico da Companhia ("Kalunga", "Kalunga.com", "Spiral do Brasil" e "*Copy & Print*") é fundamental para a capacidade da Companhia de manter sua posição no setor de varejo de materiais de escritório, bem como de atrair e reter clientes, fornecedores, distribuidores e profissionais qualificados e estabelecer parcerias. A não detecção, prevenção ou remediação, pela Companhia, de problemas que gerem risco à sua reputação e/ou às suas marcas ou a falha da Companhia em lidar adequadamente com a publicidade ou percepções negativas pode afetar adversamente sua reputação, seus negócios, seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Problemas que podem representar um risco à reputação ou às marcas da Companhia incluem (i) a incapacidade de fornecer uma experiência de e-commerce e entrega à domicílio que atenda às expectativas dos consumidores; (ii) a falha de medidas de segurança cibernética para proteção contra violações de dados; (iii) a responsabilização pelo produto e recolhimentos (*recalls*) de produtos; (iv) a atividade da Companhia em seus canais de mídia social; (v) o mau desempenho operacional ou esportivo ou problemas reputacionais das marcas de terceiros , patrocinados pela Companhia, (vi) o não cumprimento de leis e regulamentações aplicáveis; (vii) acidentes, fraudes; e (viii) os demais riscos referidos nesta seção "4.1. Fatores de Risco" deste Formulário de Referência. Além disso, informações sobre a Companhia que podem ser negativas à sua reputação ou à sua marca, verdadeiras ou não, podem ser publicadas de forma instantânea em plataformas de mídia social a qualquer momento. O dano pode ser imediato, sem que a Companhia tenha a oportunidade de reparação ou correção.

Se a reputação da Companhia e/ou suas marcas forem prejudicadas, se ocorrerem eventos que resultem na redução da confiança dos clientes nas marcas da Companhia ou redução da afinidade

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

destes com as marcas da Companhia, tais marcas poderão ter seu valor reduzido, os clientes da Companhia poderão se recusar a continuar comprando produtos da Companhia, empregados em potencial poderão não estar mais dispostos a trabalhar para a Companhia, parceiros de negócios poderão ser desencorajados de buscar negócios futuros com a Companhia e, por conseguinte, as atividades e os resultados financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados de forma relevante.

Qualquer falha ou incapacidade de proteger as marcas e nomes de domínio da Companhia ou a violação da propriedade intelectual da Companhia por terceiros poderá afetar negativamente e de forma relevante os resultados operacionais da Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende, em parte, da sua capacidade de proteger as atuais e futuras marcas da Companhia, incluindo a marca "Kalunga", e defender os seus outros direitos de propriedade intelectual, com destaque para os nomes de domínio que permitem o acesso à plataforma e ao aplicativo da Companhia.

Eventos como o indeferimento definitivo dos pedidos de registro de marca da Companhia pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI") ou o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia ou, ainda, o reconhecimento de nulidade administrativa dos seus registros marcários podem diminuir o valor das marcas da Companhia, afetar adversamente sua reputação, ou ainda, ocasionar um declínio nas vendas da Companhia.

Nesse sentido, a Companhia não garante que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade. Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir renovar o registro de uma marca em tempo hábil ou que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas existentes ou futuras solicitadas ou licenciadas pela Companhia.

Nesse sentido, cabe ressaltar, que o monitoramento de uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e não há como garantir que terceiros não tenham registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao mesmo mercado de atuação da Companhia.

Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e defender os direitos de propriedade intelectual da Companhia contra usos não autorizados ou violações praticadas por terceiros, e se não obtiver êxito na defesa de tais direitos, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais.

Nesse sentido, a Companhia não garante que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade. Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, veja o item 9.1.b (Bens do ativo não circulante relevantes - outros) deste Formulário de Referência.

A Companhia pode enfrentar desafios com relação à manutenção ou renovação de seus atuais contratos de locação e/ou à celebração de novos contratos de locação em termos e condições favoráveis para suas lojas físicas e centros de distribuição, o que poderá afetar adversamente suas atividades e resultados.

A Companhia loca todos os imóveis das lojas físicas e centros de distribuição. Tendo em vista a importância estratégica da localização das lojas físicas e da rede de distribuição da Companhia, se um número significativo de contratos de locação for rescindido ou não for renovado em termos razoáveis, os negócios da Companhia podem ser adversamente afetados de forma relevante.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Uma redução na atratividade das localizações e shopping centers em que as lojas físicas da Companhia estão localizadas, e/ou o surgimento de condições econômicas adversas em áreas próximas a tais locais podem afetar negativamente as vendas em tais lojas físicas da Companhia e resultar na necessidade de alteração da localização de tais lojas, por meio da celebração de novos contratos de locação.

Além disso, como parte do plano de expansão, a Companhia pretende locar imóveis adicionais a fim de abrir novas lojas ou expandir suas atuais. As áreas desejáveis para novas lojas ou transferência de atuais lojas poderão não estar disponíveis a um custo razoável e a Companhia não pode garantir que conseguirá celebrar tais novos contratos de locação em termos e condições favoráveis para a Companhia.

Os contratos de locação da Companhia são geralmente por prazos que variam de 5 a 10 anos. A Companhia e os proprietários desses imóveis podem não chegar a um acordo sobre a renovação de tais contratos de locação. Nestes casos, a Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991, conforme alterada ("Lei do Inquilinato") permite a renovação dos contratos de locação, desde que celebrados por escrito e com prazo especifico de pelo menos cinco anos, ou de contratos cuja soma dos prazos ininterruptos de vigência seja de cinco anos, por um prazo adicional de cinco anos, desde que a Companhia ajuíze ação judicial entre 1 ano e seis meses antes do término da vigência do contrato de locação e desde que, ainda, a Companhia tenha atuado na mesma linha de negócios por, pelo menos, três anos ininterruptos. A Lei do Inquilinato também prevê que o locador não é obrigado a renovar o contrato de locação se, entre outras condições, (i) as autoridades competentes considerarem que devem ser realizadas obras significativas no local que transformariam significativamente o local ou no caso de tais obras aumentarem o valor do negócio ou do imóvel ou (ii) o imóvel for utilizado pelo locador ou transferido para uma entidade comercial, que já exista há mais de um ano, e que seja detida pelo locador ou por seu cônjuge, seus ascendentes ou seus descendentes. Além disso, alguns dos contratos de locação da Companhia não possuem expressamente as cláusulas de vigência e preferência e não estão registrados e averbados nas matrículas dos imóveis aplicáveis junto aos cartórios de registro de imóvel competentes. Nesse caso, em eventual alienação do imóvel pelo locador, o novo adquirente poderá requisitar a posse do imóvel, momento em que o locatário terá o prazo de 90 dias para desocupar o imóvel. Com relação ao direito de preferência, a jurisprudência possui o entendimento de que este direito é garantido ao locatário de qualquer modo pela Lei do Inquilinato. Assim, caso o contrato de locação não contenha expressamente a referida cláusula e o contrato não se encontre averbado na matrícula do imóvel, em eventual alienação do imóvel pelo locador, sem que tenha sido ofertada a preferência ao locatário, este poderá solicitar perdas e danos em juízo.

Consequentemente, na hipótese de (i) os contratos de locação dos imóveis em que estão localizadas as lojas físicas e centros de distribuição da Companhia serem rescindidos antes do término da sua vigência, (ii) a Companhia não conseguir renovar os referidos contratos de locação, (iii) os eventuais novos proprietários dos referidos imóveis exigirem que a Companhia desocupe o imóvel ou (iv) a Companhia renovar tais contratos de locação em condições desfavoráveis, a Companhia poderá ser obrigada a fechar ou alterar a localização das lojas físicas ou centros de distribuição, o que pode afetar negativamente a Companhia de forma relevante. Além disso, quaisquer ajustes de valor de mercado para pagamentos de aluguel podem resultar em um aumento inesperado nos custos da Companhia.

Do total de lojas físicas da Companhia em 30 de setembro de 2020, cerca de 71% estão localizadas em *shopping centers*/*mini malls* e 29% em pontos comerciais de rua. O risco de rescisão antes do término da vigência dos contratos de locação tende a ser maior em pontos comerciais de rua do que as em lojas físicas em shopping centers.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, parte dos imóveis objeto dos contratos de locação estão onerados objetivando garantir dívidas de terceiros, fato que poderá acarretar a necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer à Companhia o direito de adquiri-lo ou caso os credores dos ônus registrados nas matrículas executarem as garantias em caso de inadimplemento do devedor. Além disso, em caso de alienação fiduciária de imóvel, caso os imóveis onerados tenham sido locados sem a anuência do credor, a locação será considerada válida por apenas 1 (um) ano.

Adicionalmente, a declaração da pandemia da COVID-19 pela OMS levou diversos governos, incluindo no Brasil, a impor políticas de isolamento que resultaram no fechamento do comércio em diversas localidades, além da redução de circulação de pessoas, impactando no volume de vendas físicas e nas relações de aluguel da Companhia. Para mais informações acerca dos impactos causados nas operações da Companhia pela COVID-19, vide fator de risco "A amplitude e maneira em que a pandemia da COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde, impactará as atividades da Companhia, bem como a percepção de tal eventual impacto, depende de acontecimentos futuros que são incertos e imprevisíveis e que podem ter um efeito adverso relevante nas atividades, na situação financeira, nos resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia.

Tendo em vista que as localizações de imóveis representam um fator importante na estratégia de vendas da Companhia, se um número significativo de contratos de locação das lojas físicas e centros de distribuição da Companhia atualmente em vigor não for renovado ou se a Companhia não conseguir celebrar novos contratos de locação para suas lojas físicas e centros de distribuição em condições satisfatórias, a Companhia poderá ser afetada de maneira significativamente negativa.

A Companhia pode não conseguir renovar suas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos, descontar recebíveis ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em condições favoráveis, o que poderá afetar de maneira significativamente negativa sua condição financeira e resultados operacionais e financeiros.

A capacidade da Companhia de captar recursos, inclusive por meio de financiamento de bancos de desenvolvimento, a emissão de títulos (incluindo valores mobiliários) no mercado de capitais ou o refinanciamento de empréstimos existentes, é fundamental para suas operações, para a implementação da sua estratégia e para seu crescimento. A Companhia poderá não conseguir renovar suas atuais linhas de crédito, contratar novos financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais, em todos os casos, em termos favoráveis para atender às suas necessidades ou obrigações financeiras. Para mais informações, ver item 10.1 "f" deste Formulário de Referência.

Os mercados de dívida local e de capitais foram recentemente impactados pelo custo do crédito, por fatores político-econômicos e pela pandemia da COVID-19, entre outros acontecimentos. Esses eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, o custo de financiamentos aumentou, haja vista que muitos credores elevaram as taxas de juros, adotaram padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

Na hipótese de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir títulos nos mercados de capitais ou refinanciar seu endividamento quando necessário, não conseguir obter ou renovar garantias bancárias ou de seguro, ou se tais atividades estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir atender às suas necessidades de capital e obrigações financeiras ou aproveitar as oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No curso normal de suas atividades, a Companhia realiza descontos de recebíveis junto a instituições financeiras para obter capital de giro para suas atividades operacionais. Na impossibilidade de a Companhia continuar a realizar tais descontos, a Companhia poderá não ter liquidez suficiente para manter o nível atual de operações e para honrar seus compromissos financeiros, o que poderá resultar em perdas financeiras para a Companhia e afetar de maneira significativamente negativa seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro e pode optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o capital social da Companhia poderá diluir a participação do investidor no capital social da Companhia.

Ademais, financiamentos futuros poderão não estar disponíveis ou, se disponíveis, poderão não estar disponíveis em termos e condições favoráveis à Companhia, o que poderá afetar negativamente o desenvolvimento dos projetos da Companhia, ou resultar em juros mais altos e outras despesas associadas ao endividamento e maior alavancagem, o que pode afetar de maneira adversa e relevante a situação financeira, os fluxos de caixa e os resultados operacionais da Companhia. Qualquer falta de acesso a capital adicional pode obrigar a Companhia a reduzir ou adiar dispêndios, a alienar ativos ou a reestruturar e refinanciar o seu endividamento, o que poderá restringir o crescimento e desenvolvimento futuros de suas operações e afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

Os centros de distribuição ou centros operacionais da Companhia poderão sofrer danos materiais, sofrer redução, suspensão ou interrupção das operações.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia opera três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo. Uma parte substancial dos produtos que são vendidos pela Companhia, seja por meio de lojas físicas ou da plataforma digital multicanal, é distribuída por meio desses centros. Se as operações dos centros de distribuição da Companhia forem reduzidas, suspensas ou interrompidas devido a (i) reduções significativas em sua infraestrutura de transporte; (ii) redução da capacidade da Companhia de operar em caso de desastres naturais, incêndios, quedas de energia, furto ou roubo, acidentes, falhas de sistema, greves, restrição à circulação de pessoas em decorrência de pandemias (como a pandemia da COVID- 19) ou qualquer outra ocorrência imprevista ou (iii) qualquer outro motivo, a capacidade da Companhia de distribuir produtos para suas lojas pode ser afetada de maneira significativamente adversa.

Além disso, a Companhia pretende abrir novas lojas no âmbito de sua estratégia de crescimento, o que poderá exigir da Companhia a reorganização ou expansão de seus atuais centros de distribuição ou o desenvolvimento de centros de distribuição adicionais, especialmente dado que a Companhia pretende expandir as operações para outras regiões do Brasil. Se a Companhia não conseguir encontrar locais adequados para novos centros de distribuição em novos mercados ou integrar centros de distribuição novos ou expandidos, ou serviços de operações de logística em seu processo de controle de estoque, a Companhia poderá não conseguir entregar estoque para suas lojas em tempo hábil, o que poderá ter um efeito negativo relevante em suas vendas e na sua estratégia de crescimento.

A Companhia poderá ser afetada de maneira significativamente adversa se algum de seus transportadores terceirizados não puder cumprir suas obrigações de entrega para a Companhia

A Companhia contrata transportadores terceirizados para entregar determinados produtos dos seus centros de distribuição às suas lojas físicas ou a seus clientes que adquirem produtos na plataforma digital multicanal. Se algum desses transportadores não cumprir suas obrigações de entrega em tempo hábil (em decorrência de uma falha na cadeia de suprimentos da Companhia,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desastres naturais, acidentes, greves, protestos, medidas tomadas para combater a COVID-19 ou outros fatores que estejam fora do controle da Companhia), os tempos de resposta poderão aumentar, a Companhia poderá enfrentar escassez de estoque nas lojas físicas ou o uso dos serviços on-line da Companhia pode diminuir e, por conseguinte, as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser negativamente afetados de maneira significativa.

Os produtos são transportados dos centros de distribuição às lojas da Companhia e aos endereços indicados pelos clientes por meio de vias terrestres. A infraestrutura e o sistema de transporte terrestre brasileiro são subdesenvolvidos e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e continuem atendendo às necessidades dos negócios da Companhia.

Quaisquer mudanças, problemas ou interrupções na infraestrutura logística que a Companhia ou seus transportadores terceirizados e fornecedores utilizam para entregar produtos às lojas, centros de distribuição e diretamente aos clientes, conforme aplicável, podem impedir a entrega em tempo hábil ou com sucesso dos produtos que são vendidos pela Companhia e afetar negativamente as suas operações. Dentre outros fatores, a rede de distribuição da Companhia é sensível à flutuação dos preços e à disponibilidade de combustível e, portanto, qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

Por exemplo, o desempenho operacional da Companhia foi afetado adversamente pela crise dos caminhoneiros que ocorreu no Brasil em 2018, já que seus negócios dependem diretamente do funcionamento da estrutura rodoviária no país para transporte dos seus produtos.

Além disso, um aumento geral no trânsito de rua poderá afetar a infraestrutura logística da Companhia e, caso normas locais rigorosas para combater o trânsito de rua forem promulgadas e impuserem mais restrições nas entregas de produtos para as lojas ou clientes da Companhia em determinadas horas do dia, a capacidade da Companhia de distribuir produtos em tempo hábil poderá ser afetada.

Parte dos produtos vendidos pela Companhia e das matérias-primas e insumos usados em seus produtos de marca própria ou exclusiva é importada diretamente pela Companhia ou indiretamente por seus fornecedores. Qualquer limitação à capacidade da Companhia de importar produtos poderá restringir a oferta de seus produtos. Flutuações cambiais nos países dos quais a Companhia diretamente importa produtos poderão afetar adversamente seus negócios.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, 7,6% (6,4% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019) dos produtos vendidos pela Companhia, incluindo materiais de escritório (como fragmentadora, grampeadores, grampos, quadro branco), além de mochilas e materiais escolares (estojos, canetas, telas de pintura, folha de Etil, Vinil e Acetato - EVA, entre outros) foram importados e comprados diretamente no mercado externo, como a China. Além disso, produtos que a Companhia adquire de fornecedores no mercado interno podem ser importados por tais fornecedores ou depender de insumos ou matérias-primas importados. Qualquer limitação na capacidade da Companhia de importar tais produtos ou da capacidade de seus fornecedores de importar produtos, matérias-primas ou insumos poderá restringir a oferta de produtos pela Companhia.

No ano de 2020, por exemplo, a pandemia da COVID-19 causou impactos na importação de alguns dos produtos oferecidos pela Companhia, incluindo produtos importados da China, o que afetou e poderá afetar a produção nacional de outros produtos que dependam do mercado externo. Em razão da pandemia da COVID-19, a Companhia poderá não conseguir assegurar aos seus

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

clientes a disponibilidade de determinados produtos, o que poderá nos causar um efeito adverso relevante em suas vendas.

Adicionalmente, flutuações cambiais relacionadas ao real e às moedas dos países dos quais a Companhia e seus fornecedores importam produtos, matérias-primas e insumos poderão resultar em aumento do custo dos produtos vendidos pela Companhia. Nessa hipótese, a Companhia não pode garantir que conseguirá vender seus produtos em condições e preços aceitáveis por seus clientes e, portanto, o volume das vendas da Companhia poderá sofrer impactos adversos relevantes. Flutuações cambiais também poderão afetar as compras de produtos importados financiadas via contratos de empréstimos destinados a importação, haja vista que o valor devido no âmbito de tais empréstimos varia de acordo com a oscilação da moeda estrangeira aplicável.

Qualquer falha do sistema de segurança da Companhia para prevenção a fraudes no comércio eletrônico, proteção das informações confidenciais de seus clientes e de sua respectiva rede poderá acarretar perdas financeiras e ter um impacto negativo sobre sua reputação e sua marca, afetando a Companhia de maneira significativamente negativa.

A transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas e o armazenamento seguro de dados em sistemas conectados a redes públicas é uma preocupação para o comércio eletrônico, a comunicação on-line e a tecnologia da informação, de modo que quaisquer falhas em evitar violações de segurança em tais transmissões poderá impactar negativamente a reputação e as marcas da Companhia. Atualmente, a maioria das vendas da Companhia é diretamente debitada das contas de cartão de crédito e débito de seus clientes. A Companhia depende de criptografia eletrônica de terceiros e tecnologias de autenticação de terceiros para transmitir com segurança informações confidenciais, incluindo números de cartão de crédito. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos podem expor falhas na tecnologia utilizada pela Companhia para proteger os dados pessoais fornecidos por clientes durante as compras.

A Companhia armazena dados pessoais e informações confidenciais de seus clientes em seus bancos de dados, que poderão ser violados se os respectivos sistemas de segurança da informação da Companhia sofrerem ataques cibernéticos. Qualquer comprometimento dos sistemas de segurança da Companhia poderá impactar negativamente sua reputação e suas marcas, expondo a Companhia a processos que podem sujeitar a Companhia ao pagamento de indenização, incluindo em razão de condenação em ações de reparação de danos, o que poderá ter impacto adverso em sua imagem e resultado financeiro. Além disso, indivíduos que conseguirem burlar as medidas de segurança da Companhia poderão se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções nas operações da Companhia, causando um impacto adverso relevante em seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a legislações que podem exigir notificação a órgãos reguladores, clientes ou funcionários, assim como poderá ter que reembolsar clientes ou operadores de cartões de crédito, nos termos das regras dos respectivos arranjos de pagamento, (i) por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao seu sistema de segurança e mecanismos antifraude; ou (ii) por compras não reconhecidas ou não autorizadas por portadores de cartão (*chargeback*), em especial aquelas concluídas por via eletrônica (*e-commerce*), hipóteses em que a Companhia poderia ser obrigada a efetuar a devolução dos recursos aos titulares que poderiam aumentar significativamente os seus custos e reduzir sua atratividade.

Por fim, seus sistemas de informação estão expostos a vírus, *software* maliciosos (*malware*) e outros problemas, como, por exemplo, ataques cibernéticos e fraudes em transações concluídas por via eletrônica (cujo risco poderá ser acentuado com o trabalho remoto durante a quarentena decretada em decorrência da pandemia da COVID-19), que podem interferir inesperadamente nas operações. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios, resultados de operações e perdas financeiras da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Paralisações ou greve dos empregados da Companhia poderão afetar negativamente suas operações e sua imagem.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos e protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, os quais estão sujeitos a renegociações periódicas dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves, paralisações trabalhistas ou outras interrupções trabalhistas em qualquer uma das instalações da Companhia ou eventos similares que interrompam qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia de bens ou serviços poderão ter um efeito adverso relevante nas atividades e na situação financeira da Companhia.

A Companhia poderá estar exposta a responsabilidades decorrentes de acidentes que ocorram em suas dependências, o que pode causar danos materiais e à imagem de suas lojas e marcas, além de poder resultar em responsabilidade civil.

A Companhia está sujeita ao risco de acidentes nas dependências de suas lojas podem causar danos substanciais aos consumidores e pessoas que visitam ou trabalham em tais lojas. Caso ocorra algum acidente de tal natureza, a Companhia poderá sofrer perdas, redução da circulação de clientes e danos à sua reputação em razão de desconfiança e insegurança geradas. Além disso, acidentes podem submeter a Companhia à responsabilidade civil e/ou à obrigação de ressarcimento de vítimas, inclusive por meio de pagamento de indenização, o que poderá ter um efeito negativo relevante nos seus negócios, imagem e situação financeira.

A Companhia poderá ser negativamente afetada pelo vencimento, obsolescência, quebra ou furto de seu estoque.

A Companhia armazena seus produtos em centros de distribuição. Produtos com excesso de estoque nos centros de distribuição da Companhia poderão se tornar obsoletos até que sejam usados para reabastecer os suprimentos de alguma de suas lojas. Além disso, o manuseio e armazenamento incorretos dos produtos pode resultar em sua quebra ou mau funcionamento, afetando adversamente a receita da Companhia. A Companhia também está sujeita a furtos do estoque nos seus centros de distribuição e dentro de suas lojas. A perda de produtos, em decorrência de qualquer um desses eventos, poderá afetar a Companhia de maneira adversa e relevante.

A Companhia poderá estar sujeita a decisões desfavoráveis relacionadas a processos judiciais, administrativos ou de arbitragem, bem como a fiscalizações e autuações, que podem interromper ou limitar significativamente suas operações, resultar em julgamentos desfavoráveis, acordos ou multas, e, portanto, afetar adversamente seus resultados e sua reputação.

A Companhia e seus administradores são e poderão, no futuro, inclusive em conjunto com as controladas e controladores da Companhia, ser parte em conflitos administrativos, judiciais e de arbitragem ou outras investigações envolvendo questões na esfera cível, fiscal, societária, regulatória, ambiental, trabalhista, concorrencial, penal, dentre outras. A Companhia e seus administradores não podem garantir que os resultados desses processos lhes serão favoráveis ou que os provisionamentos parciais ou totais em valor suficiente para atender a todas as responsabilidades incorridas nesses processos serão feitos e/ou mantidos. O envolvimento da Companhia e seus administradores nos referidos processos, especialmente aqueles de natureza relevante e que possam causar dano à imagem, bem como decisões desfavoráveis no âmbito desses processos, poderão restringir a capacidade Companhia de conduzir seus negócios, exigir pagamentos substanciais que não tenham sido provisionados, afetar adversamente os seus negócios, sua situação financeira e sua reputação. Para mais informações, ver Seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, a Companhia também está sujeita a fiscalizações periódicas e regulares ou eventuais investigações e denúncias por órgãos governamentais, incluindo a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e o Ministério Público do Trabalho, em relação à conformidade de suas práticas com as obrigações legais trabalhistas, incluindo situações envolvendo a saúde e segurança no trabalho. Tais fiscalizações podem resultar em multas administrativas e ações judiciais que podem afetá-la de forma relevante e adversa. No âmbito de inquéritos civis ou ACPs, a Companhia pode figurar como compromissária em Termos de Ajustamento de Conduta ("TAC") com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – das obrigações convencionadas no TAC, a Companhia estará sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas e execução do título perante o Poder Judiciário

Além disso, os diretores ou conselheiros da Companhia poderão se tornar parte em processos administrativos ou judiciais, o que poderá afetar negativamente a Companhia, especialmente se os processos forem de natureza penal. Se qualquer membro da administração da Companhia estiver envolvido nos referidos conflitos ou processos, tal membro poderá ser impedido de exercer suas funções na Companhia, o que poderá afetar negativamente a reputação da Companhia. Para mais informações sobre os processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos de natureza trabalhista não sigilosos e relevantes em conjunto para os negócios da Companhia, veja o item 4.6 deste Formulário de Referência.

A perda de integrantes da administração e de áreas estratégicas da Companhia, o enfraquecimento de sua cultura organizacional e/ou sua incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá afetar de maneira adversa e relevante as atividades e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho financeiro e operacional da Companhia e sua capacidade de manter uma posição competitiva em seu setor de atuação depende dos serviços prestados por sua administração e da cultura organizacional promovida pela Companhia. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou atrair profissionais qualificados para integrar sua administração. A perda de integrantes essenciais de sua administração ou a incapacidade de atrair e reter profissionais qualificados poderá afetar a Companhia de maneira significativamente negativa.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, marketing e serviços aos clientes, inclusive nas novas localidades fruto da estratégia de expansão da Companhia. A Companhia pode não conseguir atrair, contratar, reter, motivar e gerir tais profissionais qualificados. Se a Companhia não conseguir atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações (incluindo em suas novas localidades), poderá ter dificuldade para conduzir seus negócios, sofrer redução de seu desempenho operacional e enfraquecimento de sua marca e, por conseguinte, seus resultados operacional e financeiro poderão ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas por suas atuais apólices de seguro e a cobertura dos seguros contratados pela Companhia poderá não ser suficiente parar cobrir perdas sofridas pela Companhia, o que poderá causar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia não pode garantir que a cobertura dos seguros por ela contratados estará disponível ou que será suficiente para cobrir danos decorrentes de sinistros. A quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes nas atuais apólices de seguro da Companhia pode ser inadequada ou insuficiente, podendo implicar em reembolso menor do que o esperado. Além disso, certos tipos de riscos podem não ser cobertos pelas apólices de seguro da Companhia, como, a título ilustrativo, guerra, força maior, caso fortuito ou interrupções de certas atividades (incluindo certos riscos que podem ocorrer em decorrência dos efeitos contínuos da pandemia da COVID-19).

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A cobertura de risco da Companhia de acordo com as apólices de seguro vigentes nesta data poderá ser inadequada ou insuficiente para eventos não cobertos por tais apólices de seguro, o que poderá causar um revés financeiro para a reparação dos ativos afetados e comprometer os investimentos da Companhia. Além disso, no caso de eventos segurados, a cobertura de seguros da Companhia está condicionada ao pagamento de prêmios de seguro. O não pagamento desses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em risco, uma vez que os danos poderão não estar sujeitos à cobertura da seguradora, mesmo que segurados.

A Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, que no término da vigência de suas atuais apólices de seguro conseguirá renová-las em termos favoráveis e suficientes ou que conseguirá contratar com as mesmas companhias de seguro ou seguradoras semelhantes no futuro.

A ocorrência de qualquer dos riscos acima poderá afetar de maneira significativamente negativa os resultados, as operações e os negócios da Companhia.

A Companhia poderá não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos titulares de ações de sua emissão, o que poderá afetar adversamente o preço dessas ações.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. No caso de resultado líquido negativo, o acionista não tem direito ao recebimento de dividendo e/ou juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. Adicionalmente, o lucro ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações pode ser utilizado para absorver prejuízos ou apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Além disso, mesmo na hipótese de verificação de resultado líquido positivo, caso o Conselho de Administração da Companhia informe à assembleia geral de acionistas que o pagamento de proventos é incompatível com a sua situação econômica, poderá não haver pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas, o que pode afetar adversamente o preço das ações de sua emissão.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente no pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia, poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando adversamente o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia. Para mais informações sobre as políticas e o histórico de destinação de resultados da Companhia, veja os itens 3.4, 3.6 e 3.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia poderá não conseguir cumprir com as obrigações e os índices financeiros previstos no âmbito de seus instrumentos de empréstimo e financiamento. Os instrumentos financeiros da Companhia podem limitar a sua capacidade de distribuir dividendos.

Determinados instrumentos de empréstimo e financiamento da Companhia exigem o cumprimento de obrigações financeiras, incluindo a manutenção de índices financeiros. Se a Companhia não cumprir tais obrigações financeiras e, por conseguinte, incorrer em violação contratual dos referidos instrumentos, os credores aplicáveis poderão declarar o vencimento antecipado do respectivo endividamento, e os fluxos de caixa e a situação financeira da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa e relevante. Em decorrência da pandemia da COVID-19, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos *covenants* financeiros aos quais está sujeita no âmbito de suas obrigações. Além disso, determinados instrumentos de empréstimo e financiamento da Companhia contêm (i) limitações a sua capacidade de distribuir dividendos, bem como (ii) cláusulas que preveem a antecipação do vencimento da dívida na hipótese de descumprimento ou declaração do vencimento antecipado de determinadas outras dívidas de entidades do grupo econômico da Companhia (*cross-default* e *cross-acceleration*), o que também poderá afetar de maneira significativamente negativa a Companhia e sua capacidade de distribuir dividendos. Para mais informações sobre os instrumentos de dívida da Companhia, veja os itens 3.8 e 10.1"f" deste Formulário de Referência.

A adoção de novas práticas contábeis poderá afetar negativamente o resultado da Companhia.

A adoção de novas normas e interpretações contábeis pode impactar substancialmente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que podem vir a alterar entendimentos em vigência nos exercícios fiscais anteriores. Desta maneira, os resultados da Companhia, assim como o seu balanço patrimonial podem vir a serem modificados de maneira substancial, e não seriam mais comparáveis diretamente com os demonstrativos anteriores.

Desastres e eventos imprevisíveis poderão causar interrupções nas operações da Companhia e, portanto, afetar adversamente seus resultados operacionais.

Desastres e eventos imprevisíveis que estão fora do controle da Companhia, incluindo guerras, pandemias (como a pandemia da COVID-19), atividades de terrorismo e desastres naturais, tais como inundações, incêndios e secas severas poderão afetar negativamente os preços dos produtos oferecidos pela Companhia, suas operações e as operações dos seus fornecedores e prestadores de serviço. Esses eventos também poderão afetar negativamente o consumo ou resultar em instabilidade política ou econômica. Desastres e eventos imprevisíveis poderão resultar no fechamento temporário ou permanente das lojas e/ou centros de distribuição da Companhia, atrasar ou afetar sua capacidade de distribuir produtos para suas lojas e seus consumidores finais, reduzir a demanda por seus produtos e diminuir suas vendas, o que poderá ter um efeito significativamente negativo nos negócios e nos resultados operacionais da Companhia.

Falhas nos processos de governança corporativa, na gestão de riscos e em procedimentos de compliance poderão afetar adversamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, e a seu regulamento segundo o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 ("Lei Anticorrupção"), que impõe responsabilidade objetiva na esfera civil e administrativa às pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública nacional ou internacional e por atos de fraude e corrupção, de seus administradores, empregados ou terceiros atuando em seu nome. Sanções por descumprimento da Lei Anticorrupção incluem: (i) multas, (ii) perdimento de bens, direitos ou valores obtidos ilicitamente, (iii) suspensão total ou parcial das atividades, (iv) dissolução compulsória da pessoa jurídica, e (v) proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais e de crédito de entidades públicas, podendo qualquer uma dessas sanções afetar de maneira significativamente negativa a reputação da Companhia e seus resultados.

A Companhia possui adicionalmente o compromisso em alguns contratos de licenciamento de marcas de não violar as regras da lei americana *Foreign Corrupt Practice Act* ("FCPA"). A FCPA, de forma geral, proíbe emissores de valores mobiliários nos Estados Unidos e seus conselheiros, diretores, empregados e representantes de usarem quaisquer meios ou instrumentos de comércio interestadual dos Estados Unidos para fazerem ofertas ou pagamentos de dinheiro a servidores públicos ou partidos políticos estrangeiros com o intuito de influenciar sua decisão e obter ou reter oportunidades de negócios. Essa norma também exige que o emissor mantenha livros e registros e um sistema de controles contábeis internos suficiente para fornecer garantia razoável

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

da contabilização de ativos e da exatidão das demonstrações financeiras. Em caso de violação da FCPA, os diretores e/ou conselheiros da Companhia estarão sujeitos a penalidades, multas e até prisão. Contratualmente a Companhia se obriga a respeitar a FCPA e indenizar a contratante por prejuízos causados por violação a esta norma.

A Companhia poderá não conseguir detectar ou prevenir: (i) o descumprimento da Lei Anticorrupção ou de leis semelhantes que versem sobre matérias de anticorrupção, (ii) eventual comportamento fraudulento e desonesto cometido por seus acionistas, executivos, empregados ou quaisquer terceiros contratados pela Companhia, ou (iii) qualquer outro comportamento que não seja coerente com os princípios éticos. A ocorrência de qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar negativamente a reputação, os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e o preço de negociação das ações da Companhia.

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 9.613 de 3 de março de 1998, conforme alterada ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), as pessoas jurídicas que se dedicam à venda de bens de alto valor estão sujeitas a obrigações relacionadas à identificação de clientes e operações, manutenção de registros e apresentação de relatórios de operações financeiras às autoridades competentes, entre outros. Apenas recentemente a Companhia implementou um programa estruturado para o combate à lavagem de dinheiro. Na hipótese de descumprimento da Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, a Companhia está sujeita às seguintes sanções: (i) advertências; (ii) multa monetária variável (a) não superior ao dobro do valor da operação em questão ou ao dobro do lucro auferido ou que seria presumivelmente auferido com a realização da operação ou (b) no valor total de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (iii) a revogação ou suspensão de seus alvarás de funcionamento e (iv) cassação ou suspensão da autorização para o exercício de atividade, operação ou funcionamento.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira adequada, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Ademais, a Companhia poderá ser responsabilizada por eventuais violações de seus funcionários ou outras pessoas relacionadas que se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente seus negócios e imagem.

A Companhia poderá não conseguir competir com sucesso com seus concorrentes atuais ou futuros, o que poderá resultar em perda de participação de mercado da Companhia e afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia compete com outros varejistas por clientes, empregados, produtos, serviços e outros aspectos importantes de seus negócios. Alguns concorrentes têm maior presença no mercado do que a Companhia em determinadas linhas de negócios, e incluem outros distribuidores de materiais de escritório, atacadistas, redes de fornecedores regionais, empresas de serviços de impressão gerenciados, papelarias, distribuidores de comércio eletrônico, revendedores regionais e locais, varejistas tradicionais e *outlet*, negócios de comércio eletrônico e vendas de catálogos, empresas de vendas diretas, supermercados e outras formas de comércio varejista.

A Companhia também compete com varejistas on-line, comerciantes de massa, lojas de informática e eletrônicos, lojas especializadas em tecnologia, empresas de impressão e marketing, e outros varejistas, incluindo supermercados, drogarias, varejistas com desconto e lojas tradicionais de material de escritório. Mudanças nos preços e outros termos negociados, bem como condições ou práticas contratuais desses concorrentes poderão afetar negativamente e de forma relevante as vendas e os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, o aumento da concorrência poderá resultar em margens brutas reduzidas, em queda da posição de capital de giro da Companhia e em perda de participação de mercado, sendo certo que qualquer uma das referidas consequências poderá afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Pressões competitivas intensas de um ou mais dos concorrentes da Companhia podem afetar os preços ou a demanda por seus produtos e serviços. Os concorrentes da Companhia podem ser capazes de dedicar mais recursos do que a Companhia no investimento e no desenvolvimento de negócios. Os concorrentes da Companhia podem ser adquiridos por, receber investimentos de ou entrar em relacionamentos comerciais com empresas maiores, bem estabelecidas e bem financiadas em certas linhas de negócios, aumentando sua competitividade e, consequentemente, sua participação de mercado, o que poderá causar um impacto adverso relevante nos negócios, operações e resultados da Companhia, na medida em que ela poderá não conseguir competir com sucesso com seus concorrentes.

As companhias do setor de varejo têm apresentado frequente volatilidade em decorrência do cenário altamente competitivo e inovador.

O setor de varejo é tradicionalmente sensível aos eventos macroeconômicos (evolução do PIB, nível de emprego e renda, dentre outros), a eventos políticos e também, com significativa relevância ao fator tecnológico. A tecnologia com foco em expectativas, tendências e demandas de clientes evolui de forma rápida e requer mudanças em aplicativos, produtos, serviços, marketing, mídias, formas de relacionamentos que, em certa extensão, foge ao controle da Companhia. Inovações tecnológicas devem ser introduzidas com agilidade, eficiência, eficácia e segurança de forma muitas vezes pioneira, pois o mercado nacional, e internacional principalmente, evoluem em velocidade rápida. A concorrência apresenta uma busca constante em se diferenciar e apresentar o melhor desempenho com foco nas expectativas de clientes, em terem a melhor relação de custo e benefício diante das distintas opções de compras em plataformas digitais e lojas físicas. A Companhia não pode garantir posição confortável diante de um mercado com frequentes mudanças, evoluções e níveis de investimentos, bem como que possibilita a entrada de varejistas concorrentes multinacionais que possam apresentar tais diferenciais. Esse ambiente traz, necessariamente, a possibilidade de impactos de queda da receita líquida, dos resultados operacionais e financeiros da Companhia, bem como de alta volatilidade de suas ações.

A falha da Companhia em obter ou renovar, em tempo hábil, registros, licenças, autorizações, outorgas e alvarás necessários ao funcionamento de suas lojas e centros de distribuição poderá resultar em sanções administrativas e judiciais, incluindo o pagamento de multas e o fechamento de tais estabelecimentos e poderá dificultar ou impossibilitar a obtenção, pela Companhia, de pagamentos das seguradoras em caso de sinistro. Adicionalmente, alterações na legislação aplicável poderão sujeitar a Companhia a custos adicionais para adequação a novos protocolos de saúde.

Os negócios da Companhia dependem de sua capacidade de obter determinados registros, autorizações, licenças e alvarás em nível federal, estadual e municipal, bem como certificados de inspeção do corpo de bombeiros para a operação dos centros de distribuição e lojas físicas. Se a Companhia não obtiver ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, autorizações, outorgas e alvarás necessários, a Companhia poderá estar sujeita a sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou o fechamento de lojas e centros de distribuição, independentemente da obrigação de reparar eventuais danos. A imposição de tais penalidades, especialmente o fechamento de lojas e centros de distribuição, poderá ter um efeito negativo relevante nas atividades, resultados operacionais e imagem da Companhia. Além disso, se a Companhia não obtiver ou renovar registros, licenças, autorizações, outorgas ou alvarás em tempo hábil com relação a determinadas lojas físicas, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos adicionais no caso de acidente ou evento semelhante em tal loja específica, enquanto registros, licenças, autorizações, outorgas ou alvarás ou a renovação de algum destes estiver pendente. Em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

caso de sinistro, a falta de registros, autorizações, licenças, outorgas e/ou alvarás aplicáveis também poderá dificultar o pagamento da indenização pela seguradora, além de prejudicar negativamente as operações e a imagem da Companhia.

Além disso, qualquer interrupção na operação dos centros de distribuição devido à falta de registros, licenças, autorizações, outorgas ou alvarás poderá prejudicar a capacidade da Companhia de distribuir mercadorias às lojas, o que pode resultar em uma redução nas vendas e afetar negativamente os resultados operacionais e imagem da Companhia.

Adicionalmente, os shopping centers onde estão localizadas diversas lojas da Companhia podem estar sujeitos a licenças, registros, autorizações e outorgas próprios para a regularidade ambiental de sua operação. Nesse sentido, o cancelamento, a não obtenção ou a não renovação tempestiva dessas licenças, registros, autorizações e outorgas pelos shopping centers poderá implicar na suspensão (total ou parcial) ou embargo das atividades das lojas da Companhia, o que poderá afetar adversamente seus resultados operacionais, financeiros e sua imagem.

Devido à emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19, em algumas localidades, a validade de registros, licenças, alvarás e autorizações, bem como o período de análise para a concessão ou renovação destes foram prorrogados. Contudo, o cenário de pandemia não exime a Companhia da obrigação de obter, manter e/ou renovar tempestivamente os registros, licenças, alvarás, autorizações ou outorgas que forem aplicáveis às suas atividades. Adicionalmente, a fim de prevenir, controlar e mitigar a transmissão da COVID-19, o Ministério da Saúde brasileiro editou a Portaria nº 1.565/2020 que estabelece protocolos de saúde para a atividade econômica em vários setores. Além disso, autoridades estaduais e municipais decretaram protocolos de saúde que variam em função da atividade econômica em questão.

A Companhia e seus auditores independentes identificaram deficiências significativas nos controles internos da Companhia e, se a Companhia não for capaz de adotar as medidas corretivas necessárias, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas ou erros, o que pode efeito adverso significativo para a Companhia

Os sistemas, políticas e procedimentos de controles internos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas ou erros. Em conexão com à auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, seus auditores independentes identificaram certas falhas relacionadas ao processo de encerramento contábil para os períodos auditados, que representaram, individualmente ou em conjunto, deficiências significativas nos seus controles internos, conforme definido nas normas brasileiras e internacionais de auditoria. Especificamente, as falhas nos controles e procedimentos internos que representaram deficiências significativas foram: (i) ausência de análise e acompanhamento de passivos contingentes; (ii) ausência de política e provisão sobre mercadorias vendidas e não entregues; (iii) ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento; (iv) ajuste a valor presente (AVP); (v) implantar um canal de denúncias; (vi) despesas com *royalties* - ausência de contrato averbado; (vii) revisar o acesso de usuário aos sistemas informatizados da Companhia; (viii) segregação de funções no processo de gestão de mudanças; (ix) ausência de matriz de riscos e controles do ambiente de TI; e (x) salvaguarda da documentação que suporta a avaliação da Administração quanto ao correto funcionamento dos controles internos da Companhia. A Companhia pode não conseguir concluir tempestivamente qualquer correção necessária. Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros. Se a Companhia não for capaz de tornar seus controles internos eficazes, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas ou erros. A falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo para a Companhia, bem como no valor dos valores mobiliários de sua emissão. Para mais informações, vide item 5.3(d) e (e) deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia depende de provisões de crédito para parte de suas vendas e a redução no acesso ao crédito por seus clientes poderá afetar o volume de vendas e os resultados da Companhia.

Vendas a prazo são um componente importante no resultado das empresas do setor da Companhia. No passado, o Governo Federal implantou medidas para restringir a demanda doméstica, impondo restrições de crédito a bancos, administradoras de cartão de crédito e setor de varejo, e aumentando a taxa de juros.

O aumento do desemprego e das taxas de juros pode restringir ainda mais a disponibilidade de crédito ao consumidor no Brasil. De acordo com o IBGE, a taxa média do desemprego no Brasil em 2019 era de 11,9%, e a taxa SELIC meta encerrou o ano de 2019 em 4,5% ao ano. No terceiro trimestre de 2020, a taxa média do desemprego no Brasil foi de 14,0%, segundo o IBGE, e a taxa SELIC meta encerrou o período em 2,0% ao ano. Como consequência da pandemia da COVID-19, a taxa de desemprego aumentou recentemente e a taxa SELIC sofreu redução para compensar o impacto da pandemia da COVID-19 na demanda doméstica. Os volumes de vendas e os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente se a disponibilidade de crédito ao consumidor diminuir ou se as políticas implementadas pelo governo brasileiro restringirem o acesso dos clientes a oportunidades de financiamento.

Além disso, no passado, o governo brasileiro implementou medidas para limitar a demanda doméstica impondo restrições de crédito a bancos, administradoras de cartão de crédito e ao setor de varejo e aumentando as taxas de juros. Reduções na disponibilidade de financiamento e de políticas de crédito mais rígidas que a Companhia possa ser forçada a impor em resposta a essas mudanças ou a mudanças semelhantes por outras empresas de cartão de crédito poderão afetar negativamente as vendas da Companhia. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou condições econômicas globais desfavoráveis que afetem a economia brasileira podem reduzir significativamente a renda disponível e os gastos dos consumidores, em especial entre os segmentos de baixa renda, que têm menos acesso ao crédito do que os segmentos de maior renda, bem como possibilidades mais limitadas de refinanciar dívidas. Os resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados se o Governo Federal implantar políticas restritivas à obtenção e à extensão de crédito causando a redução de demanda pelo consumidor. Para mais informações acerca da política de crédito da Companhia, veja o item 7 deste Formulário de Referência.

b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle da Companhia

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesses que sejam divergentes dos interesses dos demais acionistas e/ou da Companhia, podendo ter impacto adverso na Companhia.

Os interesses dos acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. Os acionistas controladores da Companhia detêm a maioria do capital votante e têm o poder, entre outras matérias, de eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por ele detidas e, portanto, determinar o resultado final das deliberações sobre os negócios da Companhia cuja deliberação seja de competência do conselho de administração ou dos acionistas (incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, bem como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia).

A Companhia realiza, de tempos em tempos, operações com partes relacionadas. Por exemplo, a Companhia contrata a Ka Solution, sociedade controlada pelos acionistas controladores da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Companhia, para prestação de serviços de informática. A Companhia também figura como avalista em operações de crédito contratadas pela Spiral. Adicionalmente, a Companhia é credora dos acionistas controladores no âmbito do contrato de mútuo, cujo saldo nesta data é equivalente a R$ 480.913.000,00 (quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e treze mil reais). Parte desse saldo será quitado por meio da aquisição da Spiral pela Companhia dos acionistas controladores. Esses pretendem quitar o saldo remanescente com os recursos provenientes da oferta secundária. Para mais informações, veja as seções "16.2 – Informações sobre as transações com partes relacionadas" e "16.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado".

Os acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares, além de definir estratégias de negócios e aprovar orçamento anual, contrárias à vontade dos demais acionistas da Companhia, podendo gerar um conflito de interesses e prejudicar a tomada de decisões pela Companhia e/ou contrárias à vontade da própria Companhia, podendo ser afetada adversamente. A Companhia não pode garantir que os seus acionistas controladores atuarão de maneira consistente com os melhores interesses dos demais acionistas da Companhia. Além disso, os acionistas controladores da Companhia poderão celebrar financiamentos ou outras transações garantidas por parte ou a totalidade do capital acionário da Companhia por eles detido. Para mais informações sobre o controle da Companhia, vide seção "15 – Controle e Grupo Econômico".

c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus acionistas.

d) Riscos relacionados às sociedades controladas e coligadas da Companhia

Não aplicável.

e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia

A Companhia depende de emissores de cartões de crédito para parte de suas vendas e quaisquer alterações nas políticas ou taxas aplicadas por tais emissores poderá ter um efeito adverso relevante nas receitas e na situação financeira da Companhia.

Em 30 de setembro de 2020, aproximadamente 52% das vendas da Companhia eram pagas por clientes por meio de cartões de crédito. Para executar determinadas vendas por meio de cartões de crédito, a Companhia depende das políticas das emissoras de cartão de crédito, incluindo as taxas cobradas por tais emissoras. Qualquer alteração nas políticas das emissoras de cartões de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos comerciantes, poderá afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia. Parte das vendas da Companhia são feitas a clientes por meio de planos de pagamento a prazo com parcelas mensais. A Companhia depende das emissoras de cartão de crédito para continuar a oferecer esses planos de pagamento aos seus titulares de cartões de crédito. Qualquer alteração nas políticas dos emissoras de cartão de crédito com relação a planos de parcelamento ou taxas de juros mais altas pode causar um efeito adverso relevante nas receitas e na situação financeira da Companhia.

Os negócios da Companhia poderão ser negativamente afetados por ações de e riscos associados a terceiros que forneçam produtos, matérias-primas e insumos à Companhia ou realizem a entrega dos produtos da Companhia a clientes.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, aproximadamente 87,2% dos produtos vendidos pela Companhia provêm de terceiros fornecedores e a Companhia também conta com terceiros para atender aos pedidos de seus clientes e entregar produtos diretamente a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

seus clientes. Alguns dos produtos que a Companhia oferece são fornecidos exclusivamente para a Companhia e podem ser difíceis de substituir em tempo hábil. Além disso, terceiros podem não cumprir as promessas de entrega que fizeram aos clientes da Companhia. Interrupções na disponibilidade de produtos ou serviços adquiridos por meio de terceiros ou problemas de qualidade que demandem que Companhia realize recolhimentos (*recalls*), voluntários ou obrigatórios, de produtos fornecidos à Companhia por terceiros, podem resultar na insatisfação do cliente, prejudicar a reputação da Companhia e afetar negativamente as vendas da Companhia.

O abastecimento global (*global sourcing*) dos produtos vendidos pela Companhia é um fator importante no seu desempenho financeiro. A capacidade da Companhia de encontrar fornecedores qualificados e acessar produtos em tempo hábil e de maneira eficiente pode estar fora do controle da Companhia, especialmente no que diz respeito a bens adquiridos fora do Brasil, particularmente na China. A instabilidade política, a instabilidade financeira de fornecedores, as restrições comerciais, as tarifas, as variações nas taxas de câmbio, a capacidade e os custos de transporte, a inflação e outros fatores relacionados ao comércio exterior estão fora do controle da Companhia. A Companhia também depende de muitos prestadores de serviços independentes, para serviços que são importantes para muitos aspectos dos negócios da Companhia. Se tais prestadores de serviço da Companhia não performarem ou entregarem conforme o esperado e a Companhia não puder substituí-los rapidamente, os negócios, operações e resultados da Companhia poderão ser prejudicados.

A Companhia poderá ser responsabilizada caso seus fornecedores adotem práticas irregulares.

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores cumprirão as leis tributárias, trabalhistas, socioambientais e/ou anticorrupção a que estão sujeitos. Diante da fragmentação da cadeia de fornecimento, é possível que tais terceiros utilizem práticas irregulares e condições de segurança impróprias para reduzir o custo de produção de seus produtos que são fornecidos à Companhia. A materialização de qualquer um dos riscos mencionados acima poderá afetar negativamente a imagem e reputação da Companhia e, consequentemente, a atratividade da Companhia perante seus clientes, o que pode afetar negativamente os resultados operacionais, a situação financeira e o preço de negociação das ações de emissão da Companhia. A Companhia também poderá estar sujeita a multas e/ou sanções impostas pelas autoridades públicas competentes. Além disso, a Companhia poderá ter que responder solidariamente, em processo judicial, pelos atos irregulares cometidos por fornecedores e parceiros de negócios.

A contratação de terceiros pela Companhia para prestação de quaisquer serviços relacionados às suas atividades, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções civis ou disposição final de resíduos, não isenta a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada, de modo que a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pela sua reparação. Nesse cenário, a Companhia poderá ser incluída no polo passivo de processos ambientais por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais, incluindo medidas para reparação do dano ambiental. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados ou fornecedores, os resultados, as atividades e a imagem da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia poderá ser responsabilizada por incidentes relacionados à entrega de produtos adquiridos por consumidores, o que poderá causar impactos adversos em seus resultados, bem como em sua reputação e na confiança de seus clientes em suas marcas.

A Companhia poderá ser responsabilizada por incidentes relacionados à entrega de produtos adquiridos por consumidores. Qualquer um desses incidentes poderá acarretar a obrigação de pagamentos de indenização pela Companhia para a parte prejudicada e poderá afetar negativamente e de maneira relevante a imagem, as atividades e a situação financeira da Companhia. Reivindicações, ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

em face da Companhia por consumidores alegando entrega indevida. Além disso, a Companhia depende de serviços de logística prestados por terceiros, como os correios e empresas de entrega regional, para a entrega de produtos. Qualquer desgaste no relacionamento entre a Companhia e estes terceiros ou, ainda, desgastes na prestação desses serviços decorrente de falha no fornecimento, desastres naturais, greves, medidas impostas no combate à pandemia da COVID-19 ou outros fatores fora do controle da Companhia poderão impedi-la de atender a demanda de seus clientes, o que afetaria a Companhia de forma significativamente negativa.

Qualquer risco relacionado à entrega de produtos adquiridos da Companhia, seja real ou percebido, poderá resultar na perda de confiança do consumidor na segurança e eficácia dos serviços de entrega da Companhia. Portanto, qualquer reivindicação em face da Companhia poderá ter um efeito negativo relevante sobre sua imagem, suas atividades e sua situação econômica, e poderá criar uma obrigação de indenizar tal consumidor, o que afetaria de forma significativamente negativa a Companhia.

A falta de qualidade e confiabilidade dos fornecedores da Companhia poderá resultar em escassez de produtos, matérias-primas e insumos de que a Companhia precisa para suas atividades, o que poderá causar um impacto adverso relevante em suas vendas e afetar sua reputação perante seus clientes.

A Companhia depende de um número significativo de fornecedores para a obtenção dos produtos que vende aos seus clientes e das matérias-primas e insumos necessários à produção de seus produtos de marca própria ou exclusiva. Se os fornecedores com que a Companhia contrata em seu curso normal não atenderem aos critérios de qualidade e documentação fiscal, a Companhia poderá enfrentar escassez e desabastecimento de produtos, matérias-primas e insumos até que consiga contratar com fornecedores substitutos. A Companhia também poderá enfrentar escassez e desabastecimento no fornecimento de produtos, matérias-primas e insumos em decorrência da incapacidade de seus fornecedores em fornecer produtos nos volumes e nos termos e condições exigidos, inclusive em decorrência da pandemia da COVID-19. Qualquer escassez ou desabastecimento de produtos, matérias-primas e insumos enfrentada pela Companhia poderá impactar de maneira adversa e relevante sua oferta de produtos e sua reputação perante seus clientes.

O descumprimento, pelos fornecedores da Companhia, dos atuais acordos comerciais firmados e a incapacidade da Companhia de prorrogar tais acordos e/ou celebrar novos acordos com fornecedores poderão impedir que a Companhia obtenha os produtos que oferece a seus clientes em condições comerciais favoráveis.

Para manter os níveis mínimos de estoque, a Companhia adquire produtos de fornecedores. A Companhia não celebra contratos ou acordos de longo prazo com tais fornecedores de forma a garantir a disponibilidade de mercadorias, a estabelecer condições de pagamento duradouras ou prever a concessão de linhas de crédito. Além disso, a Companhia está exposta ao risco de um aumento nos custos com fornecedores, caso, por exemplo, seus fornecedores alterem suas políticas comerciais ou ocorra uma interrupção na cadeia de fornecimento, como a que se verifica em decorrência da pandemia da COVID-19.

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores continuarão a lhe vender seus produtos nas condições atuais ou que conseguirá estabelecer novos relacionamentos ou estender os relacionamentos existentes com seus fornecedores, a fim de garantir acesso ágil e em condições comerciais aceitáveis aos produtos que oferecerá em suas lojas físicas e sua plataforma digital (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas), o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros e operacionais.

Ademais, a Companhia adquire produtos de fornecedores localizados em diversas regiões do Brasil e no exterior, portanto depende de sua habilidade de identificar, manter e desenvolver boas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relações comerciais com fornecedores para continuar fornecendo os produtos atuais e também para introduzir novos produtos que atendem as demandas de qualidade e inovação, da Companhia e do mercado, com rapidez e responsabilidade no fornecimento. Essas relações comerciais são também importantes para garantir que haja acesso ao produto com desconto ou outra forma de compensação para garantir um preço competitivo ao consumidor. A perda dessas relações comerciais ou o impedimento de formar novas relações pode ter um impacto adverso no posicionamento da Companhia no mercado, nos seus custos operacionais e, consequentemente, nos seus resultados operacionais.

A Companhia depende de um número limitado de fornecedores em relação a certas categorias de produtos que vende, e mudanças na cadeia de suprimentos poderão afetar adversamente a confiança dos clientes nas marcas da Companhia e seus resultados.

Determinadas categorias de produtos vendidos pela Companhia são fornecidas por um número limitado de fornecedores. Especificamente no que tange ao fornecimento de resmas de papel, a Companhia está exposta ao risco de um único fornecedor, a International Paper - IP. Essa dependência decorre do oligopólio existente no mercado brasileiro de papéis, que consequentemente reduz as opções de fornecimento. Se algum desses fornecedores não conseguir vender esses produtos para a Companhia na quantidade e frequência necessárias e a Companhia não possuir estoque suficiente de tais produtos, poderá não conseguir manter o nível de vendas desses produtos, o que poderá ter um efeito adverso relevante na confiança de seus clientes, em suas atividades e seus resultados operacionais.

A Companhia poderá ser responsabilizada por obrigações trabalhistas de terceiros que lhe prestam serviços, podendo sofrer impactos adversos à sua reputação e a seus resultados financeiros.

De acordo com as leis trabalhistas vigentes na data deste Formulário de Referência, se as empresas que prestam serviços à Companhia (inclusive nos setores de transportes, segurança, serviços de limpeza, dentre outros) não cumprirem com suas obrigações de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária aplicáveis, a Companhia poderá ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente por tal descumprimento, podendo ser incluída no polo passivo de processos trabalhistas movidos por trabalhadores terceirizados que lhe prestaram serviços, ficando sujeita à eventual obrigação de pagamento de condenações judiciais, multas e outras penalidades, o que poderá adversamente afetar a situação financeira e a reputação da Companhia de maneira relevante.

f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia

A Companhia poderá não conseguir adaptar-se a mudanças nos hábitos de consumo de seus clientes, o que poderá afetar adversamente suas vendas e sua situação financeira.

O sucesso no desempenho operacional da Companhia depende do fornecimento a seus clientes de uma seleção de produtos e serviços a preços competitivos que atendam, em tempo adequado, às mudanças nas necessidades e hábitos de compra dos clientes. Para tanto, a Companhia precisa adaptar-se rapidamente às mudanças e tendências, às inovações tecnológicas e às preferências de seus clientes. Se a Companhia não interpretar ou antecipar corretamente a demanda por produtos e serviços que vende ou os hábitos e gostos de compra de seus clientes, poderá enfrentar estoques excessivos de alguns produtos ou oportunidades perdidas de produtos e serviços que não oferecer. A Companhia poderá não conseguir antecipar ou responder rapidamente às mudanças de hábitos de seus consumidores, e qualquer falha poderá afetar adversamente suas vendas, sua situação financeira, seus negócios e resultados.

Adicionalmente, podem ocorrer alterações nos hábitos de consumo dos clientes da Companhia, em razão de fatores como limitações ou restrição de circulação de pessoas como o provocado em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

razão da pandemia da COVID-19. Caso haja alteração de hábito, a Companhia não pode garantir que será eficiente e ágil na adaptação ao atendimento desses hábitos, ocasionando um impacto adverso em suas receitas.

A Companhia poderá ser responsabilizada por violações a direitos do consumidor, podendo sofrer restrições e penalidades, incluindo o pagamento de multas, o que poderá adversamente afetar sua situação financeira.

A legislação consumerista imputa ao fornecedor (no caso à Companhia) o ônus da prova na eventual demanda de um cliente, colocando-a em desvantagem em quaisquer processos envolvendo relações de consumo.

Os direitos do consumidor são protegidos por meio de ações individuais ou coletivas. As ações coletivas podem ser ajuizadas por autoridades federais ou estaduais, por funcionários ou organizações públicas, como o Ministério Público ou Proteção e Defesa do Consumidor ou por grupos de direitos do consumidor. Se qualquer uma dessas ações de proteção ao consumidor for julgada contra a Companhia em valor relevante, a Companhia poderá ter a sua situação financeira e os seus resultados adversamente afetados.

g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

Reduções no poder de compra do consumidor e alterações nas condições econômicas poderão afetar adversamente a capacidade da Companhia de manter seu volume de vendas e, portanto, seus resultados financeiros e operacionais.

O sucesso do setor de varejo depende de fatores relacionados aos gastos e à renda disponível dos consumidores, incluindo condições gerais de negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, ocorrência de epidemias ou pandemias (como a pandemia da COVID-19 e qualquer consequente redução da demanda dos consumidores, diminuição do volume de vendas e fechamento temporário de lojas), tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, taxas de emprego e níveis salariais. Historicamente, o setor de varejo tem sido afetado negativamente por períodos de desaceleração econômica que resultaram em redução do consumo. A redução no poder de compra do consumidor e condições econômicas adversas podem afetar adversamente e de forma relevante os resultados da Companhia.

Para oferecer suporte à política monetária, o governo federal, por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central periodicamente introduz regulamentações destinadas a regular a disponibilidade de crédito a fim de reduzir ou aumentar o consumo e, consequentemente, controlar a taxa de inflação. Essas regulamentações incluem, entre outras ferramentas, (i) a modificação das exigências impostas aos depósitos compulsórios sobre empréstimos, depósitos e outras operações; (ii) a regulação do prazo máximo dos financiamentos; e (iii) a imposição de limitações ao montante de financiamento que pode ser obtido. Tais regulamentações poderão reduzir a capacidade de obtenção de crédito dos clientes da Companhia junto a instituições financeiras e alguns desses mecanismos de controle poderão afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos de tempo e, consequentemente, as vendas da Companhia. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos. A Companhia não pode garantir que, no futuro, o governo brasileiro não adotará novos regulamentos que reduzam o acesso de seus clientes à obtenção de crédito junto a instituições financeiras. Novas regulamentações poderão afetar a liquidez da Companhia, sua estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos ou mesmo sua lucratividade, bem como a solvência de seus clientes, o que poderá afetar adversamente os resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

A Companhia poderá não conseguir se adaptar prontamente às mudanças tecnológicas e às transformações digitais em seu setor de atuação exigidas pelos clientes, o que pode causar um

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

impacto adverso em sua posição competitiva no mercado, seus negócios, operações e resultados.

A constante inovação tecnológica no setor de atuação da Companhia, especialmente no âmbito do comércio eletrônico, pode exigir mudanças em aplicativos, produtos, serviços, marketing, mídia e atendimento ao cliente. A Companhia pode não conseguir se adaptar e responder a tais mudanças de forma rápida, eficiente, efetiva e com segurança suficiente em relação a seus concorrentes, especialmente em razão da frequente entrada de varejistas multinacionais concorrentes e prestadores de serviços financeiros inovadores no mercado em que a Companhia atua.

A Companhia poderá enfrentar obstáculos no processo de transformação digital relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Tais desafios poderão limitar o crescimento da plataforma digital da Companhia e afetar de forma adversa os seus negócios e resultados. Se a Companhia não conseguir responder à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, sua plataforma digital (incluindo canais de vendas de comércio eletrônico e de televendas) e sua tecnologia própria poderão ficar ultrapassadas e afetar adversamente seus resultados.

Assim, a Companhia poderá sofrer redução de sua participação de mercado, de seus resultados operacionais e financeiros, incluindo a redução de sua receita líquida, além de aumento na volatilidade no preço de negociação de suas ações.

h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

A Companhia poderá estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição, o que poderá afetar negativamente a Companhia devido à aplicação de multas e outras sanções.

A Lei Geral de Proteção de Dados, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada ("LGPD") regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de um sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa.

Ainda, a LGPD autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por garantir a observância das normas de proteção de dados no Brasil e elaborar diretrizes acerca das disposições da LGPD e aplicar suas sanções administrativas, em caso de descumprimento de suas disposições que, até a data de fechamento do presente Formulário de Referência ainda não havia sido, efetivamente, constituída.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, exceto com relação aos artigos que discorrem sobre as sanções administrativas previstas na lei, os quais somente entrarão em vigor em 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010 de 10 de junho de 2020.

Quando da entrada em vigor das sanções administrativas previstas na LGPD, em caso de violação aos termos da referida Lei, a Companhia estará sujeita de forma isolada ou cumulativa, às seguintes penalidades: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; obrigação de divulgação de incidente; (b) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (c) suspensão do

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período,; (d) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais; e (e) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração.

Cabe ressaltar que o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, antes da entrada em vigor de suas sanções, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados atualmente vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor") e Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, conforme alterada ("Marco Civil da Internet") por alguns órgãos de defesa do consumidor e Ministério Público, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

A Companhia trata dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal de seus negócios. A Companhia poderá enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações que serão introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação clara ou ausência de segurança jurídica, diante da atual inatividade da ANPD. A Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, se sujeitando a perdas financeiras e de reputação, o que pode afetar significativamente os resultados financeiros da Companhia.

Alterações na legislação tributária aplicável ao setor de varejo e à Companhia poderão aumentar a carga tributária da Companhia, inclusive por meio de novos tributos, afetar regimes tributários especiais, benefícios fiscais e decisões futuras das autoridades fiscais competentes, o que poderá ter um efeito negativo sobre o fluxo de caixa, a rentabilidade e os resultados operacionais da Companhia.

O governo brasileiro frequentemente implementa mudanças nos regimes tributários que podem afetar a Companhia e seus clientes, inclusive em decorrência da ratificação ou alteração de tratados fiscais. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas de tributos vigentes e a criação de tributos, tanto temporários quanto permanentes, cujas receitas são destinadas a finalidades governamentais específicas. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que poderá afetar negativamente e de forma relevante a sua rentabilidade e aumentar os preços de seus produtos e serviços, restringir sua capacidade de fazer negócios em seus atuais mercados e afetar a adversamente seus resultados financeiros.

A pandemia da COVID-19 e a declaração de estado de calamidade poderão resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível redução nas receitas fiscais no Brasil e um aumento na demanda por gastos públicos em setores-chave. Nesse cenário, os governos federal, estadual e municipal brasileiros poderão implementar alterações legislativas que imponham, ainda que temporariamente, tributos adicionais sobre as operações da Companhia. Qualquer uma dessas medidas poderá afetar negativamente as atividades e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, existem discussões sobre a imposição de novos tributos (incluindo empréstimos compulsórios, tributos sobre patrimônio pessoal significativo e um tributo sobre operações digitais) e a revogação da atual isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos. Além disso, tramitam no Congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, está uma mudança abrangente no regime de tributação sobre o consumo no Brasil, que extinguiria três tributos federais, um tributo estadual e um tributo municipal em favor da criação de um tributo único sobre o consumo. A implementação de uma

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reforma tributária ou de alterações nas leis, regulamentações e demais normas aplicáveis que alterem os tributos aplicáveis à Companhia poderão afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal está constantemente promovendo modificações na regulação do comércio e da Internet e tais mudanças podem afetar os negócios da Companhia adversamente.

A Companhia está sujeita as regulamentações e leis comerciais, bem como as leis que regem a Internet e o comércio eletrônico. Não existe atualmente diferenciação entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a dificultar o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem abranger tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda é incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma modificação nas leis e regulamentos que regem o comércio e a Internet ou a alteração nas suas interpretações poderá restringir as atividades da Companhia ou aumentar seus custos, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

A Companhia poderá sofrer multas e restrições sob o Código de Defesa do Consumidor

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é rigorosa e favorável aos consumidores. A legislação de defesa do consumidor imputa à Companhia o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-a em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou o PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Decisões desfavoráveis envolvendo valores substanciais poderão afetar adversamente o resultado e a situação financeira da Companhia. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a imagem da Companhia e a imagem de suas marcas, afetando, consequentemente, suas vendas e sua reputação, o que pode impactar de forma adversa e relevante o seu resultado operacional e a sua situação financeira.

i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atua em outro país que não o Brasil.

j) Riscos relacionados a questões socioambientais

Descumprimento da legislação e da regulamentação ambiental pode sujeitar a Companhia a sanções administrativas e penais, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ao meio ambiente e a terceiros. A edição de normas ambientais de conteúdo mais rígido pode gerar aumento de gastos da Companhia, podendo causar impacto adverso em sua condição financeira.

A Companhia está sujeita a uma série de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais relacionadas à proteção do meio ambiente, estabelecendo requisitos para autorização e licenciamento ambiental de atividades específicas, assim como padrões para descarte de efluentes

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e emissões atmosféricas, gerenciamento de resíduos sólidos, implantação de sistemas de logística reversa e proteção de áreas especialmente protegidas.

Qualquer descumprimento das leis e regulamentações aplicáveis poderá sujeitar a Companhia a sanções administrativas (tais como multas de até R$50 milhões e suspensão total ou parcial de atividades) e criminais, além de obrigar a Companhia a reparar ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros. Na esfera civil, os danos ambientais implicam a responsabilidade solidária e objetiva, independentemente da comprovação de culpa dos agentes ou de seu envolvimento direto, havendo apenas necessidade de comprovação do nexo entre a atividade exercida e os danos verificados.

Adicionalmente, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada, prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, diretores, acionistas e/ou parceiros podem, juntamente com a empresa poluidora, ser responsabilizados por danos ao meio ambiente. Assim, qualquer sanção ou obrigação poderá reduzir o capital da Companhia disponível para outros investimentos, o que poderá, por sua vez, afetar negativamente os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

Além disso, a Companhia não pode garantir que as leis ambientais aplicáveis não se tornarão mais restritivas com o tempo, seja pela publicação de novas normas ou pela adoção de interpretações mais rígidas das leis ambientais existentes ou, ainda, divergentes da interpretação adotada pela Companhia. Nesse cenário, a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos adicionais para cumprir com as exigências decorrentes de interpretações ou de novas normas, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

O descumprimento de obrigações legais relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos pela Companhia e/ou terceiros a ela vinculados poderá sujeitar a Companhia a penalidades administrativas e criminais, além da obrigação de reparar os danos ambientais causados, afetando seus negócios e imagem.

A Companhia está sujeita às disposições da Lei n. 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos decorrentes das atividades da Companhia poderão gerar impactos ao meio ambiente durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências da Companhia ou, principalmente, no local de sua destinação final, a Companhia é responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final adequada dos resíduos, podendo também ser obrigada a reparar eventuais danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos determina também que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro estruturem e implementem sistema de logística reversa, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados, na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial.

Os importadores, distribuidores e comerciantes de produtos, ainda que não signatários de acordo setorial ou termo de compromisso firmado com a União, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as mesmas obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial firmado com a União.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos não isenta a Companhia da responsabilidade por eventuais danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos gerados por suas atividades.

O descumprimento de obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos ou à implementação de logística reversa de embalagens poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal n.º 7.404/2010, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal. Caso a Companhia seja autuada pelo inadequado gerenciamento dos resíduos sólidos ou por danos ambientais dele decorrentes, ainda que causados por terceiros a ela vinculado, poderá ter seus resultados financeiros e operacionais, bem como sua imagem adversamente afetados.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem causar impactos negativos no resultado operacional da Companhia.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja por meio de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Ademais, o negócio da Companhia é suscetível às variações climáticas, que podem demandar a realização de investimentos adicionais e não planejados, podendo afetar adversamente a Companhia.

Condições climáticas adversas podem interferir na disponibilidade da matéria-prima utilizada na produção dos produtos comercializados pela Companhia, podendo afetar o fluxo de recebimento das mercadorias, bem como interferir na logística do recebimento desses produtos, a depender de ações que venham a ser adotadas para a redução das emissões atmosféricas. Podem, ainda, interferir no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento de investimentos, impactando negativamente a Companhia.

Ainda, eventual instabilidade climática pode aumentar o preço ou a tributação de alguns produtos, de modo que a Companhia pode não ser capaz de repassar esse aumento aos seus clientes, o que pode impactar adversamente e de forma relevante o seu resultado operacional e a sua situação financeira.

k) Riscos relacionados a questões macroeconômicas

Condições macroeconômicas poderão afetar negativamente os negócios e o desempenho financeiro da Companhia.

Como fornecedora de produtos e serviços que atua para atender às necessidades de clientes comerciais e consumidores, os resultados e desempenho operacionais da Companhia dependem das condições econômicas brasileiras e mundiais e de seu impacto nos gastos empresariais e de consumidores. Aumentos nos níveis de desemprego, nos custos de energia e commodities, nos custos de assistência médica, bem como taxas de juros e impostos mais altos, mercados de crédito mais restritos, menor disponibilidade de crédito ao consumidor, flutuação nos mercados financeiros, menor confiança do consumidor, não criação de novas pequenas empresas e outros

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

fatores podem resultar em queda nos gastos empresariais e de consumidores. O desempenho comercial e financeiro da Companhia poderá continuar sendo adversamente afetado e a capacidade da Companhia de gerar fluxo de caixa poderá ser adversamente impactada pelas condições econômicas atuais e futuras, se houver uma nova queda nos gastos empresariais e de consumidores ou se tais gastos permanecerem estagnados.

O surto de doenças transmissíveis, como a COVID-19, poderá levar a uma maior volatilidade nos mercados de capitais globais e afetar negativamente a economia mundial e a brasileira, incluindo o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Surtos potenciais ou reais de doenças (como a COVID-19) poderão ter um efeito negativo nos mercados de capitais globais (incluindo o mercado de capitais no qual as ações de emissão da Companhia são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e no preço das ações de emissão da Companhia. Historicamente, epidemias e surtos regionais ou globais de doenças, como os causados pelo vírus Zika, pelo vírus Ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecido como influenza aviária), pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecido como a gripe suína), como a febre aftosa, como a síndrome respiratória do Oriente Médio (conhecida como MERS) e como a síndrome respiratória aguda grave (conhecida como SARS) afetaram determinados setores da economia dos países nos quais essas doenças se disseminaram.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde, ou OMS, declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os países membros da OMS são responsáveis por estabelecer as melhores práticas para a prevenção e o tratamento da COVID-19. Diante da epidemia da COVID-19, medidas de distanciamento social foram impostas pelos governos de vários países para restringir a disseminação generalizada e contínua do vírus, incluindo quarentenas e confinamentos em todo o mundo. Em decorrência de tais medidas, os países impuseram restrições a viagens e transportes públicos, fechamentos prolongados de locais de trabalho e espaços públicos, como shoppings e restaurantes, e interrupções nas cadeias de abastecimento, o que levou à redução do consumo geral da população. Essa redução poderá resultar em volatilidade no preço das matérias-primas e outros insumos, o que poderá ter um efeito negativo relevante na economia global e na economia brasileira.

Além disso, qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como o surto da COVID-19, pode ter um efeito adverso relevante nos mercados, especialmente no mercado de ações. A adoção das medidas acima descritas, aliada às incertezas ocasionadas pelo surto da COVID-19, impactou negativamente a economia global e os mercados de capitais globais, inclusive no Brasil, causando também volatilidade que resultou na interrupção das negociações da B3 por oito vezes durante março de 2020. Consequentemente, o preço das ações de emissão da Companhia poderá sofrer volatilidade, o que poderá impactar negativamente os acionistas da Companhia. Qualquer mudança relevante na condição dos mercados financeiros ou na economia brasileira em decorrência desses eventos mundiais poderá reduzir a demanda de investidores brasileiros e estrangeiros por ações de emissores brasileiros, incluindo ações de emissão da Companhia, o que poderá afetar negativamente o preço de mercado dessas ações e também poderá prejudicar a capacidade da Companhia de acessar o mercado de capitais e financiar suas operações em termos aceitáveis no futuro.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado de valores mobiliários brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender ações pelo preço e na ocasião que desejarem, podendo ter impacto adverso no preço das ações de emissão da Companhia.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las na quantidade, ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações da Companhia. Adicionalmente, o preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência, por motivos relacionados ao desempenho operacional e financeiro da Companhia e por questões macroeconômicas, nacionais e internacionais, que podem não ser controlados pela Companhia inclusive pelos impactos da pandemia da COVID-19, o que pode vir a afetar adversamente o preço das ações de sua emissão.

O governo brasileiro exerceu historicamente e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. O ambiente econômico e político brasileiro afeta diretamente e de forma relevante a Companhia.

A Companhia opera exclusivamente no Brasil e depende das condições econômicas brasileiras. Desdobramentos futuros na economia brasileira poderão afetar as taxas de crescimento do Brasil e, consequentemente, o consumo dos serviços da Companhia, a estratégia de negócios da Companhia, bem como a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O governo brasileiro frequentemente interveio e continua a intervir na economia brasileira e, ocasionalmente, faz alterações relevantes nas políticas monetária, tributária e de crédito, entre outras. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação, estimular a expansão econômica e implementar outras políticas incluem, dentre outros, controles de salários e preços, valorização ou desvalorização do real, ajustes cambiais, controle sobre remessas ao exterior e intervenção do Banco Central para alterar as taxas de juros básicas. A Companhia poderá ser negativamente afetada por mudanças nas políticas adotadas pelo governo brasileiro, bem como por fatores gerais, incluindo, dentre outros: (i) expansão ou contração do crescimento da economia brasileira, conforme medido pelo produto interno bruto, ou PIB; (ii) inflação; (iii) políticas fiscais e monetárias; (iv) disponibilidade de crédito; (v) controles de importação; (vi) taxas de juros; (vii) fornecimento de energia elétrica; (viii) liquidez dos mercados domésticos de capital e crédito; (ix) instabilidade social e política; (x) flutuações nas taxas de câmbio e controles de câmbio; (xi) políticas sanitárias; e (xii) outras diretrizes ou eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que de outra forma afetem o país.

Esses fatores, bem como as incertezas sobre as políticas ou regulamentações a serem adotadas pelo governo brasileiro com relação a esses fatores, poderão afetar de maneira adversa e relevante a Companhia.

A instabilidade política poderá afetar negativamente a economia brasileira, bem como as atividades, resultados operacionais e o preço de negociação das ações de emissão da Companhia.

O ambiente político brasileiro historicamente influenciou e continua a influenciar a economia do Brasil, bem como a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e volatilidade dos preços dos títulos (incluindo valores mobiliários) emitidos por empresas brasileiras.

Em especial, o mercado de capitais brasileiro tem observado um aumento na volatilidade devido à incerteza das investigações em andamento pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, incluindo a Operação Lava Jato. Essas investigações afetaram o ambiente econômico e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

político do Brasil. Alguns integrantes do governo e do poder legislativo, bem como executivos de grandes empresas públicas e privadas, estão sob acusações de corrupção por supostamente aceitarem subornos em troca de contratos de concessão do governo com empresas dos setores de infraestrutura, petróleo, gás e construção, entre outros. Esses subornos supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizados ou divulgados publicamente, resultando no enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como consequência, vários políticos, incluindo integrantes do Congresso Nacional e executivos de grandes empresas públicas e privadas renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, enquanto outros ainda estão sob investigação por conduta antiética e ilegal identificada durante essas investigações.

O eventual desfecho dessas e de outras investigações permanece incerto, mas essas investigações já afetaram negativamente a reputação das empresas envolvidas, bem como a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. Não há garantia de que essas investigações em andamento não levarão a mais instabilidade política e econômica, ou se novas alegações contra membros e executivos do governo e/ou empresas privadas surgirão no futuro. O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Na data deste Formulário de Referência, o Presidente do Brasil está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal por conduta inadequada, após alegações apresentadas pelo ex-Ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro, segundo o qual o Presidente do Brasil teria tentado influenciar a nomeação de membros da Polícia Federal em benefício próprio e de sua família. Se a investigação determinar que o Presidente do Brasil interferiu indevidamente nas nomeações, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial processo de impeachment ou julgamento pelo Supremo Tribunal Federal poderão ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil e nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia. À medida que o apoio ao impeachment do Presidente do Brasil ganha força e que aumentam as especulações sobre uma intervenção militar no Brasil, a instabilidade política no Brasil se tem se intensificado e poderá continuar a desestabilizar o ambiente político e econômico brasileiro.

Não há garantia de que o Presidente do Brasil conseguirá aprovar as reformas prometidas em sua campanha, nem sobre quais políticas ele adotará ou se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais terão um efeito adverso sobre a economia brasileira ou sobre a Companhia.

Variações nas taxas de câmbio poderão afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido historicamente desvalorizações frequentes em relação ao dólar americano e a outras moedas. O governo brasileiro implementou no passado vários planos econômicos e políticas de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), controles de câmbio, mercado de câmbio duplo e regimes de taxa de câmbio flutuante.

A desvalorização do real em períodos mais curtos resultou em flutuações significativas na taxa de câmbio entre o real, o dólar americano e outras moedas. De acordo com a taxa Ptax do Banco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Central do Brasil, ou BCB, em 2017, o real brasileiro desvalorizou-se em 1,1%, de R$3,2723 por US$1,00 no início do ano para R$3,3074 por US$1,00 no final de 2017. Em 2018, o real desvalorizou-se em 15,6% de R$3,2691 por US$1,00 no início do ano para R$3,8742 por US$1,00 no final de 2018. Em 2019, o real desvalorizou-se em 4,2%, de R$3,8589 por US$1,00 no início do ano para R$4,0301 por US$1,00 no final de 2019. Em 30 de setembro de 2020, a taxa de câmbio do real frente ao dólar americano era de R$5,6401 por US$1,00. Em decorrência da pandemia da COVID-19, o real desvalorizou significativamente em relação ao dólar americano, refletindo as baixas taxas de juros, um cenário econômico em deterioração e a crise política brasileira.

Não há garantia de que o real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao dólar americano. A desvalorização do real em relação ao dólar americano poderá criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e resultar em aumento das taxas de juros, afetando negativamente a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, devido à contração do consumo e aumento dos custos. A desvalorização do real em relação ao dólar americano também poderá gerar aumento nos custos operacionais da Companhia relacionados à importação de mercadorias e nas despesas e obrigações financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos denominados em dólares americanos. A Companhia poderá ser adversamente afetada por mudanças em tais políticas de câmbio.

Determinados custos operacionais da Companhia relacionados à importação de mercadorias e uma parte de seu endividamento são, e a Companhia espera que continuem a ser denominados ou indexados ao dólar americano e a outras moedas estrangeiras. A valorização do dólar americano e de outras moedas estrangeiras em relação ao real aumentará o endividamento da Companhia denominado em dólares americanos e outras moedas estrangeiras, bem como o custo do serviço de tal endividamento e, portanto, afetará de maneira adversa e relevante a Companhia.

As variações cambiais do real em relação a outras moedas, especificamente o dólar americano, afetaram e continuarão a afetar os resultados operacionais da Companhia, os quais são expressos em reais.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para conter a inflação, incluindo o aumento das taxas de juros, poderão contribuir para o aumento da incerteza econômica no Brasil e afetar de maneira significativamente negativa a Companhia.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combater as taxas de inflação têm e poderão ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e as atividades da Companhia. Políticas monetárias rígidas com altas taxas de juros e altas exigências de depósito compulsório poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e reduções nas taxas de juros poderão desencadear aumentos da inflação e, consequentemente, volatilidade do crescimento e a necessidade de aumentos repentinos e significativos nas taxas de juros.

Como resultado dessas medidas, a taxa básica de juros no Brasil tem flutuado significativamente. A taxa de inflação brasileira, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou IBGE, para 2019, 2018 e 2017 foi de 4,31%, 3,75% e 2,95%, respectivamente. Em 30 de setembro de 2020, de acordo com o IPCA, a taxa de inflação acumulada no período anterior de 12 meses foi de 3,14% e de 1,34% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

No passado, as intervenções do governo brasileiro incluíram a manutenção de uma política monetária restritiva com altas taxas de juros que restringiram a disponibilidade de crédito e reduziram o crescimento econômico, causando volatilidade nas taxas de juros de mercado. Da mesma forma, entre 2015 e 2020, a taxa básica de juros no Brasil, estabelecida pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou SELIC meta, e determinada pelo Comitê de Política

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Monetária, ou COPOM, variou entre 2,00% e 14,25% ao ano. Desde 29 de julho de 2015, a taxa SELIC meta permaneceu em 14,25% ao ano, pico do período mencionado, até 19 de outubro de 2016, quando o COPOM determinou a redução da taxa para 14,00% ao ano. Em suas reuniões seguintes, o COPOM determinou uma sequência de cortes na taxa SELIC meta, com uma redução da taxa para 6,75% ao ano em 7 de fevereiro de 2018, e, em 21 de março de 2018, com uma nova redução para 6,50% ao ano. O COPOM manteve a taxa SELIC meta de 6,50% ao ano em 16 de maio de 2018 e, posteriormente, em 20 de junho de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a taxa era de 6,50% ao ano. O COPOM reconfirmou a taxa de 6,50% ao ano em 6 de fevereiro de 2019, mas em 1º de agosto de 2019 reduziu a taxa SELIC meta para 6,00% ao ano e, em 30 de outubro de 2019, reduziu ainda mais a taxa para 5,00% ao ano. Em 31 de dezembro de 2019, a taxa SELIC meta era de 4,50% ao ano. Em 5 de fevereiro de 2020, o COPOM reduziu a taxa para 4,25% ao ano e reduziu ainda mais em março de 2020, com a taxa SELIC meta em 3,75% ao ano em 31 de março de 2020. Em um esforço para compensar o impacto da pandemia da COVID-19 na demanda doméstica, o COPOM reduziu ainda mais a taxa em maio, junho e agosto de 2020, com a taxa SELIC meta em 2,00% ao ano na data deste Formulário de Referência.

As pressões inflacionárias poderão resultar em intervenções do governo na economia, incluindo políticas que poderão afetar negativamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderá adversamente afetar as operações e o valor de mercado das ações de emissão da Companhia. A inflação, as medidas para contê-la e a especulação sobre possíveis medidas a serem implementadas também poderão contribuir para significativa incerteza em relação à economia brasileira e enfraquecer a confiança dos investidores, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de acesso a financiamentos, incluindo acesso aos mercados de capitais internacionais. Medidas futuras do governo brasileiro, incluindo reduções nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio estrangeiro e ações para ajustar ou fixar o valor do real poderão desencadear aumentos na inflação, afetando negativamente o desempenho geral da economia brasileira.

A inflação também poderá aumentar os custos e despesas da Companhia, e a Companhia poderá não conseguir transferir esses custos a seus clientes, reduzindo suas margens de lucro e resultado líquido. Além disso, os altos índices inflacionários geralmente aumentam as taxas de juros internas e, portanto, o serviço da dívida das parcelas do endividamento da Companhia denominado em reais e indexado a taxas flutuantes também poderá aumentar e o lucro líquido da Companhia poderá diminuir. A inflação e seus efeitos relacionados às taxas de juros internas poderão, além disso, reduzir a liquidez nos mercados domésticos de capitais e financeiro, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de refinanciar seu endividamento nesses mercados. Além disso, a inflação também poderá afetar indiretamente a Companhia, por meio de uma redução no poder de compra dos clientes. Os clientes da Companhia poderão ser afetados por altas taxas de inflação e quaisquer efeitos sofridos pelos clientes da Companhia poderão afetar negativamente a Companhia.

Variações nas taxas de juros poderão aumentar o custo do serviço de dívida da Companhia.

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice da taxa média de juros de certificados de depósito interbancário aplicável no Brasil, ou CDI, foi de 1,90% a.a., 4,40% a.a., 6,40% a.a. e 6,89% a.a., respectivamente. Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a taxa de juros de longo prazo, ou TJLP substituída em 1º de janeiro de 2018 pela taxa de longo prazo, ou TLP, foi de 4,91% a.a., 5,57% a.a., 6,98% a.a. e 7,00% a.a., respectivamente. O aumento das taxas de juros poderá afetar a capacidade da Companhia de obter empréstimos e aumentar o custo do endividamento da Companhia, resultando em aumento de suas despesas financeiras. Esse aumento poderá afetar negativamente a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de pagamento na medida que a sua posição de caixa seja reduzida. Além disso, assimetrias nas taxas de inflação a que os ativos e passivos da Companhia estão indexados, bem como flutuações significativas nas taxas de juros, poderão resultar em perdas financeiras para a Companhia. A Companhia utiliza os recursos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

gerados pelas atividades operacionais para administrar as suas operações, bem como para garantir seus investimentos e seu crescimento. Para complementar as necessidades de caixa para crescimento, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos das principais instituições financeiras no Brasil, que são principalmente indexados à variação da taxa do CDI.

Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, como os recentes desdobramentos nos mercados financeiros globais, e especificamente em países emergentes, poderão afetar negativamente o preço de mercado dos títulos brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

O valor de mercado das ações de emissão de empresas brasileiras é afetado em vários graus pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, outros países da América Latina e países de mercado emergente. Acontecimentos ou condições econômicas em outros países emergentes por vezes afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira, resultaram em consideráveis fugas de recursos do Brasil e diminuíram o montante de investimentos estrangeiros no Brasil. Esses riscos também poderão afetar o acesso da Companhia aos mercados de capitais e afetar negativamente a capacidade da Companhia de financiar suas operações por meio de emissões de títulos (incluindo valores mobiliários) em geral ou em termos favoráveis à Companhia. Se houver uma deterioração significativa da economia global ou da situação econômica atual, os resultados operacionais da Companhia poderão ser negativamente afetados e o valor das ações de emissão da Companhia poderá sobre queda.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das ações de emissão da Companhia.

Adicionalmente, o risco de *default* de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados. Com relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar o negócio da companhia, destaca-se a saída do Reino Unido da União Europeia ("*Brexit*"), que poderia afetar de maneira adversa as condições econômicas e de mercado da Europa e do mundo todo, podendo contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais.

Adicionalmente, o *Brexit* poderia levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará. Os efeitos do *Brexit*, e outros que a Companhia não pode prever, poderão ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia, bem como nos resultados de suas operações ou situação financeira.

Ademais, a Companhia está sujeita a impactos decorrentes da tensão política entre os Estados Unidos, China, Irã e Iraque, bem como demais conflitos correlatos no Oriente Médio. Caso haja uma escalada nas tensões e sanções entre os Estados Unidos, China, Irã e Iraque, e possivelmente, países europeus, o preço do petróleo poderá aumentar, afetando assim o mercado de commodities e de energia no Brasil e no mundo, o que poderá elevar os custos operacionais da Companhia e as despesas dos consumidores e, portanto, afetar adversamente os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia. Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o mercado diretamente o mercado de ações.

A pandemia da COVID-19 acrescentou uma nova fonte de incerteza à atividade econômica global. Autoridades ao redor do mundo têm adotado medidas para tentar conter a disseminação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

da doença desde que o vírus se espalhou pelo mundo. As restrições provavelmente permanecerão em vigor se o contágio não diminuir. A materialização desses riscos afetou o crescimento global e poderá diminuir o interesse dos investidores em ativos no Brasil, o que afetou negativamente o preço de mercado dos títulos da Companhia (incluindo valores mobiliários), restringindo o acesso aos mercados de capitais e, como consequência, o financiamento das operações da Companhia no futuro.

A capacidade dos clientes da Companhia de fazer pagamentos pontuais poderá ser negativamente afetada por restrições de liquidez no Brasil.

A economia brasileira tem estado sujeita a uma série de desdobramentos e condições que afetaram significativamente a disponibilidade de crédito. Além disso, o Brasil é vulnerável aos efeitos das crises financeiras globais. Por exemplo, a crise econômica global que afetou os mercados dos Estados Unidos e da Europa a partir de 2008 (especialmente da Grécia, da Espanha, da Itália e de Portugal) reduziu significativamente a confiança dos investidores em todo o mundo. Por sua vez, o Brasil teve sua classificação de risco de dívida soberana reduzida pelas três principais agências de classificação de crédito com sede nos Estados Unidos, a Standard & Poor's, a Moody's e a Fitch. A Standard & Poor's reduziu a classificação de risco da dívida soberana do Brasil de BBB- para BB+ em setembro de 2015, posteriormente reduzindo-a para BB em fevereiro de 2016 e para BB- com perspectiva estável em janeiro de 2018, considerando a formulação de políticas menos oportunas e eficazes e um risco de maior incerteza política após as eleições de 2018 no Brasil. Em abril de 2020, a Standard & Poor's manteve a classificação de risco da dívida soberana do Brasil em BB- com uma perspectiva estável. Em dezembro de 2015, a Moody's colocou a classificação de crédito da dívida soberana do Brasil de então Baa3 em análise e a reduziu em fevereiro de 2016 para Ba2 com perspectiva negativa, considerando a perspectiva de deterioração adicional do endividamento do Brasil em meio a uma recessão e um ambiente político desafiador. Posteriormente, em abril de 2018, a Moody's classificou a perspectiva soberana do Brasil como estável. Em maio de 2020, a Moody´s reafirmou a classificação de crédito da dívida soberana do Brasil em Ba2 com uma perspectiva estável. A Fitch rebaixou a classificação de risco soberano do Brasil para BB+ com perspectiva negativa em dezembro de 2015, considerando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior do que o esperado e rebaixou ainda mais a classificação de risco da dívida soberana do Brasil em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou ainda mais a classificação de risco soberano do Brasil para BB- com perspectiva estável. Desde maio de 2020, a Fitch mantém a classificação do Brasil em BB-, mas com perspectiva negativa, considerando a deterioração do ambiente fiscal e econômico do Brasil e que ambos poderiam piorar devido às incertezas políticas, bem como incertezas quanto à duração e intensidade da pandemia da COVID-19. A continuidade da atual recessão e da incerteza política no Brasil poderão levar a novos rebaixamentos das classificações de risco do país. Qualquer rebaixamento adicional nas classificações de risco soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e poderá afetar negativamente a Companhia e o preço de negociação das ações de sua emissão.

Esses eventos podem afetar negativamente a capacidade da Companhia de obter financiamentos nos mercados de capitais brasileiro e internacional, bem como enfraquecer a recuperação e o crescimento das economias brasileira e/ou estrangeira, resultando em maior volatilidade no mercado de capitais brasileiro.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Além dos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, as incertezas econômicas e políticas que podem vir a prejudicar o comportamento de compra dos clientes, o prazo médio de fornecedores e de giro dos estoques, a disponibilidade de mão-de-obra e demais fatores que afetam as decisões da Companhia, expõem a Companhia a uma série de riscos de mercado.

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo, produção gráfica, bem como consultoria e treinamento em tecnologia.

Dentre os principais riscos que podem impactar adversamente a Companhia e seu setor de atuação, podemos destacar:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxas de juros, risco cambial e risco de preço, o qual pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos que têm suas taxas atreladas substancialmente à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os parcelamentos de impostos estão atrelados substancialmente à taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

No caso dos empréstimos, o risco associado decorre da possibilidade de aumento nas taxas de CDI que resultem em acréscimo das despesas financeiras. Já para as aplicações financeiras, o risco decorre da possibilidade de redução nas taxas de CDI que diminuam as receitas financeiras.

A análise de sensibilidade abaixo demonstrada abaixo considera a variação das taxas de juros sobre os ativos e passivos financeiros em 30 de setembro de 2020:

		R$ mil		**Resultado financeiro**		
	Risco	**Saldo em 30/09/2020**	**Taxa**	**Cenário provável** (i)	**Cenário 25%**	**Cenário 50%**
Ativos						
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Alta do CDI	**20.502**	CDI	560	700	840
Partes relacionadas	Alta do CDI	543.889	CDI	18.030	20.814	23.598
Empréstimos e financiamentos – capital de giro e Compror	Alta do CDI	**(773.993)**	CDI	(21.130)	(26.413)	(31.695)
Empréstimos e financiamentos - Finame-BNDES	Alta da TJLP e Selic	**(**40**)**	Selic	(1)	(1)	(2)
Parcelamento de tributos	Alta da Selic	**(**26.052**)**	Selic	(651)	(814)	(977)

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Total	**(235.694)**	**(3.192)**	**(5.714)**	**(8.236)**	**(3.192)**

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de setembro de 2020 (2,73% a.a.) para 360 dias. Para o cenário provável da SELIC, foi considerada a projeção divulgada em Boletim Focus emitido pelo Banco Central em 5 de outubro de 2020 (2,50% a.a.).

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Para gerenciar a liquidez do caixa, a Administração da Companhia estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros, mantendo controle efetivo. A Companhia apresentava passivo circulante líquido no montante de R$ 131,5 milhões em 30 de setembro de 2020, R$ 201,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, R$ 104,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$ 17,9 milhões em 31 de dezembro de 2017).

O endividamento de longo prazo está representado substancialmente por empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento com terceiros e com partes relacionadas.

d) Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não efetua operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R$1 milhão; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Ações Civis Públicas

A Companhia é parte em duas Ações Civis Públicas ("ACP") em andamento, movidas pelo Ministério Público, a saber:

Processo nº 0225412-62.2008.8.26.0100	
Juízo	2ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo
Instância	Superior Tribunal de Justiça
Data de instauração	16/12/2008
Partes no processo	Ministério Público do Estado de São Paulo (Autor) Companhia (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 0,00 Não há valores envolvidos.
Principais fatos	O objeto da ação é uma obrigação de fazer, a qual pede que seja informado o prazo para entrega dos produtos e restituição de preço pago pelo consumidor, sob pena de multa de 2% pelo atraso no cumprimento de suas obrigações. Inicialmente, foi proferida sentença de improcedência do pleito, que posteriormente foi reformada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, para estabelecer a incidência de multa moratória de 2% do valor do produto nos casos de atraso na entrega de mercadoria ou atraso na restituição do preço pago pelo consumidor, nas hipóteses de arrependimento previstas no art. 49, § único do Código de Defesa do Consumidor ("CDC"), além da incidência de juros legais de 1% ao mês, sob pena de multa cominatória de R$10.000,00 (dez mil reais) por consumidor. A Companhia protocolou recurso especial e agravo em recurso especial sobre esta decisão. No STJ, houve provimento do recurso e determinação pela improcedência do pleito. O Ministério Público opôs embargos de divergência no recurso especial. O recurso, em trâmite no STJ, se encontra concluso para decisão desde 12 de setembro de 2018.
Chance de perda	Remota
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Tendo em vista que a obrigação já foi cumprida pela Companhia, não há riscos pecuniários.
Valor Provisionado	Tendo em vista que a obrigação foi devidamente cumprida pela Companhia, não há valores provisionados para a presente ação.

Processo 0029552-98.2014.8.16.0001	
Juízo	9ª Vara Cível da Comarca de Curitiba – PR
Instância	1ª Instância
Data de instauração	19/08/2014
Partes no processo	Ministério Público do Estado do Paraná (Autor) Companhia (Réu)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 0,00 Não há valores envolvidos.
Principais fatos	O Ministério Público do Estado do Paraná questiona a política de troca de produtos eletrônicos da Companhia e de outras empresas varejistas, e solicitou antecipação de tutela para que as empresas não criassem prazos e regras de garantia diversos do CDC, e para que coletem e enviem à assistência técnica os produtos defeituosos. Houve a concessão de tutela antecipada em primeira instância, posteriormente, revogada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, com a denegação do agravo de instrumento interposto pelo Ministério Público. Atualmente, aguarda-se a citação e a apresentação de defesa por parte de algumas empresas do polo passivo. O processo, até a data deste Formulário de Referência, encontra-se concluso para despacho.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	No caso de perda, a Companhia estará sujeita a: a) se abster de criar prazos e outras regras de garantia diversas daquela prevista no CDC, bem como de realizar o encaminhamento, à assistência técnica, do consumidor que pretende reclamar por vícios do produto em sua sede e filiais; e b) promover a coleta dos produtos em sua loja, dando a solução adequada para fins de garantia. Adequar seus procedimentos para assistência ao consumidor nos casos de vício do produto ou serviço no Estado do Paraná.
Valor Provisionado	Diante da inexistência de valores apontados como envolvidos, não há valores provisionados para a presente ação.

Processos Trabalhistas

Processo nº 000050.2018.21.000/5	
Juízo	Procedimento Administrativo do Ministério Público do Trabalho
Instância	Tribunal Regional do Trabalho 21ª Região - Rio Grande do Norte
Data de instauração	15/01/2018
Partes no processo	Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região – Natal/Rio Grande do Norte (Autor) Companhia (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 0,00
Principais fatos	O presente procedimento foi instaurado a partir de denúncia noticiando irregularidades trabalhistas nos seguintes temas: (i) CTPS; e (ii) Registro de empregados; (iii) Descanso semanal; e (iv) Outros temas. A Companhia informou nos autos sobre a inexistência de empregados sem registro, juntando cópia dos documentos comprobatórios. Após fiscalização em julho de 2018, a Companhia foi autuada sob a suposta alegação de deixar de (i) favorecer o repouso semanal dominical; (ii) conceder ao empregado um descanso semanal na forma da lei; e (iii) fazer coincidir o descanso semanal com o domingo, na forma da lei. Em 14/10/2020, foi realizada audiência e atualmente a Companhia

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	está com prazo para apresentação de documentos que comprovam sua regularidade.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Caso venha a ser confirmada as infrações do auto de infração, a Companhia dever ajustar seu procedimento para observar as regras de escalas previstas.
Valor Provisionado	Valor não provisionado, por se tratar de procedimento administrativo em fase inicial.

Processo nº 000137.2019.21.000/9	
Juízo	Procedimento Administrativo do Ministério Público do Trabalho
Instância	Tribunal Regional do Trabalho 21ª Região - Rio Grande do Norte
Data de instauração	04/02/2019
Partes no processo	Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região – Natal/Rio Grande do Norte (Autor) Companhia (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 0,00
Principais fatos	A presente reclamação refere-se a suposto assédio e comportamento inadequado de gerente de uma loja, que foi posteriormente desligado. Foi realizada uma audiência em 14/10/2020 e atualmente encontra-se em fase de apresentação de documentos sobre os fatos mencionados.
Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Caso venha a ser comprovada a informação da denúncia, a Companhia poderá sujeitar-se a multa pelo ocorrido e eventual indenização na esfera civil e/ou trabalhista.
Valor Provisionado	Valor não provisionado, por se tratar de procedimento administrativo ainda em fase inicial.

Processos Tributários

Processo nº 10880.729.296/2017-96	
Juízo	Processo Administrativo
Instância	Processo Administrativo
Data de instauração	28/07/2017
Partes no processo	Delegacia da Receita Federal (Autor) Companhia (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$17.784.147,19
Principais fatos	Auto de Infração lavrado visando à cobrança de supostos débitos de PIS e Cofins dos anos 2014 e 2015, pelo crédito tomado em bens e serviços. A Companhia entrou no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT de parte das infrações aos créditos, reduzindo o valor envolvido na discussão deste auto de infração. Apresentou impugnação em 24 de agosto de 2017 sobre a glosa dos créditos especificamente sobre despesas (i) aluguel de créditos, (ii) créditos extemporâneos de aluguel de equipamento e (iii) frete entre filiais. Atualmente aguarda a análise da impugnação apresentada.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Chance de perda	Possível
Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia	Caso a Companhia venha a perder, a estimativa do valor envolvido seria de R$5.622.326,21.
Valor Provisionado	Valor não provisionado, por se tratar de processo administrativo com avaliação por nossos assessores jurídicos como de perda possível.

4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Tendo em vista que nenhum dos processos descritos no item 4.3 acima teve valor provisionado, este item não é aplicável.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não aplicável, dado que não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia.

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Tendo em vista que inexistem processos relevantes descritos no item 4.4 acima, este item não é aplicável.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Não aplicável, dado que não existem processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam partes.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não era parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

Tendo em vista que inexistem processos relevantes descritos no item 4.6 acima, este item não é aplicável.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Termos de Ajustamento de Conduta

Em 30 de setembro de 2020, havia dois Termos de Ajustamento de Conduta ("TAC") firmados com o Ministério Público, versando sobre: (1) obrigatoriedade de divulgação de venda e preço de produtos em embalagens fechadas ao consumidor, em detrimento da indicação do valor unitário dos itens, em função da sua atividade atacadista; e (2) atendimento ao previsto no código do consumidor em relação ao vício do produto.

No primeiro caso, a Companhia firmou um TAC em 26 de fevereiro de 2002 com o Ministério Público do Estado de São Paulo, que foi substituído em 2 de setembro de 2008, em face da alteração da maneira de atuação no mercado, caracterizada por "atacarejo", que, no contexto da Companhia, consiste em possibilitar vendas em maiores quantidades com preços baixos para pequenos varejistas e revendedores, típicos do atacado, como também para consumidores finais em menores quantidades e, consequentemente, a preços um pouco mais altos, semelhantes ao do varejo. Nesse TAC, a Companhia se obriga: (i) a alterar a antiga expressão "vende somente embalagens fechadas" pela inscrição "não abrimos embalagens", instalando-a, na entrada de todas as suas lojas, no prazo de 60 (sessenta) dias após a homologação desse acordo, de modo que essa informação deve constar também em toda e qualquer publicidade de venda dos produtos; e (ii) a informar ao consumidor, sempre de forma clara e ostensiva, o preço da unidade de venda do produto, seja por atacado seja por varejo.

No segundo caso, a Companhia firmou um TAC com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 10 de novembro de 2009, no qual a Companhia se obriga a receber o produto e sanar o vício, no prazo de trinta dias, em caso de reclamação de consumidor relacionada a produto viciado feita no prazo legal do artigo 26 do Código de Defesa do Consumidor.

Ambos os TACs se encontram arquivados, e a Companhia segue atendendo ao compromisso assumido nos referidos documentos. As multas, em caso de eventual descumprimento dos TACs, serão aplicadas nos termos pactuados nos respectivos instrumentos, sendo, no primeiro caso, de, R$50.000,00 (cinquenta mil reais), sujeito a correção, por descumprimento e, no segundo caso, de sanção pecuniária diária no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), devidamente corrigida, sem prejuízo de execução específica da mesma obrigação.

Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

Processo Administrativo n. 10880.729296/2017-96

Em 2017, a Companhia foi autuada por créditos tomados com (i) taxa de cartão de crédito, (ii) aluguel de equipamentos no tocante ao crédito extemporâneo prescrito, (iii) aluguel de créditos pagos a pessoas físicas, (iv) instalações, máquinas e equipamentos, (v) embalagem e material de consumo, (vi) serviços de telecomunicações, (vii) divergência de notas de compra e (viii) equipamentos importados (receitas não tributadas). A Companhia aderiu ao PERT com relação a parte da autuação, que está sob acompanhamento da Receita Federal no processo administrativo 10880.735.801/2017-31. A Companhia encontra-se em dia com o pagamento dos valores do parcelamento, restando 110 parcelas de um parcelamento realizado em 150 vezes. Para maiores detalhes, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, dado que a Companhia é um emissor nacional e com valores mobiliários custodiados no Brasil.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos") que abrange todos os processos, áreas e colaboradores da Companhia e de suas controladas, e estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidade em relação ao processo de gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi elaborada de acordo com as diretrizes da Companhia e tem fundamento nas melhores práticas de mercado e no Regulamento do Novo Mercado, no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC e nas normas emanadas pela Companhia de Valores Mobiliários ("CVM").

A última versão da política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 3 de dezembro de 2020 e é aplicável para todos os órgãos da administração e departamentos da Companhia. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.kalunga.com.br).

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia, conceituando as atividades, bem como as principais responsabilidades atribuídas aos diversos órgãos da administração ou departamentos, para subsidiar a Companhia no momento da tomada de decisões, aumentando a transparência das informações internamente e para seus *stakeholders*.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia categoriza seus riscos da seguinte maneira:

• Riscos de Negócio e/ou Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios, na busca de criação, proteção e crescimento sustentável e de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo (ambiente político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços), e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros);

• Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:

(i) *Riscos de Mercado*: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços dos *commodities*;

(ii) *Riscos de Crédito*: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(iii) *Riscos de Liquidez*: consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.

• Riscos de Conformidade/*Compliance*: são os riscos de sanções relacionadas ao descumprimento da legislação aplicável, acordos, regulamentos, códigos de conduta e/ou políticas. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos; corrupção e crimes cibernéticos;

• Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem da inadequação ou falha na gestão da operação, processos internos e pessoas, sistemas, ativos, infraestrutura e clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e sua a utilização efetiva e eficiente de recursos. Tais riscos podem estar associados tanto à operação do negócio (marketing, vendas, comercial e logística), como à gestão de áreas de suporte ao negócio (administrativo, controladoria, contabilidade, controle, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente, tecnologia da informação e relações sindicais);

• Riscos Reputacionais: são aqueles que decorrem de eventos que podem prejudicar a imagem e a reputação da Companhia.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Tal gerenciamento tem por premissa a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, por meio da:

(i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta;

(ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia;

(iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima;

(iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos;

(v) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa;

(vi) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e

(vii) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conselho de Administração

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Aprova a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras, estabelece diretrizes gerais na gestão de risco e auxilia a Diretoria e demais áreas na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Adicionalmente, tem por atribuição definir o nível de apetite ao risco da Companhia na condução de seus negócios, bem como, em conjunto com o Comitê de Auditoria, monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e *compliance*.

Diretoria

Responsável por adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas reuniões da Diretoria, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Cabe ainda à Diretoria avaliar ao menos anualmente a eficácia do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria

Auxilia o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e *compliance*. O coordenador do Comitê de Auditoria é o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Comissão de Gerenciamento de Riscos

Área de assessoramento subordinada ao Comitê de Auditoria, tendo por atribuição auxiliar na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Além disso, juntamente com a administração da Companhia, esta área é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. A área deverá reportar-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Deve ter, ainda, por responsabilidade a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia, bem como (i) a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e *compliance* entre os colaboradores da Companhia; (ii) o desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; e (iii) a atualização, sempre que necessária, das políticas internas e do código de conduta da Companhia. A Comissão de Gerenciamento de Riscos é composta por um representante da controladoria, um da área jurídica e *compliance* e um da área de auditoria interna, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais (consideram-se atividades **não operacionais**, entre outras, as desenvolvidas pelas áreas jurídicas de controladoria, de auditoria interna e de relações com investidores).

Auditoria Interna

Atuando de forma independente e objetiva, a Área de Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

Gerências e demais colaboradores

Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Abaixo pode ser encontrado o organograma com as estruturas de reporte relacionadas ao gerenciamento de riscos:

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. Esses controles internos consistem em um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

• Eficiência e efetividade operacional;

• Confiança nos registros de dados e informações;

• Conformidade; e

• Abordagem baseada em risco.

A Companhia envida esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando segurança e mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

a. se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos que abrange todos os processos, áreas e colaboradores da Companhia e de suas controladas, e estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades em relação ao processo de gerenciamento de riscos, a tipologia dos riscos a que a Companhia está exposta, o processo de comunicação, priorização, tratamento, consulta, monitoramento e análise relativo à gestão dos riscos.

A última versão da política foi aprovada em pelo Conselho de Administração da Companhia em 3 de dezembro de 2020, e é aplicável para todos os órgãos da administração e departamentos da Companhia. Referida política encontra-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.kalunga.com.br).

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia categoriza seus riscos da seguinte maneira**:**

Riscos de Negócio e/ou Estratégicos: são os riscos associados às decisões estratégicas da administração para atingir os seus objetivos de negócios, na busca de criação, proteção e crescimento sustentável e de valor. São causados por eventos de mudanças no ambiente externo (ambiente político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade, inovações, tecnologias e portfólio de produtos e/ou serviços), e também pela qualidade na gestão de eventos internos relativos às suas finanças (ambiente econômico, geração de caixa operacional, rentabilidade, endividamento, alavancagem, aplicação e captação de recursos financeiros).

Riscos Financeiros: dividem-se em três segmentos:

(i) Riscos de Mercado: decorre da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, da inflação, e, em menor escala, dos preços de *commodities*.

(ii) Riscos de Crédito: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira.

(iii) Riscos de Liquidez: consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas

ii. estratégias de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não possui instrumentos específicos para proteção de riscos patrimoniais. Este risco, caso identificado, deverá seguir os procedimentos descritos na Política de Gerenciamento de Riscos.

iii. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia não possui instrumentos específicos para proteção de riscos patrimoniais.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação. Tal gerenciamento, tem por premissa a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, por meio da: (i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Companhia está exposta; (ii) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia; (iii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos dos itens acima; (iv) avaliação contínua dos riscos identificados, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro adverso nos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos; (v) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa; (vi) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia com o intuito de neutralizar ou mitigar os riscos identificados; e (vii) difusão da cultura de gerenciamento de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

v. se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não há instrumento financeiro derivativo com objetivo diverso ao da proteção patrimonial e gerenciamento de risco. Todas as operações de derivativos, se contratadas, devem ter o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Conselho de Administração

Aprova a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões futuras, estabelece diretrizes gerais na gestão de risco e auxilia a Diretoria e demais áreas na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Adicionalmente, tem por atribuição definir o nível de apetite ao risco da Companhia na condução de seus negócios, bem como, em conjunto com o Comitê de Auditoria, monitorar e controlar a qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, dos controles internos e do gerenciamento de riscos e *compliance*.

Diretoria

Responsável por adotar mecanismos para gerenciamento de riscos, seguindo as decisões tomadas nas reuniões da Diretoria, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Cabe ainda à Diretoria avaliar ao menos anualmente a eficácia do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Auditoria

Auxilia o Conselho de Administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras e das informações trimestrais, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e *compliance*. O coordenador do Comitê de Auditoria é o responsável por avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia relacionados a questões contábeis.

Comissão de Gerenciamento de Riscos

Área de assessoramento subordinada ao Comitê de Auditoria, tendo por atribuição auxiliar na implementação de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia está exposta. Além

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

disso, juntamente com a administração da Companhia, esta área é responsável por analisar constantemente os riscos aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa, monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. A área deverá reportar-se diretamente aos membros do Comitê de Auditoria, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Deve ter, ainda, por responsabilidade a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia, bem como (i) a disseminação, treinamento e recomendações da cultura de riscos e *compliance* entre os colaboradores da Companhia; (ii) o desenvolvimento, teste e implantação dos modelos e metodologias para mensuração e gestão dos riscos; e (iii) a atualização, sempre que necessária, das políticas internas e do código de conduta da Companhia. A Comissão de Gerenciamento de Riscos é composta por um representante da controladoria, um da área jurídica e *compliance* e um da área de auditoria interna, sendo vedada a acumulação com atividades operacionais (consideram-se atividades não operacionais, entre outras, as desenvolvidas pelas áreas jurídicas de controladoria, de auditoria interna e de relações com investidores).

Auditoria Interna

Atuando de forma independente e objetiva, a Área de Auditoria Interna reporta-se ao Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento. Tem por responsabilidade verificar a eficácia da gestão de riscos da Companhia, bem como avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, assim como prestar contas ao Conselho de Administração.

Gerências e demais colaboradores

Responsáveis por observar integralmente as ações de mitigação de riscos no dia a dia da Companhia.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Gerenciamento de Riscos, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

A estrutura operacional e os controles internos adotados pela Companhia buscam efetividade na verificação da gestão de riscos de mercado, visto que possui um sistema definido de atribuições que serve para ampliar e agilizar o processo decisório, buscando identificar novas oportunidades bem como evitar perdas. Os riscos monitorados pela administração da Companhia e pelo Comitê de Auditoria são mencionados no item 5.1 acima.

Ajustes e eventuais adaptações aos procedimentos de controles internos são realizados pela Administração à medida que julgados necessários.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia entende que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar sua eficiência e precisão. Com o acelerado crescimento, os diretores da Companhia decidiram pela implantação de ações que assegurem a promoção da confiabilidade nas demonstrações financeiras, segurança e conformidade dos controles internos.

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em 3 de dezembro de 2020, tem como principal objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, análise e tratamento dos riscos da Companhia.

Com relação aos seus controles internos, a Companhia procura sistematicamente fortalecer as melhores práticas de governança, com foco nos pilares de anticorrupção, prevenção a fraudes e defesa da concorrência, e implementando processos de constante monitoramento das práticas adotadas em nome da Companhia, de modo a garantir o atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, pela Companhia, pelos seus colaboradores e pela administração da Companhia ("Administração"). Ademais, a Companhia disponibiliza à sua Administração e aos seus colaboradores orientações mínimas sobre a conduta deles esperada, sendo que, em caso de violação das regras internas ou exigências externas envolvendo a Companhia, são aplicadas orientações disciplinares ou medidas corretivas, conforme o necessário. A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações.

Além disso, especificamente em relação às demonstrações financeiras, a Companhia adota as melhores práticas para sua elaboração, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), de modo a evidenciar todas as informações relevantes.

b. Estruturas organizacionais envolvidas

O Comitê de Auditoria acompanha as atividades das áreas de contabilidade e *compliance*, reportando ao Conselho de Administração quando necessário. A área de contabilidade é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, incluindo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente e notas explicativas.

A Companhia estrutura suas áreas de apoio e assessoramento responsáveis pelo monitoramento e aprimoramento do gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa da Companhia. O Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria, a Comissão de Gerenciamento de Riscos e demais áreas de assessoramento devem coordenar o processo de gestão de riscos e buscar a identificação, mensuração e monitoramento dos riscos associados, bem como dos riscos que possam impactar significativamente a elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia.

Linhas de Defesa.

1ª Linha de Defesa (Atuação na mitigação e identificação de riscos): Diretoria, diretorias não estatutárias, gerências e demais colaboradores da Companhia que atuam no dia a dia da

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Companhia. São responsáveis por mitigar os riscos de acordo com as diretrizes desta Política e reportar informações relevantes relacionadas à gestão dos riscos no dia a dia da Companhia.

2ª Linha de Defesa (Análise e Monitoramento de riscos): Comissão de Gerenciamento de Riscos. Responsável por mapear e monitorar riscos a ela reportados, pela implementação de medidas mitigatórias de riscos bem como pela atualização das políticas da Companhia de forma que nestas estejam contemplados todos os riscos identificados aos quais a Companhia está exposta.

3ª Linha de Defesa (Avaliação de todo o Processo): Auditoria Interna. Responsável pela avaliação da eficácia do processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia, em todas as suas frentes.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Com o mapeamento dos controles chaves por processo, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade operacional dos controles chaves, os quais são realizados pela Comissão de Gerenciamento de Riscos e reportados à Diretoria. Para todas as deficiências identificadas em uma avalição de controles internos, as áreas de negócios responsáveis definem planos de ação para remediá-las.

O resultado de todos os trabalhos de controles internos é reportado pela Diretoria ao Comitê de Auditoria, que monitora e reporta os processos relevantes ao Conselho de Administração da Companhia, conforme a seguir:

- Procedimentos e processos da área de controles internos e área de Comissão de Gerenciamento de Riscos.
- A adequação dos serviços prestados às necessidades da companhia pela área de contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- O monitoramento, a qualidade e integridade: a) dos mecanismos de controles internos; b) das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;
- A avaliação e o monitoramento as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: a) a remuneração da Administração; b) a utilização de ativos da Companhia; e c) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- A avaliação e o monitoramento, juntamente com a Administração, da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- A elaboração do relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado do auditor independente da Companhia ("Auditor Independente"), nos termos do inciso II do artigo 25 da Instrução CVM nº 308/99, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, apontou as deficiências significativas ou fraquezas materiais

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

sobre os controles internos da Companhia elencadas abaixo:

1. Ausência de análise e acompanhamento de passivos contingentes

O Auditor Independente recomendou a melhoria e formalização nos controles sobre os processos de contingências, considerando a identificação, análise, atualizações tempestivas dos processos judiciais e conciliações com as informações dos escritórios externos, mantendo a documentação e as análises realizadas atualizando-a em sistema a cada período base de encerramento contábil e a formalização e aprovação de tais políticas e procedimentos.

2. Ausência de política e provisão sobre mercadoria vendidas e não entregues

O Auditor Independente identificou que a Companhia não possui política formal de provisão para mercadoria vendida e não entregue, para as vendas efetuadas na modalidade *e-commerce* e televendas e se verificou que não há análise de "*Lead Time*" (tempo desde a data de emissão da nota fiscal até a data em que o consumidor recebe a mercadoria adquirida) sobre os produtos vendidos e não entregues.

O Auditor Independente recomendou a implementação de controles internos para assegurar o reconhecimento de receitas das mercadorias faturadas em cada fechamento contábil, evitando o reconhecimento de receita quando a mercadoria não for efetivamente entregue, bem como a formalização de uma política com os procedimentos aplicáveis neste processo.

3. Ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento

Em razão de algumas inconsistências nos cálculos relacionadas a informações de determinados contratos de aluguel de lojas, devido a correção dos dados para a efetivação dos cálculos houve diferenças nos saldos finais em 31 de dezembro de 2019.

Desta forma, o Auditor Independente recomendou a implementação de uma política interna relacionada ao processo de controle dos saldos de arrendamento, padronizando o processo de revisões tempestivas em todas as bases utilizadas para identificação, análise de contratos, mapeamento, registro, cálculo e contabilização, identificando melhorias nas formalizações e erros pontuais.

4. Ajuste a valor presente (AVP)

A Companhia efetua o ajuste a valor presente para os ativos e passivos, quando há efeitos relevantes, com base nas taxas que melhor reflitam a ação do dinheiro no tempo e os riscos para cada um destes ativos e passivos. Foi verificado que a Companhia utiliza taxas de desconto por ela definida, mas que não foi disponibilizado nenhum documento de análise, à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, as justificativas para o uso das referidas taxas.

O Auditor Independente recomendou a formalização das análises da Companhia, justificando as taxas de descontos utilizadas para cálculo do ajuste a valor presente, seguindo as determinações do CPC 12. Adicionalmente, recomendou a revisão dos procedimentos adotados para que os cálculos de ajuste a valor presente estejam em plena aderência ao que determina as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Implantar um canal de denúncias

O Auditor Independente identificou a ausência de um canal de denúncias e de uma política formal para denúncia de irregularidades dentro da Companhia. A ausência de uma política e de procedimentos claros para a notificação de possíveis fraudes ou irregularidades pode permitir a

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

ocorrência de ações indevidas ou atos ilícitos dentro da Companhia sem que eles sejam detectados e poderia indicar falta de apoio a práticas de negócios éticas e justas.

O Auditor Independente recomendou a introdução de uma política formal para denúncia de irregularidades bem como de um processo que permita aos empregados, ou quaisquer interessados, notificar suas preocupações anonimamente. O processo de denúncia de irregularidades deve ser amplamente divulgado, de modo que todos os empregados saibam como proceder nesses casos. Além disso, o processo deve incluir notificação direta aos altos executivos, ou à comissão criada especificamente para esse fim, que seja independente com relação à equipe financeira e responsável por assegurar a governança adequada da organização.

6. Despesas com Royalties – Ausência de contrato averbado

Conforme determinado pela legislação fiscal, será necessário que a Companhia tenha o registro no Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI") para os *royalties* pagos em decorrência da exploração ou cessão de patentes ou pelo uso ou cessão de marcas, bem como título de remuneração que envolva transferência de tecnologia, (entendimento do § 2º. do art. 291 do RIR/99). As normas fiscais estabelecem um percentual limite para dedutibilidade das despesas pagas como *royalties*. Essa dedutibilidade está condicionada a observação desses limites de dedutibilidade, bem como o registro do contrato no INPI e Banco Central do Brasil.

O Auditor Independente recomendou a avaliação do procedimento com objetivo de verificar se os limites previstos pela lei estão sendo obedecidos, com o fim de evitar questionamentos das autoridades fiscais e adicionalmente em face da adoção de nomenclatura contábil como "*royalties*" poderá ser objeto de questionamento pelas autoridades fiscais.

7. Revisar o acesso de usuário aos sistemas informatizados da Companhia

O Auditor Independente identificou a necessidade de se executar procedimentos periódicos para validar o perfil dos usuários com as atividades por eles executadas, a fim de evitar a retenção de acessos indevidos.

O Auditor Independente recomendou a implementação e execução do processo de revisão de acessos de forma periódica para todos os sistemas relevantes às demonstrações financeiras, bem como sua revisão de seus bancos de dados e sistemas operacionais.

8. Segregação de funções no processo de gestão de mudanças

O Auditor Independente identificou a existência de profissionais desenvolvedores com permissões que podem fragilizar a segurança tecnológica da Companhia, ao permitir realizar modificações que devem possuir o consentimento prévio da área de negócios.

O Auditor Independente recomendou a revisão das permissões de acesso concedidas nos diretórios de produção que suportam as aplicações e ferramentas de transporte de mudanças, de forma que apenas profissionais envolvidos no transporte de mudanças possuam permissão de modificação e assegurar a segregação de funções entre os profissionais desenvolvedores e os profissionais responsáveis pela sustentação das aplicações.

9. Ausência de matriz de riscos e controles do ambiente de TI

O Auditor Independente a ausência de uma matriz formal bem definida com os riscos e controles executados pela área de tecnologia da informação ("TI") acerca dos sistemas que suportam os principais processos da Companhia, o que poderia levar à falta de padronização na execução dos processos essenciais de TI, bem como não execução de alguns procedimentos ou até mesmo atividades semelhantes serem executadas de maneiras distintas e com prazos indefinidos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Adicionalmente, essa ausência pode representar riscos de TI e expor o ambiente a falhas operacionais.

O Auditor Independente recomendou a implementação de uma matriz formal bem definida com os riscos e controles executados pela área de TI acerca dos sistemas que suportam os principais processos da Companhia.

10. Salvaguarda da documentação que suporta a avaliação da Administração quanto ao correto funcionamento dos controles internos da Companhia.

A Companhia deve implementar a formalização e a salvaguarda dos documentos e informações que definem os controles internos de uma organização, suas avaliações, resultados alcançados nestas avaliações, escopo aplicado para a seleção de transações a serem testadas e todas as demais evidências que suportam a avaliação e conclusão da Administração quanto ao adequado funcionamento do sistema de controles internos da entidade. Essa formalização é uma prática salutar e demonstra alto padrão de governança corporativa, além de ser mais uma maneira de prevenção/detecção de atos não autorizados pela Administração.

O Auditor Independente recomendou que a Administração avalie a possibilidade de iniciar procedimentos de avaliação de controles internos de forma periódica e a salvaguarda dos documentos que suportam a avaliação da Administração sobre o correto funcionamento de seus controles internos (o grau de eficiência de tais controles), a fim de que a qualquer momento os referidos documentos possam ser examinados ou revisados por qualquer profissional interno ou externo à entidade.

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o Auditor Independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

1. Ausência de análise e acompanhamento de passivos contingentes.

Comentários da Administração

Em agosto de 2020, a Companhia adotou como prática para obtenção de informações sobre possíveis contingências judiciais, o envio regular de relatórios dos processos advogados patronos com descrição dos processos passivos judiciais, de natureza trabalhista, cível, tributária e previdenciária, em andamento. Ao menos trimestralmente, são informados os valores atribuídos as causas, o valor envolvido, estimativa do valor em risco, assim como a probabilidade de perda possível, provável ou remota.

2. Ausência de política e provisão sobre mercadoria vendidas e não entregues.

Comentários da Administração

O controle comentado já foi implementado pela área de TI, com o desenvolvimento e implantação de uma rotina que emite um relatório de todas as vendas efetuadas no mês e que tenham sido entregues no mês subsequente.

3. Ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Comentários da Administração

A área de controladoria da Companhia trabalha em um plano de ação para identificar o procedimento a ser adotado no "*input*" inicial de um contrato, realizado de forma não automatizada, com o objetivo de mitigar eventuais falhas de digitação. Adicionalmente, a Companhia irá reforçar sua área de contabilidade com um profissional habilitado a realizar as análises mensais regulares dos relatórios gerados pelo sistema de controle de arrendamentos, a fim de aprimorar o processo dos controles de saldos de arrendamentos.

4. Ajuste a valor presente (AVP);

Comentários da Administração

A Administração informa que o índice foi definido de acordo com o desconto no valor a receber que a Companhia disponibilizaria ao cliente caso ele quisesse realizar o pagamento antecipado. Essas taxas são informadas para a contabilidade pela área financeira da Companhia, calculadas em função da taxa de captação de recursos praticadas pelas Instituições Financeiras e pela Companhia e de acordo com o próprio CPC 12.

5. Implantar um canal de denúncias.

Comentários da Administração

A Companhia adotou um canal de denúncias para reclamações de funcionários, por meio de sua área de *compliance*, estruturando um programa de integridade com políticas e treinamento para os funcionários, inclusive com informações sobre como acessar o canal de denúncias da Companhia.

6. Despesas com Royalties – Ausência de contrato averbado.

Comentários da Administração

A Companhia está cumprindo exigências junto ao INPI para concluir os registros dos contratos de *royalties* com estimativa para finalização deste trabalho em dezembro de 2020. Adicionalmente, como a despesa está sendo contabilizada como dedutível, será constituída a correspondente provisão para eventual contingência fiscal.

7. Revisar o acesso de usuário aos sistemas informatizados da Companhia.

Comentários da Administração

A Administração informou que o acesso dos usuários é realizado de forma restritiva, deixando somente habilitados aquilo que necessariamente cabe àquele perfil. Quando há troca de área ou função pelo funcionário, a Companhia busca adequar o novo acesso ao perfil necessário, desabilitando os acessos anteriores. A Companhia avaliará a implementação de uma política de revisão periódica dos acessos, baseado nas fragilidades apontadas pela auditoria independente.

8. Segregação de funções no processo de gestão de mudanças.

Comentários da Administração

Foi implementada uma melhoria no procedimento, com exclusão da conta de desenvolvedores com nome genérico, por não estar associada a um profissional. A área de TI está analisando

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

possíveis melhorias nos procedimentos de controle e operacionais como forma de aprimoramento dos procedimentos atualmente adotados.

9. Ausência de matriz de riscos e controles do ambiente de TI.

Comentários da Administração

A Administração providenciará a elaboração de uma matriz de riscos com definições mais específicas para fortalecer os controles a serem executados pela área de TI, aprimorando a integridade e acuracidade das informações processadas, especialmente as que suportam as Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, a Companhia adquiriu um software para proteção à vazamento de dados.

10. Salvaguarda da documentação que suporta a avaliação da Administração quanto ao correto funcionamento dos controles internos da Companhia.

Comentários da Administração

A Administração informou que a auditoria interna da Companhia realiza trabalhos de auditoria e controle em lojas, emitindo os respectivos relatórios, possuindo a área de vendas um manual de procedimentos e controles internos próprios. Com a implementação da nova estrutura de governança, com o comitê de auditoria e área de *compliance*, a Administração entende que que será realizada a formalização e a adequada salvaguarda dos documentos e informações que definem os controles internos da organização.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota um conjunto integrado de políticas, práticas e procedimentos voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que abrangem os objetivos da Companhia de estabelecer procedimentos que visem a reduzir a sua exposição a riscos (estratégicos, operacionais, financeiros, de *compliance*, etc), bem como aumentar o grau de confiabilidade dos procedimentos operacionais adotados pela Companhia. As políticas, práticas e procedimentos adotados são: (i) política de gerenciamento de riscos da Companhia ("Política de Gerenciamento de Riscos"); (ii) política de indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração ("Comitês") e da Diretoria da Companhia ("Diretoria") ("Política de Indicação"); (iii) política de avaliação de desempenho da Companhia ("Política de Avaliação de Desempenho"); (iv) política de remuneração de administradores da Companhia ("Política de Remuneração"); (v) política de transações com partes relacionadas da Companhia ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (vi) política de divulgação de ato ou fato relevante e negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia ("Política de Divulgação"); (vii) regimento interno do Conselho de Administração da Companhia ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); (viii) regimento interno do Comitê de Auditoria ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria"); (ix) código de conduta da Companhia ("Código de Conduta") e (x) política anticorrupção da Companhia ("Política Anticorrupção" e, em conjunto com Política de Gerenciamento de Riscos, Política de Indicação, Política de Avaliação de Desempenho, Política de Remuneração, Política de Transações com Partes Relacionadas, Política de Divulgação, Regimento Interno do Conselho de Administração e Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Código de Conduta, "Políticas de Governança Corporativa").

O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser acessado no site de relações com investidores (ri.kalunga.com.br) e no site da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br).

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia adota os seguintes mecanismos e procedimentos de integridade, sendo tais políticas adaptadas anualmente, em linha com a reavaliação dos riscos, conforme informado no item 5.1 deste Formulário de Referência:

Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos é um instrumento que tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia.

Política de Indicação

5.4 - Programa de Integridade

A Política de Indicação estabelece os critérios, requisitos mínimos e diretrizes para indicação de membros (i) ao Conselho de Administração; (ii) aos Comitês; e (iii) à Diretoria. Tem como referência: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") ; (ii) a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (iii) normas gerais emitidas pela CVM sobre o assunto; e (iv) o Regulamento do Novo Mercado.

Política de Avaliação de Desempenho

A Política de Avaliação de Desempenho visa a estabelecer as regras e princípios gerais aplicáveis ao processo de avaliação do desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês. A Companhia entende que avaliação dos altos membros de sua administração é etapa fundamental à integração e alinhamento estratégico de seus componentes, permitindo o aprimoramento de processos decisórios-chave e a proteção de investimentos realizados pelos seus acionistas.

Política de Remuneração

A Política de Remuneração estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês, bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia ("Conselho Fiscal"). A remuneração global dos membros do Conselho de Administração, dos comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando instalado) deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia ("Assembleia Geral"), sendo que, em relação ao Conselho Fiscal, a remuneração será fixada na Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

Política de Transações com Partes Relacionadas

A Política de Transações com Partes Relacionadas tem por objetivo estabelecer regras e consolidar os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Política de Divulgação

A Política de Divulgação tem como objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas pessoas sujeitas à política tanto na divulgação de ato ou fato relevante da Companhia quanto na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, visando a evitar o uso indevido de informações privilegiadas e assegurar o tratamento equitativo aos investidores da Companhia, com base nos princípios da integridade e equidade das informações.

Regimento Interno do Conselho de Administração

O Regimento Interno do Conselho de Administração tem por objetivo disciplinar o funcionamento, estrutura e forma de atuação do Conselho de Administração, bem como permitir que os demais órgãos internos da Companhia, seus acionistas e demais interessados na Companhia acompanhem a atuação do Conselho de Administração, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação aplicável, contribuindo assim para o fortalecimento de suas práticas de governança. O Regimento Interno do Conselho de Administração tem como referência: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto

5.4 - Programa de Integridade

Social; (ii) a Lei das Sociedades por Ações; (iii) normas gerais emitidas pela CVM sobre o assunto; (iv) o Regulamento do Novo Mercado; (v) a Política de Indicação; (vi) a Política de Remuneração; (vii) a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e (viii) a Política de Avaliação.

Regimento Interno do Comitê de Auditoria

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria tem por objetivo disciplinar o funcionamento, estrutura e forma de atuação do Comitê de Auditoria da Companhia, bem como permitir que os demais órgãos internos da Companhia, seus acionistas e demais interessados na Companhia acompanhem a atuação do Comitê da Auditoria, observadas as disposições do Estatuto Social e da legislação aplicável, contribuindo assim para o fortalecimento de suas práticas de governança. O Regimento Interno do Comitê de Auditoria tem como referência: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social; (ii) a Lei das Sociedades por Ações; (iii) normas gerais emitidas pela CVM sobre o assunto; (iv) o Regulamento do Novo Mercado; (v) a Política de Indicação; (vi) a Política de Remuneração; (vii) a Política de Transações entre Partes Relacionadas; e (viii) a Política de Avaliação.

Código de Conduta

O Código de Conduta visa a estabelecer e promover valores e princípios éticos e de responsabilidade social e ambiental aplicáveis à Companhia, suas coligadas e controladas, todos os seus colaboradores diretos e indiretos, empregados e administradores, que incluem os membros do Conselho de Administração e comitês de assessoramento, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (e, quando considerados em conjunto, "Colaboradores"), bem como fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, de forma a disseminar os princípios éticos que norteiam a Companhia para sua rede de relacionamentos e adotar padrões adequados de conduta em um ambiente global, complexo e em constante mudança.

Política Anticorrupção

A Política Anticorrupção fornece as diretrizes a serem seguidas por todos os colaboradores da Companhia e de suas controladas, bem como por todas as pessoas que agem ou fazem negócios em nome da Companhia, ou lhes prestam serviços de qualquer natureza, como representantes, prestadores de serviços, parceiros de negócios, fornecedores, consultores, dentre outros e tem o objetivo de balizar as relações dos membros, apontados acima com as autoridades e agentes dos órgãos governamentais e não governamentais, como por exemplo: prefeituras, órgãos fiscalizadores, prestadoras de serviços, secretarias, concessionárias, entre outros.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existente

Conforme as melhores práticas de mercado, a Companhia mantém uma estrutura organizada responsável pela aplicação do processo de gerenciamento de riscos descritos na Política de Gerenciamento de Riscos, em diferentes níveis da organização, que abrange o Conselho de Administração, a Diretoria, o Comitê de Auditoria, a Comissão de Gerenciamento de Riscos e todos os Colaboradores da Companhia. Seu propósito é permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios da Companhia e a elaboração confiável das demonstrações financeiras e das informações trimestrais da Companhia, em linha com os dispositivos legais e com as normas editadas pelos órgãos reguladores aplicáveis.

5.4 - Programa de Integridade

Os riscos levantados e as medidas e procedimentos mitigatórios a serem adotados frente a cada um dos riscos, serão discutidos em reuniões de periodicidade não superior a 6 meses, entre membros da Comissão de Gerenciamento de Riscos, do Comitê de Auditoria, membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Companhia ("Reuniões"). Nessas Reuniões serão definidas (i) as ações a serem tomadas em relação a cada um dos riscos levantados; e (ii) os respectivos responsáveis por implementar tais ações, devendo as referidas decisões ser formalizadas em ata.

O Comitê de Auditoria poderá chamar Reuniões extraordinárias caso identifique um novo risco não anteriormente mapeado ou uma alteração significativa na exposição de um risco existente para análise, verificação de procedência e discussão do plano de acompanhamento do risco identificado.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia deve observar o Código de Conduta descrito na seção 5.4.(a) i acima.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

  O Código de Conduta se aplica a todos: todos os seus Colaboradores, bem como fornecedores e prestadores de serviços da Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

  Os Colaboradores da Companhia deverão participar de treinamentos sobre (i) as disposições do Código de Conduta; (ii) o cumprimento das Leis Anticorrupção; e (iii) as demais políticas da Companhia. Tais treinamentos periódicos são coordenados pelo Departamento de Relações com Investidores, que determina a periodicidade de tais treinamentos, e versam sobre a necessidade de cumprimento do Código de Conduta, bem como buscam dirimir todas as dúvidas eventualmente levantadas. A frequência estimada dos treinamentos será anual em relação ao Código de Conduta e cumprimento das Leis Anticorrupção e bienal para as demais políticas. Além disso, todos os Colaboradores são instados a declarar por escrito o seu conhecimento do conteúdo do Código de Conduta, por meio da assinatura de termo específico.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

  Os Colaboradores que praticarem tais violações estarão sujeitos às seguintes medidas disciplinares, previstas no Código de Conduta: (i) advertência; (ii) suspensão; (iii) desligamento; ou (iv) encerramento da relação contratual existente com a Companhia, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

  Caberá ao Conselho de Administração a definição dos parâmetros para aplicação das penalidades que serão aplicadas no caso concreto, levando-se em consideração a gravidade da infração, a reincidência do infrator e os danos provocados à Companhia e/ou aos demais Colaboradores.

  O Comitê de Auditoria terá a competência para definir as penalidades que serão aplicadas aos membros da administração da Companhia e seus acionistas controladores, assim definidos na forma do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

5.4 - Programa de Integridade

Além disso, caberá ao Comitê de Ética e Conduta a definição das penalidades aplicadas aos Colaboradores pela infração ao Código de Conduta.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

  O Código de Conduta da Companhia foi aprovado por meio de Reunião do Conselho de Administração em 3 de dezembro de 2020.

  O Código pode ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.kalunga.com.br), e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia disponibiliza um Canal de Denúncias a todos os Colaboradores que tenham interesse em comunicar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de qualquer violação ao Código de Conduta, às demais políticas da Companhia, às Leis Anticorrupção e demais leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades.

O Canal de Denúncias da Companhia pode ser acessado de forma gratuita, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana pelos seguintes canais de contato:

- E-mail: canaldedenuncias@kalunga.com.br

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

  O Canal de Denúncias da Companhia é administrado internamente.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se receber denúncias somente de empregados**

  O Canal de Denúncias também pode ser acessado pelos Fornecedores, Intermediários ou quaisquer terceiros que possam ter interesse em reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de irregularidades.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

  Todas as comunicações feitas ao Canal de Denúncias da Companhia serão confidenciais, caso o denunciante assim o desejar. A Companhia não admite qualquer medida de retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação ao seu Canal de Denúncias. Ressaltando que qualquer a retaliação ou perseguição em decorrência de uma denúncia é uma violação ao Código de Conduta da Companhia, sujeita à aplicação de sanções, na forma da legislação aplicável.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

  O Canal de Denúncias está a cargo da Área de *Compliance* e do Comitê de Auditoria, que serão responsáveis por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas.

c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações

5.4 - Programa de Integridade

societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia busca mover seus melhores esforços para adotar práticas adequadas à identificação de vulnerabilidades e riscos oriundos das operações societárias que participa, contudo não possui procedimentos e processos específicos para estes casos.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta ou na Política de Gerenciamento de Riscos adotada.

Entretanto, como comentado na seção 4.1 – Descrição dos Fatores de Riscos, a pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em razão da disseminação do novo Coronavírus, impactou e pode continuar impactando as operações da Companhia, canais de venda e fluxos de caixa. Nesse sentido, a Companhia vem acompanhando diariamente as notícias sobre a pandemia de COVID-19 e seus efeitos sobre a comunidade, empresas e mercados, principalmente em segmentos que possam afetar direta ou indiretamente os seus negócios, bem como seus colaboradores e parceiros. A retração acentuada na economia mundial e demais reflexos poderão impactar os negócios da Companhia devido ao cenário de incertezas, restrições de créditos, aumento no desemprego, falta de matérias-primas e paralização de mão-de-obra e serviços. Todos esses e outros fatores, em conjunto, podem afetar os fluxos de caixa previstos e o plano estratégico da Companhia. A extensão e gravidade de tais efeitos nos negócios da Companhia dependem de eventos futuros altamente imprevisíveis.

Para mais informações sobre ações decorrentes da COVID-19, favor verificar itens 3.3, 10.1, 10.2 e 10.9 desse Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes não divulgadas nos itens 5.1 a 5.5 deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	16/05/1972
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

O nome Kalunga, que em dialeto banto africano significa "Tudo de Bom", foi ouvido pela primeira vez em maio de 1972, quando por iniciativa de Damião Garcia - pai dos acionistas controladores, Paulo Garcia e Roberto Garcia - começava a história da Companhia por meio de uma pequena papelaria na Rua Vergueiro, no bairro da Vila Mariana, na cidade de São Paulo. No início da década de 80, a Companhia passou por um movimento de crescimento e ganhou repercussão nacional com o patrocínio do Sport Clube Corinthians Paulista, cujo uniforme estampou a marca "Kalunga" por mais de 10 anos, tornando-se um *case* de sucesso. Ainda na mesma década, no ano de 1988, os acionistas controladores da Companhia adquiriram ativos da gráfica pertencente ao Centro Salesiano de Desenvolvimento Social e Profissional, criando assim a Spiral do Brasil Ltda. ("Spiral") com o objetivo de dar início à linha própria de produção de cadernos e suprimentos de escritório.

Nos anos 90, que foram um marco da evolução tecnológica no país, a Companhia passou a atuar com foco na categoria informática e começou a migrar das atividades de atacado para o varejo. Nessa década, a Companhia realizou investimentos em tecnologia e modernização, acompanhando a evolução do autosserviço, e passando a ter lojas com aplicação interligadas em tempo real. No final dos anos 90 foi inaugurado o website "Kalunga.com" e, a partir de 2001, a Companhia passou a atuar como loja virtual (e-commerce), iniciando o processo de omnicanalidade.

Em 2004, a rede da Companhia contava com 29 lojas na região sudeste do Brasil. Para apoiar seu crescimento foi inaugurado um moderno Centro de Distribuição em Barueri, no Estado de São Paulo, em 2009, com alto investimento em equipamentos e softwares de gestão (WMS), tornando a operação altamente digitalizada.

Em 2010, iniciou-se o processo de mudança de comunicação, reposicionamento da marca e identidade visual das lojas com renovação total das fachadas, *layout* interno, mobiliário, visual *merchandising* e outras inovações que transformaram a apresentação das lojas com um modelo replicável para implantação nas grandes redes de *shopping centers*. No ano de 2011, a Companhia lançou seu aplicativo de forma a oferecer mais um canal de vendas para seus clientes.

Em 2013, a Companhia comemorou um novo marco ao atingir o número de 100 lojas físicas e em 2015, deu início às atividades de *Copy & Print*, uma gráfica rápida, com foco no encadernamento e impressão.

Como parte da estratégia da Companhia, foi celebrado em 29 de outubro de 2020 um contrato de compra e venda da totalidade das quotas da Spiral, por meio do qual o controle da Spiral será transferido dos acionistas controladores à Companhia. A conclusão de referida transferência está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. Sendo assim, a transferência estará concluída e em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, ocasião em que a Companhia passará à condição de acionista controladora exclusiva da Spiral, fazendo com que todo e qualquer investidor que subscreva/adquira ações no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia tenha participação na Companhia já com a Spiral como sua subsidiária.

Para mais informações a respeito da transferência do controle da Spiral para a Companhia, vide item 3.3 deste Formulário de Referência.

A linha do tempo abaixo descreve os principais acontecimentos da história da Companhia.

6.3 - Breve Histórico

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve nenhum pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 6.1 a 6.5 deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Visão Geral

A Companhia é a líder absoluta em vendas com 13,1%[1] de *market share* nacional no segmento de suprimentos para escritório e material escolar, mercado altamente fragmentado de, aproximadamente, R$17,6 bilhões[1] em 2019, em que esta participação de mercado confere à Companhia liderança isolada no segmento, segundo dados do Euromonitor International. A Companhia é uma plataforma de soluções de suprimentos para escritório e material escolar com grande abrangência no Brasil, seja em canais de venda, cobertura geográfica, sortimento ou oferta de produtos e serviços, operando em um ecossistema que conta com 222 lojas em 20 Estados e no Distrito Federal, e canais digitais operando em completa omnicanalidade *(omnichannel)*[2].

A Companhia acredita que a marca Kalunga é uma das mais reconhecidas do setor, sendo referência no setor e um sinônimo da categoria de suprimentos para escritório e material escolar, estando posicionada de forma única para aproveitar as oportunidades apresentadas pelo mercado brasileiro de suprimentos para escritório e material escolar, o 2º maior mercado do mundo em 2019, de acordo com dados da Euromonitor International[3], caracterizado por alto crescimento, resiliência em cenários de crise ou desaceleração econômica e alta fragmentação no ambiente competitivo.

Por meio de seu portfólio diversificado e complementar de produtos, a Companhia consegue cobrir uma ampla gama de necessidades dos mais variados consumidores individuais e empresas. Com mais de 10 marcas próprias, a Companhia foca no fornecimento de produtos e soluções para ambientes corporativos, escolares ou domésticos. Além disso, a Companhia conta com uma numerosa rede de parceiros, incluindo mais de 440 fornecedores e mais de 40 marcas licenciadas, dos mais variados ramos. A Companhia comercializa mais de 11 mil itens de marcas reconhecidas e de diversas categorias como escolar, escritório, organização, informática, escrita, *Coffee Break*, móveis, entre outras, disponibilizadas por meio dos canais de lojas físicas e digitais (incluindo o e-commerce Kalunga.com ou televendas).

Entre os exercícios sociais de 2017 e 2019, a receita líquida cresceu a uma taxa composta anual média (CAGR) de 14,4%. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia obteve receita líquida de R$2.098,9 milhões, EBITDA Ajustado de R$156,1 milhões e lucro líquido de R$240,7 milhões. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a Companhia obteve receita líquida de R$1.321,8 milhões, EBITDA Ajustado de R$77,2 milhões e lucro líquido de R$4,1 milhões.

A Companhia, em 30 de setembro de 2020, possuía um portfólio com 222 lojas próprias, crescimento de 28% frente ao portfólio de lojas da Companhia em 2017 (de 174 lojas), instaladas em *shopping centers* e pontos estratégicos de rua, distribuídas em 101 cidades de 20 Estados brasileiros, além do Distrito Federal, totalizando uma área total de vendas de mais de 160 mil metros quadrados e lojas com uma média de 726 m².

Linha do Tempo

O nome Kalunga, que em dialeto banto africano significa "Tudo de Bom", foi ouvido pela primeira vez em maio de 1972, quando por iniciativa de Damião Garcia - pai dos acionistas controladores, Paulo Garcia e Roberto Garcia - começava a história da Companhia por meio de uma pequena papelaria na Rua Vergueiro, no bairro da Vila Mariana, na cidade de São Paulo. No início da década de 80, a Companhia passou por um movimento de crescimento e ganhou

[1] Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, em termos correntes, moeda local.
[2] Capacidade de integralizar todos os canais de venda, oferecendo experiência similar aos clientes em todos eles.
[3] Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, taxas de câmbio fixas em USD de 2019, termos atuais de 2019.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

repercussão nacional com o patrocínio do Sport Clube Corinthians Paulista, cujo uniforme estampou a marca "Kalunga" por mais de 10 anos, tornando-se um *case* de sucesso. Ainda na mesma década, no ano de 1988, os acionistas controladores da Kalunga adquiriram ativos da gráfica pertencente ao Centro Salesiano de Desenvolvimento Social e Profissional, criando assim a Spiral do Brasil Ltda. ("Spiral") com o objetivo de dar início à linha própria de produção de cadernos e suprimentos de escritório.

Nos anos 90, que foram um marco da evolução tecnológica no país, a Companhia passou a atuar com foco na categoria informática e começou a migrar das atividades de atacado para o varejo. Nessa década, a Companhia realizou investimentos em tecnologia e modernização, acompanhando a evolução do autosserviço, e passando a ter lojas com aplicação interligadas em tempo real. No final dos anos 90 foi inaugurado o website "Kalunga.com" e, a partir de 2001, a Companhia passou a atuar como loja virtual (e-commerce), iniciando o processo de omnicanalidade.

Em 2004, a rede da Companhia contava com 29 lojas na região sudeste do Brasil. Para apoiar seu crescimento foi inaugurado um moderno Centro de Distribuição em Barueri, no Estado de São Paulo, em 2009, com alto investimento em equipamentos e softwares de gestão (WMS), tornando a operação altamente digitalizada.

Em 2010, iniciou-se o processo de mudança de comunicação, reposicionamento da marca e identidade visual das lojas com renovação total das fachadas, layout interno, mobiliário, visual *merchandising* e outras inovações que transformaram a apresentação das lojas com um modelo replicável para implantação nas grandes redes de *shopping centers*. No ano de 2011, a Companhia lançou seu aplicativo de forma a oferecer mais um canal de vendas para seus clientes.

Em 2013, a Companhia comemorou um novo marco ao atingir o número de 100 lojas físicas e em 2015, deu início às atividades de Copy & Print, uma gráfica rápida, com foco no encadernamento e impressão.

Como parte da estratégia da Companhia, foi celebrado em 29 de outubro de 2020 um contrato de compra e venda da totalidade das quotas da Spiral, por meio do qual o controle da Spiral será transferido à Companhia. A conclusão de referida transferência está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. Sendo assim, a transferência estará concluída e em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, ocasião em que a Companhia passará à condição de acionista controladora exclusiva da Spiral, fazendo com que todo e qualquer investidor que subscreva/adquira ações no âmbito da Oferta tenha participação na Companhia já com a Spiral como sua subsidiária. Para mais informações a respeito da transferência do controle da Spiral para a Companhia, vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

Operação

O varejo especializado de suprimentos para escritório e material escolar no Brasil tem como principal característica a alta fragmentação e pouca integração entre canais físicos e digitais, o que a Companhia acredita garantir lhe uma vantagem competitiva considerando sua ampla oferta de produtos e serviços, omnicanalidade e larga escala. Seu modelo de negócio foi adaptado para melhor atender o cliente, contando com lojas que oferecem uma experiência completa e integrada com seus canais digitais. Atualmente, a Companhia opera por meio dos seguintes canais:

Lojas Físicas. Todas as 222 lojas físicas da Companhia estão localizadas em áreas com alto fluxo de clientes, em cidades com mais de 150 mil habitantes[4], com um total de mais de 10 mil unidades

[4] Com exceção da loja de Balneário Camboriú/SC, cidade com 131 mil habitantes segundo dados do IBGE, que, no entanto, possui uma região de influência que supera 150 mil habitantes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

de manutenção de estoque ("**SKUs**"), variando de 350m² até 1.828m². Do total de lojas, 71% estão localizadas em *shopping centers & mini malls,* com um tamanho médio de 675 m² e 29% lojas de ruas, com um tamanho médio de 825m². As lojas Kalunga possuem perfil e infraestrutura semelhantes. A loja padrão opera com, em média, 7 aparelhos de self-checkout, 17 funcionários e estacionamento para clientes. Em 30 de setembro de 2020, do portfólio de 222 lojas da Companhia, 214 lojas possuíam estacionamento para os clientes. A média de investimento da Companhia por loja foi de, aproximadamente, R$1,6 mil por metro quadrado, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, e, segundo a Administração, o prazo médio de *payback* das lojas abertas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi inferior a 2 anos[5]. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a Companhia investiu, aproximadamente, R$15,1 milhões na abertura de lojas, concentradas sobretudo no 1º trimestre de 2020, antes da pandemia do Covid-19.

A Companhia desenvolveu, ainda, um modelo de loja menor, com tamanho de 300 m² a 400 m², adequada para cidades com 100 mil a 150 mil habitantes, a serem operadas com 4 aparelhos de *self-checkout* e 8 a 10 funcionários. Embora ainda não tenha aberto nenhuma loja com esse padrão, em seu plano de negócio, a Companhia buscará também expandir geograficamente com esse formato de loja, de maneira complementar às lojas do padrão atual nas cidades acima de 150 mil habitantes.

Buscando proporcionar um atendimento diferenciado, desde 2015, a Companhia passou a oferecer os serviços gráficos *Copy & Print* no modelo *shop-in-shop*, prestando serviços de alta qualidade e eficiência no processo de customização de produtos impressos. Atualmente, a Companhia opera com esse modelo em 6 de suas 222 lojas. Oferecendo inúmeras possibilidades na produção de materiais gráficos, o *Copy & Print* atende públicos de diferentes perfis e segmentos: desde pessoas físicas, passando por empreendedores, pequenos e médios empresários até grandes corporações e multinacionais. A operação da *Copy & Print* ocupa uma área média de 70 m², incluindo a área de produção e a área de atendimento. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida da *Copy & Print* totalizou R$3,4 milhões. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e 2019, a receita líquida do canal de venda *Copy & Print* totalizou R$1,3 milhão e R$ 2,5 milhões, respectivamente.

Um fator chave do sucesso altamente replicável do modelo de negócios de lojas físicas da Companhia reside na curva de maturação acelerada de suas lojas, sendo as mesmas capazes de alcançar, aproximadamente, 70% de maturidade de receita no primeiro ano, mais de 80

Fonte: Companhia

% de maturidade no segundo ano e mais de 90% de maturidade após o terceiro ano, conforme observado abaixo:

[5] Levando em consideração que o *payback* médio das lojas abertas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de 19 meses.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Canais Digitais. Além da presença nacional por meio das lojas físicas, a Companhia também conta com um canal de vendas digital composto pelo seu *e-commerce* Kalunga.com, aplicativo para smartphones, televendas, *Online Partner Store* e os quiosques da Kalunga.com presentes em todas as lojas físicas. Desde o lançamento do site da Kalunga.com na década de 90, o canal já estava estruturado como uma plataforma *omnichannel*, integrando, portanto, a experiência de compra *online* e *offline* dos clientes e ampliando o atendimento diferenciado proporcionado em suas lojas físicas, aliando o sortimento completo de produtos com a conveniência e agilidade dos canais digitais. Por meio de seu site, a Companhia explora as possíveis interações entre seus diferentes canais de atendimento ao cliente, possibilitando a consulta de produtos e endereços das lojas, histórico de compras, acompanhamento de pedidos, emissão de segunda via de nota fiscal e outros serviços, além de oferecer uma experiência de compra segura e de qualidade aos seus clientes.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, o canal digital obteve um total de 1,1 milhão de clientes ativos e mais de 58 milhões de visitas (ante 44 milhões de visitas no mesmo período em 2019). Este canal de vendas segue em crescimento contínuo, atingindo R$323,7 milhões de receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 (crescimento de 83,4% em relação ao mesmo período em 2019). Durante referido período, o número de pedidos foi de 1,5 milhão, aumento de 200% quando comparado ao ano anterior, impulsionado pelo aumento na frequência de compra e novos clientes, sobretudo por conta das restrições à circulação impostas por medidas governamentais no combate à pandemia da COVID-19. O canal de vendas digital da Companhia representou 11,2% da receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 e 24,5% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

Para suportar as operações das lojas físicas e canais digitais, a Companhia conta, ainda, com 3 centros de distribuição, com área total superior a 62 mil metros quadrados. Os centros de distribuição estão localizados em terrenos contíguos e no interior do Estado de São Paulo, na cidade de Barueri, e incluem: (i) um centro de logística destinado a atender as lojas físicas de todo o Brasil, com mais de 12 mil unidades de manutenção de estoque ("SKUs") e área total de mais de 43 mil metros quadrados; (ii) um centro de logística direta de clientes, atendendo pedidos feitos pela internet, compras via telefone e compras B2B, com mais de 16 mil metros quadrados de área total e com um total de 11,5 mil SKUs; e (iii) um centro de logística reversa, responsável pelo manuseio de retornos, com aproximadamente 2 mil metros quadrados de área, atendendo as lojas físicas e todos os canais digitais.

A imagem abaixo apresenta a distribuição geográfica das lojas físicas e centros de distribuição da Companhia em 30 de setembro de 2020.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Os centros de distribuição operam um sistema de gestão integrado denominado *warehouse management system* ("WMS"), que possibilita o monitoramento de todo o recebimento de mercadorias dos fornecedores da Companhia, controle do estoque, endereçamento dos volumes, expedição das mercadorias, reposição parametrizada e emissão de documentos. O sistema WMS proporciona uma maior agilidade e gestão da operação logística, visando a uma maior eficiência operacional e financeira e excelência no atendimento aos clientes. A Companhia opera com renomadas transportadoras do ramo logístico e uma equipe treinada para gestão desses terceirizados, rastreamentos dos pedidos e demais controles necessários.

Atualmente, além da Companhia, o grupo Kalunga conta com os serviços e produtos da Spiral, indústria gráfica focada na produção e importação de cadernos e de toda a linha de papelaria para abastecimento exclusivo das lojas Kalunga. A Spiral conta com uma moderna planta localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde é realizada a produção de seus produtos. A fábrica possui 14.516 metros quadrados e tecnologia de ponta, sendo capaz de produzir 18 mil toneladas por ano e abastecer, de forma exclusiva, a Companhia.

A Companhia atua em todos os elos da cadeia produtiva, desde a definição do *mix* de produtos, passando pela aprovação das novas lojas, gerenciamento de toda a cadeia de suprimentos, incluindo homologação de fornecedores, programação de produção (por meio da Spiral), operações logísticas de abastecimento de lojas e satisfação dos clientes.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, 94% das entregas foram realizadas sem atraso. A estrutura de logística com centros de distribuição especializados permite uma capacidade maior de entrega e maior eficiência quando comparada com competidores do setor. Esse esquema de logística avançado está apresentado na dinâmica abaixo:

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

Os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia são apresentados na tabela a seguir, com seus respectivos períodos indicados:

	Em e/ou período de nove meses findo em 30 de setembro de			Em e/ou exercício Social encerrado em 31 de dezembro de				
(em R$ milhões)	**2020**	**2019**	**A.H.**	**2019**	**A.H.**	**2018**	**A.H.**	**2017**
Receita Líquida	1.321,8	1.579,0	-16,3%	2.098,9	12,3%	1.868,7	16,6%	1.602,6

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Lojas Físicas.....	996,9	1.400,0	-28,8%	1.853,4	12,7%	1.644,1	17,6%	1.397,7
Canal Digital	323,7	176,5	83,4%	242,0	8,8%	222,4	9,3%	203,5
Copy & Print	1,3	2,5	-49,2%	3,4	59,3%	2,2	64,4%	1,3
Lucro Bruto.....	461,3	538,6	-14,3%	710,6	8,3%	656,1	12,8%	581,8
Margem Bruta.....	34,9%	34,1%	0,8p.p.	33,9%	-1,3p.p.	35,1%	-1,2p.p.	36,3%
Lucro Líquido	4,1	242,2	-98,3%	240,7	264,8%	66,0	58,3%	41,7
Margem Líquida.....	0,3%	15,3%	-15,0p.p	11,5%	7,9p.p.	3,5%	0,9p.p.	2,6%
EBITDA(1).....	160,2	340,0	-52,9%	386,6	117,4%	177,8	11,8%	159,1
Margem EBITDA(2)	12,1%	21,5%	-9,4p.p.	18,4%	8,9p.p.	9,5%	-0,4p.p.	9,9%
EBITDA Ajustado(3).....	99,9	140,1	-28,7%	157,5	-11,4%	177,8	11,8%	159,1
Margem EBITDA Ajustado(4)	7,6%	8,9%	-1,3p.p.	7,5%	-2,0p.p.	9,5%	-0,4p.p.	9,9%
Dívida Líquida(5)	738,6	-	20,8%	611,3	8,5%	563,6	14,9%	490,7
Patrimônio Líquido	161,3	-	-10,6%	180,4	632,4%	24,6	-3,9%	25,6
Indicadores Operacionais								
Vendas das mesmas lojas.....	-29,6%	7,8%	-37,4p.p	8,8%	-4,8p.p.	13,6%	6,1p.p.	7,5%
Número de lojas	222	219		222		196		174
Estado onde está presente	20 + DF	20 + DF		20 + DF		18 + DF		13 + DF

(1 O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada e consiste no lucro líquido ajustado pela pelo resultado financeiro, pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil dos arrendamentos (IFRS 16/CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção dessa norma e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA ajustado (i) para excluir o ganho de créditos extemporâneos de Pis e Cofins; (ii) por despesas não recorrentes (ie. honorários de sucesso); e (iii) pelos pagamentos de passivo de

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

arrendamento. O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para detalhes da conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o EBITDA Ajustado, ver item 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência da Companhia.

(5) Calculamos a Dívida Líquida da Companhia como a soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da Companhia. Para mais informações, ver item 3.2 deste Formulário de Referência da Companhia.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A Administração da Companhia recebe e analisa as informações sobre os resultados operacionais da Companhia, suas projeções de fluxo de caixa, seu desempenho, bem como as decisões de investimento com base nos demonstrativos financeiros da Companhia como um todo. Consequentemente, a Administração entende que por se tratar de uma Companhia com o foco no *omnichannel*, os canais de venda, ainda que diferentes, são intercambiáveis para melhor servir ao cliente. A estratégia da omnicalidade permite um controle interno integrado, de modo que as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de *marketing* ocorrem de forma centralizada e, portanto, a Administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A tabela abaixo apresenta a receita líquida consolidada proveniente do segmento em que a Companhia atua em relação aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 2019 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Receita líquida	**1.321.816**	**1.578.993**	**2.098.852**	**1.868.683**	**1.602.556**
% de Participação	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

A tabela abaixo apresenta o lucro líquido consolidado proveniente do segmento em que a Companhia atua em relação aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 2019 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Lucro líquido	**4.062**	**242.206**	**240.735**	**65.991**	**41.697**
% de Participação	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a. características do processo de produção

Os produtos comercializados nas lojas da Companhia são adquiridos prontos para venda aos consumidores finais, sendo que seus produtos de marca própria são desenvolvidos e elaborados por parceiros estratégicos que garantem a qualidade desejada mediante processo de produção próprio e contratos de fornecimento robustos.

Quanto à Spiral, cuja aquisição está pendente de conclusão conforme item 10.3, esta representou 11,1% das vendas de produtos da Companhia no exercício social terminado 31 de dezembro de 2019, sendo que 42,9% são produzidos pela própria Spiral e 57,1% são importados de produtores chineses. A Spiral é responsável pela fabricação e importação de itens de papelaria, tais como cadernos, mochilas e material de escritório. Todos os produtos são comercializados exclusivamente pela Companhia e são vendidos sob mais de 10 marcas próprias. Para a fabricação própria, a Spiral possui uma fábrica com seu centro integrado de pesquisa, produção e logística em São Paulo. Em 2019, foram produzidos 15,5 milhões de produtos internamente e 1.412 Stock Keeping Unit - SKUs sendo sobretudo cadernos, fichários, agendas, brochuras, clips, blocos de anotações, cadernetas, cartografias, entre outros. Na Spiral, a disposição do maquinário foi feita de forma a propiciar um fluxo contínuo e uma expansão eficiente na medida em que as operações crescessem, permitindo maior economia de escala na planta física. A Spiral, durante o último exercício, atingiu uma capacidade de produção de 18 mil toneladas por ano. Pelas características do setor de produtos de papelaria e escolares, a Spiral optou por um modelo de manufatura que preza pela flexibilidade, podendo assim, atender os picos de demanda influenciados pela sazonalidade ou por tendências, usando assim produtos licenciados.

As marcas licenciadas da Companhia têm uma função importante na comercialização dos produtos de material escolar. Inicialmente, os licenciadores entram em contato com a Companhia com o interesse de terem as suas marcas comercializadas. Em seguida, a área de produtos e a diretoria analisam a marca e aprovam ou reprovam a contratação. Uma vez que a marca foi aprovada, é feito um contrato no qual a Companhia paga um mínimo garantido às empresas, que é previamente negociado entre ambos e uma porcentagem de *royalties* para cada produto comercializado. As artes de todos os produtos são criadas pelos designers da Companhia obedecendo as instruções de uso da marca, para em seguida serem submetidos à análise das licenciadoras. A Companhia conta hoje com 18 contratos com diversas empresas e mais de 40 marcas licenciadas.

Entre os produtos importados encontram-se mochilas, estojos, canetas, entre outros. É importante ressaltar que para decidir se o produto será fabricado internamente ou será importado, a Companhia analisa os custos envolvidos nas duas opções, assim como a necessidade de investimentos e retorno sobre o capital.

Ao longo do ano, o processo produtivo intercala procedimentos contínuos preventivos e corretivos de manutenção com o intuito de atender à demanda de produção e vendas da Companhia. Para o processo produtivo, a Spiral utiliza em sua maioria tecnologia de origem alemã, italiana e brasileira, sendo representada por diversos fornecedores. Todos os equipamentos, assim como instalações e operações, são segurados contra sinistros.

b. características do processo de distribuição

A Companhia entende por processo de distribuição todas as atividades relacionadas à aquisição de produtos para revenda, a administração dos estoques e a disponibilização destes produtos para seus clientes em todos os canais de venda em que opera. O objetivo da Companhia nesse processo é sempre

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

de disponibilizar os produtos que seus clientes desejam, na quantidade adequada para cada loja e entregando na data negociada ou antes.

A venda dos produtos da Companhia é feita através de lojas físicas, localizadas em 21 Estados brasileiros e no Distrito Federal, através de canais digitais, bem como de forma integrada entre ambos canais. Em 30 de setembro de 2020, a Kalunga contava com: (i) 222 lojas próprias, das quais 71% estão localizadas em *shopping centers*/*mini malls* e 29% são pontos comerciais de rua; (ii) operações de *Copy & Print* localizadas em 6 lojas próprias; (iii) 3 centros de distribuição; e (iv) canal digital composto por e-commerce, quiosques, mobile/aplicativo, televendas e *Online Partner Store.*

Distribuição geográfica de lojas

A imagem abaixo apresenta a distribuição geográfica das lojas físicas e centros de distribuição da Companhia em 30 de setembro de 2020:

As 222 lojas físicas estão instaladas nos principais *shoppings centers* e pontos estratégicos de rua localizadas em, São Paulo / Capital (51), Grande São Paulo (14), São Paulo / Interior (43), Rio de Janeiro / Capital (19), Grande Rio de Janeiro (6), Rio de Janeiro / Interior (6), Minas Gerais (10), Espirito Santo (3), Paraná (9), Santa Catarina (7), Rio Grande do Sul (10), Brasília (5), Bahia (8), Pernambuco (5), Ceará (5), Goiás (4), Rio Grande do Norte (3), Sergipe (2), Alagoas (2), Paraíba (3), Rondônia (1), Maranhão (2), Mato Grosso (1), Pará (2), Piauí (1).

Compras e fornecedores

A Companhia conta com mais de 440 fornecedores de produtos dos mais variados segmentos e 17 compradores treinados para fazerem gestão de compras das linhas de fornecedores. Os compradores são responsáveis por fazer apresentação dos novos produtos para os gerentes e diretores da Companhia, fazer gestão do estoque dos produtos adquiridos dos fornecedores de toda a Companhia, analisar desempenho de vendas dos produtos dos fornecedores, cultivar o relacionamento com os fornecedores, entre outras funções. O maior fornecedor de suprimentos da Companhia representou cerca de 11,1% de suas compras no exercício social terminado em 31 de dezembro de 2019 e cerca de 12,5% de suas compras nos nove meses terminado em 30 de setembro de 2020.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Cada comprador é responsável por alguns fornecedores, mas se busca fazer uma rotatividade para que não exista dependência do relacionamento criado pelo comprador, bem como para coibir práticas inadequadas.

Gestão dos estoques-

A gestão de estoque da Companhia é controlada pelos compradores da Kalunga por meio do conceito de máximo e mínimo, via o ERP (*Enterprise Resource Planning*) próprio da Companhia, que é um sistema integrado de gestão empresarial capaz de conectar o ecossistema *online* e *offline*, promovendo eficiência e ganhos de escala. Os compradores selecionam os produtos comercializados pela linha de fornecedores dos quais fazem gestão e atribuem um máximo e um mínimo de estoque de cada produto para todas as lojas da rede, para o Centro de Distribuição ("CD") Lojas, que abastece as lojas físicas, e para o CD Cliente, que abastece os pedidos do canal digital. O controle do máximo e do mínimo de um determinado produto é feito de acordo com a demanda por tal produto, sendo o sistema automático na solicitação de reposição dos produtos quando se atinge o mínimo.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Foto mostrando a disposição de produtos de uma loja física da Companhia:

Logística

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 3 CDs localizados na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, que foram projetados para atender com presteza e agilidade às necessidades de todos os canais de venda da Companhia e contam com equipamentos de última geração, aliados a sistemas de softwares dos principais fabricantes internacionais que garantem o apoio logístico para o abastecimento das lojas e a entrega dos pedidos em qualquer parte do território brasileiro.

Os 3 CDs se destinam a:

1. **CD Lojas** – Atendimento às lojas físicas, distribuindo produtos a todas as lojas no Brasil.
2. **CD Cliente** - Distribuição de compras por meio dos canais digitais ou de televendas ao cliente final; e
3. **CD Reverso** – Logística reversa, para compras devolvidas ou trocas.

A segmentação do CD permite que pedidos para São Paulo e Grande São Paulo sejam entregues em até 24 horas; enquanto para outras regiões em menos de 48 horas, conforme o canal de distribuição.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Foto mostrando a visão aérea do 3 CDs:

Legenda: 1 – CD Lojas; 2 – CD Cliente; e 3 – CD Reverso

c. características dos mercados de atuação

O Setor de Varejo no Brasil

Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), acompanha o comércio varejista por meio de pesquisas mensais segmentadas em: (i) combustíveis e lubrificantes; (ii) hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com a apuração segregada para (ii.a) hipermercados e supermercados; (iii) tecidos, vestuário e calçados; (iv) móveis e eletrodomésticos, com a apuração segregada para (iv.a) móveis e, (iv.b) eletrodomésticos; (v) artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; (vi) livros, jornais, revistas e papelaria; (vii) equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e (viii) outros artigos de uso pessoal e doméstico. Constituindo uma importante fonte de dados sobre o setor, o agrupamento destas oito atividades, com exceção à de combustíveis e lubrificantes, é definido como "varejo restrito".

Na última década, o setor varejista apresentou um perfil de forte crescimento, apoiado pela estabilização da economia brasileira, pela redução dos níveis de desemprego e pelo aumento real dos salários. No ponto inverso, os anos de 2015 e 2016 foram desafiadores para o setor, afetado por índices mais altos de desemprego, inflação e elevadas taxas de juros.

Medidas implementadas pelo Governo Federal a partir de 2017 contribuíram para a recuperação gradual da economia e do setor varejista. A liberação dos recursos do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), a estabilização fiscal, o controle da inflação, a redução das taxas de juros e do desemprego geraram incentivos de consumo, abrindo espaço para o consumo impulsionado pelo crédito, o qual pode ser percebido nos anos de 2018 e 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Abaixo são apresentados os índices de variação no volume de vendas no varejo restrito e no PIB apurados pelo IBGE de 2010 a 2019.

Fonte: SBVC, O Papel do Varejo na Economia Brasileira, 2020.

A Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) de agosto de 2020 do IBGE aponta que o isolamento social em virtude do Covid-19 causou impacto direto nas vendas do comércio varejista ao longo do primeiro semestre de 2020, contudo desde o mês de maio a atividade de comércio apresenta uma tendência de retomada. O patamar de vendas observado em agosto de 2020 atingiu um nível superior ao apresentado nos meses anteriores à pandemia, conforme pode ser observado no gráfico abaixo retirado da mesma pesquisa do IBGE já mencionada.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

E-commerce

De acordo com a pesquisa realizada pela CETIC.BR, o percentual da população brasileira usuária de internet saltou de 34%, em 2008, para 74%, em 2019, abrangendo aproximadamente 133,8 milhões de pessoas. A ampliação do acesso à internet para a população vem contribuindo para uma mudança no comportamento do consumidor e na forma de consumo.

Em 2019, o mercado de e-commerce no Brasil ultrapassou a cifra de R$60 bilhões, alcançando um crescimento de 400% (CAGR de 18%) desde 2011. O crescimento do faturamento é sustentado pelo aumento de consumidores deste mercado que quase dobrou de 2013 a 2019.

Fonte: Relatório Webshoppers – 41ª edição, 2020.

Fonte: Relatório Webshoppers – 41ª edição, 2020

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A 41ª edição do Relatório Webshoppers aponta que o crescimento de, aproximadamente, 16% do faturamento do e-commerce, em 2019, frente a 2018, é explicado por um aumento de 20,1% no número de pedidos, compensado por uma redução na ordem de 4,7% no ticket médio das compras realizadas.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2). Com a declaração, medidas de isolamento social foram tomadas por vários países do mundo, as quais, aos poucos, têm sido flexibilizadas. Passados aproximadamente 8 meses do anúncio da OMS, os impactos causados pela pandemia ainda são sentidos e refletem no comportamento do consumidor.

MUDANÇAS NOS HÁBITOS DOS CONSUMIDORES					
Cresce o interesse por produtos para a manutenção geral da saúde e bem-estar	Dar prioridade aos produtos essenciais para a contenção do vírus, saúde e segurança pública	Armazenamento de alimentos e uma vasta gama de produtos de saúde	Aumento das compras online e diminuição das visitas às lojas	Viagens de compras restritas, preocupações com o aumento do preço	Pessoas retornam às rotinas diárias, mas operam com cautela renovada sobre a saúde

Fonte: Relatório Webshoppers – 41ª edição, 2020.

Com o isolamento social ainda mantido pelo governo brasileiro, o mercado de e-commerce tem sido a alternativa mais viável às lojas físicas. Os números apresentados mostram um forte crescimento no faturamento durante o período de isolamento.

Fonte: Relatório Webshoppers – 41ª edição, 2020.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

i. participação em cada um dos mercados

Segundo a Euromonitor International, a Companhia é líder no segmento de varejo de suprimentos para escritório, informática e material escolar, atuando com 13,1% de *market share*[1]. De 2014 a 2019, segundo a Euromonitor International[2], a Companhia cresceu em mais de 50% sua participação de mercado de 8,7% em 2014 para 13,1% em 2019[3].

São mais de 11 mil itens de diversas marcas e categorias como Escolar, Escritório, Organização, Informática, Escrita, *Coffee Break*, Móveis, entre outras, disponíveis nos canais - Lojas Físicas, Kalunga.com e Televendas.

O gráfico abaixo mostra a participação do faturamento bruto das diferentes categorias de produtos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

ii. condições de competição nos mercados

O segmento de comércio varejista é fragmentado e, em geral, apresenta alta competitividade, uma vez que a maior parte dos produtos oferecidos não possui exclusividade e é equivalente entre os principais concorrentes.

Segundo a Euromonitor International, a Companhia detém 13,1% de *market share* do segmento de comércio varejista.[4] Adicionalmente, levantamentos realizados pela Euromonitor International também revelam uma expectativa de alto crescimento na demanda por outras linhas de produtos comercializadas pela Companhia, como "acessórios pessoais" (canetas, bolsas e mochilas) e "eletrônicos" (computadores pessoais, impressoras, monitores, tablets) ao longo dos próximos cinco anos.

---

[1] Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, em termos correntes, moeda local.
[2] Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, em termos correntes, moeda local.
[3] Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, em termos correntes, moeda local.
[4] Euromonitor International Limited, Retailing in Brazil 2020, vendas ao consumidor final excluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Ainda de acordo com a Euromonitor, os mercados de acessórios pessoais e eletrônicos devem encerrar 2020 atingindo um volume total de R$ 21,5bi[5] e R$ 95,8bi[6], respectivamente. O gráfico abaixo ilustra a expectativa para o crescimento nestes dois segmentos:

Fonte: *Euromonitor International Limited, Personal Accessories in Brazil 2021*, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

d. eventual sazonalidade

O varejo apresenta forte sazonalidade ao longo do ano, principalmente devido à volta às aulas, no primeiro trimestre, e, em menor magnitude, às datas como o Dia das Crianças, a Black Friday e o Natal, no quarto trimestre.

Historicamente, os resultados das operações da Companhia têm apresentado variações no primeiro trimestre de cada exercício. As vendas realizadas nos três trimestres seguintes seguem um padrão equivalente. No primeiro trimestre, as vendas tendem a aumentar em razão da volta às aulas e recebimento de décimo-terceiro salário por parte dos consumidores. As vendas em janeiro são, em geral, maiores do que a média de outros meses. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o primeiro trimestre representou 29,8% da receita bruta, enquanto o segundo, terceiro e quarto trimestres representaram 21,9%, 23,6% e 24,7%, respectivamente, em linha com a sazonalidade apresentada nos dois exercícios anteriores. Da mesma forma, durante o primeiro trimestre, a Companhia registra um aumento significativo em seu passivo junto a fornecedores. Em decorrência da pandemia de COVID-19 e das medidas de restrição a circulação impostas pelos governos, a sazonalidade do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi completamente atípica, com uma variação significativamente superior entre o primeiro, o segundo e o terceiro trimestres.

Em relação ao canal digital da Companhia, o volume de visitantes no Kalunga.com foi aproximadamente 65% maior no primeiro trimestre do que nos demais trimestres em 2019. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-

[5] Euromonitor International Limited, Personal Accessories in Brazil 2021, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.
[6] Euromonitor International Limited, Consumer Electronics in Brazil 2021, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

19, houve um comportamento completamente atípico da sazonalidade com um número de pedidos 145% superior no 2º trimestre em relação ao 1º trimestre.

Além disso, essa sazonalidade pode também ser influenciada por campanhas de marketing e promoções específicas realizadas pela Companhia junto com os seus fornecedores.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Os fornecedores da Companhia são selecionados de acordo com rigorosos critérios, principalmente, qualidade dos produtos, marca e confiabilidade de entrega. Além disso, a Companhia leva em conta o prazo de pagamento e *markup* (preço de venda sobre preço de custo) como critérios de seleção. Dado que a Companhia trabalha com muitos fornecedores para as diferentes categorias de produtos, não há concentração ou dependência de um único fornecedor. Em 2019, o maior fornecedor de suprimentos da Companhia representou cerca de 11,1% de suas compras, que por sua vez é a Spiral.

A Spiral é o único fornecedor exclusivo da Companhia. Além da Spiral, a Companhia comprou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, diretamente com mais de 440 fornecedores, majoritariamente fabricantes localizados no Brasil, aproximadamente 88,9% dos produtos que adquiriu para revenda.

Devido à escala de suas operações, a Companhia compra a maioria dos produtos que comercializa em suas lojas físicas e canais digitais diretamente dos respectivos fabricantes. A Companhia procura obter descontos em razão do volume adquirido, reduzindo seu custo variável, bem como obter prazos maiores de pagamento. A Companhia acredita que a escala de suas operações muitas vezes lhe dá uma posição de negociação vantajosa com os fabricantes, resultando em preços mais baixos para os clientes. As compras de mercadoria da Companhia são realizadas de forma centralizada na sede, através do Departamento de Compras. Além disso, a Companhia, em geral, não compra os produtos por meio de contratos de fornecimento de longo prazo, o que permite maior flexibilidade em compras.

Dado seu histórico de operações, bem como seu elevado volume de compras, a Companhia tem um relacionamento duradouro com seus fornecedores (tanto de suas marcas próprias, quanto de marca de terceiros), permitindo o abastecimento regular de suas necessidades por mercadorias.

A Companhia não possui processo de produção e, portanto, não trabalha diretamente com insumos e matérias primas.

Mercado de atuação

A Companhia atua no âmbito nacional, com presença física em 20 Estados brasileiros e no Distrito Federal e canais digitais que atendem todo o território nacional.

No exercício social encerrado em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 30 de setembro de 2019, os clientes corporativos (pessoa jurídica) representaram 16,5% e 18,2% da receita bruta da Companhia, respectivamente, enquanto as pessoas físicas representaram 44,6% e 39,8% da

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

receita bruta da Companhia, respectivamente. Os saldos remanescentes correspondem aos clientes que optaram por não se identificar.

O Brasil tem uma população considerável com, aproximadamente, 211 milhões de habitantes em 2020, sendo o quinto país mais populoso do mundo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil se caracteriza por áreas urbanas densamente povoadas onde se concentram mais de 76% da população total. Consequentemente, o interesse do varejo tende a se concentrar nessas áreas.

iii. eventual volatilidade dos preços de insumos e matérias primas

Não aplicável.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As atividades da Companhia estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais, assim como a regulamentos, autorizações e licenças aplicáveis e existe obrigação de registro em alguns cadastros públicos, exigidos a níveis federal, estadual e municipal.

Do ponto de vista de licenciamento imobiliário, as atividades exercidas em nossas lojas dependem de licenças, alvarás e autorizações exigidas pelas legislações federais, estaduais e municipais, entre as quais podemos destacar: (i) alvará de licença de uso e funcionamento emitido pelas Prefeituras Municipais da localidade de cada loja (ALUF); e (ii) o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, emitido pelo Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado em que se localiza cada loja (AVBC). Em alguns Munícipios e Estados, a Companhia é obrigada a obter e renovar periodicamente as licenças e autorizações para desenvolver seus negócios.

A não obtenção ou não renovação dessas licenças ou alvarás pode acarretar um efeito adverso relevante para as condições operacionais das nossas instalações, bem como para as condições financeiras da Companhia como um todo. Da incapacidade de cumprir com os regulamentos aplicáveis atualmente ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia, poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências, imposição de multa simples e/ou diária, revogação de licenças ou alvarás já concedidos, suspensão de atividades, embargos de instalações, apreensão de produtos, interdição parcial ou total do estabelecimento, bem como outras penalidades específicas previstas em legislações federais, estaduais e municipais.

A Companhia possui todas as licenças relevantes que entende como necessárias para operar, observado que, apesar de possuir um procedimento interno para regularização da documentação exigida, para aproximadamente 28% das suas lojas físicas, a Companhia ainda está em fase de obtenção e/ou de renovação das suas licenças de funcionamento e autos de vistoria expedidos pelo Corpo de Bombeiros competentes.

A Companhia envida os melhores esforços para a obtenção das licenças e da renovação das já existentes em prazos adequados, bem como para cumprir o disposto na regulamentação sanitária. Entretanto, a Companhia não pode assegurar que a obtenção dessas licenças e das suas renovações ocorrerão dentro do cronograma previsto ou que terá todas as licenças exigidas.

Em razão da emergência em saúde pública decorrente do novo Coronavírus e da correspondente pandemia de COVID-19, em diversas localidades, foi estendido o prazo de análise dos processos para obtenção e/ou renovação destas licenças, alvarás ou autorizações. Também, visando a prevenção, o controle e a mitigação da transmissão da COVID-19, em 18 de junho de 2020, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 1.565/2020 que estabelece protocolos sanitários para o funcionamento, de modo geral, das atividades econômicas para todos os setores. Ainda, em âmbito estadual e/ou municipal, foram determinados protocolos sanitários específicos, a depender da atividade econômica.

No âmbito do setor de varejo estamos também sujeitos a um conjunto de regras de proteção do consumidor. Essas regras estabelecem certos direitos básicos do consumidor que precisam ser observados em nossas operações, entre os quais está o direito à informação prévia, clara e precisa sobre produtos e serviços oferecidos no mercado, com especificação correta de características, atributos, estruturas, qualidade, preços e riscos que eles representam, em outros. Os consumidores também têm o direito ao acesso e de modificar as informações pessoais recolhidas sobre eles e armazenadas em bancos de dados privados. As regras de proteção do consumidor também têm um impacto na maneira em que fazemos propaganda.

Licença Ambientais

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei Federal nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 determina que a instalação, construção, ampliação e operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos ambientais ou que apresentam potencial poluidor está condicionada ao prévio licenciamento ambiental perante o órgão ambiental competente.

O processo de licenciamento ambiental regulado pela Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") nº 237/97 ("Resolução CONAMA 237/97") compreende um sistema composto por três fases representadas por licenças sequenciais: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação.

Os requisitos para essas licenças podem variar de acordo com as atividades realizadas e o local onde o empreendimento ou atividade está localizado.

A Resolução CONAMA nº 237/1997 define de forma geral os empreendimentos considerados potencialmente poluidores, e no rol não estão previstas as atividades desenvolvidas pela Companhia.

Os estados e municípios têm competência para editar legislação própria para complementação das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental previstas na Resolução CONAMA nº. 237/1997. No Estado de São Paulo, por exemplo, o Decreto n. 47.397/2002 estabelece que as seguintes atividades desenvolvidas pela Spiral estão sujeitas a licenciamento ambiental: (i) edição e impressão de produtos, exceto jornais, revistas e livros; e (ii) impressão de material para uso escolar e de material para usos industrial, comercial e publicitário.

Cabe ao órgão ambiental competente definir os critérios de exigibilidade, as especificidades, riscos ambientais, porte e outras características dos empreendimentos ou atividades adicionais. Assim, mesmo que determinada atividade não esteja expressamente relacionada na legislação aplicável, o órgão ambiental pode requerer o licenciamento por entender que se trata de atividade que, por suas características e/ou localização, seja efetiva ou potencialmente poluidora.

Em 9 de dezembro de 2011, foi publicada a Lei Complementar nº 140, a qual fixa normas para a atuação da União, Estados e Municípios, relativas às ações administrativas decorrentes do exercício de competência comum. A Lei Complementar nº 140/2011 manteve a disposição de que, em regra, o licenciamento será conduzido pelo ente estatal, tal como previsto na Resolução CONAMA nº 237/1997. Nesse sentido, compete ao órgão ambiental municipal somente o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local ou que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

As licenças ambientais possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas perante os órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade e irregularidade da atividade e/ou empreendimento. Ainda, as licenças ambientais podem conter condicionantes técnicas estabelecidas pela autoridade ambiental, que são condições de validade e o seu descumprimento pode impactar a regularidade das operações da Companhia e da Spiral.

A Companhia e a Spiral buscam se manter regularizadas quanto ao licenciamento ambiental. Contudo, a ausência de licenças pode sujeitar o infrator a sanções criminais e administrativas, a exemplo de multas e embargos, bem como à responsabilidade pela reparação e/ou indenização do dano ambiental na esfera civil. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de simples advertência, aplicação de multa (de R$ 500,00 a R$10.000.000,00), embargo ou demolição de obra e até suspensão parcial ou total da atividade.

Obrigações legais relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia está sujeita às disposições da Lei Federal nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos decorrentes das atividades da Companhia poderão gerar impactos ao meio ambiente durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências da Companhia ou, principalmente, no local de sua destinação final, a Companhia é responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final adequada dos resíduos, podendo também ser obrigada a reparar eventuais danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos determina também que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos comercializados em embalagens plásticas, metálicas ou de vidro estruturem e implementem sistema de logística reversa, considerando, prioritariamente, o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados, na forma do disposto em regulamento ou em acordos setoriais e termos de compromisso firmados entre o poder público e o setor empresarial.

Os importadores, distribuidores e comerciantes de produtos, ainda que não signatários de acordo setorial ou termo de compromisso firmado com a União, são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, consideradas as mesmas obrigações imputáveis aos signatários e aos aderentes de acordo setorial firmado com a União.

Nesse sentido, em relação às embalagens relacionadas às suas atividades, a Companhia busca dar a destinação correta e segura, por meio da contratação de empresas que sejam licenciadas e autorizadas a receber esses tipos de resíduos.

Não obstante, a contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos não isenta a Companhia da responsabilidade por eventuais danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos gerados por suas atividades.

O descumprimento de obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos ou à implementação de logística reversa de embalagens poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal n.º 7.404/2010, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal independentemente da obrigação de reparar eventuais danos.

Cadastro Técnico Federal

A Política Nacional de Meio Ambiente instituiu o Cadastro Técnico Federal ("CTF") cujo registro é obrigatório para as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam às atividades previstas taxativamente no rol da Instrução Normativa IBAMA n. 6/2013.

Para algumas atividades, a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe que o registro no CTF requer o pagamento da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental ("TCFA") e a entrega do relatório anual de atividades. As atividades sujeitas ao recolhimento da TCFA estão elencadas na Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013. O relatório, por sua vez, diz respeito às atividades desenvolvidas no ano anterior e deve ser submetido ao IBAMA pelos sujeitos passivos de pagamento da TCFA até 31 de março de cada ano.

De acordo com a Instrução Normativa nº 6/2013 do IBAMA, a fabricação de artefatos de papel, papelão, cartolina, cartão e fibra prensada é considerada sujeita a registro e ao pagamento da TCFA. Consequentemente, há necessidade de elaboração do relatório anual de atividades.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A falta de registro no CTF, quando exigível, constitui infração administrativa punível com multa de até R$9.000,00 (nove mil reais), a depender do porte da empresa. Além disso, a falta de apresentação de relatórios anuais exigidos pelo IBAMA pode sujeitar o empreendedor a multas que variam de R$1.000,00 a R$100.000,00.

Responsabilidade Ambiental

Nos termos da Constituição Federal, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. Assim, o responsável por qualquer atividade que cause danos ao meio ambiente, incluindo aqueles que, cientes dos danos, não tomarem medidas preventivas, podem ser responsabilizados nas esferas (i) civil, (ii) administrativa e (iii) penal. As três esferas de responsabilidade mencionadas acima são distintas e independentes porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas, não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa, a Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 ("Lei de Crimes Ambientais"), dispõe, em seu artigo 70, que toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental, independentemente da efetiva ocorrência de dano.

Conforme definido no Decreto Federal nº 6.514 de 22 de julho de 2008, as sanções impostas contra eventuais infrações administrativas incluem advertência, multa de até R$ 50.000.000,00, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Responsabilidade Civil

A obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente é tratada, especialmente, pela Política Nacional do Meio Ambiente. A responsabilidade civil impõe ao poluidor a obrigação de recomposição do meio ambiente ou, na sua impossibilidade, de ressarcimento dos prejuízos causados por sua ação ou omissão.

A responsabilidade civil ambiental é solidária, o que significa dizer que qualquer parte, direta ou indiretamente envolvida com as causas dos danos, pode ser obrigada a responder individualmente pela totalidade da recomposição, podendo posteriormente buscar indenização das outras partes responsáveis em ação de regresso. Portanto, a Companhia poderá ser responsabilizada por eventual conduta irregular de terceiros contratados para realização de atividades secundárias em seus empreendimentos, como a supressão de vegetação ou a disposição de resíduos.

A responsabilidade civil é também objetiva, ou seja, não depende da demonstração de culpa, mas apenas da relação entre a atividade exercida e os danos verificados (nexo de causalidade).

Adicionalmente a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, diretores, acionistas e/ou parceiros podem, juntamente com a empresa poluidora, ser responsabilizados por danos ao meio ambiente.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Apesar de não haver referência expressa na lei, segundo tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal a pretensão reparatória do dano ambiental não está sujeita à prescrição.

Responsabilidade Criminal

Na esfera criminal, a Lei de Crimes Ambientais sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia). De tal sorte, para que seja configurada a responsabilidade criminal da Companhia, faz-se necessária a comprovação de uma ação ou omissão cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse da Companhia ou para seu benefício ou de suas subsidiárias, devendo a conduta praticada ser enquadrada em um dos tipos penais previstos na Lei de Crimes Ambientais.

A responsabilidade penal da pessoa jurídica por crimes ambientais não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

A Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de condenação de pessoas jurídicas às penas de multa e restritivas de direito. As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica podem ser, alternativa, isolada ou cumulativamente de: (i) suspensão parcial ou total da atividade; (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade; e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Regulação das Operações de Tratamento de Dados Pessoais

As leis sobre privacidade e proteção de dados pessoais têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados por organizações.

No Brasil, até agosto de 2018, o tema era tratado pelo judiciário de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de disposições legais setoriais, dentre as quais as citadas abaixo:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade e à vida privada;

- o Código de Defesa do Consumidor, que estabeleceu critérios para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, prevendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;

- a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12/414/2011), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;

- o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- o Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet (Decreto nº 8.771/2016), que, dentre outras providências, definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa e estabeleceu critérios mínimos de segurança da informação.

No entanto, a partir de agosto de 2018, quando foi sancionada a Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil passaram a ser reguladas de forma geral, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia.

O objetivo da LGPD é proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle e acesso dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que os tratam, trazendo novas obrigações e limitações a serem observadas. Nesse sentido, inclusive, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas, bem como os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos de dados e a transferências de dados.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Além disso, a LGPD estabelece diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais (bases legais); dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de uma multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil.

Relevante destacar que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável pela observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, que terá poderes de (i) investigação, compreendendo solicitar informações de controladores e operadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processos administrativos; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados no país.

No entanto, em que pese a publicação do Decreto nº 10.474/2020, em 26 de agosto de 2020, e terem sido aprovados pelo Senado Federal os membros do Conselho Diretor do ANPD em 20 de outubro de 2020, até o presente momento a ANPD ainda não está desempenhando suas atribuições, conforme as disposições estabelecidas na LGPD. Diante desse cenário, alguns órgãos de defesa do consumidor, como a Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) e o Ministério Público já têm atuado, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo funções de fiscalização da LGPD, aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Ainda, relevante destacar que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, estando, entretanto, a aplicabilidade de suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) prevista para ocorrer somente no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Neste cenário, todavia, a o descumprimento de quaisquer disposições s estabelecidas pela LGPD e pelas demais leis setoriais relativas à proteção de dado, tem como riscos: (i) propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e trata dados pessoais de clientes, funcionários, fornecedores e outros terceiros no curso normal dos nossos negócios. Tais dados pessoais estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos.

Portanto, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente aplicável de proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço, ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais ou qualquer outro tipo de tratamento inadequado ou ilícito, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

b. política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

A Companhia não possui política socioambiental formalizada. Não obstante, o seu Código de Conduta possui diretrizes que orientam seus colaboradores a adotarem boas práticas relacionadas ao meio ambiente.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas marcas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 ("Lei da Propriedade Industrial") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, concessões de patentes e de outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo em todo o território nacional, por um período de 10 anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado "depositante") possui apenas uma expectativa de direito de propriedade desta para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; ou (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 42 marcas registradas junto ao INPI, em nome próprio, destacando-se a marca "KALUNGA" como a principal marca utilizada para a condução dos negócios da Companhia.

Adicionalmente, a Spiral é titular de 68 registros de marcas e 15 pedidos de registro em discussão junto ao INPI, destacando-se a marca "SPIRAL" como a principal marca utilizada por esta sociedade.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registo.br.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de direitos sobre diversos nomes dos domínios, destacando-se <kalunga.com.br> e <kalunga.com>.

Ainda, a Companhia utiliza programas de computador e tecnologia de titularidade de terceiros, devidamente licenciados por seus titulares, para o desenvolvimento de suas atividades de negócio.

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, veja o item 9.1.b (Bens do ativo não circulante relevantes - outros) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, dado que 100% dos negócios da Companhia são realizados no Brasil.

b. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, dado que 100% dos negócios da Companhia são realizados no Brasil.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, dado que 100% dos negócios da Companhia são realizados no Brasil.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não aufere receitas no exterior.

7.8 - Políticas Socioambientais

O Código de Conduta da Companhia possui diretrizes que orientam seus colaboradores a adotarem boas práticas relacionadas ao meio ambiente.

Desde 2007, a Companhia, anualmente, durante o período de volta às aulas, faz uma campanha em todas as suas lojas físicas de reciclagem dos cadernos usados (sem espiral e capa) pela troca de um vale desconto de R$1,50 por cada quilo de papel, pesado no local, na compra de cadernos novos ou pacote de papel A4 com 100 folhas. Todo o papel coletado é destinado a cooperativas de coleta de papel.

Desde que começou esta iniciativa, a Companhia arrecadou um total de 81,3 mil toneladas de papel por meio dessa iniciativa.

Divulgação de informações sociais e ambientais

A Companhia não possui certificação ambiental e não divulga informações sociais e ambientais por meio de relatório específico.

a. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

b. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

c. o link direto de onde essas informações podem ser encontradas no site da Companhia

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

d. se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais.

e. se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo.

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga relatórios socioambientais, pois entende que sua atividade não gera impacto ambiental significativo.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes que não tenham sido descritas nos itens 7.1 a 7.8 deste Formulário de Referência

8.1 - Negócios Extraordinários

Em 1º de setembro de 2020, os sócios da Kalunga Comércio e Indústria Gráfica Ltda. aprovaram um aumento de capital no valor de R$23.170.942,00 (vinte e três milhões, cento e setenta mil, novecentos e quarenta e dois reais) o qual foi integralizado por meio da capitalização de parte da conta de reserva de lucros acumulados dessa sociedade. No mesmo ato, foi aprovada a cisão parcial desta sociedade, em montante idêntico ao valor do aumento de capital, com versão do patrimônio cindido composto por imóveis e veículos automotores no montante de R$23,2 milhões para a sociedade Kalunga Participações S.A. Essa cisão, foi motivada pela intenção da sociedade de reestruturar as suas operações, visando a melhorar a alocação de investimentos e de recursos. Com exceção dos eventos acima descritos, não houve nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não foram celebrados, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 8.1 a 8.3 deste Formulário de Referência

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Os principais ativos imobilizados e intangíveis da Companhia são os imóveis onde estão localizadas as lojas, centros de distribuição e escritórios, as benfeitorias e melhoramentos realizados nestes e os demais ativos imobilizados neles localizados, tais como edificações, máquinas, equipamentos, instalações, móveis e utensílios, além dos direitos de uso de software.

A tabela abaixo demonstra a localização e quantidade de filiais em que estão localizados tais ativos:

UF	Centro de Distribuição	Escritório	Loja	Próprio ou Alugado	Total
AL	-	-	2	Alugado	2
BA	-	-	8	Alugado	8
CE	-	-	5	Alugado	5
DF	-	-	5	Alugado	5
ES	-	-	3	Alugado	3
GO	-	-	4	Alugado	4
MA	-	-	2	Alugado	2
MG	-	-	10	Alugado	10
MT	-	-	1	Alugado	1
PA	-	-	2	Alugado	2
PB	-	-	3	Alugado	3
PE	-	-	5	Alugado	5
PI	-	-	1	Alugado	1
PR	-	-	9	Alugado	9
RJ	-	-	31	Alugado	31
RN	-	-	3	Alugado	3
RO	-	-	1	Alugado	1
RS	-	-	10	Alugado	10
SC	-	-	7	Alugado	7
SE	-	-	2	Alugado	2
SP	3	1	108	Alugado	112
Total	**3**	**1**	**222**		**226**

Individualmente, os ativos da Companhia não possuem valor relevante e estão dispersos no território nacional ou são conjuntos de sistemas e softwares, no caso dos intangíveis.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia entende ser mais útil e produtivo para os acionistas e para o mercado em geral, prestar as informações, tal qual incluídas no item 9.1deste Formulário de Referência, em que é demonstrada a distribuição geográfica dos principais ativos da Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n. 811988457, marca "Kalunga", nominativa, classe 37, nominativa	14/07/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 811988465, marca "Kalunga", classe 28, nominativa	16/06/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 811999467, marca "Kalunga", classe 20, nominativa	18/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n. 812042590, marca "Kalunga", classe 3, mista	22/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812042603, marca "Kalunga", classe 16, mista	22/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812198271, marca "Kalunga", classe 25, nominativa	09/08/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n. 812198280, marca "Kalunga", classe 28, nominativa	29/12/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812198298, marca "Kalunga", classe 08, nominativa	29/12/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812291948, marca "Kalunga", classe 01, nominativa	03/05/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n. 812291956, marca "Kalunga", classe 5, nominativa	12/07/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812291964, marca "Kalunga", classe 06, nominativa	03/05/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812291972, marca "Kalunga", classe 17, nominativa	25/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n. 812325290, marca "Kalunga", classe 31, nominativa	03/05/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812325303, marca "Kalunga", classe 25, nominativa	22/08/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812325311, marca "Kalunga", classe 15, nominativa	25/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n. 812325320, marca "Kalunga", classe 19, nominativa	25/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812325338, marca "Kalunga", classe 21, nominativa	19/04/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812364589, marca "Kalunga", classe 9, nominativa	07/03/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n. 812364597, marca "Kalunga", classe 20, nominativa	25/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812364600, marca "Kalunga", classe 9, nominativa	19/04/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812364619, marca "Kalunga", classe 07, nominativa	25/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n. 812364627, marca "Kalunga", classe 35, nominativa	15/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812364635, marca "Kalunga", classe 33, nominativa	25/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812364643, marca "Kalunga", classe 16, nominativa	08/12/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n. 812364651, marca "Kalunga", classe 32, nominativa	22/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 812365038, marca "Kalunga", classe 24, nominativa	25/08/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 815788541, marca "Kalunga Suprimento", classe 16, mista	14/07/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n. 006396976, marca "Kalunga", classe 40, marca nominativa	10/07/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 823752178, marca "Kalunga", classe 35, marca nominativa	24/03/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 916372464, marca "Kalunga Copy & Print", classe 40, mista.	20/08/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	www.copyandprint.com.br	18/06/2025	A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável no Brasil ou no exterior. Eventual ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre as marcas, eventuais contestações dos principais domínios possuem baixo risco.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possível perda de mercado eletrônico por um período até a consolidação da substituição.
Nome de domínio na internet	www.kalunga.com.br	17/04/2030	A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável no Brasil ou no exterior. Eventual ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre as marcas, eventuais contestações dos principais domínios possuem baixo risco.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possível perda de mercado eletrônico por um período até a consolidação da substituição.
Nome de domínio na internet	www.kalunga.com	24/09/2024	A manutenção dos registros de domínio é realizada por meio do acompanhamento junto ao órgão responsável no Brasil ou no exterior. Eventual ausência de renovação do registro pode acarretar a disponibilidade do domínio para o público. Os domínios são passíveis de contestação por detentores de direitos sobre marcas registradas em razão de suposto registro abusivo de nomes de domínios. Considerando que a Companhia mantém estrito controle sobre as marcas, eventuais contestações dos principais domínios possuem baixo risco.	O impacto da perda de eventuais domínios não pode ser quantificado. As principais consequências da perda de tais direitos seriam a necessidade de criação de outros domínios e a possível perda de mercado eletrônico por um período até a consolidação da substituição.
Marcas	Registro n. 815.603.339, marca "Spiral", classe 16, mista, em nome da Spiral.	16/11/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro n. 816.136.629, marca "Spiral", classe 37, mista em nome da Spiral.	17/11/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 816.136.645, marca "Spiral", classe 16, mista em nome da Spiral.	26/04/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro n. 811988481, marca "Kalunga", classe 3, nominativa	12/07/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de contribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito, pela falta de prorrogação ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas, o que pode acarretar em processos de nulidade do registro. No âmbito judicial, terceiros podem alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e caso o pedido seja acolhido pelo judiciário, a Companhia poderá estar impedida ou limitada ao uso da marca.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e enfrentaríamos dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Acreditamos que não perderemos os direitos sobre nossas atuais marcas, porém não é possível afirmar que terceiros não venham a questionar a titularidade de uma marca utilizada pela Companhia. Há ainda, a possibilidade de sofrermos demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas no item 9.1 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ou "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e às Informações Trimestrais – ITR consolidadas da Companhia relativas aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 2019, elaboradas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Certas tabelas do item 10 deste Formulário de Referência contém os termos "AH" e "AV" que significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação à receita líquida para o período/exercício aplicável para as demonstrações dos resultados, ou (ii) em relação ao total do ativo e/ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para os balanços patrimoniais.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das operações de Arrendamento (CPC 06(R2) / IFRS 16) emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo IASB, respectivamente. A norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações contábeis de 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 e, por isso, não são comparáveis com as informações contábeis de 31 de dezembro de 2019 e de 30 de setembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso do arrendamento e juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis. A Companhia reconheceu em 1º de janeiro de 2019, utilizando o método retrospectivo modificado um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no montante de R$469,1 milhões.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estarão disponíveis no site da Companhia (http://ri.kalunga.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Os comentários a seguir podem conter declarações sobre tendências que refletem as expectativas atuais da Companhia, que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e os eventos podem não ocorrer de acordo com as expectativas da Companhia, devido a diversos fatores relacionados aos seus negócios, ao setor de atuação e ao ambiente econômico, especialmente em relação ao informado no item 4, além de outros assuntos descritos neste Formulário de Referência.

A pandemia de COVID-19 causada pelo novo coronavírus Sars-Cov-2 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, cujos impactos têm sido sentidos na economia global, incluindo a economia brasileira, em virtude da paralisação ou desaceleração de diversos setores produtivos. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais e a interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela empresa. Adicionalmente o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões brasileiras onde a Companhia opera resultou no fechamento temporário das lojas. Diante dessa adversidade, a Companhia tomou diversas medidas protetivas com o intuito de evitar a disseminação do vírus, garantir a preservação da saúde dos colaboradores e demais partes relacionadas, assegurar a manutenção de empregos, bem como medidas para amenizar os efeitos da pandemia nos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

resultados da Companhia. Essas medidas foram descritas no item 10.9 deste Formulário de Referência.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos seguintes aspectos:

Resultado Operacional - Em 30 de setembro de 2020, a margem bruta da Companhia (calculada pela divisão do lucro bruto pela receita líquida) atingiu 34,9%, um aumento de 0,8 p.p. em relação a margem bruta de 34,1% no mesmo período de 2019. Já nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a margem bruta foi de 33,9%, 35,1% e 36,3%, respectivamente. A margem líquida (calculada pela divisão do lucro líquido pela receita líquida), no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de 0,3% ante 15,3% no mesmo período de 2019, uma redução de 15 p.p. Esta redução deveu-se: (i) ao reconhecimento de um crédito extemporâneo de PIS/COFINS derivado de trânsito em julgado de ação que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS no valor de R$206,4 milhões, já líquido de impostos; e (ii) à redução da receita líquida por conta dos impactos gerados pela pandemia de COVID-19. Nos exercícios anteriores, a margem líquida foi de 11,5% no exercício de 2019 comparada a 3,5% no exercício de 2018 (devido ao reconhecimento do crédito de PIS/COFINS mencionado anteriormente) e 2,6% no exercício de 2017. É importante destacar que as margens podem sofrer oscilações considerando os seguintes principais fatores: (i) dificuldade de repasse de qualquer aumento dos custos das mercadorias; (ii) mudanças nas tendências de produtos e nas preferências do consumidor; (iii) aumento/redução de impostos; (iv) dificuldades em inaugurar e/ou operar novas lojas; (v) pandemia global que impacta no consumo do varejo; entre outros.

Endividamento - A dívida líquida da Companhia é calculada como a dívida bruta (representada pela soma dos empréstimos e financiamentos) deduzida do caixa e equivalentes de caixa. A tabela a seguir apresenta a dívida líquida da Companhia em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Dívida Líquida (em R$ mil)	**Em 30 de setembro de**	**Em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**	**2017**
Dívida bruta	**776.704**	**643.360**	**579.241**	**494.782**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(38.084)	(32.048)	(15.603)	(4.118)
Dívida líquida	**738.620**	**611.312**	**563.638**	**490.664**

A variação da dívida líquida da Companhia entre 31 de dezembro de 2019 e 30 de setembro de 2020 é decorrente, principalmente, das necessidades de caixa da Companhia para enfrentamento da pandemia do COVID-19, quando sua receita líquida reduziu drasticamente e as despesas não diminuíram na mesma proporção. Entre 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o aumento da dívida líquida ocorreu, principalmente, para financiamento das expansões de loja e necessidades de capital de giro.

Disponibilidade de caixa. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa de R$ 38,1 milhões, em comparação a R$ 32,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, R$

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

15,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$ 4,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. O caixa e equivalentes de caixa da Companhia foi influenciado, principalmente, em função da boa geração de caixa operacional do período e pelas captações de empréstimos e financiamentos.

Giro do Ativo. Considerando a capacidade de utilização dos ativos para gerar vendas, o giro do ativo (calculado pela receita líquida dividida pelo ativo médio, ou seja, representado pela média aritmética entre o total do ativo corrente e o total do ativo anterior) atingiu: 0,5565 nos nove meses findo em 30 de setembro de 2020, 1,0767, 1,4634 e 1,5019 nos exercícios sociais terminados em 31 dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente. Essa queda no exercício de 2019 se deve, principalmente, ao aumento significativo do ativo devido ao reconhecimento de impostos a recuperar relativo ao reconhecimento do crédito extemporâneo de PIS/COFINS derivado de trânsito em julgado de ação que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS e do direito de uso relativo à adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

Indicadores Financeiros

	Em 30 de setembro de	**Em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**	**2017**
Índice de Liquidez Corrente (1)	0,86	0,84	0,90	0,98
Índice de Liquidez Geral (2)	1,08	1,08	1,02	1,02
Índice de Endividamento (3)	13,04	12,79	56,36	43,53
Índice de Liquidez Seca (4)	0,54	0,43	0,49	0,54

(1) O índice de liquidez corrente é calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.
(2) O índice de liquidez geral é calculado pela divisão do ativo total pelo passivo total.
(3) O índice de endividamento é calculado pelo resultado da soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo patrimônio líquido.
(4) O índice de liquidez seca é calculado pela divisão do ativo circulante menos estoques pelo passivo circulante.

O Índice de Liquidez Corrente em 30 de setembro de 2020 demonstrou performance ligeiramente inferior a 31 de dezembro de 2017, cuja redução foi principalmente ocasionada pelo aumento dos investimentos em expansão, alongamento dos prazos de pagamento dos fornecedores, além dos efeitos da adoção da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1 de janeiro de 2019.

O Índice de Liquidez Geral tem se mantido entre 1,08 a 1,02 alinhado com o aumento do passivo circulante e não circulante e consequentes reflexos no ativo. O índice demonstra a capacidade da Companhia em honrar os seus compromissos, uma vez que seus ativos superam seus passivos.

O Índice de Endividamento foi de 13,04x (vezes) em 30 de setembro de 2020 contra 12,79x em 31 de dezembro de 2019 demonstrando a relação das obrigações de curto e longo prazo em relação ao patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esse índice foi superior devido ao baixo patrimônio líquido da Companhia nestes anos.

O Índice de Liquidez Seca refletiu as variações registradas no ativo circulante menos estoque que tem reduzido devido ao aumento no passivo circulante, especialmente pelo aumento de Fornecedores.

b. Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, representada pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis condizentes com as atividades de varejo que demandam capital de giro intensivo. Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

da Companhia era de R$ 161,3 milhões, comparado a R$ 180,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, R$ 24,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$ 25,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. O aumento do patrimônio líquido de 529,0% em 30 de setembro de 2020 quando comparado com o patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2017 deve-se principalmente ao lucro líquido do exercício de 2019 ter refletido a contabilização do crédito extemporâneo de PIS/COFINS derivado de trânsito em julgado de ação que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS no valor de R$206,4 milhões (já líquido de impostos), parcialmente, compensado pela distribuição de lucros no período.

Em 30 de setembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 7,1% de capital próprio (patrimônio líquido) e 92,9% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2019 era composta por 7,3% de capital próprio e 92,7% de capital de terceiros, em 31 de dezembro de 2018 era composta por 1,7% de capital próprio e 98,3% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2017 era composta por 2,2% de capital próprio e 97,8% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Estrutura de Capital	**Em 30 de setembro de**		**Em 31 de dezembro de**					
	2020		**2019**		**2018**		**2017**	
	(R$ mil)	*AV %*	*(R$ mil)*	*AV %*	*(R$ mil)*	*AV %*	*(R$ mil)*	*AV %*
Capital próprio (patrimônio líquido)	161.252	7,1%	180.361	7,3%	24.626	1,7%	25.635	2,2%
Capital de terceiros (passivo total)	2.102.656	92,9%	2.305.949	92,7%	1.387.851	98,3%	1.115.793	97,8%
Capital total (terceiros + próprio)	**2.263.908**	**100,0%**	**2.486.310**	**100,0%**	**1.412.477**	**100,0%**	**1.141.428**	**100,0%**

É importante reforçar que o nível elevado de capital de terceiros sobre o capital próprio decorre das necessidades de investimentos em expansão de lojas e capital de giro para reposição dos estoques até que eles resultem em geração de caixa operacional.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto, médio e de longo prazo. Esta situação pode ser verificada por meio do índice de liquidez corrente (calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) e do índice de alavancagem financeira (calculado pela divisão da Dívida Líquida, calculada como o total de empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa, pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses).

Principais Indicadores Financeiros	**Em 30 de setembro de**	**Em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**	**2017**
Índice de Liquidez Corrente(1)	0,86	0,84	0,90	0,98
Índice de Dívida(2)	4,58	3,39	22,89	19,14
Índice de Alavancagem Financeira(3)	3,46	1,58	3,17	3,08

(1) O índice de liquidez corrente é calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(2) O índice de dívida é calculado pela divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido.
(3) O índice de alavancagem financeira é calculado pela divisão da dívida líquida pelo EBITDA Ajustado anualizado, ou seja, dos últimos 12 meses.

Por conta do aumento nas contas de Fornecedores e Empréstimos e Financiamentos, devido ao crescimento das atividades da Companhia, o Índice de Liquidez Corrente tem obtido performance ligeiramente inferior ao desempenho de 31 de dezembro de 2017, que, de 0,98 passou para 0,90, 0,84 e 0,86 em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 30 de setembro de 2020, sendo essa redução principalmente ocasionada pelo aumento dos investimentos em expansão, alongamento dos prazos de pagamento dos fornecedores, além dos efeitos da adoção da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1 de janeiro de 2019., conforme mencionado no item 10.1 (a) acima e no item 10.1 (d) abaixo.

O Índice de Dívida foi de 4,58x em 30 de setembro de 2020 ante 3,39x em 31 de dezembro de 2019, sobretudo em razão da: (i) pandemia de COVID-19, que afetou negativamente os resultados da Companhia, resultando no aumento de Empréstimos e Financiamentos para financiar as necessidades de capital de giro, e (ii) devido a cisão parcial datada de 1º de setembro de 2020, que reduziu o patrimônio líquido em R$23,2 milhões.

O Índice de Alavancagem Financeira era de 3,46x em 30 de setembro de 2020, comparado a 1,58x em 31 de dezembro de 2019, sobretudo em decorrência da: (i) pandemia de COVID-19 que afetou negativamente os resultados da Companhia, e (ii) contabilização de crédito de PIS/COFINS, decorrente da exclusão do ICMS de sua base de cálculo, ocorrido no 1º trimestre de 2019 que aumentou em R$128,2 milhões o EBITDA do exercício de 2019 da Companhia.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 o caixa líquido proveniente das atividades operacionais foi de R$114,1 milhões. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais foi de R$ 168,8 milhões, R$ 107,2 milhões e R$ 141,0 milhões, respectivamente, enquanto as atividades de financiamentos foram responsáveis por um caixa líquido aplicado de R$ 42,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e de R$49,1 milhões no exercício de 2017, comparado com um caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos de R$ 29,6 milhões no exercício de 2019 e R$ 57,8 milhões no exercício de 2018. A aplicação de caixa líquido nas atividades de financiamento nos nove meses findo em 30 de setembro de 2020, quando comparado aos anos anteriores, é reflexo dos efeitos da pandemia do COVID-19, que em um cenário mais restritivo de crédito, a Companhia foi forçada a honrar com seus compromissos junto as instituições financeiras.

Para maiores informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 10.1.f.(i) abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recursos para o capital de giro da Companhia é a própria geração de caixa operacional, por meio da comercialização de produtos e serviços. Além disso, a Companhia acredita não depender de fontes de financiamento para tais atividades. Entretanto, dada a necessidade de capital de giro para o desenvolvimento das atividades operacionais, os efeitos adversos causados pela pandemia do COVID-19 e considerando a expansão realizada nas atividades nos últimos anos, a Companhia também obtém recursos adicionais à geração de caixa operacional através de empréstimos e financiamentos de terceiros e, pontualmente, de injeções adicionais de capital próprio.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 30 de setembro de 2020, o saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R$ 776,7 milhões (R$ 643,4 milhões, R$ 579,2 milhões e R$ 494,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente). Esse aumento ocorreu principalmente em razão das necessidades de capital de giro da Companhia, possibilitando assim seu crescimento. Em 30 de setembro de 2020, o total de empréstimos e financiamentos deduzido do caixa e equivalentes de caixa, totalizou R$ 738,6 milhões (R$ 611,3 milhões, R$ 563,6 milhões e R$ 490,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente).

As principais características dos empréstimos e financiamentos da Companhia, estão indicadas na tabela abaixo:

Empréstimos e Financiamento (em R$ mil, exceto %)	**Taxa de Juros (% ao ano)**	**Em 30 de setembro de**	**Em 31 de dezembro de**		
		2020	**2019**	**2018**	**2017**
Moeda Nacional					
Capital de giro (i)	Capital de giro-nacional- variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1,19% a 2,80% a.a.	773.481	638.714	575.108	489.617
Compror (ii)	Compror (financiamento de compras) - variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1,19% ao ano.	512	977	1.500	2.121
Finame-BNDES (iii)	FINAME-BNDES - variação de metade da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) + 5% a.a., e variação de metade da taxa SELIC + 5,08% a.a	40	249	639	1.132
Outros financiamentos (iv)	Aquisição de bens do imobilizado - incidem juros de 13,5385% a.a.	2.671	3.420	1.994	1.912
Total – Empréstimos e financiamentos		**776.704**	**643.360**	**579.241**	**494.782**
Circulante		151.846	148.701	213.230	153.677
Não circulante		624.858	494.659	366.011	341.105

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos aos seguintes encargos financeiros:

(i) Capital de giro- nacional- variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1,19% a 2,80% a.a.;
(ii) Compror (financiamento de compras) - variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) + 1.19% ao ano;
(iii) FINAME-BNDES - variação de metade da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) + 5% a.a., e variação de metade da taxa SELIC + 5,08% a.a.
(iv) Aquisição de bens do imobilizado - incidem juros de 13,54% a.a.

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de setembro de 2020:

R$ mil	2021	2022	2023	2024	Total
Vencimento	48.438	146.256	171.914	258.250	624.858

i.Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía os seguintes contratos de financiamento para capital de giro considerados mais relevantes:

- Banco do Brasil S.A. – Cédula de Crédito Bancário nº 191.400.894 – celebrado em 17 de julho de 2019, no valor principal de R$322.037.037,05, com taxa de juros de CDI + 3,1% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária de recebíveis de arranjo de pagamento, com vencimento em 11 de agosto de 2025. Em 30 de setembro de 2020, o saldo era de R$ 297.884.259,27;
- Banco do Brasil S.A. – Cédula de Crédito Bancário nº 191.400.969 – celebrado em 30 de março de 2020, no valor principal de R$54.000.000,00, com taxa de juros de CDI + 3,1% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária de recebíveis de arranjo de pagamento, com vencimento em 11 de agosto de 2025. Em 30 de setembro de 2020, o saldo era de R$ 49.950.000,00;
- Banco do Brasil S.A. – Cédula de Crédito Bancário nº 191.401.001 – celebrado em 30 de junho de 2020, no valor principal de R$100.000.000,00, com taxa de juros de CDI + 3,95% a.a., garantido por aval, hipoteca e cessão fiduciária de recebíveis de arranjo de pagamento, com vencimento 25 de junho de 2025. Em 30 de setembro de 2020, o saldo era de R$ 92.499.998,10;
- Banco do Brasil S.A. – Cédula de Crédito Bancário nº 191.400.937 – celebrado em 13 de janeiro de 2020, no valor principal de R$21.517.241,40, com taxa de juros de CDI + 3,1% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária de recebíveis de arranjo de pagamento, com vencimento 11 de agosto de 2025. Em 30 de setembro de 2020, o saldo era de R$ 19.903.448,24;
- Banco Bradesco S.A. - Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro Aval – celebrado em 6 de setembro de 2019, no valor principal de R$185.000.000,00, com taxa de juros CDI + 2,1999% a.a., garantido por aval, com vencimento em 9 de setembro de 2024. Em 30 de setembro de 2020, o saldo era de R$ 110.999.999,88;
- Banco Bradesco S.A. - Cédula de Crédito Bancário Empréstimo - Capital de Giro Aval – celebrado em 7 de abril de 2020, no valor principal de R$12.000.000,00, com taxa de juros 3,9195% a.a., garantido por aval, com vencimento em 4 de março de 2021. Em 30 de setembro de 2020, o saldo era de R$ 8.031.442,11;
- Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch - Cédula de Crédito Bancário nº 1006225 – celebrado em 6 de dezembro de 2018, no valor principal de R$35.000.000,00, com taxa de juros CDI + 2,8% a.a., garantido por *stand-by letter*, com vencimento em 24 de novembro de 2021. Em 30 de setembro de 2020, o saldo era de R$ 11.736.210,68;
- Banco Santander (Brasil) S.A. - Cédula de Crédito Bancário Capital de Giro nº 270241920 – celebrado em 15 de junho de 2020, no valor principal de R$54.274.900,00, com taxa de juros CDI + 3,74% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária de direitos creditórios, com vencimento em 17 de dezembro de 2021. Em 30 de setembro de 2020, o saldo era de R$

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

40.829.720,01;

- Banco Safra S.A. - Cédula de Crédito Bancário (Mútuo) nº 006459904 – celebrado em 19 de setembro de 2019, no valor principal de R$25.000.000,00, com taxa de juros CDI + 2,100014% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária, com vencimento em 30 de agosto de 2023. Em 30 de setembro de 2020, o saldo era de R$ 6.279.079,05;
- Banco Safra S.A. - Cédula de Crédito Bancário (Mútuo) nº 006468199 – celebrado em 14 de novembro de 2019, no valor principal de R$20.000.000,00, com taxa de juros CDI + 2,100001% a.a., garantido por aval e cessão fiduciária, com vencimento em 26 de outubro de 2023. Em 30 de setembro de 2020, o saldo era de R$ 5.036.798,31;
- Banco Daycoval S.A. - Cédula de Crédito Bancário nº 857764-7 – celebrado em 26 de setembro de 2019, no valor principal de R$20.459.565,81, com taxa de juros CDI + 0,1734% a.m., garantido por aval e cessão fiduciária de direitos creditórios, com vencimento em 26 de setembro de 2024. Em 30 de setembro de 2020, o saldo era de R$ 4.094.566,99;

ii. **Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Além disso, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia celebrou contratos FINAME e de leasing de longo prazo com as instituições financeiras Santander Leasing S.A., Société Generale Leasing S.A. e Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.

iii. **Grau de subordinação entre as dívidas**

Conforme mencionado acima no item "i", todos os contratos de capital de giro e Compror listados no referido item foram garantidos por aval pelos sócios e, adicionalmente, alguns também foram garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios nos valores equivalentes a 12,5% a 30% do saldo devedor da operação, em contas a receber das operadoras de cartão de crédito.

Nos contratos de FINAME e outros financiamentos as garantias são os próprios bens financiados mais aval dos sócios.

As demais obrigações foram classificadas como garantia quirografária e não há subordinação entre elas. Para mais informações sobre as obrigações da Companhia, vide item 3.8 deste Formulário de Referência.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

iv. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

A Companhia possui obrigações contratuais restritivas não financeiras, dentre as quais destacam-se as seguintes hipóteses que acarretam vencimento antecipado da dívida:

- Descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer cláusula ou condição;
- Mudança, cessão, alienação ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia;
- Cessão ou transferência os direitos e obrigações dos contratos;

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- Contratação de novas dívidas, excetuados os empréstimos destinados à gestão ordinária e a liquidação de dívidas existentes, ou financiamentos contratados diretamente junto ao, ou com recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –BNDES;
- Venda, transmissão, transferência ou de qualquer forma alienação ou oneração de parte substancial ou totalidade dos bens do ativo permanente da Companhia, salvo se forem inservíveis ou obsoletos;
- Alienação ou oneração de ativos financeiros e/ou direitos creditórios de sua titularidade.
- Mudança adversa relevante em sua situação patrimonial, condições econômico-financeiras e/ou os resultados operacionais;
- Incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária da Companhia;
- Mudança ou alteração do objeto social da Companhia, de forma a alterar a suas atividades principais, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas; ou
- Requerimento da recuperação judicial, extrajudicial ou falência ou tiver a falência por parte da Companhia ou se insolvência requerida.

A Companhia cumpre rigorosamente todas as disposições previstas nos contratos financeiros celebrados.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e/ou às Informações Trimestrais - ITR da Companhia relativas ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e 2019, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre seu resultado, a partir das suas Informações Trimestrais – ITR e/ou demonstrações financeiras:

A seguir são descritos cada um dos itens analisados:

Receita Líquida

A receita líquida da Companhia é composta principalmente por (i) revenda de mercadorias e em menor proporção, prestações de serviços e demais receitas, após (ii) dedução de tributos federais, estaduais e municipais; (iii) cancelamentos por devoluções e trocas de mercadorias vendidas; e (iv) dedução do ajuste a valor presente.

As receitas com revenda de mercadorias é proveniente de (i) lojas físicas, sendo que, em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía 222 lojas físicas distribuídas em 20 estados e no Distrito Federal; e (ii) canal digital: composto pelo e-commerce, aplicativo para smartphones, televendas, *Online Partner Store*, quiosques presentes em todas as lojas físicas e modelo de assinaturas, podendo o consumidor receber os produtos: (i) diretamente do centro de distribuição (*e-commerce*, app para smartphones, televendas, *Online Partner Store*, quiosques e modelo de assinaturas); (ii) *Store pick-up* (compra por um dos canais digitais e retirada da mercadoria na loja física); e (iii) *Ship from store* (compra por um dos canais digitais e enviou da loja mais próxima direto para o cliente final).

a) Prestação de serviços

A Companhia presta serviços de gráfica rápida com a marca *Copy & Print* dentro de 6 lojas físicas da Companhia. Adicionalmente, oferta tanto apólices de seguro de garantia estendida e seguro contra roubo, furto, para equipamentos comercializados nos canais de vendas da Companhia. A remuneração é um percentual do valor líquido cobrado (considerando a receita bruta do seguro descontada de IOF) dos prêmios recolhidos previamente acordado em contrato com as seguradoras.

b) Tributos sobre as vendas

Os tributos sobre a receita bruta são ICMS, PIS, COFINS e ISS.

c) Direito de devolução e trocas

As operações de vendas provenientes de devoluções ou trocas podem ocorrer tanto na loja física como também no canal digital. Os clientes podem pedir a devolução da mercadoria e o estorno do valor pago ou podem realizar a troca pelo mesmo produto ou por um similar que tenha um valor semelhante ao produto trocado. Os créditos de devolução não utilizados são realizados como receita após 12 meses quando, conforme política da Companhia, expira a validade para troca destes créditos.

Custos das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados

Os custos de mercadorias vendidas são provenientes de compras de produtos dos fornecedores. Enquanto o custo dos serviços prestados se refere a gastos com pessoal próprio e prestadores especializados (autônomos e pessoas jurídicas) que são contratados para suprir demanda extraordinária.

Despesas operacionais líquidas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As Despesas e Receitas operacionais são compostas por Despesas com Vendas, Despesas Gerais e Administrativas e Outras receitas ou despesas operacionais líquidas.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas da Companhia incluem despesas com: (i) pessoal, incluindo salários, proventos, honorários profissionais, comissões, encargos sociais e benefícios; (ii) ocupação, tais como arrendamentos, fundo de promoção, condomínios e IPTU; (iii) publicidade e propaganda; (iv) frete e transporte de valores; (v) consumo, principalmente *utilities* e materiais de loja; (vi) higiene e limpeza das lojas e centros de distribuição; (vii) vigilância e segurança; (viii); manutenção das lojas; (ix) taxas de empresas prestadoras de serviços de meios de pagamentos; (x) provisões diversas incluindo com créditos de liquidação duvidosa; e (xi) depreciação e amortização.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais de administrativas da Companhia incluem despesas com: (i) pessoal, incluindo salários, proventos, honorários profissionais, comissões, encargos sociais e benefícios; (ii) ocupação, tais como arrendamentos, condomínios e IPTU; (iii) consumo, principalmente *utilities*; (iv) serviços de terceiros; (v) higiene e limpeza do escritório; (vi) vigilância e segurança; e (ix) depreciação e amortização.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

Outras receitas ou despesas operacionais da Companhia são provenientes de (i) baixas de bens imobilizados; e (ii) recuperações de tributos e recebimento de indenizações, como o ganho com a exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS de períodos anteriores.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consiste no resultado da diferença entre as receitas e despesas financeiras da Companhia.

As receitas financeiras da Companhia incluem encargos financeiros nas operações de contrato de mútuo, descontos das obrigações a pagar e ajuste a valor presente do contas a receber.

As despesas financeiras da Companhia são compostas pelos juros sobre empréstimos, juros sobre venda de recebíveis, ajuste a valor presente do contas a pagar/fornecedores, juros sobre impostos parcelados e juros sobre contingências.

Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social está relacionada ao lucro tributável dos exercícios, sendo as alíquotas para as atividades de varejo e indústria de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ENTRE OS PERÍODOS DE NOVE MESES ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ mil, exceto %)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020	AV	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019	AV	AH
Receita Líquida	**1.321.816**	**100,0%**	**1.578.993**	**100,0%**	**-16,3%**
Custos das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados	(860.486)	-65,1%	(1.040.415)	-65,9%	-17,3%
Lucro Bruto	**461.330**	**34,9%**	**538.578**	**34,1%**	**-14,3%**
Despesas com Vendas	(340.144)	-25,7%	(370.876)	-23,5%	-8,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(42.699)	-3,2%	(35.504)	-2,2%	20,3%
Outras receitas líquidas	674	0,1%	131.548	8,3%	-99,5%
Despesas operacionais líquidas	(382.169)	-28,9%	(274.832)	-17,4%	39,1%
Lucro Operacional	**79.161**	**6,0%**	**263.746**	**16,7%**	**-70,0%**
Receitas financeiras	37.461	2,8%	173.233	11,0%	-78,4%
Despesas financeiras	(111.766)	-8,5%	(131.626)	-8,3%	-15,1%
Resultado Financeiro	(74.305)	-5,6%	41.607	2,6%	-278%
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**4.856**	**0,4%**	**305.353**	**19,3%**	**-98,4%**
Imposto de renda e contribuição social	(794)	-0,10%	(63.147)	-4,0%	**-98,7%**
Lucro Líquido	**4.062**	**0,3%**	**242.206**	**15,3%**	**-98,3%**

Receita líquida

A receita líquida totalizou R$ 1.321,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando uma redução de R$ 257,2 milhões, ou 16,3%, quando comparada ao mesmo período de 2019, quando totalizou R$ 1.579,0 milhões, em razão, principalmente, do decréscimo nas vendas brutas de produtos no varejo registradas no segundo trimestre e início do terceiro trimestre de 2020 devido a pandemia de COVID-19 que culminou no fechamento do comércio brasileiro, especialmente nas regiões metropolitanas, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro. O fechamento parcial das lojas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, quando comparado com o mesmo período de 2019, resultou na redução

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

da receita líquida da Companhia, sendo o canal de lojas físicas diretamente afetado, com redução de R$403,2 milhões ou 28,8%. Por outro lado, a pandemia proporcionou um incremento na receita líquida do canal digital, que apresentou um aumento de R$147,2 milhões ou 83,4%.

Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados

Os custos das mercadorias vendidas e serviços prestados tiveram redução de R$ 179,9 milhões, ou 17,3%, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, quando totalizou R$ 860,5 milhões, em comparação ao mesmo período de 2019, que totalizou R$ 1.040,4 milhões. A redução nos custos das mercadorias e serviços prestados ocorreu, principalmente, pela redução observada na receita líquida devido às medidas restritivas ao comércio brasileiro nas regiões metropolitanas em função da pandemia de COVID-19. Cabe ressaltar que a representatividade dos custos das mercadorias vendidas e serviços prestados em relação à receita líquida diminuiu 0,8 pontos percentuais, atingindo 65,1% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 contra 65,9% no mesmo período do ano anterior, fruto da mudança da estratégia da Companhia que em 2019 buscou ter maior competitividade em relação a preços, mas a Administração ao perceber que esta estratégia não trouxe o incremento no volume de vendas esperado, iniciou, a partir de 2020, uma readequação criteriosa de recomposição de margens.

Lucro bruto

Diante desse cenário, o lucro bruto do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 461,3 milhões comparado à R$ 538,6 milhões no mesmo período de 2019, representando uma redução de R$ 77,2 milhões ou 14,3%. Por consequência, a margem bruta do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 aumentou 0,8 pontos percentuais, atingindo 34,9% contra 34,1% no mesmo período do ano anterior, face ao trabalho da Companhia de recomposição de margens em 2020, dado que a estratégia aplicada em 2019 de maior agressividade em preço, não ter trazido o resultado esperado.

Despesas operacionais líquidas

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, as despesas operacionais líquidas foram de R$ 382,2 milhões, aumento de 39,1% em comparação ao mesmo período de 2019 que totalizou R$ 274,8 milhões. As despesas operacionais representaram 28,9% da receita líquida do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 ante 17,4% no mesmo período do ano anterior. O aumento das despesas operacionais líquidas, deve-se, principalmente, à redução das outras receitas operacionais líquidas, dado que no 1º trimestre de 2019, havia sido contabilizado o crédito extemporâneo de PIS/COFINS derivado de trânsito em julgado de ação que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS no valor de R$ 128,2 milhões. As despesas gerais e administrativas sofreram incremento de 20,3%, na comparação dos nove meses findo em 30 de setembro de 2020 contra o mesmo período de 2019, em decorrência do incremento dos serviços de terceiros, salários e encargos sociais, bem como de despesas legais e tributárias. Já as despesas com vendas parcialmente compensaram o incremento das despesas operacionais, dado que houve uma redução de R$ 30,7 milhões ou 8,3% nas despesas com vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Lucro operacional

Em decorrência dos fatores acima, o lucro operacional no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 totalizou R$ 79,2 milhões, uma redução de R$ 184,5 milhões ou 70,0%, em comparação ao período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019, que totalizou R$ 263,7 milhões. O lucro operacional representou 6,0% da receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação à 16,7% no mesmo período do ano anterior. Essa redução decorreu, principalmente: (i) do decréscimo de receitas mensurado no

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

segundo e terceiro trimestres de 2020 frente à redução das receitas pelo fechamento temporário do comércio devido à pandemia de COVID-19; e (ii) a contabilização no 1º trimestre de 2019 do crédito extemporâneo de PIS/COFINS derivado de trânsito julgado de ação que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no valor de R$ 128,2 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 gerou despesas financeiras líquidas de R$ 74,3 milhões, em comparação a receitas financeiras líquidas de R$ 41,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. Essa variação no resultado financeiro deve-se, principalmente, a redução na receita financeira no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 dado que neste período não houve impacto relevante na atualização monetária dos créditos extemporâneos de PIS/COFINS derivado de trânsito em julgado de ação que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e da COFINS totalizando uma receita de R$3,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado à R$120,0 milhões no mesmo período de 2019.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$ 4,9 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando 0,4% da receita líquida, em comparação à R$ 305,4 milhões no mesmo período do ano anterior, ou 19,3% da receita líquida. Essa redução de R$ 300,5 milhões deve-se, principalmente, aos fatores expostos acima.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 0,8 milhão comparativamente a R$ 63,1 milhões no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pela redução proporcional no lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

Lucro líquido

Em decorrência dos fatores acima, o lucro líquido da Companhia totalizou R$ 4,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, comparado a lucro líquido de R$ 242,2 milhões no mesmo período de 2019. Desta maneira, o lucro líquido reduziu R$ 238,1 milhões, representando uma margem líquida de 0,3% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 ante 15,3% no mesmo período do ano anterior. A deterioração do resultado da Companhia deve-se, principalmente, pela queda nas vendas do varejo em função da determinação dos órgãos reguladores de fechamento das lojas e redução dos horários de funcionamento em razão da pandemia de COVID-19, parcialmente compensado pelo aumento nas vendas on-line no período.

A Companhia conseguiu manter a margem bruta entre os períodos comparados. Entretanto, a manutenção das despesas fixas, associado à redução das vendas e ao efeito do ganho não recorrente de causa tributária envolvendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS reconhecido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e não observado no mesmo período do ano corrente, culminaram com a redução do lucro líquido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ mil, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019	AV	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Receita Líquida	**2.098.852**	**100,0%**	**1.868.683**	**100,0%**	**12,3%**
Custos das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados	(1.388.232)	-66,1%	(1.212.566)	-64,9%	14,5%
Lucro Bruto	**710.620**	**33,9%**	**656.117**	**35,1%**	**8,3%**
Despesas com Vendas	(506.531)	-24,1%	(463.635)	-24,8%	9,3%
Despesas Gerais e Administrativas	(50.846)	-2,4%	(39.907)	-2,1%	27,4%
Outras receitas líquidas	132.067	6,3%	613	0,0%	21444,4%
Despesas operacionais líquidas	(425.310)	-20,3%	(502.929)	-26,9%	-15,4%
Lucro Operacional	**285.310**	**13,6%**	**153.188**	**8,2%**	**86,2%**
Receitas financeiras	193.346	9,2%	51.626	2,8%	274,5%
Despesas financeiras	(176.370)	-8,4%	(105.225)	-5,6%	67,6%
Resultado Financeiro	16.976	0,8%	(53.599)	-2,9%	-131,7%
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**302.286**	**14,4%**	**99.589**	**5,3%**	**203,5%**
Imposto de renda e contribuição social	(61.551)	-2,9%	(33.598)	-1,8%	83,2%
Lucro Líquido	**240.735**	**11,5%**	**65.991**	**3,5%**	**264,8%**

Receita líquida

A receita líquida da Companhia totalizou R$ 2.098,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 230,2 milhões ou 12,3%, quando comparada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, quando totalizou R$ 1.868,7 milhões. O aumento na receita líquida deve-se, principalmente, ao aumento de R$ 209,3 milhões ou 12,7% na receita líquida das lojas físicas, fruto da maturação das lojas, bem como pela abertura de 26 novas lojas; e ao aumento de R$ 19,6 milhões ou 8,8% na receita líquida do canal digital no exercício de 2019, quando comparado ao exercício anterior.

Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os custos das mercadorias vendidas e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 aumentaram R$175,6 milhões ou 14,5%, totalizando R$ 1.388,2 milhões, ou 66,1% da receita líquida, comparativamente a R$ 1.212,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou 64,9% da receita líquida. O aumento dos custos das mercadorias vendidas e serviços prestados praticamente acompanhou o aumento observado na receita líquida com um ligeiro aumento de representatividade em relação à receita líquida.

O incremento do percentual dos custos dos produtos vendidos sobre a receita líquida no exercício social de 2019 é decorrente, principalmente, de uma estratégia iniciada em 2018, mas reforçada em 2019, de buscar ainda maior competitividade por meio de preços iguais ou mais baixos que o da concorrência, o que resultou em um impacto negativo nas margens.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 710,6 milhões comparativamente à R$ 656,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, um aumento de R$ 54,5 milhões ou 8,3%. Apesar do aumento do lucro bruto entre os exercícios, a Companhia observou uma redução na margem bruta de 1,2 pontos percentuais, atingindo 33,9% no exercício de 2019 comparativamente à 35,1% no exercício de 2018, basicamente por conta de uma estratégia de maior competitividade por meio de preços iguais ou mais baixos que o da concorrência.

Despesas operacionais líquidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas operacionais líquidas foram de R$ 425,3 milhões, redução de R$ 77,6 milhões ou 15,4%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 que totalizou R$ 502,9 milhões. A redução das despesas operacionais líquidas representou 20,3% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 contra 26,9% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 representando uma redução de 6,6 pontos percentuais.

Essa redução nas despesas operacionais líquidas deve-se, principalmente, pelos seguintes efeitos: (i) aumento de outras receitas líquidas devido, principalmente, ao reconhecimento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS no montante de R$ 128,2 milhões derivado do transito julgado de ação ajuizada que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS; o aumento nas outras receitas líquidas foi, parcialmente, compensado pelo (ii) aumento de R$ 42,9 milhões ou 9,3% nas despesas com vendas devido, principalmente, ao aumento de R$ 34,1 milhões nas despesas com salários e encargos sociais; e (iii) aumento de R$10,9 milhões ou 27,4% nas despesas gerais e administrativas devido, principalmente, ao aumento das despesas com serviços de terceiros e salários e encargos sociais;

Lucro operacional

Em decorrência dos fatos acima, o lucro operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 285,3 milhões, representando 13,6% da receita líquida ante 8,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R$153,2 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 representou receitas financeiras líquidas de R$ 17,0 milhões, comparado a despesas financeiras líquidas de R$ 53,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deve-se, principalmente, pelo reconhecimento de R$ 121,8 milhões relativos à atualização monetária dos créditos extemporâneos de PIS/COFINS derivado de trânsito julgado de ação ajuizada que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, o aumento nas receitas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

financeiras foi parcialmente compensado pelo aumento das despesas financeiras, principalmente, pelo reconhecimento de despesas de juros sobre arrendamento decorrentes da adoção do CPC 06-R2 / IFRS 16, a partir de 1º de janeiro de 2019, no montante de R$53,0 milhões.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência dos fatores acima, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$ 302,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando 14,4% da receita líquida, comparado a R$ 99,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou 5,3% da receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse ganho de 9,1 pontos percentuais na margem do resultado antes do imposto de renda e da contribuição social foi impacto direto da contabilização do crédito extemporâneo de PIS e COFINS, bem como da respectiva atualização monetária, derivado do transito julgado de ação ajuizada que discutia a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 61,6 milhões comparativamente a R$ 33,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A alíquota efetiva do imposto de renda foi de 20,4% no exercício social de 2019 comparativamente à 33,7% no exercício social de 2018. A redução na alíquota efetiva do imposto de renda deve-se, principalmente, pela não incidência de imposto de renda e contribuição social diferidos na atualização monetária do crédito extemporâneo de PIS e COFINS.

Lucro líquido

Em decorrência dos fatores acima, o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 240,7 milhões comparado a R$ 66,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, aumento de 264,8% ou R$ 174,7 milhões. A margem líquida, representada pelo lucro líquido dividido pela receita líquida foi de 11,5% no exercício de 2019, comparada a 3,5% no exercício anterior.

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(em R$ mil, exceto %)	**Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018**	**AV**	**Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017**	**AV**	**AH**
Receita Líquida	**1.868.683**	**100,0%**	**1.602.556**	**100,0%**	**16,6%**
Custos das Mercadorias Vendidas e Serviços Prestados	(1.212.566)	-64,9%	(1.020.756)	-63,7%	18,8%
Lucro Bruto	**656.117**	**35,1%**	**581.800**	**36,3%**	**12,8%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas com Vendas	(463.635)	-24,8%	(397.222)	-24,8%	16,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(39.907)	-2,1%	(51.196)	-3,2%	-22,1%
Outras receitas líquidas	613	0,0%	4.025	0,3%	-84,8%
Despesas operacionais líquidas	(502.929)	-26,9%	(444.393)	-27,7%	13,2%
Lucro Operacional	**153.188**	**8,2%**	**137.407**	**8,6%**	**11,5%**
Receitas financeiras	51.626	2,8%	63.827	4,0%	-19,1%
Despesas financeiras	(105.225)	-5,6%	(137.382)	-8,6%	-23,4%
Resultado Financeiro	(53.599)	-2,9%	(73.555)	-4,6%	-27,1%
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**99.589**	**5,3%**	**63.852**	**4,0%**	**56,0%**
Imposto de renda e contribuição social	(33.598)	-1,8%	(22.155)	-1,4%	51,6%
Lucro Líquido	**65.991**	**3,5%**	**41.697**	**2,6%**	**58,3%**

Receita líquida

A receita líquida totalizou R$ 1.868,7 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 266,1 milhões, ou 16,6%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 1.602,6 milhão, em razão, principalmente, (i) do aumento de R$ 246,3 milhões ou 17,6% na receita líquida das lojas no exercício de 2018 quando comparado ao exercício anterior; e (ii) do aumento de R$ 18,9 milhões ou 9,3% na receita líquida do canal digital no exercício de 2018 quando comparado ao exercício anterior.

Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados

Os custos das mercadorias vendidas e serviços prestados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R$ 1.212,6 milhão, representando 64,9% da receita líquida do exercício de 2019, comparativamente a R$ 1.020,8 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando 63,7% da receita líquida. O aumento de R$191,8 milhões ou 18,8% dos custos das mercadorias vendidas e serviços prestados foi superior ao aumento da receita líquida.

O incremento do percentual dos custos das mercadorias vendidas e serviços prestados sobre a receita líquida no exercício social de 2018 é decorrente, principalmente, de uma estratégia de buscar maior competitividade por meio de preços iguais ou mais baixos que o da concorrência, o que resultou em um impacto negativo nas margens.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores acima, o lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 656,1 milhões contra R$ 581,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$ 74,3 milhões ou 12,8%. A margem bruta,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

representada pelo lucro bruto dividido pela receita líquida, atingiu 35,1% no exercício de 2018 ante 36,3% no exercício de 2017.

Despesas operacionais líquidas

As despesas operacionais líquidas totalizaram R$ 502,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 26,9% da receita líquida, comparado a R$444,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, que representou 27,7%. Apesar do aumento nominal de R$58,5 milhões, a queda de 0,8 pontos percentuais na representatividade deve-se, principalmente, ao (i) aumento das despesas com vendas de R$ 66,4 milhões ou 16,7%, devido especialmente ao aumento nas despesas de salários e encargos sociais, aluguéis e outras despesa, compensado, parcialmente, pela redução nas despesas com propaganda e publicidade e na provisão para perdas esperadas do contas a receber; (ii) compensado, parcialmente, pela redução nas despesas gerais e administrativas de R$ 11,3 milhões ou 22,1%, devido à reversão na provisão para contingências nas despesas legais e tributárias; e (iii) queda nas outras receitas líquidas de R$3,4 milhões.

Lucro operacional

Em decorrência dos fatores acima, o lucro operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 153,2 milhões, representando 8,2% da receita líquida ante 8,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, quando totalizou R$ 137,4 milhões, aumento de R$ 15,8 milhões ou 11,5% quando comparado ao exercício de 2017. A margem operacional caiu 0,4 pontos percentuais devido a queda na margem bruta, apesar dos esforços da Companhia na redução proporcional das despesas operacionais líquidas.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 representou despesas financeiras líquidas de R$ 53,6 milhões ante R$ 73,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 representando uma redução de R$ 20,0 milhões ou 27,1%, sobretudo por conta dos esforços da Companhia em reduzir os spreads cobrados em suas linhas de empréstimos e financiamentos, bem como é resultado da queda nas taxas básicas de juros no período.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$ 99,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando 5,3% da receita líquida, contra R$ 63,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ou 4,0% da receita líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R$ 35,7 milhões ou 56,0% no lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, decorre, principalmente, da boa performance das atividades operacionais da Companhia, com crescimento das receitas, redução das despesas financeiras, apesar do aumento nos custos das mercadorias vendidas e serviços prestados e nas despesas operacionais líquidas.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 33,6 milhões comparativamente a R$ 22,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A despesa de imposto de renda e contribuição social permaneceu praticamente estável em relação à receita líquida representando 1,8% e 1,4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro líquido

Em decorrência dos fatores acima, o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$ 66,0 milhões comparativamente a R$ 41,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, aumento de R$ 24,3 milhões ou 58,3%. A margem líquida, representada pelo lucro líquido dividido pela receita líquida, ficou em 3,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ante 2,6% no exercício anterior.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre seu balanço patrimonial, a partir de suas Informações Trimestrais – ITR e/ou demonstrações financeiras:

COMPARAÇÃO ENTRE O BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em R$ mil, exceto %)	30/09/20	AV	31/12/19	AV	AH
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	38.084	1,7%	32.048	1,3%	18,8%
Contas a receber	150.280	6,6%	169.322	6,8%	-11,2%
Estoques	307.775	13,6%	520.046	20,9%	-40,8%
Impostos a recuperar	314.216	13,9%	342.805	13,8%	-8,3%
Outros ativos	7.673	0,3%	3.242	0,1%	136,7%
Total do ativo circulante	**818.028**	**36,1%**	**1.067.463**	**42,9%**	**-23,4%**
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	543.889	24,0%	427.232	17,2%	27,3%
Depósitos judiciais	8.923	0,4%	8.877	0,4%	0,5%
Impostos a recuperar	252.331	11,1%	294.231	11,8%	-14,2%
Intangível	3.084	0,1%	2.319	0,1%	33,0%
Direito de uso	498.609	22,0%	514.393	20,7%	-3,1%
Imobilizado	139.044	6,1%	171.795	6,9%	-19,1%
Total do ativo não circulante	**1.445.880**	**63,9%**	**1.418.847**	**57,1%**	**1,9%**
Total do ativo	**2.263.908**	**100,0%**	**2.486.310**	**100,0%**	**-8,9%**

(em R$ mil, exceto %)	30/09/20	AV	31/12/19	AV	AH
Passivo circulante					
Fornecedores	578.519	25,6%	849.129	34,2%	-31,9%
Empréstimos e financiamentos	151.846	6,7%	148.701	6,0%	2,1%
Empréstimos com partes relacionadas	66.595	2,9%	134.355	5,4%	-50,4%
Obrigações trabalhistas	40.434	1,8%	27.465	1,1%	47,2%
Obrigações fiscais	28.014	1,2%	19.289	0,8%	45,2%
Passivo de arrendamento	60.349	2,7%	54.167	2,2%	11,4%
Receita diferida	1.569	0,1%	3.573	0,1%	-56,1%
Outros passivos	22.200	1,0%	31.871	1,3%	-30,3%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Total do passivo circulante	**949.526**	**41,9%**	**1.268.550**	**51,0%**	**-25,1%**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	624.858	27,6%	494.659	19,9%	26,3%
Passivo de arrendamento	474.548	21,0%	478.981	19,3%	-0,9%
Provisão para desmantelamento	5.151	0,2%	4.858	0,2%	6,0%
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	15.631	0,6%	-100,0%
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11.525	0,5%	9.733	0,4%	18,4%
Obrigações fiscais	16.426	0,7%	7.223	0,3%	127,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.622	0,9%	26.314	1,1%	-21,6%
Total do passivo não circulante	**1.153.130**	**50,9%**	**1.037.399**	**41,7%**	**11,2%**
Total do patrimônio líquido	**161.252**	**7,1%**	**180.361**	**7,3%**	**-10,6%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.263.908**	**100,0%**	**2.486.310**	**100,0%**	**-8,9%**

Ativo circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante era de R$ 818,0 milhões, em comparação com R$ 1.067,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 36,1% em 30 de setembro de 2020 e 42,9% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$ 249,5 milhões ou 23,4%, está relacionada, principalmente, aos seguintes fatores:

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de R$ 6,1 milhões ou 18,8%, passando de R$ 32,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 38,1 milhões em 30 de setembro de 2020. Esse aumento de R$ 6,1 milhões deve-se, principalmente, às captações de recursos para viabilizar os investimentos e pela geração de caixa operacional da Companhia.

Contas a receber

A redução de R$ 19,0 milhões, ou 11,2% deve-se, principalmente, ao menor resultado dos valores originados de pagamentos realizados por meio de cartões de crédito e débito de terceiros, além de outros créditos, incluindo notas de débito contra fornecedores, totalizando R$ 150,3 milhões em 30 de setembro de 2020 ante R$ 169,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Estoques

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 30 de setembro de 2020 os estoques totalizaram R$ 307,8 milhões contra R$ 520,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, uma redução de R$ 212,2 milhões ou 40,8%, em decorrência, principalmente, da sazonalidade da operação, visto que o 1º trimestre é o mais forte devido ao volta as aulas e, consequentemente, a Companhia precisa de um estoque maior para suprir uma maior demanda.

Impostos a recuperar.

Em 30 de setembro de 2020, os impostos a recuperar totalizaram R$ 314,2 milhões ante R$ 342,8 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Outros ativos

Em 30 de setembro de 2020 os outros ativos totalizaram R$ 7,7 milhões ante R$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, um aumento de R$ 4,4 milhões ou 136,7%, devido, principalmente, ao crescimento das operações da Companhia.

Ativo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo não circulante totalizava R$ 1.445,9 milhões, em comparação com R$ 1.418,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 63,9% em 30 de setembro de 2020 e 57,1% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R$ 27,1 milhões ou 1,9% está relacionado, principalmente, aos seguintes pontos:

Partes relacionadas

Em 30 de setembro de 2020 o saldo de partes relacionadas totalizava R$ 543,9 milhões ante R$ 427,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de R$ 116,7 milhões ou 27,3%, em virtude, principalmente, de contratos de mútuos com sócios quotistas e contrato com a Spiral do Brasil Ltda.

Depósitos judiciais

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, os ativos de depósitos judiciais totalizaram R$ 8,9 milhões.

Impostos a recuperar

Em 30 de setembro de 2020 o imposto a recuperar totalizava R$ 252,3 milhões ante R$ 294,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. O decréscimo de R$ 41,9 milhões ou 14,2%, é atribuído, principalmente, a utilização dos créditos de ICMS-ST a recuperar.

Intangível

O intangível aumentou R$ 0,8 milhão ou 33,0%, passando de R$ 2,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 3,1 milhões em 30 de setembro de 2020. Esse aumento decorreu sobretudo dos investimentos nas aquisições de *softwares*.

Direito de uso

O ativo de direito de uso apresentou uma redução de R$15,8 milhões ou 3,1%, passando de R$ 514,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 498,6 milhões em 30 de setembro de 2020.

Em decorrência dos efeitos econômicos da pandemia da COVID-19, a Companhia recebeu como benefício dos arrendadores dos imóveis, descontos nos valores das contraprestações,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

principalmente, no período compreendido entre os meses de abril a julho de 2020. Tais abatimentos totalizaram R$ 24,2 milhões.

Imobilizado

O imobilizado totalizou R$ 139,0 milhões em 30 de setembro de 2020 em comparação a R$ 171,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. A redução de 19,1% ou R$ 32,8 milhões é devido, principalmente, a depreciação e baixas do imobilizado no período.

Passivo circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo circulante era de R$ 949,5 milhões contra R$ 1.268,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 41,9% em 30 de setembro de 2020 e 51,0% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R$ 319,1 milhões ou 25,1%, foi devido, principalmente, aos seguintes fatores:

Fornecedores

Em 30 de setembro de 2020, os fornecedores representavam R$578,5 milhões, contra R$ 849,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 uma redução de R$270,6 milhões ou 31,9%, devido sobretudo à queda nas atividades em decorrência da pandemia e também à sazonalidade da operação, tendo em vista o saldo de 31 de dezembro de 2019 acaba refletindo um volume maior de fornecedores para suprir uma maior demanda de mercadorias no 1º trimestre do ano, período em que ocorre a volta às aulas.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos totalizaram R$ 151,8 milhões em 30 de setembro de 2020 contra R$ 148,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R$ 3,1 milhões ou 2,1% é devido as captações para fazer frente às necessidades de capital de giro.

Empréstimos com partes relacionadas

Os empréstimos com partes relacionadas se referem a obrigações com a Spiral no total de R$ 66.595 milhões em 30 de setembro de 2020, representando 2,9% do total do passivo no período e R$ 134,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando 5,4% do total do passivo do período. A queda de R$ 67,8 milhões se deve a queda na atividade por conta da pandemia do COVID-19, com a Companhia reduzindo a quantidade e expectativa de compras da Spiral, desta forma, reduzindo os empréstimos com partes relacionadas.

Obrigações trabalhistas

As obrigações trabalhistas totalizaram R$ 40,4 milhões em 30 de setembro de 2020, aumento de R$ 13,0 milhões ou 47,2%, quando comparado com o montante de R$ 27,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deve-se, principalmente, à sazonalidade da operação dado que os saldos no final de ano não acumulam mais as provisões de décimo terceiro e parte das férias.

Obrigações fiscais

As obrigações fiscais totalizaram R$ 28,0 milhões em 30 de setembro de 2020 contra R$ 19,2 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Passivo de Arrendamento

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O passivo de arrendamento totalizou R$ 60,3 milhões em 30 de setembro de 2020 ante R$ 54,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$ 6,1 milhões, ou 11,4% deve-se, principalmente, a locação dos espaços de lojas e centros de distribuição.

Outros passivos

Os outros passivos totalizaram R$ 22,2 milhões em 30 de setembro de 2020 ante R$ 31,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R$ 9,7 milhões, ou 30,3%, deve-se, principalmente, a redução dos gastos com serviços de terceiros, devido a pandemia do COVID-19.

Passivo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo não circulante era de R$ 1.153,1 milhões contra R$ 1.037,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 50,9% em 30 de setembro de 2020 e 41,7% em 31 de dezembro de 2019. O aumento de R$ 115,7 milhões ou 11,2%, se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

Empréstimos e financiamentos

Em virtude, principalmente, das captações realizadas para fazer frente ao capital de giro necessário, os empréstimos e financiamentos não circulante apresentou um aumento de 26,3%, ou R$ 130,2 milhões, passando de R$ 494,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 624,9 milhões em 30 de setembro de 2020.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento totalizou R$ 474,5 milhões em 30 de setembro de 2020 ante R$ 479,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução de R$ 4,5 milhões, ou 0,9%, deve-se, principalmente, a locação dos espaços de lojas e centros de distribuição de longo prazo.

Provisão para desmantelamento

Em 30 de setembro de 2020, a provisão para desmantelamento era de R$ 5,1 milhões contra R$ 4,8 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Empréstimo com partes relacionadas

A Companhia quitou o saldo existente do mútuo de 31 de dezembro de 2019 no valor de R$15,6 milhões com a DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizaram R$ 11,5 milhões em 30 de setembro de 2020 ante R$ 9,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$ 1,8 milhões ou 18,4% deve-se, principalmente, ao aumento nas provisões tributárias e trabalhistas.

Obrigações fiscais

As obrigações fiscais totalizaram R$ 16,4 milhões em 30 de setembro de 2020 ante R$ 7,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de 127,4% ou R$ 9,2 milhões deve-se, principalmente, ao parcelamento de impostos.

Imposto de renda e contribuição social

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A despesa de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) no período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 20,6 milhões comparativamente a R$ 26,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$ 161,3 milhões contra R$ 180,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 7,1% em 30 de setembro de 2020 e 7,3% em 31 de dezembro de 2019. Esta redução deve-se sobretudo à cisão ocorrida em 1º de setembro de 2020, em que foi efetuada a cisão parcial de acervo líquido contábil transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda., no montante de R$23,2 milhões, a qual foi parcialmente compensada pelo lucro líquido do período no montante de R$4,1 milhões.

As demais contas do ativo, passivo e patrimônio líquido, porventura não discutidas nesta seção, não apresentaram, na visão dos Diretores da Companhia, saldos e/ou variações relevantes entre 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(em R$ mil, exceto %)	2019	AV	2018	AV	AH
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	32.048	1,3%	15.603	1,1%	105,4%
Contas a receber	169.322	6,8%	160.745	11,4%	5,3%
Estoques	520.046	20,9%	407.415	28,8%	27,6%
Impostos a recuperar	342.805	13,8%	315.218	22,3%	8,8%
Outros ativos	3.242	0,1%	2.623	0,2%	23,6%
Total do ativo circulante	**1.067.463**	**42,9%**	**901.604**	**63,8%**	**18,4%**
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	427.232	17,2%	357.774	25,3%	19,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	5.829	0,4%	-100,0%
Depósitos judiciais	8.877	0,4%	8.789	0,6%	1,0%
Impostos a recuperar	294.231	11,8%	-	0,0%	-
Intangível	2.319	0,1%	1.785	0,1%	29,9%
Direito de uso	514.393	20,7%	-	-	-
Imobilizado	171.795	6,9%	136.696	9,7%	25,7%
Total do ativo não circulante	**1.418.847**	**57,1%**	**510.873**	**36,2%**	**177,7%**
Total do ativo	**2.486.310**	**100,0%**	**1.412.477**	**100,0%**	**76,0%**

(em R$ mil, exceto %)	2019	AV	2018	AV	AH
Passivo circulante					

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fornecedores	849.129	34,2%	689.694	48,8%	23,1%
Empréstimos e financiamentos	148.701	6,0%	213.230	15,1%	-30,3%
Empréstimos com partes relacionadas	134.355	5,4%	24.686	1,7%	444,3%
Obrigações trabalhistas	27.465	1,1%	23.579	1,7%	16,5%
Obrigações fiscais	19.289	0,8%	12.616	0,9%	52,9%
Passivo de arrendamento	54.167	2,2%	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	0,0%	2.765	0,2%	-100,0%
Receita diferida	3.573	0,1%	9.772	0,7%	-63,4%
Outros passivos	31.871	1,3%	29.938	2,1%	6,5%
Total do passivo circulante	**1.268.550**	**51,0%**	**1.006.280**	**71,2%**	**26,1%**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	494.659	19,9%	366.011	25,9%	35,1%
Passivo de arrendamento	478.981	19,3%	-	-	-
Provisão para desmantelamento	4.858	0,2%	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	15.631	0,6%	725	0,1%	2056,0%
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.733	0,4%	7.160	0,5%	35,9%
Obrigações fiscais	7.223	0,3%	7.675	0,5%	-5,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.314	1,1%	-	-	-
Total do passivo não circulante	**1.037.399**	**41,7%**	**381.571**	**27,0%**	**171,9%**
Total do patrimônio líquido	**180.361**	**7,3%**	**24.626**	**1,7%**	**632,4%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.486.310**	**100,0%**	**1.412.477**	**100,0%**	**76,0%**

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$ 1.067,5 milhões, em comparação com R$ 901,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 42,9% em 31 de dezembro de 2019 e 63,8% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$ 165,9 milhões, ou 18,4%, se justifica, principalmente, pelos seguintes fatores:

Caixa e equivalentes de caixa

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de R$ 16,4 milhões ou 105,4% passando de R$ 15,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 32,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é devido, principalmente, pela maior geração de caixa operacional, compensada pelo caixa líquido aplicado às atividades de investimentos e financiamentos.

Conta a receber

O aumento de R$ 8,6 milhões, ou 5,3% deve-se, principalmente, ao incremento dos valores originados de pagamentos realizados por meio de cartões de crédito e débito de terceiros, totalizando R$ 169,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R$ 160,7 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Estoques

O aumento de R$ 112,6 milhões, ou 27,6%, nos estoques em 31 de dezembro de 2019, quando comparado a 31 de dezembro de 2018 deve-se, principalmente, pelo aumento nos estoques de mercadorias para revenda: (i) nos centros de distribuição de R$ 30,7 milhões ou 19,8%; (ii) nas lojas de R$ 90,7 milhões ou 33,7%; parcialmente compensado pelo aumento nos (iii) acordos comerciais de R$ 7,6 milhões ou 56,8%; e (iv) ajuste a valor presente de R$ 0,9 milhão ou 24,5%.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2019, os impostos a recuperar totalizavam R$ 342,8 milhões, aumento de R$ 27,6 milhões ou 8,8% em relação a 31 de dezembro de 2018. Este aumento ocorreu, principalmente, em virtude do aumento de créditos de ICMS-ST a recuperar.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$ 1.418,8 milhões, em comparação com R$ 510,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 57,1% em 31 de dezembro de 2019 e 36,2% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$ 907,9 milhões ou 177,7%, deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de partes relacionadas totalizava R$ 427,2 milhões, um aumento de R$ 69,4 milhões ou 19,4%, em relação a 31 de dezembro de 2018. Este aumento deveu-se, principalmente, em virtude dos contratos de mútuo com sócios-quotistas e empresas ligadas.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos de depósito judiciais totalizaram R$ 8,9 milhões ante R$ 8,8 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar aumentaram R$ 294,2 milhões entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Este aumento deve-se, principalmente, ao reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS.

Direito de Uso

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo de direito de uso totalizava R$ 514,4 milhões. Esse ativo passou a ser reconhecido pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019 devido a adoção do

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

CPC 06-R2 / IFRS 16. Este montante refere-se, principalmente, ao direito de uso relativo aos espaços alugados para as lojas físicas.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2019, o imobilizado totalizava R$ 171,8 milhões, aumento de R$ 35,1 milhões ou 25,7%, em relação a 31 de dezembro de 2018. Esse aumento se deve, principalmente, as aquisições de ativos imobilizados no período.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$ 1.268,6 milhões em comparação com R$ 1.006,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 51,0% em 31 de dezembro de 2019 e 71,2% m 31 de dezembro de 2018. Este aumento de R$ 262,3 milhões, ou 26,1%, foi devido, principalmente, aos seguintes fatores:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, os fornecedores totalizavam R$ 849,1 milhões, aumento de R$ 159,4 milhões ou 23,1%, em relação a 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, em parte, ao aumento de fornecedores nacionais decorrentes do crescimento das operações, mas também ao trabalho de alongamento dos prazos que a Companhia fez junto aos fornecedores.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo reduziram R$ 64,5 milhões ou 30,3%, passando de R$ 213,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 148,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução deve-se, principalmente, pelo alongamento do perfil da dívida no período.

Empréstimos com partes relacionadas

Os empréstimos com partes relacionadas referem-se a obrigações com a Spiral no total de R$ 134,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando 5,4% do total do passivo no período, e R$ 24,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando 1,7% do total do passivo no período. O aumento se deve as expectativas da Companhia de crescimento das compras de mercadoria da Spiral no ano de 2019. Dada natureza da operação, a transação foi reclassificada de fornecedor para empréstimos com partes relacionadas.

Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações trabalhistas totalizaram R$ 27,5 milhões contra R$ 23,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, incremento devido ao crescimento das operações e aumento do quadro de funcionários.

Obrigações fiscais

As obrigações fiscais totalizaram R$ 19,3 milhões em 31 de dezembro de 2019 contra R$ 12,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, sendo este incremento resultado do crescimento das operações da Companhia.

Passivo de arrendamento

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo de arrendamento somou R$ 54,2 milhões. O montante refere-se à locação de imóveis onde estão instaladas as lojas, centros de distribuição e prédio administrativo da Companhia.

Receita diferida

A receita diferida totalizava R$ 3,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, ante R$ 9,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 devido à queda na venda de garantia estendida e de adiantamentos recebidos.

Outros passivos

Os outros passivos totalizaram R$ 31,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 ante R$ 29,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$1.037,4 milhão, em comparação com R$ 381,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 41,7% em 31 de dezembro de 2019 e 27,0% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de 171,9%, ou R$ 655,8 milhões se deve, principalmente, aos seguintes fatores:

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos não circulante aumentaram R$ 128,7 milhões ou 35,1%, passando de R$ 366,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R$ 494,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 devido, principalmente, a captações de empréstimos para suporte ao capital de giro da Companhia.

Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo de arrendamento não circulante somava R$ 479,0 milhões. Este montante refere-se, principalmente, a locação de imóveis onde estão instaladas as lojas, centros de distribuição e prédio administrativo da Companhia. O passivo de arrendamento passou a ser reconhecido pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019 pela adoção do CPC 06-R2 / IFRS 16.

Provisão para desmantelamento.

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para desmantelamento era de R$ 4,9 milhões contra R$ 0 em 31 de dezembro de 2018.

Empréstimos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019, os empréstimos com partes relacionadas totalizavam R$ 15,6 milhões em comparação a R$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2018, o saldo refere-se a contratos de mútuos mantidos junto às partes relacionadas da Companhia.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizavam R$ 9,7 milhões, representando um aumento de 35,9%, ou R$ 2,5 milhões. Este aumento deve-se, principalmente, a adições às provisões para riscos tributários.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Obrigações fiscais

As obrigações fiscais totalizaram R$ 7,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 contra R$ 7,7 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 26,3 milhões comparativamente a R$ 0 em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$ 180,4 milhões em comparação com R$ 24,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 7,3% em 31 de dezembro de 2019 e 1,7% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento deve-se, principalmente, ao lucro do exercício no montante de R$ 240,7 milhões, parcialmente compensado pela distribuição de lucro aos quotistas no montante de R$ 85,0 milhões.

As demais contas do ativo, passivo e patrimônio líquido, porventura não discutidas nesta seção, não apresentaram, na visão dos Diretores da Companhia, saldos e/ou variações relevantes entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(em R$ mil, exceto %)	2018	AV	2017	AV	AH
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	15.603	1,1%	4.118	0,4%	278,9%
Contas a receber	160.745	11,4%	163.160	14,3%	-1,5%
Estoques	407.415	28,8%	331.120	29,0%	23,0%
Impostos a recuperar	315.218	22,3%	236.054	20,7%	33,5%
Outros Ativos	2.623	0,2%	1.418	0,1%	85,0%
Total do ativo circulante	**901.604**	**63,8%**	**735.870**	**64,5%**	**22,5%**
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	357.774	25,3%	273.439	24,0%	30,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.829	0,4%	5.386	0,5%	8,2%
Depósitos judiciais	8.789	0,6%	1.077	0,1%	716,1%
Intangível	1.785	0,1%	2.649	0,2%	-32,6%
Imobilizado	136.696	9,7%	123.007	10,8%	11,1%
Total do ativo não circulante	**510.873**	**36,2%**	**405.558**	**35,5%**	**26,0%**
Total do ativo	**1.412.477**	**100,0%**	**1.141.428**	**100,0%**	**23,7%**

(em R$ mil, exceto %)	2018	AV	2017	AV	AH
Passivo circulante					

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fornecedores	689.694	48,8%	532.827	46,7%	29,4%
Empréstimos e financiamentos	213.230	15,1%	153.677	13,5%	38,8%
Empréstimos com partes relacionadas	24.686	1,7%	-	0,0%	-
Obrigações trabalhistas	23.579	1,7%	20.159	1,8%	17,0%
Obrigações fiscais	12.616	0,9%	16.371	1,4%	-22,9%
Imposto de renda e contribuição social	2.765	0,2%	1.032	0,1%	167,9%
Receita diferida	9.772	0,7%	7.022	0,6%	39,2%
Outros Passivos	29.938	2,1%	22.674	2,0%	32,0%
Total do passivo circulante	**1.006.280**	**71,2%**	**753.762**	**66,0%**	**33,5%**
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	366.011	25,9%	341.105	29,9%	7,3%
Empréstimos com partes relacionadas	725	0,1%	8.217	0,7%	-91,2%
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.160	0,5%	4.774	0,4%	50,0%
Obrigações fiscais	7.675	0,5%	7.935	0,7%	-3,3%
Total do passivo não circulante	**381.571**	**27,0%**	**362.031**	**31,7%**	**5,4%**
Total do patrimônio líquido	**24.626**	**1,7%**	**25.635**	**2,2%**	**-3,9%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.412.477**	**100,0%**	**1.141.428**	**100,0%**	**23,7%**

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R$ 901,6 milhões, comparado a R$ 735,9 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 63,8% em 31 de dezembro de 2018 e 64,5% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 165,7 milhões ou 22,5%, deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa aumentou R$ 11,5 milhões ou 278,9% de R$ 4,1 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$ 15,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se, principalmente, a maior geração de caixa operacional, parcialmente compensada pelo caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos e financiamentos.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de contas a receber foi de R$ 160,7 milhões, contra 163,1 milhões, em 31 de dezembro de 2017.

Estoques

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os estoques aumentaram R$ 76,3 milhões ou 23,0%, devido, principalmente, ao aumento dos estoques de mercadorias para revenda nos centros de distribuição e nas lojas. Os estoques totalizavam R$ 407,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 ante R$ 331,1 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2018, os impostos a recuperar totalizavam R$ 315,2 milhões, aumento de R$ 79,1 milhões ou 33,5%, ante R$ 236,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este aumento deve-se, principalmente, ao reconhecimento de créditos de PIS e COFINS a recuperar, incluindo operações consignadas.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante era de R$ 510,9 milhões, em comparação a R$ 405,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 36,2% em 31 de dezembro de 2018 e 35,5% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 105,3 milhões ou 26,0%, se justifica, pelos seguintes fatores:

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo com partes relacionadas era de R$ 357,8 milhões, aumento de R$ 84,4 milhões ou 30,8% em relação a 31 de dezembro de 2017. Este aumento ocorreu, principalmente, em virtude de desembolsos a sócios-quotistas e empresas ligadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e contribuição social diferidos totalizava R$ 5,8 milhões, um aumento de R$ 0,4 milhão, ou 8,2%, em relação a 31 de dezembro de 2017. Este aumento deve-se, principalmente, ao aumento para provisões para contingências tributárias.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2018, os depósitos judiciais totalizavam R$ 8,8 milhões, aumento de R$ 7,7 milhões, ou 716,1%, em relação a 31 de dezembro de 2017. Este aumento deve-se, principalmente, ao incremento nos depósitos relativos a processos tributários de PIS/COFINS.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018, o imobilizado totalizava R$ 136,7 milhões, aumento de R$ 13,7 milhões ou 11,1% em relação a 31 de dezembro de 2017. Este aumento deve-se, principalmente, aos investimentos em imobilizados realizados no exercício.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante era de R$ 1.006,3 milhões em comparação com R$ 753,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 71,2% em 31 de dezembro de 2018 e 66,0% em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 252,5 milhões, ou 33,5%, foi devido, principalmente, aos seguintes fatores:

Fornecedores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os fornecedores aumentaram R$ 156,9 milhões ou 29,4%, passando de R$ 532,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$ 689,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento deve-se, principalmente, ao aumento dos fornecedores nacionais decorrentes do crescimento das operações e ao trabalho da Companhia de alongamento dos prazos de pagamento junto aos fornecedores.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo apresentaram aumento de R$ 59,5 milhões ou 38,8%, passando de R$ 153,7 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$ 213,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento deve-se, principalmente, as captações realizadas, especialmente direcionadas para o capital de giro.

Empréstimos com partes relacionadas

A Companhia registrou uma obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas no total de R$ 24,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando 1,7% do total do passivo no período. Em 2018 foram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Companhia, junto a instituições financeiras. Dado que esses recursos foram repassados para a Companhia e a natureza da operação, a transação foi reclassificada de fornecedor para empréstimos com partes relacionadas.

Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, as obrigações trabalhistas totalizaram R$ 23,6 milhões ante R$ 20,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deve-se, principalmente, ao aumento do quadro de funcionários decorrente das lojas físicas abertas nos períodos.

Obrigações fiscais

Em 31 de dezembro de 2018, as obrigações fiscais totalizaram R$ 12,6 milhões ante R$ 16,4 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esta redução deve-se, principalmente, pelo aumento de créditos de impostos indiretos, devido ao maior volume de compras (aumento do estoque) para venda no próximo ano (volta às aulas).

Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2018, o imposto de renda e contribuição social totalizava R$ 2,8 milhões ante R$ 1,0 milhão em 31 de dezembro de 2017, aumento de R$ 1,8 milhões ou 167,9%. O aumento de imposto de renda e contribuição social de 2018, se deve ao lucro real de dezembro de 2018 ser superior ao de dezembro de 2017, resultando assim em imposto a ser pago somente em janeiro do ano seguinte.

Receita diferida

Em 31 de dezembro de 2018, a receita diferida somava R$ 9,8 milhões, um aumento de R$ 2,8 milhões ou 39,2%, em relação a 31 de dezembro de 2017. Este aumento deve-se, principalmente, às garantias estendidas.

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2018, os outros passivos totalizavam R$ 29,9 milhões, aumento de R$ 2,8 milhões ou 32,0%, em relação a 31 de dezembro de 2017. Esse aumento decorreu do maior volume de gastos com serviços de terceiros e materiais.

Passivo não circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo não circulante era de R$ 362,0 milhões, em comparação com R$ 381,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante representava 31,7% em 31 de dezembro de 2017 e 27,0% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento de 5,4%, ou R$ 19,6 milhões deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo representaram R$366,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 contra R$ 341,1 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Empréstimos com partes relacionadas

Os empréstimos com partes relacionadas apresentaram redução de 91,2%, somando R$ 0,7 milhão em 31 de dezembro de 2018 ante R$ 8,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido a liquidação do empréstimo de mútuo que a Companhia tinha com a DMMG que estava sendo parcelado e em 31 de dezembro de 2018 restava apenas uma parcela.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018, as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas totalizavam R$ 7,2 milhões ante R$ 4,8 milhões em 31 de dezembro 2017. Este aumento deveu-se, principalmente, em função de constituição de contingências trabalhistas e tributárias, parcialmente compensado pelos pagamentos relativos a provisões para riscos cíveis.

Obrigações fiscais

As obrigações fiscais totalizaram R$ 7,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 contra R$ 7,9 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido era de R$ 24,6 milhões em comparação com R$ 25,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o patrimônio líquido representava 1,7% em 31 de dezembro de 2018 e 2,2% em 31 de dezembro de 2017.

Esta redução, de R$ 1,0 milhão ou 3,9%, deve-se, principalmente, ao lucro líquido do exercício de 2018 no montante de R$ 66,0 milhões, parcialmente compensado pela distribuição de lucros aos quotistas de R$67,0 milhões.

As demais contas do ativo, passivo e patrimônio líquido, porventura não discutidas nesta seção, não apresentaram, na visão dos Diretores da Companhia, saldos e/ou variações relevantes entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre seu fluxo de caixa, a partir de suas Informações Trimestrais – ITR e/ou demonstrações financeiras:

COMPARAÇÃO ENTRE O PERÍODO DE NOVE MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E O PERÍODO DE NOVE MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(em R$ mil, exceto %)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		
	2020	2019	AH
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	114.139	4.702	2.327,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(65.788)	(146.193)	-55,0%
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(42.315)	152.193	-127,8%
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6.036	10.702	-43,6%

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R$ 114,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, comparado a R$ 4,7 milhões no mesmo período do ano anterior. Esse aumento de R$ 109,4 milhões deve-se, principalmente, a uma melhora no capital de giro, sobretudo relacionada a tributos a recuperar e a pagar.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R$ 65,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, comparado a R$ 146,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. Essa redução de R$ 80,4 milhões deve-se, principalmente, a redução de empréstimos concedidos a partes relacionadas e dos investimentos na aquisição de ativo imobilizado.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos totalizou R$ -42,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, comparado a um caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos de R$ 152,2 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. Essa variação de R$ 194,5 milhões deve-se, principalmente, a um cenário mais restritivo de crédito durante a pandemia de COVID-19 e, como resultado, a Companhia a honrou com suas obrigações.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

	Exercício social findo em 31 de dezembro		
(em R$ mil, exceto %)	2019	2018	AH
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	168.783	107.166	57,5%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(181.975)	(153.452)	18,6%
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	29.637	57.771	-48,7 %
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	16.445	11.485	43,2%

Fluxo de caixa das atividades operacionais

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R$ 168,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 107,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$ 61,6 milhões ou 57,5% se deve principalmente a adoção do CPC 16-R2 (IFRS16) a partir de 1º de janeiro de 2019, passado a contabilizar as despesas de locação como uma atividade de financiamento.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R$ 182,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 153,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$ 28,5 milhões deve-se, principalmente, ao aumento nas aquisições de ativo imobilizado com a abertura de 26 lojas em 2019 e de ativos intangíveis.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos totalizou R$ 29,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos de R$ 57,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação se deve, principalmente, aos pagamentos de passivo de arrendamento que passaram a compor as atividades de financiamentos com a adoção do CPC 16-R2 (IFRS16) a partir de 1º de janeiro de 2019, bem como pela redução na captação de empréstimos e financiamentos, líquida da amortização, parcialmente compensado por empréstimos captados de partes relacionadas, líquido de pagamentos.

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	Exercício social findo em 31 de dezembro		
(em R$ mil, exceto %)	**2018**	**2017**	**AH**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	107.166	140.955	-24,0%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(153.452)	(92.270)	66,3%
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	57.771	(49.132)	-217,6%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	11.485	(447)	-2669,4%

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais totalizou R$ 107,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 141,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de R$ 33,8 milhões deve-se, principalmente, a uma piora na gestão do capital de giro, que acabou cancelando a melhora de lucratividade da Companhia.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos totalizou R$ 153,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 92,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R$ 61,2 milhões ou 66,3% deve-se, principalmente, ao aumento nos empréstimos concedidos a partes relacionadas, líquido de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

recebimentos e na aquisição de ativos imobilizados, em decorrência da maior abertura de lojas no exercício de 2018, quando comparado ao exercício de 2017.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos totalizou R$ 57,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado ao caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos de R$ 49,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa variação deve-se, principalmente, a captação de empréstimos e financiamentos em 2018 junto as instituições financeiras que a Companhia tem relacionamento, fornecendo assim recursos para suportar a expansão de lojas da Companhia.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas de vendas diretas de mercadorias ao consumidor final são geradas por todas as nossas lojas e a contabilização das receitas é feita quando da entrega e transferência da posse das mercadorias aos clientes. As receitas de prestação de serviços são principalmente reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos relativos aos serviços prestados fluíram para à Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados. A receita com prestação de serviços abrange os serviços de gráfica rápida por meio do *Copy & Print* e as receitas de vendas de apólices de seguros de garantia estendida e contra roubo, furto e quebra acidental.

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ mil, exceto %)	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Vendas brutas de produtos	1.771.602	2.135.018	2.838.230	2.527.323	2.206.065
Venda de serviços	7.734	7.835	9.550	8.310	7.677
Ajuste a valor presente (AVP)	(10.144)	(13.779)	(18.057)	(16.868)	(19.244)
Devoluções	(32.517)	(34.882)	(46.572)	(42.781)	(39.151)
ICMS sobre Vendas	(278.538)	(352.376)	(468.217)	(414.911)	(351.011)
PIS e COFINS sobre vendas	(135.945)	(162.446)	(215.626)	(191.978)	(201.398)
ISSQN sobre vendas de serviços	(376)	(377)	(456)	(412)	(382)
Receita Líquida	1.321.816	1.578.993	2.098.852	1.868.683	1.602.556

A abertura da receita líquida por canal de vendas é como segue:

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em R$ mil)	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Lojas	996.882	1.400.033	1.853.367	1.644.077	1.397.731
Digital	323.665	176.462	242.049	222.449	203.513
Copy & Print	1.269	2.498	3.436	2.157	1.312
Receita Líquida	1.321.816	1.578.993	2.098.852	1.868.683	1.602.556

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a queda de 17,0% nas vendas brutas de produtos refere-se ao decréscimo de vendas nas lojas físicas pela determinação de quarentena no Brasil devido à pandemia de COVID-19, que provocou o fechamento e/ou operação com horários reduzidos da maioria das lojas físicas a partir do dia 20 de março de 2020 se estendendo até o término do terceiro trimestre. Nos últimos três exercícios sociais, as vendas brutas têm variado principalmente em função do aumento de venda de produtos, maturação das lojas abertas nos anos anteriores e, também, por conta da abertura de novas lojas. No exercício de 2019, o aumento das vendas brutas de produtos foi de 12,3% quando comparada ao exercício de 2018. No exercício de 2018 houve aumento

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

de 14,6%, quando comparada ao exercício de 2017. O aumento da venda de serviços foi de 14,9% no exercício de 2019, quando comparada ao exercício de 2018 e de 8,2% no exercício de 2018, quando comparada ao exercício de 2017. Sendo que, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, houve uma leve retração de 1,3% na venda de serviços quando comparada com o mesmo período de 2019.

As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios descritos a seguir:

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador.

b) Prestação de serviços

Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

c) Direito de devolução

As operações de venda seguidas de eventuais devoluções ocorrem substancialmente nas operações de *e-commerce*. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são normalmente em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. Os créditos de devolução não utilizados são realizados como receitas após 12 meses quando expira a validade para troca destes créditos.

A Companhia descreve abaixo os impostos e devoluções sobre vendas que impactam na linha das demonstrações de resultado:

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") é um tributo estadual incidente sobre circulação de mercadorias e serviços em cada etapa da cadeia de produção e comercialização. As alíquotas internas de ICMS variam entre 4% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Nos Estados em que a Companhia atua vigora, para a maioria das categorias de produtos destinados a vendas, o regime de substituição tributária do ICMS. O recolhimento deste tributo ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*Mark-up*), determinada pelas autoridades fiscais de cada um dos Estados. Os impostos antecipados na forma de substituição tributária são registrados como custo de mercadorias revendidas de acordo com o regime de competência de venda dos produtos base de incidência.

PIS e COFINS

Sobre a receita de venda de mercadorias e administração de consórcios incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, excetuando-se os produtos beneficiados por isenções fiscais. A

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Companhia adota o regime não cumulativo, em que é possível descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, de modo que as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre os produtos que a Companhia compra e, também, de outras despesas.

ISS

O Imposto Sobre Serviço ("ISS") é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. A Companhia efetua o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, conforme legislação de cada município.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As operações e clientes da Companhia estão localizados no Brasil e, dessa forma, as condições macroeconômicas do país podem afetar as receitas da Companhia. A receita bruta de vendas é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, é repassada parte dos aumentos nos custos para os clientes por meio de aumentos de preços.

Desta forma, as operações da Companhia dependem das condições macroeconômicas e são afetadas principalmente por fatores como: (i) crescimento do PIB; (ii) distribuição de renda; (iii) taxa de desemprego; (iv) variação real do salário; (v) disponibilidade de crédito; (vi) taxa de inflação; (vii) taxa de juros; e (viii) grau de confiança dos consumidores, entre outros.

No final de 2019, a COVID-19 foi detectada em Wuhan, na China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Assim, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que resultou na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde a Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores, culminaram no fechamento temporário das lojas físicas a partir de 20 de março de 2020. Durante o período em que as lojas permaneceram fechadas as vendas ocorreram apenas nos canais de vendas virtuais, isto é, *e-commerce* e televendas.

A Companhia adotou uma série de medidas visando a mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo:

(i) instituição de comitês extraordinários visando a maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia de COVID-19;

(ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia;

(iii) otimização do estoque do Centro de Distribuição Clientes, que efetua todo o atendimento das vendas dos canais virtuais em quantidade julgada suficiente para fazer frente ao

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

crescimento desse segmento, e eventual desaceleração da indústria ou redução de fornecimento;

(iv) renegociação com os fornecedores, visando ao alongamento dos prazos de pagamento;

(v) alinhamento com prestadores de serviços de logística, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;

(vi) negociações com os locadores para obter isenção e/ou redução nos valores de aluguéis durante o período em que as lojas físicas permaneceram fechadas e/ou com restrição no horário de funcionamento;

(vii) reforço do número de colaboradores tanto do Centro de Distribuição Clientes, quanto do serviço de atendimento ao cliente - SAC e do atendimento virtual, por meio de realocação de colaboradores de outras áreas;

(viii) emprego de teletrabalho (home *office*) para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes;

(ix) negociações individuais com seus colaboradores, para aplicação de reduções de jornada, conforme a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020.

Nenhum ajuste foi efetuado nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, visto que informações sobre a letalidade da doença e impactos financeiros provocados pela pandemia não eram indicadores presentes naquela data. Entretanto, para fins de divulgação, seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/20, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos da Covid-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

(i) Perdas estimadas do contas a receber;

(ii) Valor de recuperação dos estoques;

(iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente;

(iv) Realização de imposto de renda diferido ativo;

(v) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso imobiliários; e

(vi) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19.

Como resultado dessa revisão, a Companhia identificou ajustes relacionados aos benefícios recebidos de arrendadores em contratos de arrendamento, conforme previsto na Revisão do Pronunciamento Técnico CPC06 (R2) equivalente à emenda no IFRS16 e deliberação CVM 859 referente a "Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento" e optou por contabilizar as reduções nos pagamentos dos arrendamentos, no valor de R$ 24.152 mil diretamente no resultado como redutora de despesas de locação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a receita líquida da Companhia foi de, respectivamente,

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

R$1.321,8 milhões, R$2.098,9 milhões, R$1.868,7 milhões e R$1.602,6 milhões, representando um crescimento médio ponderado anual de 14,4%.

A Companhia entende que tem sido capaz de repassar para seus clientes as variações positivas ou negativas nos custos das mercadorias. Essas variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, taxa de inflação ou na taxa de juros. Muitos produtos comercializados são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados de forma que seus custos variam significativamente com a variação do câmbio.

As rápidas inovações tecnológicas também têm provocado alterações nos preços dos produtos. Por um lado, os produtos eletroeletrônicos estão cada vez mais baratos, em função das inovações tecnológicas e dos ganhos de escala. Por outro lado, os lançamentos de produtos têm sido mais frequentes e com funcionalidades cada vez mais inovadoras, o que estimula por vezes a compra de produtos mais caros e mais sofisticados.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A inflação pode impactar direta e indiretamente os custos dos produtos, assim como despesas operacionais e o aumento da inflação poderá impactar negativamente o resultado operacional caso a Companhia não seja capaz de repassar esses aumentos de gastos aos clientes finais por meio do aumento dos preços. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a uma depreciação do cenário macroeconômico, reduzindo investimentos e prejudicando novos negócios e reduzindo também o poder aquisitivo dos clientes finais. Portanto, a depreciação do cenário macroeconômico pode afetar adversamente o resultado operacional da Companhia.

Entretanto, a Companhia acredita que consegue repassar pequenas variações nos índices de inflação a seus clientes, sempre buscando, nas negociações com os fornecedores, o menor custo possível, respeitando os princípios da relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar os negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos produtos da Companhia.

A variação de preços dos insumos poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia na medida em que não seja capaz de repassar os aumentos de custos ao cliente final por meio do aumento dos preços dos produtos que comercializa. Como a Companhia vende um portfólio variado de produtos, fabricados por centenas de fornecedores em diversos segmentos de atuação, a Companhia acredita que sua exposição à variação de um único insumo seja bastante reduzida.

A variação cambial não tem impacto relevante direto no resultado operacional da Companhia. Adicionalmente, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía nenhuma dívida ou aplicação financeira em moeda estrangeira e, portanto, a variação cambial não afeta o resultado financeiro.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos totais de R$776,7 milhões, atrelados à CDI e TJLP.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

	31 de dezembro de		
	2019	**2018**	**2017**
Crescimento do PIB (a)	1,14%	1,12%	1,06%
Inflação - IGP-M (b)	7,30%	7,54%	-0,52%
Inflação - IPCA (c)	4,306%	3,746%	2,947%
CDI (d)	6,0%	6,4%	9,9%
TJLP (e)	6,2%	6,7%	7,0%
Taxa de câmbio - fechamento R$ por USS$ 1,00 (f)	4,0	3,9	3,3

Fontes:
(a) e (c) IBGE
(b) Índice Geral de Preços - Mercado - FGV
(d) BNDES
(e) e (f) Banco Central

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia para o período encerrado em 30 de setembro de 2020 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram constituições, aquisições ou alienações de participação societária no período encerrado em 30 setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Conforme alteração e consolidação do contrato social datada de 1º de setembro de 2020, foi efetuada a cisão parcial de acervo líquido contábil, que foi transferido para a empresa Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda. O acervo líquido contábil transferido foi no montante de R$23,2 milhões e está representado em sua integralidade por ativo imobilizado (imóveis, veículos e imobilizado em andamento).

Como parte da estratégia da Companhia, foi celebrado em 29 de outubro de 2020 um contrato de compra e venda da totalidade das quotas da Spiral, por meio do qual o controle da Spiral será transferido à Companhia. A conclusão de referida transferência está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. Sendo assim, a transferência estará concluída e em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, ocasião em que a Companhia passará à condição de acionista controladora exclusiva da Spiral, fazendo com que todo e qualquer investidor que subscreva/adquira ações no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia tenha participação na Companhia já com a Spiral como sua subsidiária. Para mais informações a respeito da transferência do controle da Spiral para a Companhia, vide itens 3.9 e 6.3 deste Formulário de Referência.

O Preço de Aquisição foi baseado em laudo de avaliação independente elaborado pela Padrão Consultoria, datado de 22 de setembro de 2020, que apurou valor de R$106.250.000,00 (cento e seis milhões e duzentos e cinquenta mil reais) para a Spiral, utilizando como critério de avaliação o método do fluxo de caixa descontado.

Conforme deliberação dos sócios quotistas em reunião datada de 14 de outubro de 2020, e Assembleia Geral realizada nessa mesma data, foi aprovada a conversão das quotas da Companhia em ações, neste ato as 830.000.000 quotas foram convertidas em ações ordinárias em uma razão de 1 quota para 0,602409639 ação, portanto convertidas em 500.000.000 ações, transformando-se a Companhia de Sociedade Limitada numa Sociedade por Ações, e alteração da denominação social para Kalunga S.A.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tampouco no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante em suas demonstrações financeiras ou em seus resultados.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das Informações Trimestrais – ITR referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, bem como nas estimativas utilizadas em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As mudanças significativas nas nossas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são as descritas abaixo:

Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16

A administração da Companhia informa que a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento imobiliário desde 1º de janeiro de 2019. Dessa forma, os saldos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e dos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 2019 estão apresentados com os respectivos reflexos contábeis dessa adoção.

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, as informações comparativas apresentadas para o exercício de 2018 e 2017 não contemplam os efeitos de adoção da nova norma.

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma.

A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06 (R2), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes brutos de PIS e COFINS, descontados pela taxa de empréstimo incremental nominal da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados ou deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconheceu os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor, bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considerou custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial.

A adoção do Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 emitido pelo IASB, em 1º de janeiro de 2019, pela Companhia utilizando o método retrospectivo modificado resultou no reconhecimento inicial de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no montante de R$469.121 mil.

Mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Dos contratos que foram escopo da norma, a administração da Companhia considerou como componente de arrendamentos somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento correspondia ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais a Companhia considerou as renovatórias de acordo com sua política interna, cujo prazo ocorre normalmente um ano antes do vencimento do contrato quando identificada a "razoável certeza" da renovação.

Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do ativo de direito de uso correspondia ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A administração da Companhia optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o valor do passivo inicial de arrendamento.

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados (fluxo real e taxa de desconto nominal).

Informações adicionais

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N°02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos do CPC06 (R2) e para atender as orientações das áreas técnicas da CVM, são utilizados os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas nas demonstrações financeiras, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores da Companhia informam que a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – Leases), utilizando o método retrospectivo modificado de adoção.

O registro inicial em 1º de janeiro de 2019, do passivo de arrendamentos e direito de uso dos arrendamentos foi como segue:

	R$ mil
Contrato de arrendamentos descontados ao valor presente em 1º de janeiro de 2019	**469.121**
Provisão para desmantelamento e devolução de ativos arrendados (i)	4.828
Saldo de direito de uso em 1º de janeiro de 2019	**473.949**
Saldo de passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019	**(469.121)**

Apresentamos abaixo a movimentação do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, bem como no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

	Direito de uso	Passivo de arrendamento

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

	(valores em R$ mil)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	514.393	(533.148)
Novos contratos	10.940	(10.940)
Provisão de desmantelamento de lojas - componente do Direito de uso	154	-
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos	31.842	(31.842)
Baixa de contratos	(88)	-
Amortização de direito de uso	(58.632)	-
Juros apropriados no período	-	(45.895)
Descontos obtidos COVID-19	-	24.152
Pagamentos de arrendamentos	-	62.776
Saldos em 30 de setembro de 2020	**498.609**	**(534.897)**
Circulante	-	(60.349)
Não circulante	498.609	(474.548)
Direito de uso, líquidos de amortização	494.896	
Provisão para desmantelamento, líquido de amortização	3.713	
Total	**498.609**	

	Direito de uso	**Passivo de arrendamento**
	(valores em R$ mil)	
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	469.121	(469.121)
Provisão para desmantelamento e devolução de ativos arrendados	4.828	-
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**473.949**	**(469.121)**
Novos contratos	86.908	(86.908)
Remensuração dos contratos de arrendamento por renovação ou reajuste inflacionário no fluxo de pagamentos mínimos.	28.230	(28.230)
Baixa de contratos	(187)	486
Amortização (i)	(74.507)	-
Juros apropriados no exercício (ii)	-	(57.007)
Pagamento de arrendamentos	-	107.632
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**514.393**	**(533.148)**
Circulante	**-**	**(54.167)**
Não circulante	**514.393**	**(478.981)**
Direito de uso, líquidos de amortização	510.348	**-**
Gastos com desmantelamento, líquidos de amortização	4.045	**-**
Total	**514.393**	**-**

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia informam que o relatório dos auditores independentes sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 não possui ressalvas ou ênfases.

Os Diretores da Companhia informam que o relatório dos auditores independentes sobre a auditoria das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 possui o seguinte parágrafo de ênfase:

Reapresentação das demonstrações financeiras

"Chamamos atenção à nota explicativa 2 às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para apresentar as demonstrações do valor adicionado, aprimorar certas divulgações em notas explicativas e para refletir a correção de erros, conforme descrito na referida nota explicativa. Em 9 de abril de 2020, 19 de julho de 2019 e 24 de agosto de 2018, emitimos relatórios de auditoria com ressalvas sobre as demonstrações financeiras da Empresa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Consequentemente, as ressalvas contidas em nossos relatórios anteriormente emitidos não são mais necessárias e, portanto, nosso novo relatório, que substitui os anteriores, não contém qualquer modificação."

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e as normas internacionais de relatório financeiro ("*Internacional Financial Reporting Standards - IFRS*"), emitidas pelo "*Internacional Accounting Standards Board - IASB*".

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos, para determinadas operações, e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico da Companhia, e em outros fatores considerados relevantes. Tais premissas são revisadas periodicamente pela administração da Companhia, cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A Administração da Companhia revisa as demonstrações financeiras para assegurar que as informações relativas às condições econômicas vigentes e ao ambiente de negócios da Companhia são precisas e transparentes.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Recuperação de créditos tributários

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia.

Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, exceto por isenções permitidas pela norma contábil e adotadas pela Companhia, conforme descrito na seção 10.4(a) acima.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

iv. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimento futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Como parte da estratégia da Companhia, foi celebrado em 29 de outubro de 2020, um contrato de compra e venda da totalidade das quotas da Spiral do Brasil Ltda. ("Spiral"), por meio do qual o controle da Spiral será transferido à Companhia. A conclusão de referida transferência está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. Sendo assim, a transferência estará concluída e em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, ocasião em que a Companhia passará à condição de acionista controladora exclusiva da Spiral, fazendo com que todo e qualquer investidor que subscreva/adquira ações no âmbito da Oferta tenha participação na Companhia já com a Spiral como sua subsidiária. Para mais informações a respeito da transferência do controle da Spiral para a Companhia, vide itens 3.9 e 6.3 deste Formulário de Referência.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham, ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i.descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Com o crescente aumento da utilização dos canais digitais por seus clientes, a Companhia fez investimentos em tecnologia, infraestrutura, plataformas digitais e de omnicanalidade. A Administração da Companhia contempla também investimentos na ampliação e no fortalecimento da cadeia logística nos seus 3 (três) centros de distribuição, buscando ter uma operação mais ágil e eficiente. No exercício social de 2019, os investimentos na aquisição de ativos imobilizados e intangível totalizaram R$64,1 milhões, incluindo a abertura de 26 lojas, investimento em tecnologia e expansão da operação de *Copy & Print* em mais 1 loja da Companhia.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, os investimentos na aquisição de ativo imobilizado e intangível totalizou de R$15,3 milhões, incluindo a (i) abertura de 8 lojas novas; (ii) reforço na infraestrutura e equipamentos do centro de distribuição de clientes para adequar ao incremento nas vendas dos canais digitais; e (iii) tecnologia, com os investimentos no aprimoramento de seu *Enterprise Resource Planning* ("ERP") próprio e plataformas digitais.

O plano de negócios da Companhia contempla investimentos dedicados à abertura de novas lojas, reforma de lojas já existentes e expansão da operação de *Copy & Print* dentro das lojas físicas da Companhia. Com relação aos recursos líquidos provenientes da oferta pública inicial de ações, a Companhia pretende destinar cerca de: (i) 36% do recurso captado para intensificar seus investimentos em novas lojas e na expansão das operações de *Copy & Print* dentro das lojas da Companhia; (ii) 19% para a abertura de um novo centro de distribuição na região nordeste para atendimento às lojas, bem como outros 4 (quatro) mini centros de distribuição focados no atendimento de canais digitais; (iii) 45% para fazer face às amortizações das obrigações de dívida já contratadas e adequação na estrutura de capital da Companhia.

A administração da Companhia pretende continuar investindo também em tecnologias, logística e infraestruturas para suportar o crescimento das operações, sempre com foco no cliente e na omnicanalidade. Mesmo já tendo sido implantada em 100% das lojas, a Companhia pretende continuar investindo em projetos que visam a otimizar suas plataformas (*mobile*, televendas, *app* e *desktop*). A Companhia investe em: tecnologia de informação, *business analytics*, melhorias no ERP próprio e na sua integração com o Protheus (ERP da Totvs), manutenção de lojas, ferramentas de abastecimento e logística, projetos de inovação, *Radio-Frequency Identification* ("RFID") entre outros.

ii.fontes de financiamento dos investimentos

Segundo a administração da Companhia, as principais fontes de financiamento dos investimentos em andamento são o caixa gerado pelas operações, endividamento financeiro e recursos dos acionistas.

Adicionalmente, com base no êxito da oferta pública inicial de ações relacionada a este Formulário de Referência, os recursos serão utilizados para abertura de novas lojas, expansão dos serviços de *Copy & Print* nas lojas físicas da Companhia e fortalecimento do modelo de negócios de omnicanalidade, conforme detalhado no item "i" acima.

Não havendo êxito, o plano de negócios da Companhia será redimensionado de forma que a geração de caixa seja suficiente, portanto, sem a necessidade de buscar fontes de financiamento junto a terceiros.

Para mais informações sobre a estrutura de capital, vide item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.8 - Plano de Negócios

iii.Desinvestimentos relevantes em andamento e desivenstimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Como parte da estratégia da Kalunga, a Administração da Companhia celebrou em 29 de outubro de 2020 um contrato de compra e venda da totalidade das quotas da Spiral do Brasil Ltda. ("Spiral"), por meio do qual o controle da Spiral será transferido à Companhia. A conclusão de referida transferência está sujeita à aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, do preço por ação no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia. Sendo assim, a transferência estará concluída e em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, ocasião em que a Companhia passará à condição de acionista controladora exclusiva da Spiral, fazendo com que todo e qualquer investidor que subscreva/adquira ações no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia tenha participação na Companhia já com a Spiral como sua subsidiária. Para mais informações a respeito da transferência do controle da Spiral para a Companhia, vide itens 3.9 e 6.3 deste Formulário de Referência.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i.descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
ii.montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
iii.projetos em desenvolvimento já divulgados
iv.montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A administração da Companhia esclarece que não há novos produtos e serviços que tenham consumido recursos importantes, fora os já citados anteriormente.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

COVID 19

No final de 2019, a COVID-19 foi detectada em Wuhan, na China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Assim, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que resultou na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde a Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores, culminaram no fechamento temporário das lojas físicas a partir de 20 de março de 2020. Durante o período em que as lojas permaneceram fechadas, as vendas ocorreram apenas nos canais digitais, isto é, *e-commerce*, aplicativo, OPS – *Online Partner Stores* e televendas.

Abaixo é apresentada uma evolução mensal do percentual de lojas que permaneceram fechadas e/ou com alguma restrição de horário no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020:

Março	Cerca de 90% das lojas foram fechadas a partir de 20 março e as que permaneceram abertas operaram com horário restrito e apenas alguns dias do mês
Abril	93% das lojas permaneceram fechadas e o saldo remanescente operou com horário restrito e alguns dias do mês
Maio	82% das lojas estavam fechadas e 18% operaram com horário restrito e alguns dias do mês
Junho	14% das lojas estavam fechadas e 86% operaram com horário restrito e alguns dias do mês
Julho	12% das lojas estavam fechadas e 88% operaram com horário restrito e alguns dias do mês
Agosto	100% das lojas operaram, porém, a maioria com restrição de horário
Setembro	100% das lojas operaram, porém, a minoria com restrição de horário

A Companhia adotou uma série de medidas visando a mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo:

(i) instituição de comitês extraordinários visando a maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia de COVID-19;
(ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia;
(iii) otimização do estoque do Centro de Distribuição Clientes, que efetua todo o atendimento das vendas dos canais virtuais em quantidade julgada suficiente para fazer frente ao crescimento desse segmento, e eventual desaceleração da indústria ou redução de fornecimento;
(iv) renegociação com os fornecedores, visando ao alongamento dos prazos de pagamento;
(v) alinhamento com prestadores de serviços de logística, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega em domicílio;

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

(vi) negociações com os locadores para obter isenção e/ou redução nos valores de aluguéis durante o período em que as lojas físicas permaneceram fechadas e/ou com restrição no horário de funcionamento;
(vii) reforço do número de colaboradores tanto do Centro de Distribuição Clientes, quanto do serviço de atendimento ao cliente - SAC e do atendimento virtual, por meio de realocação de colaboradores de outras áreas;
(i) emprego de teletrabalho (*home office*) para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes; e
(ii) negociações individuais com seus colaboradores, para aplicação de reduções de jornada, conforme a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020.

Nenhum ajuste foi efetuado nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, visto que informações sobre a letalidade da doença e impactos financeiros provocados pela pandemia não eram indicadores presentes naquela data. Entretanto, para fins de divulgação, seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/20, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos da COVID-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

(i) Perdas estimadas do contas a receber;
(ii) Valor de recuperação dos estoques;
(iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente;
(iv) Realização de imposto de renda diferido ativo;
(v) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso imobiliários; e
(vi) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Dessa forma, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optou-se por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

a. Objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão referentes aos três últimos exercícios e exercício social corrente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

a. Informar quais projeções estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

a. **atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:**

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia ("Conselho de Administração"), tendo como atribuições principais o estabelecimento das políticas gerais de negócios e supervisão da gestão da Diretoria da Companhia ("Diretoria").

O Conselho de Administração possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 3 de dezembro de 2020 e está disponível para consulta nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.kalunga.com.br).

De acordo com o artigo 13 do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), o Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, sendo ao menos 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, eleitos pela Assembleia Geral de acionistas e por ela destituíveis a qualquer tempo, podendo ser eleitos igual número de suplentes, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Atualmente, o Conselho de Administração é composto por 4 (quatro) membros titulares, não havendo suplentes, sendo 2 (dois) membros independentes.

Conforme artigo 15 do Estatuto Social, o Conselho de Administração deverá se reunir, ordinariamente, a cada trimestre, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Vice-Presidente do Conselho, por meio de notificação escrita, inclusive e-mail, com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência.

As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração, em caso de empate, o voto de qualidade.

Além das responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração na forma da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social determina cumprir-lhe ainda deliberar sobre:

(i) aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado;

(ii) eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria;

(iii) atribuição aos Diretores das respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificadas neste Estatuto Social;

(iv) atribuição à área de auditoria interna da Companhia das respectivas funções e atribuições;

(v) determinação do orçamento do comitê de auditoria, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos pela Companhia;

(vi) individualização da remuneração dos membros da administração da Companhia, incluindo as respectivas metas e remuneração variável para cada exercício social,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

observado o limite da remuneração global anual fixada pela Assembleia Geral;

(vii) declaração de dividendos intermediários e intercalares e o pagamento de juros sobre capital próprio;

(viii) manifestação a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abranger opinião favorável ou contrária à sua aceitação abordando, no mínimo, **(a)** a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações, **(b)** os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia, **(c)** as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado, e **(d)** outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

(ix) contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

(x) autorização de recompra de ações da própria Companhia para manutenção em tesouraria ou cancelamento, bem como deliberar sobre a eventual alienação das ações porventura mantidas em tesouraria;

(xi) planos de negócios da Companhia, bem como planos de investimentos, orçamentos e suas alterações subsequentes;

(xii) aquisição ou alienação de qualquer participação em outra pessoa jurídica, associações ou *joint ventures*, consórcios ou grupos de sociedade;

(xiii) toda e qualquer aquisição e/ou alienação ou desinvestimento de ativos não previstos nos planos anuais, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior ao limite previsto na Política de Alçadas da Diretoria;

(xiv) emissão de **(a)** debêntures não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e **(b)** debêntures conversíveis em ações, observado o limite do capital autorizado;

(xv) aprovação de qualquer endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior ao limite previsto na Política de Alçadas da Diretoria;

(xvi) prestação de quaisquer garantias em operações de endividamento, financiamento e/ou empréstimo bancário contraídas por quaisquer sociedades controladas ou coligadas da Companhia ("Investidas"), quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior ao limite previsto na Política de Alçadas da Diretoria;

(xvii) prestação de quaisquer garantias a terceiros, quando o valor individual ou em uma série de operações da mesma natureza contratadas entre as mesmas partes ao longo de 12 (doze) meses for igual ou superior ao limite previsto na Política de Alçadas da Diretoria;

(xviii) transação entre a Companhia e partes relacionadas à Companhia, exceto para os

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

contratos entre a Companhia e sociedades que sejam subsidiárias integrais, no curso normal de seus negócios;

(xix) Aprovar a política de alçadas da diretoria, bem como quaisquer alterações a elas, as quais incluirão os limites para as operações nela previstas, incluindo regras para (a) a aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível e a assunção de compromissos financeiros, (b) a oneração de bens do ativo imobilizado e intangível, (c) a contratação de quaisquer captações de recursos e a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam "*bonds*", "*notes*", "*commercial papers*", notas promissórias e outros, de uso comum no mercado, deliberando ainda sobre as suas condições de emissão e resgate, entre outras regras de alçada, bem como a fiscalização do cumprimento de tal política pelos membros da diretoria;

(xx) Outorgar ações, ações restritas, opção de compra ou subscrição de ações, de acordo com os planos de ações, outorga de opção de compra ou subscrição de ações aprovados em Assembleia Geral, aos administradores e empregados da Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções, observado o limite do limite do capital e o saldo de outorgas e opções de subscrição de ações, caso existentes;

(xxi) listagem de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, ofertas de valores mobiliários de sua emissão pela própria Companhia;

(xxii) nomeação ou destituição de auditores independentes;

(xxiii) deliberar previamente à Assembleia Geral de acionistas da Companhia sobre operações de cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;

(xxiv) aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, incluindo, sem limitação, a eleição ou destituição de seus administradores;

(xxv) resolução dos casos omissos no Estatuto Social; e

(xxvi) manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral.

Diretoria

A Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela representação legal em todos os atos necessários ou convenientes associados aos negócios da Companhia, ressalvados os atos que a Lei e o Estatuto Social reservem a competência para o Conselho de Administração e/ou para a Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com o artigo 18 do Estatuto Social, a Diretoria deve ser composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) Diretores, todos, residentes e domiciliados no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, sendo permitida a cumulação de cargos, para mandato unificado de até 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Nos termos do artigo 19 do Estatuto Social, a Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

negócios sociais, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. Será considerada regular a reunião de Diretoria em que todos os Diretores compareçam, independentemente de convocação prévia.

Compete a Diretoria, de forma geral:

(i) zelar pela observância da lei e do Estatuto Social;

(ii) zelar pela observância das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração;

(iii) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

(iv) nomear procuradores, devendo especificar no mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração observado que, no caso de procuração para fins de representação judicial, arbitral e administrativa, poderá ser por prazo indeterminado;

(v) proceder à aquisição, alienação e oneração de bens do ativo dentro dos limites da Política de Alçadas da Diretoria, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, fazer acordos, firmar compromissos, contratar, contrair obrigações, celebrar contratos, confessar dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários ou de crédito, renunciar, ceder direitos, transigir, dar e receber quitação, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, conceder ônus reais e prestar garantias com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração;

(vi) autorizar a abertura e o encerramento de filiais no país ou no exterior; e

(vii) emitir e aprovar instruções internas julgadas úteis ou necessárias, observado o disposto no Estatuto Social e na regulamentação em vigor.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 24 do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Companhia ("Conselho Fiscal") deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no Brasil, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição, nas condições e com as atribuições previstas em lei.

O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

O Conselho Fiscal da Companhia ainda não possui um regimento interno específico que normatize as responsabilidades, atribuições e suas regras de funcionamento, uma vez que ainda não foi instalado. A Companhia irá elaborar tal documento quando da sua instalação e primeira reunião.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado.

Comitês de Auditoria Estatutário ("Comitê de Auditoria")

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Comitê de Auditoria é composto por 3 (três) membros, sendo um deles designado como coordenador, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deles deve ser Conselheiro Independente, conforme definição constante do Regulamento do Novo Mercado, com mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

Compete ao Comitê de Auditoria, dentre outras funções que podem ser atribuídas a este órgão pelo Conselho de Administração ou pela regulamentação aplicável, nos termos do artigo 7.1 do seu Regimento Interno:

(i) elaborar relatório anual resumido do Comitê de Auditoria, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração;

(ii) sugerir alterações ao Regimento e regras complementares para o seu funcionamento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração;

(iii) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, encaminhando-o ao Conselho de Administração para apreciação;

(iv) garantir que não sejam contratados serviços extra auditoria que possam comprometer a independência dos auditores, conforme legislação e regulamentação aplicáveis;

(v) garantir o contato e reporte direto da auditoria independente com o Conselho de Administração;

(vi) garantir que as auditorias independentes e seus auditores não exerçam quaisquer funções de administração, nem tomem decisões no nível da administração ou atuem em capacidade equivalente à de um funcionário da Companhia, conforme legislação e regulamentação aplicáveis;

(vii) avaliar as demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia;

(viii) manifestar-se sobre o relatório de recomendação de falha dos controles internos da auditoria independente;

(ix) gerenciar e acompanhar os trabalhos da área de controles internos e da auditoria interna;

(x) receber e dar o devido tratamento às denúncias de fraudes e/ou irregularidades recebidas pelo canal de denúncia, garantindo a proteção, o anonimato e a não-retaliação dos eventuais denunciantes;

(xi) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(xii) avaliar, monitorar e fazer recomendação ao Conselho de Administração quanto à correção ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia relacionadas à elaboração e à auditoria das demonstrações financeiras e informações trimestrais e verificar o cumprimento de suas recomendações;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xiii) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas de controles e gerenciamento de riscos legais, abrangendo o contencioso cível, tributário, trabalhista, dentre outros;

(xiv) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê de Auditoria;

(xv) opinar sobre as propostas da administração a serem submetidas à assembleia geral da Companhia, quando relativas à modificação do capital social, orçamento de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

(xvi) aprovar anualmente um cronograma de atividades para o exercício social correspondente, sendo certo que esse cronograma poderá ser revisto ao longo do ano por deliberação do próprio Comitê de Auditoria; e

(xvii) reunir-se, quando necessário, com os demais comitês da Companhia, com a Diretoria e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências.

De acordo com o regimento interno, o Comitê de Auditoria reunir-se-á (i) ao menos uma vez por trimestre, em caráter ordinário e (ii) em reuniões especiais, sempre que necessário. As reuniões do Comitê de Auditoria serão convocadas pelo Coordenador do Comitê, a seu pedido pelo secretário da reunião ou pela maioria de seus membros, mediante comunicado escrito entregue, inclusive por e-mail, com antecedência mínima de 2 (dois) dias, no qual deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

O Comitê de Auditoria possui um regimento interno próprio, o qual foi aprovado em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 3 de dezembro de 2020, e está disponível para consulta nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.kalunga.com.br).

Conforme o Regime Interno do Comitê de Auditoria, todos os membros do Comitê de Auditoria têm os seguintes deveres:

(i) dedicar o tempo necessário para atuação no Comitê de Auditoria;

(ii) executar suas atividades com diligência e lealdade, mantendo sigilo sobre toda e qualquer informação da Companhia a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções; e

(iii) zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pela Companhia.

Além disso, é vedado aos membros do Comitê de Auditoria:

(i) receber qualquer vantagem indevida ou desproporcional, em razão do exercício do cargo;

(ii) usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Companhia, as oportunidades comerciais e de investimento de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo;

(iii) omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iv) adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia ou que esta tenha a intenção de adquirir;

(v) valer-se de informação privilegiada para obter vantagem para si ou para outrem; e

(vi) participar direta ou indiretamente da administração de sociedades concorrentes da Companhia ou de suas controladas.

Os membros do Comitê de Auditoria poderão fazer jus à uma remuneração, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a respectiva remuneração individual.

A remuneração do Comitê de Auditoria deverá obedecer a Política de Remuneração da Companhia.

Os membros do Comitê de Auditoria serão reembolsados pela Companhia das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, mediante apresentação do respectivo comprovante.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria estatutário e suas principais atribuições e forma de funcionamento estão descritas no item "a", subitem "(i)" acima. O Comitê de Auditoria estatutário atende aos requisitos da regulamentação aplicável editada pela CVM e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Apesar de a Companhia não possuir uma política formalizada de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, é de responsabilidade do Conselho de Administração avaliar o trabalho da auditoria independente. Para fins dessa avaliação, o Conselho de Administração conta com a ajuda do Comitê de Auditoria, o qual compete avaliar o desempenho dos auditores independentes e fazer recomendações ao Conselho de Administração para nomear, renomear ou solicitar a sua destituição, bem como revisar as políticas para prestações de serviços efetuados por seus auditores independentes.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Com relação às atribuições individuais dos Diretores da Companhia, o Estatuto Social da Companhia assim determina:

Diretor Presidente

Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas ao planejamento geral da Companhia, observadas a política e a orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(ii) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

(iii) implementar as diretrizes e executar as decisões aprovadas em Assembleia Geral e nas reuniões do Conselho de Administração; e

(iv) propor ao Conselho de Administração, sem exclusividade de iniciativa, a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição.

Diretor Financeiro

Competem ao Diretor Financeiro, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira, contábil, fiscal e tributária da Companhia;

(ii) gerir as finanças da Companhia;

(iii) elaborar e revisar informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia, bem como o relatório anual da administração da Companhia;

(iv) definir e planejar a estratégia de financiamento de curto e longo prazos da Companhia, e seus instrumentos e política de investimento dos recursos;

(v) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os departamentos da Companhia e com as partes envolvidas;

(vi) coordenar procedimentos de auditoria, controles patrimoniais, controles internos e gerenciais da Companhia;

(vii) elaborar relatórios de natureza financeira e prestar informações relativas à sua área de competência aos órgãos da Companhia;

(viii) orientar a Companhia na tomada de decisões que envolvam riscos de natureza financeira;

(ix) propor as metas para o desempenho e os resultados das diversas áreas da Companhia, o orçamento da Companhia e acompanhar seus resultados; e

(x) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimento e operações, incluindo financiamentos, sempre no interesse da Companhia.

Diretor de Relações com Investidores

Competem ao Diretor de Relações com Investidores, entre outras, as seguintes atribuições:

(i) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

informações a tais órgãos e instituições, bem como demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação e regulação aplicáveis, no país e no exterior;

(ii) representar a Companhia perante o público investidor prestando as informações necessárias;

(iii) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências;

(iv) tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e

(v) reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui conselho fiscal de funcionamento permanente e o Conselho Fiscal não se encontra instalado.

O Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

A Companhia possui mecanismos formais de avaliação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês, previstos na política de avaliação de desempenho da Companhia, aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 3 de dezembro de 2020 e está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores: ri.kalunga.com.br.

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

A avaliação de desempenho dos integrantes dos Órgãos Administrativos deverá ser conduzida pelo Conselho de Administração da Companhia, que poderá contar com o apoio de consultoria externa independente, aprovada pelo Conselho de Administração.

O processo de avaliação da Diretoria, Conselho de Administração e Comitês ("Órgãos Administrativos") de desempenho deve ser realizado anualmente, preferencialmente no mês de novembro. O Conselho de Administração aprovará se a avaliação será (a) por Órgão Administrativo, de forma coletiva; (b) por integrante, de modo individual; ou (c) utilizando ambos critérios de avaliação dispostos nos itens (a) e (b)

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Cada integrante dos Órgãos Administrativos deverá, individualmente, atender a entrevistas e/ou responder formulários, para obtenção de dados qualitativos referentes aos Órgãos Administrativos e respectivos integrantes, sendo abordado, dentre outros tópicos:

(i) a qualidade da comunicação entre próprios integrantes dos Órgãos Administrativos, bem como em relação aos acionistas da Companhia;

(ii) a qualidade e suficiência das informações prestadas entre os Órgãos Administrativos em processos decisórios;

(iii) a isenção e independência no desempenho de trabalhos pelos Órgãos Administrativos;

(iv) o alinhamento dos integrantes dos Órgãos Administrativos com a cultura e princípios corporativos da Companhia;

(v) a composição técnica dos Órgãos Administrativos;

(vi) o comprometimento dos integrantes dos Órgãos de Administração para com os objetivos da Companhia;

(vii) o comprometimento dos integrantes dos Órgãos de Administração com criação de valor para os acionistas da Companhia;

(viii) a adequação do número de membros de cada Órgão de Administração; e

(ix) a delegação de competências entre os Órgãos de Administração.

O responsável pela avaliação deverá também obter dados quantitativos acerca da atuação dos Órgãos de Administração, referentes, dentre outros tópicos, à participação dos respectivos integrantes, diversidade de gênero e idade, formação acadêmica e profissional, atuação em outras sociedades do mesmo grupo econômico ou concorrente.

O responsável pela avaliação poderá ter acesso às atas de reunião dos Órgãos de Administração, exceto em relação àquelas que possam pôr em risco interesse legítimo da Companhia, resguardada sempre a obrigação de confidencialidade por parte do responsável pela avaliação.

Poderão ser realizadas reuniões coletivas com os integrantes dos Órgãos Administrativos para discussão de aspectos críticos da governança da Companhia.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

A Administração da Companhia está comprometida com a busca do aprimoramento constante da Política de Avaliação, sempre em atenção às melhores práticas de governança corporativa.

O relatório de *feedback* deverá indicar: (a) sempre que possível, dados comparativos em relação às avaliações anteriores; e (b) proposições para aprimoramento dos trabalhos desempenhados pelos integrantes dos Órgãos Administrativos, de modo individual e colegiado, que serão avaliados e implementados pelo Conselho de Administração quando entenderem pertinente para o aprimoramento do processo.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A avaliação de desempenho dos integrantes dos Órgãos Administrativos poderá contar com o apoio de consultoria externa independente aprovada pelo Conselho de Administração. Até a data deste Formulário de Referência, não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos para avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração, Diretoria ou Comitês.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a. Prazos de convocação

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, todas as assembleias gerais devem ser convocadas mediante 3 (três) publicações no Diário Oficial do Estado em que esteja situada a sede da Companhia, ou seja, no Estado de São Paulo, e em outro jornal de grande circulação, o qual, no caso da Companhia é o jornal Folha de São Paulo.

Conforme o artigo 9, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), a primeira convocação deve ser feita no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da assembleia geral, e a segunda convocação deve ser feita com 8 (oito) dias de antecedência antes da assembleia geral. A instalação das assembleias gerais deverá ocorrer de acordo com o previsto na Lei das Sociedades por Ações, e presididas pelo presidente do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer membro da Diretoria da Companhia ("Diretoria") presente.

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as assembleias gerais da Companhia seja feita em até 30 (trinta) dias antes da realização da respectiva assembleia geral.

As assembleias gerais da Companhia poderão ainda ser convocadas pelos acionistas da Companhia, conforme disposto no artigo 123, parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", e artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações.

b. Competências

Compete exclusivamente aos acionistas, em sede de assembleia geral ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; (iii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração; e (iv) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, se instalado.

Sem prejuízo das matérias previstas na lei, o artigo 10 do Estatuto Social prevê que compete aos acionistas a aprovação em assembleia geral as seguintes matérias:

(i) reformar o Estatuto Social;

(ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;

(iii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

(iv) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras;

(v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia;

(vi) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

(vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(viii) aprovar ou alterar planos de outorga de ações ou de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a suas controladas;

(ix) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

(x) observadas as condições estabelecidas na regulamentação aplicável, deliberar sobre resgates, amortizações, aumento ou redução do capital social, excetuada a disposição prevista no Artigo 6º do Estatuto Social;

(xi) deliberar sobre a emissão de novas ações ou outros títulos conversíveis em ações, sem prejuízo das competências conferidas ao Conselho de Administração no Estatuto Social; e

(xii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Os acionistas da Companhia poderão, ainda, nas assembleias gerais regularmente instaladas e convocadas, deliberar sobre qualquer matéria relativa ao objeto social da Companhia e tomar todas as decisões que julgarem convenientes aos interesses da Companhia, desde que tais matérias constem da ordem do dia do instrumento convocatório da respectiva assembleia geral.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos referentes às assembleias podem ser encontrados no website da Companhia http://ri.kalunga.com.br, no website da CVM (www.cvm.com.br) e no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). Alternativamente, os documentos podem ser encontrados na sede social da Companhia na Rua da Mooca 766, 4º e 5º andares, Mooca, São Paulo-SP.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de dezembro de 2020, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da Assembleia Geral na qual foi suscitado o conflito.

Os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 (oito) dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à CVM, seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

São hipóteses de impedimento de voto em razão de conflito de interesses do acionista àquelas (i) relativas a aprovação de laudo de avaliação de bens com os quais concorrer para a formação do capital social; (ii) relativas a aprovação de suas próprias contas como administrador; (iii) que

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

possam beneficiá-lo de modo particular; (iv) que seu interesse seja conflitante com o da Companhia.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Até a data deste Formulário de Referência a administração não possui regras específicas, política ou prática para solicitação de procuração pública para o exercício do direito de voto em assembleias gerais da Companhia e, portanto, observa o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 481").

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Atualmente, são admitidas procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, desde que apresentadas com até 2 (dois) dias de antecedência da data da respectiva Assembleia Geral e que o documento original do referido instrumento seja exibido à Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral.

Os acionistas podem ser representados nas assembleias gerais por procurador, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o procurador esteja com seu documento de identidade e os seguintes documentos comprovando a validade de sua procuração (para documentos produzidos no exterior, será necessária a apresentação da respectiva tradução juramentada para língua portuguesa e a Companhia exigirá o reconhecimento de firma e/ou a sua notarização / consularização / apostilamento:

a) Pessoas Jurídicas – cópia do contrato/estatuto social da pessoa jurídica representada, comprovante de eleição dos administradores e a correspondente procuração.

b) Pessoas Físicas – a procuração.

De modo a facilitar os trabalhos, os acionistas representados por procuradores devem enviar, com até 2 (dois) dias de antecedência da data das respectivas assembleias gerais, cópia dos documentos acima elencados por e-mail à Companhia.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Nos termos da Instrução CVM 481, a Companhia possibilita a participação à distância em assembleias gerais por meio do boletim de voto à distância ("Boletim de Voto"). Para participar por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar o Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o agente escriturador das ações de emissão da Companhia ("Agente Escriturador"); (ii) o agente de custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou (iii) a Companhia, diretamente.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

É recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente Escriturador ou Agente de Custódia como e se este serviço é prestado, bem como seus custos e procedimentos.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir:

(i) o Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia, localizado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Mooca, 66, 4º e 5º andares, Mooca, CEP 03104-010, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: ri@kalunga.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da assembleia geral.

(ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato.

(iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados no edital de convocação da assembleia geral.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o Boletim de Voto será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia geral. Os Boletins de Voto recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia. Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do Boletim de Voto, se os documentos recebidos são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, motorização, consularização ou apostilamento.

No que se refere as formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, serão exigidos: (i) via original do Boletim de Voto; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):

<u>Pessoa Física</u>

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

<u>Pessoa Jurídica e Fundos de Investimento</u>

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado.

- Documento que comprove os poderes de representação.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- No caso dos fundos de investimento, regulamento consolidado e atualizado do fundo.

h. Se a Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação a distância.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos do Art. 21-L da Instrução CVM 481, caso o acionista ou o grupo de acionistas queira incluir propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal no Boletim de Voto, será necessária a apresentação destas propostas por meio de correspondência enviada à sede da Companhia, localizada na Rua da Mooca, 766, 4º e 5º andares, Mooca, São Paulo – SP, CEP 03104-010, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, com cópia para o Departamento Jurídico, juntamente com os documentos pertinentes à proposta (incluindo as informações mencionadas no Art. 21-M, da Instrução CVM 481), ou ao meio do endereço eletrônico: ri@kalunga.com.br, nos prazos e na forma estabelecidos pela regulamentação vigente.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não dispõe de fóruns e páginas na *internet* destinados a receber comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as assembleias gerais da Companhia.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

A Companhia era uma sociedade limitada até outubro de 2020 e, portanto, não realizou qualquer reunião do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração").

Conforme o Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não existe acordo de acionistas em vigor na data deste Formulário de Referência.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 3 de dezembro, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas") que estabelece regras e consolida os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria que possa ser considerada uma transação com parte relacionada, ou outras que possam representar potenciais conflitos de interesses, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses e, se for o caso, abster-se de votar em tal matéria.

Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar informações adicionais sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo.

Neste caso, a não manifestação voluntária do administrador será considerada uma violação da Política de Transações com Partes Relacionadas, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

Os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 (oito) dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

Para mais informações sobre a Política de Transações com Partes Relacionadas, vide item 16.1 deste Formulário de Referência. A íntegra da Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada no site de relações com investidores da Companhia (ri.kalunga.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br), na categoria "Política de Transações entre Partes Relacionadas".

Adicionalmente, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os administradores que também
forem acionistas da Companhia não poderão votar nas deliberações de assembleia geral relativas:

(i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social;

(ii) à aprovação de suas contas como administrador; e

(iii) quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

d. Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de indicação e de preenchimento de cargos do Conselho de Administração, dos comitês e da Diretoria da Companhia ("Diretoria") ("Política de Indicação"), a qual foi aprovada em sede de Reunião do Conselho de Administração, datada de 3 de dezembro de 2020, e está disponível na página da Companhia na rede mundial de computadores: ri.kalunga.com.br.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A principal característica da Política de Indicação é que a indicação de membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria deverá refletir e consolidar as estruturas existentes para a proteção dos interesses dos acionistas e do mercado em geral.

O processo de indicação deverá garantir que tais órgãos colegiados sejam compostos por profissionais com adequada qualificação, comprometidos e alinhados com à missão, visão e valores éticos da Companhia (integridade, comprometimento, responsabilidade, iniciativa, cooperação, simplicidade e determinação), além de possuírem notável experiência profissional, técnica e acadêmica, compatível com o cargo para o qual estão sendo indicados.

O processo de indicação deverá também considerar a diversidade de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício do cargo, para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

segurança.

O acionista que desejar indicar candidatos ao Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 25 (vinte e cinco) dias antes da realização da Assembleia Geral que terá como tema da ordem do dia a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, observado o disposto no Estatuto Social.

a) Conselho de Administração

O candidato a membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, trajetória profissional reconhecida, conhecimento das melhores práticas de governança corporativa, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que:

(i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou

(ii) tiver ou representar interesse conflitantes com a Companhia.

São inelegíveis para os cargos de administração da Companhia as pessoas impedidas por lei especial ou declaradas inabilitadas por ato da CVM ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

b) Comitês

A indicação de membros para composição dos Comitês deverá ser realizada pelos administradores da Companhia, observado requisitos dispostos na Cláusula 5 da Política de Indicação e as regras gerais e específicas aplicáveis previstas no regimento interno do respectivo Comitê.

A reeleição dos membros dos Comitês deverá levar em consideração o desempenho durante o período, bem como a experiência e a assiduidade nas reuniões durante o mandato anterior.

c) Diretoria

O Conselho de Administração deverá indicar para a compor a Diretoria profissionais que detenham, dentre outras competências, a habilidade de conciliar de modo harmônico os interesses dos acionistas, gestores e colaboradores, pautados pela legalidade, ética, respeito aos valores e à cultura da Companhia e responsabilidade socioambiental.

Na indicação dos Diretores deverão ser observados cumulativamente os seguintes requisitos:

(i) os processos de sucessão eventualmente em curso na Companhia;

(ii) boa reputação e aderência aos critérios de integridade (*compliance*);

(iii) experiência em liderança, preferencialmente no negócio ou em área correlata, incluindo experiência em cargo de direção em empresa de grande porte nacional ou internacional; e

(iv) desejável especialização ou pós-graduação em área afim, técnica ou de gestão.

A proposta de reeleição de Diretores deverá ser baseada em suas respectivas avaliações anuais durante o período de seu mandato, seu contrato de gestão e seus indicadores de desempenho.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

O Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") prevê que a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei nº 6.405, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Adicionalmente, a posse dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal é condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 34 do Estatuto Social, bem como o atendimento aos requisitos legais aplicáveis.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Felipe de Albuquerque Campos	05/03/1980	Pertence apenas à Diretoria	03/12/2020	2 anos	0
220.692.818-33	Administrador de empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	03/12/2020	Sim	0.00%
Diretor Financeiro					
Hoslei Amauri Touro Pimenta	05/09/1958	Pertence apenas à Diretoria	03/12/2020	2 anos	0
033.199.268-02	Comerciário	19 - Outros Diretores	03/12/2020	Sim	0.00%
Antônio Maurício Maurano	18/11/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/12/2020	2 anos	0
038.022.878-51	Bancário	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/12/2020	Sim	100.00%
Paulo Sérgio Menezes Garcia	29/12/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/12/2020	2 anos	0
658.984.198-53	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	03/12/2020	Sim	100.00%
Tarek Mohamed Noshy Nasr Mohamed Farahat	01/07/1964	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/12/2020	2 anos	0
222.563.068-28	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	03/12/2020	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Auditoria					
José Roberto Menezes Garcia	10/02/1961	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	03/12/2020	2 anos	0
029.322.438-29	Empresário	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	03/12/2020	Sim	100.00%

Experiência profissional / Critérios de Independência

Felipe de Albuquerque Campos - 220.692.818-33

O Sr. Felipe e Albuquerque Campos ("Felipe") é o Diretor Financeiro (CFO) e Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Antes de se juntar a Companhia, em 2020, o Sr. Felipe foi Diretor de M&A da YDUQS por 2 anos, liderando as 3 últimas aquisições (UniToledo, Adtalem Brasil Holding e Grupo Athenas) e ajudando a consolidar a mudança de estratégia do grupo. De 2002 a 2018, trabalhou em diversas instituições financeiras nacionais e internacionais na área de investment banking incluindo UBS, Santander Brasil e Santander USA, Calyon – Credit Agricole, Unibanco e KPMG Corporate Finance, nas quais adquiriu larga experiência em operações de M&A, Equity Capital Markets e Debt Capital Markets em várias indústrias nas Américas, EMEA e APAC. Sr. Felipe graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

O Sr. Felipe declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Felipe declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Hoslei Amauri Touro Pimenta - 033.199.268-02

O Sr. Hoslei Amauri Touro Pimenta ("Hoslei") é atualmente Diretor da Companhia. O Sr. Hoslei ocupou a posição de Gerente Geral, Operações e Vendas e Serviços Financeiros da Companhia de 2003 a 2020. Antes de se juntar à Companhia, foi Gerente de Operações Varejo do BNP Paribás. Foi diretor executivo do BNP de 2001 a 2003, tendo participado da criação e implantação da Promotora BNP Créditus no Brasil. Foi diretor executivo da Maxcred S.A., empresa promotora de venda e fomento mercantil de 1998 a 2001. De 1973 a 1998, foi Gerente de Operações de Serviços Financeiros, tendo ocupado diversas posições ao longo dos anos que esteve na Arthur Lundgren Tecidos S/A – Pernambucanas.

O Sr. Hoslei declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Hoslei declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Antônio Maurício Maurano - 038.022.878-51

O Sr. Antônio Maurício Maurano ("Antônio") é atualmente membro independente do Conselho de Administração. O Sr. Antônio ocupou a posição de Diretor Executivo de Pequenas Empresas no Banco Original de junho de 2019 a agosto de 2020, atualmente é membro do Comitê de Crédito Sênior e foi indicado como membro do Conselho de Administração do mesmo banco, com processo em aprovação no órgão regulador. Foi Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da BB Seguridade S.A., de julho de 2018 a novembro de 2018. Ocupou a Vice-Presidência de Negócios de Atacado e Private Bank do Branco do Brasil S.A., de fevereiro de 2014 a julho de 2018, e foi Diretor Comercial de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2014. Além disso, ao longo dos anos ocupou o cargo de membro titular do Conselho de Administração do Banco Votorantim S.A., Logz Logística Brasil S.A., Cielo S.A., Neo Energia S.A., BB Gestão de Recursos DTVM S.A., Brasilprev Previdência Privada S.A. e o cargo de Diretor Presidente do BB Leasing Arrendamento Mercantil, BB BI Banco de Investimento e Banco Patagônia.

578

O Sr. Antônio é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência de conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de acionista controlador da Companhia nos últimos três anos.

O Sr. Antônio declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Antônio declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Paulo Sérgio Menezes Garcia - 658.984.198-53

O Sr. Paulo Sérgio Menezes Garcia ("Paulo") é o atual Presidente do Conselho de Administração (Chairman) da Companhia. O Sr. Paulo está na Companhia desde 1972, quando começou com seu pai e irmãos a trabalhar na operação gráfica da Companhia. Em meados da década de 80, ficou responsável pelo departamento de marketing, elaborando um plano de comunicação visual que incluiu a criação da mala direta que chegou a uma tiragem de 2,6 milhões por mês. Foi também responsável pela negociação do patrocínio do Sport Clube Corinthians Paulista, que durou de 1985 a 1994 e deu projeção nacional para Companhia. Foi responsável pelo departamento de marketing até assumir a posição de diretor presidente na Spiral do Brasil Ltda. Em 2003, após assumir o controle da Companhia juntamente com seu irmão, o Sr. José Roberto Menezes Garcia, voltou a dirigir o departamento de marketing e finanças da Companhia.
O Sr. Paulo declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Paulo declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Tarek Mohamed Noshy Nasr Mohamed Farahat - 222.563.068-28

O Sr. Tarek Mohamed Noshy Nasr Mohamed Farahat ("Tarek") é membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Tarek também é membro do Conselho de Administração da WPP. Foi presidente do Conselho de Administração da JBS S.A., e membro deste Conselho desde 2013, atuou como Presidente Global de Marketing e Inovação da JBS S.A., responsável por conduzir globalmente o posicionamento de todas as marcas de produtos da companhia, no Brasil e no mundo, inclusive a marca institucional, e pelos trabalhos de pesquisa e desenvolvimento, além de todos os esforços em inovação de portfólio. Possui 26 anos de experiência na P&G, tendo ocupado cargos em vários países do mundo, como Oriente Médio, Europa e América Latina. De 2006 a 2012 foi presidente da P&G do Brasil. Em 2012, foi eleito presidente para América Latina e membro do conselho executivo da P&G mundial. Foi membro efetivo do Conselho de Administração da Alpargatas S.A.

O Sr. Tarek é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência de conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de acionista controlador da Companhia nos últimos três anos.

O Sr. Tarek declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Tarek declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

José Roberto Menezes Garcia - 029.322.438-29

O Sr José Roberto Menezes Garcia ("José Roberto") é o atual Diretor Presidente (CEO) e membro do Conselho de Administração da Companhia. José Roberto está na Companhia desde 1977, quando começou com seu pai e irmãos a trabalhar como atendente de loja. Em meados da década de 80, liderou a transformação das lojas para auto-serviço, em conjunto com o início da transformação tecnológica da Companhia, no que seria o embrião do ERP próprio desenvolvido. O Sr. José Roberto esteve à frente do departamento de compras e logo em seguida assumiu a posição de diretor de operações na Spiral do Brasil Ltda. Em 2000, retornou para Companhia assumindo a área de supply chain e lançando o e-commerce da Companhia. Em 2003, após assumir o controle da Companhia juntamente com seu irmão o Sr. Paulo, protagonizou a transformação da área de logística para suportar um plano mais agressivo de abertura de lojas, com um layout mais moderno e mais eficiente.

O Sr. José Roberto declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. José Roberto declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Felipe de Albuquerque Campos - 220.692.818-33	
N/A	N/A
Hoslei Amauri Touro Pimenta - 033.199.268-02	
N/A	N/A
Antônio Maurício Maurano - 038.022.878-51	
N/A	N/A
Paulo Sérgio Menezes Garcia - 658.984.198-53	
N/A	N/A
Tarek Mohamed Noshy Nasr Mohamed Farahat - 222.563.068-28	
N/A	N/A
José Roberto Menezes Garcia - 029.322.438-29	
N/A	N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Emerson Piovezan	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	28/10/1946	03/12/2020	1 ano
056.781.028-34		Bancário		03/12/2020	0	100.00%
Jorge Sawaya Júnior	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Membro do Comitê (Efetivo)	12/02/1954	03/12/2020	1 ano
001.051.748-07		Contador		03/12/2020	0	100.00%
Tarek Mohamed Noshy Nasr Mohamed Farahat	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente à Instrução CVM nº 308/99	Presidente do Comitê	01/07/1964	03/12/2020	1 ano
222.563.068-28		Administrador de Empresas		03/12/2020	0	100.00%
Vice-Presidente do Conselho de Administração (Independente)						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Emerson Piovezan - 056.781.028-34

O Sr. Emerson Piovezan ("Emerson") é membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia. Graduado em Engenharia e Tecnólogo em Computação pela Universidade Mackenzie, Senior International Bankers, pela Manchester Business School – England e International Program Management, pela IMD – Switzerland, além de diversos cursos especializados em TI e Finanças. Atua como consultor nas áreas de Finanças, TI e Gestão de Recursos e Previdência Privada, e assessora operações no mercado financeiro. Já atuou como Vice-Presidente e representante legal no Brasil do Lloyds Bank PLC, bem como Presidente da Previlloyds, empresa de Previdência Privada do Lloyds Bank, Diretor Estatutário da Losango Promotora de Vendas S.A., financeira de varejo. É sócio proprietário da Proventus Investimentos, Gestão e Consultoria Ltda., empresa de consultoria e gestão de recursos financeiros, e da CADIZ Participação e Empreendimentos Ltda., empresa na área de propriedades e investimentos imobiliários. O Sr. Emerson atuou como Professor Titular na Faculdade de Administração da Fundação Armando Álvares Penteado em São Paulo, no período de maio de 1976 até maio de 2015. Foi membro da Associação Comercial de São Paulo no período de setembro de 1979 a novembro de 1983, e é membro do Conselho Industrial do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo desde 2008.

Jorge Sawaya Júnior - 001.051.748-07

O Sr. Jorge Sawaya Júnior ("Jorge") é membro efetivo do Comitê de Auditoria da Companhia. O Sr. Jorge é formado em Contabilidade pela Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Paulo Eiró, do Instituo de Educação Costa Braga (12/05/1982), e em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (05/02/1980), com MBA em administração pela Fundação Getúlio Vargas (01/09/2003). Jorge foi diretor do Grupo de Deals na PwC em São Paulo onde trabalhou por 40 anos. Jorge acumulou experiência nas áreas de Assurance e Fusões e Aquisições (M&A). Prestou serviços de due diligence financeira e operacional, estruturação contábil e fiscal, integração pós-fusões, dentre outros nos últimos 30 anos, tendo participado de mais de 1.000 projetos. Adicionalmente, Jorge envolve-se em fusões e aquisições prestando serviços a clientes nacionais e internacionais, ambos compradores e vendedores estratégicos e financeiros no Brasil e no exterior. Antes de trabalhar na equipe de Deals da PwC no Brasil, Jorge se dedicou a auditoria de clientes nacionais e internacionais, bem como, trabalhou com operações estruturadas. Posteriormente em 2018 e 2019 ajudou a estruturar o Transaction Services junto a Irko tendo realizado dezenas de trabalhos de due diligence. Atualmente desenvolve trabalhos de due diligence, verifica valores de ajuste de preços em transações e auxilia em conflitos entre sócios em empresas. Em 2019 foi indicado a membro do conselho fiscal da Qualicorp tendo sido renovado para o exercício de 2020. Em 2020 foi indicado a membro do conselho fiscal da JHSF. Foi membro da ABVCAP-Associação Brasileira de Venture Capital e atualmente participa de encontros junto ao IBGC- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Tarek Mohamed Noshy Nasr Mohamed Farahat - 222.563.068-28

O Sr. Tarek Mohamed Noshy Nasr Mohamed Farahat ("Tarek") é membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Tarek também é membro do Conselho de Administração da WPP. Foi presidente do Conselho de Administração da JBS S.A., e membro deste Conselho desde 2013, atuou como Presidente Global de Marketing e Inovação da JBS S.A., responsável por conduzir globalmente o posicionamento de todas as marcas de produtos da companhia, no Brasil e no mundo, inclusive a marca institucional, e pelos trabalhos de pesquisa e desenvolvimento, além de todos os esforços em inovação de portfólio. Possui 26 anos de experiência na P&G, tendo ocupado cargos em vários países do mundo, como Oriente Médio, Europa e América Latina. De 2006 a 2012 foi presidente da P&G do Brasil. Em 2012, foi eleito presidente para América Latina e membro do conselho executivo da P&G mundial. Foi membro efetivo do Conselho de Administração da Alpargatas S.A.

O Sr. Tarek é membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência de conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, quais sejam: (i) não é acionista controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, de acionista controlador da Companhia, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador da Companhia; e (iv) não foi empregado ou diretor da Companhia ou de acionista controlador da Companhia nos últimos três anos.

O Sr. Tarek declara que, não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Tarek declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Emerson Piovezan - 056.781.028-34	
N/A	N/A
Jorge Sawaya Júnior - 001.051.748-07	
N/A	N/A
Tarek Mohamed Noshy Nasr Mohamed Farahat - 222.563.068-28	
N/A	N/A

581

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
José Roberto Menezes Garcia	029.322.438-29	Kalunga S.A	43.283.811/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Paulo Sérgio Menezes Garcia	658.984.198-53	Kalunga S.A	43.283.811/0001-50	
Controlador. Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Paulo Sérgio Menezes Garcia	658.984.198-53	Kalunga S.A	43.283.811/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
José Roberto Menezes Garcia	029.322.438-29	Kalunga S.A	43.283.811/0001-50	
Controlador. Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
José Roberto Menezes Garcia	029.322.438-29	Kalunga S.A	43.283.811/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Paulo Sérgio Menezes Garcia	658.984.198-53	Spiral do Brasil Ltda.	63.935.829/0001-04	
Sócio e Diretor				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Paulo Sérgio Menezes Garcia	658.984.198-53	Kalunga S.A	43.283.811/0001-50	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
José Roberto Menezes Garcia	029.322.438-29	Spiral do Brasil Ltda.	63.935.829/0001-04	
Sócio e Diretor				
Observação				

583

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2019			
Administrador do Emissor			
Paulo Sérgio Menezes Garcia Presidente do Conselho de Administração	658.984.198-53	Prestação de serviço	Fornecedor
Pessoa Relacionada			
KA Solution Tecnologia em Software Ltda.	71.966.436/0001-88		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
José Roberto Menezes Garcia Diretor Presidente	029.322.438-29	Prestação de serviço	Fornecedor
Pessoa Relacionada			
KA Solution Tecnologia em Software Ltda.	71.966.436/0001-88		
Observação			
N/A			
Exercício Social 31/12/2018			
Administrador do Emissor			
Paulo Sérgio Menezes Garcia Presidente do Conselho de Administração	658.984.198-53	Prestação de serviço	Fornecedor
Pessoa Relacionada			
KA Solution Tecnologia em Software Ltda.	71.966.436/0001-88		
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
N/A			
Administrador do Emissor			
José Roberto Menezes Garcia	029.322.438-29	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
KA Solution Tecnologia em Software Ltda.	71.966.436/0001-88		
Observação			
N/A			

585

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor			
Paulo Sérgio Menezes Garcia	658.984.198-53	Prestação de serviço	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
KA Solution Tecnologia em Software Ltda.	71.966.436/0001-88		
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
José Roberto Menezes Garcia	029.322.438-29	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
KA Solution Tecnologia em Software Ltda.	71.966.436/0001-88		
Observação			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
N/A			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia possui um seguro de responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores (D&O) que prevê o pagamento ou reembolso de despesas por ela suportadas ou por seus administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia no decurso da atividade profissional exercida pelos administradores na Companhia. O limite máximo de garantia é de R$80.000.000,00, e o valor anual do prêmio corresponde a R$162.934,12.

A Companhia se compromete a garantir e manter o beneficiário indene e o eximir de responsabilidade por quaisquer despesas que o beneficiário comprovadamente venha a incorrer ou por valores que seja condenado a pagar, em virtude de inquérito, processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais, no Brasil ou em qualquer outra jurisdição, que visem a imputar responsabilidade ao beneficiário por qualquer ato por ele praticado ou omissão relacionado exclusivamente ao exercício do cargo ou das funções descritos acima, na Companhia e/ou suas controladas/subsidiárias, conforme o caso ("Procedimentos de Apuração de Responsabilidade"), desde que o beneficiário tenha praticado tal ato (ou omissão) de boa-fé, no exercício regular de suas funções de gestão ou atribuição de poderes, dentro dos limites da lei, do Estatuto Social e das demais regras estabelecidas, de tempos em tempos, pela Companhia ("Atos Indenizáveis" e "Atos Regulares de Gestão").

Adicionalmente, a Companhia firmou contratos de indenidade com seus administradores em todos os atuais administradores com o objetivo de indenizar os executivos de eventuais despesas relacionadas a condenações em virtude de inquérito, processos administrativos, arbitrais e/ou judiciais, relacionadas a atos ou omissões no exercício do cargo, desde que praticados de boa-fé, no exercício regular de suas funções e dentro dos limites da lei, do Estatuto Social e demais regras estabelecidas pela Companhia.

Em virtude desse contrato de indenidade, são passíveis de indenização todas as despesas legais e/ou administrativas, inclusive custos de defesa, custas judiciais, encargos, honorários, depósitos recursais, bem como quaisquer valores devidos a título de danos, juros e sanções pecuniárias, ainda que exigidos em decorrência de celebração de termo de compromisso, termo de ajustamento de conduta, ou outro procedimento ou ato que gere constrições, obrigações pecuniárias, desembolsos e/ou despesas pessoais imputadas aos beneficiários, originárias ou derivadas dos Procedimentos de Apuração de Responsabilidade, incluindo ("Indenizações"):

a) Reembolso de valores, despesas e/ou custos diretos, comprovadamente gastos pelo beneficiário e/ou por ele pagos em virtude de condenação, ainda que por decisão liminar ou provisória;

b) Adiantamento de valores, despesas e/ou custos diretos que sejam comprovadamente necessários para fazer frente aos Procedimentos de Apuração de Responsabilidade; e/ou

c) Pagamento direto a terceiros de valores que o beneficiário venha a ser condenado a indenizar e/ou reparar, em qualquer medida, por sentença transitada em julgado.

Nesse contexto, a Companhia se compromete também a suportar as despesas que acarretem constrição do patrimônio do administrador, do patrimônio comum com seu cônjuge, companheiro ou de qualquer familiar desde que, comprovadamente, o bloqueio tenha origem em atos cometidos por ou cuja responsabilidade seja atribuída ao administrador nas hipóteses previstas no contrato de indenidade.

O contrato de indenidade prevê também que o administrador deverá reembolsar a Companhia, mediante o desbloqueio dos valores de suas contas bancárias, independentemente do resultado do processo em curso.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia não está obrigada a indenizar o administrador no caso das despesas e perdas decorrentes de atos e/ou omissões do administrador ter sido: (i) praticados fora do exercício regular de suas atribuições, (ii) praticados com má-fé, dolo, culpa grave, mediante fraude, ou desvio de finalidade; (iii) resultantes da divulgação de informação estratégica e confidencial contrária aos interesses da Companhia; (iv) que violem ou ultrapassem os limites da lei, do Estatuto Social e das demais regras da Companhia; e (v) praticados no interesse próprio do beneficiário ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia.

Na hipótese de um evento que acarrete em potencial indenização pela Companhia ao administrador, uma vez notificada da solicitação de indenização, a Companhia deverá submeter o respectivo pleito à consideração de um profissional externo ou escritório de advocacia, independente, imparcial e com reconhecida competência para analisar tal pleito, que (i) avaliará o pedido nos termos do contrato de indenidade, e (ii) emitirá uma opinião legal com sua conclusão a esse respeito ("Opinião Legal"). Caso a Opinião Legal seja favorável ao pagamento, a Companhia efetuará a transferência dos recursos.

12.12 - Outras informações relevantes

Governança Corporativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e fiscalizadas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) a transparência; (ii) a equidade; (iii) a prestação de contas (*accountability*); e (iv) a responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, pode ser entendido que a administração da Companhia deve informar não apenas o desempenho econômico-financeiro da Companhia, mas também os demais fatores (mesmo que intangíveis) em que é baseada a ação empresarial. Por equidade é possível entender o tratamento justo e igualitário dos grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores e/ou credores. O princípio do *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a aqueles que os elegeram. Ademais, o princípio da responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com considerações de ordem socioambiental na definição dos negócios e das operações.

A Companhia empenha esforços contínuos no processo de aperfeiçoamento de suas práticas de governança corporativa. Em consonância com as disposições do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, emitido em novembro de 2016 pelo Grupo de Trabalho Interagentes, e outras recomendações do IBGC, a Companhia adota práticas tais como:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- não adoção de cláusulas pétreas no Estatuto Social;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- não cumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- processo anual de avaliação de desempenho do seu Conselho de Administração;
- adoção de Política de Gestão de Riscos, Código de Ética e Conduta e Política de Divulgação de Ato ou fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários, Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária e Política de Transações com Partes Relacionadas;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e registrar as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da Companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 - Brasil, Bolsa e Balcão S.A. ("B3") estabeleceu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado. A instituição desses segmentos teve como objetivo estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e a adotar um nível de divulgação de informações adicional àquele exigido pelas leis. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam de maneira voluntária a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações. Via de regra, essas normas ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações

12.12 - Outras informações relevantes

fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso dos segmentos da B3, pois exige um mais alto grau de práticas de governança corporativa, impondo regras que visam a conceder transparência com relação às atividades e maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, além de outros direitos.

Em setembro de 2017, o colegiado da Comissão de Valores Mobiliários aprovou a nova versão do Regulamento do Novo Mercado visando a ampliar o rol de informações divulgadas pelas Companhias listadas, e aprimorar obrigações de divulgação e diretrizes de governança corporativa.

A Companhia aderiu ao Novo Mercado e, uma vez concedido o registro da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

a. **Objetivos da política ou prática de remuneração informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:**

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 3 de dezembro de 2020, foi aprovada a Política de Remuneração de Administradores da Companhia ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração estabelece as diretrizes que deverão ser observadas quanto à remuneração dos membros do Conselho de Administração ("Conselho de Administração"), da Diretoria Estatutária ("Diretoria") e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração ("Comitês") (em conjunto, os "Administradores"), bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) ("Conselho Fiscal") da Companhia.

A Política de Remuneração tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar desenvolvimento, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

A remuneração global dos Administradores e do Conselho Fiscal (quando instalado) deverá ser fixada pela Assembleia Geral da Companhia ("Assembleia Geral"), sendo que, em relação ao Conselho Fiscal, a remuneração será fixada na Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

Os Administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

O inteiro teor da Política de Remuneração poderá ser consultado no site de relações com investidores da Companhia (ri.kalunga.com.br) ou no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na categoria Política de Remuneração.

b. Composição da remuneração, indicando:

A remuneração global dos Administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) políticas de incentivo de curto e longo prazo; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto pelos membros do Conselho Fiscal que, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Além da remuneração prevista para os membros dos Comitês, aqueles que porventura também participem de outro órgão da Companhia poderão ter sua remuneração atribuída a um ou mais cargos que ocupem, respeitados os limites estabelecidos nas normas aplicáveis à Companhia.

i.descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Segue abaixo a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles segregados por órgão da administração:

Conselho de Administração

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos membros do Conselho de Administração um pacote compatível com a prática de mercado. Os membros do Conselho de Administração podem fazer jus a benefícios como assistência médica, seguro de vida, entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	A atribuição de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Remuneração baseada em Ações	A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações para seus administradores, cujo objetivo é direcionar as ações dos membros do Conselho de Administração ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a geração de valor para a Companhia.
Incentivos de longo prazo	Os incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseadas em plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

	às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos Diretores um pacote compatível com a prática de mercado. Os Diretores podem fazer jus a benefícios como assistência médica, seguro de vida, entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	A atribuição de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Remuneração baseada em Ações	A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações para seus diretores estatutários, cujo objetivo é direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a geração de valor para a Companhia.
Incentivos de longo prazo	Os incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseadas em plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

Diretoria Não Estatutária

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	A Remuneração Variável tem como objetivo direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais *stakeholders* da

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

	Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.
Benefícios Diretos e Indiretos	Os benefícios têm por objetivo oferecer aos Diretores um pacote compatível com a prática de mercado. Os Diretores podem fazer jus a benefícios como assistência médica, seguro de vida, entre outros.
Benefícios Pós-Emprego	A atribuição de benefícios pós-emprego poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	A atribuição de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo poderá ocorrer, em casos excepcionais, a critério do Conselho de Administração.
Remuneração baseada em Ações	A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações para seus diretores estatutários, cujo objetivo é direcionar as ações dos Diretores ao cumprimento dos objetivos estratégicos de médio e longo prazo da Companhia, visando a geração de valor para a Companhia.
Incentivos de longo prazo	Os incentivos de longo prazo dependem da aprovação em Assembleia Geral, quando baseadas em plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia, que poderá outorgar a competência de sua administração ao Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Na data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não está instalado.

Comitês Estatutários – Comitê de Auditoria

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía seu Comitê de Auditoria Estatutário instalado. Os membros do Conselho de Administração, que participem como membro do Comitê de Auditoria não recebem remuneração adicional pela participação no referido comitê. Apenas o membro do Comitê de Auditoria externo, que não participe na Administração da Sociedade é que receberá remuneração.

Composição da Remuneração	Descrição e Objetivos
Remuneração Fixa Anual	A Remuneração Fixa tem como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado, e poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.
Remuneração Variável	Não há pagamento de remuneração variável ao membro do Comitê de Auditoria.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Benefícios Pós-Emprego	Não há atualmente pagamento de benefícios pós-emprego para os membros do Comitê de Auditoria.
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	Não há pagamento de benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração baseada em Ações	Não há pagamento de remuneração variável ao membro do Comitê de Auditoria.

Não são elementos da remuneração dos membros dos Comitês (i) remuneração variável; (ii) benefícios diretos e indiretos; (iii) benefícios pós–emprego; (iii) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; (iv) remuneração baseada em ações; e (v) incentivos de longo prazo.

ii.Em relação aos três últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A Companhia era uma sociedade limitada nos três últimos exercícios sociais e não possuía os mesmos órgãos de administração que possui atualmente. Os administradores recebiam apenas remuneração fixa e benefícios.

iii.metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral, além de respeitar a prática de mercado.

É vedado ao membro do Conselho de Administração que também acumular o cargo de diretor estatutário da Companhia, ainda que provisoriamente, intervir no processo de determinação da remuneração dos Administradores.

O Conselho de Administração deve vincular a remuneração dos Administradores a resultados, com metas de médio e longo prazos, relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a Companhia no longo prazo.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não deve ser baseada em participação em reuniões.

A remuneração fixa dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal será baseada nas responsabilidades do cargo e experiências individuais.

A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

iv.razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração é determinada pela Política de Remuneração, a qual tem como objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o desenvolvimento, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares:

(a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia;

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e

(c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados Administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

v.a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Na data deste Formulário de Referência, todos os membros efetivos do Conselho de Administração, Diretores e membros dos Comitês são remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Para a determinação de todos os itens de remuneração são levados em consideração o desempenho do executivo e suas metas individuais. Os montantes a serem atribuídos no âmbito da remuneração variável deverão resultar de processo de avaliação objetiva e subjetiva do diretor que faça jus a tal remuneração, sendo que a avaliação objetiva poderá resultar do cumprimento de metas anuais estabelecidas em contrato de gestão, enquanto a avaliação subjetiva será aquela realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração. A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

A Remuneração Fixa poderá ser revista, anualmente, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

A Remuneração Variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia:

A Política de Remuneração contém mecanismos que permitem a definição de práticas alinhadas às condições de mercado, garantindo a atração e retenção de talentos que por sua vez trabalham para o atingimento de objetivos de curto prazo e de longo prazo. Os indicadores utilizados na remuneração variável dos membros da Diretoria são objetivos claros e definidos e tem efeitos nos resultados, tanto do exercício social base da remuneração, bem como dos exercícios futuros.

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Remuneração, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores para o exercício de cargos na Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Não aplicável, uma vez que, na data deste Formulário de Referência, não havia qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;

Compete ao Conselho de Administração determinar a remuneração individual dos Administradores, respeitados os limites dos valores globais anuais fixados pela Assembleia Geral, bem como a calibração dos critérios para eventual pagamento de bônus anual ou premiação aos Diretores.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;

Os administradores e os membros do Conselho Fiscal (quando instalado) poderão ter componentes de remuneração, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características. O Conselho de Administração pode solicitar pesquisas de mercado de consultorias especializadas no tema, para auxiliar na análise das práticas de remuneração não só do segmento de atuação da Companhia, mas também de outros setores e ainda contar com informações comparadas de outras companhias abertas que atuem no mesmo segmento ou de mesmo porte para subsidiar sua decisão.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 3 de dezembro de 2020 entrando em vigor em tal data por prazo indeterminado.

A Remuneração Fixa dos Administradores é revisada pelo Conselho de Administração, anualmente, de forma a mantê-la adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	2,17	0,00	3,17
Nº de membros remunerados	0,75	2,17	0,00	2,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.000.000,00	5.350.000,00	0,00	8.350.000,00
Benefícios direto e indireto	420.000,00	280.000,00	0,00	700.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	600.000,00	1.070.000,00	0,00	1.670.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.100.000,00	0,00	2.100.000,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	10.500.000,00	0,00	10.500.000,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	
Total da remuneração	4.020.000,00	19.300.000,00	0,00	23.320.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,00	0,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	52.095,76	0,00	52.095,76
Benefícios direto e indireto	0,00	236.467,44	0,00	236.467,44
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	37.904,24	0,00	37.904,24

Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	
Total da remuneração	0,00	326.467,44	0,00	326.467,44

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,00	0,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	52.435,44	0,00	52.435,44
Benefícios direto e indireto	0,00	164.440,08	0,00	164.440,08
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	37.564,56	0,00	37.564,56
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	
Total da remuneração	0,00	254.440,08	0,00	254.440,08

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	2,00	0,00	2,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	52.654,80	0,00	52.654,80
Benefícios direto e indireto	0,00	112.587,12	0,00	112.587,12
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	37.345,20	0,00	37.345,20
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N° 02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIOCIRCULAR/ CVM/SEP/N°02/2020 no item 13.2 o valor do INSS patronal foi evidenciado de forma segregada	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020.	
Total da remuneração	0,00	202.587,12	0,00	202.587,12

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Nos três últimos exercícios sociais a Companhia era uma sociedade empresária limitada e não possuía remuneração variável para seus sócios diretores. A Companhia apresenta abaixo as informações referentes à remuneração variável prevista para o exercício social corrente:

Previsão para o exercício Social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº total de membros	1,00	2,17	N/A	3,17
Nº de membros remunerados	0,75	2,17	N/A	2,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	N/A	R$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$2.100.000,00	N/A	R$2.100.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$0,00	R$0,00	N/A	R$0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	N/A	R$0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$10.500.000,00	N/A	R$10.500.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$0,00	R$0,00	N/A	R$0,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Em 3 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram o Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia ("Plano de Ações Restritas"). Segundo o Plano, são elegíveis a receber outorga de ações restritas os administradores, funcionários e terceiros da Companhia. Caberá ao Conselho de Administração a gestão e escolha das pessoas elegíveis. As principais características do plano encontram-se descritas a seguir:

Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia

a. Termos e condições gerais

Em 3 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram a criação do Plano de Ações Restritas para um grupo de executivos elegíveis pelo Conselho de Administração – administradores, funcionários e terceiros da Companhia ("Participantes").

O Conselho de Administração, de acordo com o Plano de Ações Restritas, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano de Ações Restritas e criará, periodicamente, com base na política de remuneração da Companhia, programas de concessão de ações restritas. Para se tornar Participante de um dos programas, os executivos elegíveis devem ser formalmente indicados pelo Conselho de Administração, nos termos definidos no Plano de Ações Restritas. O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Participantes que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

Com o propósito de satisfazer a outorga de ações restritas nos termos do Plano de Ações Restritas, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, poderá emitir novas ações ou alienar ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Participantes, nos termos da Instrução da CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, conforme alterada.

O Conselho de Administração aprovou em 3 de dezembro de 2020 o 1º Programa de Outorga de Ações Restritas ("Programa"). Para mais informações sobre o novo Plano de Ações Restritas vide item 13.8 deste Formulário de Referência.

b. Principais objetivos do plano

O Plano de Ações Restritas tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos beneficiários com os interesses da Companhia e dos seus acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Por meio do Plano de Ações Restritas, a Companhia visa a incentivar melhores desempenhos na gestão, no alcance de resultado de longo prazo e no alinhamento de interesses com os acionistas, o que a Companhia acredita que criará valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Plano de Ações Restritas faz parte da estratégia de alinhamento de interesses e de retenção dos administradores e empregados com o compromisso destes na geração de valor à Companhia e aos acionistas.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

A Companhia acredita que ao tornar seus administradores e empregados acionistas da Companhia, os interesses destes são alinhados, ao vincular parte do seu patrimônio com a criação sustentável de valor para a Companhia e seus acionistas no longo prazo. Além disso, o Plano de Ações Restritas busca preservar e fortalecer o vínculo dos administradores e empregados da Companhia no curto, médio e longo prazo.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano de Ações Restritas não poderá exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia (as quais serão consideradas no cálculo do limite total aqui estabelecido), o limite total de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia na data de aprovação deste Plano de Ações Restritas.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano de Ações Restritas contempla a outorga de ações e não de opções de compra de ações.

h. Condições de aquisição de ações

Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga de ações restritas no lançamento de cada programa, elegendo dentre as pessoas elegíveis, os participantes em favor dos quais a Companhia outorgará as ações restritas nos termos do Plano de Ações Restritas e do respectivo programa, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

A outorga de ações restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga de Ações Restritas ("Contrato de Outorga") entre a Companhia e os participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de ações restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às ações restritas.

Após o período de carência estipulado e cumprido os requisitos para a aquisição do direito às ações restritas, o beneficiário receberá as ações restritas que ficarão, por um período de 90 (noventa) dias a 180 (cento e oitenta) dias, bloqueadas para negociação.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não há preço de aquisição ou de exercício, podendo o exercício estar vinculado a períodos de carência em lotes anuais, em percentuais estabelecidos pelo Conselho de Administração na aprovação do respectivo programa.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

O Plano de Ações Restritas prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações. As ações serão outorgadas em pagamento da remuneração variável a que fizerem jus os participantes eleitos, não havendo, portanto, prazo de exercício.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

k. Forma de liquidação

Não aplicável.

l. Restrições à transferência das ações

Após a transferência das ações, o beneficiário deverá permanecer por 90 (noventa) dias ou 180 (cento e oitenta) dias, conforme definido no Plano de Ações Restritas.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Pelo Plano de Ações Restritas, os direitos conferidos ao beneficiário extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos nos seguintes casos:

(i) A efetiva transferência de todas as ações restritas ao beneficiário;
(ii) Se as partes resolverem, de comum acordo, distratar o Contrato de Outorga;
(iii) Se a Companhia tiver sua falência decretada; ou
(iv) Na hipótese de desligamento do beneficiário por justa causa, nos termos do Plano de Ações Restritas.

O Conselho de Administração poderá, a seu critério, decidir por antecipar os períodos de carência, no melhor interesse da Companhia e com o objetivo de atingir os objetivos do Plano de Ações Restritas.

O Contrato de Outorga pode estabelecer critérios adicionais que regulem a suspensão, alteração ou extinção do Plano de Ações Restritas.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

No caso de destituição ou término do mandato por violação de deveres legais ou estatutários, de demissão ou ainda de rescisão do contrato de serviços do beneficiário por razão que configuraria justa causa, conforme a legislação civil ou trabalhista, ou na hipótese de renúncia ou desligamento voluntário do beneficiário, serão observadas as seguintes disposições:

(a) as ações restritas, cujos períodos de carência ainda não tenham decorrido, serão automaticamente canceladas, independentemente de qualquer aviso, sem que o beneficiário tenha direito a qualquer indenização; e

(b) as ações restritas, cujos períodos de carência já tenham decorrido, permanecerão de propriedade do beneficiário, observado que o período de restrição para a alienação de ações restritas, conforme previsto no Plano de Ações Restritas, permanecerá em vigor.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Até a data deste Formulário de Referência, não haviam sido outorgadas ações restritas aos Administradores e não houve qualquer outorga de ações da Companhia ao Administradores nos três últimos exercícios sociais.

13.6 - Opções em Aberto

O Plano de Ações Restritas prevê a outorga de ações e não de opções de compra de ações e, portanto, este item não é aplicável e até a data deste Formulário de Referência, não haviam sido outorgadas ações restritas aos Administradores e não houve qualquer outorga de ações da Companhia ao Administradores nos três últimos exercícios sociais.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Os administradores da Companhia não fizeram nos últimos três exercícios sociais nem fazem no exercício social corrente jus à remuneração variável e nenhuma outorga de ações foi concedida e nenhuma ação foi entregue pela Companhia aos seus administradores no âmbito do Plano de Ações Restritas.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

a. Modelo de precificação

No caso do Plano de Ações Restritas da Companhia ("Plano"), não há preço de exercício, porém, o valor da outorga equivale ao preço da ação utilizado na oferta pública inicial de ações da Companhia (IPO). O Plano consiste no direito do beneficiário de receber as ações restritas ao término do prazo de carência. Utiliza-se o preço de mercado das ações na data da outorga, como medida deste benefício. Para fins da concessão do prêmio, a Companhia estabeleceu que não haverá liquidação em dinheiro, mas ele será pago pelo beneficiário com o atingimento de determinadas métricas e desde que não ocorra destituição, renúncia ou solicitação de desligamento por parte do beneficiário, na forma do Plano. Da mesma forma, a Companhia não cobrará qualquer valor a título de preço no momento da liquidação do prêmio, nos termos do Plano.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Em função da aprovação do Plano, ocorrida na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de dezembro de 2020, para as outorgas ficarão integralmente disponíveis para o exercício nos períodos abaixo indicados, conforme o seguinte cronograma:

	Data de Outorga	Exercíveis a partir de:	Quantidade
1ª Outorga			
1º Vencimento	N/A	01/03/2021	33,34%
2º Vencimento	N/A	01/03/2022	33,33%
3º Vencimento	N/A	01/03/2023	33,33%

Tais planos não possuem cláusula que permitem o exercício antecipado das opções outorgadas.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, visto que não há possibilidade de exercício antecipado em nenhum dos Planos.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade utilizada como referência foi a volatilidade histórica do Ibovespa.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há nenhuma outra característica da opção que foi incorporada na mensuração de seu valor justo.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Na data de encerramento do último exercício social, a Companhia era uma sociedade limitada, não possuindo a estrutura atual com conselho de administração e diretoria estatuária.

Os dois administradores também eram sócios de 100% das cotas diretamente detidas, no Brasil da Companhia. Não havendo sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia.

Sociedade/Companhia	**Número de Ações/Quotas em 31 de Dezembro de 2019**		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Kalunga Com. e Ind. Ltda.	**N/A**	**100%**	**N/A**

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui planos de previdência aos membros do seu Conselho de Administração e Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	2,00	2,00	2,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	163.233,72	127.220,04	101.293,56
Valor da menor remuneração(Reais)	163.233,72	127.220,04	101.293,56
Valor médio da remuneração(Reais)	163.233,72	127.220,04	101.293,56

Observação

	Diretoria Estatutária
31/12/2019	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2018	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2017	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020. A maior remuneração da Diretoria foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Com exceção do contrato de indenidade e do seguro de responsabilidade civil, que podem acarretar pagamento aos administradores em período posterior a sua destituição ou ao seu afastamento do cargo, a Companhia não firmou com os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismo de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

Dada a existência da prestação de compromisso de indenidade, em observância ao OfícioCircular/CVM/SEP/Nº02/2018, a Companhia informa o que segue:

a) Por qual motivo a companhia preferiu a prestação de compromisso de indenidade ao invés da celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil com cobertura similar (Processo CVM nºRJ2009/8316)

O contrato de indenidade tem o intuito de indenizar os administradores atuais e futuros da Companhia e das companhias investidas ("Garantidos") por eventuais perdas decorrentes de decisões, condenações ou outras constrições administrativas ou judiciais que lhes sejam impostas em razão do exercício das funções inerentes aos seus respectivos cargos, em complemento e/ou que não sejam cobertas pelo seguro de responsabilidade civil já contratado pela Companhia. Ou seja, o contrato de indenidade configura uma garantia adicional e complementar à cobertura do seguro de responsabilidade civil. Vale ressaltar que a Companhia nunca teve que indenizar qualquer um de seus administradores.

b) O valor cotado de prêmio de seguro de responsabilidade civil que preveja cobertura similar ao compromisso de indenidade prestado

Atualmente, a Companhia possui contratado seguro de responsabilidade civil com a seguradora AIG Seguros Brasil S.A., com pagamento de prêmio no montante total de R$151,7 mil e com cobertura do montante total de até R$800 milhões, correspondente ao limite máximo de indenização.

c) Se a garantia oferecida pela prestação de compromisso de indenidade inclui o pagamento ou o reembolso de indenizações que os administradores forem obrigados a pagar quando responsabilizados por danos causados a terceiros em consequência de atos ilícios dolosos ou de quaisquer atos ilícios praticados antes da prestação do compromisso de indenidade

A Companhia obriga-se a cumprir integralmente as obrigações de indenizar o Garantido enquanto não for proferida decisão final transitada em julgado em favor da Companhia que determine que uma parcela ou a totalidade da perda incorrida pelo Garantido tenha decorrido exclusivamente de conduta dolosa ou fraudulenta por parte do Garantido, em cujo caso, a Companhia poderá reaver proporcionalmente os valores que a Companhia tenha pago ao Garantido conforme o compromisso de indenidade, se for o caso.

d) ***Se a garantia oferecida pela prestação de compromisso de indenidade inclui o pagamento ou o reembolso de multas decorrentes de condenação em ação penal ou em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores***

Sim. O contrato de indenidade prevê o pagamento ou o reembolso de multas decorrentes de condenação em ação penal ou em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos para encerramento de processos administrativos suportadas pelos administradores

e) Em caso de resposta positiva a, pelo menos, um dos dois itens anteriores, por que a administração acredita que tal garantia estaria no melhor interesse da companhia

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Tendo em vista que o contrato de indenidade exclui, expressamente, a garantia em caso de atos praticados com dolo ou má-fé, a cobertura para os demais casos em que o Garantido apure perdas em virtude de processos judiciais ou administrativos consiste em indenização justa e devida, uma vez que a penalidade aplicada ao Garantido decorreu de ato praticado no exercício de sua função, sem a intenção de lesar a Companhia, as companhias investidas ou a terceiros. Ao garantir indenizações justas e devidas aos Garantidos, o contrato de indenidade se alinha ao interesse da Companhia de atrair e manter profissionais qualificados nas posições mais altas de sua administração.

f) As principais cláusulas contidas no compromisso de indenidade, incluindo o limite global ou anual da cobertura garantida aos beneficiários, quando aplicável, bem como o período de cobertura estabelecido no referido compromisso; e

Nos termos do contrato de indenidade, este (i) não possui limite de cobertura; (ii) estabelece garantia cuja cobertura abarca todo o período de exercício do cargo do Garantido, seja este período anterior ou posterior à celebração do contrato de indenidade; e (iii) será celebrado por prazo indeterminado, continuando em vigor mesmo depois da saída do Garantido do exercício de suas funções de administração

g) Qual o órgão da companhia é competente para determinar o pagamento ou o reembolso que os administradores fizerem jus nos termos do compromisso de indenidade e de que forma tal órgão lidará com os conflitos de interesses inerentes à decisão.

O Conselho de Administração será o órgão competente para determinar o pagamento ou reembolso e contará com um parecer de um escritório jurídico independente sobre a adequação do pagamento ao caso concreto, devendo se abster de votar aquele membro que for beneficiário da garantia, bem como outros membros do Conselho de Administração beneficiados pela garantia e que estejam envolvidos na mesma demanda que tenha dado origem ao pedido de indenização.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Exercício de 2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	N/A	2,00	N/A
Número de membros – parte relacionada aos controladores	N/A	2,00	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	N/A	247.644,96	N/A
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	N/A	247.644,96	N/A
% da remuneração total do órgão	N/A	100%	N/A

Exercício de 2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	N/A	2,00	N/A
Número de membros – parte relacionada aos Controladores	N/A	2,00	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	N/A	199.626,72	N/A
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	N/A	199.626,72	N/A
% da remuneração total do órgão	N/A	100%	N/A

Exercício de 2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	N/A	2,00	N/A
Número de membros – parte relacionada aos controladores	N/A	2,00	N/A
Valor da remuneração total do órgão no exercício	N/A	165.058,08	N/A
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	N/A	165.058,08	N/A
% da remuneração total do órgão	N/A	100%	N/A

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável, uma vez que, nos últimos três exercícios sociais, os administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, não receberam da Companhia qualquer remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não fizeram jus à remuneração reconhecidas no resultado de controladas da Companhia, seus controladores diretos e indiretos e sociedades sob controle comum, que os tenha sido atribuído em função ou não do exercício de cargo na Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

No item 13.2 deste Formulário de Referência foi informado o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal. Para tanto, o cálculo do número de membros de cada órgão foi apurado nos termos do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº02/2020, aferindo-se o número de membros em cada mês do exercício, somando o resultado de todos os meses e dividindo pelo número de meses do exercício, obtendo assim, uma média anual do nº de membros dos órgãos de administração. Nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente o cálculo dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal se deu conforme demonstrado a seguir:

Diretoria

Para 2020:

Meses	Nº de membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro*	3
Dezembro*	3
Total	**26**
Média (Total/Nº de meses)	2,17

* Previsão.

Em 2019:

Meses	Nº de membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média (Total/Nº de meses)	2

Em 2018:

Meses	Nº de membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média (Total/Nº de meses)	2

Para 2017:

Meses	Nº de membros
Janeiro	2
Fevereiro	2
Março	2
Abril	2
Maio	2
Junho	2
Julho	2
Agosto	2
Setembro	2
Outubro	2
Novembro	2
Dezembro	2
Total	24
Média (Total/Nº de meses)	2

Conselho de Administração

13.16 - Outras Informações Relevantes

Para 2020:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro*	4
Novembro*	4
Dezembro*	4
Total	**12**
Média (Total/Nº de meses)	**1**

* Previsão.

Em 2019:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

Em 2018:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

Para 2017:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

Conselho Fiscal

Para 2020:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0

Em 2019:

Meses	Nº de membros
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0

13.16 - Outras Informações Relevantes

Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro*	0
Outubro*	0
Novembro*	0
Dezembro*	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

* Previsão

Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

Em 2018:

Meses	**Nº de membros**
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

Para 2017:

Meses	**Nº de membros**
Janeiro	0
Fevereiro	0
Março	0
Abril	0
Maio	0
Junho	0
Julho	0
Agosto	0
Setembro	0
Outubro	0
Novembro	0
Dezembro	0
Total	0
Média (Total/Nº de meses)	0

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

As tabelas abaixo mostram a quantidade de funcionários por atividade espalhados geograficamente:

a. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Em 30/09/2020

Estado	ADMINISTRATIVO	DIRETORIA	GERENTES	SUPERVISOR / COORDENADOR	TECNICO	OPERACIONAL	TOTAL
AL	0	0	4	0	0	21	**25**
BA	0	0	16	0	0	119	**135**
CE	0	0	9	0	0	72	**81**
DF	0	0	11	0	0	78	**89**
ES	0	0	7	0	0	44	**51**
GO	0	0	10	0	0	55	**65**
MA	0	0	4	0	0	24	**28**
MG	0	0	20	0	0	132	**152**
MT	0	0	2	0	0	12	**14**
PA	0	0	4	0	0	21	**25**
PB	0	0	6	0	0	46	**52**
PE	0	0	9	0	0	81	**90**
PI	0	0	2	0	0	11	**13**
PR	0	0	18	0	0	127	**145**
RJ	2	0	65	0	0	528	**595**
RN	0	0	6	0	0	47	**53**
RO	0	0	2	0	0	15	**17**
RS	0	0	19	0	0	126	**145**
SC	0	0	14	0	0	76	**90**
SE	0	0	3	0	0	30	**33**
SP	341	2	301	25	6	2101	**2776**
TOTAL	**343**	**2**	**532**	**25**	**6**	**3766**	**4674**

Em 31/12/2019

Estado	ADMINISTRATIVO	DIRETORIA	GERENTES	SUPERVISOR / COORDENADOR	TECNICO	OPERACIONAL	TOTAL
AL	0	0	4	0	0	28	**32**
BA	0	0	14	0	0	120	**134**
CE	0	0	10	0	0	80	**90**
DF	0	0	11	0	0	93	**104**
ES	0	0	7	0	0	59	**66**
GO	0	0	11	0	0	78	**89**
MA	0	0	3	0	0	29	**32**
MG	0	0	23	0	0	166	**189**
MT	0	0	2	0	0	15	**17**
PA	0	0	4	0	0	26	**30**
PB	0	0	6	0	0	49	**55**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

PE	0	0	9	0	0	87	**96**
PI	0	0	2	0	0	12	**14**
PR	0	0	16	0	0	163	**179**
RJ	3	0	66	0	1	620	**690**
RN	0	0	6	0	0	50	**56**
RO	0	0	2	0	0	16	**18**
RS	0	0	18	0	0	144	**162**
SC	0	0	12	0	0	89	**101**
SE	0	0	3	0	0	34	**37**
SP	312	2	321	26	6	2578	**3239**
TOTAL	**315**	**2**	**550**	**26**	**7**	**4536**	**5436**

Em 31/12/2018

Estado	ADMINISTRATIVO	DIRETORIA	GERENTES	SUPERVISOR / COORDENADOR	TECNICO	OPERACIONAL	TOTAL
AL	0	0	3	0	0	13	**16**
BA	0	0	11	0	0	59	**70**
CE	0	0	11	0	0	58	**69**
DF	0	0	9	0	0	75	**84**
ES	0	0	7	0	0	56	**63**
GO	0	0	8	0	0	34	**42**
MA	0	0	2	0	0	14	**16**
MG	0	0	21	0	0	151	**172**
MT	0	0	1	0	0	10	**11**
PA	0	0	1	0	0	0	**1**
PB	0	0	6	0	0	46	**52**
PE	0	0	7	0	0	82	**89**
PI	0	0	1	0	0	0	**1**
PR	0	0	20	0	0	140	**160**
RJ	2	0	78	0	0	559	**639**
RN	0	0	5	0	0	32	**37**
RO	0	0	2	0	0	14	**16**
RS	0	0	11	0	0	79	**90**
SC	0	0	16	0	0	85	**101**
SE	0	0	2	0	0	17	**19**
SP	310	2	337	25	5	2547	**3226**
TOTAL	**312**	**2**	**559**	**25**	**5**	**4071**	**4974**

Em 31/12/2017

Estado	ADMINISTRATIVO	DIRETORIA	GERENTES	SUPERVISOR / COORDENADOR	TECNICO	OPERACIONAL	TOTAL

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

BA	0	0	11	0	0	53	**64**
CE	0	0	11	0	0	50	**61**
DF	0	0	10	0	0	69	**79**
ES	0	0	8	0	0	48	**56**
GO	0	0	8	0	0	24	**32**
MG	0	0	24	0	0	143	**167**
PA	0	0	1	0	0	0	**1**
PB	0	0	1	0	0	0	**1**
PE	0	0	14	0	0	72	**86**
PI	0	0	1	0	0	0	**1**
PR	0	0	21	0	0	87	**108**
RJ	4	0	94	0	0	526	**624**
RN	0	0	6	0	0	35	**41**
RS	0	0	15	0	0	65	**80**
SC	0	0	18	0	0	72	**90**
SE	0	0	2	0	0	18	**20**
SP	297	2	422	17	5	2230	**2973**
TOTAL	**301**	**2**	**667**	**17**	**5**	**3492**	**4484**

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia terceiriza trabalhos somente no Estado de São Paulo, sendo que os demais Estados não têm funcionários terceirizados. A tabela a seguir evidencia a composição dos trabalhadores terceirizados contratados pela Companhia nas datas indicadas:

Atividade	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Limpeza	9	9	9	9
Segurança	5	5	5	5
Contábil	0	0	0	0
Informática	0	0	0	0
Engenharia	0	0	0	0
Alimentação	5	5	5	5
Temporários Logística	30	28	25	22
São Paulo	**49**	**47**	**44**	**41**

c. Índice de rotatividade

O quadro abaixo evidencia os índices de rotatividade da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente:

Exercício Social encerrado em 30 de setembro de 2020			
Funcionários Admitidos	Funcionários Desligados	Funcionários final do mês	Índice de Rotatividade

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

747	**1.495**	**4.674**	**24,0%**
Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019			
Funcionários Admitidos	Funcionários Desligados	Funcionários final do mês	Índice de Rotatividade
2.679	**2.241**	**5.436**	**45,3%**
Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018			
Funcionários Admitidos	Funcionários Desligados	Funcionários final do mês	Índice de Rotatividade
1.994	**1.504**	**4.974**	**35,2%**
Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2017			
Funcionários Admitidos	Funcionários Desligados	Funcionários final do mês	Índice de Rotatividade
1.636	**1.510**	**4.484**	**35,1%**

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a. Política de salários e remuneração variável

Nos últimos três exercícios sociais (2019, 2018 e 2017), a Companhia não possuía uma Política de Remuneração aprovada. Em 3 de dezembro de 2020, por meio de Reunião do Conselho de Administração, a Companhia aprovou uma Política de Remuneração para seus Administradores com o objetivo atrair, incorporar, reter e proporcionar o desenvolvimento, na Companhia, de profissionais qualificados no mercado, cuja atuação pode ajudar a Companhia na consecução de seus objetivos sociais. As práticas de remuneração e as políticas de incentivo de curto e longo prazo estão apoiadas nos seguintes pilares: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de Administradores e empregados da Companhia e de suas controladas; e (c) possibilitar à Companhia ou sociedades controladas atrair e manter a elas vinculados administradores e empregados que sejam considerados executivos-chave.

A Política de Remuneração abrange todos os cargos de gestão da empresa. As remunerações dos colaboradores são estabelecidas com base em tabela e grades salariais específicas da empresa.

O processo de remuneração fixa leva em consideração: (i) a estrutura de cargos; (ii) desempenho; (iii) competências; e, (iv) tempo de casa.

b. Política de benefícios

A Política de Remuneração contempla conjunto de benefícios: São eles: (i) assistência médica opcional e contributária; (ii) assistência odontológica opcional; (iii) seguro de vida em grupo; (iv) convênio farmácia; (v) benefícios, conforme convenção coletiva regionalizada.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações com as seguintes características:

i. Grupo de Beneficiários

Administradores, Colaboradores e Terceiros contratados

ii. Condições para Exercício

Após a outorga pelo Conselho de Administração e a assinatura do respectivo contrato com a Companhia, é necessário aguardar o prazo de carência para o exercício das ações, de forma que o beneficiário somente poderá receber as ações após esse período de carência estipulado no Plano e Programa. Para mais informações sobre o Plano de Ações Restritas, vide itens 13.4 e 13.8 deste Formulário de Referência.

iii. Preços de Exercício

O preço de exercício é gratuito para o beneficiário.

iv. Prazos de Exercício

São 3 (três) períodos de exercício.

v. Quantidade de Ações Comprometidas pelo Plano

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Até o limite de 5% das ações do capital social total da Companhia.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos com abrangência regional. Em função da amplitude da distribuição geográfica das lojas, há um número elevado de sindicatos representando os empregados, conforme indicados abaixo:

SINDICATO COMERCIARIOS DE SÃO.PAULO
SINDICATO EMPREGADOS DO COMERCIO ABC
SINDICATO EMPR.COM.OSASCO TABOÃO E BARUERI
SINTETEL-SINDICATO TRAB.EMPRESAS DE TELECOM
SINDICATO EMPR.COM.CAMPINAS
SINDICATO EMPR.COM. GUARULHOS
SINDICATO EMPR.COM.RIBEIRAO PRETO
SINDICATO EMPR.COM. RIO JANEIRO
SINDICATO EMPR.COM.BELO HORIZONTE-MG
SINDICATO EMPR.COMÉRCIO DE SANTOS
SINDICATO EMPR.COMÉRCIO DE BAURU
SINDICATO EMPR.COM. SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
SINDICATO EMPR.COM.DUQUE DE CAXIAS
SINDICATO EMPR.COM. SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SINDICATO TRAB.SHOPCENTER CURITIBA
SINDICATO EMPR.COM.SOROCABA
SINDICATO EMPR.COM. MARILIA
SINDICATO EMP.COM.SHOPPING CENTER.LONDRINA
SINDICATO TRAB. COM. NOVA IGUACU
SINDICATO EMPREG.COM.ATACADISTA DO DF
SINDICATO JORNALIST PROFIS.ESTADO DE SÃO PAULO - SPIRAL
SINDICATO EMPR.COM. DE MOGI DAS CRUZES
SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SINDICATO NACIONAL AERONAUTAS
SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
SINDICATO EMPR.COM.ITU E INDAIATUBA
SINDICATO EMPR.COM. BLUMENAU
SINDICATO EMPR.COM. COTIA
SINDICATO EMPR.COM. SAO GONÇALO - RJ
SINDICATO EMPR.COM. PIRACICABA
SINDICATO EMPR.COM. PORTO ALEGRE
SINDICATO EMPR.COM. JOINVILLE - SC
SINDICATO EMPR.COM. UBERLANDIA
SINDICATO EMPR.COM. LIMEIRA
SINDICATO EMPR.COM. FRANCA
SINDICATO EMPR.COMERCIO RIO CLARO
SINDICATO EMPR.COM.SAO CARLOS
SINDICATO EMPR. COMERCIO DE JUNDIAI
SINDICATO DOS ENGENHEIROS DE SÃO PAULO
SINDICATO EMPR.COM DE SANTA BARBARA
SINDICATO EMPR.COM. DE PONTA GROSSA
SINDICATO EMPR.COM. DE RECIFE
SINDICATO EMPR.COM. DE SALVADOR
SINDICATO EMPR.COM. DE UBERABA - MG
SINDICATO EMPR.COMERCIO CABO FRIO
SINDICATO EMPR.COM.DE CAMPOS GOYTAC
SINDICATO EMPR.COM. DE CONTAGEM-MG
SINDICATO EMPR.COM. DE BETIM-MG

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

SINDICATO EMPR.COM.DE JUIZ DE FORA
SINDICATO EMPR.COM.DO ESPIR SANTO
SINDICATO EMPR.COM. DE TAUBATE-SP
SINDICATO EMPR.COM. DE SAO JOSE-SC
SINDICATO EMPR.COM.BALN.CAMBORIU-SC
SINDICATO EMPR.COM. DE FORTALEZA-CE
SINDICATO TRAB.IND.GRAFICAS DE SÃO PAULO – *COPY & PRINT*
SINDICATO EMPR.COM. DE ARACATUBA
SINDICATO EMPR.COM.DE JACAREI
SINDICATO EMPR.COM.ANGRA DOS REIS
SINDICATO EMPR.COM.PRESID.PRUDENTE
SINDICATO EMPR.COM.GOIAS-GO
SINDICATO EMPR.COM.CRICIUMA - SC
SINDICATO MOTORISTAS
SINDICATO EMPR.COM.FOZ DO IGUACU-PR
SINDICATO EMPR.COM.CARUARU-PE
SINDICATO EMPR.COM.CAXIAS DO SUL-RS
SINDICATO TEC.SEG.TRABALHO ESTADO DE SÃO PAULO
SINDICATO EMPR.COM.CURITIBA
SINDICATO EMPR.COM.RIO G. DO NORTE
SINDICATO TRAB.IND.GRAFICA DO RJ
SINDICATO EMPR. COM. MOGI GUACU
SINDICATO EMPR. COM. ARACAJU-SE
SINDICATO EMPR. COM. CANOAS - RS
SINDICATO EMPR. COM. MARINGA - PR
SINDICATO EMPR. COM. ALAGOAS
SINDICATO EMPR. COM. OLINDA - PE
SINDICATO EMPR.COM.CAMPINA GDE-PB
SINDICATO EMPR. COM. JOAO PESSOA
SINDICATO EMPR. COM. DE CUIABA
SINDICATO EMPR. COM. PORTO VELHO
SINDICATO EMPR. COM. VOLTA REDONDA
SINDICATO TRAB.IND.GRAFICA OSASCO
SINDICATO EMPR. COM. SAO LUIZ - MA
SINDICATO EMPR. COM. PASSO FUNDO
SINDICATO EMPR. COM. VITORIA CONQ
SINDICATO EMPR. COM. PINDA - SP
SINDICATO TRAB.IND.GRAFICA CAMPINAS
SINDICATO EMPR. COM. MOSSORO RN
SINDICATO EMPR. COM. BELEM PA
SINDICATO JORNALISTA DE SAO PAULO
SINDICATO TEC.SEG.TRABALHO EST.RJ
SINDICATO EMPR. COM. ANANINDEUA PA
SINDICATO EMPR. COM. PELOTAS RS
SINDICATO EMPR. COM. TERESINA PI
SINDICATO EMPR. COM. SUMARE SP
SINDICATO EMPR. COM. ITABUNA BA
SINDICATO EMPR. COM. ANAPOLIS GO
SINDICATO EMPR. COM. RIO GRANDE RS
SINDICATO EMPR. COM. NV HAMBURGO
SINDICATO EMPR.COM.LAURO DE FREITAS
SINDICATO EMPR. COM. MACAE

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com seus empregados e sindicatos que os representam. A Companhia cumpre as convenções coletivas de trabalho definidas e na hipótese de discordância legal, busca o amparo jurídico e meios legais para defender o posicionamento ou interesse em questão. A Companhia procura se abster de qualquer envolvimento político partidário e/ou sindical.

As convenções coletivas atualmente em vigor são celebradas anualmente.

Não houve paralisações ou greves nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 14.1 a 14.4 deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Paulo Sérgio Menezes Garcia					
658.984.198-53	Brasileira-SP	Não	Não	30/09/2020	
Não					
250.000.000	50,000%	0	0,000%	250.000.000	50,000%
José Roberto Menezes Garcia					
029.322.438-29	Brasileira-SP	Não	Não	30/09/2020	
Não					
250.000.000	50,000%	0	0,000%	250.000.000	50,000%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
500.000.000	100,000%	0	0,000%	500.000.000	100,000%

632

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	03/12/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	2
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	0
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Não há quaisquer acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente não houve aquisições ou alienações relevantes, conforme definidas no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, nas participações dos membros do grupo de controle e de administradores.

15.7 - Principais Operações Societárias

Exercício Social	2020
a) Evento	Transformação em Sociedade Anônima
b) Principais condições do negócio	Na data de 14 de outubro de 2020, a Companhia aprovou a transformação da Companhia em sociedade anônima sem alteração no capital social da Companhia.
c) Sociedades envolvidas	Kalunga S.A.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Em razão da transformação em sociedade anônima, o capital social da Companhia passou a ser composto por 500.000.000 (quinhentas milhões) de ações ordinárias representativas de R$8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais), sendo que anteriormente era composto por 830.000.000 (oitocentos e trinta milhões) de quotas representativa de R$8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais)

e) Quadro societário antes e depois da operação

Antes

Sócios	Quotas	Participação (%)	Capital Social
José Roberto Menezes Garcia	415.000.000	50%	R$8.300.000,00
Paulo Sérgio Menezes Garcia	415.000.000	50%	R$8.300.000,00

Após

Acionistas	Ações	Participação (%)	Capital Social
José Roberto Menezes Garcia	250.000.000	50%	R$8.300.000,00
Paulo Sérgio Menezes Garcia	250.000.000	50%	R$8.300.000,00

f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

Exercício Social	2020
a) Evento	Cisão parcial da Companhia
b) Principais condições do negócio	Na data de 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou a cisão parcial do seu acervo líquido e, em decorrência da cisão, reduziu o capital social no valor de R$23.170.942,00 (vinte e três milhões, cento e setenta mil, novecentos e quarenta e dois reais), mediante o cancelamento de 2.317.094.200 (dois bilhões, trezentos e dezessete milhões, noventa e quatro mil e duzentas) quotas da Kalunga Comercio e Indústria Gráfica Ltda. (antiga denominação da

15.7 - Principais Operações Societárias

	Kalunga S.A.), de forma proporcional a participação detida por cada sócio.
c) Sociedades envolvidas	Kalunga Comercio e Indústria Gráfica Ltda. (antiga denominação da Kalunga S.A.)
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Em razão de cisão parcial, o capital social da Companhia passou a ser composto por 830.000.000 (oitocentos e trinta milhões) de quotas representativas de R$8.300.000,00 (oito milhões e trezentos mil reais).
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alterações no quadro societário da Companhia.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

Exercício Social	**2020**
a) Evento	Aumento de capital da Companhia
b) Principais condições do negócio	Na data de 1º de setembro de 2020, a Companhia aprovou o aumento de capital no valor de R$23.170.942,00 (vinte e três milhões, cento e setenta mil, novecentos e quarenta e dois reais), mediante a criação de 2.317.094.200 (dois bilhões, trezentas e dezessete milhões, noventa e quatro mil e duzentas) quotas da Kalunga Comercio e Indústria Gráfica Ltda. (antiga denominação da Kalunga S.A.), subscritas e integralizadas mediante a capitalização de parte da conta de reserva de lucros acumulados da Companhia, de forma proporcional a participação detida por cada sócio.
c) Sociedades envolvidas	Kalunga Comercio e Indústria Gráfica Ltda.
d) Efeitos resultantes da operação no quadro societário	Em razão do aumento de capital, o capital social da Companhia passou a ser composto por 3.147.094,200 (três bilhões, cento e quarenta e sete milhões, noventa e quatro mil e duzentas) quotas representativas de R$31.470.942,00 (trinta e um milhões, quatrocentos e setenta mil, novecentos e quarenta e dois reais).
e) Quadro societário antes e depois da operação	Não houve alterações no quadro societário da Companhia.
f) Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não há outras informações relevantes que não tenham sido descritas nos itens 15.1 a 15.7 deste Formulário de Referência.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

As atuais regras e práticas da Companhia para realização de operações e negócios com partes relacionadas determina que tais operações observem a legislação tributária vigente e os preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

A Política de Transações com Partes Relacionadas estabelece regras e consolida os procedimentos a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista o melhor interesse da Companhia, com plena independência e absoluta transparência. De modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

No curso regular dos negócios da Companhia, são contratadas operações com partes relacionadas em condições que observem a legislação tributária vigente e os preços e condições de mercado, conforme dados constantes do item 16.2 deste Formulário de Referência. Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras de governança, para afastar favorecimentos de sociedades do mesmo grupo da Companhia ou de seus controladores.

Em 3 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual estabelece que a Companhia poderá contratar com partes relacionadas, observando rigorosamente as mesmas normas e critérios de contratação que utiliza para selecionar e contratar prestadores de serviços e desde que, de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas, as operações sejam contratadas em condições de mercado, isto é, observem, durante a negociação, os princípios da competitividade, conformidade, transparência, equidade e, principalmente, comutatividade, devendo ser observados os mesmos princípios, procedimentos e interesses que norteiam transações entre partes independentes, sempre a preços, termos e condições que prevaleçam no mercado ao tempo de sua aprovação e pautadas pelo respeito às normas legais e éticas ("Condições de Mercado").

A Política de Transações com Partes Relacionadas se encontra alinhada com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da referida lei, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da mesma lei determina que, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

São consideradas partes relacionadas da Companhia aquelas que se enquadrem nas definições estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC nº 5 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários por meio da Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010. Para fins da Política de Transações com Partes Relacionadas são as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de comutatividade e independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia.

De acordo com o Pronunciamento Técnico, as transações com partes relacionadas são conceituadas como a "transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação". São exemplos de transações com partes relacionadas: (a) compras e vendas de produtos e serviços; (b) contratos de empréstimos ou adiantamentos; (c) contratos de agenciamento ou licenciamento; (d) avais, fianças e quaisquer outras formas de garantias; (e) transferência de pesquisa, tecnologia e outros recursos intelectuais; (f) compartilhamento de infraestrutura ou estrutura; e (g) patrocínios e doações, dentre outros.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Os contratos entre partes relacionadas deverão detalhar as suas características principais (direitos, responsabilidades, qualidade, preços, encargos, prazos etc.) e a finalidade do negócio, bem como devem estar claramente refletidos nas demonstrações financeiras e neste Formulário de Referência da Companhia, bem como divulgadas nos termos da legislação aplicável.

Não se sujeita aos procedimentos específicos desta Política, a remuneração dos administradores da Companhia ou de suas controladas (incluindo, mas não se limitando a, bônus, planos de *stock options*, planos de outorga de ações, dentre outros), desde que tenham sido aprovadas pelos órgãos societários aplicáveis e observados os termos da Política de Remuneração de Administradores da Companhia.

A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível para consulta nos websites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (ri.kalunga.com.br).

Para mais informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, ver item 12.12 deste Formulário de Referência.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
KA Solution Tecnologia em Software Ltda.	01/08/2001	937.000,00	R$ 937 mil (em 30.09.2020)	Não aplicável	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (os Srs. Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia possuem participação no capital da Companhia e da KA Solution Tecnologia em Software Ltda.)						
Objeto contrato	Prestação de serviços de informática, visando o desenvolvimento de sistemas						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo mediante manifestação da parte com antecedência mínima de 30 dias. A Companhia poderá rescindir no caso de inadimplemento na execução dos serviços, na hipótese de falência, insolvência ou pedido de recuperação extrajudicial e nas hipóteses da lei.						
Natureza e razão para a operação	Não aplicável						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Spiral do Brasil Ltda.	02/10/2006	57.678.000,00	R$ 57.678.000,00	R$57.678.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo – conta corrente						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.						
Natureza e razão para a operação	A Spiral fornece produtos para a Companhia e esta realiza adiantamentos para permitir a realização das atividades da Spiral. Sujeito a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2200 ficou entre 0,41% e 0,67% ao mês (entre 0,67% e 1,16% em 2019)						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.	26/11/2020	3.000.000,00	R$7.442 mil (em 30.09.2020)	Não aplicável	60 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (os Srs. Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia possuem participação no capital da Companhia e da Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda.)						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Locação de Imóvel Ipiranga						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	A obrigação se encerra mediante mútuo acordo entre as partes, quitação das obrigações existentes e/ou mediante notificação prévia conforme lei de locações de imóveis não residenciais. A locação poderá ser rescindida no caso de incêndio ou sinistro que impossibilite o uso normal do imóvel locado, na hipótese de desapropriação do imóvel pela autoridade pública, no caso de infração do contrato e nas hipóteses da lei.						
Natureza e razão para a operação	Não aplicável						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
DMMG Participações e Empreendimentos Ltda.	01/11/2008	2.139,52	R$5.575 mil (em 30.09.2020)	Não aplicável	01.11.2028	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (os Srs. Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia possuem participação no capital da Companhia e da D.M.M.G Participações e Empreendimentos Ltda.)						
Objeto contrato	Locação de Imóvel						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	A obrigação se encerra mediante mútuo acordo entre as partes, quitação das obrigações existentes e/ou mediante notificação prévia conforme lei de locações de imóveis não residenciais. A locação poderá ser rescindida no caso de incêndio ou sinistro que impossibilite o uso normal do imóvel locado, na hipótese de desapropriação do imóvel pela autoridade pública, no caso de infração do contrato e nas hipóteses da lei.						
Natureza e razão para a operação	Não aplicável						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Spiral do Brasil Ltda.	06/04/2020	89.916.000,00	R$89.916 mil (em 30/09/2020)	R$89.916 mil	Prazo indeterminado.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Fornecedor						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A Spiral fornece produtos para a Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Spiral do Brasil Ltda.	06/04/2020	66.595.000,00	R$66.595 mil (em 30/09/2020)	R$66.595 mil	Prazo indeterminado.	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Mútuo – empréstimo com partes relacionadas						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.						
Natureza e razão para a operação	Em 2020 e 2019 foram realizadas operações de adiantamento de recebíveis pela Spiral relacionadas às compras da Kalunga concluídas nos respectivos exercícios/períodos subsequentes. Os recursos obtidos pela Spiral decorrentes de adiantamentos junto às instituições financeiras foram transferidos para a Kalunga, que registrou a obrigação com a Spiral em empréstimos com partes relacionadas. Sendo essa transação um passivo assumido pela Companhia com características de financiamento e consequentemente apresentados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Paulo Sérgio Menezes Garcia	10/04/2020	280.277.916,44	R$282.313.660,88 (em 30.09.2020)	R$282.313.660,88	30/04/2030	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Instrumento Particular de Confissão de Dívida						
Garantia e seguros	Nota promissória no valor de R$280.277.916,44						
Rescisão ou extinção	A dívida se extingue mediante pagamento.						
Natureza e razão para a operação	O instrumento de confissão de dívida consolida os mútuos anteriores em um único documento e estabelece a forma de seu pagamento. Sujeito a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 ficou entre 0,41% e 0,55% (entre 0,67% e 1,16% em 2019).						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Paulo Sérgio Menezes Garcia	01/04/2020	15.000.000,00	R$15.191.609,13 (em 30.09.2020)	R$15.191.609,13	30/04/2030	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Sem garantia						
Rescisão ou extinção	A dívida se extingue mediante pagamento.						
Natureza e razão para a operação	O contrato de mútuo firmado com os sócios quotistas. A Companhia antes da abertura de capital firmava contratos de mútuos que eram compensados com os dividendos pagos. Sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 ficou entre 0,41% e 0,55% (entre 0,67% e 1,16% em 2019).						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
José Roberto Menezes Garcia	10/04/2020	167.473.529,99	R$166.242.302,53 (em 30.09.2020)	R$166.242.302,53	30/04/2020	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Instrumento Particular de Confissão de Dívida						
Garantia e seguros	Nota promissória no valor de R$167.473.529,99						
Rescisão ou extinção	A dívida se extingue mediante pagamento.						
Natureza e razão para a operação	O instrumento de confissão de dívida consolida os mútuos anteriores em um único documento e estabelece a forma de seu pagamento. Sujeito a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 ficou entre 0,41% e 0,55% (entre 0,67% e 1,16% em 2019).						
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
José Roberto Menezes Garcia	01/04/2020	15.000.000,00	R$15.191.609,13 (em 30.09.2020)	R$15.191.609,13	30/04/2030	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Mútuo						
Garantia e seguros	Sem garantia						
Rescisão ou extinção	A dívida se extingue mediante pagamento.						
Natureza e razão para a operação	O contrato de mútuo firmado com os sócios quotistas. A Companhia antes da abertura de capital firmava contratos de mútuos que eram compensados com os dividendos pagos. Sujeito a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 ficou entre 0,41% e 0,55% (entre 0,67% e 1,16% em 2019).						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Blantys Participações Ltda.	11/06/2014	5.298.000,00	R$5.298 mil (em 30.09.2020)	Não aplicável	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade sob controle comum (os Srs. Paulo Sérgio Menezes Garcia e José Roberto Menezes Garcia possuem participação no capital da Companhia e da Blantys Participações Ltda.)						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	A obrigação encerra-se mediante o pagamento saldo em aberto.						
Natureza e razão para a operação	Empréstimos para manutenção das atividades operacionais da devedora Sujeitos a encargos financeiros calculados com base na taxa média de juros dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, que, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 ficou entre 0,41% e 0,55% (entre 0,67% e 1,16% em 2019).						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Em Reunião do Conselho de Administração, datada de 3 de dezembro de 2020, foi aprovada a Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas") que estabelece regras a fim de assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia, com plena independência e absoluta transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que a Companhia se encontre de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e demais disposições legais aplicáveis.

Os administradores da Companhia, ao identificarem uma matéria que possa configurar uma transação com parte relacionada, ou outras que possam representar potenciais conflitos de interesses, devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses e, se for o caso, abster-se de votar em tal matéria.

Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, conforme o caso, os administradores que tenham interesse na operação em questão participarão parcialmente da discussão de forma a explicar seu envolvimento na operação e proporcionar informações adicionais sobre a operação e as partes envolvidas. Neste caso, deverão se ausentar da parte final da discussão, incluindo o processo de votação da matéria.

Caso algum membro do Conselho de Administração ou Diretor Estatutário, que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo.

Neste caso, a não manifestação voluntária do administrador será considerada uma violação da Política de Transações com Partes Relacionadas, sendo levada ao Conselho de Administração para avaliação de eventual ação corretiva.

A manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção deverão constar da ata da reunião.

Os acionistas da Companhia poderão encaminhar à Diretoria de Relações com Investidores, a qualquer tempo, inclusive após a realização de assembleias gerais, arguição de impedimento de voto em conflito de interesses ou de benefício particular, nos termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, relacionadas a matérias submetidas a assembleias gerais. Caso a arguição de impedimento de voto tenha sido encaminhada por acionista da Companhia com até 8 (oito) dias de antecedência para a data de realização, em primeira convocação, da assembleia geral, o departamento jurídico da Companhia deverá elaborar relatório a ser apresentado ao presidente da assembleia geral, indicando o seu entendimento sobre a matéria.

Caberá ao presidente da mesa da assembleia geral decidir, no curso da própria assembleia, pelo impedimento do acionista em suposto conflito de interesses ou em situação de benefício particular, sem prejuízo da posterior submissão da matéria à CVM, seja pelo acionista reclamante, pelo acionista eventualmente impedido, ou pela Companhia.

A Política de Transações com Partes Relacionadas se encontra alinhada as exigências da Lei das Sociedades por Ações, particularmente no que diz respeito ao cumprimento do dever de lealdade dos administradores para com a Companhia. De acordo com o artigo 155 da referida lei, o administrador deve servir com lealdade a companhia, exigindo que os interesses da companhia sempre se sobreponham aos interesses pessoais dos tomadores de decisão. Ademais, o artigo 156 da mesma lei determina que, havendo conflito de interesses, cabe ao administrador comunicar aos demais, bem como ao Conselho de Administração, da situação de conflito, tornando-se impedido

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

de intervir na operação e devendo fazer constar em ata do Conselho de Administração a natureza e extensão do seu interesse.

Para mais informações sobre conflitos de interesses, consultar quadros dos itens 12.2(d) e 12.3(c) deste Formulário de Referência.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Política de Transações com Partes Relacionadas, em conjunto com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia, tem propósito de incrementar a estrutura de governança da Companhia.

Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. Cumpre ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado. Acreditamos que se as referidas operações com partes relacionadas fossem contratadas com terceiros, seriam mantidos os mesmos termos e condições contratados.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Adicionalmente, a Companhia figurou como avalista em algumas operações de aquisição de equipamentos e de financiamento da Spiral do Brasil Ltda. conforme descritas a seguir:

2017

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era avalista em uma transação para aquisição de maquinário entre a Spiral e a Heildeberg Druckmaschinen AG, firmada em 16 de março de 2016, no valor de EUR 1.299.725,00, com parcelas vincendas até 2021.

2018

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia era avalista: (i) na transação entre a Spiral e a Heildeberg Druckmaschinen AG (mencionada acima); e (ii) em 2 (dois) contratos de Financiamento à Importação ("FINIMP") da Spiral, para aquisição de mercadoria, com o Banco Santander (Brasil) S/A, no valor de EUR 136.241,88, sendo o prazo para pagamento inferior a 180 dias.

2019

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia era avalista: (i) na transação entre a Spiral e a Heildeberg Druckmaschinen AG (mencionada acima); e (ii) em 21 (vinte e um) contratos de FINIMP da Spiral, para aquisição de mercadoria, com o Banco Santander (Brasil) S/A, no valor de EUR 5.550.348,18, sendo o prazo para pagamento inferior a 180 dias.

2020

1T20

Em 31 de março de 2020, a Companhia era avalista: (i) na transação entre a Spiral e a Heildeberg Druckmaschinen AG (mencionada acima); e (ii) em 17 (dezessete) contratos de FINIMP da Spiral, para aquisição de mercadoria, com o Banco Santander (Brasil) S/A, no valor de EUR 4.674.339,57, sendo o prazo para pagamento inferior a 180 dias.

2T20

Em 30 de junho de 2020, a Companhia era avalista: (i) na transação entre a Spiral e a Heildeberg Druckmaschinen AG (mencionada acima); e (ii) em 6 (seis) contratos de FINIMP da Spiral, para aquisição de mercadoria, com o Banco Santander (Brasil) S/A, no valor de EUR 1.593.109,51, sendo o prazo para pagamento inferior a 180 dias.

3T20

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia era avalista: (i) na transação entre a Spiral e a Heildeberg Druckmaschinen AG (mencionada acima); (ii) 9 (nove) contratos de FINIMP com o Banco Bradesco S/A e 1 (um) com o Banco Santander (Brasil) S/A, para aquisição de mercadoria no valor total de US$ 1.029.954,74 e prazo para pagamento inferior a 180 dias; e (iii) 1 (um)

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

contrato de FINIMP com o Banco Bradesco S/A para aquisição de equipamentos no valor total de EUR 1.669.000,00 e prazo para pagamento inferior a 360 dias.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
03/12/2020	750.000.000,00		0	0	0
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
14/10/2020	8.300.000,00		500.000.000	0	500.000.000
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
14/10/2020	8.300.000,00		500.000.000	0	500.000.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
14/10/2020	8.300.000,00		500.000.000	0	500.000.000

651

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
01/09/2020	Reunião de Sócios	01/09/2020	23.170.942,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

652

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou quaisquer desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
01/09/2020	01/09/2020	23.170.942,00	2.317.094.200	0	2.317.094.200	73,63000000	0,01

Forma de restituição Bens/ direitos

Razão para redução Cisão

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 17.1 a 17.4 deste Formulário de Referência

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e com o Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras da Companhia, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Sim
Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Não aplicável
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias possuem direito a reembolso do capital, no caso de liquidação da Companhia. Ainda, qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor econômico. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão da Companhia; (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório da Companhia; (iii) mudança do objeto social da Companhia; (iv) fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade; e (v) participação da Companhia em um grupo de sociedades.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social nem a assembleia geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172 da Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado, a regulamentação vigente e o Estatuto Social, a realização de oferta pública de aquisição de ações é exigida nas hipóteses de alienação de controle, cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Novo Mercado.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

O Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social") não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

No que se refere a obrigação de realizar uma oferta pública de aquisição de ações, o Estatuto Social, em seu artigo 31, prevê que, em caso de alienação, direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, referida alienação deverá ser contratada sob condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição ("OPA") de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Ainda, nos termos do artigo 33 do Estatuto Social, qualquer pessoa que, isoladamente ou em conjunto com pessoa(s) vinculada(s) da Companhia, acionista(s) ou não da Companhia, adquira, subscreva ou de qualquer outra forma se torne titular de ações ou direitos sobre ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações de emissão da Companhia deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de aquisição ou de ocorrência do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos sobre as ações em quantidade igual ou superior a 20% do total de ações de emissão da Companhia, realizar Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante ("Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante") para a totalidade das ações de emissão da Companhia, observado o disposto na legislação e na regulamentação aplicáveis, notadamente a Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada, nos regulamentos editados pela B3 e no Estatuto Social da Companhia.

O Estatuto Social dispõe, ainda, que o preço de aquisição das ações na Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) 125% do valor econômico por ação de emissão da Companhia que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologias reconhecidas, tais quais os critérios de patrimônio líquido avaliado a preços de mercado, fluxo de caixa descontado, comparação por múltiplos ou cotação das ações no mercado de valores mobiliários, múltiplos de transações comparáveis, ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM; (ii) 125% do preço de emissão das ações no mais recente aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 24 meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante, devidamente atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE até o momento do pagamento; e (iii) 125% da média ponderada da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia durante o período de 90 (noventa) dias de negociação anterior à data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 20%, devendo ser considerada, para tal, a data que ocorrer primeiro entre, incluindo, mas não se limitando: (1) a celebração de contrato de aquisição, ou (2) a formalização de instrumento que resultou na titularidade (ou que garantiu (a) usufruto ou fideicomisso sobre as ações de emissão da Companhia; (b) opções de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; ou (c) qualquer outro direito que lhe assegure, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia ou direito de subscrição ou aquisição), ou (3) a liquidação da aquisição, quando esta tiver sido realizada em bolsa de valores sem a celebração de instrumento contratual, ou (4) a divulgação, por parte da Companhia, de fato relevante ou comunicado a mercado a respeito da referida aquisição ou do evento acima referido.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, a obrigatoriedade de lançar uma Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante poderá ser dispensada na hipótese voto favorável de acionistas reunidos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim, que contenha

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

as seguintes regras: (i) a referida Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas; (ii) a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações será considerada aprovada com o voto da maioria simples dos acionistas presentes, seja em primeira ou segunda convocação; e (iii) não serão computadas as ações detidas pelo adquirente para fins dos quóruns de instalação e deliberação exigidos.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O estatuto social da Companhia ("Estatuto Social") prevê que, na hipótese do adquirente não cumprir com as obrigações impostas no Estatuto Social, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o adquirente não poderá votar, para deliberar a suspensão do exercício dos direitos do adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta pelo Estatuto Social, conforme disposto no Artigo 120 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), sem prejuízo da responsabilidade da pessoa que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia

Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4° da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial não inferior a trinta dias.

De acordo com a legislação vigente, é possível a emissão de novas ações sem o exercício do direito de preferência pelo titular das ações, quando esta emissão for realizada nos limites do capital autorizado ou quando a colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados organizados nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente. A oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros valores mobiliários de emissão da Companhia que não as suas ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros valores mobiliários de emissão da Companhia que não as suas ações.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, na data de arquivamento deste Formulário de Referência, não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Não aplicável, tendo em vista que não houve ofertas públicas relativas a valores mobiliários de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve ofertas de valores mobiliários de emissão da Companhia que não as suas ações.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros desde sua constituição.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas no item 18 deste Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que não aprovou planos para recompra de ações de emissão da Companhia nos últimos três exercícios sociais ou no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não mantém valores mobiliários em tesouraria no exercício social corrente e não manteve valores mobiliários em tesouraria nos três últimos exercícios sociais.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas no item 19 deste Formulário de Referência.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**03/12/2020**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Diretores; Membros do Conselho de Administração; Membros do Conselho Fiscal (caso instalado); Acionistas Controladores; e Colaboradores relevantes e terceiros com acesso a informações relevantes.

Principais características e locais de consulta

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de dezembro de 2020, a Companhia aprovou a "Política de Negociação de Valores Mobiliários" ("Política de Negociação"), a qual, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM nº 358"), visa a regulamentar as operações com valores mobiliários de emissão da Companhia ("Valores Mobiliários"), estabelecendo as restrições, condutas e políticas de negociação a serem observadas pelas pessoas sujeitas à Política de Negociação, quais sejam os acionistas controladores, diretos ou indiretos, os membros do Conselho de Administração, os membros da Diretoria, os membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, empregados e terceiros contratados pela Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição, ou circunstancialmente, tenham acesso a informações relevantes ou quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus controladores, controladas ou coligadas tenha acesso ou conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, toda e qualquer pessoa que venha a ter informações sobre atos ou fatos relevantes ainda não divulgados pela Companhia ("Pessoas Vinculadas"). Neste sentido, a Política de Negociação estabelece (i) as regras para negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Vinculadas, dentro dos limites legais; e (ii) normas para coibir a utilização de informações privilegiadas sobre ato ou fato relevante relativo à Companhia ("Informações Privilegiadas"), em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociações com Valores Mobiliários. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de Informações Privilegiadas) e tipping (dicas de Informações Privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações dos Valores Mobiliários da Companhia.
A Política de Negociação pode ser consultada no site da Companhia (ri.kalunga.com.br) ou, ainda, no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Nos termos da Política de Negociação, é vedada a negociação de Valores Mobiliários pela Companhia e Pessoas Vinculadas nas seguintes hipóteses, conforme aplicável: (a) sempre que tenham conhecimento de ato ou fato relevante relativo à Companhia, conforme definido na Instrução CVM nº 358 ("Ato ou Fato Relevante"), até a sua divulgação ao mercado, (b) sempre que existir intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; (c) sempre que estiver em curso ou houver sido outorgada opção ou mandato para o fim de aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum; (d) no período de 15 (quinze) dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR), anuais (DFP) da Companhia, bem como no próprio dia da divulgação antes que a informação se torne pública; (e) em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores tenha determinado a proibição de negociação, mediante autorização prévia do presidente do Conselho de Administração da Companhia; e (f) no contexto de uma oferta pública de distribuição de Valores Mobiliários e nos termos do artigo 48 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, desde a data em que tenham tomado conhecimento de tal oferta pública até a publicação do anúncio de encerramento relativo à oferta pública em questão.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas no item 20.1 deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Política de Divulgação Ato ou Fato Relevante da Companhia ("Política de Divulgação"), a qual está descrita no item 21.2 deste Formulário de Referência, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 3 de dezembro de 2020.

Além disso, para assegurar que as regras sobre divulgação de informações constantes na Política de Divulgação sejam cumpridas, é exigido que cada uma das pessoas que deverão observar as disposições da Política assine um termo de adesão à Política de Divulgação, por meio do qual se dão por cientes de seus termos e se comprometem a cumpri-los em sua integridade.

Adicionalmente, de acordo com a legislação e as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e a Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 conforme alterada ("Instrução CVM 358"), toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como arquivar junto à CVM e à B3 quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os Atos ou Fatos Relevantes (conforme abaixo definidos), inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de Ato ou Fato Relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação. Enquadram-se no conceito de Ato ou Fato Relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da companhia que possam influenciar (i) a cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; (ii) a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; ou (iii) a decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados;

- dão exemplos de atos ou fatos que, a depender da análise de caso-a-caso, podem ser classificados como Atos ou Fatos Relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão, dentre outros;

- impõem à companhia aberta o envio de Atos ou Fatos Relevantes à CVM, por meio do sistema Empresas.Net fornecido pela CVM e pela B3, bem como divulgá-los ao mercado em geral, por meio de, no mínimo, um dos seguintes canais de comunicação (i) jornais de grande circulação geralmente utilizados pela referida companhia; ou (ii) de pelo menos 1 (um) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo criado por disposição estatutária) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM e à B3 a titularidade e negociações realizadas com valores mobiliários emitidos pela referida companhia, suas controladoras e controladas (desde que sejam companhias abertas), inclusive aquelas detidas por seus cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na sua declaração anual de imposto de renda e sociedades controladas;

- exigem que qualquer acionista controlador, direto ou indireto, qualquer acionista que eleja membros do conselho de administração ou conselho fiscal, bem como qualquer pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo em conjunto ou representando um mesmo interesse, divulgue a alteração de sua participação por meio negócio ou o conjunto de negócios por meio do qual sua participação direta ou indireta ultrapassa, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

A Companhia aderiu ao Novo Mercado, segmento especial de listagem de governança corporativa da B3 que, adicionalmente à legislação e às normas da CVM aplicáveis, contempla regras de divulgação mais rigorosas e amplia as informações a serem divulgadas pelas companhias de capital aberto que adotem tais práticas diferenciadas de governança corporativa. O Regulamento do Novo Mercado, por exemplo, impõe a necessidade de realização de reunião pública com analistas e demais interessados, ao menos uma vez ao ano, para divulgação de informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas, e a divulgação anual de cronograma de eventos corporativos.

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável, antes da divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevante ocorrido referente à Companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão: (i) pela própria Companhia; (ii) pelos eventuais acionistas controladores, diretos ou indiretos; (iii) pelos seus diretores; (iv) pelos seus conselheiros; (v) pelos membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária; (vi) por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, nas sociedades controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao Ato ou Fato Relevante; (vii) por quem quer que tenha conhecimento do Ato ou Fato Relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados; e (viii) pelos administradores que se afastarem de sua administração antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão, e cuja vedação se estenderá pelo prazo de seis meses após o seu afastamento.

A referida vedação também prevalece se existir a intenção da Companhia de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, ou, em relação a acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim. É também vedada a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelas pessoas mencionadas no parágrafo acima no período de 15 dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e demonstrações financeiras (DFP).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia possui uma política de divulgação de ato ou fato relevante ("Política de Divulgação"), elaborada nos termos da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") e aprovada pelo Conselho de Administração em 3 de dezembro de 2020.

A Política de Divulgação tem por objetivo estabelecer as diretrizes e procedimentos a serem observados pela Companhia e pelas Pessoas Sujeitas (conforme definido abaixo) para a divulgação de atos ou fatos relevante da Companhia, cuja definição consta do artigo 2º da Instrução CVM 358 ("Ato ou Fato Relevante"), a fim de evitar o uso indevido de Informações Privilegiadas e assegurar o tratamento equitativo aos investidores da Companhia, com base nos princípios da integridade e equidade das informações.

Sujeitam-se às normas e procedimentos da Política de Divulgação a Companhia e os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária ou por quaisquer empregados e terceiros contratados pela Companhia que tenha acesso permanente ou eventual às informações relativas à Ato ou Fato Relevante antes de sua comunicação e divulgação ao mercado, as quais deverão aderir formalmente à Política de Divulgação por meio da assinatura do termo de adesão e toda e qualquer pessoa que venha a ter informações sobre atos ou fatos relevantes ainda não divulgados pela Companhia ("Pessoas Sujeitas").

A comunicação de Ato ou Fato Relevante à CVM, aos mercados de balcão organizado em que valores mobiliários de emissão da Companhia são negociados ("Bolsa de Valores") e ao mercado em geral deve ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorrerá por meio de (i) portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, podendo o anúncio conter a descrição resumida do Ato ou Fato Relevante, desde que indique endereço na internet onde esteja disponível a descrição completa do Ato ou Fato Relevante, em teor no mínimo idêntico ao texto enviado à CVM e às Bolsas de Valores; e (ii) disponibilizada no site de relações com investidores da Companhia (www.ri.kalunga.com.br).

O Ato ou Fato Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgado antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Bolsas de Valores, prevalecendo, no caso de incompatibilidade de horário de negociação em mercados de diferentes países, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores deverá comunicar o Ato ou Fato Relevante à CVM e às Bolsas de Valores, conforme aplicável, e, se necessário, solicitar, sempre simultaneamente, às Bolsas de Valores a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, pelo tempo necessário para a sua adequada disseminação.

A Companhia poderá, excepcionalmente, deixar de divulgar Ato ou Fato Relevante quando os acionistas controladores ou os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia entenderem que a revelação do Ato ou Fato Relevante naquele momento poderá pôr em risco o interesse legítimo da Companhia. Caso o Ato ou Fato Relevante esteja ligado a operações envolvendo diretamente um acionista controlador e este decida por sua não divulgação, deverá tal acionista controlador informar o Diretor de Relações com Investidores da Companhia e/ou à área de Relações com Investidores.

Ainda que os acionistas controladores ou os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, o Ato ou Fato

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Relevante mantido em sigilo deve ser imediatamente divulgado na hipótese de a informação escapar ao controle da Companhia ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados.

As Pessoas Sujeitas devem guardar sigilo absoluto acerca de Atos e Fatos Relevantes que ainda não tenham sido divulgados, nos termos da Política de Divulgação e da Instrução CVM 358, às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais informações sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 21.1 a 21.3 deste Formulário de Referência.